

HISTÓRIA em MOVIMENTO 3

DO SÉCULO XIX
AOS DIAS DE HOJE

GISLANE AZEVEDO

REINALDO SERIACOPI



HISTÓRIA • ENSINO MÉDIO **MANUAL DO PROFESSOR**

GISLANE AZEVEDO

Mestre em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Professora universitária, pesquisadora e ex-professora de História dos ensinos Fundamental e Médio nas redes privada e pública.

Coautora da coleção *Teláris* (Editora Ática), para alunos do Ensino Fundamental II.

REINALDO SERIACOPI

Bacharel em Língua Portuguesa pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e em Jornalismo pelo Instituto Metodista de Ensino Superior (IMS-SP).

Editor especializado na área de História.

Coautor da coleção *Teláris* (Editora Ática), para alunos do Ensino Fundamental II.

2ª edição

São Paulo, 2013

Diretoria editorial e de conteúdo: Angélica Pizzutto Pozzani
Gerência de produção editorial: Hélia de Jesus Gonsaga
Editoria de Ciências Humanas e suas Tecnologias: Heloisa Pimentel e Deborah D'Almeida Leanza
Editoras: Deborah D'Almeida Leanza; Priscila Manfrinati e Mirna Acras Abed M. Imperatore (estags.)
Supervisão de arte e produção: Sérgio Yutaka
Editor de arte: André Gomes Vitale
Diagramador: Walmir S. Santos
Supervisão de criação: Didier Moraes
Design gráfico: Homem de Melo & Troia Design (capa)
Tyago Bonifácio da Silva (miolo)
Revisão: Rosângela Muricy (coord.), Ana Curci, Vanessa de Paula Santos e Gabriela Macedo de Andrade (estag.)
Supervisão de iconografia: Sílvio Kligin
Pesquisador iconográfico: Josiane Laurentino
Cartografia: Allmaps, Juliana Medeiros de Albuquerque, Maps World e Márcio Santos de Souza
Tratamento de imagem: Cesar Wolf e Fernanda Crevin
Foto da capa: Photo © Christie's Images/The Bridgeman Art Library/ Coleção particular.

Direitos desta edição cedidos à Editora Ática S.A.
Av. Otaviano Alves de Lima, 4400
6º andar e andar intermediário ala A
Freguesia do Ó – CEP 02909-900 – São Paulo – SP
Tel.: 4003-3061
www.atica.com.br/editora@atica.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Azevedo, Gislane Campos
História em movimento / Gislane Campos Azevedo,
Reinaldo Seriacopi. – 2. ed. – São Paulo: Ática, 2013.
Conteúdo: v. 1. Dos primeiros humanos ao Estado moderno – v. 2. O mundo moderno e a sociedade contemporânea – v. 3. Do século XIX aos dias de hoje.
Bibliografia.
1. História (Ensino médio) I. Seriacopi, Reinaldo.
II. Título.
13-02432 CDD-907

Índice para catálogo sistemático:

1. História : Ensino médio 907

2013

ISBN 978 8508 16309-0 (AL)

ISBN 978 8508 16310-6 (PR)

Código da obra CL 712773

Uma publicação  **Abril EDUCAÇÃO**

Versão digital

Diretoria de tecnologia de educação: Ana Teresa Ralston
Gerência de desenvolvimento digital: Mário Matsukura
Gerência de inovação: Guilherme Molina
Coordenadores de tecnologia de educação: Daniella Barreto e Luiz Fernando Caprioli Pedroso
Editores de tecnologia de educação: Cristiane Buranello e Juliano Reginato
Editora de conteúdo digital: Deborah D'Almeida Leanza
Editores assistentes de tecnologia de educação: Aline Oliveira Bagdanavicius, Drielly Galvão Sales da Silva, José Victor de Abreu e Michelle Yara Urcci Gonçalves
Assistentes de produção de tecnologia de educação: Alexandre Marques, Gabriel Kujawski Japiassu, João Daniel Martins Bueno, Paula Pelisson Petri, Rodrigo Ferreira Silva e Saulo André Moura Ladeira
Desenvolvimento dos objetos digitais: Agência GR8, Atômica Studio, Cricket Design, Daccord e Mídias Educativas
Desenvolvimento do livro digital: Digital Pages

Apresentação

*Digo adeus à ilusão
mas não ao mundo. Mas não à vida,
meu reduto e meu reino.
Do salário injusto,
da punição injusta,
da humilhação, da tortura,
do terror,
retiramos algo e com ele construímos um artefato
um poema
uma bandeira*

Ferreira Gullar

Observe ao seu redor: praticamente tudo o que está à nossa volta e que utilizamos em nossa escola, casa ou trabalho foi construído por seres humanos. Pense também no sistema político que rege nossa sociedade, nas leis que regulam nossas relações e em tudo aquilo que consideramos justo ou injusto, certo ou errado: todos esses princípios e valores também foram estabelecidos por pessoas ao longo do tempo.

Estudar História não é apenas conhecer e entender os caminhos trilhados pelos seres humanos no passado. Graças a esse estudo, podemos fazer uma leitura crítica de nosso presente e compreender como e por que nossa sociedade encontra-se hoje constituída da maneira que a conhecemos e não de outra forma.

Com base nessa visão, procuramos elaborar um livro que, ao tratar de assuntos do passado, tivesse como ponto de partida o presente. Ao adotar essa proposta, você verá como a História está intimamente relacionada com aspectos centrais do mundo contemporâneo e de nossa vida, constituindo um assunto extremamente interessante e instigante.

O texto central do livro é complementado por boxes e seções. Alguns contêm escritos de autores clássicos; outros, abordagens historiográficas recentes. Na seção *No mundo das letras*, aprofundamos o diálogo entre Literatura e História. Na seção *Eu também posso participar* discutimos, com base em contextos históricos específicos, quanto os atos de cada um de nós pode interferir no destino da humanidade. Uma terceira seção, intitulada *Olho vivo* e voltada para o trabalho com imagens, oferece uma ampla leitura das informações contidas em pinturas, esculturas e outros materiais iconográficos. Na seção *Patrimônio e diversidade*, entramos em contato com os aspectos históricos e culturais de cada um dos estados brasileiros.

Todos os volumes desta coleção estão permeados por imagens, mapas, documentos e atividades reflexivas que procuram enfatizar a permanente relação entre passado e presente.

Acreditamos que dessa maneira estamos lhe oferecendo instrumentos para interpretar e analisar criticamente a realidade de nosso mundo. Você verá que a História exerce um papel privilegiado no processo de consolidação da cidadania e na construção de um mundo mais solidário, fraterno e tolerante.

Os autores

Capítulo 1 O mundo em transformação	10
1. <i>A Belle Époque</i>	11
2. A democratização da Europa.....	13
Capítulo 2 A Primeira Guerra Mundial	19
1. A paz armada.....	20
2. Brutalidade sem precedentes.....	22
Capítulo 3 A Revolução Russa	28
1. A Rússia no início do século XX.....	29
2. A revolução de 1905.....	30
3. A Revolução de Fevereiro de 1917	30
4. A Revolução de Outubro de 1917	32
5. Comunismo na Rússia.....	33
Capítulo 4 O Brasil chega ao século XX	38
1. Ascensão e queda da borracha.....	39
2. A expansão industrial no início do século XX.....	41
3. Os imigrantes e a formação do povo brasileiro	43
4. A discriminação étnica	44
5. A urbanização excludente das cidades.....	48
Capítulo 5 Primeiros tempos republicanos	52
1. Nas mãos da elite.....	53
2. As oligarquias no poder	57
3. Movimentos messiânicos	60
4. A delimitação de fronteiras.....	63
Fechando a unidade	67

Capítulo 6 A crise da República e a ruptura de 1930	72
1. Insatisfação e crise	73
2. Militares se rebelam	75
3. 1930: a derrocada da República oligárquica	77
Capítulo 7 Estados Unidos: euforia, depressão e recuperação	80
1. Lucros da guerra	81
2. Anos vibrantes	81
3. A queda da Bolsa de Nova York	84
4. O <i>New Deal</i>	85
Capítulo 8 O totalitarismo	88
1. Origens do totalitarismo	89
2. O fascismo na Itália	90
3. A ascensão do nazismo	91
4. O totalitarismo soviético	94
5. A Guerra Civil Espanhola	96
Capítulo 9 A Segunda Guerra Mundial	102
1. À beira do abismo	103
2. Políticas expansionistas	103
3. A maior de todas as guerras	104
4. O pós-guerra	110
Capítulo 10 O Brasil sob Getúlio Vargas	114
1. O Governo Provisório (1930-1934)	115
2. Entre duas Constituições	117
3. O Estado Novo (1937-1945)	120
Capítulo 11 A Guerra Fria	128
1. As superpotências	129
2. A polarização ideológica	130
3. O terror nuclear	134
Fechando a unidade	138

Capítulo 12 O bloco comunista	142
1. A expansão do comunismo	143
2. A China vermelha	143
3. A Revolução Cubana.....	145
4. O socialismo na América Latina	147
Capítulo 13 A independência da África e da Ásia	151
1. Em busca de liberdade.....	152
2. Movimentos nacionalistas na África	152
3. Golpes militares.....	155
4. A vergonha do <i>apartheid</i>	157
5. A independência da Ásia	157
Capítulo 14 Ditaduras latino-americanas	162
1. O poder das oligarquias	163
2. O nacionalismo latino-americano	163
3. A ascensão do populismo	164
4. Ditaduras militares	165
Capítulo 15 Brasil: anos de democracia	170
1. Reorganização política	171
2. Getúlio Vargas, de novo.....	173
3. O período desenvolvimentista.....	173
4. Parlamentarismo no Brasil.....	178
5. As reformas de base e o golpe militar	178
Capítulo 16 O Brasil sob a ditadura civil-militar	182
1. Militares no comando	183
2. O governo Castelo Branco (1964-1967).....	183
3. Generais linha-dura em ação	184
4. Mais um general no poder (1974-1979)	190
5. O fim da ditadura.....	190
Fechando a unidade	198

Capítulo 17 Duas décadas de crise	202
1. A Era de Ouro do capitalismo	203
2. A crise do petróleo	204
3. Os Tigres Asiáticos	205
4. Revolução no Irã	206
Capítulo 18 O fim do bloco comunista	209
1. URSS em crise	210
2. Democracia no Leste Europeu	212
3. O fim da União Soviética	213
4. A Rússia e o Brics	216
Capítulo 19 O conflito árabe-israelense	219
1. A Palestina	220
2. A divisão da Palestina	221
3. A guerrilha palestina	222
4. A paz: uma frágil esperança	223
5. Medo e miséria	225
Capítulo 20 O mundo globalizado	228
1. Tempos de globalização	229
2. Os blocos econômicos	229
3. As disparidades	230
4. Ciranda financeira	231
5. Exclusão, fundamentalismo e terror	233
6. A guerra contra o terror	235
Capítulo 21 Novos rumos para o Brasil	237
1. A caminho da estabilidade política	238
2. A década perdida	240
3. Neoliberalismo no Brasil	242
4. A prioridade do social	243
5. Por uma nação mais ética e democrática	245
Fechando a unidade	250

QUESTÕES DO ENEM E DE VESTIBULARES	252
GLOSSÁRIO	278
SUGESTÕES DE FILMES E DE LEITURAS COMPLEMENTARES	284
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	284
ÍNDICE REMISSIVO	288

unidade

1


Ciência e tecnologia

Mapeamento genético, vacinas para doenças até então sem cura, como tuberculose, tétano e pneumonia, robôs que executam as mais variadas tarefas, desde participar da linha de produção industrial até realizar delicadas cirurgias, redes de computadores, como a internet, que tornam possível a comunicação instantânea entre pessoas separadas por milhares de quilômetros.



Alamy/Other Images

Médicos realizam cirurgia delicada usando robôs em hospital de Detroit, Michigan-EUA. Foto de 2011.



Hélices conectadas a transformador de energia eólica em eletricidade. San Diego, Califórnia, EUA, 2008.

Dia após dia, os avanços observados nas áreas da ciência e da tecnologia não param de nos surpreender. Graças a eles, o ser humano tem a possibilidade de viver por mais tempo e com mais conforto.

Tantas novidades, entretanto, suscitam perguntas: esses avanços só têm aspectos positivos? Os benefícios proporcionados por esse progresso atingem todas as pessoas por igual? Eles tornam as pessoas mais felizes, mais tolerantes, generosas e solidárias? Podem os cientistas fazer experimentos que desrespeitam a ética em nome das conquistas científicas e tecnológicas?

Perguntas como essas fazem parte das preocupações de muitas pessoas na sociedade contemporânea. O que se discute são, muitas vezes, os limites e os usos que se faz da ciência.

É certo que os avanços científicos e tecnológicos observados nos últimos tempos promoveram verdadeiras mudanças nos hábitos e costumes da população. Entretanto, se colocados em prática sem uma preocupação ética, muitos deles podem pôr em risco o próprio equilíbrio entre o ser humano e o meio ambiente.

Nesta unidade veremos de que maneira, a partir da segunda metade do século XIX, novos inventos e descobertas, como a energia elétrica, o cinema, o automóvel e o anestésico, aumentaram o entusiasmo em torno das infinitas possibilidades da ciência e da capacidade humana. A promessa de felicidade e progresso irreversíveis que permeava o discurso científico-tecnológico parecia irrefutável, até que uma de suas primeiras grandes consequências negativas abalou o mundo: a Primeira Guerra Mundial.

COMEÇO DE CONVERSA

1. Qual é a importância da ciência e da tecnologia em seu cotidiano?
2. Em sua opinião, todas as pessoas têm acesso aos resultados do avanço científico e tecnológico? Justifique sua resposta.

O mundo em transformação

Jean-Marc Truchet/Stone/Getty Images

Quatrocentos e oito quilômetros de trilho. Essa é a extensão do metrô de Londres, na Inglaterra, o metrô mais extenso do mundo. Sua maior linha, a Central Line, possui 83 quilômetros de extensão. Ou seja, sozinha, ela é maior do que toda a malha metroviária da cidade de São Paulo que, com 65,3 quilômetros de extensão, é a maior do Brasil. Depois de Londres, os maiores metrôs do mundo são os de Nova York (368 quilômetros), Tóquio (292 quilômetros) e Seul (287 quilômetros).

Hoje, o metrô é considerado um meio de transporte essencial para a vida urbana. Ao mesmo tempo que permite o rápido deslocamento entre diferentes pontos da cidade, também ajuda a desobstruir o trânsito e desempenha importante papel no processo de preservação ambiental. Afinal, quanto mais pessoas andam de metrô, menos carros nas ruas e, conseqüentemente, menos emissão de gases poluentes na atmosfera.

Objetivos do capítulo

- Identificar os avanços técnicos da Segunda Revolução Industrial e seus impactos sociais.
- Compreender as mudanças artísticas, econômicas e políticas na virada do século XIX para o XX.
- Entender a nova dinâmica social decorrente das mudanças ocorridas nesse período.
- Conhecer as novas demandas sociais e o aumento da participação da população na política naquele momento.

O metrô de Londres não só é o mais extenso como também o mais antigo. Afinal, foi ali, na capital inglesa, que, em 1863, foi implantada a primeira linha de metrô do mundo. O metrô surgiu numa época em que muitas invenções, como o automóvel, a bicicleta, o bonde elétrico, apareciam e as sociedades passavam por grandes transformações econômicas e sociais. Neste capítulo veremos como se processaram essas mudanças que marcaram a virada do século XIX para o XX em diversas partes do mundo.

Simon Dawson/Bloomberg/Getty Images



Passageiros esperam pelo embarque em plataforma de estação de metrô londrina. Foto de 2012.

1 A Belle Époque

A Segunda Revolução Industrial trouxe para muitos a sensação de que a capacidade inventiva do ser humano não tinha limites e alimentou a certeza de que homens e mulheres estavam construindo um futuro melhor. O entusiasmo foi tão grande que o período compreendido entre a segunda metade do século XIX e os primeiros anos do século XX ficou conhecido como *Belle Époque* ('bela época', traduzido do francês).

A todo momento, uma nova descoberta científica ou tecnológica era anunciada. Na área de transportes, por exemplo, em poucas décadas foram inventados a bicicleta (1861), o metrô (1863), o bonde elétrico (1874), a locomotiva elétrica (1879) e o automóvel (1886). (Leia a seção *Eu também posso par-*

ticipar.) Foram ainda construídas grandes ferrovias, como a Transcontinental (1869), que cortou os Estados Unidos de leste a oeste, e a Transiberiana (1903), ligando as cidades russas de Moscou (na Europa) e Vladivostok (na Ásia).

Na virada do século XIX para o XX, até mesmo o sonho de voar se tornou realidade. Os experimentos dos irmãos norte-americanos Orville (1871-1948) e Wilbur Wright (1867-1912), nos Estados Unidos, e do brasileiro Alberto *Santos Dumont** (1873-1932), em Paris, culminaram na invenção do avião.

* Leia a história em quadrinhos *Santô e os pais da aviação*, de Spacca, Cia. das Letras.

Todos esses inventos em transportes transformaram o cotidiano das populações e alteraram até as noções de tempo e espaço, uma vez que longas distâncias passaram a ser superadas em um tempo bem menor do que era feito até então.

EU TAMBÉM posso participar

Os meios de transporte no mundo contemporâneo

A partir da segunda metade do século XIX, a larga utilização da energia elétrica e o emprego frequente de novas fontes de energia derivadas do petróleo possibilitaram a invenção de máquinas que revolucionaram as sociedades europeia e norte-americana e, posteriormente, o mundo todo. Entre essas novidades, estão as máquinas desenvolvidas para o transporte de cargas e pessoas.

Esse foi o caso do metrô, construído pela primeira vez em Londres, na Inglaterra, em 1863. Sua construção, por sua vez, só se tornou possível devido ao desenvolvimento de máquinas como a perfuratriz movida a ar comprimido (1861), utilizada para abrir os túneis subterrâneos. Inicialmente, os metrôs ingleses operavam com máquinas a vapor, e em 1890 foram substituídos por trens elétricos.

O alemão Gottlieb Daimler (1834-1900) desenvolveu o motor de combustão interna a gasolina que lhe permitiu criar a primeira motocicleta em 1885 e o primeiro automóvel logo no ano seguinte. O aperfeiçoamento dessas novas máquinas foi resultado do trabalho de outros inventores, como Karl Benz (1844-1929), que desenvolveu o motor

de dois tempos em 1879 e fundou a primeira fábrica de motores automobilísticos.

Em 1911, Charles Kettering inventou o motor de arranque elétrico, que tornou o ato de dirigir mais seguro. Com essa invenção, os motoristas não precisavam mais girar manualmente uma manivela para colocar o carro em funcionamento. No ano seguinte, começaram a ser vendidos os primeiros automóveis equipados com esse tipo de motor.

Criados para facilitar a locomoção e a vida das pessoas, alguns desses meios de transporte são hoje apontados por especialistas como responsáveis pelos principais problemas urbanos da vida moderna. Como a maioria da população tende a se concentrar nas cidades – onde as oportunidades de emprego e o conforto costumam ser maiores –, é comum encontrar nesses locais grande quantidade de automóveis, ônibus e caminhões circulando por suas ruas.

Os efeitos desse tráfego podem ser observados no dia a dia: congestionamentos e acidentes, muitos deles fatais. Além disso, segundo alguns estudos, 92% da poluição atmosférica das grandes cidades é provocada por veículos automotores, que utilizam combustíveis derivados de petróleo. Os resíduos expelidos (por exemplo, os gases monóxido de carbono e óxido de nitrogênio,

alguns hidrocarbonetos e fuligem) pelos escapamentos de automóveis, caminhões, ônibus e motocicletas colaboram em grande parte com o aumento do aquecimento global e causam inúmeros problemas de saúde, piorando a qualidade de vida nos centros urbanos.

Devido a todos esses problemas, recomenda-se a utilização dos transportes coletivos como forma de diminuir a poluição nos centros urbanos. Quanto mais as pessoas deixarem seus veículos nas garagens e utilizarem ônibus, trens e metrô, menores serão os congestionamentos e a quantidade de gases expelidos na atmosfera. Podemos contribuir para isso adotando alguns costumes em nosso dia a dia, com uma mudança de hábitos. Veja alguns exemplos.

- Na medida do possível, utilize o transporte coletivo e sempre conserve os equipamentos desse serviço público.
- Para escapar dos congestionamentos, recomenda-se sair às ruas fora dos horários de pico.
- Quando o trajeto for curto, é preferível ir a pé ou de bicicleta.
- Em caso de precisar usar o carro para fazer trajetos rotineiros (por exemplo, casa-trabalho ou casa-escola), pode-se organizar um sistema de carona com outras pessoas, a fim de gastar menos combustível e evitar a emissão de gases na atmosfera.
- É recomendável informar-se sobre melhorias no transporte público de sua cidade e, sempre, exigir dos governantes medidas que priorizem esse tipo de transporte em detrimento do individual.

Na área de comunicações foram criados o telefone (1876) e o telégrafo sem fios (1895). São igualmente dessa época inventos como o fonógrafo (1877), criado pelo norte-americano Thomas Edison, e o cinema (1895), inventado pelos irmãos franceses Auguste (1862-1954) e Louis Lumière (1864-1948). Juntamente com o rádio, surgido nas primeiras décadas do século XX, esses inventos abririam caminho para o lazer de massa da sociedade moderna.

O cinema, por exemplo, inaugurou uma nova era de diversões, acessível a todas as camadas sociais. Devido ao baixo preço das entradas, o proletariado compunha grande parte do público das salas de cinema nos primeiros anos após sua inven-



Cesar Diniz/Pulsar Imagens

A fumaça que sai dos escapamentos dos automóveis, ônibus e caminhões é um dos principais responsáveis pela poluição atmosférica. Acima, caminhão emite fumaça escura sobre a ponte Cidade Jardim, Zona Oeste da cidade de São Paulo. Foto de 2011.



Vinicius Costa/Futura Press

Ciclista pedala em ciclofaixa instalada em São Lourenço do Sul (RS). Cada vez mais, a bicicleta vem se afirmando como uma alternativa ao transporte automotivo no país. Foto de 2012.

Sua comunidade

Em grupos, elaborem uma campanha publicitária incentivando as pessoas de sua comunidade a utilizar o transporte público ou alguma alternativa de transporte no lugar do automóvel particular. Você deve demonstrar, com argumentos consistentes, as vantagens dessa mudança de hábito.

ção. Com isso, a arte deixava de ser exclusividade dos espaços frequentados pelos grupos sociais privilegiados.

Também a indústria passou por inúmeras transformações. No começo do século XX, foi criada a linha de montagem na fábrica de automóveis Ford, nos Estados Unidos (sobre o assunto, leia o capítulo 7). Com ela, surgiu a produção em série, que levou a um extraordinário aumento da produtividade e à diminuição do preço dos produtos. Ao mesmo tempo, foram criadas novas formas de pagamento, como as vendas a crédito, e surgiram os primeiros grandes magazines, como a rede parisiense *Au Bon Marché* (1876), precursoras das lojas de departamentos.



Cartaz do filme mudo *Vida de cachorro* (1918), de Charlie Chaplin, diretor britânico que costumava abordar em seus filmes os contrastes sociais do mundo capitalista. Nessa obra vemos em cena o mais famoso personagem criado por Chaplin, Carlitos, um representante das camadas baixas da população.

Descobertas importantes também ocorreram na área médica e de saúde. Os bacteriólogos Robert Koch (1843-1910), da Alemanha, e Louis Pasteur (1822-1895), da França, por exemplo, descobriram que as doenças eram causadas por agentes infecciosos, como as bactérias. Até 1890, vários cientistas já haviam identificado os agentes de diversas doenças (tuberculose, cólera, febre tifoide e tétano, entre outras) e vinham desenvolvendo vacinas para combatê-las. Esses novos tratamentos contribuíram para reduzir o elevado número de mortes provocadas por elas.

Além disso, a constatação de que o uso de antissépticos, por exemplo, era essencial para impedir infecções pós-operatórias reduziu sensivelmente a taxa de mortalidade decorrente das intervenções cirúrgicas. Já a descoberta dos anestésicos possibilitou aos médicos não só o alívio da dor de seus pacientes, mas também a realização de cirurgias mais demoradas, algo impraticável até então.

2 A democratização da Europa

Em meio a tantas novidades, ampliou-se nos países europeus o movimento de luta pela **democracia**. Entre as conquistas mais significativas do período destacam-se a expansão da quantidade de eleitores e a extensão do direito de ser votado a pessoas das classes de baixa renda.



Interior da fábrica de automóveis Ford, em foto de 1925, nos Estados Unidos. Na imagem vemos o modelo T, produzido em série a partir de 1913 e que chegou a ser vendido por 260 dólares. Isso contribuiu para a popularização dos automóveis no país.

Diversas leis reformando o sistema eleitoral foram aprovadas na Inglaterra, na Bélgica, na Noruega, na Suécia e em outros países. Com essas leis possibilitou-se a formação dos primeiros partidos políticos modernos, partidos de pessoas que não mais representavam apenas as elites, e que se transformaram em centros de reflexão, responsáveis por formular doutrinas e ideologias.



Emmaline Pankhurst (1858-1928), líder do movimento sufragista e uma das fundadoras da União Social e Política das Mulheres, discursa para uma multidão de 5 mil pessoas em Boston, Estados Unidos, em 1918.

As palavras destacadas nesta cor estão no **Glossário**, página 278.

As mulheres intensificaram suas antigas reivindicações pelo direito de votar e de concorrer a eleições. No decorrer dessa luta, elas fundaram associações e participaram de protestos em várias partes do mundo.

Como decorrência dessas e de outras mobilizações, o sufrágio universal começou a ser adotado em várias partes do mundo. O primeiro país no qual as mulheres puderam votar livremente foi a Nova Zelândia, em 1893. Na Europa, a Finlândia foi a pioneira, em 1906, na aprovação do voto feminino. Em muitas nações essa conquista só foi obtida depois da Primeira Guerra Mundial, como ocorreu na Inglaterra (1918), nos Estados Unidos (1920) e no Brasil (1932).

Como parte de um esforço para extinguir o analfabetismo, em diversas nações europeias a educação de crianças tornou-se obrigatória e gratuita. Aos poucos, aumentou o número de leitores de jornais, revistas e livros, e surgiram publicações voltadas para os públicos infantil e feminino, algumas delas com fotografias e ilustrações coloridas, algo pouco comum até aquele momento.

A nova burguesia europeia

Essas mudanças provocaram novas acomodações e rearranjos entre as classes sociais na Europa e em outras regiões do mundo (veja a seção *Passado presente*). A aristocracia tradicional, proprietária de grandes extensões de terras, embora reduzida,

continuava a ter uma força simbólica importante e a ocupar posições destacadas na sociedade. A burguesia, enriquecida pelas duas revoluções industriais, procurava ligar-se à aristocracia por meio de casamentos ou do convívio social.

Formada por empresários, industriais, banqueiros, grandes comerciantes, etc., a burguesia detinha boa parte do poder econômico e financeiro e captava o poder político de modo mais ou menos rápido.

Outro setor que conquistava um espaço político importante, embora não diretamente no poder, era a **classe média**. Faziam parte dela pequenos comerciantes, profissionais liberais, artesãos, lojistas, professores, funcionários públicos, etc. Eram pessoas com padrão de vida variado, pois entre elas havia assalariados não proletários, pequenos empresários, pessoas que trabalhavam por conta própria, etc. Sua importância política se devia ao fato de terem participação eleitoral decisiva e de constituírem a parte majoritária da opinião pública.

A classe operária

Surgida com a Revolução Industrial da segunda metade do século XVIII, o proletariado, ou classe operária, era formado por mineradores, ferroviários, portuários, trabalhadores industriais, etc. Era a classe mais numerosa da Europa e a que mais sofria com as **desigualdades sociais*** decorrentes da Revolução Industrial.

* Veja o filme *1900*, de Bernardo Bertolucci, 1976.

No início do surgimento do proletariado, os operários eram, em sua maioria, camponeses que haviam abandonado a zona rural e se mudado para as cidades em busca de melhores condições de vida (empregos, mais alimentos, moradias melhores, etc.). Uma vez nas cidades, porém, tiveram de se submeter ao estafante trabalho das fábricas e às péssimas condições sanitárias das moradias operárias.

Em greve, trabalhadores das minas de carvão da cidade de Harworth, na Inglaterra, participam de uma votação em abril de 1937. Repare que muitos desses mineiros usam boina, uma das marcas da identidade do proletariado na época.



Hulton-Deutsch Collection/Corbis/Latinstock

O que é classe social?

Entende-se por classe social cada um dos grandes grupos diferenciados que compõem a sociedade. Os critérios para definir-se um grupo social como classe são motivos de divergência. De modo geral, nessa caracterização privilegiam-se fatores socioeconômicos, como riqueza, apropriação dos meios de produção, posição no sistema de produção, profissão, nível de consumo e origem dos rendimentos. Considera-se ainda que os membros de uma classe social, além de terem no conjunto os mesmos interesses, tendem a compartilhar valores semelhantes.

Para Marx, o que caracteriza uma classe social é sua posição na produção e em relação à propriedade. No capitalismo, ele identificou duas classes sociais principais: burguesia – classe formada pelos donos dos meios de produção (fábricas, fazendas, etc.) – e proletariado, grupo constituído pelos trabalhadores assalariados sobretudo da indústria e do setor de transportes. [Atualmente] nas pesquisas de mercado, as classes são identificadas pura e simplesmente por estarem dentro de certas faixas construídas a partir dos níveis de renda e de consumo dos indivíduos (temos, assim, as classes A, B, C, D, etc.).

Adaptado de: SANDRONI, Paulo. *Novíssimo dicionário de economia*. 10. ed. São Paulo: Best Seller, 2002. p. 101.

Os trabalhadores, então, passaram a se organizar em associações de classe e a lutar por melhores condições de vida e de trabalho. Na França, essa luta levou a uma intensa participação política da classe trabalhadora, expressa no âmbito eleitoral, por meio da votação em grupos socialistas, e nas

tentativas de insurreições, como ocorreu em 1848 e em 1871, com a Comuna de Paris. Na Europa, a mobilização do proletariado culminou na criação da *Associação Internacional de Trabalhadores*, que reunia representantes da classe operária de diversos países do mundo, como mostra o boxe a seguir.

A Internacional dos Trabalhadores

Em 1864, representantes da classe operária de diversos países da Europa fundaram a *Associação Internacional de Trabalhadores*, posteriormente conhecida como *Primeira Internacional Socialista*. Entre os objetivos da organização estavam: obter o reconhecimento legal dos sindicatos, promover a solidariedade a todos os trabalhadores e às suas lutas e conquistar o poder político por meio de partidos genuinamente operários. Um de seus líderes mais renomados era Karl Marx, autor do manifesto inaugural da associação.

Dividida por divergências internas entre marxistas e anarquistas, a Primeira Internacional se dissolveu logo após a derrota da Comuna de Paris, em maio de 1871.

Em 1889, grupos socialistas de diversos países fundaram em Paris a *Segunda Internacional*. Dominada pelos marxistas, a associação teve por base partidos socialistas e social-democratas nacionais, desfazendo-se apenas com o início da Primeira Guerra Mundial, em 1914.

Album/Akg-Images/Lainstock



Mulheres de Petrogrado (atual São Petersburgo) saem às ruas da cidade em passeata, em foto de 1917. As manifestações femininas ajudaram a enfraquecer o governo do czar Nicolau II, na Rússia, que nesse mesmo ano abdicou do poder.

Em 1907, as mulheres realizaram em Stuttgart, na Alemanha, a primeira conferência da *Internacional Socialista de Mulheres*, na qual discutiram questões como o direito ao voto, a equiparação salarial com os homens e a garantia de outros direitos políticos às mulheres.

Em 1921, durante a Conferência Internacional das Mulheres Comunistas, foi aprovada a data de 8 de março para se celebrar o Dia Internacional da Mulher. Desde 1910 discutia-se a escolha de um dia para comemorar as conquistas dos direitos das mulheres, mas, como não se chegava a um consenso quanto à melhor data, mobilizações

anuais aconteciam em meses diferentes, de acordo com o país. O dia 8 de março foi o escolhido porque nessa data, em 1917, as operárias russas organizaram uma greve de grandes proporções que levou mais de 90 mil pessoas às ruas. As manifestantes protestavam contra o governo do czar russo Nicolau II e contra a falta de alimentos, e também exigiam que a Rússia saísse da Primeira Guerra Mundial, conflito iniciado em 1914 (veja o capítulo 2, a seguir). O movimento contribuiu significativamente para enfraquecer o governo czarista, que seria deposto poucos meses depois (veja o capítulo 3).

Como resultado da *Internacional de Trabalhadores*, ainda em 1864 o governo francês reconheceu o direito de greve. Três anos depois, permitiu que os trabalhadores formassem cooperativas de trabalho. Na Inglaterra, em 1875, o governo reco-

nheceu o direito dos operários de se organizarem em sindicatos. Já na Alemanha, a partir de 1880, foram aprovadas leis que garantiam a proteção social dos trabalhadores, como os seguros contra acidentes e doenças profissionais, aposentadoria, etc.

Enquanto isso...

A Revolução Mexicana

No México, uma revolução derrubava, em 1911, o ditador Porfirio Díaz (1830-1915), que se encontrava no poder desde 1876. Nessa época, quase todo o território mexicano pertencia a cerca de 840 latifundiários apenas.

A falta de terras para os pequenos agricultores e os baixos salários pagos pelos capitalistas estrangeiros aos trabalhadores, somados à opressão política, deram origem a vários conflitos no país, todos eles fortemente sufocados pelas tropas governamentais.

Em 1910, Francisco Madero (1873-1913), um aristocrata liberal defensor de reformas, liderou uma rebelião que culminou na queda do ditador no ano seguinte. Grande parte do êxito da revolta deveu-se a dois líderes camponeses: Pancho Villa (1878-1923) e *Emiliano Zapata** (1879-1919). Villa criou milícias revolucionárias no norte do México; Zapata organizou e armou forças camponesas no sul do país.

Uma vez no poder, Madero entrou em choque com Villa e Zapata: estes queriam uma reforma agrária que extinguisse os latifúndios; já o presidente Madero temia a radicalização do processo revolucionário. Em fevereiro de 1913, Madero foi

assassinado pelo general Huerta. Pouco depois, forças norte-americanas ocuparam o porto de Vera Cruz. Huerta afastou-se do poder e a Presidência da República passou a ser ocupada pelo liberal Venustiano Carranza.

Em 1917 foi aprovada uma nova Constituição e uma Lei Agrária que autorizava a desapropriação de grandes propriedades e a distribuição de terras entre os camponeses. Dois anos depois, Zapata era assassinado em uma emboscada armada por forças do governo. Carranza também seria morto em 1920 por soldados a serviço do general Álvaro Obregón, que em seguida se elegeria presidente da República. Terminava assim a Revolução Mexicana.

Emiliano Zapata, aqui representado em afresco de Diego Rivera (1886-1957), foi, juntamente com Pancho Villa, um dos líderes camponeses da Revolução Mexicana. Morreu em 1919, em uma emboscada montada por tropas de Venustiano Carranza.

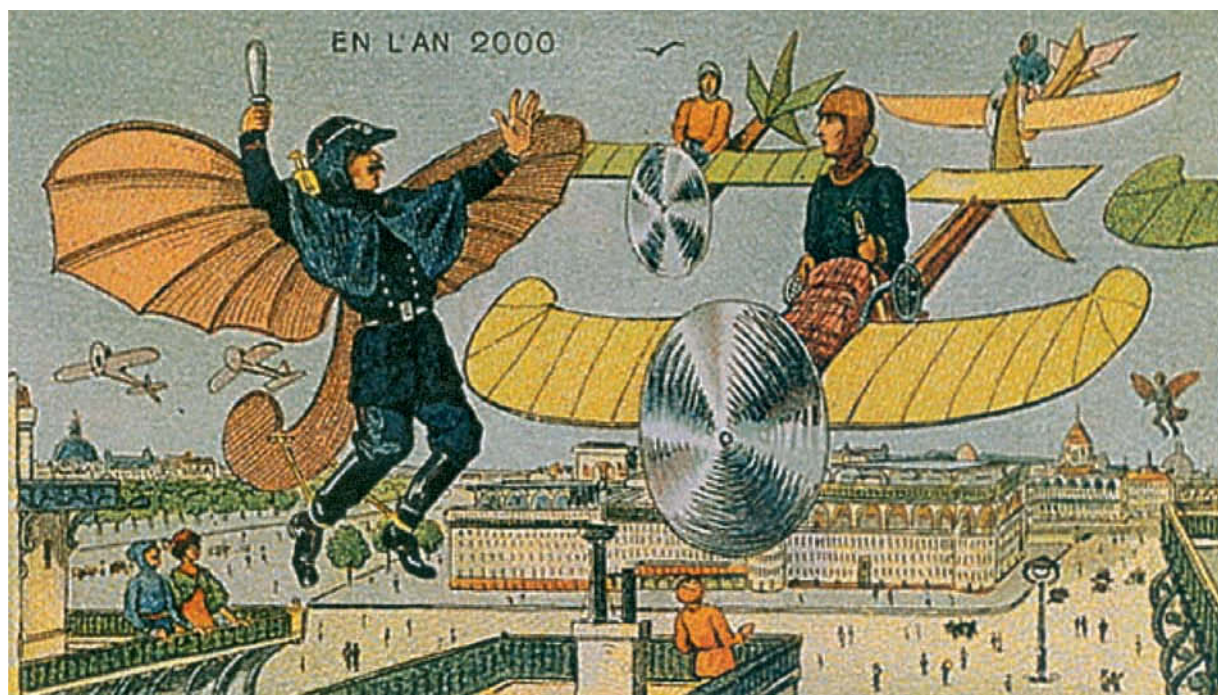
Palácio de Cortéz/México



1. Os avanços tecnológicos verificados a partir da segunda metade do século XIX contribuíram enormemente para configurar o chamado mundo moderno em que vivemos. Destaque alguns inventos daquela época.
2. Descobertas importantes ocorridas na área médica e da saúde ajudaram a melhorar as condições de vida da população a partir do final do século XIX. Cite algumas dessas melhorias e suas consequências.
3. Explique como algumas das transformações desencadeadas pela Segunda Revolução Industrial afetaram o modo de produção industrial e o consumo.
4. As invenções observadas a partir da segunda metade do século XIX ampliaram as possibilidades de acesso à arte e à diversão, antes restritas aos grupos sociais privilegiados. Explique por que o cinema pôde ser considerado, já naquela época, uma opção de lazer e diversão para muitas pessoas.
5. A luta pela democracia na Europa a partir de meados do século XIX resultou em importantes conquistas para a população de diversos países. Cite algumas dessas conquistas e explique como elas beneficiaram os grupos sociais mais pobres e as mulheres.
6. Apesar das mudanças socioeconômicas e políticas em curso após a segunda metade do século XIX e começo do século XX, a aristocracia tradicional continuava a ter uma "força simbólica" em vários países. Indique e explique quais aspectos tornavam isso possível, naquele contexto.
7. Os operários e os trabalhadores não proletários sofriam com as desigualdades sociais nas grandes cidades. Explique como o proletariado se configurou como uma classe social a partir da Revolução Industrial.

Interpretando DOCUMENTOS

As imagens a seguir foram produzidas pelo artista Villemard, na França, em 1910, e representam como ele imaginava que seria o mundo no ano 2000, ou seja, quase um século no futuro. Após observar cada uma delas, responda às questões a seguir.



Nesta litografia colorida, intitulada *O agente aviador* (1910), o artista francês Villemard representou imaginativamente como seria o trabalho dos agentes de trânsito no distante (para a época) século XXI.



Automóveis de guerra (1910), litografia colorida de Villemard. Assim imaginou o artista como seriam os veículos de guerra no ano 2000.

1. Em grupos, façam uma descrição oral das imagens, procurando evidenciar quais eram as expectativas dessa sociedade, representadas na obra do artista, com relação às possibilidades tecnológicas que começavam a surgir. Em seus comentários, procurem identificar se alguns dos elementos futuristas do desenho tornaram-se realidade atualmente.
2. Como você imagina o mundo daqui a cem anos aproximadamente? Elabore uma ilustração representando suas principais expectativas. Procure destacar quais aspectos da sociedade atual você imagina que irão permanecer e quais poderão desaparecer.

Hora DE REFLETIR

O título deste capítulo é *O mundo em transformação*. Com seus colegas, discuta a questão:

- Que aspectos do mundo atual demonstram que as sociedades humanas estão em permanente transformação?

Ao final, elaborem um texto resumindo as principais ideias do grupo.

Mundo virtual

- **Expositions – Site** (em inglês) com informações sobre a Exposição Internacional de Londres, na Inglaterra, realizada em 1851, apresentando os grandes avanços tecnológicos do período. Disponível em: <www.ndl.go.jp/exposition/e/s1/1851.html>. Acesso em: 7 jan. 2013.
- **The Centennial Exhibition – Site** (em inglês) com informações sobre a Exposição Internacional realizada em 1876, na Filadélfia, nos Estados Unidos, apresentando as novidades tecnológicas da época. Disponível em: <libwww.library.phila.gov/CenCol/index.htm>. Acesso em: 7 jan. 2013.

A Primeira Guerra Mundial

Time Life Pictures/Getty Images

Aviões imperceptíveis a radares, robôs movidos a controle remoto que localizam e desarmam bombas, submarinos nucleares e muito mais. Nos últimos anos, muitos países vêm gastando grandes somas de dinheiro em pesquisa e desenvolvimento de equipamentos bélicos ou, simplesmente, na compra das novidades da indústria de armas.

Pesquisa realizada pelo Instituto Internacional de Pesquisas para a Paz, de Estocolmo, na Suécia, revelou: nunca se gastou tanto com armas, equipamentos bélicos e outros aparatos militares como em 2011: 1,73 trilhão de dólares. Somente os Estados Unidos gastaram naquele ano 771 bilhões de dólares em armamentos. Em segundo lugar, veio a China, com 143 bilhões de dólares, seguida por Rússia, Reino Unido, França e Japão. O Brasil aparece em décimo lugar, com 35,4 bilhões de dólares.

Essa corrida armamentista da atualidade não é novidade: teve seu início na segunda metade do século XIX, com o desenvolvimento de vários segmentos industriais, incluindo o de armamentos, que supriu muitas nações com as várias novidades bélicas do período. Essa corrida às armas teve um custo muito alto para a humanidade: entre 1914 e 1918, países dos cinco continentes se envolveram em uma guerra que matou mais de 8 milhões de pessoas. Era a Primeira Guerra Mundial, que estudaremos neste capítulo.

Os gastos militares do governo dos Estados Unidos correspondem hoje a cerca de 45% dos gastos militares do mundo inteiro. Na imagem, vemos aviões de guerra da Marinha norte-americana sobrevoando o porta-aviões George Washington, ancorado no litoral da Coreia do Sul. Foto de 2010.

Objetivos do capítulo

- Compreender as causas e as consequências da Primeira Guerra Mundial, especialmente para os países europeus.
- Entender as origens do nacionalismo presente na Europa no início do século XX e sua influência para a ocorrência do conflito mundial.
- Compreender as mudanças geopolíticas na Europa após a Primeira Guerra Mundial.
- Conhecer a importância dos aparatos tecnológicos e das estratégias bélicas para a violência e o desenrolar do conflito, assim como sua repercussão no desenvolvimento atual da indústria bélica.



Hulton-Deutsch Collection/Corbis/Latinstock

Soldados franceses armados com equipamento antiaéreo durante a batalha do Somme. Travado entre julho e novembro de 1916, este foi um dos mais sangrentos confrontos da Primeira Guerra Mundial.



Mass Communication Specialist 3rd Class Charles Olin U.S. Navy/Getty Images

1 A paz armada

A guerra travada entre a França e a Prússia em 1870 foi o último grande conflito ocorrido na Europa no século XIX. Depois disso, o continente europeu atravessou um período de quase meio século de relativa paz.

Nesse período, a partilha de territórios da Ásia e da África entre alguns países europeus e o acelerado processo de industrialização das nações europeias estabeleceram um novo equilíbrio de forças na Europa. Inglaterra, França, Alemanha, Rússia, Império Austro-Húngaro e Itália projetaram-se como as grandes potências do continente, ao passo que o outrora poderoso Império Turco Otomano entrava em declínio.

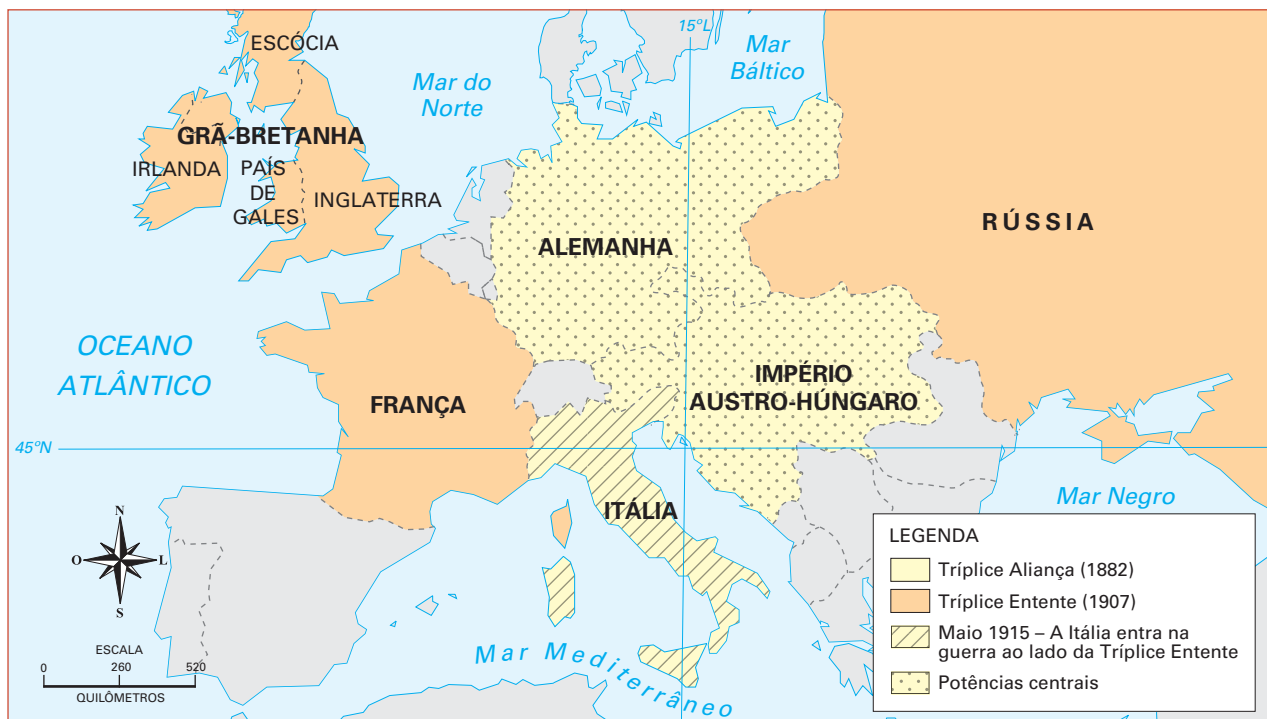
Para garantir o equilíbrio e assegurar-se de que nenhuma nação rival ameaçaria seus domínios, as potências começaram a modernizar e fortalecer seus exércitos: adotaram o serviço militar obrigatório, fortificaram suas fronteiras e investiram em armas cada vez mais sofisticadas. Essa corrida armamentista começou ainda modestamente no final da década de 1880 e se acelerou nas duas primeiras décadas do século XX. Segundo dados do historiador Eric Hobsbawm, os gastos militares dos britânicos, por exemplo, foram de 32 milhões

de libras esterlinas em 1887 e subiram para 77 milhões entre 1913 e 1914. Ao longo desse mesmo período, os gastos navais alemães aumentaram de 90 milhões de marcos por ano para quase 400 milhões.



Charge de 1885 ironiza a chamada “paz armada”: Bismarck (à esquerda, representando a Alemanha), Tio Sam (à direita, símbolo dos Estados Unidos) e John Bull (no centro, personificação da Grã-Bretanha) trocam farpas, mas não chegam a se enfrentar.

ALIANÇAS MILITARES EUROPEIAS EM 1914



Adaptado de: GRAND atlas historique. Paris: Larousse, 2006.

Fortemente armadas, essas nações evitavam guerrear entre si, preferindo resolver suas disputas por meio de acordos diplomáticos e alianças. Em 1882, por exemplo, os governos da Alemanha, do Império Austro-Húngaro e da Itália formaram a *Tríplice Aliança*. Em resposta, em 1907 os governos da Inglaterra, da França e da Rússia criaram a *Tríplice Entente* (veja o mapa da página 20).

Embora evitassem o confronto direto, o clima de tensão entre as potências europeias era muito grande. Na verdade, vigorava entre elas uma paz tensa e instável. Por isso, esse período ficou conhecido como o da *paz armada*.

Nacionalismo acirra conflitos

O forte nacionalismo dos povos europeus – outra importante característica desse período – acentuava antigos ressentimentos e instigava a rivalidade entre as nações. Os franceses, por exemplo, não se conformavam com o fato de ter perdido a Alsácia e a Lorena para os alemães no final da Guerra Franco-Prussiana (1870) e nutriam desejos de vingança.

Os alemães, por sua vez, ambicionavam ampliar seu império colonial. Por terem iniciado tardiamente sua participação na corrida imperialista – já que a unificação do país só ocorrera em 1871 –, eles se sentiam insatisfeitos com o que lhes coubera na partilha dos territórios da África e da Ásia. Tão ressentidos quanto eles encontravam-se os italianos, cujo país também se unificara tardiamente e pouco havia obtido na divisão imperialista do mundo.



Leonard de Selva/Corbis/Lainestock

Na capa do *Le Petit Journal* de fevereiro de 1914 lê-se, abaixo da ilustração: “O supremo devaneio do grande patriota”. A charge faz alusão ao forte nacionalismo dos povos europeus, que acirrava as rivalidades entre as nações.

Nos Bálcãs viviam povos de diversas etnias e culturas, como gregos, eslavos, sérvios, croatas, turcos e búlgaros. Esses povos estavam sob o domínio do Império Turco Otomano desde tempos remotos. Animados por fortes sentimentos nacionalistas, no século XIX eles passaram a se mobilizar contra o domínio turco otomano. Os primeiros a se emancipar foram os gregos, cuja independência foi conquistada em 1821; em 1878, contando com o apoio dos russos, que buscavam aumentar sua influência nos Bálcãs, Sérvia, Montenegro e Romênia também conquistaram sua autonomia política, enquanto a Bósnia-Herzegovina era colocada sob a tutela do Império Austro-Húngaro.

Em 1908, a Bósnia-Herzegovina foi formalmente anexada ao Império Austro-Húngaro. A medida reacendeu o nacionalismo dos povos da península. Os sérvios – interessados no território – foram os principais opositores da anexação.



O estopim da Guerra

As rivalidades explodiram no dia 28 de junho de 1914, quando o arquiduque Francisco Ferdinando, herdeiro do trono do Império Austro-Húngaro, e sua esposa, em visita à cidade de Sarajevo, na Bósnia, foram assassinados por um estudante bósnio simpatizante da Sérvia. O atentado seria considerado o estopim da Primeira Guerra Mundial.

No dia 28 de julho, o governo do Império Austro-Húngaro, contando com o apoio do governo alemão, seu parceiro na Tríplice Aliança, declarou guerra à Sérvia, acusando suas autoridades de conivência com o assassino do arquiduque. Os russos, aliados dos sérvios, colocaram suas tropas de sobreaviso.

Fiéis à sua aliança com a Áustria, os alemães declararam guerra aos russos e franceses, que integravam a Tríplice Entente, juntamente com os ingleses. No dia 4 de agosto, o governo da Inglaterra juntou-se a seus parceiros da Entente e entrou no conflito contra austro-húngaros e alemães.

Em pouco tempo, outros povos, como os japoneses, interessados nas possessões alemãs do Pacífico, e os turcos otomanos, adversários dos russos, também entraram no conflito: os primeiros ao lado da Tríplice Entente; os segundos, em apoio às potências centrais (isto é, Alemanha e Áustria). O governo italiano, cujo país fazia parte da Tríplice Aliança, manteve-se neutro inicialmente. Apenas em 1915, a Itália entrou na guerra ao lado da França, Inglaterra e Rússia. O Brasil declarou-se neutro logo no início do conflito, mas ao final decidiu entrar na guerra (veja o boxe a seguir).

O Brasil na guerra

Tão logo começou a Primeira Guerra Mundial, o governo brasileiro decretou a neutralidade e assim permaneceu ao longo dos três primeiros anos do conflito. A situação começou a se modificar em abril de 1917, quando o país rompeu relações diplomáticas com a Alemanha pelo fato de um submarino alemão ter afundado um navio comercial brasileiro no litoral norte da França. No mês seguinte, dois outros navios mercantes brasileiros foram bombardeados na Europa. Como represália, o governo do Brasil decretou o fim da neutralidade e apreendeu 45 embarcações alemãs ancoradas no litoral brasileiro. O ataque a um quarto navio mercante, em outubro de 1917, levou o Brasil a decretar guerra à Alemanha, tornando-se assim o único país da América do Sul a entrar no confronto mundial.

As tropas brasileiras eram, em sua maioria, mal-preparadas; o Exército e a Marinha contavam com pouca quantidade de armas e embarcações e as que existiam eram, de modo geral, obsoletas. Por essas características, segundo alguns analistas, a participação do Brasil no conflito foi muito mais “simbólica” do que de efetiva participação militar.

O governo brasileiro enviou em maio de 1918 seis navios de combate e mais dois navios auxiliares que ficaram navegando ao longo da costa da África para observar a movimentação das forças inimigas. O Brasil também enviou uma missão de

92 médicos à França com o objetivo de instalar um hospital militar em Paris. Porém, mais do que atender feridos de guerra, os médicos acabaram cuidando principalmente das vítimas da gripe espanhola, que se espalhava rapidamente.

Essa doença, que se alastrou pelo mundo entre 1918 e 1919, era capaz de matar uma pessoa em até 72 horas depois de sua contaminação. Por ter aparecido ainda no período de guerra, sua propagação foi facilitada pelos deslocamentos das tropas militares pelos campos de batalha. Segundo algumas estatísticas (consideradas conservadoras, atualmente), a gripe espanhola matou 22 milhões de pessoas em todo o mundo, número superior ao dos mortos nos combates da Primeira Guerra Mundial.

Diálogos

Ao fazer a necropsia de soldados norte-americanos mortos na Primeira Guerra Mundial pela gripe espanhola, cientistas descobriram que essa doença foi provocada pelo vírus influenza H1N1. Trata-se do mesmo agente causador da chamada gripe suína, que se alastrou rapidamente pelo mundo em 2009. Reúna-se a seu grupo de colegas e, com a ajuda do professor de Biologia, elaborem um cartaz divulgando os cuidados necessários para evitar o contágio da gripe suína ou de outras doenças causadas por vírus.

2 Brutalidade sem precedentes

Inicialmente, os líderes europeus acreditavam que a guerra não duraria muito tempo. O conflito, porém, revelou-se muito mais difícil de ser superado: durou quatro anos, envolveu muitas nações e teve ações de uma brutalidade sem precedentes, afetando a vida não só dos militares diretamente engajados, mas também da população civil, que não fazia parte das frentes de batalha (veja o boxe na página seguinte).

Todos os avanços tecnológicos da indústria bélica foram utilizados no conflito. Outros equipamentos sofisticados foram desenvolvidos no decorrer da guerra. Além de armamentos já considerados antigos, como morteiros, granadas, canhões e metralhadoras, pela primeira vez na história utilizaram-se armas químicas, submarinos e lança-chamas. Até mesmo *aviões** foram empregados para bombardear tropas em terra.

* Veja o filme *Flyboys*, de Tony Bill, 2006.



Reprodução: J. Carlos/O Carreta

Charge de J. Carlos publicada em abril de 1918 na revista *Caretta*. Ela critica a insistência do governo alemão em permanecer na I Guerra Mundial. Na imagem, o *kaiser* (imperador) alemão Guilherme II diz a um de seus oficiais: “É preciso inventar uma pena para punir estes desertores que abandonam a Pátria antes de tempo”.

Os efeitos da guerra sobre a população civil

A antiga conexão entre alimentos e sucesso militar foi expressa pelo dito de Napoleão [Bonaparte]: “Um exército marcha com seu estômago”. A Primeira Guerra Mundial, no entanto, encontrou uma situação nova, em que as populações civis, longe de qualquer campo de combate, tornaram-se vulneráveis à fome e à doença induzidas pela guerra.



Cartaz do Ministério da Agricultura do governo francês incentivando a população a cultivar batatas como forma de suprir a falta de alimentos durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

A comida foi uma questão de vida e morte durante a guerra nas cidades do norte da Rússia, onde, em 1917, havia filas intermináveis para receber suprimentos mínimos e não regulados de provisões mais básicas. As filas para pão em Petrogrado, onde as pessoas permaneciam durante horas todos os dias e, às vezes, todas as noites, funcionavam como centros de informação não oficiais e tornaram-se incubadoras da Revolução Russa, iniciada em 1917. As filas também eram parte da vida no tempo de guerra na França, onde o racionamento de carvão, óleo e alguns alimentos pelo governo começou em 1918.

Na Grã-Bretanha, a guerra representou mais privação do que fome. No final de 1916, os controles do governo só permitiam que as lojas de alimentos tivessem metade de seu estoque. No início de 1918, quando a intensificação da guerra com submarinos estava afetando seriamente a importação de alimentos, foi introduzido o racionamento por pessoa, principalmente de açúcar, chá, margarina, *bacon*, queijo, manteiga e, a partir de abril [de 1918], carne.

No início da guerra, os civis alemães confiaram na promessa do governo de uma guerra curta. Eles

não estavam preparados para os efeitos do bloqueio Aliado, que começaram a surgir em poucos meses, particularmente em Hamburgo e Berlim. Em 1915, os berlinenses foram os primeiros alemães a receber cartões de racionamento de pão. Não demorou para que carne, laticínios, batata, açúcar, cereais e sabão também só fossem obtidos por meio dos cartões. Quando a carne se tornou escassa, as pessoas recorreram a iguarias duvidosas, como morsa em conserva e corvo cozido. O mercado negro cresceu e havia filas por toda parte. O inverno de 1916-1917 ficou conhecido como “inverno dos nabos”, porque, depois de uma colheita desastrosa de batatas, nabos e beterrabas tornaram-se alimentos básicos.

A guerra foi também um estímulo para a abertura de novas oportunidades de emprego. As mulheres foram trazidas para as fábricas francesas. Em 1918, mais de um milhão de mulheres na França estavam trabalhando em defesa nacional, armamento e aeronáutica. No Império Austro-Húngaro, em 1916, 42,5% dos trabalhadores na indústria pesada eram mulheres – a título de comparação, eram 17,5% em 1913. O mesmo aconteceu na Alemanha, onde, em 1918, as mulheres compunham 35% da força de trabalho industrial.

As mulheres passaram ainda a exercer atividades antes restritas aos homens, como dirigir ônibus e ambulâncias e também foram para as frentes de batalha. O Batalhão da Morte, do exército russo, todo composto de mulheres, foi organizado por Maria Bochkareva, que havia trabalhado como capataz de fábrica antes da guerra. Depois de fazer uma solicitação diretamente ao czar, ela conseguiu permissão para se tornar soldado e passou dois anos na trincheira.



Com a ida dos homens para as frentes de batalha, as mulheres conquistaram espaço no mercado de trabalho. Nesta fotografia de 1918, colorizada digitalmente, vemos mulheres do estado da Pensilvânia, nos Estados Unidos, empregadas em uma indústria de armamentos.

Em 1917, quando havia alcançado o posto de sargento, Maria Bochkareva formou seu Batalhão da Morte feminino na esperança de levantar o estado de espírito de seus colegas soldados (muitos dos quais estavam desertando) e incitá-los a uma investida vitoriosa contra o inimigo. As mulhe-

res de Bochkareva raspavam a cabeça e vestiram uniformes comuns do exército e antes de partir para a frente, reuniram-se em Moscou para receber a bênção da igreja russa.

Adaptado de: WILLMOTT, H. P. *Primeira Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. p. 124-130.

As rivalidades entre as nações foram acirradas também pelas campanhas publicitárias, muitas delas mentirosas, criadas nos dois lados das frentes de batalha. Cartazes e pôsteres procuravam retratar o inimigo como selvagem ou bárbaro e estimulavam o nacionalismo da população.

Nos primeiros meses, o conflito caracterizou-se pela chamada *guerra de movimento*: as tropas procuravam se mobilizar rapidamente em campo aberto, com o propósito de conquistar territórios. A tática, porém, revelou-se infrutífera: os avanços territoriais eram pequenos e as perdas humanas, muito grandes.

Diante do equilíbrio de forças, os chefes militares passaram a adotar uma nova tática: a *guerra de posições* ou de *trincheiras*. Nessa forma de combate, utilizada durante quase todo o conflito, eram abertas no terreno valas estreitas, profundas e de grande extensão, protegidas por rolos de arame farpado – as *trincheiras**. Ali, os combatentes mantinham fogo permanente contra o inimigo e se defrontavam com novas adversidades: lama, frio, ratos, doenças.

* Veja o filme *Feliz Natal*, de Cristian Carion, 2005.

No período final da guerra, dois fatos cruciais mudaram o rumo dos combates. Um deles foi a entrada dos norte-americanos no conflito em abril de 1917, ao lado dos países da Entente, chamados genericamente de *aliados*. O outro ocorreu em março de 1918, quando o governo da Rússia decidiu sair da guerra (leia o capítulo seguinte).

Pouco depois da entrada norte-americana, os beligerantes retomaram as táticas de guerra de movimento. Dessa vez, graças principalmente ao grande número de soldados enviados pelo governo dos Estados Unidos, os aliados tiveram êxito, obrigando seus adversários a recuar. Em 30 de outubro de 1918, o *governo turco otomano se rendeu**; pouco depois, em 3 de novembro, foi a vez de o governo austro-húngaro firmar sua rendição; no dia 11 de novembro, finalmente, os alemães também se renderam, reconhecendo a derrota.

* Veja o filme *Lawrence da Arábia*, de David Lean, 1962.

Acordos de paz

A Primeira Guerra Mundial chegou ao fim depois de ter provocado a morte, segundo estimativas, de 8 milhões de pessoas e deixado 20 milhões de *inválidos** e milhões de órfãos, desempregados e desabrigados. Além disso, milhares de jovens combatentes voltaram para suas casas com *neurose de guerra**, distúrbio psíquico que provoca alucinações e levou muitos à loucura.

* Veja o filme *Johnny vai à guerra*, de Dalton Trumbo, 1971.

* Veja o filme *O retorno do soldado*, de Alan Bridges, 1982.

Terminados os combates, tiveram início os acordos diplomáticos para definir o novo mapa europeu e os termos da paz mundial. O mais conhecido dentre esses acordos foi o *Tratado de Versalhes*, firmado em junho de 1919.

Considerados em seu conjunto, os acordos de paz alteraram substancialmente a configuração geopolítica da Europa naquele momento:

- O Império Austro-Húngaro desintegrou-se, dando origem a três novos países: Áustria, Hungria e Tchecoslováquia.
- O Império Turco Otomano também desapareceu e deu origem à Turquia. Seu território foi desmembrado e boa parte dele passou para o controle de franceses e ingleses.
- A Alemanha foi o país que sofreu o maior número de sanções. Seu governo foi obrigado a devolver a Alsácia e a Lorena à França, suas colônias passaram para as mãos dos vencedores e suas forças armadas sofreram importantes restrições: não poderiam ultrapassar mais de 100 mil homens nem poderiam ter armamentos estratégicos, como canhões e submarinos. Além disso, o governo alemão teve de pagar uma indenização de 132 milhões de marcos aos países vencedores.
- Por proposta do presidente norte-americano Woodrow Wilson, em 1920 foi criada a *Liga das Nações*, associação de vários países com sede em Genebra, na Suíça, destinada a garantir a paz e a segurança mundial.

A guerra de 1914-1918 deixou a economia alemã arrasada. Já para os norte-americanos, ela trouxe vantagens econômicas importantes. Durante o período em que se mantiveram neutros, eles obtiveram lucros enormes com a venda de armas e alimentos aos governos dos países envolvidos no conflito. Ao

mesmo tempo, fizeram vultosos empréstimos aos governos da França e da Inglaterra. Dessa forma, ao terminar a guerra, os Estados Unidos haviam se transformado na maior potência econômica do mundo, passando a ocupar o posto que até então pertencera à Inglaterra.

A EUROPA EM 1923



Adaptado de: GRAND atlas historique. Paris: Larousse, 2006.

Enquanto isso...

Judeus, árabes e a Palestina

Em 1917, ano em que os Estados Unidos entraram na Primeira Guerra Mundial, o governo da Inglaterra entregava a lideranças judaicas o documento conhecido como *Declaração de Balfour*. Por meio dele, os ingleses comprometiam-se a trabalhar para criar um “Lar Nacional” para os judeus em terras palestinas.

A assinatura do documento foi um grande alento para os judeus, que se encontravam dispersos pelo mundo desde o ano 70 d.C., quan-

do foram expulsos de Jerusalém pelos romanos. A Declaração respondia, principalmente, aos anseios dos participantes do sionismo, movimento surgido na comunidade judaica europeia em fins do século XIX que, influenciado pelos ideais socialistas, defendia o retorno dos judeus à Palestina.

Os sionistas revitalizaram o hebraico, idioma restrito até então aos religiosos, começaram a batizar seus filhos com nomes bíblicos e muitos migraram para a Palestina, ocupada pelos árabes.

Em 1914, já havia 60 mil judeus naquela região; em 1931, eram cerca de 150 mil. Nessa época, iniciaram-se os primeiros confrontos entre árabes e judeus, que se estendem até os dias de hoje.

Sua comunidade

A luta pela terra está no cerne do conflito entre árabes e palestinos. Em sua comunidade existem também disputas pela posse de terras? Como elas se manifestam? Discuta o assunto em sala de aula; se preciso, realize pesquisa buscando dados atuais a respeito disso. Depois, reúna-se com seu grupo de colegas e registrem suas conclusões em um resumo.



GPO/Getty Images

Membros do Hashomer, uma organização de segurança judaica, criada em 1909, para proteger os assentamentos sionistas na região da Palestina. Foto de 1909.

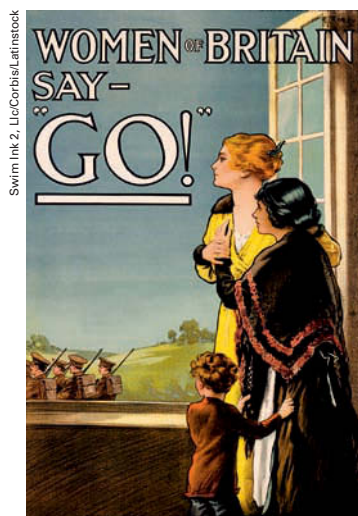
Organizando AS IDEIAS

ATENÇÃO: NÃO ESCREVA NO LIVRO. RESPONDA SEMPRE NO CADERNO.

1. A ausência de confrontos diretos envolvendo as nações europeias logo após a Guerra Franco-Prussiana não significou o fim das tensões entre os países do continente. Por que esse período ficou conhecido por “paz armada”?
2. O nacionalismo contribuiu para aumentar as rivalidades entre as nações no período que antecedeu a Primeira Guerra Mundial. Destaque os principais aspectos motivadores desse movimento nacionalista em território europeu.
3. No período da “paz armada” muitos conflitos entre as nações europeias foram evitados por meio da formação de alianças militares. Como foram compostas essas alianças?
4. Que relação pode ser estabelecida entre o desenvolvimento tecnológico ocorrido a partir da segunda metade do século XIX e a Primeira Guerra Mundial?
5. Durante os quatro anos que durou a Primeira Guerra Mundial, o conflito passou por diferentes fases. Elabore um resumo explicando as principais características das táticas empregadas em cada uma dessas fases da guerra.
6. A Primeira Guerra acabou por influenciar novas formas de participação da mulher na sociedade europeia. Como se podem explicar essas mudanças sociais, com relação ao conflito?
7. A entrada dos Estados Unidos no conflito foi decisiva para a derrota da Tríplice Aliança. Qual foi o impacto da Primeira Guerra Mundial para a economia norte-americana?
8. O Tratado de Versalhes, assinado em junho de 1919, foi um dos principais acordos firmados entre as nações participantes da Primeira Guerra. Destaque algumas das medidas que evidenciam as severas sanções à Alemanha.
9. Os tratados e acordos de paz firmados ao final da Primeira Guerra Mundial também redefiniram o mapa europeu. Compare os mapas das páginas 20 e 25 e descreva as mudanças geopolíticas ocorridas na Europa após a Primeira Guerra Mundial.

A propaganda desempenhou importante papel durante a Primeira Guerra Mundial, pois, por meio dela, os governos procuravam obter o apoio da população para superar as adversidades do dia a dia e somar os esforços para derrotar o inimigo. Os cartazes a seguir foram produzidos pelo governo britânico durante o conflito e são um exemplo dessa iniciativa. Depois de analisá-los, responda ao que se pede.

CARTAZ 1: “Mulheres da Grã-Bretanha, digam – ‘Vá!’”.



CARTAZ 2: “Homens da Inglaterra! Vocês aguentarão isto? 78 mulheres e crianças foram mortas e 228 mulheres e crianças foram feridas pelos soldados alemães. Alistem-se agora”.



1. Que argumentos, expressos nos textos e nas imagens, são utilizados nos cartazes para convencer os homens a se alistarem na guerra?
2. A partir dos cartazes é possível identificar algum efeito da guerra para a população civil que não participava das frentes de batalha?
3. A Primeira Guerra Mundial marcou o fim do período conhecido como *Belle Époque*, caracterizado pela euforia diante das possibilidades da tecnologia em desenvolvimento e pela segurança no progresso da humanidade. Com base nas informações do capítulo, explique por que essas ideias foram abaladas com o advento da guerra.

Hora DE REFLETIR

O desenvolvimento tecnológico de vários equipamentos bélicos foi decisivo nos combates durante a Primeira Guerra Mundial. Nos conflitos atuais, a tecnologia é a grande aliada das tropas: robôs que percorrem terrenos perigosos para os humanos, jogos de *videogame* que ensinam a usar determinadas armas e a “curar” traumas de guerra, além de armas superpotentes que atingem alvos específicos

a distância. Em sua opinião, esse avanço pode contribuir para a diminuição da mortalidade durante os conflitos bélicos? Eles ajudam a camuflar os horrores da guerra e estimulam o interesse pelo “espetáculo” tecnológico divulgado em todo o mundo? Elabore uma dissertação defendendo seus pontos de vista. Ao final, prepare um argumento para expor oralmente, de modo sucinto, para a classe.

Mundo virtual

- Primeira Guerra – *Site* (em inglês) com diversos conteúdos multimídia sobre a Primeira Guerra Mundial. Disponível em: <www.firstworldwar.com/index.htm>. Acesso em: 7 jan. 2013.

A Revolução Russa

De Agostini/Getty Images

Exames de DNA puseram fim a um dos mistérios da história recente da Rússia: todos os membros da família imperial russa foram realmente mortos pelos revolucionários socialistas que, em 1917, puseram fim à monarquia no país. Um dos rumores que rondavam a ocorrência desse fato era o de que dois filhos do czar Nicolau II – a grã-duquesa Anastácia e seu irmão Alexei – teriam sobrevivido à execução da família imperial, ocorrida em 1918, meses depois de os bolcheviques terem assumido o poder na Rússia.



Família imperial russa, em fotografia de 1915. No centro, o czar Nicolau II, tendo atrás, à direita, sua mulher, a imperatriz Alessandra. Da esquerda para a direita vemos os filhos do casal: as grã-duquesas Tatiana, Maria, Anastácia, o herdeiro do trono, Alexei, e a grã-duquesa Olga.

Objetivos do capítulo

- Conhecer o contexto socioeconômico e político da Rússia no final do século XIX e princípio do século XX.
- Relacionar o início do processo de industrialização na Rússia à formação de uma classe operária urbana que resultaria em uma série de levantes revolucionários no início do século XX.
- Compreender as diversas etapas do processo revolucionário na Rússia e perceber a relação entre elas.
- Perceber a mudança de rumos na implantação do sistema comunista na Rússia, desde os movimentos operários de 1917 e a formação dos soviets até a consolidação do regime autoritário de Josef Stalin.
- Reconhecer a importância do desenvolvimento tecnológico e suas implicações para as mudanças da sociedade ocorridas na Rússia nas primeiras décadas do século XX.

As dúvidas sobre a morte de todos os membros da família surgiram na década de 1920, quando uma operária polonesa, de nome Anna Anderson, alegou ser, na verdade, a grã-duquesa Anastácia. O suspense persistiu até 1984, ano em que Anna morreu e exames de DNA confirmaram que a polonesa havia mentido. As dúvidas, no entanto, continuaram: em 1991, especialistas abriram a sepultura na qual foram enterrados os membros da família imperial e em seu interior não foram encontrados os restos mortais de Anastácia e de Alexei. Somente em 2007 um grupo de pesquisadores encontrou uma sepultura com dois corpos, cujos exames de DNA em 2009 comprovaram ser dos filhos do czar.

Neste capítulo estudaremos como ocorreu o processo que pôs fim à monarquia na Rússia e levou ao poder o Partido Bolchevique, responsável por instaurar o comunismo no país, um regime que vigorou até 1991.

1 A Rússia no início do século XX

A Rússia consolidou-se como Estado no final do século XVI, sob o governo de Ivan IV, o Terrível, que adotou o título de czar. Com ele, teve início o absolutismo e a expansão territorial do país. Essa expansão se prolongou até o final do século XIX, quando a Rússia se transformou em uma das mais extensas nações do planeta, com mais de 22 milhões de quilômetros quadrados. Por volta de 1914, sua população chegava a 174 milhões de pessoas.

Apesar desses números, até o início do século XX a economia russa permanecia predominantemente baseada nas atividades rurais. Enquanto a Inglaterra e outros países europeus contavam com parques industriais e encontravam-se em plena Segunda Revolução Industrial, a Rússia dispunha de poucos centros fabris. Ali, os operários trabalhavam em ambientes insalubres, com salários extremamente baixos e enfrentavam jornadas de até 14 horas diárias.

No campo, a situação era ainda pior: 85% da população total do país era constituída por camponeses pobres. A maioria deles vivia sob o regime feudal de servidão. A abolição do regime servil, em 1861, não contribuiu para melhorar sua situação, pois eles continuaram a viver sob o domínio dos grandes proprietários rurais.

Politicamente, vigorava no país uma espécie de monarquia absolutista – o *czarismo* –, que reprimia qualquer manifestação contrária ao governo. As forças que davam sustentação política ao czar eram formadas pelos donos de terras (nobreza), pelos militares e pela Igreja Ortodoxa.

A repressão e o autoritarismo provocaram o surgimento de grupos clandestinos de oposição, defensores de mudanças econômicas, sociais e políticas.

A caminho da industrialização

Economicamente atrasada em relação à Europa ocidental, a Rússia só começou a se industrializar no final do século XIX.

A industrialização russa concentrou-se em três pontos do território, todos na porção europeia do país: na capital São Petersburgo (região noroeste do país), em Moscou (a oeste) e na região do rio Don (que nasce no planalto Central Russo, ao sul de Moscou, e deságua no mar de Azov). Assim, no começo do século XX a Rússia era um país camponês com alguns locais de alta concentração industrial, mantida sob um sistema político arcaico – a autocracia absolutista –, que não se interessava em implantar reformas políticas e sociais.

Bolcheviques e mencheviques

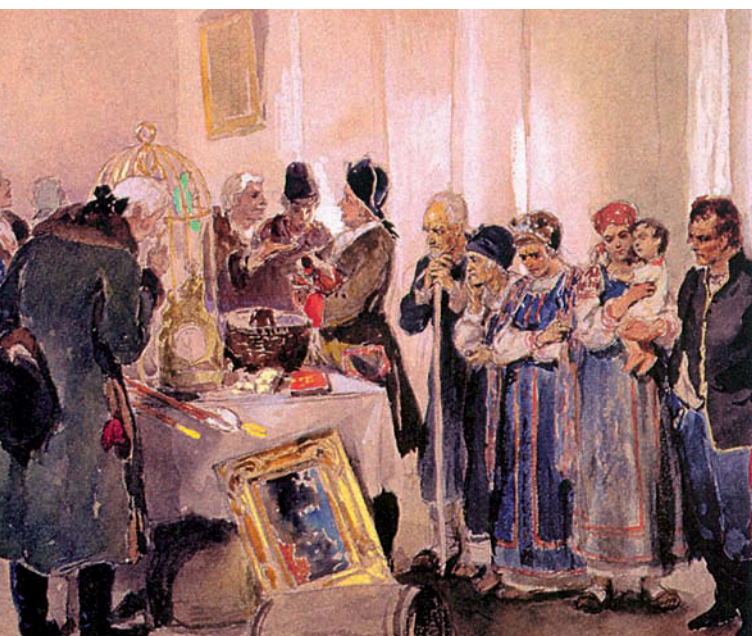
O crescimento industrial russo refletiu-se no desenvolvimento das cidades: entre 1860 e 1914, a população urbana passou de 6 milhões para quase 19 milhões de pessoas.

Vivendo e trabalhando sob péssimas condições, os operários russos começaram a se organizar em associações. Em 1898, intelectuais e membros da classe trabalhadora formaram o *Partido Operário Social-Democrata Russo* (POSDR), grupo clandestino de orientação marxista.

Em 1903, o POSDR agrupava membros com duas tendências. Uma delas era a dos *bolcheviques*, liderada por *Lenin** (pseudônimo de Vladimir Ilitch Ulianov). Essa facção propunha a formação de uma aliança operário-camponesa para lutar pelo poder como primeiro passo para se chegar ao socialismo, o que, segundo Lenin, só seria possível por meio de uma revolução.

A outra tendência era a dos *mencheviques*. Mais moderados do que os bolcheviques, eles defendiam que era preciso apoiar a burguesia, pois esta deveria liderar a luta contra o czarismo em uma revolução democrática. Apenas depois disso a classe operária poderia se organizar para a revolução socialista.

Klavdij Vasiliyevich Lebedev/Akhangelak Museum, Moscou



Aquarela *Leilão de servos*, de 1910, do pintor russo Klavdij Vasiliyevich Lebedev, mostra cinco servos (à direita) à espera de ser leiloados. Ao fundo, vemos possíveis compradores. Cenas desse tipo foram comuns até 1861, ano em que a servidão foi extinta na Rússia.



General Photographic Agency/Hulton Archive/Getty Images

Membros da tendência bolchevique do Partido Operário Social-Democrata Russo (POSDR) em fotografia de 1915. Entre os militares, encontra-se Josef Stalin (3º em pé, da esquerda para a direita), que viria a ser dirigente da União Soviética após a morte de Lenin, em 1924.

2 A revolução de 1905

Em 1905, a Rússia saiu derrotada da Guerra Russo-Japonesa (1904-1905) pela posse da Manchúria e da Coreia. A derrota contribuiu para aumentar o descontentamento da população com o governo russo.

Em janeiro de 1905, ainda durante o conflito, cerca de 200 mil pessoas, lideradas pelo padre Georg Gapon, saíram às ruas de São Petersburgo, capital do país, em manifestação pacífica pela implantação de uma Assembleia Constituinte e por melhores condições de vida e de salário. Forças do governo dispararam contra a multidão, matando cerca de mil pessoas.

Conhecido como *domingo sangrento*, o massacre repercutiu em toda a Rússia, levando à radicalização dos protestos. Greves, saques e manifestações eclodiram por toda parte.

No mar Negro, os marinheiros do *encouraçado Potenkim** se sublevaram. Em outubro, uma greve geral paralisou o país.

Nas grandes cidades foram criados *soviets*, conselhos formados por representantes dos trabalhadores para tomar decisões políticas na luta contra o czarismo (veja a seção *Eu também posso participar*, a seguir). O soviete mais importante era o da capi-

* Veja o filme *O encouraçado Potenkim*, de Sergei Eisenstein, 1925.

tal São Petersburgo, presidido por Lev Davidovich Bronstein, conhecido como Leon Trotski.

Encurralado pelo movimento, o czar Nicolau II cedeu a algumas de suas exigências: legalizou os partidos políticos e concedeu poderes legislativos à Duma (uma espécie de Parlamento). No entanto, ao mesmo tempo, reprimiu duramente os soviets e o movimento grevista. Trotski, líder do soviete de São Petersburgo, e outros líderes foram presos.

Se a revolução de 1905 não chegou a derrubar o governo czarista, conseguiu, ao menos, interferir na transformação do país em uma monarquia constitucional. O governo de Nicolau II continuou mantendo, no entanto, características autoritárias: a polícia permaneceu exercendo forte censura à imprensa e o czar podia dissolver a Duma a qualquer momento.

3 A Revolução de Fevereiro de 1917

O governo russo entrou na Primeira Guerra Mundial (1914-1918) com um exército numeroso (mobilizou cerca de 15 milhões de soldados durante o conflito), mas despreparado militarmente: muitos combatentes russos foram enviados à frente de batalha desprovidos de botas e fuzis. Durante o conflito milhares de soldados morreram ou desertaram.

A guerra desorganizou completamente a economia interna do país: fome, desemprego, inflação. No dia 27 de fevereiro de 1917* (ou 12 de março no calendário ocidental), a população de São Petersburgo e de outras cidades se revoltou. O czar foi obrigado a abdicar e foi implantado um governo provisório eleito pela Duma e composto de liberais e mencheviques. Ao mesmo tempo, operários, camponeses, soldados e marinheiros organizaram soviets por todo o país. O historiador Marc Ferro afirma que “no início da revolução, o governo e os soviets se equilibravam: o primeiro tinha o poder sem a força e o segundo, a força sem o poder”.

* Leia o livro *Dez dias que abalaram o mundo*, de John Reed, Ediouro.

Os soviets e a democracia participativa

Os soviets surgiram inicialmente como um conselho de trabalhadores democraticamente eleitos, com o objetivo de impulsionar as lutas sociais e políticas dos russos. Esses conselhos eram compostos de operários, camponeses, soldados e intelectuais. Tinham grande atuação, organizando greves, intermediando negociações entre patrões e empregados, publicando jornais, etc.

Eles se espalharam rapidamente pelo país e ganharam influência. Exerciam a fiscalização das ações governamentais e, em momentos críticos, chegaram a assumir responsabilidades que eram do governo, como cuidar do abastecimento, do trânsito, da iluminação, da saúde pública. Como afirma o historiador Marc Ferro, os soviets se constituíram como uma espécie de poder paralelo dentro da Rússia, de tal forma que os bolcheviques os viam como um embrião de um futuro estado socialista.

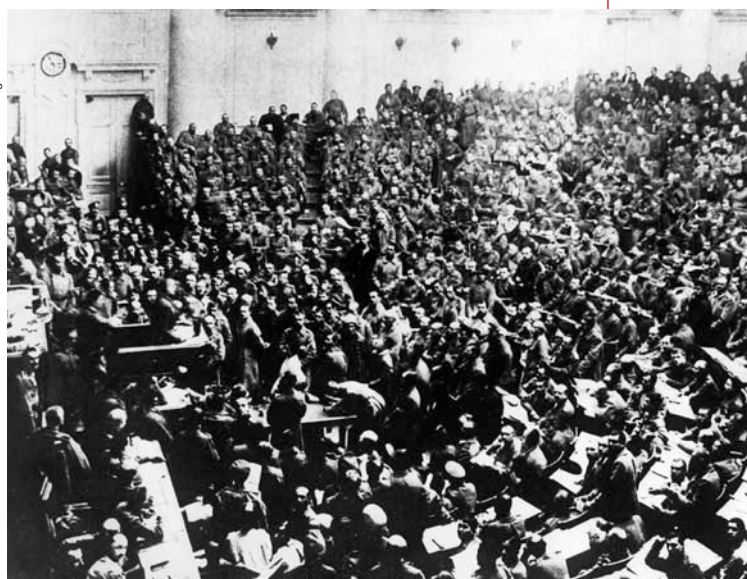
Os soviets assumiram, naquele momento, diversas demandas políticas e econômicas da população russa: a retirada das tropas russas da Primeira Guerra Mundial, a implantação da reforma agrária, a luta por melhores salários e direitos sociais para a classe trabalhadora. Esses órgãos desempenharam, portanto, papel de protagonismo com relação à política nacional russa, mas tiveram seu poder esvaziado devido ao autoritarismo burocrático que se instalou no país a partir da década de 1920.

Esse tipo de participação popular na tomada de decisões sobre as políticas públicas não é algo exclusivo do passado na Rússia. No Brasil, por meio de instâncias variadas, como cooperativas, sindicatos, associações de bairro, organizações não governamentais, etc., os cidadãos conseguem, por exemplo, definir prioridades para o destino dos gastos públicos, propor projetos de lei ou mudanças na legislação vigente, cobrar dos representantes políticos no governo o cumprimento das promessas de campanha eleitoral, conhecer a forma de utilização dos impostos arrecadados, etc.

É o que hoje chamamos de democracia participativa, assegurada à população brasileira com a promulgação da Constituição de 1988. Veja a seguir alguns exemplos de como se pode pôr em prática esse direito e também outras formas de reivindicar nossos direitos de cidadãos.

- Os políticos não são os únicos a decidir quais projetos de lei devem ser debatidos no Congresso. Entidades da sociedade civil, ONGs, sindicatos, associações e órgãos de classe podem enviar sugestões de leis e de emendas para serem avaliadas pelos deputados e senadores. Para tanto, basta entrar em contato (inclusive por meio da internet) com a Comissão de Legislação Participativa (CLP) da Câmara dos Deputados, em Brasília.
- Muitas prefeituras põem em prática o orçamento participativo. Por meio desse mecanismo, os munícipes podem participar de assembleias nas quais influenciam ou decidem onde o governo municipal deverá investir a verba do orçamento público. Se onde você vive existe esse mecanismo, aproveite tais reuniões para discutir coletivamente as melhorias que você deseja para seu município.
- Os conselhos tutelares são órgãos públicos municipais de caráter autônomo e permanente que recebem denúncias e queixas de violações dos direitos das crianças e adolescentes. São formados por cinco pessoas eleitas pela comunidade para um mandato de três anos. Pessoas com mais de 21 anos podem participar do conselho tutelar da cidade em que vivem.

Album/AGG-images/Lainstock



Assembleia realizada em 27/2/1917 (12 de março no calendário ocidental) pelos operários do soviete de Petrogrado (atual São Petersburgo), contrários ao governo do czar Nicolau II. Três dias depois, o czar abdicou.

- Por meio da participação em agremiações, associações de bairro e organizações não governamentais podem ser obtidas informações sobre as necessidades de sua comunidade e cidade.
- É importante acompanhar a atuação dos políticos durante o período de legislação e cobrar deles o cumprimento de suas promessas de campanha eleitoral. Para quem não pode fazer isso pessoalmente, uma alternativa é o correio eletrônico. Os endereços de *e-mail* de senadores, deputados, vereadores, por exemplo, estão disponíveis nos *sites* do Congresso Nacional (<http://www2.camara.gov.br/> e <http://www.senado.gov.br/sf/>), das assembleias estaduais e câmaras municipais.

Sua comunidade

Reúna-se a seu grupo de colegas e, a partir das informações do texto, realizem um levantamento sobre os instrumentos efetivos de participação política em sua cidade, comunidade ou bairro. Pesquisem na prefeitura e na Câmara Municipal quais são os conselhos organizados atualmente. Informem-se sobre o que fazem e como estão estruturados. Busquem também informações sobre associações, ONGs ou outros grupos sociais que são atuantes na cidade. Depois, compartilhem as informações com toda a sala de aula e discutam a seguinte questão: Em quais órgãos, instituições ou conselhos vocês poderiam participar a fim de contribuir para o aperfeiçoamento da democracia participativa de sua cidade?

Os novos governantes aboliram a censura à imprensa, legalizaram os partidos e libertaram os presos políticos. Os russos que tinham sido exilados puderam retornar ao país. O czar e sua família foram presos. Mas a Rússia continuou envolvida na Primeira Guerra, e a principal reivindicação dos camponeses – a reforma agrária – não foi atendida.

Com sua política de *Paz, pão e terra*, os bolcheviques conquistaram rapidamente a liderança da maioria dos soviets e, na noite de 24 para 25 de outubro de 1917 (6 para 7 de novembro no calendário ocidental), derrubaram o **governo provisório*** por meio de uma insurreição organizada e dirigida por Trotski.

* Veja o filme *Reds*, de Warren Beatty, 1981.

4 A Revolução de Outubro de 1917

Em abril de 1917, Lenin voltou da Suíça, onde se encontrava exilado, e iniciou violentos protestos contra o governo provisório, proclamando os lemas *Paz, pão e terra* e *Todo o poder aos soviets!*. Enquanto isso, Trotski era eleito presidente do soviete de Petrogrado (novo nome da capital, a antiga São Petersburgo), o mais importante da Rússia, e aderiu ao Partido Bolchevique.

A Rússia continuava em ebulição. Os operários nas fábricas reivindicavam jornadas de oito horas de trabalho e melhores salários, os soldados de baixa patente exigiam o fim da guerra e um tratamento mais humano por parte dos oficiais, os camponeses insistiam na reforma agrária. Esses grupos sociais percebiam que poucas tinham sido as mudanças nas condições de vida após a Revolução de Fevereiro, e a insatisfação popular não parava de aumentar.



Policiais atiram contra a multidão durante manifestação ocorrida em julho de 1917 em Petrogrado. Três meses mais tarde, os revolucionários bolcheviques assumiram o poder.

5 Comunismo na Rússia

Com a Revolução de Outubro, a Presidência do país foi assumida por Lenin, que proclamou a formação da República Soviética Russa. O novo governo estatizou fábricas, estradas de ferro e bancos e confiscou os bens da Igreja. As grandes propriedades foram expropriadas e distribuídas aos camponeses. No plano externo, russos e alemães assinaram um tratado de paz em separado, o Tratado de Brest-Litovsky (1918).

Em seguida, porém, o país mergulhou em uma sangrenta guerra civil que colocou em confronto o Exército Vermelho, organizado e comandado por Trotski, e o Exército Branco, mobilizado pelas antigas classes dominantes (senhores de terras, grandes empresários, generais do exército czarista) e apoiado pelas potências ocidentais (veja o box *Guerra civil na Rússia*).

Guerra civil na Rússia

Inconformados com a perda de seu patrimônio, os grandes proprietários rurais da Rússia, juntamente com os capitalistas e os defensores do czar e do antigo governo provisório, uniram forças e formaram o Exército Branco, com o objetivo de expulsar os bolcheviques do poder. Com o fim da Primeira Guerra Mundial, em 1918, o Exército Branco ganhou o reforço de tropas enviadas por vários países, entre os quais a Inglaterra, os Estados Unidos, o Canadá, o Japão e a França, cujos governos temiam a propagação do comunismo pelo mundo.

A guerra civil iria terminar apenas em fevereiro de 1921, com a vitória dos bolcheviques, liderados por Trotski. O custo da vitória, no entanto, foi elevado para a República Soviética: 13 milhões de pessoas morreram, número superior aos que tomaram na Primeira Guerra Mundial.

Com a economia arrasada, em março de 1921 o governo de Lenin adotou a Nova Política Econômica (NEP), um plano de recuperação do país que combinava princípios comunistas com medidas capitalistas. Em dezembro de 1922, o novo país passou a se chamar União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Durante a guerra civil, o governo de Lenin adotou medidas de centralização do poder em torno do Partido Bolchevique, então chamado de Partido Comunista. Assim, foi implantada uma rígida disciplina nas fábricas, cujos cargos principais foram ocupados por burocratas do governo; a imprensa passou a ser controlada; os partidos políticos foram colocados na ilegalidade e a própria liberdade de discussão no interior do Partido Comunista foi restringida. Muitos opositores do novo regime foram presos. O czar Nicolau II e sua família foram executados.

Enquanto o Partido Comunista, único em funcionamento, passava a controlar todas as esferas da sociedade, os soviets deixaram de ser um espaço para a discussão democrática e transformaram-se em executores das ordens do Partido. Leia, no box *Sem liberdade não há socialismo*, as críticas da líder comunista polonesa Rosa Luxemburgo a essa situação.

Em 1922, Lenin sofreu um ataque cardíaco e afastou-se pouco a pouco do poder, até morrer, em 1924. O secretário-geral do Partido Comunista, Josef Stalin, passou a disputar com Leon Trotski a liderança da União Soviética. Os dois tinham opiniões antagônicas a respeito dos caminhos da revolução.



O líder revolucionário Lenin discursa para uma multidão na praça Sverdlov em maio de 1920. À direita, ao lado do palanque, pode-se ver Leon Trotski, cuja imagem foi posteriormente apagada da foto a mando de Stalin, que pretendia, assim, extinguir da memória popular o papel de Trotski na Revolução Russa.

Sem liberdade não há socialismo

Sem eleições gerais, sem liberdade ilimitada de imprensa e de reunião, sem livre enfrentamento de opiniões, a vida se estiola em qualquer instituição pública, torna-se uma vida aparente na qual a burocracia subsiste como único elemento ativo.

A vida pública adormece progressivamente, algumas dúzias de chefes, portadores de uma inesgotável energia e de um idealismo sem limites, dirigem e governam; entre eles, a direção é assegurada, na realidade, por uma dúzia de espíritos superiores, e a elite do operariado é convocada de tempos em tempos para reuniões, para aplaudir o discurso do chefe e votar unanimemente as resoluções propostas [...]. Trata-se de uma ditadura, é verdade, não a ditadura do proletariado, mas a ditadura de um punhado de políticos, isto é, uma ditadura no sentido puramente burguês.

LUXEMBURGO, Rosa. A Revolução Russa.
In: ARBEX, José. *Revolução em três tempos*.
São Paulo: Moderna, 1993. p. 27.

Para Trotski, a revolução socialista deveria ser difundida para outros países como forma de garantir a sobrevivência do socialismo na União Soviética. Stalin acreditava que a revolução deveria ser consolidada primeiro no próprio país (teoria do *Socialismo em um só país*). Trotski também critica-

va a burocratização do Estado, a extinção da vida democrática no interior dos soviets e o excesso de poder concentrado nas mãos do chefe de governo, no caso, Stalin.

Stalin tinha a seu serviço a burocracia do Estado e do Partido. Vencedor da disputa interna com Trotski, passou a dominar o país com mão de ferro, levando ao extremo as tendências autoritárias já reveladas na época do governo de Lenin. Seu governo deu grande impulso à industrialização por meio de planos quinquenais. Ao mesmo tempo, passou a dominar as várias instâncias do Partido e a eliminar todos os adversários, que eram presos ou executados.

Trotski foi expulso da União Soviética em 1929 e obrigado a exilar-se no México, onde morreu, em 1940, assassinado a mando de Stalin. À exceção de Lenin e de Yankel Sverdlov (outro importante revolucionário de 1905), que tiveram morte natural, todos os outros líderes da Revolução de Outubro foram presos e executados em processos sumários.

Sob o governo de Stalin, a União Soviética isolou-se do mundo e se transformou em uma potência mundial. No entanto, a formação de uma sociedade igualitária, um dos ideais dos primeiros socialistas, foi esquecida. Em lugar do socialismo, surgiu uma sociedade burocratizada, controlada por uma elite de *funcionários privilegiados** – a burocracia soviética –

* [Leia o livro *A revolução dos bichos*, de George Orwell, Companhia das Letras.](#)

– enquanto a maior parte da população vivia em condições precárias e se via excluída dos órgãos de participação e decisão política. No topo dessa sociedade estava o Partido Comunista, que controlava integralmente todos os órgãos do Estado. O chefe desse partido, Stalin, era considerado infalível e seus opositores eram invariavelmente reprimidos.



Popperfoto/Getty Images

Crianças carregam retrato do revolucionário e ditador russo Josef Stalin durante celebrações do Dia do Trabalhador. O regime stalinista foi marcado pelo personalismo e pela idolatria, reforçados pelo excessivo uso da imagem do dirigente como propaganda do regime. Foto de 9 de maio de 1938.

O genocídio armênio

Enquanto o exército russo enfrentava os horrores da Primeira Guerra Mundial, os armênios eram vítimas daquele que é considerado o primeiro genocídio do século XX. O assassinato indiscriminado de armênios aconteceu em 1915 em território da atual Turquia, que desde 1908 encontrava-se sob o controle do Comitê de União e Progresso, partido de tendência liberal, popularmente conhecido como Jovens Turcos. Ao assumirem o governo, seus líderes puseram em prática uma política de caráter nacionalista e racista, pregando a existência de uma nação turca muçulmana. Com base nessa postura, o governo turco deu início a uma política de perseguição à população armênia cristã do país.

O primeiro fato concreto dessa perseguição aconteceu no dia 24 de abril de 1915, quando os principais intelectuais armênios que residiam na cidade de Constantinopla foram presos e executados pelas forças turcas. Depois disso, iniciou-se o assassinato sistemático dos armênios: centenas de milhares de homens, mulheres e crianças foram massacrados ou não resistiram às ações sis-

temáticas de perseguição da polícia turca. Os bens materiais dos armênios foram confiscados e suas igrejas destruídas.

Pesquisas indicam que, no ano de 1915, 1,5 milhão de armênios foram mortos pelos perseguidores turcos e centenas de milhares imigraram para a Europa, Ásia e América. Até hoje, o governo turco recusa-se a reconhecer a ocorrência dessa matança em massa.

Sua opinião

A intolerância étnica e religiosa entre povos que viviam na mesma região está entre as causas do genocídio do povo armênio. Atualmente, grupos populacionais de diferentes religiões e culturas convivem em diversos países do mundo, embora nem sempre de forma completamente pacífica. Essa situação de convivência intercultural tornou-se ainda mais frequente com o aumento das migrações e dos fluxos populacionais das últimas décadas. Reúna-se com seu grupo e discutam o assunto. Definam três princípios fundamentais para um convívio pacífico entre povos diferentes que vivem na mesma região. Escrevam esses princípios e apresentem para a classe.



Dezembro de 1920. Voluntários armênios constroem uma proteção de pedras nos subúrbios de Aintab (hoje Gaziantep, na Turquia) para defender a cidade dos ataques das forças nacionalistas turcas.

Bettmann/Corbis/Latinstock

1. No final do século XIX e início do século XX, a Rússia era uma das nações com maior extensão territorial do planeta. Sintetize as condições políticas, sociais e econômicas desse país nesse período.
2. Em comparação a vários países europeus, a Rússia começou a se industrializar tardiamente. Como ocorreu o processo de industrialização russo?
3. O Partido Operário Social-Democrata Russo (POSDR) surgiu como um grupo clandestino de orientação socialista revolucionária, que reunia intelectuais e ativistas da classe trabalhadora. Em 1903, o POSDR se dividiu em duas tendências políticas. Que ideias eram defendidas pelos membros dessas tendências?
4. Em 1905, os russos promoveram uma revolução no país. Faça um resumo desse movimento, explicitando suas principais causas, como ocorreu e as mudanças ocorridas (ou não) ao final da revolução.
5. Segundo o historiador Marc Ferro, os soviets se constituíram como uma espécie de poder paralelo dentro da Rússia. Explique o significado dessa afirmação.
6. Em fevereiro de 1917, o czar Nicolau II abdicou e um governo provisório assumiu o poder político. Oito meses depois, esse governo foi derrubado por outro movimento revolucionário. Explique as características dessa sublevação, também chamada de Revolução de Outubro, e identifique a corrente política que a liderou.
7. Quais as principais medidas colocadas em prática pelos bolcheviques ao chegar ao poder?
8. Os grupos sociais ligados ao antigo regime czarista uniram suas forças e se organizaram para derrubar o governo bolchevique que chegou ao poder da Rússia em 1917. Cite as consequências dessa disputa.
9. Escreva um texto destacando a importância que assumiu o Partido Comunista russo após a Revolução de 1917.

No mundo DAS LETRAS

Bola de Neve e Napoleão

George Orwell era o pseudônimo do escritor britânico Eric Arthur Blair (1903-1950). Considerado um dos principais nomes da literatura inglesa do século XX, Orwell fez, por meio de sua obra, profundas críticas aos regimes opressores surgidos na Europa na primeira metade do século XX. Um de seus livros mais conhecidos é *A revolução dos bichos*, de 1945, cujo enredo é uma fábula política. A obra conta a história dos animais de uma fazenda que, após expulsarem os seres humanos que a habitavam, assumem o controle do estabelecimento e tentam implantar um regime igualitário entre eles. Porém, pouco a pouco, essas ideias vão sendo esquecidas.

George Orwell, escritor britânico reconhecido pelas obras *1984* e *A revolução dos bichos*, em foto de 1940.



Popperfoto/Getty Images

O texto é uma contundente crítica aos rumos da Revolução Russa de 1917. O trecho a seguir mostra as discordâncias ideológicas de dois líderes da fazenda, os porcos Bola de Neve e Napoleão. Leia-o e depois responda ao que se pede.

A revolução dos bichos

[...] *Como sempre, Bola de Neve e Napoleão não estavam de acordo. Segundo Napoleão, o que os animais deveriam fazer era conseguir armas de fogo e instruir-se no seu emprego. Bola de Neve achava que deveriam enviar mais e mais pombos e provocar a rebelião entre os bichos das outras granjas. O primeiro argumentava que, se não fossem capazes de defender-se, estavam destinados à submissão; o outro alegava que, fomentando revoluções em toda parte, não teriam necessidade de defender-se. Os animais ouviam Napoleão, depois Bola de Neve e não chegavam à conclusão sobre quem tinha razão; a verdade é que estavam sempre de acordo com aquele que falava no momento.*

ORWELL, George. *A revolução dos bichos*. São Paulo: Círculo do Livro, 1975. p. 53.

1. Identifique quais personagens históricos russos podem ser associados a Bola de Neve e a Napoleão. Justifique sua resposta. Se necessário, faça uma releitura do capítulo e do texto.
2. Com base no trecho selecionado, explique qual é a imagem que George Orwell constrói da população russa diante dos debates ideológicos travados por suas principais lideranças.
3. No trecho selecionado, os animais devem escolher o tipo de administração que desejam para a granja em que vivem: o modelo proposto por Napoleão ou por Bola de Neve. Em época de eleições, ocorrem situações semelhantes, por exemplo, quando é preciso escolher entre candidatos com projetos políticos diferentes e, muitas vezes, antagônicos. Reúna-se a seus colegas e debatam as seguintes questões: Qual é a importância de conhecer as propostas dos candidatos nas eleições? Como vocês obtêm informações sobre os candidatos e suas propostas? Ao final, apresentem oralmente as respostas do grupo para a classe.

Hora DE REFLETIR

Os avanços tecnológicos da virada do século XIX para o XX permitiram que a Rússia passasse por um processo de industrialização. No entanto, esses avanços não contribuíram para melhorar a situação dos trabalhadores, que recebiam baixos salários e

cumpriam pesadas jornadas de trabalho. E hoje, como pode ser avaliado o impacto das novas tecnologias na vida dos trabalhadores? Reúna-se com seus colegas e apontem três situações em que novas tecnologias afetam o cotidiano dessas pessoas.

Mundo virtual

- *Seventeen moments in Soviet history* – Site (em inglês) sobre 17 momentos marcantes na história da União Soviética ao longo do século XX. Na parte referente à Revolução Russa, diversos textos e documentos. Disponível em: <<http://tinyurl.com/cv9ju8m>>. Acesso em: 7 jan. 2013.

O Brasil chega ao século XX

Leonardo Papini/Sambaphoto

Os dados sobre São Paulo podem impressionar: com mais de 11,2 milhões de habitantes é a oitava cidade mais populosa do mundo, atrás apenas de Xangai (China), Karachi (Paquistão), Mumbai (Índia), Dhaka (Bangladesh), Pequim (China), Moscou (Rússia) e Istambul (Turquia). Se considerarmos sua região metropolitana, a população ultrapassa os 20 milhões de habitantes. Se a cidade de São Paulo fosse um país, ela seria a 40ª maior economia do mundo, segundo uma pesquisa recente feita pela Federação do Comércio de Bens e Serviços e Turismo do Estado de São Paulo. O Produto Interno Bruto (PIB) da capital paulista é superior ao PIB de todos os estados brasileiros, exceto do próprio estado de São Paulo.

O que também surpreende é o fato de que toda essa grandeza é relativamente recente. No final do século XIX, a cidade de São Paulo tinha apenas 65 mil habitantes, e o principal polo industrial do país era o Rio de Janeiro. A partir da expansão da produção e das exportações de

Objetivos do capítulo

- Conhecer o contexto socioeconômico e político no Brasil e as transformações observadas na sociedade brasileira nos primeiros anos do século XX.
- Perceber como aspectos regionais referentes a desenvolvimento e uso de tecnologia se inter-relacionam a aspectos nacionais e mundiais.
- Compreender o processo de surgimento de organizações políticas e sindicais do operariado brasileiro.
- Entender o processo de nascimento/recrudescimento do preconceito contra a população negra no Brasil e conhecer algumas formas de luta dos negros na conquista por direitos.

café, São Paulo viria a se tornar a principal força econômica do país.

Neste capítulo veremos que, nas primeiras décadas do século XX, milhares de indústrias foram abertas no estado de São Paulo e imigrantes e agricultores deslocaram-se em massa para a capital que, na década de 1920, já abrigava 580 mil pessoas.

2013 Google Earth/DigitalGlobe

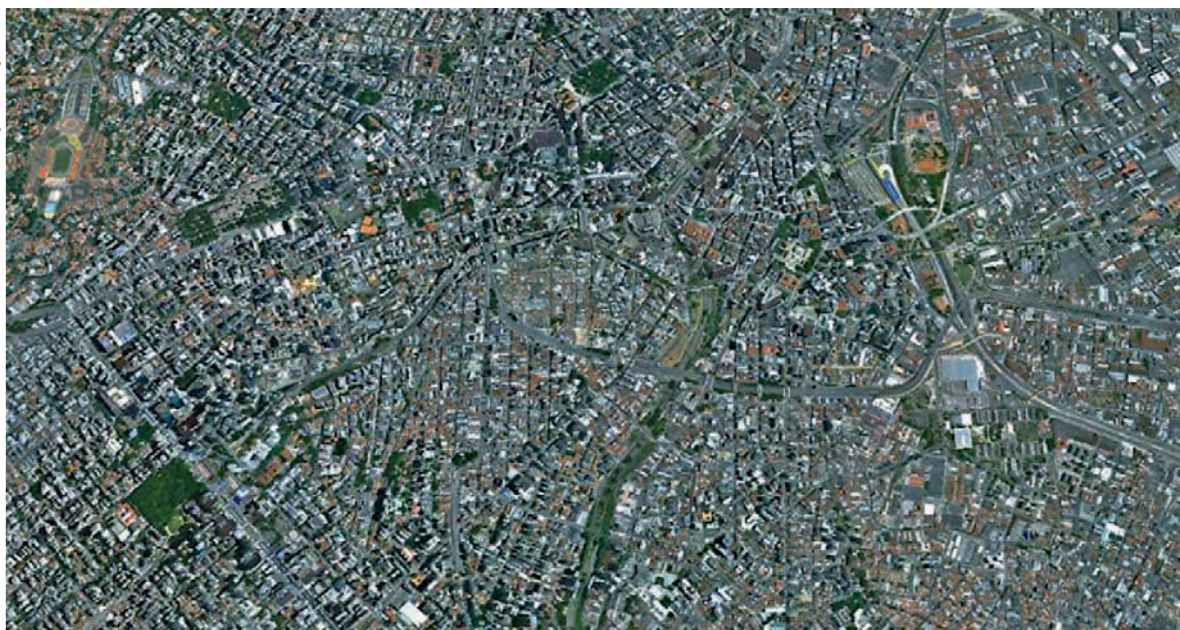


Imagem de satélite da região central da cidade de São Paulo. Registro de fevereiro de 2013.

1 Ascensão e queda da borracha

Na passagem do século XIX para o século XX, a economia brasileira continuava a se apoiar principalmente nas atividades agroexportadoras. A principal fonte de riqueza era o café: cerca de 75% de toda a produção mundial tinha origem nos cafezais brasileiros. Apenas a borracha – extraída dos seringais da região amazônica, em terras dos atuais estados de Amazonas, Pará, Acre e Rondônia (veja a seção *Patrimônio e diversidade*, na página seguinte) –, entre 1895 e 1915, fez concorrência ao café em relação à produção de riquezas.

A exploração comercial do látex, goma extraída da seringueira e do qual se obtém a borracha, ocorria desde o século XVIII. Utilizada principalmente para impermeabilizar tecidos, a borracha ficava quebradiça no inverno e pastosa no verão. Em 1844, Charles Goodyear patenteou um processo que dava mais resistência ao produto, deixando-o imune às variações de temperatura. A partir disso, as exportações do látex da região amazônica aumentaram significativamente.

O grande salto na produção ocorreria a partir de 1886, com a invenção do automóvel e a necessidade de borracha para a fabricação de pneus. O Brasil, nesse período, respondia por 90% de toda a produção mundial do látex e o produto chegou a representar 40% das exportações brasileiras.

A extração do látex

Era grande o número de pessoas envolvidas em todo o processo de produção da borracha, começando pela extração do látex nas seringueiras até a venda da borracha para o exterior. Havia o seringalista, dono do seringal onde era feita a colheita do produto. Ele costumava construir, geralmente nas margens dos rios, um barracão que funcionava como escritório e depósito para o armazenamento da borracha.

Para o seringalista trabalhavam várias pessoas: o gerente, que cuidava dos negócios quando ele se ausentava; o guarda-livros, encarregado de cuidar de toda a contabilidade do seringal; e os caixeiros, responsáveis por colocar a borracha em caixas antes de despachá-las para as casas aviadoras. Essas casas – estabelecidas geralmente em Belém ou Manaus – vendiam a borracha para as casas exportadoras que, por sua vez, embarcavam a matéria-prima para os portos de Nova York, nos Estados Unidos, e Liverpool, na Inglaterra.

No princípio de todo esse processo encontravam-se outros trabalhadores: os mateiros, indivíduos que conheciam bem a floresta e eram capazes de indicar os locais onde se encontravam as seringueiras; e os toqueiros, que abriam “estradas” no meio da mata até os locais escolhidos pelos mateiros.

A abertura de novos caminhos até o local onde estavam as seringueiras aconteceu muitas vezes em terras habitadas por povos indígenas, o que resultou em uma série de confrontos. Os Apicacs, por exemplo, que viviam nas proximidades da divisa do Pará com o Mato Grosso foram dizimados ao tentar impedir a invasão de suas terras.

Uma vez estabelecida a área de exploração, entravam em ação os seringueiros, que extraíam o látex das árvores e, depois, em um barraco, conhecido como tapiri, defumavam a goma obtida até transformá-la em borracha. Essa tarefa acontecia durante a chamada “estação da sangria”. Nesse período, os seringueiros passavam vários meses embrenhados na floresta, tendo contato apenas com comerciantes que, em troca de borracha, lhes forneciam víveres e outras mercadorias para subsistência.

Surto de riqueza

Segundo a historiadora Barbara Weinstein, durante o auge da extração da borracha na Amazônia, entre 1895 e 1915, o faturamento com as exportações do produto chegaram a 234 milhões de libras esterlinas. A Amazônia passou por um surto de riqueza que possibilitou o surgimento de uma elite formada sobretudo por seringalistas, grandes comerciantes e banqueiros.

Manaus e Belém se tornaram cidades modernas, com a construção de largas avenidas, praças, mercados e edifícios imponentes, como o Palácio do Governo e o Teatro Amazonas, ambos em Manaus.



O Teatro Amazonas, construído em 1896, é hoje um símbolo do período de riqueza e esplendor observado na região amazônica, durante o ciclo da borracha. Foto de 2012.



Abril de 1909. Trem com trabalhadores, água e dormentes trafega no trecho construído da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré com destino às obras em construção do restante da ferrovia.

No coração da Amazônia

No início do século XX, a necessidade de escoar a borracha extraída das seringueiras da floresta Amazônica até os grandes centros da época motivou a construção de uma ferrovia no meio da selva: a *Estrada de Ferro Madeira-Mamoré*. A ferrovia ligava a atual capital de Rondônia, Porto Velho, localizada na margem direita do rio Madeira, até o porto de Guajará-Mirim, no rio Mamoré, na fronteira do Brasil com a Bolívia.

As obras iniciaram-se em 1907 e sua construção pode ser considerada uma epopeia. Foram contratados trabalhadores de mais de 40 nacionalidades. Para construir os 366 quilômetros que separavam as duas localidades, os operários tiveram de superar inúmeras dificuldades, como transpor as cachoeiras, enfrentar naufrágios, mortes por doenças tropicais e ataques indígenas. As obras ficaram prontas em 1912, quando a borracha amazônica começava a perder espaço no cenário econômico internacional. A estrada de ferro permaneceria em atividade até 1972.

A história da ferrovia encontra-se hoje preservada no Museu Ferroviário Madeira-Mamoré, em Porto Velho, do qual fazem parte os prédios das oficinas, os armazéns de carga e descarga e a estação local. Seu acervo também é composto por móveis de escritório, relógios de ponto, carimbos, cofres, máquinas de escrever, além de locomotivas e vagões da ferrovia.

A implantação dessa ferrovia teve um caráter épico semelhante aos esforços empreendidos na construção do Real Forte Príncipe da Beira, no atual município rondoniense de Costa Marques, às margens do rio Guaporé, outra fronteira natural

entre o Brasil e a Bolívia. Localizada a 3 mil quilômetros do litoral, a fortaleza começou a ser construída em 1776, na administração do Marquês de Pombal, e foi inaugurada sete anos depois. O objetivo de sua construção era delimitar o território sob domínio de Portugal.

Com quase um quilômetro de perímetro, o forte é uma das maiores obras da engenharia portuguesa do século XVIII e, para ser construído, foi necessário transportar por via fluvial grande parte das pedras usadas nas muralhas de 10 metros de altura da fortaleza. As mais de mil pessoas envolvidas nas obras desbravaram a mata virgem e conviveram com o risco de contrair malária e outras doenças tropicais.

Devido à proximidade com a Bolívia, a população de Rondônia é influenciada por hábitos e costumes dos bolivianos. Nessas regiões fronteiriças é possível encontrar, por exemplo, lanchonetes e barracas que servem comidas típicas de Rondônia (como o *massaco*, um prato feito com banana da terra ou mandioca cozida e socada no pilão com carne seca e queijo) ao lado de comidas e bebidas de origem boliviana (como *empanadas* e *saltenhas*, espécies de pastéis salgados recheados).

Também é significativa em Rondônia a presença de povos indígenas. Atualmente, cerca de 30 povos diferentes habitam as terras desse estado. Alguns são descendentes dos primeiros habitantes dessa região, como os Uru-Eu-Wau-Wau e Uru-Pa-In. Esses povos vivem atualmente no Parque Nacional de Pacaás Novos, uma das principais reservas extrativistas e biológicas de Rondônia, localizada no município de Ariquemes.

A euforia com tanta riqueza, entretanto, não durou muito. Atraídos pela perspectiva de lucros ainda maiores, os ingleses transplantaram mudas de seringueiras para o Ceilão (atual Sri Lanka) e Cingapura, onde a planta passou a ser cultivada de forma racional em grandes propriedades, enquanto no Brasil, ao contrário, ela permanecia crescendo espontaneamente no meio da floresta. Com esse processo, em pouco tempo os asiáticos passaram a liderar a produção mundial do látex, desbancando os produtores brasileiros. Em 1919, as vendas brasileiras no mercado externo não chegavam a 10% das exportações mundiais do produto.

2 A expansão industrial no início do século XX

Na região Sudeste, a produção e a exportação de café enriqueceram alguns fazendeiros do oeste paulista, que passaram a utilizar parte de seus lucros em outras atividades, entre as quais o comércio e a indústria. A atividade industrial também recebeu investimentos dos grandes comerciantes e dos imigrantes que traziam algum dinheiro ou riquezas quando se mudavam para o Brasil. Vários desses homens de negócios tinham experiência no ramo de importação, como era o caso dos empresários Francisco Matarazzo e Rodolfo Crespi, ambos de origem italiana, que se tornariam, com o tempo, donos de parques industriais em São Paulo.

As fábricas instaladas no país nos primeiros anos da República eram, na maioria, de pequeno e médio porte, e produziam, principalmente, bens de consumo não duráveis, como tecidos, roupas, calçados, chapéus, massas alimentícias, sabão, bebidas, etc. Em 1907, o Brasil contava com 3 120 estabelecimentos industriais. Entre todas as cidades brasileiras, o Rio de Janeiro era a que concentrava o maior número de fábricas.

São Paulo começava a despontar como um polo dinâmico, e logo viria a consolidar-se como principal centro de circulação de produtos de exportação e importação e como um ponto de distribuição de bens de consumo. Em 1920, quando havia mais de 13 mil indústrias no Brasil, São Paulo já era o principal e mais diversificado polo industrial do país.

A vida dos trabalhadores

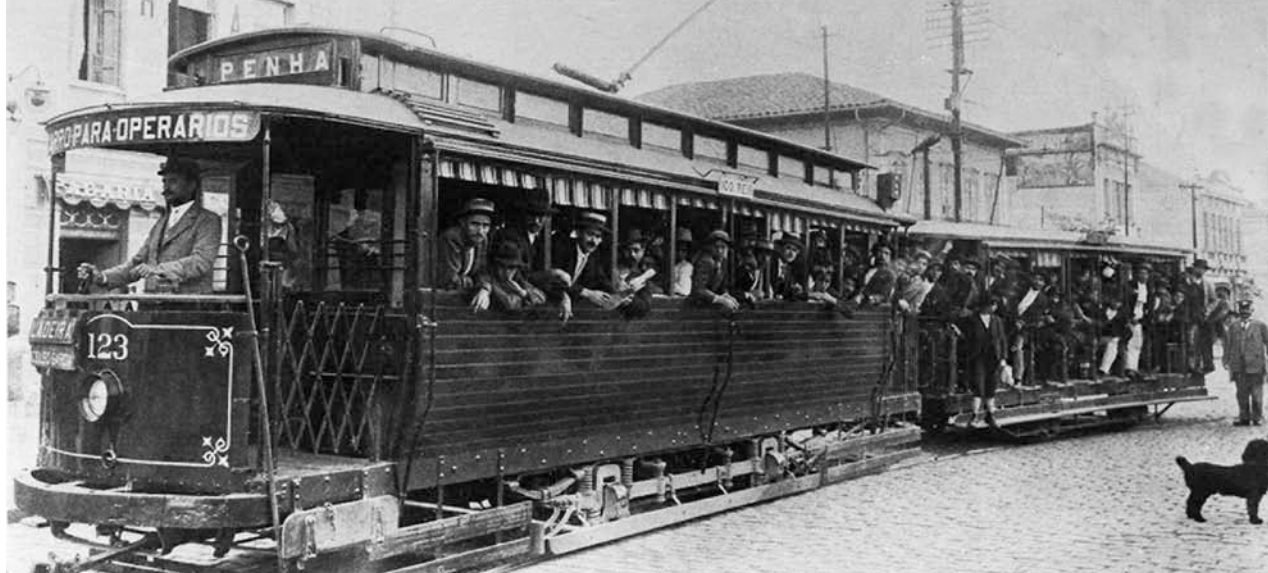
A maioria dos trabalhadores urbanos encontrava-se empregada no setor de serviços, como balconistas, empregados domésticos, motoristas de bondes, ou no setor informal, onde atuavam como mascates e ambulantes, por exemplo. Segundo a historiadora Heloísa de Faria Cruz, na passagem do século XIX para o XX a maior parte das atividades do setor de serviços encontrava-se a cargo da iniciativa privada, inclusive aquelas que seriam de responsabilidade do governo local, como transporte urbano, iluminação, limpeza pública e comunicações.

O número de operários fabris tendia a crescer. Em sua maioria, eles trabalhavam em fábricas de pequeno porte, algumas das quais não chegavam a empregar mais de dez trabalhadores. As maiores unidades fabris pertenciam sobretudo ao ramo têxtil, que era nessa época o setor mais dinâmico da indústria.

Nas fábricas, fossem elas grandes ou pequenas, no setor de serviços e nas atividades extrativas e agropecuárias, nenhuma proteção legal amparava os trabalhadores. Não existia legislação trabalhista, como conhecemos hoje. Não havia descanso semanal remunerado, férias ou aposentadoria. Os donos de fábrica estabeleciam seus próprios regulamentos, normas e disciplinas em relações contratuais que não garantiam nenhum direito aos empregados, impondo-lhes todos os deveres e obrigações.

As jornadas eram longas e extenuantes, durando em média de 10 a 14 horas por dia. Tampouco havia indenização para os casos de acidentes de trabalho, muito frequentes em virtude da presença de crianças nas fábricas, das condições físicas dos trabalhadores, debilitados pela má alimentação e pelas escassas horas de repouso, e da falta de equipamentos de proteção. O ambiente de trabalho era quase sempre insalubre, mal ventilado e precariamente iluminado, facilitando a propagação de doenças.

Favorecidas pelo excesso de mão de obra, muitas fábricas procuravam contratar mulheres e crianças, que recebiam salários inferiores aos dos homens. Em alguns locais de trabalho, era possível encontrar crianças de até cinco anos nas linhas de produção. Muitas delas eram recrutadas em asilos de órfãos e instituições de caridade. Pequenas faltas cometidas por meninos e meninas eram punidas com castigos físicos. As mulheres eram vítimas constantes do assédio sexual de patrões e capatazes.



Arquivo Agência Estado

Vagão com destino ao bairro da Penha, Zona Leste da capital de São Paulo, transporta operários grevistas no início do século XX.

Com os baixos salários, muitos trabalhadores iam residir em cortiços, porões e pensões precárias. Atividades de lazer eram limitadas pelo pouco tempo de que dispunham para descanso e pela falta de dinheiro, o que aumentava a necessidade de mulheres e crianças também trabalharem para ajudar no sustento da família.

Os operários que moravam em bairros pobres, localizados na periferia das cidades, tinham como principais diversões atividades gratuitas, como quermesses, bailes, procissões e romarias. Mais tarde, o futebol de várzea, cujos jogos também eram gratuitos, passou a ser a principal diversão, sobretudo dos homens. Quando sobrava algum dinheiro, o que era raro, os trabalhadores se davam ao luxo de ir ao cinema, onde se divertiam com as aventuras de Charles Chaplin, do caubói Tom Mix, do atlético Douglas Fairbanks ou com os amores de Pola Negri ou Gloria Swanson.

O operariado brasileiro se organiza

Nas últimas décadas do século XIX, surgiram as primeiras associações de ajuda mútua, que reuniam trabalhadores do mesmo ofício e tinham por objetivo obter recursos para amparar os associados e suas famílias em casos de doença, desemprego ou morte. Mais tarde, surgiram as ligas operárias e os sindicatos.

Até mesmo o teatro foi utilizado com essa finalidade. Homens e mulheres participavam de grupos de teatro amador nos quais eram representadas peças que tinham por objetivo despertar a conscientização dos trabalhadores para a luta pelos seus direitos. Essa mudança foi decorrência direta da ação de imigrantes politizados, que trouxeram para o Brasil as principais correntes de ideias do movimento operário europeu: socialismo, anarquismo e anarcossindicalismo.

Os socialistas defendiam a união dos trabalhadores em torno de um partido político. Para eles, esse seria o início de um processo que culminaria na criação de uma sociedade socialista.

Os *anarquistas** propunham a extinção imediata do Estado e da propriedade privada. Uma de suas variantes era o anarcossindicalismo, que atribuía particular importância à ação dos sindicatos e das ligas operárias na luta contra os patrões e contra o Estado capitalista.

* Leia o livro *Anarquistas, graças a Deus*, de Zélia Gattai, editora Record.

Nas duas primeiras décadas do século XX, a liderança do movimento operário em São Paulo e em outras capitais brasileiras esteve nas mãos do anarcossindicalismo. Já no Rio de Janeiro era forte também a presença de uma corrente chamada de *trabalhista* pelo historiador Boris Fausto. Essa corrente era composta de líderes sindicais que propunham o diálogo com o governo, o que era rejeitado por anarquistas e anarcossindicalistas.

Em 1922, sob a influência dos acontecimentos da Revolução Russa de 1917, militantes saídos principalmente do anarquismo fundaram o Partido Comunista do Brasil (PCB). A partir desse momento, os comunistas entraram na disputa pela liderança do movimento operário nos principais estados brasileiros. Assim como os anarquistas, eles defendiam o fim da sociedade burguesa, mas acreditavam que isso não podia ser feito de uma hora para outra, como pretendiam os anarquistas. Para eles, era preciso que o proletariado tomasse o poder por meio de uma revolução e substituísse o governo capitalista por um governo operário, dirigido pelo Partido Comunista.

Imprensa operária e greves

Muitas das reivindicações dos trabalhadores eram divulgadas pelos diversos jornais operários surgidos em todo o país. Por meio da imprensa, anarquistas, socialistas, anarcossindicalistas divulgavam seus princípios ideológicos e estimulavam os operários a lutar por seus direitos e por melhores condições de vida.

Boa parte desses periódicos, entretanto, tinha vida curta, devido à repressão policial que impedia a circulação desses veículos ou à falta de dinheiro para custear novas edições.

Sob a influência dos anarcossindicalistas, diversas greves irromperam nos primeiros anos da República. Em 1906, por exemplo, uma greve geral em Porto

Alegre, no Rio Grande do Sul, mobilizou durante 21 dias cerca de 5 mil trabalhadores que reivindicavam jornada de oito horas diárias de trabalho. Outra paralisação bastante significativa ocorreu em 1907, quando trabalhadores de várias categorias suspenderam o trabalho por alguns dias em São Paulo. O período de maior concentração de movimentos grevistas ocorreu entre 1917 e 1920. Esses quatro anos foram marcados por intensa agitação nos meios operários e por greves generalizadas em São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Porto Alegre, Recife e Salvador.

O governo respondia com a repressão, de diversas formas. Como muitas lideranças operárias eram de origem europeia, em 1907 foi aprovada a *Lei Adolpho Gordo*, que autorizava a expulsão de estrangeiros considerados “perigosos para a ordem social”. Com base nessa lei, diversos líderes anarquistas e socialistas de origem europeia foram obrigados a sair do país.



Primeira página do número 48 do jornal anarquista *Guerra Social*, publicado em São Paulo, em maio de 1917.

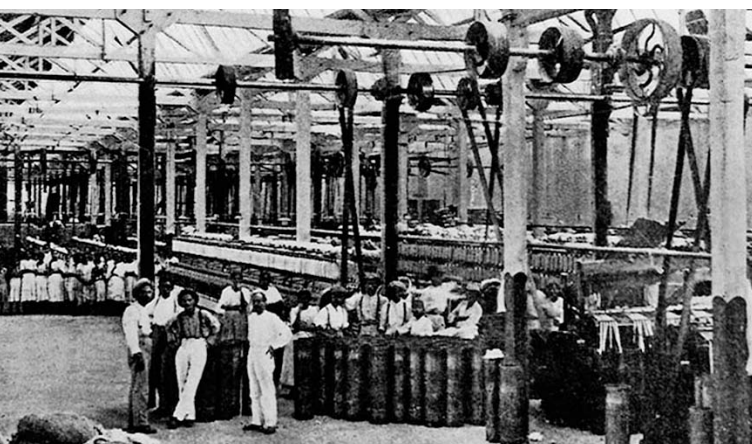
3 Os imigrantes e a formação do povo brasileiro

Ao lado dos Estados Unidos, Canadá e Argentina, o Brasil foi, na virada do século XIX para o século XX, um dos principais destinos dos imigrantes europeus que se mudavam para o continente americano em busca de trabalho e ascensão social.

Entre 1887 e 1930 entraram no país 3,8 milhões de estrangeiros, assim distribuídos: italianos, 35,5%; portugueses, 29%; espanhóis, 14,6%; alemães, 3,7%. A partir de 1908, começaram a chegar os *japoneses**, que promoveram verdadeira revolução na produção agrícola brasileira, como mostra o boxe *Tecnologia japonesa na agricultura brasileira*, a seguir.

* Veja o filme *Gaijin, os caminhos da liberdade*, de Tizuka Yamasaki, 1980.

No começo, os imigrantes vinham ao Brasil principalmente para trabalhar nas lavouras de café do Sudeste. Em geral, as dificuldades eram muitas: baixos salários, falta de infraestrutura, violência dos fazendeiros e grande distância dos centros consumidores, o que dificultava o escoamento da produção. Com o tempo, muitos deles começaram a se mudar para as cidades, sobretudo São Paulo, onde passavam a trabalhar nas fábricas ou na



Fotografia onde são mostrados alguns homens, tendo ao lado várias crianças e, ao fundo, um grupo de mulheres, todos operários de uma fábrica de tecidos alagoana, no início do século XX.

Tecnologia japonesa na agricultura brasileira

A grande contribuição tecnológica e técnica dos imigrantes nipônicos até a Segunda Guerra Mundial deu-se no campo da agricultura, onde os *nikkeis* [japoneses que emigraram do Japão e seus descendentes] revolucionaram a produção agrícola brasileira, contando, de início, com a assistência técnica do governo japonês, que colocou, à disposição dos imigrantes, agrônomos, técnicos e maquinário. Nesse mesmo período, a agricultura era um dos setores prioritários da nossa economia. Os imigrantes foram responsáveis pela introdução de tecnologia e melhoramentos genéticos, bem como de novas espécies de frutas e vegetais (no Brasil, nos anos 1900, os produtos agrícolas cultivados não passavam de 20); novas técnicas de comercialização, aprimoramento de técnicas de cultivo, difusão e importação.

Uma importante contribuição dos agricultores japoneses foi a diversificação de culturas, em especial a partir da década de 1930, e são obra desses pioneiros, entre muitos outros, o abacaxi sem espinho, o caqui e o mamão papaia. Até mesmo o desenvolvimento da matriz de ovos brancos deveu-se ao esforço de *nikkeis*, também responsáveis, em 1926, pela comercialização de ovos, antes restrita à criação feita em quintais familiares.

Imigrantes japoneses interrompem o trabalho e posam para o fotógrafo no início do século XX.

Em 1927, o início da Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada dos Produtores de Batata em Cotia, a futura CAC, trouxe práticas inéditas no país de correção do solo para melhoria de qualidade e produtividade, com a utilização de adubos químicos e orgânicos. Nos seus 70 anos de existência, a CAC aprimorou a agricultura com seu corpo técnico, por meio de pesquisas internas e pela importação de conhecimentos de outros países. Devemos a eles a plantação de hortaliças em estufas, os enxertos para melhoria de qualidade, criação de novas variedades, etc.

Adaptado de: HAAG, Carlos. A terra da ciência nascente. *Revista Pesquisa Fapesp*, n. 151, set./2008. p. 89.



Museu Histórico da Imigração Japonesa/Arquivo da editora

área de serviços, como alfaiates, barbeiros, sapateiros, padeiros, etc. Outros, frustrados com as condições de vida encontradas, voltaram para suas terras ou decidiram tentar a sorte em outros lugares. Pesquisa realizada pela historiadora Ilana Peliciari Rocha revela que, entre 1896 e 1920, 1,1 milhão de estrangeiros entrou no Brasil, enquanto 707 mil imigrantes abandonaram o país nesse mesmo período. No início do século XX, cerca de 90% dos operários de São Paulo eram estrangeiros.

A chegada dos imigrantes transformou o perfil da sociedade brasileira. Por um lado, os estrangeiros assimilaram hábitos e costumes vigentes no Brasil; por outro, contribuíram para modificar os modos de agir, de pensar, de se alimentar e se divertir da população que aqui vivia, transformando-se em um dos componentes da formação do povo brasileiro.

4 A discriminação étnica

A vinda de imigrantes para o Brasil também atendia às expectativas de parcela da elite brasileira que defendia o “embranquecimento” da população. Seguindo doutrinas racistas norte-americanas e europeias, essas pessoas acreditavam que, por meio da mortalidade natural dos negros e da chegada de um grande contingente de imigrantes brancos, na composição étnica da população brasileira acabaria predominando a pele mais clara (veja a seção *Olho vivo*, na página 46).

Segundo alguns historiadores, foi nesse momento que emergiu e se consolidou, na sociedade brasileira, o preconceito contra o negro e seus descendentes, os quais passaram a ser vistos pelos poderes públicos e pela elite como cidadãos de segunda categoria (veja mais sobre o assunto no boxe *O negro no início da República*, na página 45).

O negro no início da República

A proclamação da República, ocorrida logo depois da abolição da escravidão, foi acompanhada de muitas expectativas de transformações na vida dos negros no Brasil. O que muitas vezes se observou, no entanto, foi uma tentativa de “reenquadrar os segmentos da população não identificados à tradição europeia”, como afirmam os historiadores Mary del Priore e Renato Pinto Venâncio.

A elite e os poderes públicos passaram a combater muitos hábitos e costumes da população afrodescendente do Brasil. O Código Penal de 1890, por exemplo, transformou a capoeira e as práticas religiosas africanas em ações criminosas e a culinária de origem africana passou a sofrer reprovação médica. Além disso, os jornais de maior circulação e influência costumavam representar a população negra brasileira de forma negativa, repleta de estereótipos que impediam a construção de uma imagem positiva do negro na sociedade brasileira.

Diante dessa realidade, diversos membros da comunidade negra recorreram à imprensa alternativa como forma de trazer à tona, em suas páginas, as ideias e as aspirações das principais lideranças negras do país. Para isso, foram fundados diversos jornais, por exemplo: em São Paulo, *A Pátria* (1889), *O Alfinete* (1918), *O Clarim da Alvorada* (1924); no Rio Grande do Sul, *O Exemplo* (1892), *A Cruzada* (1905) e *Alvorada* (o mais duradouro de todos, que circulou entre 1907 e 1965), entre outros em todo o Brasil.

Esses jornais traziam à baila questões de interesse dos afrodescendentes, como aspectos da vida cultural, associativa e social, bem como denúncias de violência e de racismo. Em suas páginas, havia espaço para escritores e poetas negros publicarem seus textos, e eram reproduzidas notícias sobre a comunidade negra internacional. Também era um espaço de defesa da integração social, da igualdade étnica e do direito do negro de ter acesso à educação e a outros instrumentos que lhe possibilitasse ascensão social.

O jornal paulista *O Progresso* (1899), por exemplo, em seu primeiro número comentava a decepção dos negros com o tratamento dispensado a eles após a proclamação da República:

Esperávamos nós, os negros, que, finalmente, ia desaparecer para sempre de nossa pátria o estúpido preconceito e que os brancos, empunhando a bandeira da igualdade e fraternidade, entrassem em franco convívio com os pretos [...] Qual não foi, porém, a nossa decepção ao vermos que o idiota preconceito em vez de diminuir cresce; que os filhos dos pretos, que antigamente eram recebidos

nas escolas públicas, são hoje recusados nos grupos escolares; [...] que para os salões e reuniões de certa importância, muito de propósito não é convidado um só negro, por maiores que sejam seus merecimentos.

De modo geral, esses periódicos eram mantidos pelas próprias comunidades negras, que organizavam festas, rifas e leilões beneficentes e costumavam distribuí-los nos eventos sociais de suas associações. Eles também eram mantidos com dinheiro vindo de assinaturas e dos anúncios. Muitos editores punham dinheiro do próprio bolso para custear a publicação de seu periódico.

Ao valorizar o negro, esses meios de comunicação acabaram desempenhando importante papel para reforçar os laços de identidade étnica, contribuindo para que os afrodescendentes valorizassem cada vez mais suas características físicas e culturais e reivindicassem constantemente seus direitos de cidadãos.

Fontes: DOMINGUES, Petrônio. Consciência de cor. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, n. 11, ago. 2006; SANTOS, José Antônio dos. *Imprensa negra: a voz e a vez da raça na história dos trabalhadores brasileiros*. Disponível em: <www.ifch.unicamp.br/mundosdotrabalho/text/josesantos.pdf>, acesso em: 9 jan. 2013; MAGALHÃES PINTO, Ana Flávia. *De pele escura e tinta preta: a imprensa negra do século XIX*. Disponível em: <<http://tinyurl.com/dxm6kdp>>. Acesso em: 9 jan. 2013.



Primeira página do periódico *Nosso Jornal*, dirigido à comunidade negra. Piracicaba (SP), maio de 1961.

Nosso Jornal/Arquivo da editora

O fim do tráfico negreiro, a chegada de grande número de imigrantes europeus, a proclamação da República: todos esses fatos ocorridos a partir da segunda metade do século XIX alimentaram em alguns setores a expectativa do nascimento de um novo Brasil, um país cuja população, cada vez mais branca, formaria uma nação “civilizada, aos moldes da Europa”. Esse, pelo menos, era o pensamento de alguns membros da elite nacional, que, amparados no discurso científico da época, acreditavam que a **miscigenação** do povo brasileiro era uma das razões do atraso do país.

O umbral de madeira divide a pintura em duas áreas. À esquerda, o destaque é a avó, de pele negra; à direita, em posição simétrica à avó, encontra-se o pai, branco. A cabeça da criança encontra-se exatamente sobre o umbral, indicando que o bebê não pertence a nenhuma dessas zonas, mas é o ponto onde elas se encontram.

A cor amarela da parede de taipa realça a cor negra da pele da avó.

O escuro do interior da casa realça a cor branca da pele do pai.

A mãe, parda, aponta para a avó do menino, como se estivesse mostrando para a criança sua origem. Por ter se casado com um branco, a mãe teria ascendido na hierarquia social.

A mulher negra agradece aos céus o nascimento de um neto branco, sugerindo a ideia – comum na época – de que houve uma “melhoria da raça”. O pintor procura, dessa maneira, incutir nos afrodescendentes o abandono de suas origens.

A laranja simboliza a fartura, representando a ideia de que o fruto guarda as sementes da cada vez mais branca população brasileira.



A redenção de Cam, óleo sobre tela de Modesto Brocos, 1895.

Modesto Brocos/Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro

Esse racismo pseudocientífico caiu por terra ao longo do século XX. No entanto, em 1895, ano em que o pintor espanhol radicado no Brasil Modesto Brocos (1852-1936) pintou o óleo sobre tela *Redenção de Cam*, a obra estava em perfeita sintonia com o pensamento científico da época. O quadro chegou a ser levado para um congresso internacional sobre raças, ocorrido em 1911, na Inglaterra, a fim de ilustrar o processo de branqueamento da população brasileira: avó negra, filha parda e neto branco.

Embora represente uma cena do cotidiano rural brasileiro, esse quadro é uma alegoria. A chave para entendê-lo está em seu título, retirado da Bíblia. Segundo o livro sagrado dos cristãos, Noé teve três filhos, Cam, Jafé e Sem, responsáveis por repovoar a terra após o grande dilúvio que pôs fim à humanidade. De acordo com a tradição, Jafé teria dado origem aos povos brancos da Europa; Sem seria o pai dos semitas e Cam, o dos africanos. Entretanto, Cam presenciou Noé dormindo nu e embriagado; por isso, foi castigado pelo pai: ele e seus descendentes seriam escravos de seus parentes.

Essa história serviu, durante muito tempo, para justificar a escravização dos negros africanos, sob a alegação de que tal ato teria respaldo divino. Na obra de Modesto Brocos, reproduzida à esquerda, *A redenção de Cam*, ou seja, “a salvação” dos negros, acontece quando, por meio da miscigenação, os negros passam a gerar descendentes com a pele cada vez mais clara, livrando-se, dessa maneira, do castigo bíblico.

Na época em que o quadro foi feito, era pouco comum encontrar obras de arte que retratassem os aspectos típicos do mundo rural – por exemplo, o casebre de taipa, a palmeira, o caminho de pedra e as roupas simples – e os diferentes tipos físicos da sociedade brasileira. A própria presença de uma negra em papel de destaque, e não como simples figurante, era algo raro de se ver.

A posição relaxada do pai e a expressão em seu rosto transmitem um sentimento de orgulho pelo filho que gerou.

O pai, branco, de tipo ibérico, pode ser associado ao imigrante europeu, apontado na época como um dos responsáveis por “melhorar a raça” dos brasileiros.

A criança branca também pode ser associada a Jesus Cristo. A posição da mão voltada para a avó negra transmite a ideia de que a criança, vitoriosa por ter nascido branca, está abençoando seu passado quase extinto.

A criança branca é a prova de que é possível o branqueamento racial. Ela pode ser entendida também como uma alegoria do futuro do Brasil que, em breve, seria transformado em uma nação branca, como acreditava-se na época.

Fontes: CARDOSO, Rafael. *A arte brasileira em 25 quadros*. Rio de Janeiro: Record, 2008; SCHLICHTA, Consuelo Alcioni Borba Duarte. *A pintura histórica e a elaboração de uma certidão visual para a nação no século XIX*. Curitiba, 2006. (Tese de doutorado). Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em História. Disponível em: <www.artes.ufpr.br/publicacoes/consuelo/tese_consuelo.pdf>. Acesso em: 9 jan. 2013.

5 A urbanização excludente das cidades

No início do século XX, as cidades brasileiras, de modo geral, eram pequenas e acanhadas. Não contavam com sistemas eficazes de esgoto e de abastecimento de água, as ruas não tinham calçamento ou iluminação elétrica, os transportes coletivos públicos eram quase inexistentes.

Até mesmo o Rio de Janeiro, capital e maior cidade brasileira, com quase 700 mil habitantes, enfrentava esse tipo de problema. Suas ruas eram estreitas e malcheirosas e a população, principalmente a que vivia nos cortiços do centro, era frequentemente atingida por doenças como febre amarela, varíola, cólera e peste bubônica.

Em 1902, ao assumir a presidência da República, Rodrigues Alves decidiu iniciar a remodelação urbana da capital da República. O cais do porto foi ampliado e as ruas centrais, alargadas. Ao mesmo tempo, foram construídos alguns edifícios públicos, como a Biblioteca Nacional e o Teatro Municipal, que fizeram o Rio de Janeiro assemelhar-se a grandes cidades europeias. Lâmpioes a gás foram substituídos por postes de iluminação elétrica e bondes elétricos passaram a circular pelas ruas da cidade. Como parte desse esforço “civilizatório”, foram proibidos a presença de vacas e porcos pelas ruas da cidade e o hábito muito frequente de cuspir no assoalho dos bondes. Entre as elites, acompanhar o progresso da cidade significava também alinhar-se aos hábitos culturais emanados da Europa, principalmente da França: falar, vestir, comer, morar e pensar como um europeu. A euforia da *Belle Époque* adaptava-se, assim, à complexa realidade brasileira.

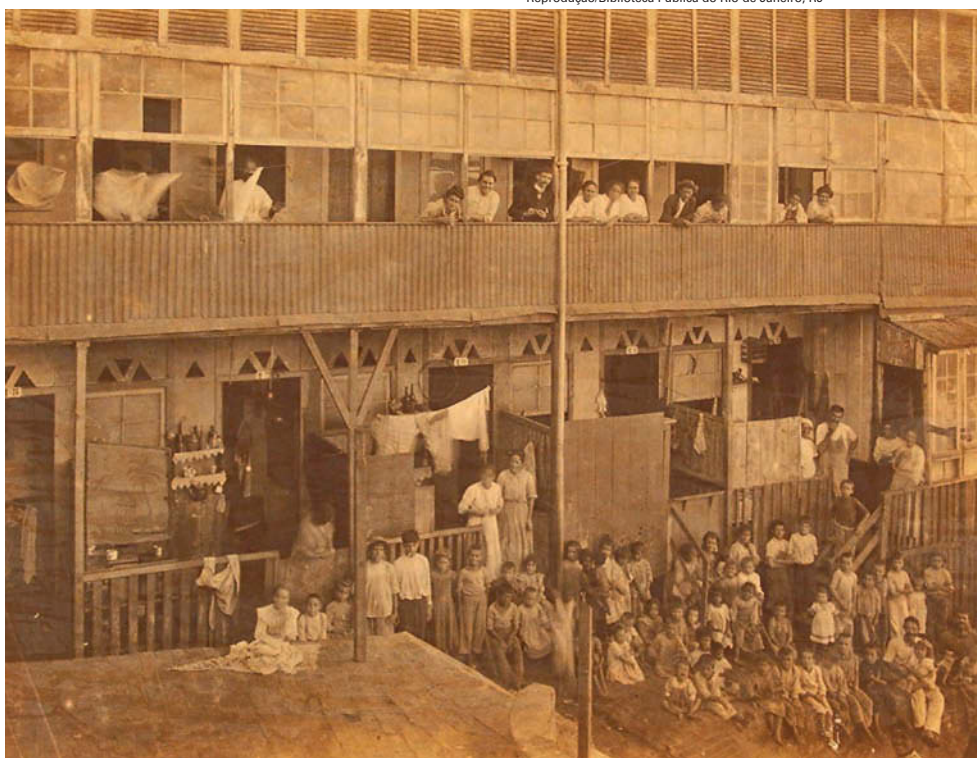
Típico cortiço da capital do Rio de Janeiro, em foto de 1904. As construções, subdivididas internamente, eram alugadas como moradia de trabalhadores urbanos. Em destaque, aspecto da construção com varandas de acesso a cada unidade domiciliar e a presença de muitos moradores, sendo as crianças em número predominante.

Centenas de pequenas casas e cortiços foram derrubados. Foi o chamado *Bota-abaixo*, promovido pelo prefeito do Rio de Janeiro, Francisco Pereira Passos. Os moradores que residiam nos imóveis desapropriados mudaram-se para os morros, onde construíram barracos, ou deslocaram-se para bairros periféricos, deixados de lado pela reforma urbanística. Sem se preocupar com a situação dos mais pobres, os jornais repetiam o mote: “O Rio civiliza-se”.

A Revolta da Vacina

A reurbanização da região central da cidade do Rio de Janeiro foi acompanhada de uma campanha de saúde pública liderada pelo médico sanitário Oswaldo Cruz. Seu objetivo era erradicar os focos transmissores de doenças. Para acabar com a peste bubônica, por exemplo, o governo passou a estimular a caça aos ratos. Para matar o *Aedes aegypti*, mosquito transmissor da febre amarela, funcionários conhecidos como *mata-mosquitos* saíram pelas ruas da cidade pulverizando veneno. Apenas no segundo semestre de 1904, o governo realizou 110 mil visitas. Como parte dessa campanha, em 1904, o governo aprovou lei tornando obrigatória a vacinação contra a varíola.

Reprodução/Biblioteca Pública do Rio de Janeiro, RJ



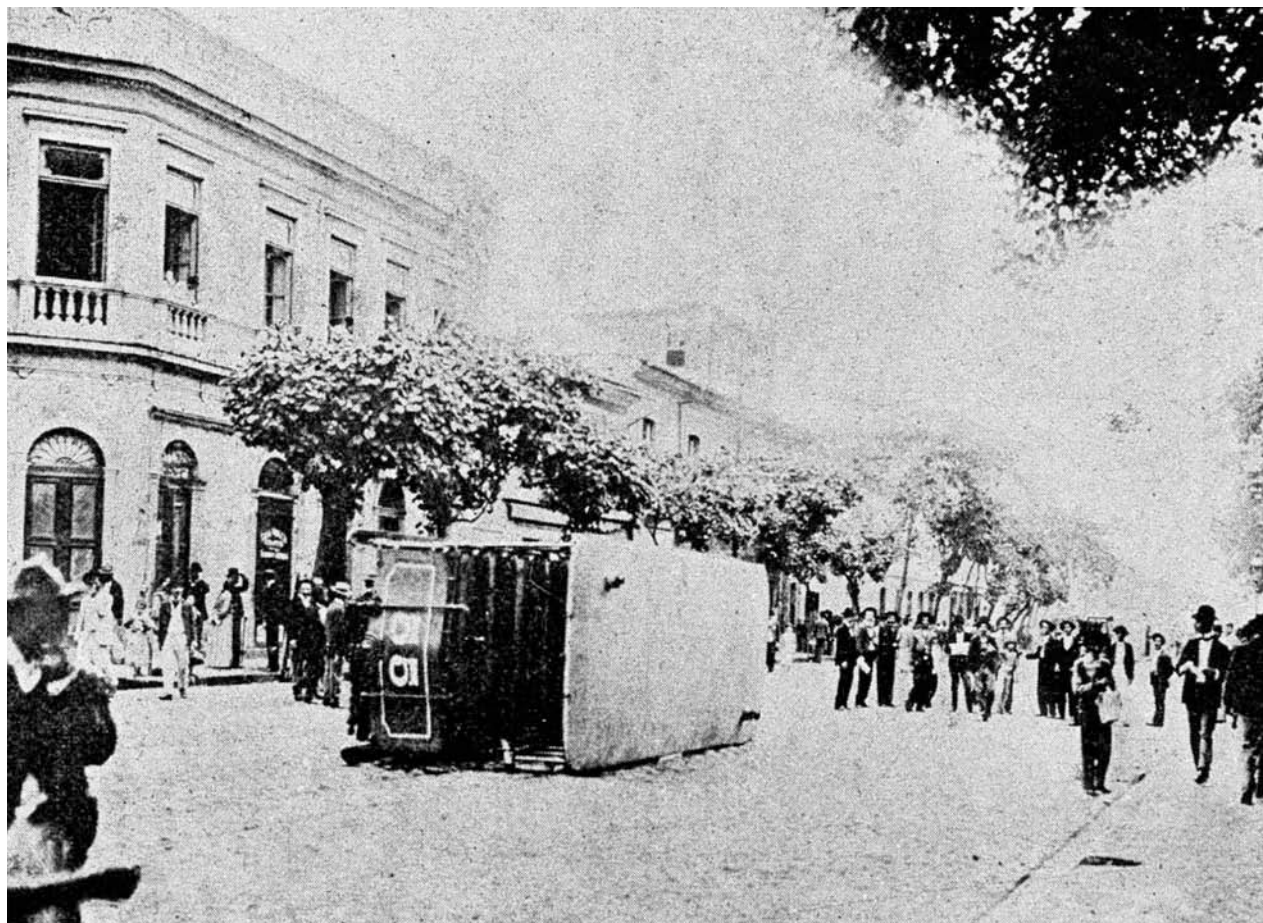
A medida provocou revolta entre a população, principalmente porque o governo anunciou que a vacina poderia ser aplicada à força em quem se recusasse a tomá-la. Políticos de oposição argumentavam que a decisão desrespeitava a liberdade individual. Falava-se em violação do lar e de ofensa à honra, uma vez que muitas mulheres seriam obrigadas a “desvendar seus corpos” para que desconhecidos lhes aplicassem a vacina, enquanto seus maridos se encontravam fora de casa, trabalhando. No dia 9 de novembro de 1904, Oswaldo Cruz propôs uma regulamentação da lei, determinando que o comprovante da vacinação fosse exigido em vários momentos, por exemplo, para matricular filhos nas escolas, obter empregos, registrar-se em hotéis e realizar casamentos. Pela proposta, quem resistisse à lei, seria multado. A notícia chegou à imprensa e, no dia seguinte, boa parte da população da cidade do Rio de Janeiro saiu às ruas para protestar. Ergueram-se barricadas e tiveram início sangrentos confrontos com a polícia. As manifes-

tações continuaram nos dias seguintes, com depredações, saques, tiroteios, invasões de repartições públicas. Um grupo de militares chegou mesmo a tentar, sem sucesso, depor o presidente.

Em resposta, o governo decretou o **estado de sítio**. Para acalmar os ânimos dos revoltosos, no dia 16 de novembro foi revogada a obrigatoriedade da vacinação. A *Revolta da Vacina*, como ficou conhecido o movimento, deixou um saldo de 23 mortos e cerca de 900 pessoas detidas; metade delas acabou deportada para o Acre.

Além do Rio de Janeiro, outras cidades, entre as quais Salvador, Recife e Belo Horizonte, passaram também por remodelações urbanísticas. E, tal como na capital da República, as reformas provocavam, além do “embelezamento”, a expulsão dos pobres da região central, obrigando-os a se instalarem em moradias precárias na periferia.

As elites brasileiras combinavam o ideal modernizador dos novos tempos sem alterar as antigas desigualdades sociais.



Fundação Biblioteca Nacional, RJ/Arquivo da editora

Cena comum durante a Revolta da Vacina (1904) no Rio de Janeiro. Em desafio à polícia, manifestantes viram bonde na praça da República.

1. No final do século XIX, a extração de látex e a produção de borracha geraram um surto de riqueza na Amazônia. Aponte as causas e as consequências dessas atividades.
2. Um grande número de pessoas trabalhava nas diversas etapas de exploração da borracha na Amazônia. Quem eram os trabalhadores envolvidos nesse processo e quais funções eles desempenhavam?
3. Aponte as principais características da indústria brasileira nos primeiros anos da República.
4. No início do século XX, São Paulo tornou-se o estado mais industrializado do Brasil. Explique de que maneira a cultura cafeeira impulsionou a industrialização paulista.
5. Descreva as condições de trabalho dos operários nas fábricas brasileiras nas primeiras décadas do século XX.
6. A industrialização levou ao surgimento das organizações que lutavam por melhores condições de vida e de trabalho dos operários. Quais ideias influenciaram o movimento operário brasileiro nos primeiros tempos republicanos e o que defendia cada uma delas?
7. As primeiras décadas do século XX no Brasil foram marcadas por intensas mobilizações operárias. Explique o que reivindicavam os trabalhadores e qual foi a reação dos governantes diante dessas mobilizações.
8. Com a proclamação da República, havia esperanças de que ocorreriam muitas melhorias na situação de vida de boa parte da população negra no Brasil. Porém, revelou-se grande o preconceito contra o negro na sociedade brasileira. Nesse contexto, explique a importância dos jornais criados e mantidos por negros nas primeiras décadas do século XX.
9. Até a década de 1930, o Brasil foi um dos principais destinos de imigrantes, de várias partes do mundo. Explique quais foram as transformações culturais observadas no Brasil em decorrência da imigração.
10. No início do século XX, em diversas cidades brasileiras, principalmente nas capitais, a população mais pobre viu-se obrigada a sair da região central para morar nas periferias. Explique o que provocou essa situação.

Interpretando DOCUMENTOS

A imprensa desempenhou importante papel na luta dos operários por melhores salários e pela melhoria das condições de vida da população. Ela também foi fundamental para divulgar as ideias políticas que mobilizaram o movimento operário no Brasil e em diversos países. O documento a seguir é um exemplo dessa situação. Ele reproduz trecho de um artigo publicado no número de estreia do jornal *Ceará Socialista*, um periódico semanal vinculado ao Partido Socialista Cearense, que começou a circular no Ceará em 1919. Após a leitura do texto, responda ao que se pede.

A carestia da vida

Não deve existir no sentimento popular a mais leve sombra de esperança de melhores dias. A vida no Ceará inteiro vai se tornando insustentável. Os exploradores da desgraça alheia cada vez mais apertam a sacola do pobre, aumentando criminosamente, desumanamente, os preços dos gêneros de primeira necessidade.

Ontem, era o monopólio da querosene, a especulação mais ignóbil que enriqueceu, em poucos meses, centenas de comerciantes desalmados que, em outra terra, estamos certos, teriam o castigo me-

recido. Ninguém dirá o contrário, pois a querosene era vendida a eles, comerciantes, a 25\$000 [vinte e cinco mil réis] a caixa e revendida aos consumidores a 100\$, 120\$, 150\$ e até 180\$000! Muitas famílias tiveram seus lares às escuras durante meses!

Hoje, é o café, a farinha, a carne verde, o feijão, o arroz, o açúcar, o pão, etc., todos esses gêneros genuinamente nossos, exclusivamente nossos, os quais subiram em seus preços, alguns a mais de 100% [...].

E quando nessas injunções desesperançadas, o operário se levanta e exige o aumento de salário, dizem eles que pregamos a desordem e que atacamos a religião!

Então eles têm o direito de aumentar 100% nas mercadorias e nós não temos o direito de protestar e de pedir aumento de 20%. [...]

Não há um só operário que já não tenha sentido a dor desta revolta e o clamor desta injustiça e não

custará muito que ele, como o povo francês, venha para a rua, a bradar enérgico e viril: basta de explorações; queremos igualdade na ordem econômica, política e social!

GONÇALVES, Adelaide (Org.). *Ceará Socialista*: Anno 1919. Edição Fac-Similar. Florianópolis: Insular, 2001. p. 2-3.

1. Com base no texto, o que se pode concluir a respeito das condições de vida dos operários no Ceará durante o ano de 1919?
2. Que argumentos são utilizados no artigo para comprovar o aumento “criminoso” dos produtos considerados de primeira necessidade?
3. Pelo texto é possível saber de que maneira os operários reagem diante dessas desigualdades? Como eram interpretadas essas reações?

Hora DE REFLETIR

Ao chegarem ao Brasil, os imigrantes japoneses introduziram uma série de novidades tecnológicas que promoveram grandes avanços na agricultura brasileira. Hoje, os últimos avanços tecnológicos são utilizados, por exemplo, para alterar geneticamente as sementes e desenvolver novas variedades de frutas e legumes. Diversos grupos ambientalistas criticam tais práticas

alegando que ainda não existem estudos comprovando que a ingestão de alimentos geneticamente modificados não faz mal à saúde. Com base nessas informações, reflita sobre a seguinte questão: Até que ponto o uso da tecnologia na agricultura resulta em melhorias para o ser humano? Depois, elabore um texto breve sintetizando suas ideias.

Mundo virtual

- **Ferrovias paulistas** – Site do Arquivo do Estado de São Paulo sobre a história das ferrovias do estado de São Paulo. Disponível em: <www.arquivoestado.sp.gov.br/exposicao_ferrovias>. Acesso em: 9 jan. 2013.
- **100 anos de imigração japonesa no Brasil** – Site com a história da imigração japonesa no Brasil. Disponível em: <www.ndl.go.jp/brasil/pt/index.html>. Acesso em: 9 jan. 2013.
- **O Malho** – Site com a versão digitalizada da revista *O Malho*, importante periódico do início do século XX. Disponível em: <www.casaruibarbosa.gov.br/omalho/?lk=50>. Acesso em: 9 jan. 2013.
- **O Careta** – Site com a versão digitalizada da revista *Careta*, periódico influente do início do século XX. Disponível em: <www.memoriaviva.com.br/careta/>. Acesso em: 9 jan. 2013.

Primeiros tempos republicanos

Marc Ferrez/Instituto Moreira Salles, São Paulo

No Brasil, qualquer pessoa com mais de 18 anos pode escolher livremente seus candidatos para os cargos executivos – prefeito, governador e presidente – e legislativos – vereador, deputados estadual e federal e senador. Além disso, jovens entre 16 e 18 anos – caso desejem – também podem tirar seu título de eleitor e participar do pleito. Esses direitos são assegurados pela Constituição brasileira, que se encontra em vigor desde 1988.

Hoje a população brasileira tem lugar garantido no sistema político brasileiro, mas no passado não foi assim todo o tempo. A primeira Constituição da República brasileira, promulgada em 1891, colocava tantas restrições à participação das pessoas nas eleições que apenas uma parcela – cerca de 10% da população – podia votar. Eram proibidos de votar, por exemplo, mulheres, militares, religiosos e mendigos. Os analfabetos também não podiam escolher seus candidatos. Não bastasse isso, nas eleições ocorriam inúmeras fraudes e ações violentas, o que também

Objetivos do capítulo

- Compreender o processo de consolidação do regime republicano no Brasil.
- Entender a dinâmica que regia a política no Brasil durante a República oligárquica, entre 1889 e 1930.
- Conhecer alguns princípios econômicos que marcaram o início da República no Brasil e compreender as consequências socioeconômicas e políticas mais imediatas da aplicação desses princípios.
- Compreender a importância dos movimentos messiânicos e de contestação nos primeiros tempos do regime republicano.
- Perceber como os avanços tecnológicos relativos à produção do carro nos Estados Unidos afetaram a produção de borracha no Brasil.

contribuiu para garantir que uma pequena elite se perpetuasse no poder por longos períodos.

Como veremos neste capítulo, essa situação persistiu por mais de 40 anos e marcou de maneira significativa os primeiros tempos do Brasil republicano.

O Congresso e a Constituição, caricatura de Pereira Neto para Revista Ilustrada, publicação republicana e abolicionista que circulou no Brasil entre 1876 e 1898. O desenho representa os parlamentares que promulgaram a Constituição de 1891 e elegeram indiretamente Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto a presidente e vice do país, respectivamente.



Pereira Neto/Coleção do Instituto de Estudos Brasileiros da USP, São Paulo, SP

1

Nas mãos da elite

De 1889, ano em que um movimento militar derrubou a Monarquia e instaurou a República no Brasil, até 1930, data em que um movimento armado levou à Presidência o gaúcho Getúlio Vargas, o país esteve quase todo o tempo nas mãos das elites oligárquicas do Sudeste.

Durante esse período, as atenções dos sucessivos governos estiveram voltadas primordialmente para os interesses das elites. Nada foi feito para promover mudanças econômicas e sociais que atendessem às necessidades da população mais pobre. E, embora a indústria estivesse crescendo, a base da economia continuava sendo a grande propriedade rural, produtora de culturas destinadas à exportação.

Politicamente, esse regime foi caracterizado pelo controle do país exercido por forças econômicas e políticas dos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco. Suas lideranças influenciaram significativamente todas as escolhas presidenciais desse período. Além disso, essa época – conhecida mais tarde como República oligárquica (veja boxe abaixo) – foi marcada por fraudes eleitorais e por uma forte repressão aos movimentos populares. Durante a República oligárquica, também foram influentes diversos segmentos do Exército, responsáveis pela liderança em uma série de movimentos que exigiam mudanças políticas no país.

O que foi a República oligárquica

República Velha, Primeira República ou *República oligárquica* são expressões utilizadas pelos historiadores para designar o regime vigente no Brasil entre 1889 e 1930. Esses termos nasceram depois que Getúlio Vargas chegou ao poder, em 1930, e com eles procura-se evidenciar as diferenças políticas entre as duas épocas. Segundo essa concepção, enquanto o período de 1889 até 1930 teria sido marcado por uma política de atendimento aos interesses dos **coronéis** e das oligarquias estaduais, o período posterior a 1930 seria pautado pelo fortalecimento de grupos urbanos, como o operariado e a burguesia industrial.

Governo Provisório

Proclamada a República em 1889, o marechal Deodoro da Fonseca anunciou a criação de um *Governo Provisório* que comandaria o Brasil até a aprovação de uma nova Constituição, o que só ocorreria em 1891. Além do presidente Deodoro da Fonseca, o Governo Provisório foi composto por sete ministros civis e militares.

Logo nos primeiros dias, o presidente dissolveu o Senado e a Câmara dos Deputados, enquanto muitos suspeitos de defender a monarquia eram presos. Como afirma o historiador Hamilton Monteiro, “instituiu-se de fato uma ditadura, na medida em que não havia nenhum órgão legislativo funcionando e que a Constituição de 1824 deixava de vigor”.

As antigas províncias foram transformadas em estados. Cada estado teve autorização para organizar suas próprias forças policiais e elaborar sua própria Constituição. Enquanto isso não acontecesse, os presidentes de estado (como eram chamados os atuais governadores) seriam indicados pelo presidente da República.

Antigos símbolos do Império foram extintos. A bandeira imperial, criada por Jean-Baptiste Debret, foi substituída por outra, feita pelo pintor Décio Villares (1851-1931). Nela consta a divisa *Ordem e progresso*, retirada de uma máxima positivista e introduzida na nova bandeira para indicar a ideologia do novo regime (veja a seção *Olho vivo*, na página 54).

A Constituição de 1891

Em setembro de 1890, foram realizadas eleições para escolher os representantes que fariam parte de uma *Assembleia Constituinte*, a qual deveria elaborar a primeira Constituição da República. Os trabalhos dos constituintes se prolongaram até fevereiro de 1891, quando foi promulgada a nova Carta. Seu principal redator foi o jurista baiano Rui Barbosa e seu texto traduzia boa parte dos anseios dos cafeicultores paulistas, naquele momento o grupo socioeconômico de maior expressão.

Além de assegurar o sistema federativo e definir o *presidencialismo* como forma de governo, a Constituição republicana estabeleceu a divisão do Estado em três poderes – Legislativo, Executivo e Judiciário –, “harmônicos e independentes entre si”. Os senadores deixaram de ser vitalícios e foi definida a separação entre o Estado e a Igreja. Com isso, o país deixou de ter uma religião oficial e diversas funções até então controladas pela hierarquia da Igreja católica, como o registro de nascimentos e mortes, passaram para as mãos do governo.

Proclamada a República, uma das primeiras preocupações do governo recém-instalado foi escolher uma nova bandeira para o país. Durante quatro dias, uma bandeira semelhante à dos Estados Unidos, mas com faixas nas cores verde e amarela, chegou a ser hasteada na Câmara Municipal do Rio de Janeiro e usada no navio que levou a Família Real ao exílio na Europa. Porém, um grupo de positivistas não aprovou essa semelhança e se apressou em elaborar outra proposta, logo encaminhada a Benjamin Constant, ministro da Guerra.

A nova bandeira foi idealizada por Raimundo Teixeira Mendes (1855-1927) e Miguel Lemos (1854-1917), fundadores da Sociedade Positivista Brasileira, e desenhada pelo pintor Décio Villares, também positivista. Eles contaram com a consultoria científica do astrônomo Manuel Pereira Reis (1837-1922). O modelo apresentado mantinha detalhes da antiga bandeira imperial, como as cores verde e amarela, mas eliminava alguns símbolos relacionados à monarquia. Uma das novidades – a divisa “Ordem e progresso” – gerou grande polêmica por causa de sua inspiração declaradamente positivista.

Em um texto no qual justificava o desenho, Teixeira Mendes afirmou que o novo símbolo nacional procurava manter da antiga bandeira imperial “tudo o que pudesse ser conservado, de modo a despertar em nossa alma o mais ardente culto pela memória de nossos avós”. No entanto, “deveria eliminar tudo quanto pudesse perturbar o sentimento da solidariedade cívica, por traduzir crenças que não são mais compartilhadas por todos os cidadãos”.

No dia 19 de novembro, o Governo Provisório publicou um decreto oficializando-a como a nova bandeira do país. Veja alguns de seus símbolos.

Na antiga bandeira imperial, a cor verde era referência à Casa de Bragança, dinastia de dom Pedro I. A bandeira republicana manteve o retângulo da mesma cor.



Banco de Imagens/Arquivo da editora

Bandeira do Império brasileiro, que vigorou entre 1822 e 1889, quando foi proclamada a República.

Em heráldica (Ciência que estuda a origem, evolução e significado dos símbolos nos brasões), o losango é associado à figura feminina. Na bandeira imperial, era uma homenagem à esposa de dom Pedro I, dona Leopoldina, de origem austríaca. O amarelo era a cor da Família Imperial Austríaca.

O dístico, de caráter positivista, foi extraído do lema *O amor por princípio e a ordem por base, o progresso por fim*, de Augusto Comte (1798-1857), filósofo francês criador do positivismo.

Estrela de Prócion. Pertence a uma constelação visível apenas no hemisfério norte, a do Cão Menor. Representa o Amazonas, estado que tem áreas acima da linha do Equador.

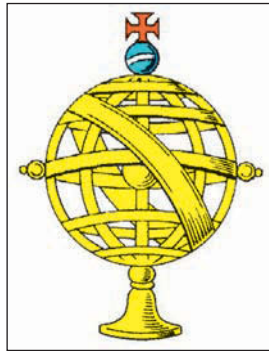
Estas estrelas não estavam na bandeira de 1889. Pertencem à constelação de Hidra Fêmea. A da esquerda representa Mato Grosso do Sul; a da direita, o Acre.

O losango no interior de um retângulo era usado em bandeiras militares francesas na época da Revolução de 1789. O pintor francês Jean-Baptiste Debret usou esse recurso para fazer a bandeira do Império brasileiro.

A constelação de Cão Maior está representada na bandeira por cinco estrelas. Na bandeira de 1889, havia apenas a estrela Sírio, associada a Mato Grosso. As demais se referem a estados surgidos no século XX: Rondônia, Amapá, Roraima e Tocantins.

Estrela Canopus, da constelação de Carina (antiga Argos). Remete aos navegantes portugueses que aqui chegaram em 1500. Representa Goiás.

A esfera entrecortada por uma faixa já havia sido utilizada em bandeiras da colônia portuguesa da América. A novidade é que na bandeira republicana a esfera representa o céu brasileiro estrelado.



Banco de Imagens/Arquivo da editora

Bandeira branca do Principado do Brasil com esfera armilar de ouro e outra, menor, na cor azul. Essa bandeira, de caráter comercial, vigorou de 1645 a 1816.

Estrela Spica (espiga). Uma parte das estrelas dessa constelação está no hemisfério norte e outra no sul. A Spica fica no sul, mas foi colocada como se estivesse no norte. Ela representa o Pará e remete também à figura feminina e à Virgem Maria (cultuada pelos positivistas). Simboliza igualmente a agricultura, que, para os positivistas, representa o progresso. Aparece acima da palavra "Progresso".

A faixa branca é uma idealização da eclíptica, ou seja, a linha central do zodíaco, uma faixa da esfera celeste formada por 12 constelações e pela qual se movem o Sol, a Lua e os planetas.



Banco de Imagens/Arquivo da editora

Atual bandeira do Brasil.

Constelação do Cruzeiro do Sul.

Estrela Sigma da Oitante (ou Polar do Sul). É vista em todo o território abaixo da linha do Equador. Em torno dela, giram todas as estrelas visíveis no céu do Brasil. Representa a Capital Federal: até 1960, o Rio de Janeiro; depois, Brasília.

Os estados do Sul estão representados pela constelação do Triângulo Austral.

Estrelas da constelação de Escorpião. Representam os estados nordestinos, exceto a Bahia. Aparecem na bandeira porque, segundo a astrologia, o dia 15 de novembro é regido por esse signo.

A nova Carta estabeleceu também o voto universal masculino (ou seja, não censitário e só para homens), mas as regras eleitorais ainda eram bem restritivas: só podiam votar maiores de 21 anos e alfabetizados. Assim, os analfabetos (80% da população) não tinham acesso ao voto. Além deles, mendigos, soldados e membros de ordens religiosas tampouco podiam votar. As mulheres também continuaram excluídas desse importante direito de cidadania política.

www.mcc.ufm.br/Arquivo da editora



Gravura de Dionísia Gonçalves Pinto (1810-1885), de cerca de 1885. Nascida no Rio Grande do Norte, foi escritora, poetisa e educadora. Em uma sociedade e em uma época que excluíam a mulher de várias esferas da vida, como a da política, foi uma ardente defensora dos direitos femininos. Adotou o pseudônimo de Nísia Floresta Brasileira Augusta.

A duração do mandato presidencial foi fixada em quatro anos. A escolha do presidente da República, assim como a dos outros integrantes do poder Executivo (governadores e prefeitos), deveria ser feita por meio de eleições diretas. A exceção seria o primeiro presidente, cuja eleição coube à própria Constituinte. Promulgada a nova Carta, os constituintes escolheram para presidente e vice-presidente da República os marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, que tomaram posse em fevereiro de 1891, pondo fim ao Governo Provisório.

O Encilhamento

Quando assumiu o Governo Provisório, logo após a Proclamação da República, em novembro de 1889, Deodoro da Fonseca nomeou para o ministério da Fazenda o jurista Rui Barbosa. Para expandir o crédito,

aumentar a quantidade de dinheiro em circulação e incentivar a abertura de novas indústrias, o ministro permitiu que bancos privados emitissem moeda. Seu objetivo era incentivar o desenvolvimento industrial do país.

A medida contribuiu, de fato, para a expansão do crédito, mas muitas pessoas abriam empresas fictícias para obter dinheiro dos bancos. A especulação cresceu significativamente e, passado o período de euforia, vieram em 1891 as falências de bancos (que não receberam o pagamento dos empréstimos feitos) e estabelecimentos empresariais. Tal política, conhecida como **Encilhamento**, lançou o país em uma profunda crise econômica e financeira.

Em meados de 1891, deputados e senadores começaram a rever algumas decisões do governo. Ao mesmo tempo, aprovaram medidas que restringiam o poder do presidente. Inconformado com essas restrições, Deodoro da Fonseca fechou o Congresso em novembro de 1891 e decretou estado de sítio. As reações contra essas medidas foram tão generalizadas que, poucas semanas depois, o presidente renunciou ao cargo.

A Revolução Federalista e a Revolta da Armada

Com a renúncia do presidente Deodoro da Fonseca, o vice-presidente Floriano Peixoto assumiu a chefia do governo e reabriu o Congresso, pondo fim ao estado de sítio.

Em 1893, irrompeu no Rio Grande do Sul uma rebelião armada: a *Revolução Federalista*. O objetivo dos rebeldes era a derrubada do presidente do estado (governador), Júlio de Castilhos, um aliado de Floriano Peixoto. Conhecidos como *federalistas* ou *margatos*, eles lutavam também pela instauração do parlamentarismo no Brasil. Seu principal líder era Gaspar Silveira Martins.

Júlio de Castilhos e seus seguidores, os chamados *pica-paus*, reagiram e teve início uma sangrenta guerra civil que levou o presidente Floriano Peixoto a deslocar tropas do Exército para o Rio Grande do Sul, em apoio a Júlio de Castilhos.

A guerra civil gaúcha se estendeu para *Santa Catarina e Paraná** e teve reflexos no Rio de Janeiro (na época, capital do país).

* Veja o filme *O preço da paz*, de Paulo Morelli, 2003.

Oficiais da Marinha liderados pelo almirante Custódio de Melo, que acalentava o desejo de assumir a presidência da República, exigiram o afastamento do presidente Floriano Peixoto alegando que, pela Constituição, ele não poderia exercer o cargo: como Deodoro da Fonseca renunciara antes de completar dois anos de mandato, novas eleições deveriam ser convocadas para a escolha do novo presidente. Amotinados, os oficiais rebeldes e alguns marinheiros se aposaram de barcos fundeados na baía de Guanabara e bombardearam a cidade do Rio de Janeiro entre setembro de 1893 e março de 1894.

Tanto a Revolta da Armada, como ficou conhecido esse movimento, quanto a Revolução Federalista foram duramente reprimidas pelo governo federal. A primeira terminou em abril de 1894. Já a guerra civil gaúcha estendeu-se até meados de 1895, quando um acordo pôs fim aos combates e Júlio de Castilhos voltou ao governo do estado.

Essa guerra civil deixou um saldo de aproximadamente 12 mil mortos. Muitos dos combatentes morreram degolados, quando capturados pelos inimigos.

2 As oligarquias no poder

Quando a Revolução Federalista no Rio Grande do Sul chegou ao fim, a presidência da República era ocupada pelo fazendeiro paulista Prudente de Moraes (1894-1898). Muito mais do que uma simples troca de chefes de Estado, a saída de um marechal e a entrada de um cafeicultor representavam uma mudança no equilíbrio de forças políticas no país. Com ela, o poder saiu das mãos das Forças Armadas e retornou às oligarquias do Sudeste, que haviam exercido enorme influência no governo durante boa parte do Império. Agora esse poder era ainda maior, pois os oligarcas já não precisavam se submeter a ações centralizadoras impostas pelo imperador.

Iniciada com Prudente de Moraes, a consolidação do poder político dos cafeicultores paulistas ganharia contornos definitivos durante o mandato do presidente Campos Salles, que governou o Brasil entre 1898 e 1902. Nesse período foi estabelecida a chamada *Política dos Governadores*, criada com o objetivo de administrar os conflitos no interior das elites.

Essa política tinha por base um pacto de reciprocidade e apoio mútuo entre os governadores e o pre-

sidente da República. Pelo acordo estabelecido, seriam feitos esforços para que fossem eleitos apenas deputados federais que no Congresso apoiassem o presidente da República. Em troca, este último concederia verbas para a realização de obras nos estados, não iria interferir nas nomeações para cargos públicos estaduais e usaria sua influência para impedir o avanço de grupos de oposição nessas regiões.

A força do coronelismo

No âmbito estadual, a base de apoio dessa política era a aliança entre os governadores e os coronéis do interior. Os coronéis eram geralmente grandes proprietários de terra, mas havia entre eles também comerciantes e até padres. Eram chefes políticos locais que, por meio de uma política de troca de favores conhecida como *clientelismo*, exerciam sua influência não apenas sobre as camadas mais baixas da população, mas também entre os representantes do poder Judiciário e as forças policiais de sua região.



Paulino Veloso Freire, senhor dos engenhos Pará, Salgado, Araçá e Laranjeiras, em Pernambuco, típico coronel do interior, em foto do início do século XX.

Ludgero Jardim/Fundação Joaquim Nabuco

Na época das eleições, os coronéis obrigavam as pessoas sob seu comando a votar nos candidatos de interesse dos governos estadual e federal. Essas pessoas formavam o “curral” eleitoral do coronel e tinham com ele algum tipo de relação pessoal. Eram moradores de suas terras ou seus empregados, vizinhos ou parentes, compadres ou afilhados, ou simplesmente beneficiários de seu poder. Recebiam dele proteção e favores, por exemplo, empregos públicos, remédios em casos de doença, vagas para os filhos em escolas públicas, etc.

Como o voto não era secreto, o eleitor votava sob as vistas de pessoas comprometidas com o coronel, que compunham a mesa eleitoral. Eram as chamadas eleições a bico de pena, pois os resultados dependiam de quem, com pena e tinteiro nas mãos, elaborava as atas eleitorais.

Caso algum candidato de oposição fosse eleito para uma vaga na Câmara dos Deputados ou no Senado, poderia não assumir. Isso porque existia no Congresso a Comissão de Verificação de Poderes, grupo encarregado de avaliar o perfil dos parlamentares eleitos e com poderes para vetar nomes.

O coronelismo foi uma das características mais marcantes da República oligárquica. Para o pensador Victor Nunes Leal, ele constituía uma forma de o poder privado se manifestar por meio da política. Embora pudesse ser encontrado em todo o país, foi mais

forte no Nordeste, no Norte e no Centro-Oeste, onde as oligarquias eram comandadas por pequenos grupos familiares.

As condições em que viviam as populações do interior eram geralmente de extrema pobreza, com poucos recursos. Concentrada nas mãos dos grandes proprietários, a terra era um bem escasso e fora do alcance da maioria dos trabalhadores rurais. Além disso, para manter as pessoas sob seu controle, os coronéis não admitiam contestações à sua autoridade e era comum o uso da força física, com ameaças e ações violentas.

Guerras entre oligarquias

A Política dos Governadores garantia o controle do poder pelas oligarquias dominantes, tanto no âmbito federal quanto no estadual. Entretanto, ela não foi capaz de estabelecer uma paz permanente entre grupos oligárquicos rivais em diversos estados.

As disputas de poder entre os grupos oligárquicos culminaram, não raras vezes, em conflitos armados que exigiam até mesmo a intervenção do poder federal. Para manter-se no poder, coronéis e oligarcas contavam com seus próprios exércitos particulares. Os integrantes dessas milícias eram indivíduos armados, treinados para matar: os *jagunços* (leia a seguir um texto que estabelece uma relação entre jagunços e *cangaceiros* no Nordeste).

O cangaço

O cangaço tem suas origens históricas por volta do século XVIII, época em que os grandes proprietários de terra do Nordeste recrutavam jagunços para expulsar os indígenas do sertão. A partir de um período longo de seca que assolou a região em 1877, os fazendeiros passaram a contratar jagunços para proteger suas propriedades das invasões de retirantes famintos em busca de comida.

Com o tempo, muitos jagunços tornaram-se independentes dos fazendeiros e passaram a andar em grupos roubando, estuprando e matando. Ficaram conhecidos como *cangaceiros*. Embora temidos, alguns eram estimados pelos sertanejos, que os viam como justiceiros capazes de enfrentar a polícia, roubar das pessoas ricas e poderosas e desafiar as autoridades.

O auge do cangaço ocorreu entre 1919 e 1927, quando cerca de 25 grupos atuaram no sertão nor-

destino. Um dos primeiros chefes do cangaço a ficar famoso em todo o país foi *Antônio Silvino*, pseudônimo de Manuel Batista de Moraes (1875-1944). O mais célebre de todos os cangaceiros, porém, foi Virgulino Ferreira da Silva (1900?-1938), conhecido como *Lampião*. Em 1938, *Lampião** e seu bando sofreram uma emboscada e foram mortos pela polícia no sertão de Sergipe. O último líder do cangaço foi Cristiano Gomes da Silva Cleto, mais conhecido como *Corisco**, morto pela polícia em 1940.

* Veja os filmes *O cangaceiro*, de Lima Barreto, 1953; *Baile perfumado*, de Paulo Caldas e Lírio Ferreira, 1997; e *Canta Maria*, de Francisco Ramalho Jr., 2006.

* Veja os filmes *Deus e o diabo na terra do sol*, de Glauber Rocha, 1964; e *Corisco e Dadá*, de Rosemberg Cariry, 1994.

Os confrontos entre os grupos oligárquicos, ou entre estes e as forças estaduais e mesmo federais, eram muitas vezes longos e sangrentos. Em Goiás, por exemplo, a luta entre os clãs dos Caiados e dos Wolneys se prolongou por vários anos; no sertão

baiano, diversos conflitos envolveram o coronel Horácio de Matos e J. J. Seabra entre 1915 e 1920; já no Ceará, a luta contra o poder dos Accioly deflagrou uma guerra no sertão em 1913 (veja a seção *Passado presente*).

PASSADO **Presente**

Entre a espingarda e a batina

Uma das figuras mais emblemáticas do coronelismo brasileiro foi o padre Cícero Romão Batista (1844-1934), que atuou na região do Cariri, no estado do Ceará. Além de vigário da paróquia de Juazeiro, padre Cícero era dono de terras e muito ligado à família Accioly, clã oligárquico que controlou o poder no estado por várias décadas. Em 1911, com a elevação de Juazeiro a município, o religioso tornou-se o primeiro prefeito da cidade.

Sua eleição ocorreu no momento em que o presidente da República, marechal Hermes da Fonseca, tentava combater as oligarquias estaduais e diminuir seu poder de influência. Em 1912, forças do Exército depuseram o governador cearense, Nogueira Accioly, que foi substituído por um militar, o tenente-coronel Franco Rabelo. Uma das primeiras medidas do novo governador foi destituir também o padre Cícero do cargo de prefeito de Juazeiro.

Em fins de 1913, o religioso e seu braço direito, o médico Floro Bartolomeu, mobilizaram as tropas dos coronéis do sertão cearense, dominaram várias cidades do interior do estado e ocuparam a capital, Fortaleza. O governador Franco Rabelo foi deposto e o padre Cícero retomou a prefeitura de Juazeiro.

Os seguidores do padre Cícero o consideravam um santo milagreiro; a fé dessas pessoas era alimentada pelos sermões do religioso, que prometia paz, justiça e prosperidade à população. Essa crença vinha desde 1889 quando, durante uma missa, uma hóstia branca teria ficado vermelha em suas mãos. Para os fiéis, a hóstia havia sido tingida pelo sangue de Cristo. Em pouco tempo, as pessoas passaram a se dirigir a Juazeiro em busca de milagres. Ainda hoje, milhares de romeiros vão à cidade pagar promessas e ver uma estátua de 17 metros de padre Cícero, erguida em sua homenagem.



Reminiscências/Acervo Iconographia

Floro Bartolomeu ao lado do padre Cícero, de Juazeiro. Foto do início do século XX.

3 Movimentos messiânicos

A situação de pobreza e abandono em que vivia boa parte da população brasileira sob a República oligárquica fez com que milhares de pessoas abandonassem a vida no campo e partissem para as cidades, principalmente as capitais, em busca de melhores condições de vida. Porém, devido às dificuldades encontradas nos centros urbanos, muitas dessas pessoas acabavam numa situação de miséria extrema.

Em Fortaleza, em 1915, o governo cearense adotou uma política drástica contra essas pessoas. Os retirantes que fugiam da seca e chegavam à capital eram encaminhados para um campo de concentração instalado na periferia da cidade. Em pouco tempo, mais de 8 mil pessoas estavam vivendo ali, em casas de taipa, sem instalações sanitárias adequadas e impedidas de sair do local. Em troca de trabalho, os retirantes recebiam roupas, alimentos e remédios.

Em 1932, na tentativa de impedir a concentração da população pobre em Fortaleza e outros centros urbanos, o governo cearense criou sete campos de concentração no estado, que chegaram a reunir 90 mil retirantes.

Em outras ocasiões, a situação de miséria enfrentada pela população rural levou muitas dessas pessoas a buscar amparo junto a líderes místicos que se diziam porta-vozes de Deus. Surgiram assim **movimentos messiânicos** em regiões como Bahia (veja a seção *No mundo das letras*), Paraná e Santa Catarina, que abordaremos a seguir.

Canudos, na Bahia

Nascido no Ceará, Antônio Vicente Maciel (1828-1897) começou a perambular pelo sertão da Bahia por volta de 1870. De formação religiosa, pregava o amor a Deus e dava conselhos à população pobre da região. Por isso, passou a ser conhecido como *Antônio Conselheiro*. Em pouco tempo, grande número de pessoas passou a acompanhá-lo em suas peregrinações. Em 1893, depois de rebelar-se contra a cobrança de impostos, fundou um povoado conhecido como *Arraial de Belo Monte* em uma fazenda abandonada da região de *Canudos**, no interior da Bahia, às margens do rio Vaza-Barris.

* Veja o filme *Guerra de Canudos*, de Sérgio Rezende, 1997.



Flagelados da seca 1877-1879, no Ceará, em foto de J.A. Corrêa. Além da pobreza crônica, os trabalhadores rurais do sertão nordestino tinham que enfrentar o flagelo das secas.

Perseguido pelas autoridades, Antônio criticava a República e elogiava a monarquia. A seus seguidores, prometia o retorno do rei de Portugal, dom Sebastião (morto no norte da África em 1578), que iria restaurar a ordem pública. Atraídos por sua pregação, dezenas de milhares de sertanejos fixaram-se na região, onde passaram a viver da agricultura de subsistência. Muitas pessoas fugiam para Canudos em busca de uma vida melhor.

Acusada de monarquista, a comunidade começou a incomodar a oligarquia estadual, o governo federal e a hierarquia da Igreja. Para reprimi-la, em 1896 o governo enviou a Canudos uma expedição militar com pouco mais de 100 homens. Fustigada pelos seguidores de Antônio Conselheiro, a improvisada tropa foi derrotada. Mais três expedições seriam enviadas até o final de 1897, quando, com mais de 8 mil soldados, o Exército sairia vitorioso.

A *Guerra de Canudos*, como ficou conhecido o conflito, deixou um saldo de aproximadamente 30 mil sertanejos mortos e foi acompanhada de perto pelo jornalista Euclides da Cunha, que posteriormente a descreveu no livro *Os sertões*.



Flávio de Barros/Museu da República, Rio de Janeiro

Partidário de Antônio Conselheiro em sua casa na região de Canudos, na Bahia, em foto de 1897.

Canudinho de Lages, em Santa Catarina

No mesmo ano de 1897, enquanto aconteciam os combates em Canudos, outra comunidade de caráter messiânico surgia no Brasil, no planalto catarinense. Em julho daquele ano, um grupo de sertanejos liderados por um homem conhecido como dom Miguel formou um povoado na região de Lages. Também chamado de Miguelito, o líder do grupo praticava rezas, receitava remédios e determinava penitências para a população.

O povoado cresceu e chegou a reunir cerca de 300 indivíduos, entre homens, mulheres e crianças. Seus seguidores acreditavam que o mundo acabaria na virada do século XIX para o século XX e cultuavam uma rocha que, segundo eles, era uma santa encantada. Para libertá-la do encanto, deveriam, como penitência, carregar pedras na cabeça.

Além dos doentes e pobres, diversas pessoas que haviam participado da Revolução Federalista (1893-1895), lutando ao lado dos rebeldes maragatos, estabeleceram-se na comunidade. Como afirma



Reprodução/Arquivo Histórico Museu da República

Militares gaúchos enviados para combater em Canudos posam para foto em Monte Santo, cidade baiana usada como quartel-general das tropas do Exército durante os combates.

o historiador Paulo Pinheiro Machado, “além de devotos e penitentes, a cidade abrigava indivíduos com experiência em combate”. A população chamava o lugar de *Canudinho de Lages* e dizia que seu líder seria um emissário de Antônio Conselheiro.

Preocupado com o crescimento do povoado e com a presença de ex-federalistas entre os moradores do local, o governador catarinense Hercílio Luz, que apoiara os pica-paus, ordenou a destruição da comunidade. No primeiro ataque, em agosto de 1897, os soldados foram rechaçados à bala. Duas semanas depois, contando com o apoio de tropas gaúchas enviadas pelo governador Júlio de Castilhos, aconteceu a segunda investida. Canudinho de Lages foi incendiado e muitos de seus moradores, mortos. Os sobreviventes refugiaram-se nas matas e grutas existentes ao longo dos rios Pelotas e Canoas.

Contestado, entre Paraná e Santa Catarina

Cerca de 15 anos depois do fim de Canudinho de Lages, um novo movimento messiânico surgiu no

estado de Santa Catarina, na divisa com o Paraná, uma região onde era grande a miséria da população local.

Essa região, onde viviam cerca de 60 mil pessoas, era conhecida como Contestado, por ser reivindicada pelos dois Estados desde o Império. Com a República, o governo doou terras para empresas norte-americanas construírem uma estrada de ferro e uma serraria. Boa parte dos pequenos proprietários da região foram expulsos de suas terras, sem indenização. Ao término da construção da ferrovia, cerca de 8 mil trabalhadores ficaram desempregados.

Em meio à miséria, a população buscou refúgio nas palavras do “monge” José Maria. Dizendo-se um eleito de Deus e prometendo o advento de um reino de justiça, que muitos identificavam com a monarquia, o beato passou a ser seguido por milhares de fiéis. A reunião de tão grande número de pessoas em uma mesma região assustava os coronéis locais, temerosos de que essas pessoas fizessem exigências políticas contrárias aos seus interesses. O assassinato do “monge” por forças policiais em 1912



Grupo de rebeldes presos por forças policiais e militares no final da Guerra do Contestado, em 1916. Entre eles está Alemãozinho (no centro da foto, mão no bolso do paletó), desertor de um navio alemão que se tornou um dos chefes militares dos rebeldes.

Acervo Orty de Magalhães Machado/Arquivo da editora

não enfraqueceu o movimento. Morto José Maria, seus adeptos passaram a seguir as palavras das moças virgens que diziam ser videntes.

A partir de 1913, por várias vezes tropas dos governos estadual e federal lançaram ataques contra os *redutos rebeldes**. Em setembro de 1914, uma tropa federal composta por 7 mil soldados (um terço do efetivo do Exército na época) ocupou a região. Usando armamentos pesados, os soldados tiveram de enfrentar encarniçada resistência dos rebeldes, munidos de velhas espingardas, foices e facões. Somente em janeiro de 1916, o último líder dos sertanejos foi preso e a *Guerra do Contestado* chegou ao fim. Cerca de 20 mil pessoas, entre mulheres, crianças, homens e idosos, morreram no conflito.

Em agosto de 1916, os governos de Santa Catarina e Paraná firmaram um acordo dividindo entre si as terras do Contestado. Com a expulsão dos camponeses, boa parte desse território acabou colonizado por imigrantes europeus, principalmente italianos e alemães que viviam no Rio Grande do Sul.

O Convênio de Taubaté

Desde fins do século XIX, a produção cafeeira de São Paulo crescia sem parar, aumentando a oferta de café no mercado internacional. A consequência imediata disso foi a queda no preço do produto para exportação. Em 1906, durante o mandato de Rodrigues Alves na presidência da República (1902-1906), representantes dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro – os três maiores produtores de café do país na época – firmaram na cidade de Taubaté, no interior paulista, um acordo conhecido como *Convênio de Taubaté*, que exigiu do governo federal medidas para valorizar o café, de modo a proteger da crise o principal produto brasileiro de exportação.

Pelo Convênio, as sobras de exportação seriam compradas a preço fixo pelos governos estaduais. Isso faria com que a oferta de café no mercado internacional parasse de crescer, permitindo a estabilização dos preços. Caberia à União criar mecanismos para que os estados obtivessem empréstimos no exterior para financiar essa política de valorização do café, que seria mantida até 1924.

4 A delimitação de fronteiras

Com a Proclamação da República, uma das preocupações do novo regime foi regularizar as fronteiras do Brasil, algumas das quais eram matéria de disputas com nações vizinhas desde os tempos do Império.

Algumas dessas disputas foram resolvidas diplomaticamente. Outras, contudo, exigiram também a utilização da força armada. Foi o que ocorreu com a anexação do *Acre** em 1904, após uma guerra travada entre tropas brasileiras e bolivianas (sobre o Acre, veja a seção *Patrimônio e diversidade*, na página 64).

A região pertencia inicialmente à Bolívia, cujo governo a arrendou, em 1901, a uma empresa norte-americana de produção de borracha, a Bolivian Syndicate. Naquela época, boa parte do território encontrava-se ocupada por grupos de brasileiros interessados em explorar o látex das seringueiras. Em defesa do território, em 1903, tropas bolivianas tentaram expulsar de lá os invasores. Liderados pelo militar gaúcho Plácido de Castro, os brasileiros derrotaram as tropas bolivianas e proclamaram a independência do Acre.

A disputa pelo controle da região terminou após a assinatura do *Tratado de Petrópolis*, em 1903. Para ficar com o Acre, o governo brasileiro se comprometeu a pagar 110 mil libras de indenização à Bolivian Syndicate e 2 milhões de libras ao governo boliviano. Também concordou em construir a ferrovia *Madeira-Mamoré*, ligando a Bolívia ao oceano Atlântico, para facilitar o transporte da borracha a ser exportada.

A construção de uma ferrovia em plena selva amazônica combinava a crença na técnica e no progresso com os anseios modernizadores dos governantes da época. As obras tiveram início em 1907 e envolveram mais de 30 mil trabalhadores; dentre eles, muitos estrangeiros (releia o capítulo 4). Durante os cinco anos que durou sua construção, cerca de 6 mil trabalhadores morreram, vítimas de doenças tropicais ou de acidentes de trabalho. Por isso, a Madeira-Mamoré recebeu o epíteto de *ferrovia da morte*.

* Veja o filme *A guerra dos pelados*, de Sylvio Back, 1971.

* Leia o livro *Galvez, imperador do Acre*, de Márcio Souza, editora Record.



Vista aérea de geoglifo atravessado pela rodovia BR-317, no Acre, em foto de dezembro de 2007.

Leto de Almeida/Folha Imagem/Folhapress

Na terra da borracha

Quando o governo brasileiro adquiriu o território do Acre junto ao governo boliviano, ele estava interessado, principalmente, nos altos lucros que poderia obter com a venda da borracha acriana no mercado exterior. Entretanto, essa euforia durou pouco. Com a concorrência dos seringais asiáticos surgida nesse período (releia o capítulo 4), a produção brasileira de borracha entrou em declínio e muitos seringais do Acre foram abandonados.

Uma breve revitalização dessa atividade aconteceu na década de 1940, durante os últimos anos da Segunda Guerra Mundial (sobre a Segunda Guerra, leia o capítulo 9). Na ocasião, os seringais da Malásia, uma das principais fontes de látex da época, encontravam-se bloqueados pelas tropas japonesas. Com o bloqueio, países adversários do Japão na guerra, como os Estados Unidos, não tinham acesso fácil à borracha tão necessária para a indústria automobilística, mais uma vez as atenções estrangeiras voltaram-se ao Brasil.

Em 1942, o governo norte-americano se comprometeu a investir maciçamente no financiamento da produção de borracha brasileira. Em troca, o Brasil deveria mobilizar trabalhadores na tarefa de extração do látex. Assim, entre 1942 e 1945, 60 mil pessoas – cerca da metade composta de flagelados cearenses fugindo de uma forte seca que assolava o estado – migraram para a região amazônica, principalmente para o Acre, para trabalhar na extração do látex. Conhecidas como Soldados da Borracha, essas pessoas tinham a promessa do governo de que, terminada a guerra, receberiam ajuda para retornar ao seu estado natal.

Nem a riqueza sonhada nem a promessa do governo de assegurar o retorno da população se concretizaram depois que o confronto mundial terminou, em 1945. Boa parte dos nordestinos deslocados até o Acre permaneceu na região e a presença deles e de seus descendentes influenciou de maneira significativa os hábitos e costumes locais. Isso pode ser observado na presença do folgado do boi-bumbá durante as festas juninas, na prática da vaquejada ou ainda na existência de uma literatura de cordel acriana, na qual se destacam cordelistas como João Roseno e Hélio Melo.

Outra característica marcante do Acre é a variedade de povos indígenas. Eles pertencem a diversas etnias, como os Axinawá, Yawanawá, Katakina, Jaminawa, Kulina, Ashaninka, Nukini, Apurinã, entre outras. São cerca de 14 mil pessoas que vivem em 146 aldeias.

Por meio de imagens de satélite e pesquisas de campo, cientistas vêm descobrindo nos últimos anos uma grande variedade de geoglifos espalhados por uma região de 250 quilômetros do Acre. Trata-se de gigantescos desenhos de figuras geométricas que só podem ser observados em sua totalidade quando vistos do alto.

Ao contrário do que se pensava até então, os pesquisadores acreditam que a região chegou a abrigar sociedades indígenas complexas, visto que a execução desses geoglifos requer muito trabalho, algo possível de se conseguir quando existem sociedades estratificadas socialmente e com divisão da força de trabalho.

A última fronteira

Em 1911, enquanto no Acre se desbravava a floresta tropical, o explorador norueguês Roald Amundsen e seus companheiros de expedição tornavam-se as primeiras pessoas, de que se tem notícia, a pisar o solo gelado da Antártida, último continente da Terra a ser alcançado pelo ser humano.

Inicialmente, o desejo de Amundsen era chegar ao polo Norte. Ao tomar conhecimento de que essa façanha já havia sido realizada por um explorador norte-americano, não se sabe se Frederick Cook, em 1908, ou Robert Peary, em 1909, resolveu mudar os planos.

A chegada de Amundsen ao polo Sul no dia 14 de dezembro de 1911 marcou o fim de uma verdadeira corrida travada com o britânico Robert Falcon Scott, que chegou à Antártida 36 dias depois. Amundsen conseguiu retornar à Europa. Scott e sua equipe não tiveram a mesma sorte. Famintos e cansados, padecendo de escorbuto, sucumbiram de frio em uma forte nevasca.

Diálogos

Reúna-se a seu grupo de colegas e, com a ajuda do professor de Geografia, façam uma pesquisa sobre a importância das geleiras da Antártida

para o equilíbrio ambiental da Terra, a ameaça que paira sobre ela com o aumento da temperatura do planeta e com o buraco na camada de ozônio. Registrem suas conclusões em um texto.

Maria Rosa Pedreiro/Universidade Federal do Paraná/Agência Brasil



O governo brasileiro mantém uma estação científica na Antártida desde 1984. Em 2012, a estação sofreu sérias avarias após um incêndio que destruiu boa parte de suas instalações e matou duas pessoas.

Organizando AS IDEIAS

ATENÇÃO: NÃO ESCREVA NO LIVRO. RESPONDA SEMPRE NO CADERNO.

1. Após a Proclamação da República, os militares que assumiram o poder instituíram um Governo Provisório. Explique por que esse governo caracterizou-se como uma ditadura.
2. A primeira Constituição da República brasileira foi aprovada em 1891. Resuma suas principais características, indicando os novos aspectos em relação à Constituição anterior.
3. Ao implantar a Política dos Governadores, o governo do presidente Campos Salles consolidou o poder político dos grandes produtores de café. Como funcionava a Política dos Governadores?
4. Que relação pode ser estabelecida entre as guerras de Canudos e do Contestado e as condições de vida da população envolvida nesses conflitos?
5. Por meio de práticas clientelistas, os coronéis conseguiam controlar as eleições. Explique o funcionamento do clientelismo.
6. Em 1906, o governo brasileiro firmou com representantes dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro o Convênio de Taubaté. Explique de que forma o convênio beneficiou os grandes cafeicultores desses estados.
7. Elabore um texto explicando as relações entre jagunços, cangaço e coronelismo.
8. O Acre foi incorporado ao território brasileiro em 1903, com a assinatura do Tratado de Petrópolis. Explique como ocorreu essa incorporação.

Força x poder

Nascido em 1936, na cidade peruana de Arequipa, o escritor Mário Vargas Llosa escreveu, em 1981, um romance cujo tema central é a Guerra de Canudos, travada no interior da Bahia. A obra se intitula *A guerra do fim do mundo*, de onde foi extraído o trecho a seguir. Leia-o, e responda às questões.

Frei João Evangelista ficou em Canudos uma semana, acompanhado por dois outros sacerdotes, um capuchinho da Bahia e o pároco de um povoado vizinho de Canudos, um tal de dom Joaquim [...]. Em Canudos, viram uma multidão de seres esqueléticos, cadavéricos, amontoados em cabanas de barro e palha, e armados até os dentes “para proteger o Conselheiro, que as autoridades tinham tentado matar antes”. Ressoam ainda em meus ouvidos as palavras apavoradas do capuchinho recordando a impressão que sentiu ao ver tantas armas. “Não as abandonam nem para comer nem para rezar, exibem-se orgulhosos com seus trabucos, carabinas, pistolas, facas, cartucheiras no cinturão, como se estivessem a ponto de começar uma guerra.” [...]

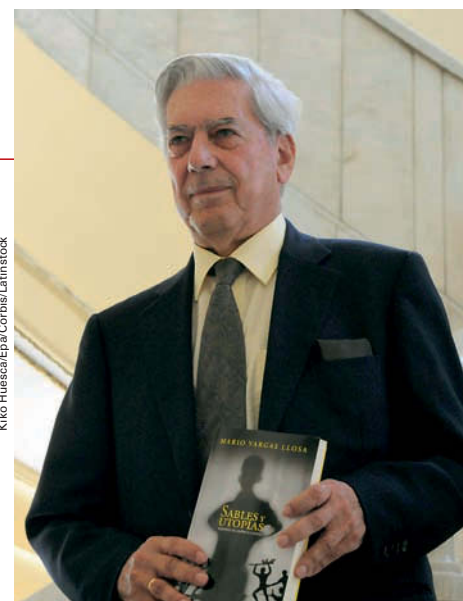
O monge, apesar de suas correrias missionárias pelo interior, estranhou essas mulheres descalças e esses homens antes tão discretos e respeitosos para com os enviados da Igreja e de Deus. “Estão irreconhecíveis. Há neles intranquilidade, exaltação. Falam aos gritos, arrebatam-se a palavra para afirmar as piores sandices que um cristão pode ouvir, doutrinas subversivas de ordem, da moral e da fé. Do tipo quem quer se salvar deve ir a Canudos porque o resto do mundo caiu nas mãos do Anticristo.” Saiba a quem os jagunços chamam de o Anticristo?

1. Aponte no trecho elementos que comprovam que o narrador e os religiosos têm visões opostas a respeito do movimento de Canudos.
2. É comum afirmações sobre o caráter pacífico e festivo do povo brasileiro. Como você se posi-

À República! Sim, companheiros, à República. Eles a consideram responsável por todos os males, alguns abstratos, sem dúvida, mas também pelos concretos e reais como a fome e os impostos. [...] Acreditando assustar-me ou me indignar, o capuchinho dizia coisas que são verdadeiras músicas para meus ouvidos: “São uma seita político-religiosa insubordinada contra o governo constitucional do país, formam um Estado dentro do Estado, pois lá não aceitam as leis, as autoridades não são reconhecidas nem o dinheiro da República é admitido”. Sua cegueira intelectual não lhe permitia compreender que esses irmãos, com instinto infalível, orientaram sua rebeldia para o inimigo nato da liberdade: o poder. E qual é o poder que os oprime, que lhes nega o direito à terra, à cultura, à igualdade? Não é, acaso, a República? E que estejam armados para combatê-la demonstra que acertaram também com o método, o único método que os explorados têm para romper os seus grilhões: a força.

VARGAS LLOSA, Mário. *A guerra do fim do mundo*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981. p. 56-58.

ciona diante dessas afirmações? Você conhece algum movimento de contestação e reivindicação social? Você, ou alguém que você conhece, participa ou já participou de movimentos dessa natureza?



Kito Huasca/Epaf/Corbis/Latinstock

Mario Vargas Llosa, autor de *A guerra do fim do mundo*, durante o lançamento de seu romance *Sabres e utopias*, em Madri, na Espanha, em setembro de 2009.

Mundo virtual

- **Museu do Contestado** – Site com passeio virtual em 360° mostrando o acervo do Museu do Contestado, em Caçador (SC). Disponível em: <www.museudocontestado.com.br>. Acesso em: 9 jan. 2013.
- **Casa Rui Barbosa** – Site da fundação que presta homenagem ao jurista Rui Barbosa. Abriga também um grande acervo virtual de literatura em cordel. Disponível em: <www.casaruibarbosa.gov.br>. Acesso em: 9 jan. 2013.

Ciência e tecnologia

Stephen Simpson/Taxi/Getty Images

Os documentos a seguir abordam os caminhos da ciência e da tecnologia. O primeiro é a letra de uma canção de 1976 do compositor Gilberto Gil, regravada em 2001 pela cantora Cássia Eller. O segundo é um trecho do romance *Admirável mundo novo*, do escritor britânico Aldous Huxley, publicado em 1931. Em sua história, Huxley descreve uma imaginária sociedade do futuro, na qual a reprodução humana é obtida por meio de métodos artificiais conhecidos como *Processo Bokanovsky*. O terceiro documento faz parte de uma entrevista concedida pelo filósofo sueco Nick Bostrom, professor da Universidade de Oxford, na Inglaterra. Após a leitura, responda ao que se pede.

DOCUMENTO 1 – Canção

Queremos saber*(Gilberto Gil)*

*Queremos saber,
O que vão fazer
Com as novas invenções
Queremos notícia mais séria
Sobre a descoberta da **antimatéria**
E suas implicações
Na emancipação do homem
Das grandes populações
Homens pobres das cidades
Das estepes, dos sertões
Queremos saber,
Quando vamos ter
Raio laser mais barato
Queremos, de fato, um relato
Retrato mais sério do mistério da luz
Luz do disco voador*

*Pra iluminação do homem
Tão carente, sofredor
Tão perdido na distância
Na morada do senhor
Queremos saber,
Queremos viver
Confiantes no futuro
Por isso se faz necessário prever
Qual o itinerário da ilusão
A ilusão do poder
Pois se foi permitido ao homem
Tantas coisas conhecer
É melhor que todos saibam
O que pode acontecer
Queremos saber, queremos saber
Queremos saber, todos queremos saber.*

Fonte: CD Acústico MTV Cássia Eller, 2001.

DOCUMENTO 2 – Romance

– Ao *Processo Bokanovsky* – repetiu o Diretor, e os estudantes sublinharam essas palavras nos seus cadernos. Um ovo, um embrião, um adulto – é o normal. Mas um ovo bokanovskizado tem a propriedade de germinar, proliferar, dividir-se: de oito a noventa e seis germes, e cada um destes se tornará um embrião perfeitamente forma-

do, e cada embrião um adulto completo. Assim se consegue fazer crescer noventa e seis seres humanos em lugar de um só, como no passado. Progresso.

– A bokanovskização – disse o D. I. C., para concluir – consiste essencialmente numa série de paradas do desenvolvimento. Nós detemos o cres-





Stephen Simpson/Taxi/Getty Images



cimento normal e, paradoxalmente, o ovo reage germinando em múltiplos brotos. [...] – o que é, há de convir, um aperfeiçoamento prodigioso em relação à natureza.

– Gêmeos idênticos – não, porém, em insignificantes grupos de dois ou três, como nos velhos tempos da reprodução vivípara, quando um ovo se dividia às vezes, acidentalmente, mas sim em dúzias, em vintenas, de uma só vez.

– Vintenas – repetiu o Diretor, e fez um gesto largo com o braço, como se distribuísse liberalidades a uma multidão. – Vintenas.

Um dos estudantes, todavia, cometeu a tolice de perguntar em que consistia a vantagem.

– Meu bom amigo! – O Diretor virou-se vivamente para ele. – Não vê, pois? Não vê? – Ergueu a mão; tomou uma atitude solene. – O Processo

Bokanovsky é um dos principais instrumentos da estabilidade social. [...]

– Homens e mulheres padronizados, em grupos uniformes. Todo o pessoal de uma pequena usina constituído pelos produtos de um único ovo bokanovskizado.

– Noventa e seis gêmeos idênticos fazendo funcionar noventa e seis máquinas idênticas! [...] – Sabe-se seguramente para onde se vai. Pela primeira vez na história. – Citou o lema planetário: – “Comunidade, Identidade, Estabilidade”. Grandes palavras. Se pudéssemos bokanovskizar indefinidamente, todo o problema estaria resolvido. [...]

Milhões de gêmeos idênticos. O princípio da produção em série aplicado enfim à Biologia.

Adaptado de: HUXLEY, Aldous. *Admirável mundo novo*. Rio de Janeiro: Globo, 2006. p. 11-13.

Pergunta (P): Superpopulação, poluição, destruição ambiental, proliferação nuclear... Corremos o risco de nos autodestruir?

Nick Bostrom (NB): Não creio que a humanidade enfrente riscos à sua existência. Mesmo uma guerra nuclear não levaria à extinção do ser humano. Meu receio são as novas tecnologias. Elas, sim, podem pôr em risco nossa existência.

P: Quais são elas?

NB: O primeiro exemplo é o desenvolvimento de máquinas inteligentes, a inteligência artificial. Outro risco é a criação de armas baseadas em biotecnologia e **nanotecnologia**. O avanço nas técnicas de vigilância também é arriscado, pois daria o poder de saber tudo sobre a população, e pode cair nas mãos de governos totalitários. Acrescento ain-

da o uso político ou criminoso da engenharia genética para mudar o ser humano.

P: O senhor fundou a Associação Trans-Humanista Mundial. O que é isso?

NB: A humanidade será radicalmente modificada pelas futuras tecnologias, numa escala jamais imaginada. Os trans-humanistas preveem a iminência da alteração da condição humana. Será possível dilatar a vida e expandir os limites do corpo e da mente. Por que não melhorar geneticamente nossa capacidade de concentração ou de memória, se tivermos os meios à nossa disposição? Por que não mudar o DNA humano?

P: Ter uma vida mais saudável não é o suficiente para viver mais e melhor?





Stephen Simpson/Taxi/Getty Images



NB: Muitas pessoas preferem os remédios naturais, os suplementos alimentares naturais e os métodos naturais para ampliar as capacidades do corpo [...]. As intervenções “não naturais” são vistas com suspeita. Essa atitude é particularmente verdadeira em relação aos métodos artificiais de aperfeiçoamento humano, considerados imprudentes e com possíveis efeitos colaterais. Contra os que temem o aprimoramento gênico do ser humano, o trans-humanismo defende o direito ao uso responsável da engenharia genética por todos aqueles que queiram estender os próprios limites físicos e intelectuais.

P: A nanotecnologia também envolve riscos. Ela pode derivar em armas de destruição maciça?

NB: Sim. O grande argumento dos que defendem o fim das pesquisas com nanotecnologia é o temor da criação de robôs minúsculos como vírus. Eles se multiplicariam descontroladamente, extinguindo a humanidade. Se o risco existe, e isso é discutível, impedir a pesquisa não é solução. Caso o Brasil, os Estados Unidos ou o Ocidente decidam barrar o estudo da nanotecnologia, cedo ou tarde alguém o fará. Pode ser a China, o Irã ou outro país. Para tornar o mundo mais seguro, é melhor que os regimes com democracias estáveis cheguem lá primeiro. O cerceamento à pesquisa torna o mundo mais perigoso.

Adaptado de: BOSTROM, Nick. Por que não mudar o DNA humano? Revista Época. 23/1/2009. Disponível em: <www.epoca.globo.com/revista/epoca.html>. Acesso em: 9 jan. 2013.

O que significa?

antimatéria: matéria hipotética cujos constituintes seriam átomos formados por antipartículas (partículas que teriam a mesma massa de partículas da matéria, mas carga elétrica oposta).

nanotecnologia: tecnologia que trabalha com o muito pequeno (nano), de dimensões moleculares; engenharia molecular.

Refleta e responda

1. Quais são as preocupações expressas no documento 1 quanto às aplicações do conhecimento científico? Que relação pode ser estabelecida entre os documentos 1 e 3?
2. Que semelhanças podem ser apontadas entre a sociedade imaginada por Huxley e os perigos oferecidos por novas tecnologias, sugeridos no documento 3?
3. No romance *Admirável mundo novo*, a reprodução humana é artificial e controlada segundo as necessidades do Estado. Discuta com seus colegas: as modificações genéticas devem ter limites? Em caso afirmativo, que valores deveriam ser considerados?
4. Considerando a letra da canção *Queremos saber*, em sua opinião a sociedade deve participar das decisões sobre as aplicações da ciência? Justifique sua resposta.
5. Como você imagina o ser humano do futuro? Para você a humanidade terá no futuro algumas de suas características atuais modificadas? Produza uma charge que expresse sua opinião sobre o assunto.

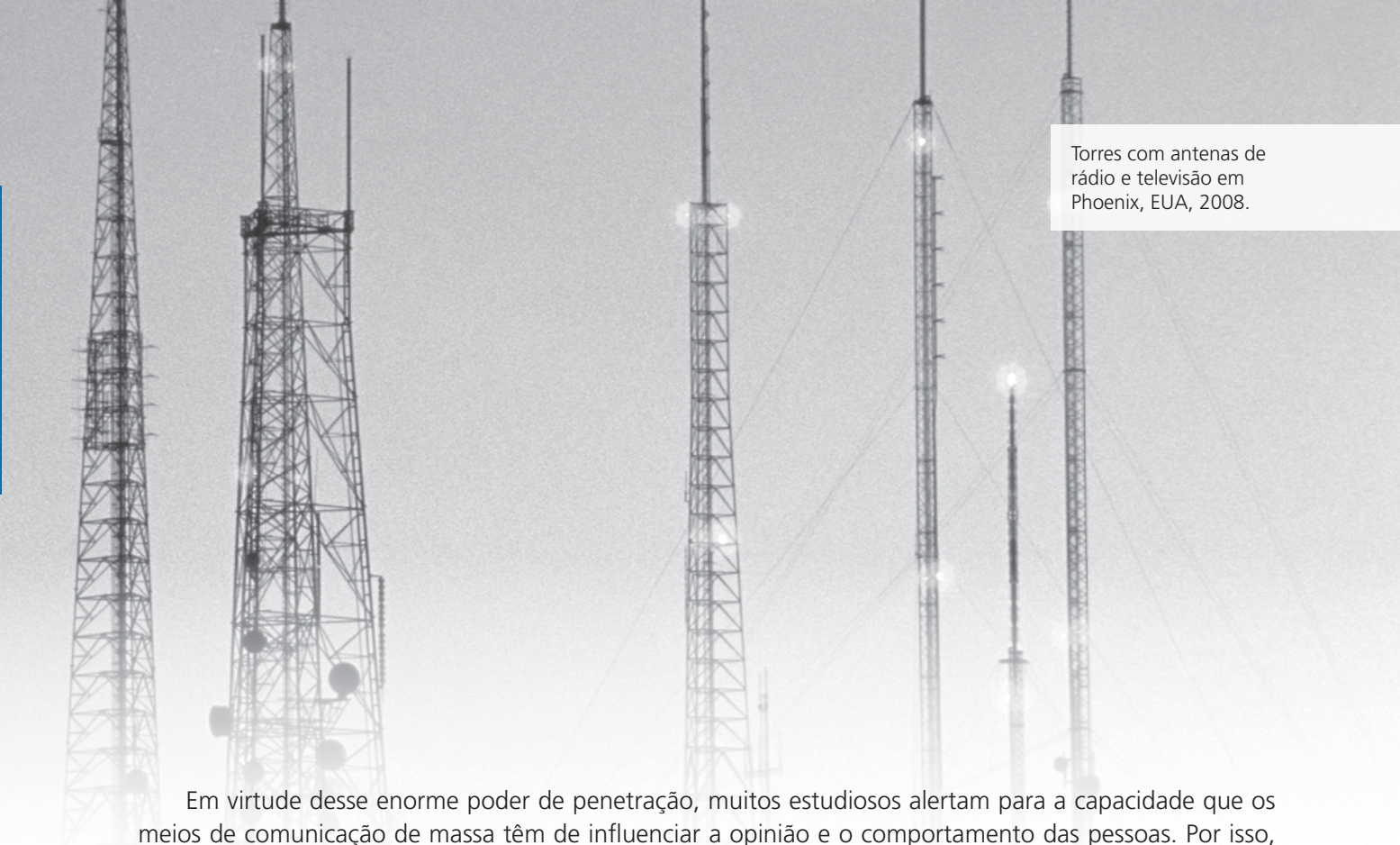
unidade 2

Meios de comunicação de massa

Ao assistir a um programa de televisão, escutar uma entrevista no rádio, ler um jornal ou navegar pela internet, você não está sozinho. A informação que chega até você – seja ela uma notícia, uma música, um programa de entretenimento, uma propaganda, etc. – é a mesma que milhões de pessoas nos mais variados cantos do planeta também recebem. A esse fenômeno dá-se o nome de *comunicação de massa*.



Multidão assiste à transmissão do casamento real de William e Kate, duque e duquesa de Cambridge, em telão público na praça de Trafalgar, em Londres. Foto de 2012.



Torres com antenas de rádio e televisão em Phoenix, EUA, 2008.

Em virtude desse enorme poder de penetração, muitos estudiosos alertam para a capacidade que os meios de comunicação de massa têm de influenciar a opinião e o comportamento das pessoas. Por isso, eles advertem sobre a necessidade de mantermos um olhar permanentemente crítico em relação às informações transmitidas por esses meios.

Uma campanha publicitária, por exemplo, pode levar as pessoas a comprar produtos que não são necessários. Muitos adolescentes contraíram o vício do tabagismo porque viram nas telas de cinema seus ídolos fumando. Uma notícia pode transmitir a posição ideológica dos grupos que detêm o poder nos grandes veículos de comunicação e contribuir para consolidar essa ideologia junto ao público.

Esse poder dos meios de comunicação de massa é um fenômeno da sociedade industrial. Surgiu e se consolidou com o desenvolvimento tecnológico verificado entre as últimas décadas do século XIX e meados do século XX, quando foram inventados o cinema, o rádio e a televisão. Como veremos nesta unidade, o uso desses meios de comunicação foi fundamental para o aparecimento de **regimes totalitários** na primeira metade do século XX.

COMEÇO DE CONVERSA

1. Quais são os meios de comunicação que você mais utiliza? Para você é importante ter acesso a várias fontes de informação? Por quê?
2. Em sua opinião, as informações divulgadas pelos meios de comunicação de massa devem ser analisadas criticamente? Em caso positivo, explique como isso pode ser feito.
3. Comente alguma propaganda ou campanha publicitária marcante para você. Que recursos foram utilizados para apresentar o produto ou o fato envolvido?
4. Você já modificou seu comportamento ou mudou sua opinião sob a influência dos meios de comunicação de massa (ou de algum deles isoladamente)? Cite exemplos.

A crise da República e a ruptura de 1930

Acervo Artístico-Cultural do Palácio do Governo, SP/Cedida por Tarsila Educação www.tarsiladoamaral.com.br

No Brasil, as eleições presidenciais, que ocorrem de quatro em quatro anos, são realizadas em dois turnos. No primeiro turno participam todos os candidatos indicados pelos partidos políticos. Se nenhum deles obtiver mais da metade dos votos válidos, haverá um segundo turno, do qual participarão apenas os dois nomes mais votados. Desde 1989, ano em que esse sistema eleitoral entrou em vigor, as eleições têm sido bastante disputadas e com grande número de candidatos. Em 1989, por exemplo, 22 pessoas disputaram a Presidência no primeiro turno. Em 1998, eram doze os postulantes ao cargo; em 2006, oito e em 2010, nove.

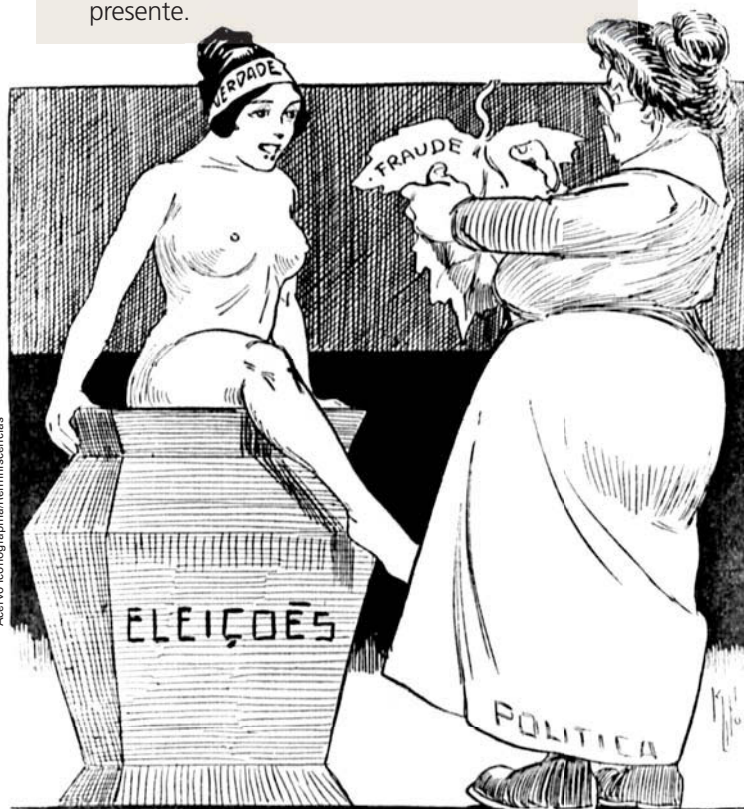
Essa é uma situação bem diferente das eleições presidenciais realizadas no Brasil no início do século XX. Até 1929, apenas duas eleições tiveram uma disputa mais acirrada, a de 1910 e a de 1919. Nas demais, em razão de acordos políticos entre as **oligarquias**, alguns presidentes – como Wenceslau Braz, em 1914, e Washington Luís, em 1926 – nem sequer chegaram a enfrentar adversários nas urnas.

Acordos políticos entre as oligarquias marcaram um período da história brasileira. Foi a época da República oligárquica, período que chegou ao fim em 1930, quando um movimento armado levou o gaúcho Getúlio Vargas à Presidência. Como veremos neste capítulo, tal movimento deu início a uma nova fase na história política brasileira.

Charge de K. Lixto, publicada em 1918, na revista *D. Quixote*, criticando as fraudes nas eleições brasileiras. Traz como legenda: “A moralidade política não permitirá que a verdade saia nua das urnas”.

Objetivos do capítulo

- Entender o processo de desgaste político das oligarquias cafeicultoras durante a República oligárquica.
- Compreender o contexto de exploração e violência impingidas a alguns setores da sociedade brasileira nesse período e os consequentes movimentos e revoltas gerados por essa situação.
- Perceber a importância do movimento tenentista e da participação feminina nesse movimento para as mudanças ocorridas em 1930.
- Compreender as causas e o significado da Revolução de 1930.
- Compreender a influência dos meios de comunicação de massa na formação de uma opinião pública, tanto no passado como no presente.



1 Insatisfação e crise

A partir do final da década de 1910, o pacto entre as elites que dava sustentação ao regime oligárquico começou a dar sinais de esgotamento. Manifestações de insatisfação e críticas ao modo pelo qual eram conduzidas a política e a economia agi-

tavam vários setores da sociedade, entre os quais a classe trabalhadora e as camadas médias urbanas. Esse mal-estar atingia até mesmo representantes das oligarquias em diversas regiões.

Nos meios militares, a insatisfação também era grande. Em 1910, uma rebelião de marinheiros no Rio de Janeiro mostrara que o descontentamento nesses setores poderia levar a enfrentamentos armados (veja o box *Revolta na Marinha*).

Revolta na Marinha

No início do século XX, poucos eram os jovens interessados em ingressar na Marinha. Muitas vezes, os marinheiros eram pessoas alistadas à força nas ruas ou nas prisões, ou menores pobres e órfãos enviados à Armada por juízes ou tutores.

As razões desse desinteresse variavam: baixos soldos, intensa carga de trabalho, alimentação de péssima qualidade e o longo tempo de serviço – entre nove e quinze anos. Havia ainda relatos de violência sexual contra os marujos e de castigos físicos que a corporação costumava aplicar aos marinheiros acusados de desobedecer às normas internas da corporação.

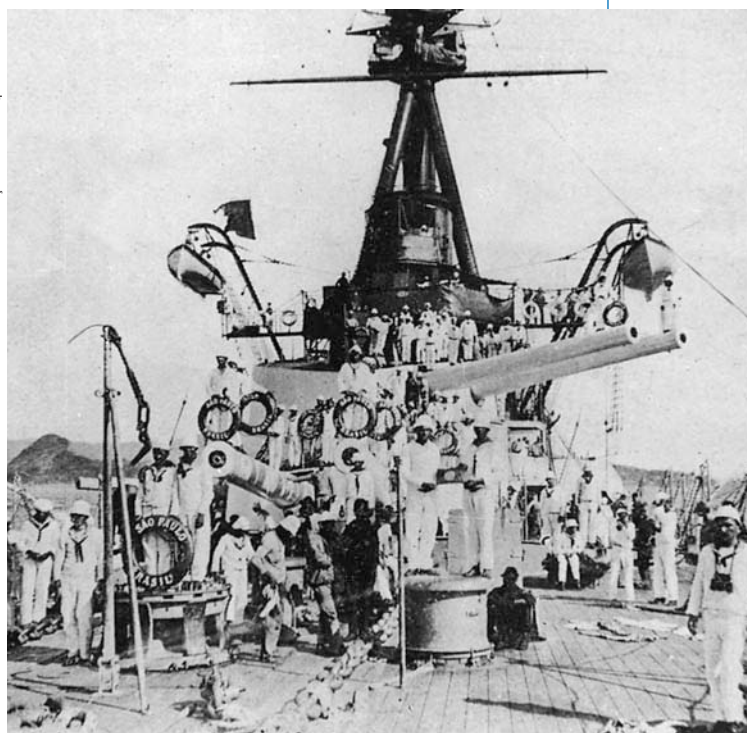
Entre esses castigos estava a palmatória, a prisão a ferros, a solitária e o mais temido de todos, a chibata, algo que não era exclusivo da Marinha brasileira. Outros países já haviam feito uso da chibata como “sistema disciplinar”, porém, durante o século XIX tal prática foi pouco a pouco abandonada: a Espanha a aboliu em 1823; a França, em 1860; os Estados Unidos, em 1862; a Grã-Bretanha, em 1881.

No Brasil, entretanto, a chibata persistia. Em protesto contra essa prática, desde 1890 irromperam rebeliões de marinheiros em diversos estados brasileiros, como em Mato Grosso e no Rio Grande do Sul. A mais significativa delas, ocorrida em 1910 no *Rio de Janeiro**, contou com a participação de 2300 marujos, que assumiram o controle de vários navios de guerra e chegaram a matar cinco oficiais.

O estopim para a *Revolta da Chibata* – como ficou conhecida a rebelião – foi a pena de 250 chi-

batadas imposta ao marujo Marcelino Rodrigues Menezes, acusado de introduzir no encouraçado Minas Gerais, ancorado na baía de Guanabara, no Rio de Janeiro, duas garrafas de pinga. Indignados, os marinheiros do navio se rebelaram no dia 22 de novembro de 1910, sob a liderança de João Cândido. Como um rastilho de pólvora, a revolta se estendeu imediatamente para outras embarcações de guerra. Senhores dos navios, os amotinados apontaram seus canhões para o palácio do Catete, sede do governo, exigindo o fim dos castigos físicos e a melhoria da alimentação e das condições de trabalho na Marinha.

Revista Ilustração Brasileira/Arquivo da editora



Marinheiros rebeldes do couraçado São Paulo reúnem-se no convés do navio durante a Revolta da Chibata. Foto publicada pela revista *Ilustração Brasileira* em 1º dez. 1910.

* Leia a HQ *Chibata!* – João Cândido e a revolta que abalou o Brasil, de Hemetério e Olinto Gadelha. Ed. Conrad.

O governo se comprometeu a atender às reivindicações e a conceder anistia aos revoltosos. No entanto, após deporem as armas, João Cândido e outros líderes da revolta foram presos e julgados. Muitos deles acabaram enviados para o Acre, obrigados a trabalhar na construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré. João Cândido ficou detido na ilha das Cobras, no Rio de Janeiro, e chegou

a ser enviado a um hospício, sob a acusação de sofrer de alucinações. Foi posto em liberdade em 1912 com a ajuda da irmandade da Igreja Nossa Senhora do Rosário, associação que lutou pelo fim da escravidão no Brasil e que custeou as despesas dos advogados de defesa do marinheiro. Como resultado da rebelião, o uso da chibata na Marinha foi extinto.

No Exército, vinha crescendo a insatisfação entre jovens oficiais – genericamente chamados de *tenentes** – contra o regime oligárquico. Eles pregavam a moralização dos costumes políticos, o fim das oligarquias, a

* Veja o filme *O país dos tenentes*, de João Batista de Andrade, 1987.

centralização do poder, a implantação do voto secreto, uma política nacionalista e o fortalecimento da instituição militar.

O clima de descontentamento espalhava-se pelo país. Isso também se refletia na esfera cultural, como mostra o boxe a seguir.

A Semana de Arte Moderna

Em fevereiro de 1922, um grupo de *jovens artistas**, patrocinados por membros da elite paulista, promoveu no Teatro Municipal de São Paulo a *Semana de Arte Moderna*. Realizado nos dias 13, 15 e 17, o evento reuniu os escritores Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Menotti del Picchia, o músico Heitor Villa-Lobos, os pintores Di Cavalcanti e Anita Malfatti e diversos outros artistas.

* Veja o filme *Eternamente Pagu*, de Norma Bengell, 1987.

Influenciados pelo modernismo europeu, eles apresentaram quadros e esculturas, leram obras poéticas e executaram peças musicais que destoavam por completo daquilo que a plateia e os críticos conservadores entendiam por arte. A reação do público foi violenta: vaias e objetos arremessados ao palco.

Com toda a sua irreverência, ao investir contra as formas acadêmicas impostas pela arte consagrada, a Semana de 1922 se tornou um marco na renovação das artes no Brasil, criando novos referenciais para a produção artística posterior.

Em 1924, Paulo Prado, um dos mecenas do evento, o comparou a uma “Renascença moderna” e afirmou: “A Semana de Arte foi o primeiro protesto coletivo que se ergueu no Brasil contra esses

fantoches do passado. [...] Assim iniciou o grupo da Arte Moderna a obra de saneamento intelectual de que tanto precisamos”.

Fonte: BATISTA, Marta Rosseti; LOPEZ, Telê Porto Ancona; LIMA, Yone Soares de. *Brasil: 1º tempo modernista, 1917-1929* – Documentação. São Paulo: IEB/USP, 1972.



Reprodução/Arquivo Prefeitura de São Paulo, SP

Cartaz da Semana de Arte Moderna divulgando a apresentação de Heitor Villa-Lobos no Teatro Municipal de São Paulo. O palco do Municipal foi o primeiro ambiente erudito a receber as obras de Villa-Lobos, que passou a ser reconhecido internacionalmente nos anos seguintes à Semana. Material de 16 de fevereiro de 1922.

A Reação Republicana

Em razão dos acordos políticos vigentes, as primeiras eleições presidenciais ocorridas no Brasil foram pouco disputadas. Em geral, o candidato indicado pelo presidente acabava se tornando seu sucessor. Até a década de 1920, apenas duas eleições tiveram uma disputa mais acirrada: a de 1910, na qual o marechal Hermes da Fonseca derrotou o jurista Rui Barbosa, e a de 1919, quando Rui Barbosa foi novamente derrotado, dessa vez pelo paraibano Epitácio Pessoa.

Em 1922, ao aproximar-se o fim de seu mandato, Epitácio Pessoa lançou à sua sucessão a candidatura do ex-presidente de Minas Gerais, Artur Bernardes. Os líderes dos partidos republicanos do Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro uniram-se em torno da candidatura do fluminense Nilo Peçanha. Apoiado pelos militares, esse movimento de oposição ficou conhecido como *Reação Republicana*. Tensa e tumultuada, a campanha eleitoral levou a crise entre as oligarquias para o interior dos quartéis.

Em maio, eclodiu no Recife uma luta armada entre os seguidores de Artur Bernardes e de Nilo Peçanha. Presidente do Clube Militar, o marechal e ex-presidente da República Hermes da Fonseca apoiou os partidários de Nilo Peçanha. Em represália, o governo fechou o Clube Militar e decretou a prisão do marechal.



Coletânea Monsenhor Jami Abib/Arquivo da editora

Cartão-postal de propaganda da candidatura de Nilo Peçanha à Presidência da República em oposição à Artur Bernardes, em 1922.

2 Militares se rebelam

No dia 5 de julho de 1922, três dias depois de decretada a prisão de Hermes da Fonseca, 302 jovens militares do Forte de Copacabana, no Rio de Janeiro, se sublevaram. Para reprimi-los, o governo enviou cerca de 3 mil soldados, que cercaram a fortaleza.

Numericamente inferiorizados, a grande maioria dos amotinados se rendeu, mas 28 militares, mesmo sem condições de enfrentar as tropas legalistas, saíram pelas ruas de Copacabana de armas em punho. No meio do caminho, alguns rebeldes debandaram, sobrando apenas 18 homens, que ganharam a adesão de um civil.

Nos tiroteios que se seguiram, apenas dois rebeldes sobreviveram: os tenentes Siqueira Campos e Eduardo Gomes. O acontecimento, conhecido como *Os 18 do Forte*, marca o início da luta dos tenentes contra as oligarquias no poder, movimento conhecido como *tenentismo*. Dois anos mais tarde, no mesmo dia 5 de julho, eclodiu nova revolta tenentista, dessa vez em São Paulo.

Por três semanas, a capital paulista esteve ocupada pelos revoltosos, que ergueram barricadas e trincheiras em pontos estratégicos da cidade. Nesse período, São Paulo viveu um clima de guerra, com tiroteios e bombardeios aéreos praticados pelas forças legalistas. Depois de 23 dias de combates, os tenentes abandonaram a capital e, com a ajuda dos ferroviários, se deslocaram em direção ao rio Paraná, no oeste do estado, seguindo depois para Foz do Iguaçu (veja o mapa na página seguinte).

A Coluna Prestes

Movimentos semelhantes eclodiram em outros estados, como Mato Grosso, Sergipe, Amazonas e Rio Grande do Sul. O governo federal procurou sufocá-los. Muitos militares foram presos e condenados a trabalhos forçados na colônia agrícola de Clevelândia, criada em 1922 no extremo norte do Brasil, na divisa com a Guiana Francesa, no atual estado do Amapá.

Em abril de 1925, na região de Foz do Iguaçu, os rebeldes paulistas, liderados pelo major Miguel Costa, uniram-se aos gaúchos, comandados pelo capitão *Luís Carlos Prestes**. Surgiu assim a *Coluna Prestes-Miguel Costa*, que por

* Veja o documentário *O velho – a história de Luís Carlos Prestes*, de Toni Ventura, 1997.

mais de dois anos percorreria a pé 25 mil quilômetros pelo interior do Brasil, combatendo as forças do governo e defendendo os ideais tenentistas (veja o boxe a seguir).

Em fevereiro de 1927, a Coluna Prestes estava reduzida a pouco mais de 600 pessoas mal armadas e esgotadas pela longa marcha. Além disso, não havia recebido o auxílio de novas rebeliões tenentistas, como esperavam. Seus líderes decidiram então se refugiar na Bolívia. Algum tempo depois, Luís Carlos Prestes entraria em contato com o marxismo, ao qual se converteria em 1930. Em 1934, ele se filiaria ao **Partido Comunista do Brasil (PCB)**, tornando-se por muitos anos seu principal dirigente.



Candido Portinari/Coletânea particular, Rio de Janeiro

Coluna Prestes, óleo sobre tela de Candido Portinari, de 1950.

As vivandeiras da Coluna

Elas enfrentaram a morte e superaram o medo, o cansaço e, principalmente, o preconceito. Conhecidas como “vivandeiras”, faziam parte de um grupo de aproximadamente cinquenta mulheres que, juntando-se à Coluna Prestes, acompanharam os militares na longa marcha de quase dois anos percorrida ao longo de treze estados brasileiros.

O comandante da coluna gaúcha, Luís Carlos Prestes, não concordava com a presença delas no grupo. Entendia que as campanhas militares deveriam ser feitas apenas por homens. Mas essas mulheres desafiaram a proibição e juntaram-se às tropas, revelando extrema coragem: percorreram grandes distâncias e chegaram a participar de combates. Também exerciam outros papéis, como enfermeiras, costureiras e cozinheiras.

Analisando o papel das vivandeiras na Coluna Prestes, a historiadora Maria Meire de Carvalho, afirmou: “Nessa trajetória de 25 mil quilômetros pelos sertões do Brasil, as mulheres se fizeram presentes e desempenharam atividades variadas. Algumas chegaram ao exílio, outras morreram em situações trágicas. Caminharam, cavalgaram, pegaram em armas,

espionaram, cuidaram dos feridos, deram e receberam amor, tiveram filhos, salvaram vidas e venceram a hostilidade dos companheiros”.

Fonte: CARVALHO, Maria Meire de. Vivandeiras em marcha. In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Ano 1, nº 11, agosto/2006. p. 78-82.

A GRANDE MARCHA DA COLUNA PRESTES



Adaptado de: ATLAS histórico escolar. Rio de Janeiro: MEC, 1996.

3 1930: a derrocada da República oligárquica

Quando os membros da Coluna Prestes ingressaram na Bolívia, o Brasil já se encontrava sob a presidência do paulista Washington Luís (1926-1930). Seu governo, que vinha sendo relativamente tranquilo, sofreu um grande abalo após a queda da Bolsa de Nova York, em outubro de 1929 (sobre o assunto, leia o capítulo 7).

O Brasil entrou em uma de suas maiores crises: muitas fábricas faliram, milhares de pessoas foram demitidas. Boa parte daqueles que mantiveram seus empregos teve os salários reduzidos à metade. O preço da saca do café despencou de 200 mil réis para 21 mil réis em poucos meses, abalando toda a economia nacional. Os cafeicultores pediram a Washington Luís a concessão de novos financiamentos para que pudessem quitar seus empréstimos no exterior. O pedido foi negado, deixando os fazendeiros extremamente insatisfeitos.

Não bastassem esses problemas, as eleições presidenciais marcadas para março de 1930 encontravam-se tumultuadas. De acordo com a tradição estabelecida pelas oligarquias, Washington Luís deveria apoiar um mineiro para sucedê-lo, porém ele rompeu o acordo tácito existente com Minas Gerais e indicou o nome do governador de São Paulo, Júlio Prestes.

Inconformados, os líderes do Partido Republicano Mineiro uniram-se aos partidos Republicano e Libertador do Rio Grande do Sul, ao Partido Democrático de São Paulo e ao Partido Republicano da Paraíba para formar a *Aliança Liberal*. Juntos, lançaram a candidatura do gaúcho Getúlio Vargas – ex-ministro da Fazenda de Washington Luís – à Presidência da República, e do governador paraibano João Pessoa, à Vice-Presidência (veja a seção *Patrimônio e diversidade* na página seguinte).

Nas eleições realizadas em março de 1930, Júlio Prestes conquistou cerca de um milhão de votos contra 737 mil dados a Getúlio Vargas. Os líderes da Aliança Liberal aceitaram o resultado das urnas, mas setores tenentistas que apoiavam a candidatura de Getúlio passaram a articular-se com o propósito de promover um movimento insurrecional contra as oligarquias no poder.

No dia 26 de julho, um fato inesperado proporcionou o estopim para o início da Revolução: em uma confeitaria do Recife era assassinado João Pessoa, ex-



Getúlio Vargas é retratado em um cavalo, acompanhado de uma mulher representando a democracia. A charge de Storni, publicada na revista *Careta*, faz referência à participação de Getúlio Vargas no movimento que depôs o presidente Washington Luís, em 1930. Tem como legenda: “Se a carreira for limpa, ganharemos de boqueirão, mas se nos atravessarem cachorro na cancha...”

-candidato à Vice-Presidência na chapa da Aliança Liberal. O crime ocorreu por motivos passionais, mas os integrantes da Aliança Liberal responsabilizaram o presidente Washington Luís. O movimento revolucionário que vinha se articulando ganhou força e a *Revolução** irrompeu no dia 3 de outubro de 1930.

* Veja o documentário *A Revolução de 30*, de Sylvio Back, 1980, e o filme *Parahyba mulher macho*, de Tizuka Yamazaki, 1983.

Iniciado no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais, o movimento alastrou-se para outros estados, como Paraíba, Pernambuco e Paraná. No dia 24 de outubro, os generais Tasso Fragoso, Mena Barreto e Leite de Castro, e o almirante Isaías de Noronha depuseram Washington Luís e constituíram uma junta provisória de governo. No dia 3 de novembro, a junta provisória entregou a Presidência a Getúlio Vargas. A República oligárquica chegava ao fim (leia o box da página 79).

Cartaz de propaganda dos candidatos da Aliança Liberal nas eleições de 1930, Getúlio Vargas (para presidente da República) e João Pessoa (para vice-presidente).





Cruz missioneira e ruínas de construções jesuíticas em São Miguel das Missões, no Rio Grande do Sul. Foto de 2009.

Gerson Gerloff/Pulsar Imagens

Uma terra com muitos povos

Um dos políticos mais conhecidos do Brasil, Getúlio Vargas era gaúcho de São Borja, cidade localizada a 594 quilômetros da capital, Porto Alegre. Fundado pelos jesuítas da Companhia de Jesus em 1682, foi o primeiro aldeamento dos Sete Povos das Missões. Assim como aconteceu com a atual cidade de São Borja, os demais povoadamentos das missões jesuíticas também deram origem a municípios do noroeste gaúcho, como São João Batista, São Nicolau e Santo Ângelo, cidade da qual Luís Carlos Prestes partiu com seus comandados para unir-se à coluna paulista em Foz do Iguaçu e dar início à Coluna Prestes.

Das missões fundadas pelos jesuítas na região noroeste do atual Rio Grande do Sul restam alguns vestígios arqueológicos. O maior desses sítios arqueológicos – o da cidade de São Miguel das Missões – é formado por um conjunto de ruínas, no qual se destacam as de uma igreja construída a partir de 1735, além de vestígios de um colégio, de um cemitério e de oficinas onde eram produzidos objetos sacros e ferramentas de trabalho.

Nas proximidades de São Miguel encontra-se a aldeia indígena guarani *Tekoa Koenju*, cujo assentamento iniciou-se em 2001. Desde então, os membros da aldeia passaram a organizar um coral com técnicas de música e dança inspiradas naquelas ensinadas pelos padres jesuítas nos séculos XVII e XVIII, com canções entoadas em língua guarani. O legado indígena no Rio Grande do Sul pode ainda ser observado em um dos mais tradicionais hábitos

gaúchos: o de tomar chimarrão, uma vez que o costume de se beber o chá feito com as folhas da erva-mate já existia entre os indígenas quando os europeus chegaram ao continente americano.

O processo de colonização e povoamento do Rio Grande do Sul intensificou-se a partir do século XVIII e contou com a presença significativa de estrangeiros. Em 1752, por exemplo, o governo português promoveu a vinda de imigrantes açorianos com o objetivo de ocupar regiões nas quais a presença lusa era escassa, de modo a impedir que essas terras caíssem sob domínio espanhol. Os açorianos fundaram a cidade de Porto dos Casais (atual Porto Alegre) e se estabeleceram também em regiões próximas, como as atuais cidades de Triunfo e Taquari.

Na primeira metade do século XIX, chegaram imigrantes alemães e, a partir da década de 1870, vieram os italianos e outros. Todos esses grupos trouxeram suas experiências culturais, estabelecendo na região novos hábitos e costumes.

A mão de obra africana também se fez presente no Rio Grande do Sul, onde muitos negros escravizados trabalharam na produção de charque. O legado dessa presença negra no estado pode ser observado em diversas manifestações, entre as quais a festa de Nossa Senhora dos Navegantes, celebrada no dia 2 de fevereiro (data dedicada também a Iemanjá, orixá de origem africana, considerada deusa dos mares e oceanos).

Um movimento, muitas interpretações

A chegada de Vargas ao poder deu início a uma nova fase da história política brasileira. Entretanto, o significado da Revolução de 1930 tem sido objeto de interesse de muitos estudiosos, que têm produzido diferentes interpretações.

Para uns, em 1930 teria ocorrido uma revolução liderada por setores urbano-industriais. Para outros, o movimento foi conduzido pelos interesses da classe média, por intermédio dos tenentes. Há os que afirmam que o que ocorreu foi apenas um golpe militar para deter o avanço das camadas populares. Outros, ainda, enfatizam a ação dos grupos oligárquicos dissidentes.

Mais recentemente, considera-se que o movimento não foi resultado da ação de nenhuma classe ou grupo social em particular, e sim da combinação de diferentes interesses de atores políticos insatisfeitos com a situação vigente. Essa última interpretação, que vê os vitoriosos de 1930 como um grupo heterogêneo tanto do ponto de vista socioeconômico quanto do ponto de vista político, vem se consolidando cada vez mais.

Mesmo entendendo que o movimento militar de 1930 não pode ser definido como uma revolução, no sentido de um movimento que altera profundamente as relações sociais existentes, admite-se que ele

inaugurou uma nova fase na história do país, ao abrir espaço para profundas transformações.

O enfraquecimento da oligarquia cafeeira, o fortalecimento dos setores urbano-industriais, as pretensões políticas dos estados de segunda grandeza, o descontentamento militar, enfim, todo esse conjunto de fatores conduziu à articulação de um novo pacto político. Foi nesse contexto que Getúlio Vargas assumiu o poder, situando-se como uma espécie de árbitro dos conflitos.

Adaptado de: FERREIRA, Marieta de Moraes; SARMENTO, Carlos Eduardo. A República brasileira: pactos e rupturas. In: GOMES, Ângela de Castro et al. (Org.). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/CPDOC, 2002. p. 262.

De olho no mundo

O historiador Edward H. Carr afirmou: “O mundo do historiador [...] não é uma cópia fotográfica do mundo real, mas antes um modelo funcional que lhe possibilita, mais ou menos eficazmente, compreendê-lo e dominá-lo”. Com o auxílio do professor, debata em grupo a seguinte questão: Que relação pode ser estabelecida entre essa afirmação de Carr e o fato de um mesmo acontecimento histórico, como a revolução de 1930, ter várias interpretações entre os estudiosos?

Organizando AS IDEIAS

1. A República, fundada em 1889, esteve nas mãos das oligarquias até a Revolução de 1930. Entretanto, diversas manifestações de descontentamento em relação ao poder oligárquico se verificaram durante os anos 1910 e, sobretudo, no decorrer da década de 1920. O que provocou essa atmosfera de descontentamento? Que setores da sociedade estiveram envolvidos por ela?
2. O que foi a Reação Republicana? Como ela se situa no contexto de insatisfação e crise com a República oligárquica?
3. A reação de jovens oficiais do Exército contra o regime oligárquico ficou conhecida como “movimento tenentista”. Quais eram as críticas dos “tenentes” ao Governo Federal?
4. Dois acontecimentos marcaram decisivamente o movimento tenentista nos anos 1920: Os 18 do Forte e a Coluna Prestes. Explique o que foram esses dois eventos históricos.
5. No fim do mandato do presidente Washington Luís (1926-1930), uma grave crise econômica mundial se somou à crise política nacional. Faça uma síntese desse contexto histórico, levando em conta as duas crises mencionadas.
6. Elabore uma síntese narrativa dos acontecimentos políticos que conduziram à Revolução de 1930 a partir do processo eleitoral de março daquele ano.
7. O marinheiro João Cândido ficou conhecido como Almirante Negro depois de liderar a Revolta da Chibata, em novembro de 1910. Apesar da anistia prometida pelo governo, ele e outros participantes do levante foram presos. Que condições levaram os marinheiros a iniciar a revolta?
8. No contexto da crise do regime oligárquico, a Semana de Arte Moderna, em 1922, contribuiu decisivamente para renovar a produção literária e artística no país. Faça um comentário sobre essa contribuição e sobre a reação do público que assistiu às manifestações dos modernistas no Teatro Municipal de São Paulo durante a Semana de 1922.

Estados Unidos: euforia, depressão e recuperação

The Image Bank/Getty Images

Entre 2007 e 2009, o mundo atravessou uma das mais profundas crises financeiras e econômicas dos últimos tempos. De modo geral, pode-se dizer que essa crise começou nos Estados Unidos, no setor de empréstimos para a compra de imóveis. Por várias razões, um grande número de pessoas ficou sem condições de pagar as **hipotecas** de seus imóveis. Isso desencadeou um “efeito dominó” que atingiu imobiliárias, bancos, empresas de financiamento, seguradoras, indústrias e trabalhadores de todo o planeta.

Bancos com mais de cem anos de existência faliram, as bolsas de valores do mundo inteiro despencaram, milhares de empresas – muitas delas tradicionais – fecharam suas portas; 20 milhões de trabalhadores perderam seus empregos. Para tentar controlar a turbulência econômica, os governos chegaram a injetar mais de 1 trilhão de dólares nos mercados. Ainda assim, os efeitos da crise podiam ser sentidos em 2012, quando a economia de países como Grécia e Espanha, por exemplo, encontrava-se bastante abalada (sobre essa crise, veja mais no capítulo 20).

Maior do que essa crise, somente a que abalou o mundo capitalista nos anos 1930. Iniciada em 1929, com a quebra da Bolsa de Valores de Nova York, a *Grande Depressão*, como ficou conhecida, interrompeu um período de enorme prosperidade para os Estados Unidos. Neste capítulo veremos como isso tudo aconteceu.

Operador analisa cotações na New York Stock Exchange, a Bolsa de Valores de Nova York, localizada em Wall Street. Criada em 1792, é hoje a maior bolsa de valores dos EUA. Foto de 2012.

Objetivos do capítulo

- Compreender a vantajosa situação econômica dos Estados Unidos após a Primeira Guerra Mundial.
- Entender o conceito do fordismo e sua importância para o desenvolvimento do capitalismo.
- Conhecer as características do estilo de vida conhecido como *American way of life* e perceber seus limites para alguns grupos étnicos e sociais.
- Compreender o papel dos meios de comunicação de massa (rádio, televisão e cinema) na difusão de valores e ideologias.
- Relacionar o desenvolvimento do capitalismo ao consumismo sem limites no presente.
- Conhecer as características da sociedade norte-americana nesse período, com destaque para os valores morais e o preconceito étnico.
- Compreender as razões da quebra da Bolsa de Valores de Nova York e suas consequências para a sociedade estadunidense e para outros países.
- Compreender a importância do plano governamental *New Deal* para a superação da crise mundial de 1929.

Spencer Platt/Getty Images



1 Lucros da guerra

As nações europeias saíram da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) com suas economias arrasadas. Os Estados Unidos, ao contrário, retiraram-se do conflito muito mais prósperos do que quando entraram: entre 1914 e 1920, a riqueza do país aumentou em 250%. Muito dessa expansão se deveu às exportações de gêneros alimentícios, armamentos e outros produtos industrializados à Europa durante o conflito e ao aumento do comércio com a América Latina e a Ásia.

Se no início da guerra os norte-americanos encontravam-se endividados, no final do conflito detinham créditos comerciais de mais de 3 bilhões de dólares. Além disso, tinham a receber cerca de 9,5 bilhões de dólares de empréstimos feitos a governos europeus nesse período.

2 Anos vibrantes

A agricultura se mecanizou e as fábricas aumentaram sua produção. Muito contribuiu para isso o fato de as indústrias terem implantado a *linha de montagem móvel**. Esse avanço tecnológico, desenvolvido pela primeira vez na indústria automobilística no início do século XX, permitia a fabricação em série de um mesmo produto em um tempo bem mais curto e com mão de obra menor do que antes. Isso fazia com que as mercadorias chegassem às lojas com preços mais acessíveis ao consumidor.

Tudo isso marcou o início de um período conhecido como *Roaring Twenties*, os “vibrantes anos vinte”. Nessa época, difundiu-se pelo país a ideia de que a prosperidade estava ao alcance de todos. Tratava-se, na verdade, de uma *ideia ilusória**, pois 90% da renda nacional estava concentrada nas mãos de apenas 13% da população. Cerca de 6 milhões de famílias viviam com apenas 3 dólares por dia. A maior parte desse contingente era formada por negros.

Quem de fato desfrutou da prosperidade oferecida pelos “vibrantes anos vinte” foram as classes

* Veja o filme *Tempos modernos*, de Charles Chaplin, 1936.

* Leia a peça *A morte do caixeiro-viajante*, de Arthur Miller. Editora Villa Rica.



Mulheres posam como motoristas em um *showroom* de automóveis, em meados de 1920. Um dos modelos é mais antigo (à direita), enquanto o outro é um dos mais recentes da época, chamado de Packard Sedan (à esquerda). Com o elevado consumismo provocado pelo *American way of Life*, os frequentes lançamentos do mercado automobilístico acabavam tornando os modelos antigos obsoletos.

média e alta, que dispunham do dinheiro necessário para consumir as últimas novidades das fábricas norte-americanas: automóveis, geladeiras, fogões elétricos, aspiradores de pó, aparelhos de rádio, etc.

Estimulados pela publicidade, os norte-americanos saíam às compras em ritmo frenético. Essa incessante procura por novos bens duráveis deu origem ao fenômeno do *consumismo*. Veja na seção *Eu também posso participar* os impactos do consumismo na sociedade atual e propostas para se pôr em prática o chamado consumo consciente.

Esse estilo de vida, conhecido como *American way of life*, era encarado por muitos norte-americanos como o que havia de mais moderno em todo o mundo. Desfrutando de uma situação financeira mais favorável, a classe média passou a matricular seus filhos em faculdades e a construir elegantes residências com amplos jardins. O automóvel se transformou em um dos artigos de consumo mais desejados na época. Em 1920, cerca de 9 milhões de veículos circulavam pelas ruas dos Estados Unidos; dez anos mais tarde, esse número já era três vezes maior.

Em meio a tantas novidades, o lazer da população também se diversificou. A vida noturna tornou-se intensa. Era grande o número de pessoas que frequentavam as casas noturnas de Nova York e outras cidades para assistir apresentações de cantores e músicos negros como Billie Holiday e Louis Armstrong, que divulgavam entre o público branco um novo gênero musical nascido na comunidade negra dos Estados Unidos: o *jazz*.

Consumismo x consumo consciente

A sociedade de consumo se caracteriza pela produção e pelo consumo ilimitado de bens duráveis, ou seja, bens que podem ser utilizados durante um tempo relativamente longo, como eletrodomésticos, automóveis, aparelhos eletrônicos, roupas, etc. Ela começou a se configurar a partir da segunda metade do século XIX, quando a Europa e os Estados Unidos vivenciaram a chamada Segunda Revolução Industrial, e se fortaleceu ao longo do século XX.

Em teoria, quando as pessoas vão às compras, estimulam o aumento da produção daquele bem de consumo. Quanto maior a produção, maior o número de postos de trabalho nas indústrias. Esse aquecimento do mercado permite aos patrões investir em novas tecnologias, além de aumentar a massa de salários. Mais pessoas empregadas geram um consumo maior, garantindo assim um ciclo capaz de manter a economia aquecida. Na prática, porém, a realidade nem sempre se configura de tal maneira. Muitas vezes, o aumento do consumo não gera necessariamente maior número de empregos.

Se para as indústrias o consumo desenfreado é sinônimo de lucro, para o meio ambiente pode trazer sérios prejuízos. Isso é o que afirmam muitos ambientalistas. Segundo essas pessoas, por mais de dois séculos indústrias do mundo inteiro fizeram uso dos mais variados recursos da natureza, como água, minérios e madeiras para poder colocar seus produtos nas lojas e atender às necessidades de consumo da população. Todavia, isso foi feito sem uma preocupação com o meio ambiente. O resultado é o que observamos hoje: devastação de florestas, poluição dos rios e mares e emissão de gases poluentes responsáveis pelo efeito estufa e pelo aquecimento global do planeta.

Para muitos especialistas, uma das maneiras de se diminuir a degradação ambiental provocada pela grande produção industrial é diminuindo o consumo. Para tanto eles sugerem que as pessoas adotem em seu dia a dia o *consumo consciente* (ou *consumo racional*). O consumo consciente pode ser entendido como um conjunto de atitudes que visam transformar o consumo em uma prática permanente de cidadania. Por meio dele, o consumidor faz suas compras levando em

consideração não apenas seus desejos de consumo mas também os reflexos desses desejos na sociedade, na economia e no meio ambiente.

O Instituto Akatu (www.akatu.org.br), uma organização não governamental cujo trabalho é voltado para o consumo consciente, oferece uma lista com alguns dos princípios do consumo consciente. São atitudes que, na verdade, podem ser adotadas por todos. Veja algumas delas:

- Consuma só o necessário. Reflita sobre suas reais necessidades e tente viver com menos;
- Informe-se e valorize as práticas de responsabilidade social e ambiental das empresas; muitas empresas destinam parte do que arrecadam com a venda de seus produtos a projetos sociais ou ambientais;
- Informe-se sobre a origem dos produtos consumidos. Quem adquire algum produto feito com mão de obra escrava ou infantil, por exemplo, ajuda a perpetuar essa prática na sociedade;
- Não compre produtos piratas. Assim você contribui para gerar empregos e combater o crime organizado;
- Dê preferência a produtos que utilizam material reciclável e com pouca quantidade de embalagens;
- Ao comprar um presente, lembre-se de que existem diversos produtos artesanais feitos por comunidades, cooperativas ou entidades do terceiro setor. Se possível, opte por objetos feitos com matéria-prima reciclada;



Consumidora carrega produtos em loja de um shopping center, em São Paulo, durante megaliquidação, em foto de janeiro de 2010.

Caio Guatelli/Folha Imagem/Folhapress

- Ao embrulhar um presente, procure utilizar papéis e embalagens recicladas. Escolha as embalagens duradouras e que possam ser reutilizadas; encaminhe para reciclagem as que não puderem ser reaproveitadas;
- Cobre dos políticos. Exija deles ações que viabilizem a prática do consumo consciente;
- Divulgue o consumo consciente junto a seus amigos e familiares.

Fontes: Akatu. Disponível em: <www.akatu.org.br>, acesso em: fev. 2010; SANDRONI, Paulo. *Novíssimo dicionário de economia*. São Paulo: Best Seller, 2002; DUMONT, René. *A sociedade de consumo*. Rio de Janeiro: Salvat Editora do Brasil, 1979.

Outra forma de entretenimento eram as transmissões radiofônicas. A primeira estação de rádio com fins comerciais começou a funcionar em 1920. Famílias inteiras se reuniam ao redor de um *aparelho de rádio** para acompanhar os mais diversos programas. Mas a principal diversão dos norte-americanos era o cinema. Ricos e pobres formavam filas para assistir às películas que saíam dos estúdios cinematográficos de Hollywood. Eram filmes mudos que mostravam na tela artistas como Charlie Chaplin, Buster Keaton, Mary Pickford, Rodolfo Valentino e muitos outros. O primeiro filme sonoro, *O cantor de jazz*, estreou em 1927.

* Veja o filme *A era do rádio*, de Woody Allen, 1987.

Atrizes, atores e diretores tornaram-se verdadeiras celebridades. As fitas, difundidas em todo o mundo, transformaram-se no mais importante veículo de propaganda do *American way of life*, como explica o boxe da página seguinte.

Tempos de intolerância

Durante a década de 1920, os Estados Unidos foram governados por presidentes do Partido Republicano que isolaram ainda mais o país da comunidade internacional. Se até as primeiras décadas do século XX os imigrantes podiam entrar livremente em seu território, durante o pós-guerra a situação se inverteu e uma onda de preconceito contra estrangeiros tomou conta do país.

Os imigrantes começaram a ser vistos como uma ameaça ao emprego dos trabalhadores norte-americanos. E como alguns eram adeptos de ideias anarquistas e socialistas, o governo passou a encará-los também como um perigo para o próprio sistema

Sua opinião

Refleta sobre suas práticas de consumo e as de sua família e faça uma classificação dos produtos (apenas os bens duráveis) existentes na sua casa conforme as seguintes categorias: produtos essenciais, necessários e supérfluos. Depois, reúna-se com seu grupo de colegas e, juntos, comparem as diversas listas, apontando semelhanças e diferenças nas classificações dadas aos produtos em comum. Em seguida, façam uma lista identificando práticas que podem transformar os hábitos de consumo.

político dos Estados Unidos. Como resultado disso, diversas leis foram criadas para restringir a entrada de estrangeiros. Os que não escondiam suas ideias revolucionárias eram *perseguidos** e deportados do país.

* Veja o filme *Sacco e Vanzetti*, de Giuliana Montaldo, 1971.

A intolerância espalhou-se pelo país. A sociedade secreta Ku Klux Klan, criada após a Guerra de Secessão com o objetivo de salvaguardar “a supremacia branca”, chegou a reunir 5 milhões de integrantes e passou a perseguir e a assassinar negros, judeus, imigrantes, líderes trabalhistas. A discriminação racial e o preconceito contra os negros acentuaram ainda mais as tensões sociais. Violentos conflitos raciais irromperam em diversas regiões.

Ligas e associações de defesa da moral e dos bons costumes surgiram por toda parte. A pretexto de “libertar as classes inferiores” do perigo do álcool, o governo aprovou em 1919 uma lei que proibia a fabricação, a venda e o transporte de bebidas alcoólicas. Entretanto, ao contrário do que se esperava, a

Universal History Archive/Getty Images

Entre 1920 e 1933, vigorou nos Estados Unidos lei proibindo a fabricação, distribuição e venda de bebidas alcoólicas. Toda bebida alcoólica produzida era considerada ilegal e deveria ser descartada, como a cerveja jogada fora nesta foto, sem data.



Lei Seca, como ficou conhecida, estimulou o mercado clandestino de bebidas e favoreceu a expansão do crime organizado. Surgiram *quadrilhas** (as *gangues*) que, além de contrabandear bebidas alcoólicas, passaram a controlar prostíbulos, casas de jogo e o tráfico de drogas.

Um dos fora da lei mais famosos desse período foi Al Capone (1899-1947), chefe da máfia de Chicago que, em fins da década de 1920, administrava um império no submundo do crime avaliado em 50 milhões de dólares. A trepidante vida noturna, a euforia consumista, a Lei Seca, a prosperidade desmedida e a alta criminalidade tornaram os anos 1920 também conhecidos como *os anos loucos*.

* Veja os filmes *Era uma vez na América*, de Sergio Leone, 1984 e *Os intocáveis*, de Brian de Palma, 1987.

3 A queda da Bolsa de Nova York



Apesar desses problemas sociais, o sentimento de que a prosperidade não tinha limites era grande. O clima em que viviam as pessoas que negocia-

vam ações na **Bolsa de Valores** de Nova York era de enorme euforia. Entre 1925 e 1929, o valor global das ações passou de 27 bilhões de dólares para 67 bilhões de dólares. As pessoas estavam tão empolgadas com essa valorização que chegavam a tomar empréstimos no banco para comprar títulos na Bolsa. O presidente Herbert Hoover (1929-1933), do Partido Republicano, chegou a afirmar pouco antes de sua posse, no começo de 1929: “Nós nos Estados Unidos estamos mais próximos do triunfo final sobre a probreza do que nunca se esteve em qualquer nação”.

As previsões do novo presidente, contudo, não se concretizaram. Em outubro de 1929 teve início a pior crise econômica da história dos Estados Unidos e do mundo capitalista até então: a *Grande Depressão*.

Como foi possível passar da prosperidade para o colapso econômico em tão pouco tempo? Na verdade, os primeiros sintomas de crise surgiram em meados dos anos 1920, quando a Europa, já recuperada da Primeira Guerra Mundial, diminuiu as importações de produtos agrícolas dos Estados Unidos. Isso levou muitos agricultores norte-americanos à falência.

Cinema e imperialismo

Para muitos, o cinema oferecia uma válvula de escape da realidade insípida para o mundo mágico do romance, onde a maldade era sempre punida e a virtude recompensada, onde as mulheres eram lindas e os homens vistosos e acrobáticos, onde a riqueza trazia felicidade e a pobreza satisfação, e onde todas as histórias tinham final feliz.

Direta e indiretamente, o cinema exerceu uma influência incalculável. Lançava moda nas roupas e penteados, nos móveis e na decoração, deu origem a canções populares, ensinou novos modos de proceder, inculcou noções morais e criou heróis e heroínas populares. Sua influência disseminou-se pelo mundo e provou ser o mais poderoso instrumento do imperialismo cultural e social norte-americano.

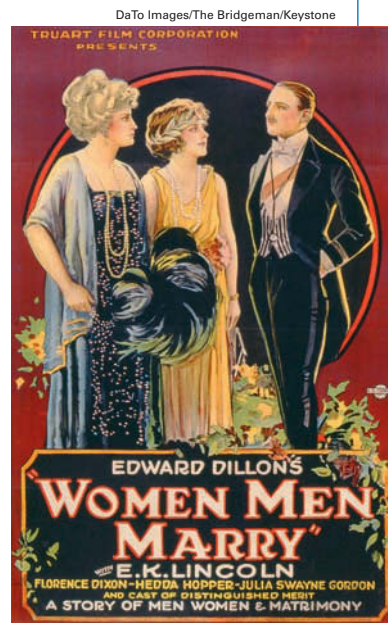
Adaptado de: NEVIS, Allan; COMMAGER, Henry Steele. *Breve história dos Estados Unidos*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986. p. 452-453.

De olho no mundo

Em sua opinião, o cinema de Hollywood continua sendo um difusor dos valores norte-americanos para outras sociedades, como a brasileira? Para refletir sobre essa questão, reúna-se com seu grupo e,

juntos, façam uma pesquisa para identificar na sua cidade (ou na metrópole mais próxima da sua cidade) quantos cinemas existem e em quantos deles estão em cartaz filmes norte-americanos. Pesquisem também os cartazes à disposição nas videolocadoras do bairro de cada integrante do grupo e observem quantos se referem a filmes produzidos nos Estados Unidos. Finalmente, façam a mesma reflexão sobre os canais de televisão. Para terminar, apresentem os resultados da pesquisa à classe.

Cartaz publicitário do filme *Women Men Marry*, uma das primeiras produções hollywoodianas. Mudo e em preto e branco, foi dirigido por Edward Dillon e estreou nos EUA em 1922.



A indústria também foi atingida pela diminuição das importações europeias. Entretanto, as grandes empresas não reduziram a produção, o que levou à acumulação de grandes estoques que não encontravam compradores. Configurava-se, assim, uma *crise de superprodução*. Ao perceber o desequilíbrio, as empresas começaram a demitir trabalhadores.

Com isso, o valor das ações dessas empresas na Bolsa de Valores de Nova York começou a cair. Preocupados com a queda, os donos de ações (milhões de pessoas) procuraram vender seus papéis o mais rápido possível. No dia 24 de outubro de 1929, o preço das ações despencou, levando ao *crash* (quebra) da Bolsa de Nova York.

O impacto do *crash* para a economia norte-americana foi catastrófico. A renda nacional reduziu-se à metade. Milhões de investidores perderam suas economias. Mais de 5 mil bancos fecharam, deixando seus clientes sem dinheiro. Oitenta mil fábricas e 32 mil casas comerciais faliram. Cerca de 15 milhões de trabalhadores ficaram desempregados.

A fome e a miséria espalharam-se pelo país. No campo, milhares de fazendas faliram e muitos agricultores, sem ter como pagar as dívidas, tiveram de *abandonar suas terras**.

* Leia o livro *As vinhas da ira*, de John Steinbeck, Editora Record, e veja o filme *As vinhas da ira*, de John Ford, 1939.

Sem dinheiro e sem ter onde morar, muitos norte-americanos passaram a viver em barracos de madeira ou tendas nas favelas surgidas em diversas cidades dos Estados Unidos. Eram as chamadas *hoovervilles* (expressão criada a partir do sobrenome do presidente Hoover). Grande quantidade de sem-teto dirigiu-se também para os abrigos do governo, que se encontravam constantemente lotados. A alimentação dessas pessoas ficava a cargo de instituições de caridade que serviam sopas populares, diante das quais formavam-se grandes filas pelas ruas. Estrangeiros e grupos étnicos minoritários passaram a sofrer perseguições, acusados de competirem com os estadunidenses no escasso mercado de trabalho.

A Grande Depressão propagou-se rapidamente para outros países que mantinham relações comerciais com os Estados Unidos ou contavam com investimentos do capital norte-americano. O comércio mundial desabou. Bancos e indústrias fecharam. A produção industrial das principais nações capitalistas caiu em até 50%.



As favelas surgidas nos Estados Unidos nos anos 1930 eram chamadas de *hoovervilles*, em alusão ao presidente Herbert Hoover, que governou até 1933 e era visto como um dos responsáveis pela crise. Na foto, *hooverville* em Nova York, 1933.

Em todo o mundo, cerca de 30 milhões de pessoas perderam seus empregos: só na Alemanha foram 6 milhões de desempregados; na Inglaterra, 3 milhões. Os preços mundiais dos produtos agrícolas desabaram. Nações como o Brasil, cujas economias dependiam das exportações agropecuárias foram duramente atingidas. Um dos poucos países a escapar da crise foi a União Soviética, cuja economia, de tipo estatal (ou socialista-burocrática), obedecia a um rígido planejamento, e não às leis do mercado, como as economias capitalistas.

Como membro do Partido Republicano, o presidente Hoover era seguidor fiel do liberalismo econômico, segundo o qual não havia necessidade de o Estado intervir na economia, pois o próprio mercado resolveria a crise. Desse modo, não adotou nenhuma medida para sair da Depressão.

4 O New Deal

Em 1933, ao assumir a presidência dos Estados Unidos, Franklin Roosevelt, do Partido Democrata, pôs em prática uma política oposta à de Hoover. Para ele, o Estado devia intervir a fundo na economia. Somente dessa forma seria possível retirar o país da Depressão.

Para tanto, ele propôs um plano, conhecido como *New Deal* (Novo Acordo), que articulava as ações do governo com as da iniciativa privada e tinha entre seus objetivos elevar a renda dos trabalhadores. Diversas medidas foram adotadas:

- desvalorização do dólar para tornar as exportações mais competitivas;
- empréstimos aos bancos para evitar novas falências;
- implantação de um sistema de seguridade social, com a criação do seguro-desemprego;
- criação de um vasto programa de obras públicas com o intuito de gerar novos empregos;

- contratação de 3 milhões de jovens para o desenvolvimento de projetos ambientais;
- salário mínimo e direito de organização sindical;
- estímulo à produção agrícola.

A economia do país se reaqueceu e a indústria voltou a produzir. Mais de 8 milhões de postos de trabalho foram criados e milhares de obras públicas, concluídas: 8 mil parques, 1 600 escolas, 800 aeroportos, *3 300 barragens**, 78 mil pontes e mais de um milhão de quilômetros de estradas.

* Veja o filme *Rio violento*, de Elia Kazan, 1960.

Estudos mais recentes a respeito do *New Deal*, entretanto, afirmam que as conquistas obtidas com a implementação desse programa de reformas foram mais limitadas do que se pensava até então. Segundo essas análises, o *New Deal* não conseguiu dar um fim real à Depressão e estimular o crescimento

econômico a níveis semelhantes ao do período anterior ao da Primeira Guerra Mundial. Além disso, observam os estudiosos dessa linha de interpretação, os benefícios resultantes desse programa não foram tão democraticamente distribuídos, pois teriam privilegiado, principalmente, os donos de complexos industriais.

Para esses analistas, o problema da exclusão racial também permaneceu: os negros norte-americanos, apesar de terem sido um dos grupos sociais que mais sentiram os efeitos da crise de 1929, não foram objeto de preocupação do governo Roosevelt. A economia norte-americana teria sido impulsionada, de fato, pela deflagração da Segunda Guerra Mundial (veja o capítulo 9), em 1939, que permitiu à indústria dos Estados Unidos apresentar elevados níveis de crescimento.

Enquanto isso...

Gandhi e a desobediência civil

Na mesma época em que tinha início a Grande Depressão nos Estados Unidos e na Europa ocidental, começava na Índia uma nova fase para os movimentos de libertação do jugo colonial inglês. Em 1930, o líder Mahatma Gandhi iniciou uma campanha de **desobediência civil** com um gesto que ganhou repercussão em todo o mundo.

À frente de um grupo de 80 pessoas, no dia 12 de março de 1930, Gandhi saiu de Ahmadabad, onde morava, e caminhou 400 quilômetros até Dandi, na costa oeste do país, onde chegou no dia 6 de abril. Dirigindo-se ao mar, recolheu o

sal que secara na areia. Fazer isso era proibido, pois havia uma lei que dava à Inglaterra o monopólio sobre a produção e o comércio de sal.

O governo britânico tentou ignorar o ato, mas não conseguiu conter a onda de protestos que se seguiu ao gesto de Gandhi: piquetes, passeatas, assaltos às salinas. Cerca de 60 mil pessoas foram presas, entre elas o próprio Gandhi. Momentaneamente derrotado, o movimento de desobediência civil e não violência logo ressurgiria sob a liderança de *Gandhi**, levando a Índia à independência em 1947.

* Veja o filme *Gandhi*, de Richard Attenborough, 1982.

Organizando AS IDEIAS

1. A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) afetou profundamente o desenvolvimento econômico e social dos países europeus. No entanto, os Estados Unidos saíram do conflito muito mais prósperos do que entraram. Descreva as transformações da economia norte-americana naquele contexto.
2. A década de 1920 entrou para a história como os “vibrantes anos vinte”. Explique o significado dessa expressão.
3. Por que os Estados Unidos transformaram radicalmente sua política imigratória a partir dos anos 1920? Quais foram os sinais de intolerância que explicitaram o apoio social às novas medidas?
4. Explique o que foi a queda da Bolsa de Nova York e de que modo ela afetou a economia mundial.
5. De que modo a política de Roosevelt procurou combater, a partir de 1933, a crise econômica que teve início com a queda da Bolsa, em 1929?
6. Descreva as mudanças de concepção a respeito do consumismo entre os anos 1920 e os dias de hoje.
7. Por que o cinema foi um instrumento fundamental para a consolidação do poder capitalista dos Estados Unidos sobre diversas regiões do planeta?

Carro novo

Publicado em 1922, o romance *Babbitt*, do escritor norte-americano Sinclair Lewis (1885-1951), se transformou em verdadeiro sucesso de público e de crítica. Nesse livro, o romancista tece duras críticas aos valores e modos de vida da classe média norte-americana durante os chamados “vibrantes anos 1920”. A seguir, reproduzimos um trecho desse romance. Após sua leitura, responda ao que se pede.

— *Estou com ideias de comprar um auto novo. Não creio que isso seja possível antes do ano que vem, mas, se os negócios andarem bem...*

— *Oh, papai – gritou Verona, a filha mais velha – se comprar, por que não compra um sedã? Isso é que seria distinto! Um carro fechado é muito mais cômodo que um carro aberto.*

— *Não sei, não sei. Eu gosto bastante dum carro aberto. Respira-se mais ar puro.*

— *Ora qual, tu pensas assim porque nunca experimentaste um sedã — disse Ted. — Vamos comprar um sedã. É muito mais distinto.*

— *Um carro fechado conserva melhor a roupa — observou a Sra. Babbitt.*

— *Não descabela a gente — ajuntou Verona.*

— *É muito mais esportivo! — acudiu Ted. E Tinka, a caçula:*

— *Oh, vamos comprar um sedã! O pai de Mary Ellen tem um.*

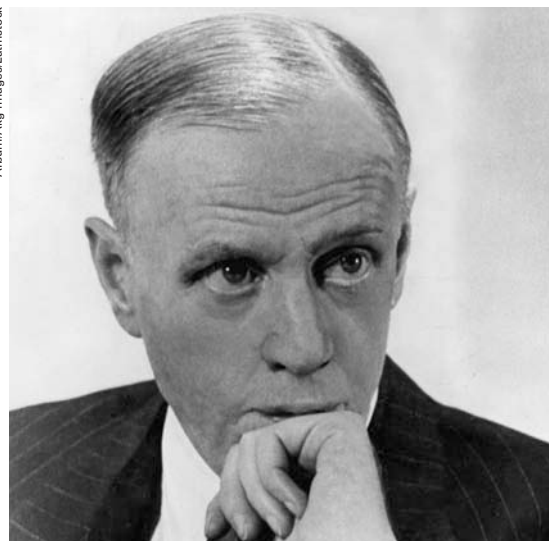
Ted concluiu:

— *Ora, todo o mundo tem carro fechado, só nós não temos!*

Extraído de: LEWIS, Sinclair. *Babbitt*. São Paulo: Abril Cultural, 1972. p. 91.

1. Com base na leitura do capítulo, escreva um texto explicando o que se entende por *American way of life*. Em seguida, aponte no trecho selecionado do romance aspectos que exemplificam esse estilo de vida.
2. Como vimos neste capítulo, atualmente algumas pessoas propõem substituir as práticas consumistas pelo chamado consumo consciente. Juntamente com um colega, elabore um cartaz publicitário que tenha por objetivo motivar as pessoas a adotarem o consumo consciente entre suas práticas do dia a dia.

Album/Akg-images/Latinstock



Sinclair Lewis estreou na literatura em 1914 e em 1930 tornou-se o primeiro norte-americano a receber o prêmio Nobel de Literatura.

Hora DE REFLETIR

Durante o Fórum Social Mundial de 2003, realizado em Porto Alegre, alguns cineastas criticaram o “domínio exagerado da indústria cinematográfica norte-americana”. O diretor argentino Fernando Solanas, por exemplo, afirmou: “Trata-se de um silencioso genocídio cultural quando uma cinematografia ocupa mais de 80% das telas mundiais, enquanto há povos que ainda não conquistaram o direito humano essencial de produzir sua própria imagem e comunicá-la aos outros povos. Esses povos e países estão condenados a sofrer sérias mutações: padronização, homo-

genização, ocupação dos espaços por imagens, ideias e memórias alheias que nos expulsam de nossa própria casa. Nenhum país pode viver sem o espelho de suas próprias imagens”.

Você concorda com essa opinião? O que Solanas quer dizer ao afirmar que “nenhum país pode viver sem o espelho de suas próprias imagens”? Elabore um texto individual argumentativo com a sua resposta, contendo, no máximo, quinze linhas. Entregue o texto elaborado ao professor, no final da atividade.

O totalitarismo

Bruno de Hogues/Getty Images

Uma caixa de zinco com as iniciais B.M. na tampa, fechada com cadeado e enterrada em algum lugar secreto perto da fronteira da Itália com a Suíça. Se essa caixa de fato existir, como garante o italiano Rocco della Morte, ela pode trazer importantes revelações a respeito do século XX: segundo Rocco, a caixa contém documentos e o diário pessoal de Benito Mussolini, líder fascista que governou a Itália entre 1922 e 1945.

Mas qual a história dessa caixa tão misteriosa? Quem revela é o próprio Rocco della Morte. Seu pai, Guglielmo della Morte, foi cônsul da Itália em Berlim, durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Em abril de 1945, Mussolini teria entregue pessoalmente a Guglielmo uma pasta com documentos, pedindo que ela só fosse aberta no ano de 2025.

Guglielmo guardou a pasta na caixa de zinco e a enterrou em um vale perto da fronteira com a Suíça. Em 1954, quando seu filho Rocco completou 18 anos, ele lhe revelou o segredo. Com a morte do pai, Rocco tornou-se a única pessoa a saber onde a caixa de zinco encontra-se enterrada. Porém, temendo não estar vivo em 2025, Rocco decidiu tornar pública essa história. Ele assegurou que caso morra antes da data estabelecida, já deu instruções para a divulgação dos documentos.

Se os documentos de fato existirem, poderão ajudar a compreender ainda mais a figura de Benito Mussolini. Ao longo dos 23 anos em que dirigiu a Itália, implantou um governo totalitário de extrema direita, reprimiu opositores e levou o país à guerra. Neste capítulo estudaremos o surgimento do totalitarismo na Europa e veremos como Mussolini ascendeu ao poder.

Benito Mussolini fez amplo uso dos meios de comunicação de massa para difundir junto à população italiana o culto à sua figura. Foto de 1938.

Objetivos do capítulo

- Compreender o contexto histórico que possibilitou o surgimento de Estados totalitários na Europa no período entre as guerras mundiais.
- Compreender as semelhanças e as diferenças entre o fascismo italiano, o nazismo alemão e o stalinismo soviético.
- Conhecer as causas da Guerra Civil Espanhola e identificar as diferenças entre os principais grupos (nacionais ou estrangeiros) envolvidos no conflito.
- Relacionar as manifestações de intolerância contra grupos sociais e étnicos aos princípios do totalitarismo no período entre as guerras mundiais.
- Perceber a importância dos meios de comunicação de massa para o fortalecimento de regimes totalitários, assim como seu poder de influência sociopolítica na atualidade.

Roger Vrolier/Getty Images



1 Origens do totalitarismo

O impacto da Primeira Guerra sobre a população mundial foi imenso. Quando o confronto terminou, em 1918, era grande o número de pessoas desiludidas em relação ao presente e sem esperanças quanto ao futuro.

Na África, vigorava um forte sentimento de revolta pelo fato de o continente encontrar-se subjugado por nações europeias, o que fomentou o surgimento de grupos defendendo o fim do colonialismo. Na América Latina, o sistema econômico e político vigente deixava grande número de pessoas sem direitos sociais e trabalhistas e, com frequência, irrompiam nessas regiões revoltas ou até mesmo guerras civis.

Os europeus, por sua vez, além de terem de conviver com a perda de uma geração, morta nos campos de batalha, precisavam reconstruir seus países. Muitos perderam a confiança na democracia representativa e se perguntavam: “como confiar em um sistema que não havia conseguido evitar a guerra nem resolver os problemas criados por ela?”. Essa situação abriu caminho para a formação de movimentos que propunham um Estado nacional forte em lugar do regime liberal vigente.

Ao mesmo tempo, crescia a atração exercida pela Rússia soviética entre os trabalhadores de todos os países. Além de contar com um Estado forte, a Rússia (União Soviética a partir de 1922) parecia apontar para um futuro de igualdade e justiça social.

Embora fossem muito diferentes e mesmo antagônicos do ponto de vista ideológico, os movimentos autoritários surgidos então na Europa e o governo soviético, centralizado em torno de Stalin a partir de 1924, convergiram para o surgimento de uma nova forma de organização do Estado, que fazia oposição ao liberalismo vigente: o *totalitarismo*. Nenhum regime anterior, nenhum tipo de tirania do passado, nem mesmo o absolutismo monárquico, se assemelharam a essa nova forma de controle do poder.

O totalitarismo tem por característica fundamental o terror permanente contra o indivíduo. A tal ponto que o Estado totalitário controla, por meio da repressão, da propaganda ideológica e da supres-

são dos direitos individuais e coletivos, não só a vida pública, mas também a vida privada dos cidadãos. O boxe abaixo aborda algumas características básicas do totalitarismo.

Fazendo amplo uso da censura, da delação, da violência – principalmente contra as minorias, como ciganos, judeus, homossexuais, imigrantes – os regimes totalitários se estabeleceram em diversos países europeus após a Primeira Guerra Mundial. A seguir, estudaremos três formas de manifestação do totalitarismo na Europa: o fascismo italiano, o nazismo alemão e o stalinismo soviético.

O que é totalitarismo

O totalitarismo é uma forma de organização do Estado, na qual todo o poder se concentra nas mãos de um pequeno grupo de pessoas, organizadas sob a forma de partido único. Esse partido conta geralmente com uma base de massas, mas apenas seus dirigentes têm poder de decisão. Os líderes intermediários exercem postos na hierarquia do governo, de tal forma que a máquina do partido se confunde com o aparelho do Estado.

Essa superposição entre a organização partidária e a administração do Estado só é possível porque o grupo no poder suprime todas as liberdades individuais e coletivas e instala um regime de terror total contra a nação. O Estado totalitário, portanto, é um Estado policial que exerce uma vigilância permanente sobre a vida cotidiana dos cidadãos, controlando até mesmo a vida pessoal e familiar dos indivíduos. Trata-se de um caso extremo de autoritarismo.

Uma de suas principais características é o grande uso dos meios de comunicação de massa para difundir a ideologia do regime, exaltar o governo e a figura do líder. O chefe de um regime totalitário é o depositário de toda a ideologia, sendo encarado como um indivíduo excepcional, dotado de qualidades quase sobrenaturais.

Fonte: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 5. ed. Brasília/São Paulo: Ed. da UnB/Imprensa Oficial. v. 2, p. 1247-1259.

2 O fascismo na Itália

Aliados das nações vencedoras da Primeira Guerra Mundial, os italianos ficaram insatisfeitos com os resultados do conflito. Além das perdas materiais e humanas sofridas (cerca de 670 mil mortos e 1 milhão de feridos), não obtiveram as compensações territoriais desejadas – não conseguiram, por exemplo, anexar nenhuma das antigas colônias alemãs na África nem mesmo regiões mais próximas nos Bálcãs.

Nessas circunstâncias, difundiu-se entre a população da Itália um profundo ressentimento contra as grandes potências democrático-liberais da Europa, ao qual vinha somar-se uma crescente insatisfação social contra a inflação, a carestia e o desemprego decorrentes da guerra.

Entre 1919 e 1920, cerca de três milhões de trabalhadores urbanos participaram de greves. Em Turim e outras cidades industriais, os operários ocupavam fábricas e tentavam colocá-las em funcionamento. O movimento foi reprimido, mas a sensação de que o governo havia perdido o controle da situação se generalizava entre a classe média.

Em meio a essas condições, em 1919 um ex-combatente chamado Benito Mussolini (1883-1945) fundou um grupo nacionalista de extrema direita conhecido como *Fascio di Combattimento*. Seu símbolo, um feixe de varas (*fascio*) atado à lâmina de um machado, havia sido também um dos emblemas do Império Romano. Com ele, Mussolini queria dizer que era preciso reconquistar o antigo poderio de Roma.

Os *Fasci di Combattimento* espalharam-se pela Itália divulgando suas ideias ultranacionalistas, anti-comunistas e antiliberais. Eles lutavam pela instauração de um governo forte e autoritário capaz de esmagar os grupos de esquerda (comunistas e socialistas) e de pôr fim às greves e manifestações operárias vistas por Mussolini como desordem.

Com cerca de 320 mil adeptos no início dos anos 1920, os *Fasci di Combattimento* contavam com milícias armadas e uniformizadas com camisas pardas, que espalhavam o terror pelo país. Os integrantes dessas milícias, conhecidos como *camisas negras*, assassinavam militantes de esquerda, dissolviam manifestações operárias e intimidavam políticos de orientação democrática, tudo sob os olhares complacentes do governo.

Em 1921, os *Fasci di Combattimento* se unificaram em torno da autoridade de Mussolini e se constituíram em *Partido Nacional Fascista*. Sua base de apoio era formada sobretudo por desempregados, ex-combatentes, pessoas da classe média, além de industriais e proprietários de terra temerosos de que a Itália se transformasse em palco de uma revolução comunista. Nas eleições parlamentares de 1921, 35 fascistas foram eleitos deputados. Entre eles, Mussolini.

Em 1922, numa demonstração de força, cerca de 30 mil camisas negras, sob a chefia de Mussolini, invadiram a capital italiana, ocupando prédios públicos e estações ferroviárias. O episódio ficou conhecido como *Marcha sobre Roma*. Dois dias depois, o rei Vitor Emanuel III convidou Mussolini para ocupar o cargo de primeiro-ministro. O fascismo chegava ao poder.

Entre 1922 e 1925, Mussolini governou juntamente com outras forças políticas. Gradativamente, porém, ampliou seus poderes e se impôs como verdadeiro ditador. O Parlamento perdeu sua autoridade e os partidos políticos, com exceção do Partido Nacional Fascista, foram extintos. Os prefeitos e chefes locais perderam seus cargos e foram substituídos por seguidores de Mussolini.

Também foi criada uma polícia política secreta para perseguir opositores do regime, o que levou 300 mil pessoas a se refugiarem no exterior; o governo implantou forte censura aos meios de comunicação e suprimiu o direito de greve. Todas as organizações que não fossem fascistas tornaram-se ilegais. No início dos anos 1930, o *duce* (guia), como era conhecido Mussolini, já centralizava todo o poder.



Universal History Archive/Getty Images

Militantes fascistas, os chamados “camisas-negras”, marcham em estrada italiana que dá acesso a Roma em 1922.

Culto a Mussolini

Os fascistas acreditavam ser fundamental doutrinar as *crianças e os jovens**. Nas escolas e universidades os professores eram obrigados a exaltar as realizações do regime e aspectos da vida do *duce*. Também foram criadas organizações que promoviam festas, competições, acampamentos, atividades ao ar livre e que transmitiam aos jovens a ideologia fascista.

* Veja o filme *Amarcord*, de Federico Fellini, 1973.

Mussolini valeu-se dos meios de comunicação de massa para conquistar o apoio da população. Para tanto, utilizou amplamente jornais, rádios e documentários que divulgavam os feitos de seu governo e *cultuavam sua figura**, representada como a de um homem viril, atlético e trabalhador.

* Veja o filme *Um dia muito especial*, de Ettore Scola, 1977.

Dois outros aspectos da política fascista contribuíram para sua afirmação entre a população italiana. O primeiro foi a intervenção maciça do Estado na vida econômica. Isso ocorreu principalmente após o *crash* da Bolsa de Nova York em 1929 (releia o capítulo anterior). Para debelar a crise, o Estado fascista lançou um amplo programa de obras públicas (estradas, pontes, etc.) e incentivou a produção de armas. Essas medidas fizeram baixar o desemprego.



Ditador italiano Benito Mussolini (1883-1945) saúda multidão durante pronunciamento público em frente a um dos Arcos do Triunfo de Roma. Foto de 1938.

O segundo aspecto dessa política foi a instituição, em 1927, da *Carta del Lavoro* (*Carta do Trabalho*), na qual se combinavam concessões aos trabalhadores com medidas de controle policial sobre eles. A Carta estabelecia, por exemplo, o seguro contra acidentes de trabalho e a jornada de oito horas, mas proibia as greves e extinguiu os sindicatos.

Em 1935, Mussolini ordenou a invasão da Etiópia, único país africano, ao lado da Libéria, ainda não dominado pelos europeus. No ano seguinte, interveio na Guerra Civil Espanhola, enviando tropas em apoio às forças do general Francisco Franco (assunto abordado mais adiante).

Os princípios fascistas não ficaram restritos à Itália. Com a consolidação do governo de Mussolini, começaram a surgir ditaduras de direita também em outros países da Europa, como Portugal, Hungria e Polônia. Foi nesse contexto que, em 1933, o nazismo chegou ao poder na Alemanha.

3 A ascensão do nazismo

Ao terminar a Primeira Guerra Mundial, a Alemanha entrou em uma crise de grandes proporções. Estimulados pela consolidação da Revolução Russa de 1917, os trabalhadores alemães saíam às ruas e os soldados se amotinavam.

Em janeiro de 1919, operários, soldados e marinheiros tentaram tomar o poder por meio de uma insurreição armada. À frente da rebelião, colocaram-se os socialistas da *Liga Espartaquista*, liderados por *Rosa Luxemburgo** (1871-1919) e Karl Liebknecht (1871-1919). A revolta fracassou e os dois líderes foram presos e executados.

* Veja o filme *Rosa Luxemburgo*, de Margarethe Trota, 1986.

Nesse mesmo ano, realizaram-se eleições para uma assembleia constituinte, reunida na cidade de Weimar. Nascia assim a chamada *República de Weimar* (1919-1933), primeira experiência democrática da história da Alemanha.

Os primeiros anos da nova República foram extremamente difíceis. O país não tinha dinheiro para pagar as indenizações de guerra e sofria uma das maiores inflações de todos os tempos. O preço das mercadorias subia várias vezes no mesmo dia. Em abril de 1922, por exemplo, um dólar valia mil marcos; em setembro do ano seguinte, era equivalente a 350 milhões de marcos.

A economia alemã só voltou a se estabilizar a partir de 1924, graças à injeção de capitais norte-americanos. Entretanto, a população continuou insatisfeita com os termos dos tratados de paz que puseram fim à Primeira Guerra Mundial. Esse sentimento de *orgulho nacional ferido** estimulou a formação de grupos ultranacionalistas que propunham a instauração de um governo forte, capaz de unificar os alemães e lutar pela recuperação da grandeza nacional.

* Veja o filme *O ovo da serpente*, de Ingmar Bergman, 1979.

Um desses grupos era o *Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães* (que, em alemão, daria origem à expressão *nazista*), formado em 1919. Liderado pelo austríaco Adolf Hitler (1889-1945), suas fileiras eram compostas de comerciantes arruinados pela crise, desempregados, ex-militares, etc. Da mesma forma que os fascistas italianos, os nazistas alemães também se organizavam em grupos paramilitares. Suas milícias eram conhecidas como SA, sigla em alemão para “tropas de assalto”. Além de reprimir violentamente os comunistas e os socialistas, as SA garantiam a segurança dos comícios nazistas.

Em novembro de 1923, inspirado na Marcha sobre Roma de Mussolini, Hitler tentou dar um golpe de Estado na cidade de Munique. A intentona – ou *putsch de Munique*, como ficou conhecida – fracassou e Hitler foi preso. Na cadeia, onde ficou por um ano, escreveu o livro *Mein Kampf* (*Minha luta*), no qual sistematizou a ideologia nazista.

No livro, Hitler defendia a superioridade dos arianos – considerados puros pelos nazistas e dos quais descenderiam os alemães – sobre judeus, eslavos, ciganos, negros e outros grupos humanos. Para Hitler, os judeus seriam, juntamente com os comunistas, culpados por quase todos os males do mundo. O livro defendia ainda o direito dos alemães a um “espaço vital”, ou seja, um território na Europa que reunisse os povos germânicos num só império.

No início o apoio a Hitler era pequeno. A partir de 1930, porém, a Grande Depressão iniciada com o *crash* da Bolsa de Nova York arruinou a classe média e lançou no desemprego milhões de trabalhadores alemães. A crise aumentou ainda mais o sentimento de humilhação que atingia a população alemã desde 1918. Muitas pessoas passaram a ansiar pelo aparecimento de um líder carismático capaz de resgatar a “honra nacional” e de colocar a Alemanha outra vez entre as grandes potências. Com sua exaltação da “raça ariana”, Hitler parecia a muitos ser esse líder predestinado. O Partido Nazista passou então a crescer vertiginosamente.

Assim, entre 1930 e 1932, o número de deputados nazistas no Parlamento alemão aumentou de 170 para 230. No ano seguinte, o presidente da Alemanha, marechal Paul von Hindenburg, convidou Hitler para ocupar o cargo de *chanceler* (primeiro-ministro) de seu governo (veja a seção *Eu também posso participar*, a seguir).

Com a nomeação de Hitler, os nazistas chegaram ao poder na Alemanha, dando início ao chamado *Terceiro Reich* alemão (o *Primeiro Reich* foi o Sacro Império Romano-Germânico; o *Segundo*, o da unificação alemã, conquistada por Bismarck em 1870). Após a morte de Hindenburg, em agosto de 1934, Hitler unificou os cargos de chanceler e de presidente, adotando assim o título de *führer* (chefe).



Cartaz da campanha eleitoral do partido nazista alemão para o pleito de 1933. Naquele ano, o líder nazista Adolf Hitler acumulou os cargos de presidente e de primeiro-ministro, dando início ao *Terceiro Reich* alemão.

A importância do voto consciente

De certa maneira, pode-se dizer que o colapso da democracia na Alemanha começou nas eleições de 1932. Naquele ano, o partido nazista alemão apoiou-se nas práticas democráticas da República de Weimar para se fortalecer eleitoralmente e ampliar sua base de sustentação social.

Assim, nas eleições ocorridas em abril de 1932, os nazistas conquistaram o controle de quatro governos estaduais, e no pleito parlamentar de julho seus candidatos obtiveram juntos mais de 13 milhões de votos. Com as 230 cadeiras conquistadas, os nazistas se tornaram maioria no *Reichstag* (Parlamento alemão). Vitorioso nas eleições, no ano seguinte Hitler assumiria o controle total do país.

Especialistas procuram encontrar explicações para o fato de muitos alemães terem depositado as esperanças de um futuro melhor para seu país nas mãos dos representantes do Partido Nazista. As respostas que oferecem são muito variadas: descrença nas forças políticas tradicionais, incompetência política dos dirigentes da República de Weimar, apoio obtido por parte da burguesia industrial, temerosa de ver a Alemanha controlada pelos comunistas; desunião entre as principais forças de esquerda do país; grande poder da máquina de propaganda política do Partido Nazista; etc.

Mesmo considerando que todas essas justificativas são pertinentes e se complementam, a rápida ascensão do nazismo por meio das urnas nos revela outra coisa: o quanto é importante escolher bem um candidato na hora das eleições. Isso porque o voto em candidatos ao poder Executivo é um sinal de confiança em sua capacidade de dirigir de maneira correta os rumos da cidade, do estado ou do país. Por isso, é importante saber em quem confiar. Em uma democracia representativa como a nossa, o candidato eleito ganha um mandato da sociedade para trabalhar em prol dessa sociedade e não em benefício próprio ou de um pequeno grupo.

Infelizmente, em razão de uma série de denúncias de corrupção envolvendo políticos brasileiros, há um grande número de pessoas que vem desacreditando no poder de seu voto. Muitas chegam a afirmar que “todos os políticos são iguais” e que não veem sentido em votar em alguém. Dessa forma, acabam dispensando pou-

ca atenção às propostas dos candidatos, aos programas de governo de cada partido e muitas vezes, no dia das eleições, votam no primeiro nome que lhes chega às mãos, sem saber o que essa pessoa já fez ou promete fazer. Uma das formas de se evitar a vitória de políticos pouco preocupados com a ética e com a coisa pública é se informar bem antes de digitar o número do candidato na urna eletrônica. Veja, a seguir, alguns aspectos importantes que devem ser considerados para votar de maneira consciente:

- Antes de votar em um candidato é importante pesquisar sobre seu passado. Saber a que partidos ele já esteve filiado, as causas que defendeu, as medidas que conseguiu implementar.
- Conheça as propostas eleitorais do candidato, analisando, principalmente, se existem recursos para que essas promessas de campanha sejam adotadas.
- Assegure-se de que o candidato é uma pessoa íntegra e que nunca precisou renunciar a um cargo político para evitar cassação ou que nunca esteve envolvido em esquemas de corrupção. Informações a esse respeito podem ser encontradas, por exemplo, nos *sites* Transparência Brasil (www.transparencia.org.br/index.html) e Voto consciente (<http://www.votoconsciente.org.br/>).
- Caso perceba que o seu candidato não cumpriu o prometido ou viu-se envolvido em atos ilícitos, avalie seriamente se essa pessoa merece a sua confiança e o seu voto novamente.
- Nunca venda seu voto em troca de favores ou presentes. O candidato que faz uma proposta desse tipo está praticando um ato de corrupção. Denuncie essa prática à Justiça Eleitoral.
- Muita atenção nos debates políticos. Desconfie dos candidatos que não respondem objetivamente a uma pergunta clara e direta sobre assuntos polêmicos ou embaraçosos ou que mudam de assunto em sua resposta.
- Lembre-se: em um regime democrático o papel dos cidadãos não se limita a simplesmente depositar um voto na urna. É direito e dever de todos cobrar dos candidatos suas promessas de campanha e exigir a prestação de contas de sua gestão. Sempre que julgar necessário, entre em contato com os políticos; muitos deles disponibilizam o telefone de seus gabinetes e seus endereços eletrônicos.

Perseguições nazistas

Senhor absoluto do poder, Hitler anulou a Constituição de 1919, instituiu a censura e suspendeu os direitos e garantias civis. Membros da Gestapo, a polícia secreta, e das SS, tropa de elite nazista, passaram a perseguir, prender e torturar padres, ciganos, homossexuais, judeus, líderes sindicais, comunistas e opositores em geral. Alcoólatras, doentes mentais e deficientes físicos eram internados à força e submetidos a cirurgias de esterilização.

Muitos intelectuais, cientistas e artistas contrários ao nazismo viram-se obrigados a exilar-se no exterior, como o físico Albert Einstein (1879-1955), o dramaturgo Bertolt Brecht (1898-1956), o escritor Thomas Mann (1875-1955) e muitos outros. Os que decidiam permanecer corriam o risco de ser enviados a campos de concentração. Em 1933, havia nesses campos 40 mil presos políticos.

A partir de 1934, o antissemitismo tornou-se política oficial do Estado. Os judeus não podiam mais trabalhar em órgãos públicos, seus bens foram confiscados e eles ficaram proibidos de se casar com pessoas consideradas arianas.

Além do terror, a *propaganda**, sob os cuidados do ministro Joseph Goebbels (1897-1945), teve papel fundamental para a consolidação do nazismo. A ideologia nazista era transmitida por meio de documentários cinematográficos, programas de rádio, pôsteres e cartazes. Os comícios de Hitler, que reuniam milhares de pessoas, eram minuciosamente preparados, para demonstrar a grandeza do *führer* e do povo alemão.

A doutrinação também envolvia as crianças na sala de aula. Desde pequenas, elas aprendiam a ter orgulho de pertencer à raça ariana e a venerar e prestar obediência ao *führer*, como explica o boxe *A doutrinação nazista* na página 95.

Com a recuperação econômica do país, a popularidade do regime cresceu. Essa recuperação foi obtida pela intervenção do Estado, que promoveu a realização de obras públicas, impulsionou a indústria de armamentos e estabeleceu formas de planejamento econômico. Grandes capitalistas internacionais e nacionais também ajudaram financeiramente o governo nazista.

Entusiasmado com o crescimento econômico, Hitler passou a violar as determinações do Tratado de Versalhes, que pôs fim à Primeira Guerra Mundial: remilitarizou a Alemanha e colocou em prática uma política expansionista. Abria caminho, assim, para a Segunda Guerra Mundial, como veremos no capítulo 9.

4 O totalitarismo soviético

Em dezembro de 1925, pouco mais de um ano depois da morte de Lênin, *Josef Stalin** assumiu oficialmente o comando da União Soviética. A pretexto de “construir o socialismo em um só país”, o novo líder centralizou cada vez mais o poder, esmagou a vida democrática no interior dos soviets, suprimiu os direitos dos cidadãos, prendeu e assassinou seus opositores e criou um Estado totalitário de partido único, o *Partido Comunista da União Soviética*, PCUS, rígido e burocrático.

Para modernizar o país e fazê-lo crescer economicamente, o líder soviético pôs em prática, a partir de 1928, os chamados *planos quinquenais*, que consistiam em programas de desenvolvimento baseados na planificação econômica. A Nova Política Econômica (NEP) de Lênin foi deixada para trás e a economia soviética foi toda estatizada.

O governo investiu na indústria pesada (máquinas e equipamentos) em detrimento da indústria de bens de consumo. Foram construídas siderurgias, indústrias químicas e petrolíferas, fábricas de tratores e de equipamentos agrícolas. Com isso, a produção de aço passou de 1,4 milhão de toneladas em 1922, para 38,1 milhões em 1953, ano em que morreu o ditador soviético.

No campo, o governo aplicou a política de *coletivização forçada*, com a estatização das propriedades rurais, transformadas em imensas fazendas coletivas (*sovkhoses*) e grandes cooperativas (*kolkhoses*). O governo promoveu ainda uma reforma educacional que praticamente acabou com o analfabetismo no país. Os sistemas de transporte, habitação e saúde tornaram-se acessíveis à população.

Contudo, os direitos individuais e coletivos foram praticamente suprimidos, as greves proibidas e o terror de Estado transformado em um dos componentes da vida soviética. A polícia secreta perseguiu os opositores do regime e até mesmo antigos alia-

* Veja o filme *Stalin*, de Ivan Passer, 1992.

* Veja o filme *Mephisto*, de Istvan Szabo, 1981, e os documentários *A arquitetura da destruição*, de Peter Cohen, 1992, e *O triunfo da vontade*, de Leni Riefenstahl, 1934.

A doutrinação nazista



Os meninos eram alistados aos dez anos de idade: depois de passar por certas provas esportivas, entravam no *Deutsch Jungvolk* (Jovem Povo Alemão) por um período de quatro anos, ao longo do qual seus progressos físicos e ideológicos eram registrados em cadernetas. Já as meninas, aos dez anos entravam nas *Jungmädel* (Jovens Virgens).

No primeiro ano, meninos e meninas deviam aprender os “deuses e heróis dos germanos”; no segundo, os “grandes alemães” (de Frederico, o Grande, a Bismarck); no terceiro, “vinte anos de combate pela Alemanha” (os “anos de luta” do nazismo); no quarto, enfim, “Adolf Hitler e seus companheiros de luta”.

Aos 14 anos, os *juvenis** entravam nas Juventudes Hitleristas; aos dezoito, outras estruturas do partido os esperavam: Frente do Trabalho, SA ou SS. A

formação ideológica dos catorze aos dezoito anos prosseguia por meio de cursos versando desde “o combate pelo Reich” até a “obra do *führer*”. Esses temas eram difundidos também pelas transmissões radiofônicas dedicadas à juventude. Os jovens que se recusassem a ingressar nas Juventudes Hitleristas ficavam impedidos de se matricular nas escolas e conseguir empregos.

Ao mesmo tempo, o Partido Nazista estendeu sua área de atuação para fora da Alemanha, abrindo agências em 83 países. Uma delas foi criada no Brasil, em 1928, com sede na cidade de São Paulo. Sua estrutura era semelhante à do Partido Nazista na Alemanha, contando com chefes nacionais, regionais e locais e organizações paralelas, como a Juventude Hitlerista, a Associação Nazista das Mulheres e a Frente Alemã.

De São Paulo, o Partido Nazista expandiu seus limites e chegou a ter sedes em 17 estados brasileiros, a maior parte nas regiões Sul e Sudeste. Em 1937, quando atingiu o seu auge em terras brasileiras, o grupo nazista chegou a contar com 2,9 mil filiados, a maior parte formada por imigrantes alemães. Este foi o maior número de filiados em um partido nazista fora da Alemanha. Em 1938, já sob o Estado Novo (veja o capítulo 10), o governo do presidente Getúlio Vargas extinguiu o partido no país, que apesar disso funcionou clandestinamente por mais alguns anos.

* Veja o filme *A onda*, de Dennis Gansel, 2008.

Assim como acontecia na Alemanha, uma das formas utilizadas pelos nazistas para divulgar seus princípios no Brasil era por meio da imprensa. Em São Paulo, por exemplo, começou a circular em 1932 o *Deutscher Morgen* (Aurora Alemã), jornal cujas atividades foram encerradas no final de 1941. Além de divulgar os ideais nazistas, o periódico trazia notícias a respeito dos fatos ocorridos no III Reich e divulgava pronunciamentos de Hitler e de outras autoridades do regime nazista.

Fontes: MICHAUD, Eric. Soldados de uma ideia: os jovens sob o Terceiro Reich. In: LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean-Claude. *História dos jovens*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. v. 2, p. 299-301; DIETRICH, Ana Maria. *Nazismo tropical? O Partido Nazista no Brasil*. São Paulo: USP, 2007. Tese de doutorado. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-10072007-113709/>. Acesso em: 10 jan. 2013.

Sua opinião

De modo geral, atualmente não há mais a fé cega em um líder e a doutrinação de crianças e jovens para aceitarem sem contestação uma determinada ideologia, como ocorreu durante o nazismo. Em sua opinião, existem outras formas de doutrinação e adoração de ídolos capazes de influenciar decisivamente a juventude atual? Escolha um exemplo significativo para justificar seu argumento e selecione uma forma de mostrar esse exemplo à classe (recortes de jornais, trecho de um filme, uma fotografia, etc.).

Reprodução/Acervo Cordero de Farias/FGV-CPDOC



Membros do Partido Nacional-Socialista Alemão no Brasil, em foto tirada no Rio Grande do Sul, no período entre 1938-1943.

dos. Entre 1936 e 1938, mais de 5 milhões de soviéticos foram detidos; muitos acabaram executados. Não raro, em um único dia, cerca de mil pessoas eram torturadas e mortas.

Os camponeses que reagiram à coletivização forçada foram igualmente presos e assassinados e cerca de 11 milhões dessas pessoas acabaram deportadas. Muitos foram enviados para os *Gulags**, campos de trabalhos forçados criados em todo o país para abrigar os opositores do regime.

O stalinismo também silenciou uma geração extremamente criativa de intelectuais e artistas, como o cineasta Sergei Eisenstein (1898-1948) e a poeta Anna Akhmatova (1889-1966). Desiludidos com o stalinismo e atormentados pela polícia secreta, muitos se suicidaram, como foi o caso do poeta *Vladimir Maiakovski** (1893-1930).

* Leia o livro *Um dia na vida de Ivan Denissovitch*, de Alexander Soljenítsin, Siciliano, 1995.

* Leia o livro *Poesia russa moderna: nova antologia*, Brasiliense, 1985.



Para Vladimir Maiakovski, um dos principais poetas russos, a poesia deveria ajudar a promover mudanças sociais. Em 1917, apoiou a revolução que pôs fim ao capitalismo na Rússia, mas depois se decepcionou com os rumos tomados pelo movimento e se suicidou. Foto tirada por volta de 1925.

Controlada pelo governo, a imprensa tornou-se mera propagandista do regime. Graças a ela e aos departamentos de propaganda, o ditador era cultuado por meio de paradas militares e imensos retratos em todas as regiões do país. Com Stalin, o sonho de uma sociedade igualitária e democrática dos primeiros socialistas se transformou no pesadelo de um Estado policial ferreamente controlado pela liderança do Partido Comunista.

5 A Guerra Civil Espanhola

Entre 1923 e 1930, a Espanha esteve sob uma ditadura militar de inspiração fascista liderada por Primo de Rivera, que assumiu o poder com o aval do rei Alfonso XIII. Uma grave crise social e econômica, entretanto, levou Rivera a renunciar. Em 1931, ocorreram eleições para uma assembleia constituinte. Unidos, anarquistas, comunistas e socialistas conquistaram cerca de 70 por cento dos votos. O rei renunciou ao trono e, em abril de 1931, a Assembleia proclamou a República.

Como afirma o historiador Josep Buades, surgia uma Espanha democrática, modernizadora e igualitária. Os novos governantes puseram em prática uma série de mudanças: promoveram a separação da Igreja e do Estado – o que desagradou a muitos cristãos – e implantaram as reformas educacional, trabalhista e agrária – desagradando as elites espanholas, que temiam uma revolução de esquerda no país.

A Espanha dividiu-se em dois grupos antagônicos. De um lado, a *Frente Popular* (esquerda) reunia setores democráticos republicanos e grupos de esquerda apoiados pelos trabalhadores e por uma parte da classe média. Do outro, a *Falange* (direita), de tendência fascista, agrupava militares, grandes proprietários de terra, representantes da Igreja e da burguesia urbana.

A direita venceu as eleições de 1933 e procurou anular as leis aprovadas a partir de 1931. Três anos depois, em 1936, a esquerda conquistou a maioria de votos e voltou ao poder. O novo governo concedeu anistia aos presos políticos, aumentou o salário dos trabalhadores e retomou o processo de reforma agrária. A polarização política na Espanha atingiu seu ponto culminante. Grupos de esquerda e de direita se enfrentavam nas ruas. Setores favoráveis ao retorno da monarquia ao país incentivavam os militares a se rebelar contra os republicanos.

O assassinato de um líder monarquista por atiradores de esquerda serviu de estopim para um levante armado contra o governo. Em julho de 1936, tropas espanholas no Marrocos – na época, uma colônia da Espanha – se rebelaram. Seu líder era o general Francisco Franco (1892-1975), ligado à Falange. Tinha início, assim, a *Guerra Civil Espanhola**, que dividiu o território espanhol, como mostra o mapa ao lado.

* Veja os filmes *Por quem os sinos dobram*, de Sam Wood, 1943, e *Terra e liberdade*, de Ken Loach, 1994, e leia o livro *Por quem os sinos dobram*, de Ernest Hemingway, Editora Bertrand Brasil.

A DIVISÃO DA ESPANHA EM JULHO DE 1936



Adaptado de: *História Viva*, n. 70. São Paulo: Duetto, 2009. p. 35.

Os militares acreditavam que teriam uma vitória rápida, mas foram surpreendidos pela forte resistência da população, que pegou em armas e montou barricadas nas ruas das cidades. O principal objetivo dos militares era dominar a capital, Madri, onde a resistência era intensa e tinha como um dos símbolos a deputada comunista Dolores Ibárruri, conhecida como *La Pasionaria*, que instigava a luta dos republicanos ao grito de “Não passarão!”.

Ao perceberem que a resistência republicana seria longa, os militares recorreram ao auxílio externo. Com isso, a guerra na Espanha ganhou dimensões internacionais. Os governos da Itália e da Alemanha enviaram à Espanha soldados, armas, munições, tanques e veículos blindados em apoio às tropas franquistas. O governo de Portugal, que se encontrava sob a ditadura de António Salazar, enviou 13 mil soldados para enfrentar os republicanos, enquanto empresas dos Estados Unidos forneciam armamentos, caminhões e principalmente petróleo às forças do general Franco.

O governo da União Soviética, por sua vez, colaborou com os republicanos, fornecendo-lhes armas, munições, aviões, veículos de guerra e encaminhando-lhes especialistas em armamentos e

combates. Além disso, cerca de 50 mil voluntários vindos de 53 países formaram as *Brigadas Internacionais* e lutaram contra os falangistas.

Artistas e intelectuais do mundo inteiro, como os atores Charlie Chaplin (1889-1977) e Clark Gable (1901-1960) demonstraram apoio à causa republicana. Alguns, como os escritores George Orwell (1903-1950), Ernest Hemingway (1899-1961), Saint-Exupéry (1900-1944) e André Malraux (1901-1976) chegaram a *pegar em armas** contra os nacionalistas.

* Veja os filmes *Sedução*, de Fernando Trueba, 1994, e *Soldados de Salamina*, de David Trueba, 2003, o documentário *El perro negro – Histórias da Guerra Civil Espanhola*, de Péter Forgács, 2005, e leia a peça *Os filhos da senhora Carrar*, de Bertolt Brecht, 1937, Paz e Terra.

Pintores como Juan Miró (1893-1983) e Pablo Picasso (1881-1973) fizeram cartazes a favor da Frente Popular. Em 1937, Picasso pintou o quadro *Guernica*, no qual expressou sua indignação contra o bombardeio da cidade de Guernica por aviões da divisão *Condor*, da Alemanha, a serviço de Franco (veja a seção *Olho vivo* na página 98). Apesar de contar com a simpatia da intelectualidade, o governo republicano espanhol não conseguiu o apoio

Em abril de 1937, a pequena cidade de Guernica, no norte da Espanha, foi alvo de um intenso bombardeio por forças a serviço do general Francisco Franco. Cerca de cinquenta aviões, incluindo bimotores da divisão Condor, enviada pelo governo da Alemanha, lançaram mais de 2,5 mil bombas incendiárias sobre a cidade. Guernica ficou em ruínas; 1 600 pessoas morreram e cerca de novecentas ficaram feridas.

Esta luz simboliza a razão, a inteligência, a vida, a liberdade, uma tentativa de instaurar a ordem no meio do caos. É uma metáfora da energia física e espiritual.

A lâmpada, que ilumina toda a tela, parece observar a cena de forma onisciente: aparece como símbolo do olho divino, como uma testemunha muda dos acontecimentos.

A pomba, símbolo da paz, aparece ferida. Trata-se de uma metáfora do triunfo da violência.

O cavalo atingido por uma lança e com uma grande ferida aberta simboliza o povo espanhol, que agoniza na guerra.

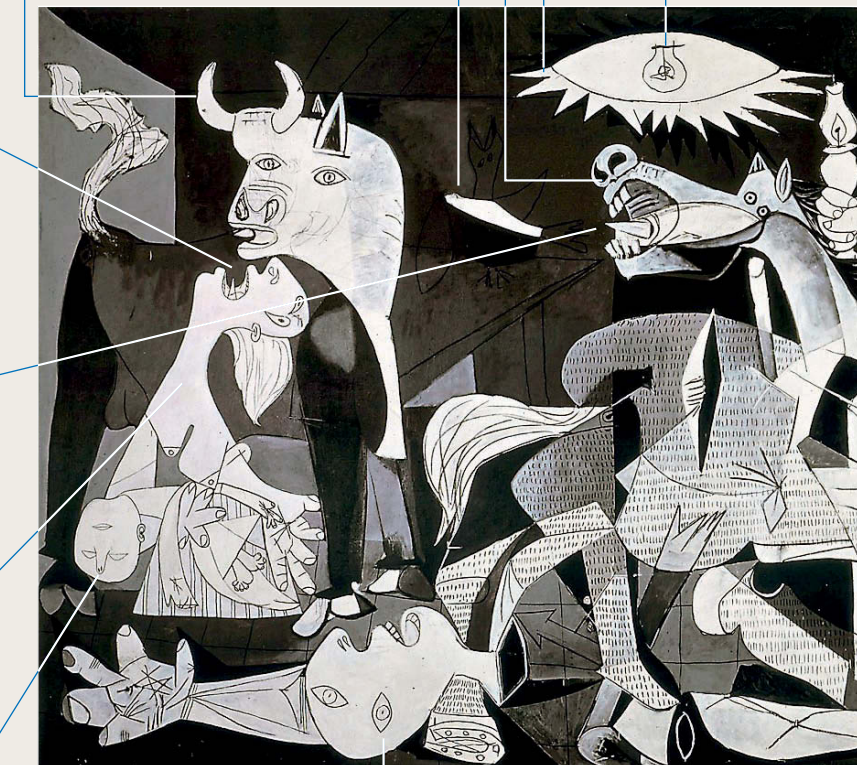
O touro (e sua associação com o Minotauro) é uma figura recorrente na obra de Picasso. É também o símbolo da Espanha.

As bocas abertas dos personagens, representando o grito de dor e de pânico das vítimas, tornam o quadro quase sonoro e ainda mais dramático.

As mulheres e o cavalo olham em direção à figura do touro. Dessa maneira, Picasso conduz o olhar do observador da obra da direita para a esquerda, contrariando as convenções tradicionais de que a leitura da imagem se faz da esquerda para a direita.

Os braços e pescoços alongados e as torções de corpos desarticulados dão movimento à cena.

A mulher com a criança morta representa todo o sofrimento da guerra. Segundo alguns autores, a posição de ambos remete à escultura *Pietà*, de Michelângelo.



O guerreiro morto, com a cabeça decepada, tendo na mão uma lança quebrada, pode ser visto como uma metáfora da violência destrutiva da agressão nazista.

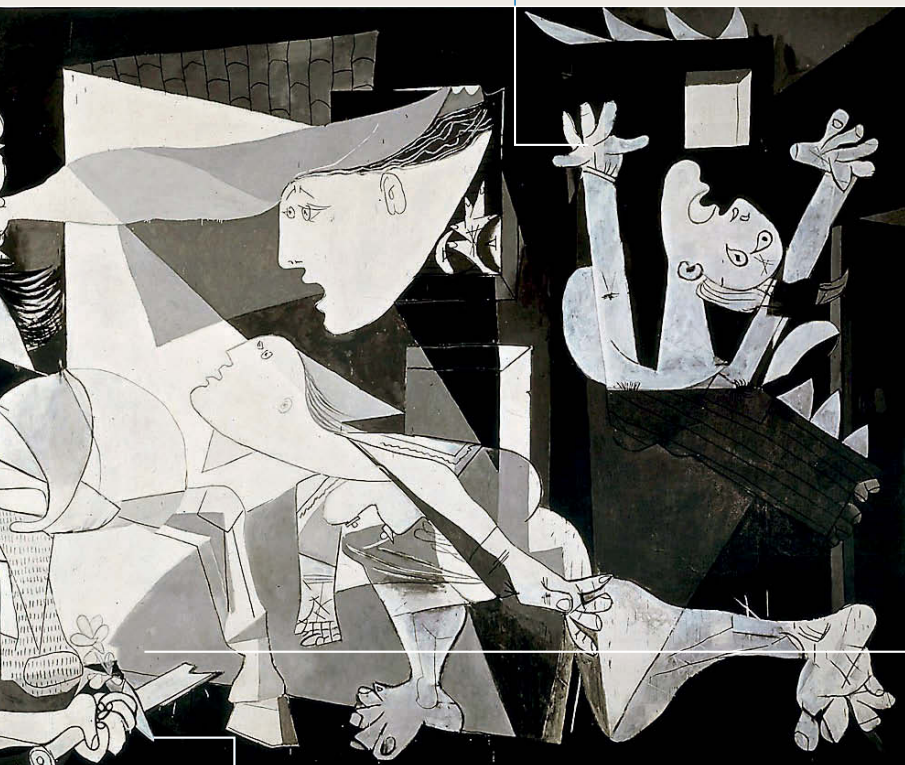
Guernica, óleo sobre tela de 1937, do pintor espanhol Pablo Picasso.

A destruição da cidade levou o artista espanhol Pablo Picasso – que na época vivia em Paris – a realizar, em apenas três meses, uma das obras mais significativas do século XX, *Guernica*, reproduzida abaixo. Com 7,81 metros de largura e 3,5 metros de altura, a tela é um libelo contra a barbárie nazista e contra a desumanização do ser humano pela guerra.

Como afirmou o artista plástico Julio Plaza (1938-2003), *Guernica* pode ser entendido como um “texto não verbal que pretende transmitir em essência as ideias de morte, destruição, ruptura, caos, catástrofe, angústia e sofrimento”. A própria ausência de cores (o quadro foi pintado em preto, branco e nuances de cinza) é um sinal de luto por toda essa tragédia e revela ao mesmo tempo o contraste entre vida e morte.

A grande tela teve sua guarda confiada ao Museu de Arte Moderna de Nova York, em 1939. Por décadas permaneceu fora da Espanha atendendo a um desejo de Picasso: *Guernica* só poderia ir para a Espanha quando a democracia voltasse ao país. Isso só ocorreria após a morte do general Franco, em 1975. Seis anos depois, em 1981, *Guernica* chegou a Madri, onde se encontra até hoje, no Museu Reina Sofia. Veja a seguir algumas das principais características da obra.

Este personagem reforça a ideia da morte de inocentes na Guerra Civil Espanhola ao fazer um diálogo com o quadro de Francisco de Goya *Os fuzilamentos de 3 de maio de 1808*. O personagem central da pintura de Goya, que simboliza o assassinato de inocentes, foi representado com os braços para o alto, gesto repetido por Picasso em *Guernica*.



Pablo Picasso/Museu Nacional Centro de Arte Reina Sofia, Madri.



Francisco de Goya/Luissiaser/Museo del Prado, Madri.

Os fuzilamentos de 3 de maio de 1808, óleo sobre tela de Francisco de Goya, 1814.

O quadro não deve ser visto como uma crônica dos acontecimentos reais, mas como uma representação pictórica do drama da Guerra Civil Espanhola. Não há nele uma narrativa cronológica (de começo, meio e fim); o que prevalece é a ideia de simultaneidade: tudo ocorre ao mesmo tempo.

Apesar de morto, o guerreiro não soltou a lança, simbolizando, dessa maneira, a resistência do povo espanhol contra os franquistas.

Em meio a tanta tragédia, uma flor aparece na região central do quadro, como um símbolo da esperança de dias melhores.

Fontes: PLAZA, Julio. *Análise da pintura Guernica*. Disponível em: <www.neoreader.com.br/item/view/296/>, acesso em: 29 out. 2009; CUMMING, Robert. *Para entender a arte*. São Paulo: Ática, 2000. p. 98-99; HENSBERGEN, Gijs van. *Guernica: a história de um ícone do século XX*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.



Cornell Capa/Magnum Photos/Latinstock

Cena da Guerra Civil Espanhola (1936-1939) captada pelas lentes do fotógrafo húngaro Robert Capa. O confronto foi vencido pelas tropas falangistas lideradas pelo general Francisco Franco, que implantou uma ditadura de direita no país.

das democracias europeias e do governo dos Estados Unidos, que preferiram adotar uma política de não intervenção. Para agravar a situação, a partir de 1938 o governo soviético reduziu cada vez mais sua presença no conflito, o que enfraqueceu de maneira significativa a força dos republicanos. A guerra terminou em 1939, deixando um saldo de 1 milhão de mortos. Os falangistas venceram, e Franco assumiu o poder como *ditador**, no qual permaneceria até a morte, em 1975.

* Veja o filme *O labirinto do fauno*, de Guillermo del Toro, 2006.

Enquanto isso...

A Revolução Chinesa

Enquanto o fascismo conquistava adeptos na Itália, em 1921 era fundado na China o *Partido Comunista Chinês*, PCC. Quatro anos depois, com o apoio dos comunistas, assumiu o governo Chiang Kai-shek, líder de um partido nacionalista, o *Kuomintang*. Em 1927, Chiang Kai-shek se voltou contra o PCC e iniciou feroz perseguição a seus militantes.

Para escapar à repressão, Mao Tsé-tung, um dos líderes do Partido Comunista, refugiou-se em uma zona rural do sul do país, onde organizou o Exército Vermelho, composto principalmente de camponeses e militares que haviam rompido com o governo central. Nos anos seguintes a China foi palco de uma longa guerra civil, interrompida entre 1937 e 1945, período em que o país esteve sob domínio japonês. Com a expulsão dos japoneses, em 1945, a luta entre comunistas e nacionalistas prosseguiu até 1949, quando as forças de Chiang Kai-shek foram derrotadas pelo Exército Vermelho. Vitorioso, o Partido Comunista Chinês assumiu o poder e instaurou o comunismo no país, como veremos no capítulo 19.

De olho no mundo

Desde que os comunistas chegaram ao poder, a China passou por profundas transformações políticas, econômicas e sociais. A partir dos anos 1980, porém, o Partido Comunista Chinês estabeleceu uma política econômica mais flexível, abrindo espaço para empresas privadas. Entretanto, certos

aspectos da vida social permanecem sob controle de um Estado forte e centralizador. Em grupos, façam uma pesquisa sobre a liberdade de imprensa e o direito de acesso à internet na China atual. Utilize o cartaz reproduzido nesta atividade e faça uma paródia sobre o assunto pesquisado, expressando a opinião do grupo através de um cartaz.



Topfoto/Keystone

Cartaz exaltando a Revolução Chinesa, com Mao Tsé-tung fazendo gesto de saudação. À frente de 100 mil pessoas, entre 1934 e 1935, ele atravessou a China de sul a norte, percorrendo 9,6 mil quilômetros em condições desfavoráveis. O episódio, conhecido como Grande Marcha, o consagraria como principal líder do movimento.

1. Na história das sociedades humanas, houve diversos tipos de Estados tirânicos e autoritários, baseados na centralização do poder e no controle sobre a sociedade. O totalitarismo foi uma dessas expressões. Defina suas características centrais.
2. Sintetize os principais fatores históricos que permitiram a chegada dos fascistas ao poder em 1922 na Itália, com a Marcha sobre Roma.
3. A partir de 1922, o governo de Mussolini centralizou gradativamente o poder fascista, transformando a organização do Estado italiano. Descreva essas transformações.
4. A República de Weimar enfrentou uma grave crise política, social e econômica entre 1919 e 1933. Defina as linhas gerais dessa crise.
5. Em 1933, o então primeiro-ministro Adolf Hitler acumulou também o cargo de presidente, assumindo o título de *Führer* (chefe). Tinha início o Terceiro *Reich* alemão. Sintetize as principais medidas políticas e econômicas tomadas por Hitler à frente do Estado alemão, a partir de 1933.
6. A propaganda foi determinante na ampliação e fortalecimento do poder nazista. Explique as estratégias utilizadas pelo governo de Hitler para difundir a ideologia nazista entre crianças e jovens.
7. Por que se pode dizer que o governo de Stalin transformou o sonho dos primeiros socialistas de uma sociedade igualitária e democrática no pesadelo do Estado policial controlado pela liderança do Partido Comunista?
8. A Guerra Civil Espanhola começou em 1936 e se estendeu por três anos, deixando um saldo de 1 milhão de mortos. Explique o que foi essa guerra.
9. Embora tenha ocorrido em território espanhol, a Guerra Civil Espanhola ganhou dimensões internacionais. Explique como se efetivou a participação estrangeira no confronto.

Hora DE REFLETIR

Como vimos, a publicidade foi amplamente utilizada para divulgar a ideologia dos regimes totalitários. Nos dias de hoje, estudiosos analisam o impacto das estratégias de *marketing* nas eleições. Em sua opinião, os eleitores votam com base em suas convicções políticas e ideológicas ou suas posições são influenciadas pelo *marketing* político? As propostas dos candidatos se baseiam em suas próprias ideias ou no que eles acham que o eleitor

gostaria de ouvir? Como o eleitor pode conhecer, de fato, o que está por trás das propostas dos candidatos?

Depois de responder individualmente às perguntas, junte-se a seu grupo de colegas e aborde o assunto com eles num texto curto (até dez linhas), na forma de panfleto a ser distribuído a possíveis eleitores em época de campanha eleitoral.

Mundo virtual

- **Nazi and East German Propaganda** – Site (em inglês) com conteúdo variado sobre o material de propaganda do regime nazista. Disponível em: <www.calvin.edu/academic/cas/gpa/>. Acesso em: 15 abr. 2013.
- **Punch** – Página (em inglês) de uma revista de humor que circulou na Inglaterra entre 1841 e 2002. No *link* selecionado, mais de duas centenas de charges a respeito do comunismo e do fascismo na Europa. Disponível em: <<http://punch.photoshelter.com/gallery/-/G00002FEZ1ZL9wMY/1>>. Acesso em: 15 abr. 2013.

A Segunda Guerra Mundial

Franka Bruns/Associated Press

Em 2012, o húngaro Laszlo Csatory levava uma vida pacata na Hungria. Aos 97 anos, vivia em um apartamento de dois quartos em um sofisticado bairro de Budapeste, capital do país, tinha um carro na garagem, pagava o condomínio com assiduidade, mas não tinha o costume de participar das reuniões de moradores do edifício.

Essa vida tranquila mudou quando, em julho de 2012 o jornal britânico *The Sun* publicou uma reportagem indicando onde Csatory vivia e revelando ser ele um dos criminosos nazistas mais procurados do mundo. De acordo com as acusações, durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), Csatory foi o chefe de polícia no gueto judeu da cidade de Kaschau, na Eslovênia, e tinha por costume tratar os judeus ali detidos com extrema crueldade. Sob suas ordens, cerca de 16 mil judeus do gueto de Kaschau morreram ou foram deportados para campos de concentração construídos pelos nazistas na Polônia.

Com a divulgação da notícia, Csatory foi preso e agora aguarda, em prisão domiciliar, o julgamento por seus crimes de guerra. Csatory, contudo, não foi o único nazista a agir dessa maneira. Durante a Segunda Guerra, o regime nazista alemão promoveu uma intensa perseguição aos judeus, tendo sido responsável pelo extermínio de 6 milhões deles na Europa entre 1933 e 1945. O confronto envolveu países dos cinco continentes e deixou pelo menos 50 milhões de mortos, como veremos neste capítulo.

Objetivos do capítulo

- Compreender o contexto político e econômico que antecedeu à Segunda Guerra Mundial.
- Relacionar a política expansionista de Hitler, na Alemanha, às ações e reações dos outros países, que levaram o mundo à Segunda Guerra.
- Compreender o desenrolar da Segunda Guerra Mundial, reconhecendo a formação dos países em blocos e os avanços e recuos de cada um durante o conflito.
- Reconhecer as formas de luta e resistência contra o nazismo, tanto na própria Alemanha quanto em outros países.
- Compreender a importância dos meios de comunicação no contexto da guerra, em suas funções de divulgação de notícias e de entretenimento.

Laszlo Balogh/Reuters/Latinstock



O húngaro Laszlo Csatory é acusado de ter organizado a deportação de cerca de 16 mil judeus para serem mortos em Auschwitz, durante a Segunda Guerra Mundial. Foto de 2012.

1 À beira do abismo

Ao terminar a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), muitas pessoas em todo o mundo achavam que um confronto bélico de proporções gigantescas como aquele não voltaria a se repetir. Em razão do impacto provocado na quase totalidade das nações envolvidas, ela passou a ser encarada como a última de todas as guerras.

Entretanto, o novo mapa europeu surgido com os tratados que puseram fim ao conflito gerou, como vimos no capítulo 8, um clima de insatisfação em diversos países europeus. Isso porque novos países nasceram da fragmentação de antigas potências e algumas etnias ou grupos populacionais até então unidos foram separados arbitrariamente.

A crise econômica que se abateu sobre a maioria das nações nos anos 1930 foi outro importante gerador de discórdia. Iniciada após a queda da bolsa de Nova York, em 1929, ela se alastrou pelo planeta, deixando sem trabalho um quarto da população mundial.

No Brasil, houve demissões em massa e os trabalhadores que continuaram empregados viram seus salários caírem em até 50% (veja no capítulo seguinte outros impactos que a queda da Bolsa de Nova York provocou na economia brasileira).

Em alguns países, muitas pessoas perderam a confiança na democracia liberal, responsabilizando-a pela crise. Na Alemanha e na Itália, esse colapso dos valores democráticos somou-se a profundos ressentimentos nacionais provocados pelos termos do Tratado de Versalhes (veja o capítulo 12). A combinação desses fatores estimulou a formação de movimentos totalitários e ultranacionalistas. Em pouco tempo, tanto nesses quanto em outros países, como Polônia, Grécia, Espanha e Portugal, os governos democráticos foram substituídos por regimes ditatoriais (releia o capítulo anterior).

De modo geral, o equilíbrio político entre as grandes forças mundiais após a Primeira Guerra dependia, ainda que de forma precária, de três blocos de nações com algumas afinidades político-ideológicas. De um lado, havia os países capitalistas de regimes totalitários ou autoritários, como Itália, Alemanha, Polônia, Áustria, Espanha, Grécia e Turquia. Do outro, as democracias liberais, lideradas por Inglaterra, França e Estados Unidos. O terceiro grupo era composto basicamente da União Soviética, país

também totalitário, que se encontrava politicamente isolado do restante da Europa.

Essas grandes potências, preocupadas em fazer valer seus interesses mais imediatos, muitas vezes deixavam de lado as divergências político-ideológicas que as separavam e estabeleciam entre si acordos econômicos e políticos, além de pactos de não agressão. Assim, foram assinados tratados entre a Inglaterra e a Alemanha nazista e entre a França e a União Soviética stalinista.

Em 1936, os governos da Alemanha e da Itália firmaram o tratado conhecido como *Eixo Roma-Berlim*. No mesmo ano, alemães e japoneses assinaram o *Pacto Anti-Komintern*, acordo pelo qual os dois países se dispunham a combater o comunismo, cuja ação era orientada pela Internacional Comunista (ou *Komintern*), organização com sede em Moscou.

2 Políticas expansionistas

A partir dos anos 1930, o desejo de expansão territorial do governo de algumas potências começou a abalar o precário equilíbrio entre as nações. Em 1931, tropas japonesas ocuparam a Manchúria, pertencente à China (veja o mapa da página 104). Quando a Liga das Nações protestou, os japoneses retiraram-se da organização. Isso fragilizou ainda mais a Liga, que não contava com a participação dos Estados Unidos e da União Soviética. Aproveitando-se dessa debilidade, em 1937 os japoneses lançaram uma grande ofensiva militar contra a China.

Situação semelhante ocorria na Europa. Em 1936, o exército italiano ocupou a Etiópia; em 1939, invadiu a Albânia. Hitler, por sua vez, violando o Tratado de Versalhes, reorganizou o exército e a indústria bélica alemã e ordenou em 1936 a ocupação da Renânia, região entre a França e a Alemanha. Dois anos depois, anexou a Áustria.

A pretexto de evitar uma nova guerra, os governos da França, da Inglaterra e dos Estados Unidos nada fizeram para impedir o avanço alemão. Assim, em março de 1938, os alemães ocuparam os Sudetos, região da Tchecoslováquia habitada também por populações de origem germânica (veja o mapa a seguir). Só então os governos da Inglaterra e da França obrigaram Hitler a entrar em negociações, o que

foi feito na *Conferência de Munique*, em setembro de 1938. A reunião, entretanto, foi dominada pelo *Führer*, que impôs a ocupação dos Sudetos como um fato consumado.

Sentindo-se com liberdade para agir, em março de 1939 os alemães ocuparam mais duas regiões da Tchecoslováquia – Boêmia e Morávia. Para surpresa de muitas pessoas, em fins de agosto, os governos da Alemanha e da União Soviética assinaram um acordo de não agressão: o *Pacto Ribentrop-Molotov*. Poucos dias depois, em 1º de setembro de 1939, os alemães invadiram a Polônia. Em resposta, os governos da Inglaterra e da França declararam guerra ao governo alemão. Começava a Segunda Guerra Mundial (veja a seção *Eu também posso participar* na página 105).

3 A maior de todas as guerras



No primeiro momento, a Alemanha parecia não ter adversário à altura de seu poderio bélico. Utilizando uma grande força aérea – a *Luftwaffe* – e empregando a estratégia de ataques-surpresa – *blitzkrieg* (guerra-relâmpago) –, em poucos meses as tropas alemãs conquistaram diversos países do continente: Noruega, Dinamarca, Luxemburgo, Bélgica e Holanda.

Em meados de 1940, os alemães ocuparam a França, que foi dividida em duas partes: o norte, incluindo Paris, sob controle alemão; e o sul, com capital na cidade de Vichy, governado por franceses pró-nazistas, os chamados *colaboracionistas* (veja o boxe *A Resistência* na página 106).

EXPANSÃO ALEMÃ ENTRE 1935 E 1939



Adaptado de: WORLD History Atlas: Mapping the Human Journey. London: Dorling Kindersley, 2005.

Improvisação e criatividade da população civil

Durante a Segunda Guerra Mundial, a produção industrial dos países envolvidos no conflito esteve voltada, primordialmente, para a fabricação de armas e materiais bélicos. Por isso, muitas empresas que atuavam em outras áreas desapareceram ou mudaram de atividade, voltando sua produção para as necessidades da guerra. Como consequência, diversos artigos deixaram de ser fabricados – um dos primeiros objetos a desaparecer das lojas foram os brinquedos infantis –, outros tornaram-se escassos e caros, e muitos passaram a ser encontrados apenas no **mercado paralelo**.

O fornecimento de alimentos passou por mudanças drásticas. Carnes e ovos transformaram-se em artigos de luxo. Era comum as pessoas enfrentarem longas filas para levar para casa um único ovo. Em muitos países foi instalado um sistema de racionamento de comida. Na Inglaterra, por exemplo, cada pessoa tinha direito a comprar 60 gramas de manteiga por semana, enquanto na Alemanha apenas os integrantes das forças armadas tinham acesso a carne e alimentos frescos.

Como alternativa, muitas famílias passaram a criar galinhas e coelhos para garantir, ainda que de modo limitado, o consumo de ovos e carne. Outras faziam em seus quintais pequenas hortas. E, na hora de cozinhar, a improvisação e o reaproveitamento de alimentos era uma regra quase geral.

A escassez de tecidos também levou as pessoas a buscarem as mais variadas soluções caseiras para terem com o que se vestir. Trapos velhos juntamente com o algodão dos colchões eram utilizados para a confecção de casacos. E, para vestir as crianças que cresciam, as mães alargavam as roupas dos meninos e meninas usando retalhos.

Durante os seis anos que durou a guerra, a improvisação e a criatividade marcaram os hábitos e costumes da população. O reaproveitamento de materiais serviu para mostrar que muitos objetos, aparentemente sem serventia para uma pessoa em determinado momento, podem se tornar extremamente úteis em outra ocasião. Assim, a venda de objetos usados tornou-se comum. Além disso, famílias coletavam entre seus pertences artigos de metal que, doados, eram transformados em armas e outros produtos para as forças armadas.

Embora o reaproveitamento de objetos tenha se tornado frequente durante a Segunda Guerra, esse é um tipo de prática válido também para os dias de hoje. No Brasil há muitas entidades e associações que recebem doações e dispõem de oficinas para consertar eletrodomésticos, computadores e aparelhos eletrônicos com defeitos ou para fazer reparos em roupas e calçados usados. Uma vez recuperados, esses artigos são doados ou vendidos em bazares a preço baixo. Com o dinheiro arrecadado essas associações desenvolvem atividades de caráter assistencial. Ações como essa podem ser postas em prática por todos. Veja como:

- Procure periodicamente separar e doar roupas, sapatos, cobertores e outros artigos domésticos não mais utilizados.
- Não descarte eletrodomésticos e móveis. Procure alguém que precise ou encaminhe-os para alguma instituição.
- Se o seu computador está com defeito, lembre-se de que pode doá-lo mesmo assim. Ele tem peças que podem ser reaproveitadas em outro computador.
- No *site* <www.filantropia.org> é possível encontrar entidades de diversas regiões do Brasil que fazem a coleta de doações.



A. R. Tanner/Hulton-Archive/Getty Images/stringer

Durante a Segunda Guerra Mundial, a falta de produtos no mercado levou as pessoas a improvisar. Na foto, uma esteticista traça um risco na perna de uma mulher para dar a impressão de que se trata da costura de uma meia comprida.

Com a ocupação da França, a Inglaterra – cujo primeiro-ministro Winston Churchill, do Partido Conservador, acabara de ascender ao poder – ficou isolada. Na Itália, Mussolini, empolgado com o sucesso nazista, abandonou a neutralidade e, em junho de 1940, entrou no conflito ao lado dos alemães. No mesmo ano, o Eixo Roma-Berlim ganhou a adesão do Japão.

Disposto a dominar a Europa, Hitler lançou-se *contra a Inglaterra**. A partir de agosto de 1940, os alemães bombardearam de forma sistemática o território britânico. Mais de 600 mil aeronaves da *Luftwaffe* lançaram toneladas de bombas sobre portos e cidades inglesas, principalmente sobre a capital, Londres.

*Veja o filme *Esperança e glória*, de John Boorman, 1987.

A Resistência

Resistência é o nome pelo qual ficaram conhecidos os *grupos civis** que lutaram contra os nazifascistas durante a Segunda Guerra Mundial. Esses grupos surgiram por toda a Europa e eram formados por pessoas de várias camadas sociais e ambos os sexos: operários, trabalhadores em geral, membros da aristocracia, do exército, da administração, eclesiásticos, intelectuais, etc.

Na França, o líder da Resistência era o general Charles de Gaulle, que não aceitou a rendição aos nazistas e exilou-se na Inglaterra. De lá, ele enviava instruções a seus compatriotas por intermédio da rádio BBC de Londres. Alguns comunistas brasileiros participaram da Resistência francesa. Um deles foi Apolônio de Carvalho, que também lutou nas Brigadas Internacionais durante a Guerra Civil Espanhola.

Na própria Alemanha, a *resistência** contra o regime nazista assumiu diversas formas. Muitas pessoas, por exemplo, praticaram atos de desobediência civil, participando de missas e procissões proibidas pelo regime; outras esconderam judeus perseguidos em suas residências ou os ajudaram a *fugir** do país.

Além disso, ocorreram também *atentados** contra a vida de Hitler.

*Veja o filme *Vá e veja*, de Elem Klimov, 1984.

*Veja os filmes *Um ato de liberdade*, de Edward Zwick, 2008, e *Irmãos de guerra*, de Niko von Glasow, 2006.

*Veja o filme *A lista de Schindler*, de Steven Spielberg, 1993.

*Veja o filme *Operação Valquíria*, de Bryan Singer, 2008.



Cornell Capa/Magnum Photos/Latinstock

Na França, grande número de civis de ambos os sexos pegou em armas para lutar contra a presença nazista em território francês. Alguns deles foram registrados nesta foto de 1944 do fotógrafo húngaro Robert Capa.

Os opositores alemães do nazismo também fizeram boicote ao recrutamento militar e se organizaram em grupos de resistência, dos quais um dos mais representativos foi o *Weisse Rose** (Rosa Branca), que teve importante atuação nas cidades de Munique e Hamburgo. Por meio de panfletos, seus integrantes denunciavam os horrores da guerra – inclusive o extermínio dos judeus – e as arbitrariedades do regime.

Trabalhando na embaixada brasileira em Hamburgo, na Alemanha, a paranaense Aracy Moe-

*Veja os filmes *Sophie Scholl – Uma mulher contra Hitler*, de Marc Rothemund, 2005, *Rosa Branca*, de Michael Verhoeven, 1982, e *Cinco últimos dias*, de Percy Adlon, 1982.

bius de Carvalho (que mais tarde, ao se casar com o escritor João Guimarães Rosa, acrescentaria Guimarães Rosa ao sobrenome) também teve importante papel na luta contra a perseguição praticada contra os judeus. Ela ignorou a medida do governo de Getúlio Vargas que restringia a entrada de judeus no país e pôs em prática diversos artifícios para conseguir vistos de entrada no Brasil para judeus que fugiam do nazismo. Também chegou a transportar muitos deles no carro da embaixada brasileira, levando-os escondidos para fora da Alemanha.

Aracy Guimarães Rosa (Aracy Moebius de Carvalho Guimarães Rosa), em foto de 14 de fevereiro de 1968. Seu nome está registrado no Jardim dos Justos entre as Nações, no Museu do Holocausto, em Israel, desde julho de 1982.



Arquivo/Agência Estado

Os ingleses não capitularam. Valendo-se do radar – instrumento de localização desconhecido dos alemães – e da *Real Força Aérea (RAF)*, eles conseguiram barrar a ofensiva nazista. Diante disso, Hitler se voltou para outras regiões, como o Mediterrâneo, os Bálcãs e o norte da África. No início de 1941, ele já havia conquistado a Grécia, a Iugoslávia e a Albânia, tinha estabelecido governos-satélites na Romênia, na Bulgária e na Hungria e ameaçava o domínio britânico na região do canal de Suez, no Egito (veja o mapa da página 108).

A Alemanha invade a URSS

Em junho de 1941, Hitler rompeu o pacto de não agressão firmado com Stalin e pôs em prática a operação *Barbarossa*: mais de 1 milhão de soldados alemães deram início à invasão da União Soviética. Em setembro, os alemães estavam às portas de Moscou, capital do país.

Diante da catástrofe iminente, Stalin – que pouco antes mandara executar os melhores generais do Exército Vermelho, acusados de ligações com dissidentes do regime – mobilizou a população contra os invasores. Em pouco tempo, milhares de civis passaram a lutar ao lado das tropas regulares.

Outro forte adversário dos nazistas foi o clima. Com a chegada do inverno, as tropas do Eixo tiveram de enfrentar temperaturas de até 21 graus negativos, para as quais não estavam preparadas. Fustigados pelo frio e pela resistência do povo soviético, os alemães começaram a afastar-se de Moscou em dezembro de 1941. Era sinal de que os alemães não eram imbatíveis.

Os Estados Unidos entram na guerra

Até dezembro de 1941, tanto os Estados Unidos quanto o Japão permaneceram à margem do conflito.

O governo norte-americano do presidente Roosevelt, contudo, não escondia sua simpatia em relação aos *Aliados*, termo pelo qual era chamado o bloco de países que lutavam contra o nazifascismo.

Já o governo japonês, após a ocupação da França pelos nazistas, em 1940, recebera de Hitler a Indochina, colônia francesa no Extremo Oriente. Temendo o expansionismo japonês, que punha em risco a segurança de sua costa oeste, o governo norte-americano impôs sanções comerciais ao Japão e exigiu que as tropas japonesas saíssem da China, invadida em 1937.

Em resposta, no dia 7 de dezembro de 1941 os japoneses desfecharam um fulminante ataque aéreo contra *Pearl Harbor**, base militar norte-americana no Pacífico.

O governo dos Estados Unidos declarou então guerra ao Japão e aos outros países do Eixo. Ao mesmo tempo, passou a pressionar o governo de outros países, entre os quais o brasileiro, para que fizesse o mesmo.

Os alemães se rendem

A entrada das tropas norte-americanas e soviéticas no conflito desestabilizou as forças dos países que formavam o Eixo. Em outubro de 1942, no norte da África, tropas alemãs foram derrotadas por forças anglo-americanas sob o comando do general Eisenhower, futuro presidente dos Estados Unidos.

Em fevereiro de 1943, os soviéticos conseguiram expulsar os alemães de *Stalingrado**. Em seguida, deram início a seu avanço em

* Veja os filmes *A um passo da eternidade*, de Fred Zinnemann, 1953, e *Pearl Harbor*, de Michael Bay, 2001.

* Veja o filme *Stalingrado, a batalha final*, de Joseph Vilsmaier, 1993.

direção a Berlim. A caminho da Alemanha, libertaram diversos territórios sob poder dos alemães: Polônia, Romênia, Bulgária, Noruega, Hungria e parte da Tchecoslováquia.

Em junho de 1943, os norte-americanos ocuparam a Sicília e outras regiões da Itália. *Mussolini foi deposto** e se refugiou no norte do país, onde fundou a efêmera *República Social Italiana*.

* Veja o filme *Roma, cidade aberta*, de Roberto Rossellini, 1945.

Um ano depois, no dia 6 de junho de 1944 – *Dia D**, conforme o código secreto dos militares –, cerca de 3 milhões de soldados anglo-americanos, contando com o apoio de 5 mil aviões e 6 400 navios, desembarcaram nas praias da Normandia, no litoral norte da França. No dia 26 de agosto, as tropas aliadas entraram em Paris. A derrocada nazista era uma questão de tempo.

* Veja o filme *O resgate do soldado Ryan*, de Steven Spielberg, 1998, e a minissérie *Band of brothers*, diversos diretores, 2001.

De costas, à direita, Stalin, ditador da União Soviética, repreende Adolf Hitler, vestido de menina, à esquerda, em charge do brasileiro Belmonte (1896-1947), datada de 17 de janeiro de 1945. Na charge havia a inscrição: "Chega, Adolfinha. Você já brincou muito com as bonecas". As "bonecas" são os países anexados por Hitler e posteriormente libertados pelas tropas soviéticas.



A GUERRA NA EUROPA E NO NORTE DA ÁFRICA ENTRE 1943 E 1945



Adaptado de: WORLD History Atlas: Mapping the Human Journey. London: Dorling Kindersley, 2005.

Em abril de 1945, Berlim caiu em mãos soviéticas. Hitler, sua mulher e vários generais nazistas se *suicidaram**. Diante da bancarrota alemã, Mussolini tentou fugir para a Suíça, mas no dia 28 de abril foi preso e fuzilado por combatentes da Resistência italiana. No dia 7 de maio de 1945, o alto comando alemão rendeu-se incondicionalmente aos Aliados.

* Veja o filme *A queda: as últimas horas de Hitler*, de Oliver Hirschbiegel, 2004.

A paz na Europa

Com a rendição alemã, os líderes dos Estados Unidos, da União Soviética e da Inglaterra – os chamados *Três Grandes* – reuniram-se entre julho e agosto de 1945 em Potsdam, nos arredores de Berlim, para discutir os termos da paz. Muitas das decisões ali tomadas já haviam sido propostas em fevereiro, durante reunião semelhante realizada em Ialta, na Crimeia, às margens do mar Negro.

Pela *Conferência de Potsdam* ficou acertada a divisão da Alemanha em quatro zonas de influência, sob controle dos Estados Unidos, França, Inglaterra e União Soviética. Berlim, que ficaria situada na zona soviética, sofreria o mesmo tipo de divisão em quatro partes.

Decidiu-se ainda que a Alemanha deveria pagar 20 bilhões de dólares de indenização aos países vencedores e que os líderes nazistas seriam julgados por uma corte internacional, o *Tribunal de Nuremberg**.

* Veja o filme *O julgamento de Nuremberg*, de Stanley Kramer, 1961.

Também foi confirmada a criação de uma nova entidade internacional, destinada a preservar a paz e garantir o entendimento entre os povos: a *Organização das Nações Unidas*, ONU. Com sede em Nova York, a ONU foi fundada em 26 de junho de 1945, em substituição à Liga das Nações.

Winston Churchill (primeiro-ministro britânico, à esquerda), Harry Truman (presidente dos Estados Unidos, no centro) e Josef Stalin (líder da União Soviética, à direita), durante a Conferência de Potsdam (1945), em Berlim. O encontro deu origem aos blocos de países comunistas e capitalistas que dominariam a geopolítica mundial por mais de quatro décadas.

Bomba atômica no Japão

A rendição dos alemães não significou o fim do conflito. Na *Frente do Pacífico**, norte-americanos e japoneses ainda continuavam lutando. Ali, entre dezembro de 1941 (ataque a Pearl Harbor) e maio de 1942, o Japão havia conquistado sucessivamente as Filipinas, Cingapura, Hong Kong, as Índias Orientais Holandesas (atual Indonésia) e outras regiões.

Em junho de 1942, contudo, a frota japonesa foi derrotada pela esquadra norte-americana na batalha de Midway (veja o mapa a seguir). A partir de então, as forças norte-americanas passaram à ofensiva na *Guerra do Pacífico**. Para selar sua vitória, nos dias 6 e 8 de agosto de 1945 aviões norte-americanos lançaram sobre as cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki a maior e mais letal arma até então desenvolvida: a *bomba atômica**.

* Veja os filmes *A conquista da honra e Cartas de Iwo Jima*, ambos de Clint Eastwood, 2006.

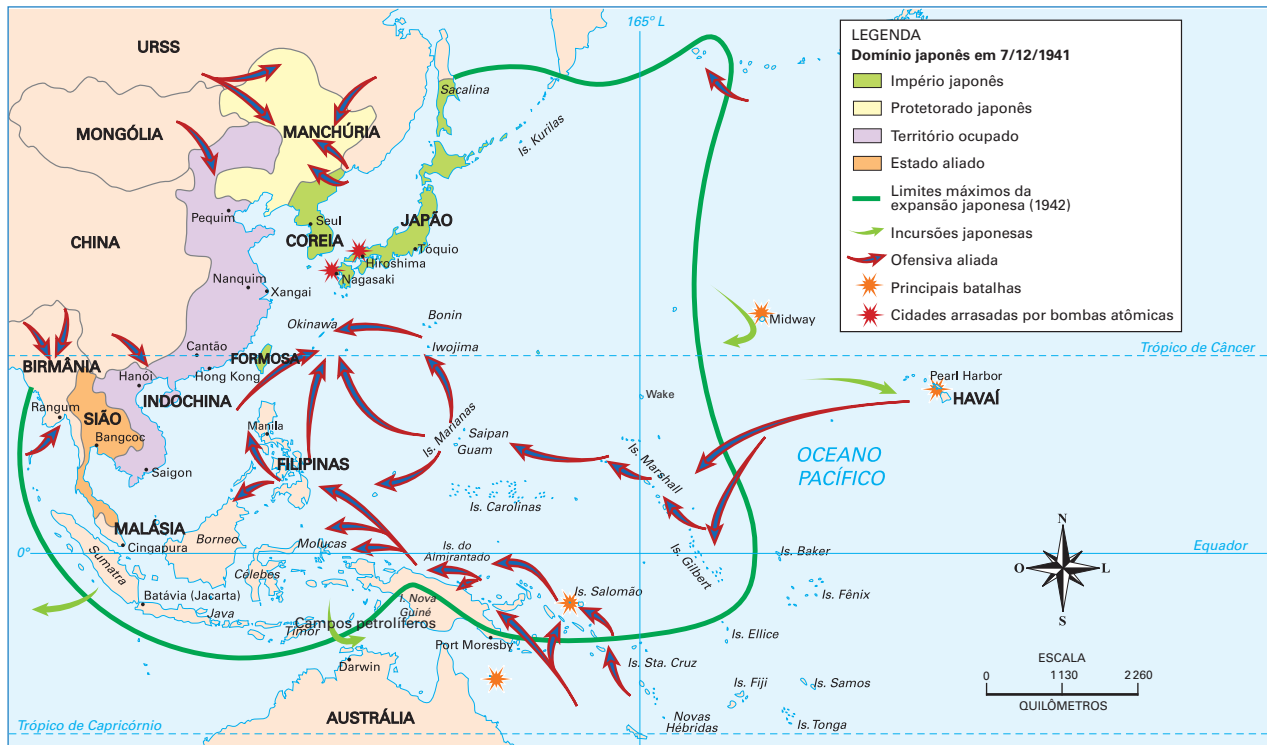
* Veja os filmes *Além da linha vermelha*, de Terence Malick, 1998, e *Códigos de guerra*, de John Woo, 2002.

* Veja o filme *O início do fim*, de Roland Joffé, 1989.

Corbis/Lainstock



A GUERRA NO PACÍFICO ENTRE 1941 E 1945



Fonte: WORLD History Atlas: Mapping the Human Journey. London: Dorling Kindersley, 2005.

As duas explosões – que tinham também, segundo alguns historiadores, a finalidade de intimidar a União Soviética, persuadindo-a a não fomentar revoluções em países ocidentais – causaram a morte instantânea de mais de 200 mil pessoas e arrasaram as duas cidades. No dia 2 de setembro de 1945, o Japão assinava sua rendição incondicional.

A Segunda Guerra Mundial chegava ao fim com números aterradores: 50 milhões de mortos, dos quais 15 milhões de militares e 35 milhões de civis. Somente a União Soviética perdeu 20 milhões de habitantes; cerca de 6 milhões de judeus morreram nos campos de concentração nazistas (veja o boxe a seguir).

4 O pós-guerra



Terminada a guerra, França, Inglaterra, Alemanha, União Soviética e Japão, além de outros países, encontravam-se em escombros, com cidades destruídas, campos devastados e rodovias e ferrovias inutilizadas. Em muitos lugares, fome e doenças dizimavam a população. Na África e na Ásia, os povos de

diversas regiões começaram a lutar por sua independência (veja o capítulo 13).

Em 1948, os países-membros da ONU assinaram a *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, documento que estabeleceu princípios de validade universal para o convívio em sociedade, como o direito à vida, à liberdade e à igualdade entre todos os seres humanos. Embora sua aceitação não represente obrigatoriedade legal por parte dos governos, ele serviu de base para dois tratados sobre direitos humanos da ONU, esses sim de força legal: o *Tratado Internacional dos Direitos Cívicos e Políticos* e o *Tratado Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais*.

No novo rearranjo de forças, os Estados Unidos e a União Soviética consolidaram-se como as duas maiores potências do planeta. Em torno desses centros de poder formaram-se dois blocos antagônicos: o *bloco capitalista*, sob liderança norte-americana, e o *bloco socialista*, capitaneado pela União Soviética. O antagonismo entre as duas superpotências daria origem à Guerra Fria, que se estenderia até a dissolução da União Soviética, em 1991.

Holocausto

Quando, em 1º de setembro de 1939, Adolf Hitler invadiu a Polônia, tinha início também uma das mais nefastas experiências humanas de todos os tempos: o *holocausto**, ou seja, o extermínio sistemático de judeus.

* Veja o documentário *Rompendo o silêncio, diversos diretores, 1995.*

Nessa época, viviam na Polônia cerca de 3,3 milhões de judeus (10% da população). Após a invasão, os nazistas passaram a confinar essas pessoas em *guetos* – bairros de grandes cidades, policiados e cercados.

Treze guetos e 42 áreas de confinamento foram criados em território polonês entre 1939 e 1941. O *gueto de Varsóvia**, capital da Polônia, era o maior deles, com quase meio milhão de pessoas. Nesses lugares, os judeus eram obrigados a usar um distintivo especial de identificação, eram submetidos a trabalhos forçados, recebiam alimentação insuficiente e não tinham condições de manter padrões mínimos de higiene e saúde. Além disso, eram alvo constante da violência dos soldados nazistas.

* Veja o filme *O pianista, de Roman Polanski, 2002, e leia o livro O diário de Anne Frank, de Anne Frank, Record.*

No dia 20 de janeiro de 1942, o Departamento de Segurança Alemão decidiu pelo extermínio em massa dos judeus, que seriam transferidos para *campos de concentração** e posteriormente executados em câmaras de gás (a essa política genocida deu-se o nome de *solução final*). Ao todo, foram construídos seis campos de extermínio em território polonês: Auschwitz, Chelmno, Treblinka, Majdanek, Sobibor e Belzec.

* Veja os documentários *KZ: campo de concentração, de Rex Bloomstein, 2005, e Descendentes, de Ágota Varga, 2004; e os filmes A solução final, de Robert Young, 2007, Amém, de Costa-Gavras, 2002, e O menino do pijama listrado, de Mark Herman, 2008.*

Nos campos de Auschwitz e Majdanek, erguia-se um gigantesco complexo fabril formado por empresas alemãs – indústrias químicas, eletrônicas e de armamentos – que empregavam os presos como mão de obra escrava.

Os prisioneiros alimentavam-se apenas de pão e sopa. Muitos morreram de fome, doença ou simples exaustão; outros suicidaram-se, atirando-se contra as cercas eletrificadas que circundavam os campos; outros, ainda, foram transformados em cobaias humanas para supostas pesquisas científicas dos médicos nazistas. Em Auschwitz, por exemplo, esses médicos injetavam diversos líquidos em adultos e crianças na tentativa de mudar-lhes a cor dos olhos. Em geral, tais experimentos provocavam efeitos colaterais como paralisia, epilepsia, perda da voz, chagas pelo corpo, cegueira, convulsão, levando muitos à morte.

Quando o exército soviético libertou os campos de concentração poloneses, entre 1944 e 1945, foram encontrados milhões de cadáveres e apenas 500 mil sobreviventes.

Adaptado de: SZTERLING, Silvia. *O nazismo: história de um sobrevivente*. 2. ed. São Paulo: Ática, 2003. p. 58-61.

Album/Akg-Images/Latinstock



Judeus sobreviventes do campo de concentração de Auschwitz, na Polônia, no momento de serem libertados pelos soldados das tropas soviéticas, em janeiro de 1945.

Enquanto isso...

O primeiro antibiótico

Em 1928, o bacteriologista escocês Alexander Fleming descobriu que uma substância existente em certo fungo tinha a propriedade de matar microrganismos causadores de doenças infecciosas.

Hulton-Deutsch Collection/Corbis/Latinstock



Denominou a substância de *penicilina*, mas teve de abandonar suas pesquisas por não conseguir produzi-la em quantidade suficiente para realizar testes clínicos.

Em 1940, os cientistas Howard Florey e Ernst Chain descobriram uma nova técnica

de obtenção da penicilina e, ao realizar testes com camudongos, constataram a eficácia do antibiótico. A indústria farmacêutica norte-americana passou então a produzir penicilina em larga escala. Em 1941, o remédio já era utilizado entre os soldados da Segunda Guerra Mundial para combater infecções decorrentes de ferimentos.

Diálogos

Com o auxílio do professor de Biologia, faça uma pesquisa sobre a importância do antibiótico para a medicina moderna. Em grupos, elaborem duas colunas, identificando na primeira como era a medicina antes da invenção do antibiótico e, na segunda, como o antibiótico contribuiu para a melhoria dos tratamentos medicinais.

Enfermeira e médico atendem paciente ferido na Segunda Guerra Mundial, em um hospital militar improvisado no interior da catedral de Leyte, uma ilha das Filipinas, em foto de 1944. Muitos dos feridos nos combates conseguiram sobreviver depois de terem recebido doses de penicilina, antibiótico largamente produzido a partir de 1940.

Organizando AS IDEIAS

1. A Segunda Guerra Mundial eclode, efetivamente, a partir da invasão da Polônia pelas tropas alemãs, em 1º de setembro de 1939. Entretanto, um longo processo histórico conduziu a esse conflito. Faça uma síntese desse processo.
2. A Segunda Guerra Mundial relaciona-se diretamente com o expansionismo da Alemanha, do Japão e da Itália, os países do Eixo. Quais foram as características da política expansionista desses países?
3. As relações entre Alemanha e União Soviética durante a Segunda Guerra foram marcadas por dois eventos centrais: o Pacto Ribentrop-Molotov e a operação Barbarossa. Explique o que foram esses eventos e de que modo eles definiram o conflito ao leste da Europa.
4. Elabore um texto explicando de que maneira a população civil resistiu à expansão do nazismo na Europa.
5. Considerando o mapa *A Guerra no Pacífico entre 1941 e 1945* e o texto do capítulo, quais foram os principais países beligerantes na região do Pacífico e que eventos marcaram esse cenário da Segunda Guerra Mundial?
6. Faça uma síntese dos acordos de paz que puseram fim à Segunda Guerra Mundial e cite os países cujos governos estavam diretamente envolvidos na elaboração desses acordos.
7. O que foi o holocausto? Por que ele foi um acontecimento relevante para a compreensão da Segunda Guerra?
8. A entrada dos Estados Unidos e da União Soviética foi decisiva para mudar os rumos da guerra. Explique por quê.
9. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, as relações internacionais sofreram mudanças significativas. Quais foram essas mudanças?

No mundo DAS LETRAS

A reconstrução de Stalingrado

Em 1945, o poeta mineiro Carlos Drummond de Andrade publicou um dos mais importantes livros de poemas da literatura brasileira, *A rosa do povo*.

Escritos numa época em que o mundo sofria os horrores da Segunda Guerra Mundial, os poemas ali reunidos lançam muitas vezes um olhar cético e

desencantado diante dos acontecimentos. Mas, em alguns momentos, o autor deixa transparecer um sentimento de esperança, como o que pode ser observado em “Telegrama de Moscou”. Nesse poema, Drummond faz referências à vitória dos soviéticos na batalha de Stalingrado. O confronto, ocorrido entre agosto de 1942 e janeiro de 1943, é considerado o mais sangrento de todos os tempos: provocou a morte de 1 milhão de soviéticos e de 500 mil alemães. Após seis meses de feroz resistência, os soviéticos impediram os alemães de conquistar Stalingrado (atual Volgogrado). Essa vitória deu início à reação dos Aliados na luta contra o nazismo.

Telegrama de Moscou

*Pedra por pedra reconstruiremos a cidade.
Casa e mais casa se cobrirá o chão.
Rua e mais rua o trânsito ressurgirá.
Começaremos pela estrada de ferro
e pela usina de energia elétrica.
Outros homens; em outras casas,
continuarão a mesma certeza.
Sobraram apenas algumas árvores
com cicatrizes, como soldados.
A neve baixou, cobrindo as feridas.
O vento varreu a dura lembrança.
Mas o assombro, a fábula*

*gravam no ar o fantasma da antiga cidade
que penetrará o corpo da nova.
Aqui se chamava
e se chamará sempre Stalingrado.
— Stalingrado: o tempo responde.*

Extraído de: ANDRADE, Carlos Drummond de. A rosa do povo. In: _____. *Reunião*: 10 livros de poesia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973. p. 132.

1. O poema de Drummond expressa as várias faces da destruição provocada pela guerra numa cidade, abordando tanto a questão material quanto os aspectos mais subjetivos. Identifique esses aspectos e procure explicá-los tendo em mente a leitura do capítulo e seus conhecimentos sobre o assunto.
2. Considerando algum conflito ou guerra contemporânea que você tenha estudado ou conhecido por intermédio dos meios de comunicação, crie um poema expressando sua concepção sobre os dilemas vividos numa determinada cidade, país ou região.

O escritor mineiro Carlos Drummond de Andrade na praia de Copacabana, no Rio de Janeiro. Foto de 1972.

Arquivo/Agência Estado



Hora DE REFLETIR

Como vimos, o rádio desempenhou importante papel na luta da Resistência francesa contra o nazismo. No Brasil, o rádio só perde para a televisão como veículo de comunicação de massa. De acordo com a legislação brasileira, para colocar uma emissora de rádio ou de televisão no ar é necessário obter uma concessão do governo federal. Em sua opinião, o governo faz essas concessões com base em

interesses políticos ou em critérios técnicos? Qual é o impacto disso para a sociedade brasileira? Em sua comunidade existem emissoras de rádio? A quem elas pertencem?

Reúna-se a seu grupo e, juntos, discutam essas questões. Feito isso, gravem em áudio uma pequena vinheta ou um comentário com a opinião do grupo sobre o assunto e exibam o resultado para a classe.

Mundo virtual

- **Museu virtual da FEB** – *Blog* sobre as Forças Expedicionárias Brasileiras na Segunda Guerra Mundial. Disponível em: <museuvirtualfeb.blogspot.com.br>. Acesso em: 10 jan. 2013.
- **Painel Guerra e Paz** – *Site* que permite explorar o painel Guerra e Paz, de Candido Portinari, que se encontra na sede da ONU, em Nova York. Disponível em: <www.guerraepaz.org.br>. Acesso em: 10 jan. 2013.
- **Segunda Grande Guerra** – *Site* com diversos documentos sobre a Segunda Guerra Mundial. Disponível em: <<http://pt.worldwar-two.net>>. Acesso em: 10 jan. 2013.
- **Remember the war** – *Site* (em inglês) sobre a Segunda Guerra. Disponível em: <<http://rememberthewar.com>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

O Brasil sob Getúlio Vargas

Reminiscências/Acervo Iconographia

Palmeiras e Cruzeiro. Existe alguma coisa em comum entre esses dois clubes de futebol? O primeiro foi fundado em São Paulo, em 1914. O segundo é de Belo Horizonte, onde foi criado em 1921.

Sim, existem algumas coisas em comum entre eles: além de terem conquistado vários títulos nacionais e internacionais, ambos nasceram no seio da comunidade italiana e receberam originalmente o mesmo nome: *Società Sportiva Palestra Italia* (Sociedade Esportiva Palestra Itália).

Em 1942, o Brasil entrou na Segunda Guerra Mundial, lutando contra os países do Eixo – Itália, Alemanha e Japão. Na ocasião, o governo brasileiro publicou um decreto proibindo o uso de termos e denominações derivados de expressões originárias dos países inimigos. Com isso, os dois clubes viram-se obrigados a mudar de nome, ganhando as denominações que mantêm até hoje.

A necessidade de esses dois clubes adotarem novos nomes serve para exemplificar a perseguição que italianos, alemães e japoneses sofreram no Brasil durante o período em que o país esteve envolvido no conflito mundial. Naquela época, o país era governado por Getúlio Vargas. Neste capítulo estudaremos os quinze anos em que Getúlio Vargas esteve na Presidência do Brasil.



Objetivos do capítulo

- Compreender os diferentes momentos do extenso governo de Getúlio Vargas (entre 1930 e 1945).
- Perceber a influência do projeto de nacionalização e industrialização do governo varguista para o desenvolvimento de vários setores socioeconômicos.
- Entender o processo histórico que culminou na participação brasileira na Segunda Guerra Mundial.
- Compreender as mudanças socioeconômicas ocorridas no período, relacionadas à participação de mulheres e negros e à legislação trabalhista e formação de sindicatos.
- Perceber o uso que o governo Vargas fez dos meios de comunicação de massa durante o período ditatorial.

Fabio Braga/Folha Imagem



Torcida do Palmeiras desfralda bandeira do time nas arquibancadas do estádio Palestra Itália, em São Paulo, durante o jogo pelo Campeonato Brasileiro de 2009. Nascido no seio da colônia italiana que vivia na capital paulista no início do século XX, o Palmeiras chamava-se inicialmente Sociedade Esportiva Palestra Itália. Foto de 29 de novembro de 2009.

Ricardo Nogueira/Folha Imagem



Torcedores do Cruzeiro colorem de azul e branco a arquibancada do estádio do Mineirão, em Belo Horizonte, no jogo decisivo da Taça Libertadores da América de 2009. Chamado inicialmente de Sociedade Esportiva Palestra Itália, o clube mudou de nome em 1942, depois que o Brasil entrou na Segunda Guerra Mundial.

1 O Governo Provisório (1930-1934)

Ao assumir a chefia do Governo Provisório em 1930, Getúlio Vargas aboliu a Constituição de 1891 e procurou aproximar-se da Igreja católica e dos militares que o ajudaram a derrubar a República oligárquica. Dissolveu o Congresso Nacional, as Assembleias Legislativas estaduais e as Câmaras municipais e instituiu um regime de emergência.

Com exceção de Olegário Maciel, governador de Minas Gerais, todos os demais governadores (na época chamados de *presidentes*) foram depostos e substituídos por interventores escolhidos por Getúlio Vargas. Muitos desses homens eram egressos do movimento tenentista.

Em São Paulo, a nomeação do tenentista pernambucano João Alberto Lins de Barros para interventor provocou descontentamento entre as elites, que passaram a exigir um interventor civil e paulista. Nem mesmo a substituição de Lins de Barros foi suficiente para acalmar os ânimos de parte da população paulista que, em julho de 1932, deflagrou a chamada *Revolução Constitucionalista*.

Apesar de influente nos primeiros tempos do governo Vargas, o tenentismo pouco a pouco perdeu sua força. Isso se deveu, em parte, às limitações ideológicas do movimento – cuja proposta principal consistia em derrubar as oligarquias e promover algumas poucas reformas. Assim, em meados da década de 1930, o movimento tenentista se encontrava esgotado. Vários de seus representantes voltaram para os quartéis, outros se converteram ao comunismo e alguns se aliaram a grupos simpatizantes do fascismo, como veremos mais adiante. Os que continuaram no governo permaneceram subordinados a Vargas.

Ajuda aos cafeicultores

O governo de Getúlio Vargas acreditava que não podia deixar de lado os grandes cafeicultores, já que o café ainda era o principal produto de exportação do país. O governo adotou um conjunto de medidas visando recuperar os preços internacionais do café, sem queda desde 1929. Assim, o governo passou a comprar e queimar os excedentes do produto. Entre 1931 e 1944, ano em que essa política chegou ao fim, foram destruídos 78,2 milhões de sacas de café, o equivalente a três anos de consumo mundial.

Uma nova educação

Com a criação do *Ministério da Educação e Saúde* em novembro de 1930, teve início um programa de reformas na área educacional. Como salienta o historiador Boris Fausto, a reforma pedagógica tinha por objetivo formar uma elite mais bem preparada intelectualmente.

O ensino secundário passou a durar sete anos (antes eram seis), divididos em dois ciclos. O primeiro, conhecido como *ginasial*, com quatro anos de duração, visava dar ao estudante uma formação humanística; o segundo, de três anos, tinha por objetivo preparar o aluno para o ensino superior.

O governo lançou também as bases do sistema universitário brasileiro voltado para a pesquisa e o ensino. Essas mudanças levaram à criação da *Universidade de São Paulo*, USP, e da *Universidade de Porto Alegre*, atual *Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, UFRGS, ambas em 1934, e da *Universidade do Distrito Federal*, UDF, organizada em 1935 pelo educador Anísio Teixeira no Rio de Janeiro.

A legislação trabalhista

Entretanto, a obra pela qual o governo de Getúlio Vargas é mais lembrado é a *legislação trabalhista*, iniciada com a criação do *Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*, em novembro de 1930. As leis de proteção ao trabalhador aprovadas a partir de então regularam o trabalho de mulheres e crianças, estabeleceram jornada máxima de oito horas diárias de trabalho, criaram o descanso semanal remunerado e garantiram o direito a férias (concedido anteriormente, em 1923, mas nunca colocado em prática) e à aposentadoria, entre outras novidades. Esse conjunto de leis foi sistematizado em 1943, com a *Consolidação das Leis do Trabalho*, CLT.

Ao mesmo tempo, o governo pôs em prática medidas para controlar o movimento sindical, mantendo a classe trabalhadora longe da influência comunista ou anarquista.

Dessa forma, em 1931 o governo aprovou a *Lei de Sindicalização*, que definia os sindicatos como órgãos consultivos e de colaboração com o poder público. A partir de então, os sindicatos só poderiam funcionar com autorização ministerial e suas assembleias deveriam ser acompanhadas por representantes do governo. O Ministério do Trabalho tinha poderes para intervir nas atividades dos sindicatos e afastar diretores considerados indesejáveis pelo governo. Anar-

quistas e comunistas criticaram essas decisões, consideradas autoritárias, e reagiram a elas por meio de greves e manifestações. Aos poucos, porém, diversos setores sindicais passaram a acatá-las.

A legislação trabalhista, descrita como uma dádiva do governo, e a aproximação em relação aos sindicatos faziam parte de um tipo de política que seria mais tarde caracterizado como **populista**. Apresentado como autor magnânimo das leis trabalhistas, Getúlio era chamado de “pai dos pobres”, uma espécie de protetor da classe trabalhadora. De acordo com essa visão, tais leis teriam sido um ato de generosidade do governo e não o resultado de muitos anos de luta dos trabalhadores.

A Frente Negra Brasileira

Em 1931, representantes da elite negra fundaram na cidade de São Paulo a Frente Negra Brasileira, FNB. Atuando no campo sociopolítico, a FNB logo se tornou a mais importante entidade de afrodescendentes do Brasil na primeira metade do século XX. Suas ações políticas tinham por objetivo sobretudo combater as desigualdades entre brancos e negros no país. Os frente-negrinos lutavam também contra o preconceito e a discriminação de que eram vítimas os negros na sociedade brasileira (veja a seção *Interpretando documentos*).



Arquivo Fundação Joaquim Nabuco/Arquivo da editora

Cartaz comemorativo do 1º Congresso Afro-brasileiro, realizado no Recife (PE), em 1934. Organizado pelo sociólogo Gilberto Freyre e pelo poeta Solano Trindade, o encontro procurou sistematizar os estudos realizados até então sobre a presença negra no Brasil.

As áreas de atuação da Frente Negra Brasileira eram amplas. O grupo mantinha uma escola voltada para o curso primário e promovia o ensino de música, inglês, educação física, teatro, corte e costura e vários outros. As mulheres, agrupadas em dois segmentos internos, tinham participação ativa. Enquanto as Rosas Negras cuidavam da organização de bailes e festivas, a Cruzada Feminina se dedicava a funções assistencialistas. Os frente-negrinos contavam ainda com uma milícia composta de capoeiristas. A entidade divulgava suas ações por meio do jornal *A voz da raça* com tiragem de até 5 mil exemplares.

Do ponto de vista ideológico, a FNB abrigou tendências divergentes: socialistas, integralistas (sobre o integralismo, veja adiante) e até monarquistas. Mas destacou-se, sobretudo, pela simpatia que seus representantes nutriam em relação ao governo de Getúlio Vargas, principalmente em razão das novas leis trabalhistas.

De São Paulo, a Frente Negra espalhou-se pelo país e, em 1936, somava 60 representações em estados como Bahia, Rio Grande do Sul e Pernambuco – com cerca de 200 mil filiados em todo o Brasil. Naquele ano, ela se transformou em partido político. Mas o partido foi extinto no ano seguinte, com a instauração do Estado Novo, que estudaremos mais adiante.

A Constituição de 1934

O governo aprovou, em fevereiro de 1932, um novo *Código Eleitoral*. Entre as novidades introduzidas estavam a criação de uma Justiça Eleitoral, destinada a coibir as fraudes eleitorais, e o voto secreto, instituído principalmente para minar a influência dos *coronéis* sobre os eleitores (releia o capítulo 5).

O novo Código reduziu de 21 anos para 18 a idade mínima do eleitor e garantiu o direito de voto às mulheres, antiga reivindicação dos grupos feministas, que tinham entre suas principais militantes a enfermeira Bertha Lutz (1894-1976). Também foi criada a figura dos *deputados classistas*, que deveriam ser eleitos pelos sindicatos de empregados e de patrões.

Apesar da oposição dos tenentes, que defendiam a manutenção do regime de exceção, e pressionado por diversos setores da sociedade, juntamente com a divulgação do novo Código Eleitoral, o governo convocou eleições para maio de 1933, visando à formação de uma Assembleia Constituinte.

Realizado o pleito na data estabelecida, entre os 254 constituintes eleitos encontrava-se a médica Carlota Pereira de Queirós, candidata por São Paulo, primeira deputada do Brasil.

Promulgada em julho de 1934, a nova Constituição incorporou a legislação trabalhista em vigor, acrescentando a ela a instituição do salário mínimo (que seria criado somente em 1940) e criou o *Tribunal do Trabalho*. Pela nova Carta, analfabetos e soldados continuavam proibidos de votar.

Ainda em julho de 1934 os constituintes elegeram Getúlio Vargas para a Presidência da República. Com isso, chegava ao final o Governo Provisório. De acordo com a Constituição, o mandato presidencial se estenderia até 1938, quando um novo presidente, escolhido por voto livre e direto, deveria assumir o cargo.

2 Entre duas Constituições

A promulgação da Constituição e a eleição de Getúlio deram a muitos a impressão de que a democracia e a estabilidade política haviam sido restabelecidas no Brasil. Entretanto, os anos que se seguiram foram marcados por uma forte polarização política, com o surgimento de dois movimentos antagônicos: a *Ação Integralista Brasileira*, AIB, de direita, e a *Aliança Nacional Libertadora*, ANL, de esquerda.



Capa do jornal *A Noite*, edição de 27 de novembro de 1935. A manchete, em destaque, noticia o levante comunista da Praia Vermelha, maior manifestação de caráter comunista contra o governo brasileiro.

Reprodução/Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, RJ

A exemplo do que acontecia na Europa, onde a democracia liberal encontrava-se desacreditada e em diversos países vinham ascendendo ao poder governos totalitários (releia o capítulo 8), surgiram pessoas defendendo a implantação de uma ditadura de direita no Brasil, semelhante à de Mussolini na Itália.

Os defensores dessas ideias formaram, em 1932, a *Ação Integralista Brasileira**, liderada pelo escritor Plínio Salgado. De inspiração fascista, esse movimento reunia, em suas fileiras intelectuais, religiosos, alguns ex-tenentistas e setores das classes médias e da burguesia.

* Veja o documentário *Soldados de Deus*, de Renato Costa, 2005.

Tendo como lema “Deus, Pátria e Família”, o integralismo era um movimento de caráter nacionalista, antiliberal, anticomunista e contrário ao capitalismo financeiro internacional. Os integralistas defendiam o controle do Estado sobre a economia e o fim da pluralidade partidária e da democracia representativa.

Segundo alguns autores, por volta de 1936 a AIB contava com mais de 200 mil militantes. Em seus desfiles, eles usavam uniformes verdes e ostentavam uma braçadeira com a letra grega *sigma*, escolhida como símbolo do movimento (veja a seção *Olho vivo*). Sua saudação era uma palavra de origem indígena, *Anauê*, que deveria ser proferida com o braço direito levantado. Nas eleições municipais de 1936, os integralistas elegeram vereadores em diversos municípios brasileiros e conquistaram várias prefeituras, entre elas as de Blumenau (SC) e Presidente Prudente (SP).

Já a Aliança Nacional Libertadora surgiu em março de 1935, tendo como presidente de honra o líder comunista Luís Carlos Prestes. O Partido Comunista do Brasil (PCB), de fato, tinha grande ascendência sobre a ANL, mas o movimento reunia em suas fileiras grupos populares de variadas tendências: socialistas, liberais, anti-integralistas, intelectuais independentes, estudantes e ex-tenentistas descontentes com o autoritarismo do governo Vargas.

Seu programa político era nacionalista e anti-imperialista. Entre suas principais bandeiras estavam a suspensão do pagamento da dívida externa, a nacionalização de empresas estrangeiras e a reforma agrária. A ANL cresceu rapidamente, chegando a reunir entre 70 mil e 100 mil filiados, segundo estimativas do historiador Robert Levine. Quatro meses depois de fundada, foi declarada ilegal pelo presidente Vargas. A partir de então, seus militantes passaram a agir na clandestinidade.

Alguns estudiosos afirmam que a Ação Integralista Brasileira pode ser considerada o primeiro partido de massas do Brasil. A quantidade exata de seguidores que teve, porém, é desconhecida. Os números variam de cem mil a um milhão. Surgido em 1932, no mesmo ano em que as mulheres conquistaram o direito de voto no Brasil, o integralismo manifestou interesse em atrair um número cada vez maior de mulheres para suas fileiras.

Entretanto, numa época em que as mulheres começavam a ocupar mais espaço no mercado de trabalho e nos locais de lazer, o integralismo ia na contramão das ideias emancipacionistas. De fato, Plínio Salgado e seus seguidores argumentavam que as mulheres deviam se ater à esfera privada do lar, exercendo o papel de mães, esposas e donas de casa. Para os integralistas, a participação social das mulheres devia se limitar a atividades assistenciais e filantrópicas, consideradas “essencialmente femininas”.

Com estrutura rigidamente hierarquizada, o integralismo tinha no topo, como Chefe Nacional, Plínio Salgado, cuja fotografia é colocada em lugar de destaque no ambiente. O fato de estar entre a bandeira nacional e a bandeira integralista reforça a ideia de respeito e obediência ao líder.

A presença da bandeira nacional ao lado da foto de Plínio Salgado e da bandeira integralista reforça o nacionalismo, um dos princípios que caracterizavam o movimento.

O movimento entendia a militância como um corpo único, homogêneo, sem individualismos. Essa homogeneidade era enfatizada pelo uniforme e pela padronização da postura. Em quase todas as fotos coletivas, as mulheres aparecem em posição ereta e de braços cruzados.



Encontro de “blusas-verdes”, nome pelo qual eram conhecidas as mulheres que participavam do movimento integralista. Foto da década de 1930.

Assim, foi grande o número de “blusas-verdes” – nome pelo qual eram conhecidas as mulheres integralistas – que trabalharam como enfermeiras, assistentes sociais ou como professoras para alfabetização de adultos. A fotografia reproduzida abaixo retrata um desses grupos. Como veremos, certos detalhes da cena registrada estão repletos de símbolos, uma característica marcante do movimento integralista.

Frases pintadas na parede ou em cartazes eram uma das estratégias dos integralistas para divulgar sua doutrina. O caráter nacionalista e militarista do movimento pode ser observado na inscrição da parede: “Nós despertaremos a Pátria. Nós a ergueremos. De pé, a frente erguida, ela dará o primeiro passo e marchará”.



Alb/Aperj — Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro/Arquivo da editora

A bandeira integralista era um retângulo azul, com um círculo branco no centro, contendo em seu interior a letra grega sigma, que remete à ideia da suástica nazista.

A letra sigma é usada na matemática com o significado de somatória. Para os integralistas, traduzia a ideia de totalidade, representando assim o desejo de integrar todas as forças sociais do país para formar uma unidade nacional acima dos regionalismos.

Semelhante aos camisas-negras do fascismo e aos camisas-pardas nazistas, os integralistas também trajavam uniforme. As mulheres vestiam blusa verde e saia branca ou azul. Na manga das blusas usavam uma braçadeira com a letra grega sigma, símbolo do movimento.

Fontes: CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937)*. Bauri: Edusc, 1999; BULHÕES, Tatiana da Silva. “Visualizando” a militante integralista através das fotografias produzidas pela Ação Integralista Brasileira. Disponível em: <www.historiaimagem.com.br/edicao1setembro2005/integralista.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2013.



Cartão-postal com propaganda anticomunista editado provavelmente na década de 1930. Ao mostrar um capataz com chicote e revólver, a imagem propaga a ideia de que nos países comunistas vigorava o regime de trabalho forçado.

Em novembro de 1935, setores da ANL ligados ao PCB lideraram, a mando da Internacional Comunista, insurreições militares nas cidades de Natal, Recife e Rio de Janeiro, com o intuito de tomar o poder e implantar o comunismo no Brasil.

Mal articulados, os levantes fracassaram e a *Intentona Comunista*, nome pelo qual ficou conhecido o episódio, levou o governo a desencadear forte repressão anticomunista. O presidente decretou estado de sítio e determinou a prisão de mais de 6 mil pessoas – entre as quais um senador e quatro deputados.

Entre os detidos encontravam-se Luís Carlos Prestes (posteriormente condenado a 16 anos de reclusão) e sua mulher, a judia alemã *Olga Benário**, que em setembro de 1936 foi deportada, grávida de sete meses, para a Alemanha nazista, onde morreu, em 1942, em um campo de concentração.

* Veja o filme *Olga*, de Jayme Monjardim, 2004, e leia o livro *Olga*, de Fernando Morais, Companhia das Letras.

A caminho do golpe de Estado

Em meio a esse clima de tensão e de repressão à esquerda, teve início, em 1937, a campanha eleitoral para a escolha do sucessor de Getúlio Vargas. O presidente, contudo, articulava junto às Forças Armadas e aos governadores sua permanência no poder.

No final de 1937, Vargas encontrou o pretexto que faltava para dar um **golpe de Estado**: o alto comando do Exército lhe revelou ter descoberto um documento contendo detalhes de uma conspiração comunista para a tomada do poder. Era o *Plano Cohen*, nome de seu suposto autor.

Elaborado por um oficial integralista, o capitão Olímpio Mourão Filho, que o entregou à cúpula das Forças Armadas, o plano era falso do começo ao fim. Vargas, porém, o utilizou como se fosse verdadeiro e, no dia 10 de novembro de 1937, ordenou o fechamento do Congresso por tropas do Exército.

Por meio do rádio, o presidente declarou canceladas as eleições presidenciais e anunciou a instauração do *Estado Novo*, definido por ele como “um regime forte, de paz, justiça e trabalho”. A seguir, foi outorgada uma nova Constituição, que logo passaria a ser chamada de *Polaca*, em alusão a suas semelhanças com a Constituição polonesa, de inspiração fascista.

As garantias individuais foram suspensas e o direito de reunião, abolido. A população ficou proibida de se organizar, reivindicar seus direitos e de manifestar livremente suas opiniões. Sem reação popular, começava uma nova fase do governo getulista: a de uma ditadura centralizada em torno da figura de Getúlio Vargas.

3 O Estado Novo (1937-1945)

Contando com o apoio dos militares e dos industriais, Vargas passou a governar por meio de decretos-lei. Os partidos políticos foram extintos, entre eles a Ação Integralista, que apoiara o golpe. Em represália, em 1938 os integralistas tentaram tomar o poder, mas o golpe fracassou, seus líderes foram presos ou exilados e o movimento se extinguiu.

A ideologia do Estado Novo enfatizava principalmente a ideia de construção da nação – pautada na ordem, na obediência à autoridade e na

aceitação das desigualdades sociais – e a tutela do Estado sobre a nacionalidade brasileira. Para ter o controle dos meios de comunicação e formar uma opinião pública favorável ao governo, foi criado em 1939 o *Departamento de Imprensa e Propaganda*, DIP. Inspirado no serviço de comunicação da Alemanha nazista, o DIP contava com agentes encarregados de fazer a censura a jornais, revistas, livros, rádio e cinema, e elaborar a propaganda oficial do Estado Novo.

O DIP produzia peças publicitárias mostrando o presidente como uma figura paternal, bondosa, severa e exigente. O órgão elaborava também cinedocumentários, como o *Cinejornal Brasileiro* – exibido obrigatoriamente em todos os cinemas, antes do início dos filmes –, livros e cartilhas escolares enaltecendo a figura de Vargas e transmitindo noções de patriotismo e civismo (veja a imagem ao lado).

Para que as mensagens do presidente alcançassem o maior número de pessoas, era utilizado o programa radiofônico *Hora do Brasil*, criado em 1934 e hoje com o nome de *Voz do Brasil*. Em 1940, o governo encampou a Rádio Nacional, líder de audiência no país, e a transformou em instrumento de apoio ao Estado Novo e de divulgação dos valores nacionais (veja o boxe *A era do rádio no Brasil*).

Mais da metade das notícias divulgadas pela imprensa era produzida pelos agentes do DIP. Nem mesmo as músicas escapavam do crivo do departamento. Composições que exaltavam a malandragem tiveram de ser modificadas para que seus versos valorizassem o trabalho, visto como um valor social a ser perseguido. As escolas de samba do Rio de Janeiro, que desde 1933 contavam com a subvenção oficial do Estado para os seus desfiles, foram obrigadas, a partir de 1937, a apresentar sambas-enredos com temáticas patrióticas e históricas.



Coleção particular, RJ/Arquivo da editora

Nos moldes da propaganda nazista e stalinista, durante o Estado Novo o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) lançou cartilhas enaltecendo a figura de Getúlio Vargas. A cultura de massa era posta a serviço do Estado e da ideologia dominante. Na foto, capa de livro para crianças sobre a vida de Vargas.

A era do rádio no Brasil



As primeiras transmissões radiofônicas no país foram realizadas em 1922, durante os festejos do primeiro centenário da Independência. No ano seguinte, começaria a funcionar a primeira emissora brasileira, a *Rádio Sociedade do Rio de Janeiro*, dirigida por Henrique Morize e Edgard Roquette Pinto.

Em um primeiro momento, as estações de rádio funcionavam como um clube, cujos sócios pagavam mensalidades para manter as emissoras funcionando. Os aparelhos de rádio eram importados e caros. Apenas pessoas abastadas conseguiam comprá-los. As rádios ficavam no ar cerca de quatro horas pela manhã e outras quatro à noite. Em geral, transmitiam programas educativos – como discursos, aulas e palestras – e músicas. Para ajudar na programação musical, muitos sócios costumavam emprestar seus discos às emissoras. Entre 1922 e 1928, surgiram dezenove estações de rádio

no Brasil, entre elas a Rádio Clube de Pernambuco, de 1922, e a Rádio Educadora Paulista, de 1923.

Em 1932, o governo brasileiro regulamentou a distribuição de concessões de rádio ao mesmo tempo em que permitiu a divulgação de comerciais durante a programação. Isso deu novo impulso à produção radiofônica brasileira. Com os avanços tecnológicos da época, as transmissões melhoraram, e o preço dos aparelhos receptores baixou. Tudo isso contribuiu para que o rádio atraísse um número cada vez maior de ouvintes.

Em pouco tempo, as emissoras iriam se popularizar, graças aos programas de auditório, radionovelas, seriados, programas humorísticos e de rádio-jornalismo. Em 1936, era fundada a Rádio Nacional, que se transformaria no primeiro fenômeno de comunicação de massa do Brasil, tornando-se líder de audiência por mais de duas décadas.

Na década de 1940 – conhecida como a Era de Ouro do rádio brasileiro – surgiu a primeira rede nacional de radiofonia, as Emissoras Associadas, comandada pelo jornalista e empresário Assis Chateaubriand (1892-1968).

Com a popularização do rádio, diversos artistas se transformaram em ídolos nacionais, como ocorreu com os cantores Francisco Alves, Orlando Silva, Mário Reis e Cármen Miranda, a “pequena notável”, que se tornaria também um sucesso no cinema estadunidense. Também foram lançadas revistas voltadas exclusivamente para o universo radiofônico. Com excelentes vendagens, traziam entrevistas, notícias e “fococas” sobre as personalidades do mundo do rádio, como os locutores de programas, artistas de radionovelas, cantores, etc.

O samba se popularizou e músicas de compositores como Noel Rosa, Lamartine Babo, Almirante, Dorival Caymmi, Ari Barroso, Pixinguinha, Ataulfo Alves, Assis Valente, Herivelto Martins e outros se tornaram conhecidas em todo o país.

Reprodução/Arquivo da editora



Capa da *Revista do Rádio*, de 1959. Na época, o rádio era o principal meio de comunicação de massa no Brasil e seus profissionais eram tratados como verdadeiros ídolos, com inúmeras publicações a seu respeito. Na foto, vemos o cantor, compositor, radialista, locutor e apresentador de rádio César de Alencar.

O DIP também organizava festividades oficiais que levavam grande número de pessoas às ruas, como a celebração do 1º de Maio, a Semana da Raça e da Pátria, em setembro, e até o aniversário do presidente, em abril.

Em meio a esse ambiente de controle e repressão, ganhou força a Polícia Especial de Getúlio Vargas. Comandada por Filinto Müller, ela ficou conhecida por suas *prisões** arbitrárias e pela prática de tortura contra os presos.

*Leia o livro *Memórias do cárcere, de Graciliano Ramos, Record, e veja o filme homônimo, de Néelson Pereira dos Santos, 1983.*

O Brasil na II Guerra

A Segunda Guerra Mundial colocou o governo de Getúlio diante do dilema de ter de escolher entre os países do Eixo e os Aliados. Ideologicamente, por ser um regime autoritário, o Estado Novo estava mais próximo dos primeiros. Mas a proximidade geográfica dos Estados Unidos, cujo governo antes de entrar no conflito era abertamente simpático aos Aliados, também deveria ser levada em conta. Assim, inicialmente Getúlio manteve uma posição ambígua, mostrando-se favorável ora às forças do Eixo, ora às tropas aliadas. Em 1940, o presidente chegou a fazer um discurso elogiando o sucesso das tropas nazistas na Europa.

Interessado em atrair o Brasil para o campo democrático, o governo norte-americano pôs em prática a chamada *política de boa vizinhança*. Essa política se manifestou das mais variadas maneiras: empréstimos, vantagens comerciais, envio de técnicos, etc.

Em 1941, por exemplo, o desenhista e produtor cinematográfico Walt Disney chegou a escolher a música “Aquarela do Brasil”, de Ari Barroso, para musicar o desenho animado *Alô, amigos*. A construção da Companhia Siderúrgica Nacional de Volta Redonda, por sua vez, teve parte de suas obras financiadas por meio de um empréstimo dos Estados Unidos.

Arquivo Iconográfico/Reminiscências



Comemorações do Dia do Trabalhador no estádio do Pacaembu, em 1944. A faixa que diz “Trabalhador sindicalizado é trabalhador disciplinado” é significativa do populismo varguista, que incentivava a organização sindical ao mesmo tempo que controlava sua atuação política.

A partir de 1941 o governo do presidente Vargas começou a se afastar do Eixo e aproximar-se dos Aliados, como desejavam os norte-americanos. O rompimento definitivo com o bloco nazifascista ocorreu em 1942, quando navios mercantes brasileiros foram

afundados por submarinos alemães. Em agosto daquele ano, após gigantescas manifestações populares e estudantis exigindo que o governo entrasse no conflito ao lado das democracias, Getúlio declarou guerra aos países do Eixo (veja o boxe a seguir).

Os “súditos do Eixo”

A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial afetou de maneira significativa o dia a dia de famílias italianas, alemãs e japonesas que viviam no Brasil. Chamadas pejorativamente de “súditos do Eixo”, essas pessoas passaram a ser vistas como ameaça à segurança nacional e sofreram os mais variados tipos de perseguição por parte do governo brasileiro.

Os que viviam no litoral ou em regiões estratégicas, como Rio Grande (RS), Florianópolis (SC), Itajaí (SC), Santos (SP), Rio de Janeiro (RJ), Recife (PE) e Natal (RN), viram-se obrigados a se retirar de suas cidades, abandonando casas, empregos e negócios e mudar-se para o interior. Esses estrangeiros também ficaram proibidos de portar rádios e máquinas fotográficas e, quando se encontravam em ambientes públicos, estavam impedidos de falar em sua língua natal, devendo se expressar apenas em português, idioma que muitos ainda desconheciam. Quem desobedecesse podia parar na cadeia. Muitos foram presos e diversas escolas foram obrigadas a fechar suas portas.

Além disso, as transações financeiras dirigidas por italianos, alemães e japoneses só podiam ser realizadas mediante autorização prévia do Banco do Brasil. Ao mesmo tempo, os bens desses estrangeiros foram congelados. A explicação do governo para isso era que, se o Brasil sofresse algum prejuí-

zo por causa de ataques praticados pelos países do Eixo, tais bens seriam utilizados para o pagamento de indenizações.

Para agravar ainda mais a situação dessas pessoas, o governo de Getúlio Vargas criou campos de concentração em vários estados para abrigar os “súditos do Eixo”. Foram construídos seis campos no Rio de Janeiro, cinco em São Paulo, quatro em Santa Catarina, três em Minas Gerais e no Pará, dois na Bahia e em Pernambuco, e um nos estados do Amazonas, Espírito Santo, Paraíba, Paraná, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul.

Esses campos eram locais cujos alojamento e alimentação eram precários e onde os prisioneiros – muitos deles detidos sem nenhuma acusação – viam-se obrigados a realizar trabalhos agropecuários. Registros indicam que entre 1942 e 1945 cerca de 3 mil italianos, alemães e japoneses ficaram recolhidos nesses locais. A maior parte era composta de alemães. Os campos foram extintos com o término da Segunda Guerra.

Fontes: TAKEUCHI, Marcia Yumi. *O perigo amarelo: imagens do mito, realidade do preconceito (1920-1945)*. São Paulo: Humanitas, 2008; PERAZZO, Priscila Ferreira. *Prisioneiros da guerra: os “súditos do Eixo” nos campos de concentração brasileiros (1942-1945)*. São Paulo: Humanitas/Imprensa Oficial do Estado, 2009. FÁVERI, Marlene de. *Memórias de uma (outra) guerra: cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina*. Itajaí/Florianópolis: Ed. Univali/Editora da UFSC, 2005.



Primeira página do jornal *O Estado de S. Paulo* de 1º de setembro de 1942 noticiando a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Naquele ano, o tradicional diário paulista encontrava-se sob intervenção federal, sendo administrado e redigido por agentes do Departamento de Imprensa e Propaganda. A intervenção acabou em 1945.



Vista parcial da aldeia Aiha da etnia Kalapalo, no Parque Indígena do Xingu, em foto de julho de 2009.

Palé Zuppani/Pulsar Imagens

A conquista do Brasil Central

Desde o início da Segunda Guerra Mundial, o governo brasileiro demonstrava-se preocupado com o risco de o Rio de Janeiro, capital brasileira à época, ser alvo de ataques inimigos. Uma das soluções pensadas foi criar um refúgio no interior do país capaz de abrigar a sede do governo caso a capital fosse bombardeada ou invadida. Essa preocupação, aliada ao interesse de desbravar e povoar os sertões brasileiros, levou o presidente Getúlio Vargas a publicar em 1943 um decreto criando a expedição Roncador-Xingu e a Fundação Brasil Central.

Os expedicionários viajavam pelo interior do Brasil fazendo seu reconhecimento e identificando áreas onde poderiam surgir novas cidades. A Fundação Brasil Central viria na sequência, implantando os núcleos populacionais nos locais indicados pelos expedicionários.

Era a chamada *Marcha para o Oeste*, cuja liderança em pouco tempo ficou a cargo dos irmãos sertanistas Leonardo, Cláudio e Orlando Villas-Boas. Até 1958, ano em que a expedição Roncador-Xingu chegou ao fim, foram abertos mais de 1,5 mil quilômetros de picadas e criadas 43 cidades. Os caminhos abertos pelos sertanistas permitiram que, na década de 1970, surgissem diversos outros municípios mato-grossenses, como Xavantina, Água Boa e Canarana, aumentando, de maneira significativa, o povoamento do estado.

O estado do Mato Grosso conta com uma das maiores diversidades de povos indígenas do país – são pelo menos 38 povos diferentes. Durante as expedições, os irmãos Villas-Boas tra-

varam contato com muitos desses povos indígenas. Desse contato, surgiu em 1961 o Parque Nacional do Xingu. Situado no nordeste do Mato Grosso, o parque ocupa uma área de 2,6 milhões de hectares. Ele foi a primeira reserva indígena homologada pelo governo federal. No local vivem atualmente cerca de 5,5 mil indígenas pertencentes a 14 diferentes etnias, entre as quais os Juruna, Kuikuro, Matipú e Waurá.

Na época da seca, entre maio e outubro, os indígenas realizam grandes cerimônias interaldeias. Uma das mais conhecidas é o *Quarup*, ritual funerário que reúne líderes de diversas aldeias e envolve os mitos de criação da humanidade e ritos de iniciação dos adolescentes na vida adulta.

Um importante patrimônio imaterial do estado foi reconhecido em 2005 pelo Iphan. Trata-se da viola de cocho, instrumento musical típico da região pantaneira, cuja técnica de fabricação é transmitida de geração a geração. Para se fazer uma dessas violas são necessários conhecimentos muito específicos, que vão desde a escolha da madeira até a afinação das cordas (feitas no passado com tripas de macaco e atualmente com linhas de pescar). A cidade de Cuiabá, capital do Estado, é um dos principais centros de produção desse instrumento.

Os artesãos que fazem a viola de cocho em geral também se dedicam a tocar o instrumento durante a apresentação de folguedos tradicionais do estado, como o *cururu* – dança de roda só para homens – e o *siriri*, um tipo de dança que lembra os divertimentos indígenas, praticado principalmente na cidade de Cáceres e nos municípios do entorno da capital, na Baixada Cuiabana.

Em julho de 1944, cerca de 25 mil soldados, integrantes da *Força Expedicionária Brasileira**, FEB, desembarcaram na Itália.

* Veja o documentário *Senta a pua!*, de Erik de Castro, 1999.

Ao mesmo tempo, temendo a fragilidade da capital brasileira que, por estar no litoral, poderia se tornar alvo fácil de ataques inimigos, o governo do presidente Getúlio Vargas iniciou, em 1943, um projeto com o objetivo de povoar a região central brasileira, como mostra a seção *Patrimônio e diversidade*, nas páginas anteriores.



Aervo Iconographia/Reminiscências

Embarque dos chamados “pracinhas” da FEB para a Itália durante a Segunda Guerra Mundial, em 1944. Pracinha era o termo pelo qual ficaram conhecidos os soldados brasileiros enviados para a guerra.

A redemocratização do Brasil

As manifestações estudantis e populares lideradas pela *União Nacional dos Estudantes*, UNE, em 1942, a favor da participação das Forças Armadas brasileiras na guerra contra o nazifascismo deram início a um lento processo de distensão no clima sufocante do Estado Novo.

Em 1943, durante um congresso da *Ordem dos Advogados do Brasil*, OAB, um grupo de políticos e intelectuais de Minas Gerais lançou o *Manifesto dos Mineiros*, no qual defendia o fim do Estado Novo e a volta da democracia. A mesma posição a favor da redemocratização do país adotaram os participantes do *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores*, no início de 1945.

Poucos meses depois, com a guerra chegando ao fim, Getúlio pôs fim à censura da imprensa, anistiu presos políticos – entre eles Luís Carlos Prestes – e convocou eleições para uma Assembleia Constituinte.

Surgiram então diversos partidos políticos, entre os quais a *União Democrática Nacional*, UDN, formada por setores das classes médias e altas, o *Partido Social Democrático*, PSD, composto por antigos coronéis e interventores nos estados e o *Partido Trabalhista Brasileiro*, PTB, constituído por líderes sindicais ligados ao Ministério do Trabalho, além do *Partido Comunista do Brasil*, PCB, que voltou a ser legalizado.

A campanha política foi para as ruas. Com o aval do presidente, líderes do PTB e de alguns sindicatos, com o apoio do Partido Comunista, passaram a defender a permanência de Getúlio Vargas na Presidência da República. Os partidários dessa posição saíam gritando em coro pelas ruas: “Queremos Getúlio!”.

O *queremismo*, nome pelo qual ficou conhecido esse movimento, não garantiu a permanência de Vargas no poder. Antes que isso acontecesse, os generais Góis Monteiro e Eurico Gaspar Dutra exigiram sua renúncia. Com o afastamento de Getúlio em outubro de 1945, o Estado Novo chegava ao fim.

Organizando AS IDEIAS

1. Ao assumir o governo, em 1930, Getúlio Vargas precisava articular certas alianças que lhe dariam apoio político. Quais foram as estratégias que garantiram a sua permanência no poder, durante o governo provisório?
2. Explique por que Vargas ficou conhecido como “pai dos pobres” e por que essa expressão é objeto de críticas.
3. Aponte as decisões políticas tomadas por Vargas durante o Governo Provisório para conduzir o país novamente à legalidade constitucional.
4. Durante o chamado Governo Constitucional (1934-1937), as tensões entre a Ação Integralista Brasileira e a Ação Nacional Libertadora marcaram o cenário da política nacional. Quais eram os fundamentos ideológicos e as propostas dessas duas agremiações políticas?

5. Em meio à crise institucional e política que eclodiu em fins de 1935, as forças políticas que apoiavam Getúlio Vargas começaram a gestar o golpe do Estado Novo. Descreva os acontecimentos que conduziram Vargas ao golpe e à sua permanência no poder.
6. O Estado Novo (1937-1945) contou com um forte aparato de propaganda e controle dos meios de comunicação, centralizado no Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Quais eram as principais estratégias utilizadas pelo governo para garantir esse controle e difundir a ideologia do Estado Novo?
7. Durante a Segunda Guerra Mundial, a posição do governo Vargas oscilou entre a simpatia ideológica pelos países do Eixo e o interesse político em apoiar os Aliados. Descreva esse jogo político.
8. Explique de que maneira a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial afetou a vida de milhares de imigrantes alemães, italianos e japoneses que viviam no país.
9. Narre os acontecimentos que conduziram ao fim do Estado Novo e ao início da redemocratização do país, entre 1942 e 1945.

Interpretando DOCUMENTOS

Você vai ver a seguir três versões de uma fotografia feita em 1931, na sede da Associação dos Bancários. Elas registram a entrega do documento oficial que transformaria a Associação em Sindicato dos Bancários, conforme definia a Lei de Sindicalização. A versão 1 é a foto original. A versão 2 é uma fotomontagem que se encontrava no arquivo do Sindicato e foi descoberta recentemente pelo pesquisador Marcelo Alves. A versão 3, finalmente, foi publicada pelo jornal do Sindicato, *Vida Bancária*, em junho de 1931, para divulgar o evento. Observe as diferenças entre elas e responda às questões.

Foto 1



Arquivo do Sindicato dos Bancários de São Paulo/Arquivo da editora

Cerimônia de entrega do Estatuto do Sindicato dos Bancários de São Paulo ao ministro do Trabalho, Lindolfo Collor, em 1931.

Foto 2



Arquivo do Sindicato dos Bancários de São Paulo/Arquivo da editora

À esquerda, fotomontagem com base na foto 1.

Foto 3

Arquivo do Sindicato dos Bancários de São Paulo/Arquivo da editora



Photographia tomada por ocasião da homenagem prestada pela associação ao Dr. Lindolfo Collor, DD. Ministro do Trabalho, na sua visita á nossa séde social, em 27 de Maio p. p.

À direita, a mesma fotografia publicada no jornal *Vida Bancária*, do Sindicato dos Bancários de São Paulo, em junho de 1931.

Fonte: ALVES, Marcelo. Fotografia em “preto e branco”. In: IOKOI, Zilda (Org.). *História e linguagens*. São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP, 2002.

1. Existe alguma diferença entre a foto 1 e as outras duas? Em caso afirmativo, qual seria essa diferença? Com base em seus conhecimentos, levante uma hipótese para explicar a diferença.
2. Faça uma análise da organização da foto, independentemente das mudanças produzidas pela fotomontagem. Considere a disposição física das pessoas e o objetivo do evento.
3. Em sua opinião, práticas semelhantes a essa ainda são comuns no Brasil?

Hora DE REFLETIR

Durante o Estado Novo, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) controlava as informações veiculadas pela imprensa e por outros meios de comunicação. Atualmente, não existe mais esse tipo de censura política. Entretanto, alguns analistas falam de “censura econômica”, que seria promovida pelos grandes anunciantes. São estes que, com seus anúncios e outras peças de propaganda, dão lucro aos meios de comunicação: jornais, re-

vistas, emissoras de rádio e televisão. Juntamente com seu grupo de colegas, reflita sobre isso, tendo em mente a seguinte questão: As corporações que pagam a publicidade dos meios de comunicação influenciam ou interferem na divulgação de notícias ou na escolha da programação a ser exibida pela televisão ou difundida pelas rádios? O grupo deve escolher alguns exemplos, trazê-los para a sala de aula e mostrá-los à classe.

Mundo virtual

- **1932: a guerra paulista** – Exposição sobre a Revolução Constitucionalista de 1932, no *site* do Arquivo do Estado de São Paulo. Disponível em: <www.arquivoestado.sp.gov.br/exposicao_1932/exposicao.php>. Acesso em: 28 jan. 2013.
- **Estado Novo** – Exposição virtual sobre o Estado Novo no *site* do Arquivo Nacional. Disponível em: <<http://goo.gl/rXudG>>. Acesso em: 28 jan. 2013.
- **Nas ondas do rádio** – Exposição virtual sobre a Era do Rádio no *site* do Arquivo Nacional. Disponível em: <<http://goo.gl/BFZVG>>. Acesso em: 28 jan. 2013.

A Guerra Fria

Cosmo Condina/The Image Bank/Getty Images

Observe a imagem abaixo. Nela vemos a Terra fluando no espaço e cercada por uma grande quantidade de pontos claros. Esses pontos são, em sua maioria, restos de satélites enviados ao espaço pelo ser humano. Sem utilização nos dias de hoje, eles configuram o chamado lixo espacial.

De acordo com a Nasa, no curso dos últimos cinquenta anos, cerca de 6 mil satélites foram colocados na órbita da Terra. Desse total, apenas 800 ainda se encontram em atividade. Os demais (ou o que restou deles, depois de explosões voluntárias ou involuntárias) se tornaram sucata espacial. Também fazem parte do lixo espacial restos de foguetes que explodiram durante suas missões no espaço, ferramentas e até mesmo fezes e urina congelada dos astronautas. Todo esse lixo que gira em torno do planeta, além de poluir o espaço, ainda põe em risco futuras missões espaciais, uma vez que pode colidir com foguetes, provocando sérias avarias.

A poluição do espaço sideral é algo recente. Começou na década de 1950, quando os governos da União Soviética e dos Estados Unidos desenvolveram programas visando à utilização do espaço para fins científicos e comerciais. Como veremos neste capítulo, essa época foi marcada por uma intensa polarização política e ideológica entre o mundo capitalista, liderado pelos Estados Unidos, e o mundo comunista, à frente do qual estava a União Soviética. Essa tensão, conhecida como *Guerra Fria*, só terminaria em 1991, com o fim da União Soviética.

Representação artística do lixo espacial em torno da Terra em 2008. Setenta por cento dos objetos catalogados encontram-se no máximo a 2 mil quilômetros acima da superfície terrestre. Segundo a agência espacial norte-americana, Nasa, entre 2008 e 2009 a quantidade de lixo espacial aumentou cerca de 20%.

Objetivos do capítulo

- Compreender o significado do termo Guerra Fria e relacioná-lo com o período de tensão política extrema entre os blocos comunista e capitalista, no período de 1947 a 1991.
- Compreender as implicações da polarização político-ideológica no cotidiano das pessoas, com a instauração de métodos de cerceamento das liberdades individuais, como o macarthismo nos Estados Unidos e a construção do Muro de Berlim, na Alemanha.
- Perceber a consolidação das duas superpotências – Estados Unidos e União Soviética – e a interferência direta de ambas sobre diversos países durante a Guerra Fria.
- Entender a importância político-ideológica da corrida espacial e dos avanços tecnológicos dos armamentos nucleares.
- Refletir, tanto em relação ao passado como ao presente, sobre o poder de influência dos meios de comunicação de massa.

Esas – European Space Agency/Arquivo da editora



1 As superpotências

Quando a Segunda Guerra Mundial terminou, em 1945, Inglaterra, França, Alemanha, Itália e Japão encontravam-se arrasados. Nos anos sucessivos, até mesmo as potências vencedoras (Inglaterra e França) entrariam em um período de decadência geopolítica, perdendo parte de seus impérios na África e na Ásia, onde irromperam movimentos de emancipação nacional (veja o capítulo 13).

Ao mesmo tempo, os Estados Unidos e a União Soviética se firmaram como potências hegemônicas, com suas respectivas esferas de influência: o *bloco capitalista*, liderado pelos Estados Unidos, e o *bloco socialista*, sob o controle da União Soviética (veja o mapa abaixo).

Da mesma forma que a Primeira Guerra, a Segunda Guerra Mundial também foi lucrativa para os Estados Unidos. Em primeiro lugar porque seu território (com exceção de Pearl Harbor, no Havaí) nada sofreu com o conflito; em segundo lugar porque, com o esforço de guerra, sua produção industrial duplicou entre 1939 e 1945. Essa expansão foi acompanhada de grandes avanços tecnológicos e científicos. Expressão disso foi o breve monopólio norte-americano da bomba atômica. Com ela, os Estados Unidos não tinham rivais no campo militar.

Amparado nesse poderio bélico, financeiro e tecnológico, o governo norte-americano pretendia assumir o papel de líder mundial e construir uma nova ordem em todo o planeta.

Ambição semelhante, contudo, era alimentada também pelos líderes da União Soviética. Durante as conferências de Yalta e Potsdam (releia o capítulo 10), Stalin havia conseguido definir o Leste Europeu,

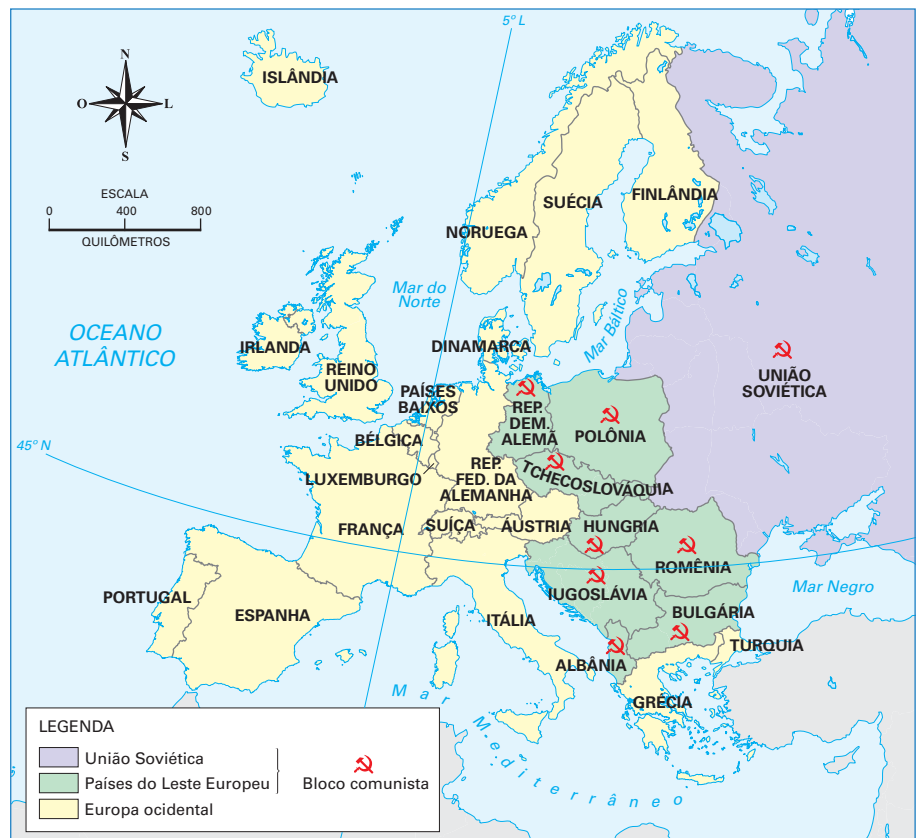
ocupado em grande parte pelo Exército Vermelho, como área de influência soviética formando com ele o *bloco comunista*.

Esse bloco surgiu ao final na Segunda Guerra, quando o Exército Vermelho, tendo vencido os alemães em território soviético, marchou em direção à Alemanha. No caminho, libertou do jugo nazista a maioria dos países do Leste e do Centro da Europa, ocupando-os militarmente. Mais tarde, foram instalados nesses países governos controlados pelos comunistas.

Liderado pela URSS, o bloco comunista era composto da Polônia, Tchecoslováquia, Hungria, Romênia, Bulgária, Albânia e da antiga Alemanha Oriental. Havia ainda a Iugoslávia, cuja libertação fora obra da Resistência sob o comando do comunista Josip Broz Tito, e não do Exército Vermelho. Esse país adotou um modelo socialista mais flexível do que o soviético, assimilado pelos outros países do Leste Europeu. Em 1948, *Tito rompeu** com Stalin.

* Veja o filme *Quando papai saiu em viagem de negócios*, de Emir Kusturica, 1985.

ZONAS DE INFLUÊNCIA NA EUROPA APÓS A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL



Fonte: GRAND atlas historique. Paris: Larousse, 2006.

2 A polarização ideológica

Para o governo dos Estados Unidos, a expansão do regime comunista punha em risco a democracia e a livre-iniciativa. Já para os soviéticos, o aumento da influência norte-americana sobre outras nações do planeta era o típico exemplo de ação imperialista e um perigo para o sucesso da revolução socialista. Nessa guerra ideológica, a propaganda foi uma das armas mais utilizadas pelos dois blocos (veja o box *Guerra publicitária*).

O macarthismo

Em março de 1947, o presidente norte-americano Harry Truman fez um pronunciamento no qual declarava que os Estados Unidos deveriam “ajudar

os povos livres” a lutar contra “movimentos agressivos que buscam impor-lhes regimes totalitários”. Era uma clara alusão à União Soviética. Para muitos historiadores, o discurso deu início à Guerra Fria.

O discurso fazia parte da *Doutrina Truman*, que consistia em oferecer sustentação econômica, política e militar aos países ocidentais, de modo a criar forças de contenção do comunismo. Assim, também em 1947, o governo norte-americano anunciou o *Plano Marshall* de ajuda à Europa.

Tratava-se de um programa que previa a aplicação, durante quatro anos (1948-1952), de 14 bilhões de dólares no esforço de reconstrução das principais economias capitalistas europeias. Foram beneficiados a Inglaterra, a França, a Alemanha Ocidental (país que seria criado em 1949, com a divisão da Alemanha), a Itália e outros países, mas não a União Soviética.

Guerra publicitária

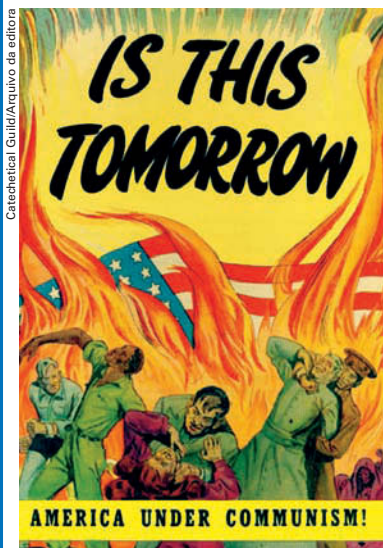


No mundo ocidental, os capitalistas procuravam mostrar que do seu lado a vida era brilhante. As facilidades tecnológicas estavam ao alcance de todos. Os cidadãos comuns possuíam carros e bens de consumo, tinham liberdade de opinião e de ir e vir. Segundo a propaganda ocidental, a vida no lado socialista, retratada em diversos filmes de Hollywood, era triste e sem brilho, controlada pela polícia política e pelo Partido Comunista.

No mundo socialista, as imagens mostravam exatamente o contrário. A vida no socialismo era alegre e tranquila. Os trabalhadores não precisa-

vam se preocupar com emprego, educação e moradia. Tudo era garantido pelo Estado. A cada dia, novas conquistas tecnológicas, especialmente na área militar e espacial, mostravam a superioridade do socialismo. A propaganda comunista revelava, ainda, um mundo ocidental decadente e individualista, onde o capitalismo reservava para alguns uma vida confortável e para a maioria uma situação de miséria, privações e desemprego.

Adaptado de: <www.tvcultura.com.br/aloescola/historia/guerrafria/guerra1/descricao panoramica2.htm>. Acesso em: 24 fev. 2010.



Capa de revista estadunidense de história em quadrinhos com propaganda anticomunista. “Assim será o amanhã?”, diz o título. Embaixo, o subtítulo acrescenta: “Os Estados Unidos sob o comunismo”.



Cartaz da URSS no pós-Segunda Guerra Mundial com os dizeres: “União Soviética, 1946 – Viva a nossa pátria soviética”. Ao retratar uma criança sorridente no colo da mãe, também sorridente, e com a bandeira do país, o cartaz adota um tom ufanista e otimista em relação ao futuro da sociedade soviética.

O temor à “subversão comunista” dentro do próprio país levou o governo norte-americano a criar, em 1947, a *Central Intelligence Agency*, CIA, serviço secreto de inteligência com autorização para interferir em assuntos internos de outros países. Dois anos mais tarde, os norte-americanos lideraram a criação da *Organização do Tratado do Atlântico Norte*, Otan, aliança militar formada na época por doze países capitalistas, entre os quais a Inglaterra e a França.

Em 1950, o senador Joseph McCarthy assumiu a liderança do *Comitê de Atividades Antiamericanas*, criado para identificar e punir pessoas suspeitas de envolvimento com o comunismo. McCarthy deu início então a uma intensa campanha de intimidação contra intelectuais, líderes trabalhistas e funcionários do governo acusados de “esquerdismo”. Tal campanha ficou conhecida como *macarthismo**.

Um dos principais alvos dessa perseguição foi a indústria cinematográfica de Hollywood. Os membros do Comitê consideravam Hollywood como “foco de comunismo”, uma vez que muitos de seus profissionais já haviam manifestado inclinações de esquerda.

Um grande número de diretores, atores e roteiristas começou a ser interrogado a respeito de possíveis envolvimento com o comunismo. As pessoas acusadas passaram a integrar uma lista do governo e ficavam impedidas de trabalhar em qualquer atividade ligada à indústria cinematográfica. A situação agravava-se ainda mais porque muitas das denúncias contra esses profissionais eram *forjadas**, pois McCarthy chegava a subornar testemunhas para fazerem acusações sem provas.

Diante de tamanha perseguição, muitos artistas se refugiaram no exterior, como o diretor e ator Charlie Chaplin, que se mudou para a Suíça. Outros, como o roteirista Dalton Trumbo (1905-1976), um dos mais famosos de Hollywood na época, só conseguiam escrever os roteiros dos filmes sob pseudônimo.

* Veja os filmes *Testa de ferro por acaso*, de Martin Ritt, 1976, *Culpado por suspeita*, de Irwin Winkler, 1991, e *Cine Majestic*, de Frank Darabont, 2001.

* Veja o filme *Boa noite e boa sorte*, de George Clooney, 2005.



Library of Congress/Everett Collection/Latinstock

O roteirista de cinema de Hollywood Waldo Salt (1914-1987), à direita, depõe no *Comitê de Atividades Antiamericanas*, em 1951. Por ter se recusado a prestar informações, Salt sofreu perseguições por parte do governo dos Estados Unidos. Em 1969, foi agraciado com o Oscar de melhor roteiro, com o filme *Perdidos na noite* (*Midnight cowboy*).

A divisão da Alemanha

Na União Soviética, as preocupações não eram menores. O governo desenvolveu um plano de auxílio econômico aos países do bloco comunista e procurou isolar-se das nações capitalistas.

Em 1948, os governos dos Estados Unidos, da França e da Inglaterra entregaram a administração das três regiões da Alemanha sob sua guarda a autoridades alemãs eleitas pela população. Vendo nisso a organização de um Estado alemão em separado, a União Soviética fechou os acessos ferroviários e rodoviários que ligavam as três regiões a Berlim Ocidental. Berlim estava situada na parte oriental da Alemanha, sob ocupação soviética (veja mapa na página seguinte). Sua parte ocidental, entretanto, era administrada por franceses, ingleses e norte-americanos.

Esse episódio, conhecido como *Bloqueio de Berlim*, quase precipitou o mundo em uma nova guerra. Em 1949, o bloqueio foi suspenso. Nesse mesmo ano, foram criados dois Estados alemães independentes: a *República Federal da Alemanha* (ou *Alemanha Ocidental*), de economia capitalista, e a *República Democrática da Alemanha* (ou *Alemanha Oriental*), de economia estatal-socialista.

Com a morte de Stalin, em 1953, a União Soviética entrou em um período de distensão, sob o comando de seu novo líder, Nikita Krushev. Entretanto, em 1954 o governo soviético criou também seu serviço de inteligência e espionagem internacional, a KGB, sigla em russo de *Comitê para a Segurança do Estado*. Como resposta à fundação da Otan, em 1955 os países do bloco comunista formaram uma aliança militar denominada *Pacto de Varsóvia* (veja o boxe *James Bond e outros espões*).

A ALEMANHA DIVIDIDA



Adaptado de: WORLD History Atlas: Mapping the Human Journey. London: Dorling Kindersley, 2005.

Em 1961, para impedir o constante aumento no número de pessoas que fugiam da Alemanha Oriental para a Ocidental, os soviéticos construíram em uma única noite um muro que dividiu ao meio a cidade de Berlim. Fortemente vigiado por soldados soviéticos, o chamado *muro da vergonha* acabou se transformando no principal símbolo da Guerra Fria (veja a seção *Passado presente*).

A DIVISÃO DE BERLIM



Adaptado de: WORLD History Atlas: Mapping the Human Journey. London: Dorling Kindersley, 2005.

James Bond e outros espões

Os anos da Guerra Fria foram também os do auge da *espionagem internacional**, com a CIA e a KGB espalhando agentes por todo o mundo e recorrendo aos mais elaborados esquemas para obtenção de informações estratégicas.

Um dos primeiros trabalhos da CIA foi desmoralizar secretamente os candidatos do Partido Comunista Italiano, que tinham possibilidades reais de vitória nas eleições de 1948. Entre outras ações, a CIA organizou e financiou assassinatos de

* *Veja os filmes **Intriga internacional**, de Alfred Hitchcock, 1959, e **Sob o domínio do mal**, de John Frankenheimer, 1962.*

líderes estrangeiros considerados contrários aos interesses dos Estados Unidos, como o do ex-primeiro-ministro da atual República Democrática do Congo, Patrice Lumumba (1925-1961), e o do ditador Rafael Trujillo (1891-1961), da República Dominicana, ambos em 1961. Nas décadas de 1960 e 1970, incentivou a implantação de regimes militares de direita na América Latina, em nações nas quais a esquerda estava em crescimento, entre as quais o Brasil.

Já a KGB, que coordenava os serviços de espionagem da União Soviética, chegou a ter 1,5 milhão de colaboradores, muitos deles infiltrados nos Es-

tados Unidos. Ela também teve intensa atuação interna, prendendo e matando dissidentes no interior do bloco comunista.

A espionagem internacional é repleta de histórias mirabolantes e inspirou filmes, como os da série *007*, e livros (entre os quais, os de John le Carré). Um dos casos mais polêmicos foi a execução em

1953, nos Estados Unidos, do casal *Ethel e Julius Rosenberg**, acusados de

entregar aos comunistas segredos do programa nuclear norte-americano.

Fontes: DIAS JÚNIOR, José Augusto; ROUBICEK, Rafael. *A Guerra Fria*. 2. ed. São Paulo: Ática, 2001; Os segredos da KGB. *História Viva*. Ano I. n. 4.

* Veja o filme *Daniel*, de Sidney Lumet, 1983.

PASSADO Presente

Outros muros da vergonha

O muro de Berlim caiu em novembro de 1989, depois de manter a cidade alemã separada em duas partes por quase três décadas. No curso desse período ocorreram 5 075 fugas bem-sucedidas de alemães orientais para a zona ocidental; 18,3 mil pessoas foram presas tentando escapar em direção ao lado ocidental e outras 270 morreram na tentativa.

Entretanto, o triste exemplo deixado por essa construção não foi suficiente para que a humanidade parasse de construir muros visando separar povos ou países com interesses distintos. Ainda hoje, em diversos lugares do mundo novos muros são erguidos com esse objetivo. Veja alguns exemplos.

Estadunidenses *versus* mexicanos: em 2006, o governo dos Estados Unidos iniciou a construção de um muro de 1,1 mil quilômetros ao longo dos 3,2 mil quilômetros da fronteira que separa os dois países. O projeto prevê um muro com três barreiras de contenção e vigilância permanente com sofisticados equipamentos de segurança. O objetivo alegado é impedir a entrada de imigrantes ilegais no país, principalmente mexicanos e centro-americanos. Até 2012 já haviam sido construídos mais de mil quilômetros de barreira. Muitos estudiosos sugerem que a construção tem caráter ideológico, pois impediria a integração entre povos desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Israelenses *versus* palestinos: em 2002, o governo de Israel deu início à construção de um muro de mais de 700 quilômetros de extensão na fronteira entre seu país e a Cisjordânia, no Oriente Médio. Segundo as autoridades israelenses, ao se decidir pela construção da barreira elas pretendiam evitar a infiltração de terroristas suicidas palestinos no território is-



Muro erguido por decisão do governo de Israel nas proximidades da cidade de Ramallah, na Cisjordânia, região da Palestina. À direita, pode-se ver um vilarejo palestino isolado pelo muro. O Tribunal Internacional de Justiça de Haia considerou ilegal a barreira. Foto de 2010.

raelense. Em 2004, o Tribunal Internacional de Justiça de Haia declarou o muro ilegal, uma vez que invade terras palestinas e deixa milhares de pessoas isoladas. Diante das críticas, o governo israelense alterou o traçado. Apesar disso, o muro ainda invade cerca de 4,5% do território da Cisjordânia.

Espanhóis *versus* marroquinos: as cidades de Ceuta e Melilla são dois enclaves espanhóis na região do Marrocos, no norte da África. A partir da década de 1990, o governo espanhol determinou a construção de barreiras em torno das duas cidades, de modo a impedir a entrada ilegal de imigrantes marroquinos. Assim, em Ceuta foi erguido um muro com 8 metros de altura, e em Melilla, uma cerca dupla de arame farpado com até 6 metros de altura. As duas barreiras são fortemente vigiadas por militares e modernos equipamentos de segurança.

3 O terror nuclear

Em 1949, os soviéticos fizeram seu primeiro teste nuclear, explodindo uma bomba atômica no deserto do Casaquistão. A explosão deu início à corrida nuclear entre as duas superpotências. A partir de então, os governos dos Estados Unidos e da União Soviética passaram a investir fabulosas somas de dinheiro na indústria bélica e na pesquisa de armas cada vez mais destrutivas, como a bomba de hidrogênio, quinhentas vezes mais potente do que a bomba atômica, e os mísseis de longo alcance munidos de ogiva nuclear.

A corrida nuclear difundiu o medo por todo o planeta. Temia-se que a qualquer momento um dos dois países decidisse utilizar essas armas contra seu rival, dando início a uma *guerra nuclear** de efeitos devastadores. Em 1962, o mundo esteve à beira de uma guerra desse tipo durante a *crise dos mísseis*, que envolveu os governos de Cuba, dos Estados Unidos e da União Soviética.

* Veja os filmes *Doutor Fantástico*, de Stanley Kubrick, 1963, *O dia seguinte*, de Nicholas Meyer, 1983, e *Síndrome da China*, de James Bridget, 1979.

Em outubro de 1962, o governo dos Estados Unidos descobriu por meio de satélites que mísseis nucleares soviéticos estavam sendo instalados em Cuba, a apenas 150 quilômetros do estado da Flórida. A descoberta colocou em sobressalto a opinião pública norte-americana, levando o presidente John Kennedy a determinar o bloqueio de Cuba por terra e por mar.

Naquele momento, qualquer ato impensado poderia precipitar o mundo em uma guerra atômica. Diante da pressão norte-americana, os soviéticos retiraram seus mísseis, com a garantia de que o governo dos Estados Unidos não invadiria Cuba, como tentara fazer um ano antes (sobre o assunto, leia o capítulo 12).

Para evitar que crises como essa provocassem uma guerra nuclear, no ano seguinte foi instalada uma linha telefônica entre a Casa Branca, sede do governo dos Estados Unidos, e o Kremlin, centro do poder soviético, de modo a colocar em contato direto os líderes das duas superpotências em momentos de grande tensão internacional. Essa linha é conhecida como *telefone vermelho*.

Um dos desdobramentos dessa competição foi a corrida espacial, inaugurada com o lançamento do *Sputnik*, primeiro satélite soviético, em 1957 (veja o boxe *A corrida espacial*).

A corrida espacial

Em 1957, o mundo foi surpreendido com o lançamento do primeiro satélite artificial da Terra – o *Sputnik*, de fabricação soviética. Era o começo da corrida espacial entre as duas superpotências. Os soviéticos saíram na frente. Uma semana depois, foi colocado em órbita o *Sputnik 2*, com a cadela *Laika*, primeiro ser vivo a ir para o espaço.

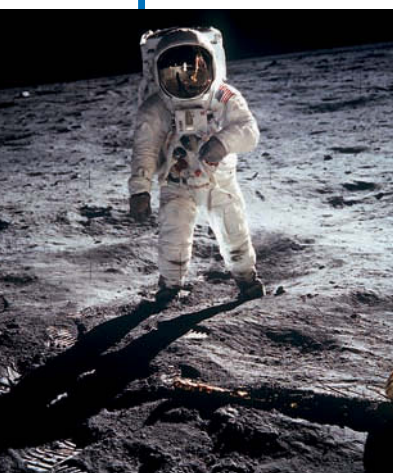
O governo dos Estados Unidos reagiu em 1958, com a criação da *Nasa*, órgão responsável pelo programa espacial norte-americano, e o lançamento do *Explorer 1* no mesmo ano.

A partir de 1960, o principal objetivo das viagens espaciais passou a ser o envio de seres humanos ao espaço. Novamente a União Soviética saiu na frente: em 1961, enviou Iuri Gagarin na cápsula espacial *Vostok 1*, que percorreu cerca de 40 mil quilômetros em volta da Terra numa única órbita. A viagem durou uma hora e 48 minutos. Em 1962, os norte-americanos enviaram John Glenn ao espaço.

Apesar da vantagem inicial soviética, foram astronautas norte-americanos os únicos seres humanos a chegar à Lua até agora. Em 20 de julho de 1969, o módulo lunar da nave *Apollo 11* pousou no solo do satélite. Neil Armstrong, um de seus três tripulantes, tornou-se então o primeiro ser humano a pisar na superfície lunar.

Adaptado de: *ComCiência*, *Revista Eletrônica de Jornalismo Científico*. Disponível em: <www.comciencia.br/reportagens/espaco/espc09.htm>. Acesso em: 24 fev. 2010.

O astronauta estadunidense Buzz Aldrin, piloto do módulo lunar da nave *Apollo 11*, caminha pela superfície da Lua, em foto de 20 de julho de 1969. A chegada à Lua foi uma significativa vitória do governo dos Estados Unidos na disputa pelo espaço sideral travada com o governo da União Soviética.



JSC Digital Image Collection/Nasa

Guerras “quentes”

Apesar da enorme rivalidade, as forças armadas dos Estados Unidos e da União Soviética sempre evitaram o confronto direto. Em algumas áreas, contudo, as tensões decorrentes do velho colonialismo em declínio ou da própria Guerra Fria podiam eventualmente explodir em *guerras localizadas*. Nesses conflitos, a intervenção das duas superpotências se dava quase sempre de forma indireta, por meio do apoio material e político às forças em luta.

Em alguns casos, como na *Guerra da Coreia** (1950-1953), a intervenção norte-americana não se restringiu ao apoio a uma das facções (nesse caso, a Coreia do Sul), mas se deu sob a bandeira da ONU.

Em outros casos, o governo norte-americano utilizou a CIA para promover golpes de Estado, como ocorreu no Irã (1953) e na Guatemala (1954). Uma exceção à regra foi a *Guerra do Vietnã** (1959-1975), na qual as forças armadas dos Estados Unidos intervieram abertamente sem o biombo da ONU (leia o boxe na página seguinte).

O governo da União Soviética, por sua vez, também apoiou guerras de libertação nacional e levantes

* Veja o filme *Mash*, de Robert Altman, 1970.

* Veja os filmes *Apocalypse Now*, de Francis Ford Coppola, 1979, *Platoon*, de Oliver Stone, 1986, *Bom Dia Vietnã*, de Barry Levinson, 1987, *Nascido para matar*, de Stanley Kubrick, 1987, e *Nascido em 4 de julho*, de Oliver Stone, 1989.

anti-imperialistas na África, Ásia e América Latina. Ao mesmo tempo, reprimiu de forma brutal movimentos democráticos e manifestações operárias que reivindicavam melhores condições de vida, eleições livres e liberdade de expressão nos países do Leste europeu.

Em 1956, por exemplo, eclodiu na Hungria um movimento popular contra a presença de tropas soviéticas no país. Formaram-se conselhos operários e foi criado um novo governo com comunistas dissidentes. Embora não se tratasse de uma revolta pró-capitalista, o governo soviético esmagou a rebelião a ferro e fogo e executou seus líderes.

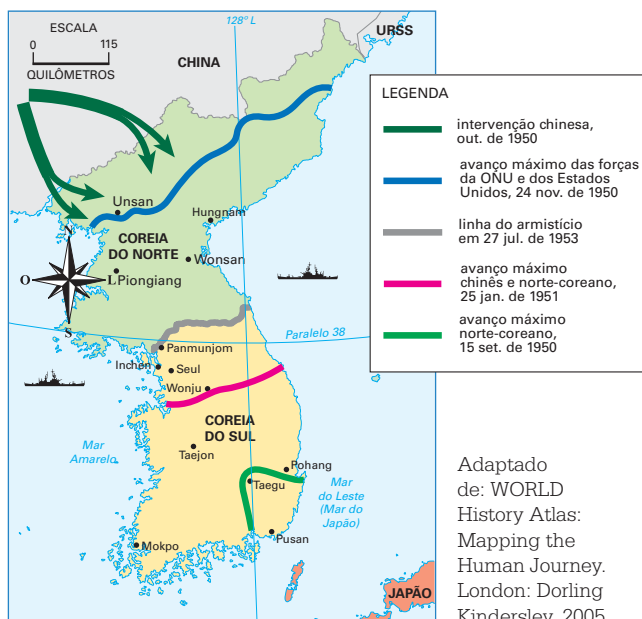
Em 1968, tropas soviéticas *ocuparam a Tchecoslováquia** para impedir que o governo tcheco (comunista) continuasse a adotar medidas democratizantes. Em 1979, invadiram o Afeganistão, que se encontrava em meio a uma guerra civil. Foi a primeira intervenção soviética direta fora dos países do bloco comunista desde a Segunda Guerra Mundial.

Os enormes gastos para manter suas tropas no *Afeganistão** desestabilizaram de maneira significativa a economia soviética, piorando as condições de vida da população. Isso contribuiu para a desintegração da União Soviética em 1991, como veremos no capítulo 18.

* Leia o livro *A insustentável leveza do ser*, de Milan Kundera, *Companhia das Letras*, e veja os filmes *A confissão*, de Costa-Gavras, 1970, e *A insustentável leveza do ser*, de Phillip Kaufman, 1989.

* Veja o filme *Jogos do poder*, de Mike Nichols, 2007.

A GUERRA DA COREIA (1950-1953)



A GUERRA DO VIETNÃ (1959-1975)





As guerras da Coreia e do Vietnã

Terminada a Segunda Guerra Mundial, a península da Coreia foi dividida em duas zonas de influência, como ficou definido na Conferência de Potsdam: o Sul, sob controle norte-americano; o Norte, na esfera soviética. As duas potências mantiveram suas tropas na região até 1948, ano em que as divergências entre ambas culminaram na divisão oficial do território coreano em dois países, a *República da Coreia* (Sul) e a *República Popular Democrática da Coreia* (Norte).

Em 1950, as duas nações entraram em guerra. A ONU declarou agressora a Coreia do Norte e enviou para lá tropas norte-americanas sob o comando do general MacArthur. Em contrapartida, a China, onde os comunistas haviam chegado ao poder em 1949, entrou no conflito ao lado dos norte-coreanos. Em 1953 foi assinado um armistício que ratificou a divisão da península Coreana.

Já o Vietnã havia sido parte da *Indochina**, uma colônia da França. Em 1945, os comunistas do Norte da região declararam sua independência. Começou então uma guerra entre eles e os franceses. Derrotados no conflito, em 1954 os franceses aceitaram a divisão da Indochina em três países: Vietnã, Laos e Cam-

* Veja os filmes *Indochina*, de Régis Wargnier, 1992 e *O americano tranquilo*, de Julian Glover, 2003.

Avião B52 StratoFortress, da Força Aérea estadunidense, solta bombas sobre área vietnamita, durante a Guerra do Vietnã, em meados de 1960.



Popperfoto/Getty Images

boja (veja o mapa da Guerra do Vietnã, na página 135). O Vietnã, por sua vez, foi dividido em duas partes: o Vietnã do Norte, comunista, e o Vietnã do Sul, capitalista.

Norte e Sul deveriam ser unificados por meio de eleições, mas o governo dos Estados Unidos, temendo a vitória eleitoral dos comunistas, impediu a realização do pleito. Em resposta, os comunistas do Norte organizaram um exército de guerrilheiros – os vietcongues. Teve início então nova guerra, na qual forças estadunidenses intervieram ao lado do governo do Vietnã do Sul com milhares de soldados, além de armas e aviões.

Apesar do poderio bélico das forças armadas dos Estados Unidos, que enviaram 500 mil soldados, os vietcongues venceram a guerra: em 1973, o governo estadunidense saiu do conflito e em 1975 foi firmada a paz entre Hanói (capital do Norte) e Saigon (capital do Sul). Em 2 de julho de 1976, o Vietnã foi oficialmente reunificado sob regime comunista.

Enquanto isso...

A descoberta do DNA

No mesmo ano em que a Guerra da Coreia chegou ao fim (1953), os cientistas britânicos James D. Watson e Francis Crick anunciaram a descoberta da estrutura do DNA (ácido desoxirribonucleico), um dos mais importantes feitos científicos do século XX.



Alfred Pasiaka/Science Photo Library/Stock Photos

O DNA é um material genético que aparece nos organismos vivos. Ele contém o código genético para todas as formas de vida. Trata-se de uma molécula de filamentos duplos ligados por uma estrutura retorcida como uma escada em espiral. Sua forma é semelhante a uma hélice dupla constituída de

Trabalho de computador mostra parte de uma espiral de DNA (ácido desoxirribonucleico). A descoberta do DNA na década de 1950 foi o início de uma nova era no campo científico: a era da revolução genética. As experiências com células-tronco são uma consequência dessa revolução.

açúcar e fosfato na parte externa e de bases nitrogenadas ordenadas aos pares em seu interior: adenina com timina, guanina com citosina. Cada região do DNA, o chamado *gene*, controla uma característica hereditária específica do indivíduo, como a altura, a cor dos olhos ou dos cabelos, etc.

1. O que foi a Guerra Fria?
2. No fim da Segunda Guerra Mundial, Estados Unidos e União Soviética se constituíram nas duas superpotências do planeta. Explique como isso aconteceu.
3. O senador norte-americano Joseph McCarthy tornou-se célebre ao assumir a liderança do Comitê de Atividades Antiamericanas e iniciar uma campanha que ficou conhecida como *macarthismo*. Explique o contexto norte-americano que deu origem a esse fenômeno.
4. Como a Guerra Fria se manifestou na Alemanha?
5. No final da Segunda Guerra Mundial, os governos dos Estados Unidos e da União Soviética criaram suas agências de inteligência e espionagem, a CIA e a KGB, respectivamente. Que papel tinham elas e que ações desenvolviam no contexto internacional da Guerra Fria?
6. Entre 1950 e 1975, o continente asiático foi abalado por duas guerras, a da Coreia e a do Vietnã. Que relação podemos estabelecer entre a Guerra Fria e esses dois conflitos?
7. A luta ideológica entre os blocos rivais durante a Guerra Fria estabeleceu duas visões de mundo completamente opostas. Faça uma síntese da guerra publicitária decorrente dessa rivalidade, identificando como as duas ideologias se representavam e como descreviam o bloco oposto.
8. Um dos aspectos centrais da Guerra Fria foi a competição tecnológica entre Estados Unidos e União Soviética. Nessa atmosfera, qual foi o papel assumido pela corrida armamentista e pela corrida espacial?

Hora DE REFLETIR

No Brasil, 98% das pessoas com mais de 10 anos, assistem televisão pelo menos uma vez por semana. Em 1993, as emissoras de rádio e TV do Brasil aprovaram o *Código de Ética da Radiodifusão Brasileira*. Seu artigo quinto afirma: "As emissoras transmitirão entretenimento do melhor nível artístico e moral, seja de sua produção, seja adquirido de terceiros, considerando que a radiodifusão é um meio popular e acessível à quase totalidade dos lares".

Em sua opinião, as emissoras de TV obedecem a esse artigo? Como você avalia a qualidade da programação das emissoras de TV? Por que a televisão tem um poder de penetração tão forte no Brasil?

Ao apresentar o resultado da reflexão à classe, expresse sua opinião por meio de uma charge, uma frase curta ou um símbolo. Exponha o material que você produziu e explique-o oralmente.

Mundo virtual

- **Museu Nacional da Força Aérea dos Estados Unidos** – Passeio virtual pelo *site* do museu (em inglês). As salas são temáticas e podem ser acessadas a partir de um mapa. Há uma específica do período da Guerra Fria. Disponível em: <www.nmusafvirtualtour.com/full/tour-pkg.html>. Acesso em: 11 jan. 2013.
- **Berlin Hall History** – *Site* em inglês sobre o Muro de Berlim. Disponível em: <www.dailysoft.com/berlinwall>. Acesso em: 11 jan. 2013.
- **Cold War Files** – *Site* em inglês com diversos documentos sobre o período da Guerra Fria. Disponível em: <<http://legacy.wilsoncenter.org/coldwarfiles/index.html>>. Acesso em: 11 jan. 2013.

Meios de comunicação de massa

Don Spiro/Stone/Getty Images

Os documentos desta seção debatem o papel dos meios de comunicação nos dias de hoje. No primeiro deles, o escritor uruguaio Eduardo Galeano analisa a crescente concentração dos meios de comunicação de massa em poucas mãos. No segundo, o jornalista e sociólogo espanhol Ignácio Ramonet discute a mercantilização da informação. No terceiro documento, o jornalista brasileiro José Arbex Jr. debate os interesses econômicos e políticos que permeiam as versões dos fatos apresentados pela mídia televisiva. Após a leitura dos textos, responda às questões propostas.

DOCUMENTO 1 – Texto

Os meios dominantes de comunicação estão em poucas mãos, que são cada vez menos mãos, e em regra atuam a serviço de um sistema que reduz as relações humanas ao mútuo uso e ao mútuo medo. Nos últimos tempos, a galáxia internet abriu imprevistas e valiosas oportunidades de expressão alternativa. Pela internet estão irradiando suas mensagens numerosas vozes que não são ecos do poder. Mas o acesso a essa autopista da informação é ainda um privilégio dos países desenvolvidos, onde residem noventa e cinco por cento dos usuários. [...]

O controle do ciberespaço depende das linhas telefônicas e não é nada casual que a onda de privatizações dos últimos anos no mundo inteiro tenha arrancado os telefones das mãos públicas para entregá-los aos grandes conglomerados da comunicação. Os investimentos norte-americanos em telefonia estrangeira se multiplicaram muito mais do que os demais investimentos, enquanto avança a galope a concentração de capitais: até meados de 1998, oito megaempresas dominavam o negócio telefônico nos Estados Unidos, e numa só semana se reduziram a cinco.

A televisão aberta e por cabo, a indústria cinematográfica, a imprensa de tiragem massiva, as grandes editoras de livros e de discos e as emissoras de rádio de maior alcance também avançam, com botas de sete léguas, para o monopólio. [...]

Também são reveladores os números de publicidade no mundo: atualmente, metade de todo o dinheiro que o planeta gasta em publicidade vai parar no bolso de apenas dez conglomerados, que açambarcaram a produção e a distribuição de tudo o que se relaciona com imagem, palavra e música. [...]

Não é provável que as leis antitruste, que outrora ameaçavam os reis do petróleo e do aço, possam pôr em perigo a trama planetária que está tornando possível o mais perigoso dos despotismos: o que atua sobre o coração e a consciência da humanidade inteira.

A tecnologia põe a imagem, a palavra e a música ao alcance de todos, como nunca antes ocorrera na história humana, mas essa maravilha pode se transformar num logro para incautos se o monopólio privado acabar impondo a ditadura da imagem única, da palavra única e da música única. Ressalvadas as exceções, que afortunadamente existem e não são poucas, essa pluralidade tende, em regra, a nos oferecer milhares de possibilidades de escolher entre o mesmo e o mesmo. Como diz o jornalista argentino Ezequiel Fernández-Moore, a propósito da informação: “Estamos informados de tudo, mas não sabemos de nada”.

Extraído de: GALEANO, Eduardo.
De pernas pro ar: a escola do mundo ao avesso.
Porto Alegre: L&PM, 2001. p. 280-286.



A concentração dos meios de comunicação ameaça o pluralismo da imprensa. Leva a privilegiar a rentabilidade. E a colocar nos postos de comando administradores cuja preocupação é responder às exigências dos fundos de investimento que detêm uma parte do capital. Esses fundos baseiam-se em taxas de retorno dos investimentos de 20% a 50%. Como a imprensa é considerada um setor de “relativo risco”, não hesitam em exigir “enxugamentos com demissões de trabalhadores”.

Um dos direitos mais preciosos dos seres humanos é o de comunicar livremente suas ideias e opi-

niões. Nas sociedades democráticas, a liberdade de expressão não somente é garantida como se faz acompanhar por outro direito fundamental: o de ser bem informado. Ora, esse direito é posto em risco pela concentração dos meios de comunicação, pela fusão de jornais – que antes eram independentes – em grupos que se tornaram hegemônicos. Deverão as pessoas tolerar esse abuso contra a liberdade de imprensa? Aceitarão que a informação seja reduzida a uma mera mercadoria?

Extraído de: RAMONET, Ignácio. Os novos imperadores da mídia. In: Vários autores. *Caminhos para uma comunicação democrática*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2007. p. 96-97.

A televisão [...] não é mera “observadora” ou “repórter”: tem o poder de interferir nos acontecimentos. O telenoveliário diário adquiriu o estatuto de uma peça política, cuja lógica é determinada pelas relações de cada veículo da mídia com o sistema político, financeiro e econômico do país ou região em que se encontra. [...]

A mídia cria diariamente a sua própria narrativa e a apresenta aos telespectadores [...] como se essa narrativa fosse a própria história do mundo. Os telespectadores, embalados pelo “estado hipnótico” diante da tela de televisão, acreditam que aquilo

que veem é o mundo em estado “natural”, é “o” próprio mundo.

O leitor pode “garimpar” a “verdade da notícia” mediante a confrontação da versão construída por determinado veículo, com a versão apresentada por outros veículos de comunicação e com seus próprios conhecimentos e convicções. Mas esse processo só será eficaz se mantiver no horizonte a ideia do trabalho jornalístico sempre como o resultado de uma rede extremamente complexa de interesses.

Extraído de: ARBEX JR., José. *Showrnlismo: a notícia como espetáculo*. São Paulo: Casa Amarela, 2001. p. 98-103.

Refleta e responda

1. Após a leitura dos documentos, você diria que os modernos meios de comunicação, como a internet e a televisão, garantem a democratização da informação? Cite trechos dos documentos que possam justificar sua resposta.
2. Segundo Eduardo Galeano, que perigo pode oferecer a grande concentração dos meios de comunicação de massa em poucas mãos? Você concorda com ele? Justifique sua resposta.
3. Com base nos documentos apresentados e nos temas estudados nesta unidade, explique como a manipulação das informações e das imagens pode servir a interesses políticos. Cite um acontecimento atual em que essa conduta foi aplicada e indique os motivos de sua escolha.
4. Em sua opinião, o direito à comunicação deveria ser defendido como um direito humano básico assim como o direito à saúde e à educação? Justifique sua resposta.
5. Em dupla, elabore três propostas para incentivar uma atitude crítica diante das informações divulgadas pelos meios de comunicação de massa.


unidade 3

Violência

Você sabe o que é violência? Ela está presente todos os dias nos noticiários. Pode também estar à nossa espera, ao atravessar uma rua ou em uma esquina qualquer. São muitas as suas formas de manifestação: assaltos, agressões dentro de casa, acidentes de trânsito, balas perdidas, ações arbitrárias da polícia, guerras, atentados terroristas.



Instalação composta de 960 tijolos em frente ao Congresso Nacional, na Esplanada dos Ministérios. O intuito da intervenção era chamar atenção para o número de assassinatos por semana no Brasil, simbolizado pelos tijolos. Segundo o Instituto Sangari, os índices da violência em 2012 no Brasil superaram os de países em guerra. Foto de 2012.



Muro de antigo campo de concentração nazista na Áustria, em foto de 2008.

Seja como for, podemos definir violência como qualquer tipo de ação que provoca lesões físicas, morais e psíquicas ou a morte em um indivíduo ou em um grupo de pessoas.

A violência é um dos fenômenos mais frequentes na história da humanidade. Conflitos com o uso da violência ocorrem desde a época remota em que se constituíram os primeiros agrupamentos humanos. Uma das formas mais comuns de violência tem sido a tentativa de conquista e dominação de populações por Estados em busca de expansão territorial, como ocorreu com o colonialismo e a formação de impérios.

Um governo pode também usar de violência contra a população de seu próprio país, até mesmo em sociedades consideradas democráticas. Um caso extremo é o da ditadura, regime político ou forma de governo que suprime a liberdade de expressão e de associação e utiliza métodos repressivos, como a prisão e a tortura, para intimidar e calar seus opositores.

Situações como essas – dominação estrangeira ou opressão interna – tendem a provocar reações igualmente violentas por parte de grupos rebeldes ou de setores oprimidos da população. Nesses casos, temos a violência revolucionária, que pode assumir proporções maiores ou menores, como ocorreu na Revolução Francesa (1789) e na Revolução Russa (1917).

Nesta unidade, veremos como a violência de Estado e a violência revolucionária se manifestaram em diversos lugares do mundo no decorrer da segunda metade do século XX.

COMEÇO DE CONVERSA

1. Você já presenciou algum tipo de violência? Explique como foi.
2. Você considera o Brasil um país violento? Que fatores podem ser associados às manifestações violentas em nossa sociedade?

O bloco comunista

Emmanuel Faure/Taxi/Getty Images

Desde janeiro de 2013, os cubanos podem sair livremente do país sem a necessidade de um visto fornecido pelo governo. Essa medida, aprovada em 2012, pôs fim a uma proibição que vigorava em Cuba há mais de 50 anos e que, ao longo desse período, impediu muitos cubanos de viajarem ao exterior.

Essa flexibilização em relação à saída de pessoas do país veio acompanhada também de uma reforma econômica. Entre 2011 e 2012, foram aprovadas mais de trezentas mudanças econômicas, com o objetivo de desenvolver o país, diminuir a dependência da população em relação ao Estado e arrecadar mais impostos. Decretos que liberaram a comercialização de casas e carros e permitiram que o banco estatal concedesse empréstimos a trabalhadores do setor privado, impensáveis em Cuba até pouco tempo atrás, foram sancionados.

Essas mudanças começaram a ser postas em prática em Cuba depois que Raul Castro assumiu a Presidência do país, em 2008. Ele ascendeu ao poder após a renúncia do ex-presidente Fidel Castro, que esteve à frente do país por 49 anos. Fidel chegou ao governo em 1959, durante um processo revolucionário que implantou o socialismo em Cuba.

Sob a liderança de Fidel, Cuba experimentou grandes avanços sociais. Em contrapartida, o governo extinguiu a liberdade de opinião e reprimiu todo tipo de oposição. Neste capítulo veremos como Cuba e outros países se tornaram socialistas a partir de meados do século XX.

Objetivos do capítulo

- Compreender o processo histórico que levou à implantação do comunismo em vários países do mundo na segunda metade do século XX.
- Conhecer as características da revolução comunista na China e em Cuba e perceber as diferenças entre os dois processos.
- Compreender a importância da implantação do comunismo em Cuba, como uma referência para a ascensão da esquerda em países da África e da América nesse período.
- Conhecer algumas ações dos Estados Unidos na tentativa de impedir a influência do comunismo em países da América Latina, especialmente.
- Refletir sobre o conceito central da unidade: *Violência*.

Greg Kohn/Getty Images



Próxima ao ponto de um engraxate, uma loja de roupas (veja detalhe pela janela) vende joias, sapatos e camisetas na Havana Velha. Processos recentes de regulamentação comercial em Cuba permitiram a abertura de negócios próprios a milhares de cidadãos pela primeira vez desde 1959. Foto de 2012.

1 A expansão do comunismo

O primeiro país no qual o socialismo foi instaurado de forma duradoura foi a Rússia. Ali, a ascensão dos bolcheviques (comunistas) ao poder ocorreu por meio de uma revolução – a de novembro de 1917 –, da qual surgiu a União Soviética. Por quase três décadas, a União Soviética foi a única nação comunista do mundo. Essa situação começou a mudar logo após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

No Leste europeu, países libertados do nazismo pelo Exército Vermelho russo adotaram o modelo soviético de socialismo burocrático de Estado e passaram a integrar o bloco comunista (ou socialista).

A partir de então, o comunismo ganhou força em outros continentes, chegando ao poder em regiões da Ásia, da África e da América. Em alguns lugares, como na China ou em Cuba, o socialismo triunfou no bojo de uma revolução. Em outros, como no Chile, foi instaurado por vias democráticas.

Com essa expansão geográfica, os governos do bloco socialista fortaleceram seu poder de barganha em relação aos governos dos Estados Unidos e de outros países do bloco capitalista. O grupo dos países não alinhados (releia o capítulo anterior), por sua vez, ganhou consistência ideológica, fundindo seu anticolonialismo inicial a propostas de conotações socialistas.

2 A China vermelha

Os comunistas ascenderam ao poder na China em 1949, após vencer uma guerra civil de 22 anos contra as forças do então presidente Chiang Kai-shek (1887-1975).

Chiang Kai-shek e seus correligionários refugiaram-se na ilha de Formosa (Taiwan), onde tentaram estabelecer um governo paralelo, com o apoio dos Estados Unidos. No dia 1º de outubro de 1949, Mao Tsé-tung (1893-1976) proclamou no continente a República Popular da China.

O país cujo controle encontrava-se agora nas mãos do Partido Comunista Chinês (PCC) estava em ruínas. Apenas 0,6% da população trabalhava nas poucas indústrias chinesas. O comércio limitava-se, basicamente, ao varejo; na zona rural, a produção

de alimentos era insuficiente para atender a toda a população, de aproximadamente 580 milhões de habitantes. A fome alastrava-se pelo país, e o novo governo precisava agir rapidamente para reverter esse quadro.

Em 1950, o governo chinês assinou um tratado de amizade com a União Soviética e começou a pôr em prática medidas radicais de transformação da estrutura social e econômica do país, tendo como modelo o comunismo soviético.

Cerca de 10 mil técnicos soviéticos foram enviados à China para auxiliar na recuperação da economia. O governo suprimiu os latifúndios por meio de uma reforma agrária radical e estatizou as grandes empresas. A bigamia foi proibida, o divórcio, legalizado e as mulheres passaram a ter os mesmos direitos que os homens. Opositores do novo regime foram proibidos de se manifestar.

O Grande Salto para a Frente

Inspirado na experiência soviética, em 1953 o governo chinês pôs em prática seu primeiro Plano Quinquenal (1953-1957), cujo objetivo era transformar a China em uma nação industrializada. As metas estabelecidas foram atingidas: a produção de aço triplicou, a de carvão e eletricidade duplicou e o país cresceu 18% ao ano.



Moradores da comuna popular de Ma Cheo, a cerca de 40 quilômetros de Xangai, na China, almoçam diante de uma fotografia do líder chinês Mao Tsé-tung. Fundada em 1958, a comuna de Ma Cheo reunia 6,7 mil famílias, que viviam do plantio de grãos, frutas e algodão. Foto de 1964.

Com a coletivização da terra no final de 1956, as recém-criadas cooperativas agrícolas passaram a responder por 90% da produção agropecuária. Por essa época, os bancos, as grandes indústrias e o comércio já se encontravam estatizados.

Em 1958, o governo chinês lançou seu segundo Plano Quinquenal, conhecido como *Grande Salto para a Frente* (1958-1962). O novo plano pretendia transformar a China em um país tão desenvolvido quanto a Inglaterra em apenas 15 anos. A meta era fazer a produção industrial e agrícola da China crescer 75% ao ano até 1962.

Cooperativas agrícolas foram fundidas e transformadas em unidades produtivas maiores, as *comunas populares*, concebidas como unidades autossuficientes, que desenvolviam atividades agropecuárias, industriais, comerciais, administrativas e educacionais. Cada comuna era formada por cerca de 20 mil pessoas e tinha metas preestabelecidas para cumprir.

Ainda em 1958, 500 milhões de chineses foram mobilizados para trabalhar na construção de rodovias, fábricas, cidades, diques, represas e lagos, o que contribuiu para o surgimento de pequenas indústrias no interior do país. Disposto a duplicar a produção de aço, o governo chinês estimulou milhões de camponeses e trabalhadores urbanos a construir fornalhas domésticas para a produção de aço em seus quintais. Porém, o resultado revelou-se infrutífero, uma vez que o aço produzido era de péssima qualidade.

Na área agrícola, o Grande Salto para a Frente deixou muito a desejar. O governo chinês estipulou metas excessivamente ambiciosas de coleta de grãos, o que obrigou os camponeses a trabalhar em ritmo incessante, visando cumprir sua cota. Apesar disso, as metas não foram atingidas, uma vez que a precária infraestrutura de escoamento da produção, o esgotamento dos recursos naturais e as calamidades naturais fizeram com que o esforço humano fosse em vão. A produção agrícola se desorganizou e, segundo alguns historiadores, entre 20 milhões e 30 milhões de pessoas morreram de fome e exaustão nesse período.

O rompimento entre China e URSS

Nesse mesmo período, divergências político-ideológicas colocaram os governos da China e da União Soviética (URSS) em rota de colisão. Uma das causas



Cartaz de 1968 enaltecendo a Revolução Cultural na China. No alto, Mao Tsé-tung; ao centro, jovem exhibe o *Livro Vermelho*, obra com pensamentos de Mao; embaixo, Li Wen Chung, considerado herói por ter morrido ao evitar que membros da Guarda Vermelha se afogassem durante a travessia de um rio.

da crise foi o receio dos soviéticos de transferir conhecimentos na área nuclear para os chineses, que desejavam fabricar a bomba atômica. Apesar da resistência soviética, em 1964 a China testou sua primeira bomba atômica e, em 1967, produziu a bomba de hidrogênio.

Mas a maior fonte de divergências estava na política de coexistência pacífica defendida pelo presidente da URSS, Nikita Krushev, que enfatizava a importância das negociações diplomáticas com o governo dos Estados Unidos e dava cada vez menos apoio aos movimentos de libertação nacional na África, Ásia e América Latina. Para o governo chinês, deveria ser dada ênfase aos princípios da revolução e ao combate ao imperialismo norte-americano.

O rompimento entre os dois gigantes comunistas ocorreu em 1960, quando os soviéticos retiraram seus consultores técnicos da China.

A Revolução Cultural (1966-1976)

O fracasso do Grande Salto abalou o Partido Comunista. Em 1959, Mao Tsé-tung viu-se obrigado a deixar a Presidência do país, mas continuou a exercer sua influência nos bastidores. Em 1966, ele incentivou a Guarda Vermelha – organização formada por cer-

ca de 10 milhões de jovens que o idolatravam – a se rebelar contra as autoridades constituídas. Acusados de defender valores burgueses, dirigentes do PCC, intelectuais e pessoas comuns foram perseguidos, *humilhados publicamente**, enviados para *campos de reeducação** e até mortos. Mais uma vez, o número de pessoas mortas nesse processo é objeto de discussões, mas alguns especialistas estimam que cerca de 1 milhão de pessoas perderam a vida durante esse movimento, denominado *Revolução Cultural*.

A Revolução Cultural desorganizou a economia do país. Com a morte de Mao, em 1976, o poder foi assumido por um dirigente mais moderado do PCC, Deng Xiaoping, que havia sido perseguido durante a Revolução Cultural. Para retirar o país da crise, ele deu início a reformas que abriram a economia chinesa para os países ocidentais e permitiram o surgimento de áreas regidas pelas leis de mercado, e não pela ação do Estado. Formou-se, assim, uma **economia socialista de mercado**, que tem sido responsável pelo crescimento da China desde então.

* Veja os filmes *O último imperador*, de Bernardo Bertolucci, 1987; *Adeus minha concubina*, de Chen Kaige, 1993.

* Veja o filme *Balzac e a costureirinha chinesa*, de Sijie Dai, 2002.

3 A Revolução Cubana

Por volta de 1950, a economia cubana dependia inteiramente dos Estados Unidos, que compravam quase todo seu açúcar, principal produto de exportação da ilha caribenha. Pouco industrializada, Cuba importava quase tudo dos Estados Unidos. Os reflexos disso eram sentidos pela popu-

Revolucionários cubanos chegam de tanque à cidade de Santa Clara, nos primeiros dias de janeiro de 1959, pouco tempo depois de terem assumido o poder em Havana, capital de Cuba.

lação: *miséria**, analfabetismo, péssimas condições de higiene e saúde. A situação agravou-se ainda mais em

1952, quando o ex-sargento Fulgêncio Batista (1901-1973), com um golpe de Estado, assumiu o governo, suspendeu a Constituição e implantou uma ditadura.

Nessas circunstâncias, a corrupção se generalizou, beneficiando as pessoas próximas do ditador. O jogo e a prostituição atraíram milhares de turistas norte-americanos, que faziam de Cuba uma espécie de cassino permanente.

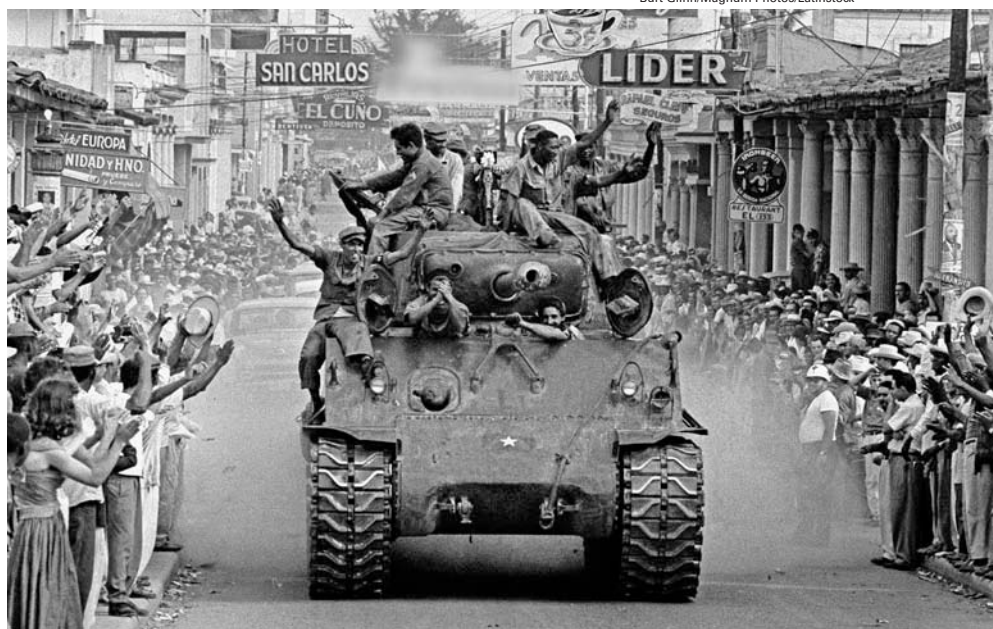
Em 1953, o advogado Fidel Castro liderou um grupo de 120 pessoas que tentou tomar de assalto o quartel de Moncada, na cidade de Santiago de Cuba. Com essa ação, o grupo pretendia derrubar o governo de Batista e tomar o poder. Com o fracasso do movimento, Fidel Castro foi preso, permanecendo no cárcere até 1955, quando foi anistiado por Fulgêncio Batista.

Ao ser libertado, Castro fixou-se no México, onde conheceu o médico argentino *Ernesto Che Guevara** (1928-1967).

Os dois organizaram um grupo de 72 homens armados e, em 1956, desembarcaram em Cuba dispostos a derrubar o governo de Fulgêncio Batista.

* Veja o filme *Sou Cuba*, de Mikheil Kalatozishvili, 1964.

* Veja os filmes *Diários de motocicleta*, de Walter Salles Jr., 2004; *Che* (partes 1 e 2), de Steven Soderbergh, 2008; e o documentário *Personal Che*, de Douglas Duarte e Adriana Marino, 2007.



Burt Glinn/Magnum Photos/Latinstock

Atacados no desembarque, apenas 12 sobreviveram, refugiados nas florestas da Sierra Maestra. Entretanto, apoiado por camponeses e por grupos de resistência urbana, o movimento guerrilheiro cresceu rapidamente e, de vitória em vitória*, tomou a capital, Havana, e chegou ao poder em janeiro de 1959.

* Veja o documentário *¡Revolución! A verdade sobre Fidel Castro*, de Victor Pahlen, 1959, e o filme *Cidade perdida*, de Andy Garcia, 2005.

Liderado por Fidel Castro, o governo revolucionário desapropriou os grandes latifúndios, distribuiu terras entre os camponeses e nacionalizou as grandes empresas, muitas delas de origem norte-americana. Em 1961, Fidel Castro reconheceu publicamente o caráter socialista da Revolução Cubana. Muitos de seus opositores foram mortos ou fugiram para os Estados Unidos.

Em represália, o governo norte-americano rompeu relações diplomáticas com Cuba. Ainda em 1961, exilados cubanos tentaram invadir a ilha com

o apoio da CIA (órgão de inteligência e espionagem internacional dos Estados Unidos), mas foram derrotados na baía dos Porcos. Em 1962, *Cuba** foi expulsa da Organização dos Estados Americanos (OEA), e o governo dos Estados Unidos decretou o bloqueio comercial e financeiro ao país.

* Leia o livro *A ilha*, de Fernando Morais, Companhia das Letras.

Apesar das dificuldades criadas pelo bloqueio, o governo cubano conseguiu promover reformas e implantar importantes medidas nas áreas de educação e saúde. Do ponto de vista político, porém, o país continua governado pelo único partido permitido, o *Partido Comunista Cubano*, o que não permite a alternância no poder e reprime sistematicamente seus *opositores**.

* Veja os filmes *Guantanamera*, de Tomás Gutierrez Alea, 1994, e *Antes do anoitecer*, de Julian Schnabel, 2000.

Com o colapso da União Soviética em 1991 (leia o capítulo 18), Cuba entrou em crise econômica, uma vez que cessaram os subsídios de até 4 bilhões de dólares anuais que o país recebia da antiga União Soviética. Nos anos que se seguiram, o país conseguiu se recuperar devido, principalmente, ao turismo internacional.

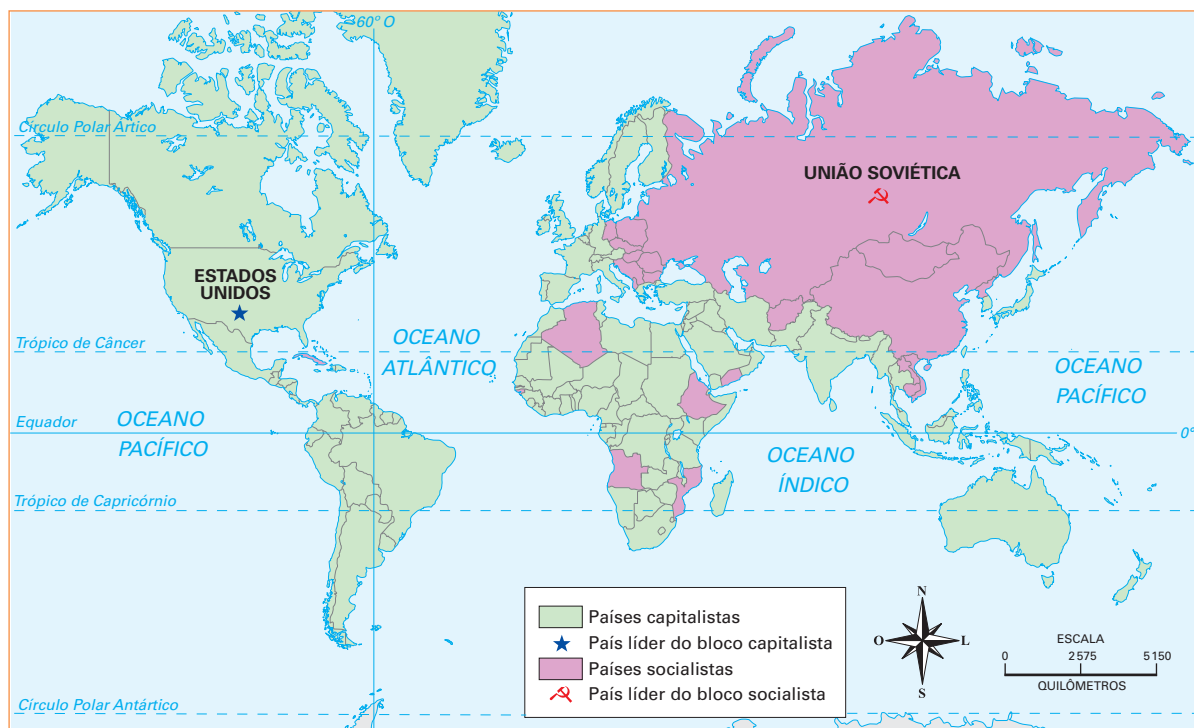
Em 2006, Fidel Castro afastou-se da Presidência do país por problemas de saúde, transferindo o poder para seu irmão, Raúl Castro, que reconheceu a necessidade de Cuba promover mudanças “conceituais” e “estruturais” no país. Com esse intuito, em 2011, o governo cubano começou a pôr em prática uma reforma econômica que prevê redução no número de funcionários públicos, cortes de subsídios, entre outras medidas que visam fortalecer a economia do país.

Cartaz pelo fim do bloqueio a Cuba. Projeto gráfico: Jorge Elberse. Imagem: Osmar Lillo. Reprodução/Centro de Documentação e Memória (CEDEM). UNESP



Cartaz divulga reivindicações pelo fim do bloqueio comercial a Cuba, que impôs restrições ao comércio internacional do país socialista. Até hoje diversos partidos, centrais sindicais, entidades estudantis e movimentos sociais no Brasil são contrários ao bloqueio econômico imposto pelos Estados Unidos à ilha cubana. O Brasil é atualmente o segundo maior parceiro comercial de Cuba na América Latina, depois apenas da Venezuela.

PAÍSES CAPITALISTAS E SOCIALISTAS NA DÉCADA DE 1980



Adaptado de: GRAND atlas historique. Paris: Larousse, 2006.

4 O socialismo na América Latina

Com o sucesso da Revolução Cubana, tornou-se cada vez mais forte a ideia de expandir o socialismo pelo mundo. Assim, o governo cubano apoiou ativamente movimentos guerrilheiros em diversas partes da América Latina, inclusive no Brasil. Também enviou militares para lutar na guerra civil de Angola, ao lado do Movimento Popular para a Libertação de Angola (veja o boxe *O socialismo africano*).

Adepto da ideia de levar a revolução a outros países, em 1966 Che Guevara renunciou a seu cargo de ministro, em Cuba, e participou diretamente de movimentos guerrilheiros no Congo (África) e na Bolívia (América do Sul).

No Chile, um governo de tendências socialistas chegou ao poder por meio do voto em 1970, com a eleição do socialista Salvador Allende (1908-1973) para a Presidência da República. Allende deu início a um programa de reforma agrária e nacionalizou bancos e empresas estrangeiras.

A reação do governo dos Estados Unidos à expansão do socialismo na América Latina não tardou.

O socialismo africano

A onda socialista que atingiu boa parte do mundo em meados do século XX também chegou à África. Jovens africanos que estudaram no exterior assimilaram as teorias socialistas e passaram a difundi-las em suas regiões de origem. Propagou-se assim a ideia de que só governos socialistas poderiam enfrentar a opressão estrangeira na região.

Entre as principais lideranças dessa corrente de ideias destacam-se o senegalês Leopold Senghor (1906-2001), ex-aluno da Universidade Sorbonne, na França, que em 1960 tornou-se o primeiro presidente eleito do Senegal independente; Amílcar Cabral (1921-1973), um dos líderes da luta contra o colonialismo português na Guiné e em Cabo Verde; e Agostinho Neto (1922-1979), uma das principais lideranças do Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA) e primeiro presidente de Angola independente.

Fontes: OLIVER, Roland. *A experiência africana*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. p. 270-273; PEREIRA, Carlos Lopes. Socialismo ou neocolonialismo. Disponível em: <http://resistir.info/afrika/c_lopes_pereira.html>. Acesso em: 28 fev. 2013.

Na Bolívia, agentes da CIA treinaram os militares que, em outubro de 1967, capturaram e executaram Che Guevara. No Chile, os norte-americanos tiveram participação importante no *golpe de Estado** que, em setembro de 1973, derrubou o presidente Allende e conduziu ao poder o general Augusto Pinochet, instalando no país uma ditadura militar.

* Veja o filme *Machuca*, de Andrés Wood, 2004.

A Revolução Sandinista

A partir dos anos 1960, em virtude da forte repressão patrocinada pelo governo dos Estados Unidos contra a expansão do socialismo na América Latina, boa parte da esquerda optou pela luta armada. Um dos países onde essa luta assumiu grandes dimensões foi a Nicarágua.

No começo da década de 1960, a Nicarágua era governada pela família Somoza, que controlava o país de forma ditatorial desde 1936. Em 1962, grupos de esquerda liderados pelo marxista Carlos Fonseca criaram a Frente Sandinista de Libertação Nacional, que adotou a estratégia de guerrilhas para lutar contra a ditadura. Em 1979, a Frente Sandinista derrubou o último *Somoza** e assumiu o poder.

* Veja o filme *Sob fogo cerrado*, de Roger Spottiswood, 1983.

Uma vez no governo, os sandinistas empreenderam grandes mudanças socioeconômicas: promoveram a reforma agrária, combateram o analfabetismo, investiram na saúde, nacionalizaram bancos e companhias de seguro e fizeram a economia do país crescer 7% em menos de dois anos. Na política externa, aproximaram-se de Cuba e da União Soviética, o que desagradou o governo dos Estados Unidos.

A partir de 1981, o governo norte-americano, sob a chefia do presidente Ronald Reagan, passou a financiar grupos paramilitares antissandinistas, conhecidos como *contrarrevolucionários* (ou apenas *contras*), para combater o regime de esquerda nicaraguense. Teve início uma guerra civil que se intensificou ainda mais depois de 1984, quando o líder sandinista, Daniel Ortega, foi eleito presidente.

Em 1986, foi divulgada publicamente a informação de que o governo dos Estados Unidos havia repassado, para os contras, dinheiro obtido com a venda clandestina de armas ao governo do Irã (país

Na Nicarágua, o governo dos Estados Unidos desembolsou cerca de 14 milhões de dólares entre 1975 e 1978 em ajuda militar ao governo do ditador Anastasio Somoza Debayle (1925-1980) para que este combatesse as forças guerrilheiras da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN). Apesar de todo o empenho norte-americano, em 1979 os sandinistas chegaram ao poder (veja o boxe *A Revolução Sandinista*).

considerado inimigo dos Estados Unidos). O escândalo *Irã-contras*, como ficou conhecido, obrigou o governo norte-americano a diminuir sua influência na região. No ano seguinte, um acordo de paz pôs fim aos *conflitos** na Nicarágua. Mas os anos de guerra civil arrasaram a economia do país e desestruturaram a vida social do povo nicaraguense.

* Veja o filme *A canção de Carla*, de Ken Loach, 1996.

Ortega permaneceu na Presidência da Nicarágua até 1990, quando foi derrotado nas eleições pela opositorista Violeta Barrios de Chamorro.



Susan Meiselas/Magnum Photos/Latinstock

Manifestantes vão às ruas de Manágua, capital da Nicarágua, em apoio à Revolução Sandinista, liderada pela Frente Sandinista de Libertação Nacional. No primeiro plano, jovem segura cartaz com a caricatura dos membros da coalização que assumiu o governo no país em 1979, após a queda do ditador Anastasio Somoza.

Nasce o rock and roll

Ao mesmo tempo que as ideias socialistas se propagavam pelo mundo, outra onda revolucionava a sociedade em meados do século XX: o *rock and roll*. A primeira referência a esse estilo musical é de 1950, ano em que o grupo norte-americano Saddlemen gravou *Rock the joint*.

A consagração do novo estilo veio em 1955, quando o Saddlemen mudou seu nome para Bill Halley and his Comets e gravou *Rock around the clock**. Graças ao cinema e à televisão, o *rock* se espalhou para quase todos os lugares do mundo. Já na década de 1960, tornou-se o ritmo preferido dos jovens que se posicionavam contra a Guerra do Vietnã (1959-1975) e os costumes sociais mais tradicionais e conservadores.

Entre a primeira geração de *ídolos** da nova música destacam-se os norte-americanos Elvis Presley, Chuck Berry e Jerry Lee Lewis. Mais

* Veja o filme *Ao balanço das horas*, de Fred Sears, 1956.

* Veja o filme *Prisioneiro do rock and roll*, de Richard Thorpe, 1957.

tarde, o universo do *rock** foi dominado por bandas, como a norte-americana The Doors e os grupos ingleses The Beatles e The Rolling Stones.

* Veja o filme *O rei do rock*, de Jim McBride, 1989.

Popperfoto/Getty Images



Fundado em 1962, o grupo britânico The Rolling Stones é um dos mais antigos e influentes conjuntos de *rock* ainda em atividade. Na foto, vemos a banda durante uma apresentação realizada em 1964, em Londres, Inglaterra.

Organizando AS IDEIAS

ATENÇÃO: NÃO ESCREVA NO LIVRO. RESPONDA SEMPRE NO CADERNO.

1. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, houve uma significativa expansão da influência do socialismo em todo o mundo. Além da União Soviética, outros países tornaram-se socialistas. Identifique quais foram esses países e de que modo ocorreu a expansão do socialismo.
2. O governo comunista chinês criou, em 1958, seu segundo plano quinquenal, chamado *Grande Salto para a Frente*. Por que ele foi criado e quais suas principais características?
3. O que foi a Revolução Cultural? Pode-se afirmar que ela reconduziu Mao Tsé-tung ao poder do Partido e do Estado chinês? Explique.
4. No final da década de 1950, as relações entre a União Soviética e a China entraram em um período de crise. Explique a razão dessa crise entre esses dois países comunistas.
5. Faça uma síntese da Revolução Cubana de 1959, indicando também seus desdobramentos após a tomada do poder pelos revolucionários liderados por Fidel Castro.
6. Com o sucesso da Revolução Cubana, em 1959, o socialismo ganhou força na América Latina e em alguns países do continente africano. Qual foi a reação do governo dos Estados Unidos diante do risco de crescimento do poder socialista, especialmente em território latino-americano?
7. O que foi a Revolução Sandinista? Quais as suas consequências e seus resultados? Faça um resumo.

A propaganda foi um instrumento largamente utilizado nos países socialistas como forma de convencer e arregimentar a população. Especialmente por meio de cartazes e de programas de rádio, o Estado difundia valores, ideias e concepções de mundo para a sociedade. O cartaz ao lado foi produzido pelo Departamento de Preparação para a Guerra do Comitê Revolucionário da cidade de Tianjin, na China, em 1971. Observe-o atentamente, leia as legendas e responda às questões.

1. Qual é o tema central do cartaz? Identifique os elementos na própria imagem e nas legendas que justifiquem a sua resposta.
2. A excessiva valorização da figura do líder era uma estratégia de dominação ideológica utilizada com frequência pelos Estados socialistas. A partir do que se observa no cartaz e nas legendas, indique quais características eram atribuídas aos líderes em propagandas desse tipo.

Cartazes com pensamentos de Mao Tsé-tung. "Aumentar a vigilância, defender a pátria", diz o da esquerda. "No interesse do povo, fazer provisões de cereais para a eventualidade de uma guerra ou catástrofe natural", recomenda o da direita. Embaixo: "Todos os chineses devem estar de prontidão para o caso de uma agressão imperialista".



Departamento de Preparação para a Guerra do Comitê Revolucionário da Cidade de Tianjin, 1971/Arquivo da editora

Hora DE REFLETIR

Em 1950, tropas chinesas invadiram o Tibete e anexaram o território aos seus domínios, transformando-o em uma província da China. Desde então, o líder espiritual dos tibetanos, o dalai-lama Tenzin Gyatso, passou a liderar uma campanha pacifista pela libertação do Tibete. O pacifismo é um movimento mundial com raízes no século XIX que prega o fim da guerra como meio de resolver os conflitos e evitar o uso da violência. Atualmente, diversos movimentos pacifistas no mundo buscam, por meio de táticas alternativas à violência, fazer valer suas ideias.

Reúna-se com seu grupo de colegas e, juntos, pesquise esse assunto. Identifiquem e localizem Organizações Não Governamentais (ONGs) ou instituições que têm o pacifismo como bandeira e expliquem suas propostas. Para terminar, debatam em sala de aula as seguintes questões: O pacifismo é de fato uma alternativa à violência na resolução de conflitos? Quais são os limites de sua atuação? Como sua comunidade e vocês podem contribuir para ampliar a paz no mundo?

O resultado do trabalho deve ser apresentado em forma de cartazes.

capítulo 13

A independência da África e da Ásia

Delfim Martins/Pulsar Imagens

No início do século XXI, a África atravessa um período de mudanças. Problemas antigos, como a miséria, as doenças, a mortalidade infantil e a violência, ainda persistem, mas o continente vem passando por transformações significativas, que permitem criar expectativas de um futuro melhor.

O continente como um todo vem apresentando um significativo crescimento econômico. Em 2011, o Produto Interno Bruto (PIB) de Gana cresceu 14,4%. Foi o terceiro melhor desempenho do mundo, atrás apenas da Mongólia (17,5%) e do Turcomenistão (14,7%). Com o Zimbábue, a situação foi semelhante: o PIB do país expandiu 9,4%. Os reflexos são imediatos: as nações africanas passaram a atrair mais investimentos de outros países, principalmente da China e da Índia. Empresas estrangeiras também vêm se instalando no continente e promovendo, em muitos lugares, grandes obras de infraestrutura, que ajudam a melhorar as condições de vida da população.

Essa situação de desenvolvimento socioeconômico que se vê nesse momento era bem diferente cerca de meio século atrás, apenas. Na ocasião, boa parte do continente africano se

Objetivos do capítulo

- Conhecer as características do processo de independência dos países da Ásia e da África sob domínio europeu, na segunda metade do século XX.
- Compreender as condições socioeconômicas e políticas em que se encontravam os países da Ásia e da África quando da conquista da independência.
- Reconhecer a importância dos movimentos nacionalistas no processo de independência e as vias pacífica e de luta armada como estratégias desses países para conquista da autonomia.
- Compreender a herança colonial e suas respectivas consequências.
- Analisar as estratégias de reconstrução das nações asiáticas e africanas após a independência.

encontrava sob o domínio de países europeus, que procuravam explorar ao máximo as riquezas da região, sem favorecer nem facilitar a vida dos africanos.

Neste capítulo, estudaremos como os povos africanos resistiram a essa presença estrangeira em suas terras até conquistar sua autonomia.



Tony Karumba/
Agência France-Presse



Vista noturna da cidade de Nairóbi, capital do Quênia. Segundo o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, apenas 18% da população queniana tem acesso à eletricidade. O investimento em energia eólica, de baixo impacto ambiental, com a instalação de parques ao norte do país, poderia suprir grande parte da demanda energética atual. Foto de 2012.

1 Em busca de liberdade

Ao apoderar-se de regiões da África e da Ásia no século XIX, as potências europeias tinham por objetivo extrair delas riquezas naturais e fazer, das populações nativas, consumidores de seus produtos industrializados. Nada fizeram para desenvolver efetivamente essas regiões.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, tanto o governo soviético quanto o norte-americano adotaram uma posição crítica em relação à presença europeia na África e na Ásia. Interessados em atrair os países colonizados para suas esferas de influência, os governos das duas superpotências passaram a defender a **autodeterminação dos povos**.

Além disso, havia muito tempo que os povos africanos e asiáticos lutavam contra o colonialismo. Durante a guerra, e mesmo antes, diversos movimentos nacionalistas contra o domínio europeu se formaram na Ásia e na África.

Em 1945, líderes africanos realizaram em Manchester, Inglaterra, o V Congresso Pan-Africano. Entre eles, estavam Kwame Nkrumah (1909-1972), futuro primeiro-ministro de Gana, e Jomo Kenyatta (1889-1978), que presidiria o Quênia entre 1964 e 1978. Influenciados pelas ideias socialistas, em sua declaração final os congressistas condenaram o colonialismo, reafirmaram o princípio da autodeterminação dos povos e conclamaram: “Povos coloniais e subjugados do mundo, uni-vos”.

Os movimentos nacionalistas da Ásia e da África começavam a crescer. Em menos de duas décadas, a maior parte deles conquistaria a independência de seus países. Em alguns casos, essa conquista seria obtida de forma pacífica; em outros, isso só seria possível por meio da luta armada.

2 Movimentos nacionalistas na África

Em 1945, havia na África apenas quatro países independentes: Etiópia, Egito, África do Sul e Libéria. O restante do continente estava sob o domínio de cinco nações europeias: Inglaterra, França, Bélgica, Portugal e Espanha.

Já entre as décadas de 1930 e 1940, começaram a ocorrer **movimentos nacionalistas***, quando se formou no Quênia – sob domínio britânico – uma organização que agregava o maior grupo étnico da região: a Associação Central dos Kikuyu, que exigia a devolução das suas terras. De seu movimento surgiu a organização guerrilheira Mau-Mau, liderada por Jomo Kenyatta, que passou a promover ações armadas contra os ingleses a partir de 1952. A independência do Quênia seria conquistada em 1963.

* Veja os filmes *Simba*, de Brian Desmond Hurst, 1955, e *Batalha de Argel*, de Gillo Pontecorvo, 1965.



A pretexto de reprimir a rebelião dos guerrilheiros Mau-Mau, no Quênia, as autoridades inglesas prenderam milhares de pessoas da etnia Kikuyu entre 1952 e 1953. Na foto, tirada no dia 3 de abril de 1953, em Nairóbi, capital do Quênia, centenas de prisioneiros se concentram em um campo de detenção.

No norte da África, nacionalistas da Tunísia, do Marrocos francês e da Argélia se rebelaram contra a França entre 1952 e 1954. Depois de alguns anos de luta armada, Tunísia e Marrocos se tornaram independentes, em 1956. Na **Argélia***, a guerra só terminou em 1962, com o triunfo da Frente de Libertação Nacional (FLN) argelina.

* Veja os filmes *A batalha de Paris*, de Alain Tasma, e *A traição*, de Philippe Faucon, ambos de 2005; e *Cartouches gauloises*, de Mehdi Charef, 2007.

A via pacífica

A guerrilha no Quênia e as guerras na Tunísia, no Marrocos e na Argélia mostraram a algumas potências europeias que, cedo ou tarde, a independência seria alcançada: era preciso negociar com as lideranças africanas. Somente dessa forma seria possível manter os interesses econômicos das metrópoles na região após a independência das colônias.

Essa política de independência controlada foi posta em prática sobretudo pelo governo da Inglaterra. Pela via pacífica, ocorreram as emancipações de diversas colônias britânicas: Costa do Ouro (atual Gana, 1957), Sudão (1956), Nigéria (1960), Serra Leoa (1961), Quênia (1963), Zâmbia (antiga Rodésia do Norte, 1964) e Gâmbia (1965), entre outras. Os novos países passaram a fazer parte da *Comunidade Britânica das Nações*, organismo criado em 1930 com o objetivo de reunir as antigas colônias inglesas e preservar intactos os interesses político-econômicos da Grã-Bretanha na África (veja o mapa abaixo).

A INDEPENDÊNCIA DA ÁFRICA



Adaptado de: GRAND atlas historique. Paris: Larousse, 2006.

O governo da França também procurou administrar pacificamente a emancipação de algumas de suas colônias. A primeira a enveredar por essa via foi a Guiné, em 1958. Dois anos mais tarde, quase todas as colônias francesas estavam emancipadas: Camarões, Madagascar, Costa do Marfim, Senegal, Mali, etc.

A via armada

Se boa parte dos países africanos conquistou sua emancipação política sem violência, o mesmo não ocorreu com as colônias portuguesas. Muito dependente da exploração dos recursos extraídos dessas colônias, o governo de Portugal não concordava com a ideia de independência.

Assim, a partir de 1961 começaram a surgir movimentos guerrilheiros em todas elas. Em Cabo Verde e Guiné-Bissau, o marxista Amílcar Cabral (1924-1973) assumiu a liderança do movimento de emancipação; em Moçambique, o antropólogo

Eduardo Mondlane (1920-1969) fundou a Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), de orientação marxista.

Em Angola, o *movimento emancipacionista** dividiu-se em três facções: o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), de orientação marxista; a Frente Nacional para a Libertação de Angola (FNLA), anticomunista; e a União Nacional para a Independência Total de Angola (Unita), maoista no início e, posteriormente, anti-comunista.

* Leia o livro *Os cus de Judas*, de António Lobo Antunes, Objetiva.

Os gastos militares para conter as guerrilhas corroíam a economia de Portugal que, desde 1926, vivia sob uma forte ditadura. Em abril de 1974, jovens oficiais das Forças Armadas portuguesas, de tendência socialista, derrubaram a ditadura de Marcelo Caetano e assumiram o poder. Foi a chamada *Revolução dos Cravos**, que devolveu a democracia a Portugal.

* Veja o filme *Capitães de abril*, de Maria Medeiros, 2000.

O novo regime reconheceu a independência de suas colônias africanas.

Em Angola, Agostinho Neto, líder do MPLA, assumiu a Presidência, desagradando a Unita e a FNLA (que seria extinta nos anos 1970). A Unita passou então a combater o MPLA, e as duas forças entraram em uma *guerra civil** que só terminaria em 2002, com um saldo de mais de 1 milhão de mortos, entre eles o líder da Unita, Jonas Savimbi.

* Veja o filme *Na cidade vazia*, de Maria João Ganga, 2004.

Terminados os confrontos, o país entrou em uma fase de reconstrução. Esse processo, aliado às exportações de petróleo, faz com que Angola tenha crescimento do PIB superior a 20% ao ano. Muitas empresas estrangeiras – inclusive brasileiras – vêm se instalando no país. Uma das presenças mais marcantes é a dos chineses, que vêm realizando diversos serviços de infraestrutura. (O boxe *Os chineses na África* mostra como vem aumentando a presença dos chineses não só em Angola, mas também em todo o continente africano.)



Garota angolana carrega um balde de água em frente à casa destruída em rua de Kuito, provincial de Bie, região central de Angola. O país passou por um período de 27 anos em guerra civil, conflito que deixou marcas na estrutura das construções de diversas cidades. Foto de 2008.

Os chineses na África

Com uma estratégia agressiva de relações diplomáticas baseadas em parcerias comerciais, a China encontrou nos países africanos tudo o que precisa para sustentar sua média anual de crescimento econômico de 11,5%: matéria-prima em abundância, indústria local fraca e um mercado inexplorado para os produtos chineses.

Com 800 empresas espalhadas por 49 dos 53 países do continente, os chineses começam a fazer parte de muitas cidades africanas.

A grande novidade é que os chineses estão chegando com investimentos pesados em infraestrutura – e num volume que muitos países africanos não recebem há mais de quatro décadas, quando ainda eram colônias de nações europeias.

O petróleo é, de longe, o principal fator do envolvimento chinês no continente. Por isso, Angola, Sudão e Nigéria, os maiores produtores da África, são beneficiados.

Linhas de crédito abertas por Pequim estão sendo usadas para abrir estradas, construir pontes e recuperar ferrovias destruídas pela guerra civil angolana (1975-2002). Na Nigéria, além de fornecer crédito e ajuda técnica para a construção de refinarias e hidrelétricas, o governo chinês está investindo no setor de telecomunicações, com o lançamento de um satélite para transmissão de sinal de celulares.

A presença chinesa estende-se a outros países. Da África do Sul, a China compra minério de ferro e



platina. Do Gabão e Camarões, madeira. Do Congo, cobre e basalto. Pequim também importa a maior parte da produção de algodão das nações do centro e do oeste africanos.

Agressiva, a estratégia chinesa para a África inclui ajuda humanitária e propostas de negócios irrecusáveis – com preços abaixo do mercado e perdão de dívidas –, que levam os críticos a falar em concorrência desleal.

Uma das facetas mais arriscadas dessa relação sino-africana está, segundo especialistas, no tamanho do apetite chinês por petróleo e minérios, que prejudica a diversificação da economia dos países africanos. Nas duas áreas, a criação de empregos é limitada. Sem uma indústria manufatureira e dependente do instável mercado mundial de *commodities*, o continente desenvolve-se de modo pouco sustentável.

Operário chinês trabalha na construção do teatro nacional de Dakar, no Senegal, em foto de 2009. A obra é financiada por capital oriundo da China. Ano após ano, vêm crescendo os financiamentos e a mão de obra chinesa no Senegal.

Seyllou/Agence France-Presse



Além disso, os contratos que os chineses assinam normalmente não os obriga a transferir tecnologia. Em Zâmbia, empreiteiras da China construíram uma ferrovia de 2 mil quilômetros e reformaram um porto. Terminadas as obras, os chineses partiram sem ensinar aos técnicos locais como fazer a manutenção da ferrovia ou do porto.

Adaptado de: BARBA, Mariana Della. China vai à África e muda o continente. *O Estado de S. Paulo*, 12 dez. 2007.

3 Golpes militares

A independência política não foi suficiente para resolver os grandes problemas da África, muitos deles gerados pelo tráfico de escravos (que reduziu a população do continente) e pelos quase cem anos de dominação europeia. Com a emancipação política, esses problemas vieram à tona, desencadeando diversas crises e até guerras civis.

Uma das causas de conflitos entre alguns países africanos ou até mesmo entre grupos dentro de um mesmo país foram as linhas de fronteira estabelecidas de forma arbitrária pelos europeus durante a colonização, abrigando em uma mesma região, com mesmo governo, diferentes etnias, com culturas e costumes diferentes. Com a independência,

as rivalidades étnicas se manifestaram, culminando muitas vezes em sangrentos confrontos (veja box na página seguinte).

Após a independência, algumas minorias tentaram conquistar sua autonomia nos Estados recém-formados. No Sudão, por exemplo, a população do sul, de maioria cristã, tentou separar-se do norte, de predominância muçulmana. Uma guerra civil iniciada em 1955 estendeu-se até 1972, mas a unidade territorial sudanesa foi mantida.

Na Nigéria, em 1967, um golpe de estado liderado pelo tenente-coronel Odumegwu Ojukwu proclamou a separação de Biafra, região rica em petróleo e habitada por povos da etnia ibo. O governo nigeriano reagiu e teve início então violenta guerra civil. O conflito terminou em 1970 com a derrota do movimento liderado por Ojukwu e deixou 2 milhões

de mortos, pela guerra e pela fome, a maioria pertencente à etnia ibo.

Em alguns países recém-formados, ocorreu também um processo de militarização, visto que os governos agora independentes tiveram de montar e equipar suas Forças Armadas. Para isso, boa parte da receita pública foi investida na compra de material bélico e na formação de exércitos, o que colocou em evidência e deu grande prestígio aos militares, que passaram a ser vistos como uma al-

ternativa política para substituir os governantes civis que não conseguiam atender às necessidades da população.

O resultado foi um grande número de golpes de Estado que conduziram militares ao poder. Em fins dos anos 1960, a maior parte dos países africanos, entre os quais Nigéria, Argélia, Zaire, Gana, República Centro-Africana, Alto Volta (atual Burkina Fasso), Burundi e Uganda, era governada por oficiais do Exército, que implantaram regimes ditatoriais.

Tútsis e hutus

Ruanda e Burundi são dois países vizinhos do antigo Congo Belga, habitados por duas etnias historicamente rivais: os tútsis e os hutus. No século XIX, a região foi colonizada pelos alemães; os tútsis, embora fossem em menor número, ganharam *status* de elite privilegiada, com acesso às Forças Armadas, à educação e à administração colonial. Após a derrota da Alemanha na Primeira Guerra Mundial, esses territórios passaram para o domínio belga, que fomentou a criação de uma elite hutu.

Ruanda e Burundi se tornaram independentes em 1962. Ruanda tornou-se uma república governada pelos hutus; Burundi, uma monarquia tútsi. Perseguidos em Ruanda, os tútsis se refugiaram no Burundi. Com a derrubada da monarquia em 1965, Burundi também se tornou uma república, mas os tútsis continuaram a controlar o poder.

A rivalidade entre os dois povos atingiu o apogeu na década de 1990. Em abril de 1994, os presidentes de Ruanda e de Burundi – ambos da etnia hutu – morreram na queda do avião em que viajavam. A suspeita de que o acidente tenha sido provocado por um atentado aumentou

a tensão, levando o *conflito** entre hutus e tútsis a assumir proporções devastadoras. Em Ruanda, 800 mil tútsis foram mortos entre abril e julho de 1994; outros 2,3 milhões refugiaram-se em países vizinhos.

* Veja os filmes *Hotel Ruanda*, de Terry George, 2004; *História de um massacre*, de Roger Spottiswoode, 2007.

De olho no mundo

Reúna-se com seu grupo de colegas e escolham uma situação de conflito étnico, no qual haja refugiados. Façam uma pesquisa sobre o assunto e elaborem uma breve apresentação, identificando as seguintes características: etnia ou nação do(s) povo(s) refugiado(s), população refugiada estimada, início e fim (se houver) da fuga, tipo de deslocamento e motivo da fuga. Monte um esquema que possa ser visto pela classe. Um ponto de partida para a pesquisa pode ser o *site* do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur), disponível em <www.acnur.org/t3/portugues/>. Acesso em: 5 abr. 2013.



Patrick Zachmann/Magnum Photos/Latinstock

Em 1994, Ruanda foi palco de um verdadeiro genocídio praticado por indivíduos do grupo étnico hutu contra a população tútsi. Cerca de 800 mil tútsis morreram. Acima, ossadas de centenas dessas vítimas, em foto de 2000.

4 A vergonha do apartheid

Colonizada inicialmente pelos holandeses e, mais tarde, pelos ingleses, a África do Sul tornou-se independente em 1931. Ali, a minoria branca de origem holandesa, os africâneres (ou bôeres), exercia o domínio político-econômico sobre diferentes etnias negras. Em 1911, os africâneres aprovaram diversas leis restringindo os direitos da maioria negra. No ano seguinte, sob a liderança do zulu Pixley ka Izaka Seme (1881-1951), os negros formaram um partido para defender seus direitos, o Congresso Nacional Africano (CNA).

A situação agravou-se a partir de 1948, quando o governo instituiu o *apartheid* (do africâner, que significa 'separação'), política segregacionista que impedia o acesso de negros à posse de terras, à participação política, às áreas ou aos serviços restritos apenas aos brancos (como praias, ônibus, escolas) e proibia o casamento entre brancos e negros.

Em 1960, durante um protesto pacífico, 67 negros foram massacrados pela polícia. O CNA foi declarado ilegal e seu líder, Nelson Mandela, preso e condenado à prisão perpétua.

A partir dos anos 1970, a comunidade internacional começou a se mobilizar contra essa *política segregacionista**. A África do Sul foi expulsa da Comunidade Britânica, a ONU submeteu o país a sanções políticas e econômicas e os atletas sul-africanos foram impedidos de participar de competições internacionais. Os negros sul-africanos, por sua vez, deixaram de lado a política de não violência e partiram para o enfrentamento. Em 1984, em resposta a uma manifestação contra o *apartheid*, o governo decretou lei marcial.

Sob intensa pressão, em 1990 o presidente Frederik de Klerk determinou a libertação de Mandela e autorizou a legalização do CNA. Em 1994, o *apartheid* chegou ao fim*. Nesse mesmo ano, Nelson Mandela foi eleito presidente da África do Sul.

* Veja os filmes *Um grito de liberdade*, de Richard Attenborough, 1987; *Sarafina!*, de Darrel James Roodt, 1992; *Em nome da honra*, de Philip Noice, 2006.

* Veja os filmes *Em minha terra*, de John Boorman, 2004; *Sombras do passado*, de Tom Hooper, 2004; *Mandela, a luta pela liberdade*, de Bille August, 2007.

Cartaz da Juventude Comunista do PCB e da Federação Mundial da Juventude Democrática produzido no Brasil, na década de 1980, reivindica a libertação do líder sul-africano Nelson Mandela. Por causa de sua luta contra o *apartheid* na África do Sul, Mandela foi condenado à prisão perpétua em 1964. Sua liberdade ocorreu apenas em 1990.



5 A independência da Ásia

Assim como na África, ao terminar a Segunda Guerra Mundial se formaram na Ásia movimentos nacionalistas pró-emancipação, alguns de conotação socialista.

No Sudeste Asiático, forças nacionalistas proclamaram a independência da Indonésia em 1945. A Holanda, que controlava o território, reagiu ao movimento e lançou suas tropas contra os rebeldes. A guerra que então se seguiu só terminou em 1949, quando os holandeses reconheceram a autonomia dos indonésios. Já as Filipinas, que desde 1898 encontravam-se sob domínio norte-americano, conseguiram se emancipar em 1946.

Na Indochina, uma colônia da França, os rebeldes tiveram de empunhar armas contra os franceses para conquistar sua independência em 1954. O território indochinês foi dividido então em três países autônomos: Laos, Camboja e Vietnã. A região do Vietnã foi subdividida em dois Estados: o Vietnã do Norte, comunista, e o Vietnã do Sul, capitalista. A unificação entre os dois países ocorreria em 1976, depois de uma sangrenta guerra que envolveu a participação norte-americana.

Na região da Ásia sob domínio britânico, o processo de emancipação envolveu tanto a via pacífica quanto a luta armada. A Índia tornou-se independente em 1947 (veja no item da próxima página); a Birmânia (atual Mianma) e o Sri Lanka (antigo Ceilão), em 1948; Butão, em 1949; e a Malásia, em 1957, com o nome de Federação da Malásia. Desse país surgiram mais tarde dois outros: Cingapura e Malásia.

Índia: o caminho da não violência

A resistência do povo indiano à dominação inglesa teve início em meados do século XIX, mas só ganhou maior força após o término da Primeira Guerra Mundial. Por causa do conflito mundial, houve aumento generalizado nos preços dos produtos, e a miséria tomava conta do país. Cerca de 85% dos indianos vivia no campo e era vítima da fome ou de doenças. Os impostos eram elevados; a importação de artigos têxteis ingleses levava ao desemprego os tecelões que viviam no campo, pondo em risco a sobrevivência do artesanato familiar.

A situação agravou-se em 1919, quando a Inglaterra promulgou um conjunto de leis que tinham como objetivo reduzir os direitos civis da população. Ao receber a notícia, o advogado Mohandas Gandhi liderou uma greve geral capaz de paralisar as atividades econômicas da Índia. Começava, dessa maneira, a ganhar forma o movimento pela independência da Índia.

Defendendo métodos pacíficos de resistência, como a não violência e a desobediência civil, Gandhi – conhecido como Mahatma (Grande Alma)

Cerca de um milhão de pessoas foram às ruas acompanhar os funerais de Mahatma Gandhi, nas proximidades de Nova Délhi, em 1948. Assassinado por um extremista hindu, Gandhi teve seu corpo cremado em Rajghat, que foi transformado em memorial.



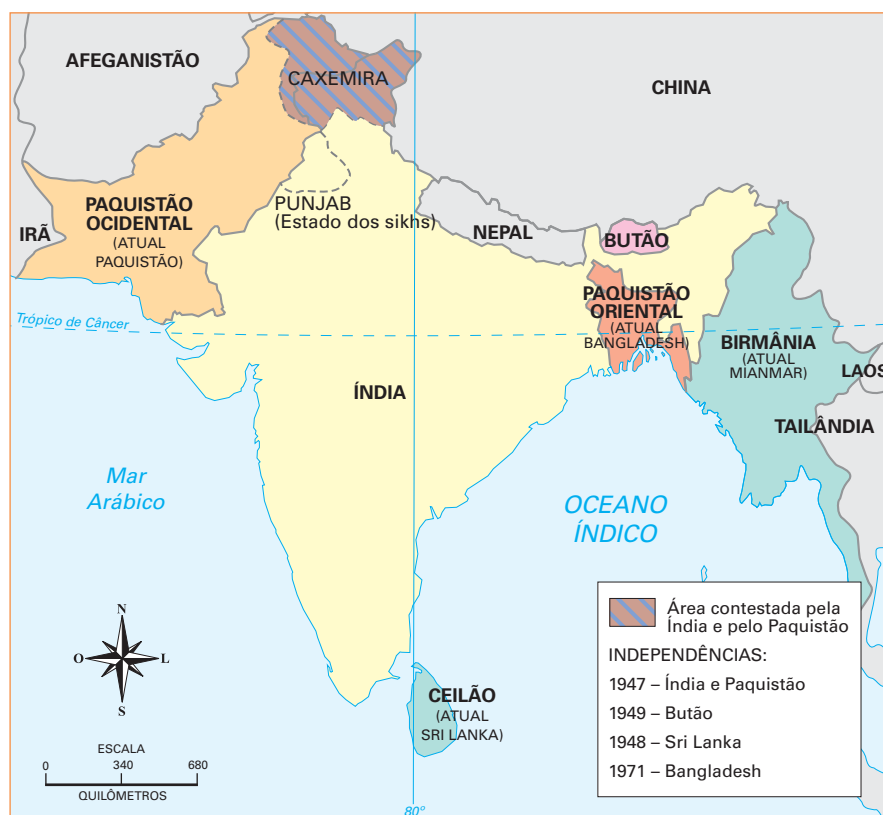
Margaret Bourke-White/Time Life Pictures/Getty Images

Gandhi – conquistou com o tempo apoio popular e respeito internacional. Entre suas táticas de luta estavam o boicote aos produtos ingleses e o não pagamento de impostos (releia a seção *Enquanto isso...* do capítulo 7).

Em virtude da grande pressão popular e da crise econômica na Grã-Bretanha após a Segunda Guerra Mundial, surgiram na própria Inglaterra defensores da emancipação da Índia. Nesse contexto, o governo inglês, em mãos do Partido Trabalhista desde 1945, decidiu se retirar da colônia na Ásia.

Como 24% da população da Índia professava o islamismo, o território indiano foi dividido em dois países: em agosto de 1947, foram declarados independentes a Índia, de maioria hindu, e o Paquistão, de maioria muçulmana. No ano seguinte, Gandhi seria assassinado por um extremista hindu descontente com essa divisão. Em 1971, líderes do Paquistão Oriental – a província de Bengala, separada de sua parte ocidental pelo norte da Índia – proclamaram sua independência e formou-se um novo país, de nome Bangladesh (veja o mapa ao lado). (O boxe *As contradições de um país* aborda diversos aspectos sobre a Índia atualmente.)

O SUBCONTINENTE INDIANO ENTRE 1947 E 1971



Adaptado de: GRAND atlas historique. Paris: Larousse, 2006.

As contradições de um país

A Índia de hoje é uma potência nuclear de 1,1 bilhão de habitantes e um vertiginoso crescimento econômico. Constituiu-se, assim, uma república de pouco mais de meio século, plural, acelerada, tradicional, moderna, simultânea, secular, embora muitas vezes se duvide que o tempo ali sequer passe. Uma nação de bilionários e megalópoles como Mumbai (ex-Bombaim) ou a capital, Nova Délhi, com seus 10 milhões de telefones celulares. E de miseráveis espalhados em 650 mil vilas, nas quais as benesses do século 21 ainda não chegaram. É o paraíso dos empreendedores, seja no investimento legal, seja na informalidade. É a Meca da indústria da informática, da medicina e do cinema de Bollywood.

Embora a Índia tenha mais bilionários do que a China, 81% da população vive com menos de US\$ 2 por dia. Ainda em Bombaim, apartamentos de 1 milhão de dólares têm vistas para favelas de 1 milhão de moradores. No centro comercial, diante dos mais luxuosos prédios de escritórios, pedintes abordam executivos em busca de esmolas e co-

mida. Muitos vivem da venda de bugigangas nos sinais de trânsito, mas encaram esse destino apenas como rito de passagem para chegar ao outro lado da rua.

Adaptado de: AMBRÓSIO, Marcelo. Da tradição à tecnologia. *Revista História Viva*, nº 36. p. 49-51.

Tim Graham/Getty Images



Escritório luxuoso de uma corporação multinacional indiana contrasta com habitações precárias na região de Mahalaxmi, em Mumbai, Índia. Foto de 2011.

Enquanto isso...

A igualdade de direitos civis

Enquanto na África do Sul a população negra era vítima do *apartheid*, nos Estados Unidos os afrodescendentes também sofriam as consequências das leis segregacionistas criadas ainda na segunda metade do século XIX. Assim, os negros norte-americanos não podiam frequentar as mesmas escolas, os mesmos hospitais e outros lugares públicos reservados aos brancos; seu direito de voto era restrito, e muitos deles sofriam *constrangimentos** ou eram vítimas de agressões e assassinatos por extremistas brancos.

A partir dos anos 1950, intensificaram-se os movimentos negros reivindicando igualdade de

direitos civis entre brancos e afrodescendentes. Um dos líderes dessa luta foi Martin Luther King Jr. (1929-1968), que, em 1963, organizou um protesto reunindo 300 mil pessoas em Washington. Também ganharam destaque o ativista muçulmano *Malcolm X** (1925-1965) e o grupo Panteras Negras, surgido em 1966.

Em meados de 1963, o Congresso dos Estados Unidos aprovou a Lei dos Direitos Civis proposta pelo presidente John Kennedy (1929-1963). A lei estendia aos negros os mesmos direitos concedidos aos brancos. Apesar disso, ainda hoje negros e brancos norte-americanos continuam separados por profundas diferenças sociais.

* Veja o filme *O Sol é para todos*, de Robert Mulligan, 1962.

* Veja o filme *Malcolm X*, de Spike Lee, 1992.

Sua opinião

Embora no Brasil não existam leis segregacionistas, pesquisas mostram que os negros em nosso país sofrem um preconceito que se manifesta, na maior parte das vezes, de forma camuflada. De que maneira você pode contribuir para pôr fim a essa situação de preconceito disfarçado?

Duzentos mil americanos participam do movimento por direitos civis na Marcha pela Liberdade, em Washington, EUA. Nos cartazes leem-se as demandas dos manifestantes: cidadania constitucional, direito ao voto, ao trabalho e à liberdade. O caminho percorrido pela Marcha passou pela avenida da Constituição em direção ao Memorial do presidente Lincoln, onde todos puderam ouvir o famoso discurso de Martin Luther King: “Eu tenho um sonho”. Foto de 1963.



Ed Clarity/NY Daily News Archive/Getty Images

Organizando AS IDEIAS

ATENÇÃO: NÃO ESCREVA NO LIVRO. RESPONDA SEMPRE NO CADERNO.

1. O processo de independência dos países africanos e asiáticos se desenvolveu por causa de algumas transformações econômicas e sociais. Identifique essas transformações.
2. A independência das colônias francesas na África foi resultado de dois processos políticos diferentes: a luta armada e a via pacífica. Faça uma síntese desses processos, identificando os países que se tornaram independentes nas décadas de 1950 e 1960.
3. Para evitar os conflitos militares que devastaram algumas colônias francesas e impuseram sérios prejuízos à economia da França, a Inglaterra procurou controlar o processo de emancipação de suas colônias. Explique quais estratégias foram colocadas em prática pelos ingleses no processo de independência das colônias.
4. A partir da guerra separatista na Nigéria, sob liderança do tenente-coronel Odumegwu Ojukwu, reflita sobre os problemas políticos do continente africano após a independência. Escreva um resumo com suas conclusões.
5. Descreva como se efetivou o processo de independência das colônias africanas sob domínio de Portugal.
6. Explique como e a partir de quando se constituiu o regime de *apartheid* na África do Sul e de que modo ele chegou ao fim, nos anos 1990.
7. Faça uma síntese do processo de independência das colônias francesas na Ásia e identifique os países que se formaram.
8. A independência da Índia foi conquistada por meio de que tipo de luta? Como os interesses ingleses no processo de emancipação da Índia interferiram na configuração política daquela região da Ásia?

Interpretando DOCUMENTOS

Entre 1991 e 2002, Serra Leoa, antiga colônia inglesa na África, foi palco de uma *guerra civil** que deixou mais de 50 mil mortos e 2 milhões de desabrigados.

* Veja o filme *Diamante de sangue*, de Edward Zwick, 2006.

Nesse confronto, tanto o exército quanto as forças rebeldes adotaram a prática de recrutar crianças para participar dos combates. Segundo algumas estimativas, cerca de 20 mil crianças foram recrutadas. Ishmael Beah tinha apenas 13 anos em 1993, quan-

do sua aldeia foi destruída e seus pais assassinados pelas forças rebeldes. Recrutado pelo exército, lutou por três anos até ser retirado das frentes de combate por representantes do Unicef. Depois de um difícil processo de reabilitação, Ishmael mudou-se para Nova York, onde escreveu o livro *Muito longe de casa*, com relatos do tempo em que foi um menino-soldado. Desde então, passou a fazer palestras condenando a violência e o processo de desumanização e de lavagem cerebral a que os meninos-soldados foram submetidos em Serra Leoa. O trecho abaixo foi retirado de seu livro. Leia-o e depois responda ao que se pede.

Depois de um café da manhã tardio, ficamos em forma de frente para o cabo, que nos entregou os AK-47. (...) Ele pegou a câmara e me entregou o AK com as duas mãos. Eu hesitei um pouco, mas ele empurrou a arma contra meu peito. Com as mãos trêmulas, peguei a arma, prestei continência e corri para o fim da fila, ainda segurando a arma mas com medo de olhar para ela. Nunca tinha segurando uma arma em minha vida por tanto tempo e aquilo me assustava. A coisa mais próxima de uma arma havia sido uma de brinquedo feita de bambu, quando eu tinha sete anos. Meus amiguinhos e eu tínhamos feito a arma à mão e brincávamos de guerra nos cafezais e nas casas inacabadas da aldeia de minha avó. Pou pou, a gente gritava e quem fizesse pou pou primeiro anunciava aos outros quem ele havia matado.

Continuamos os exercícios de treinamento que havíamos feito pela manhã, mas agora carregávamos AK-47 sem munição. Rastejávamos com a arma nas costas, nas mãos e corríamos em torno do depósito a carregando. As armas eram um pouco pesadas para Sheku e Josiah, que sempre as deixavam cair e

as pegavam de volta enquanto fazíamos o exercício. Paramos para um almoço de um minuto e começamos um treino diferente. Fomos levados a uma plantação de bananas próxima, onde praticamos ataques às bananeiras usando baionetas.

— Visualizem a bananeira como o inimigo, os rebeldes que mataram seus pais, sua família, e aqueles responsáveis por tudo o que aconteceu a vocês – o cabo gritou. — É assim que você vai apunhalar alguém que matou sua família? – ele perguntou. — É assim que se faz. – Ele pegou a baioneta e começou a gritar e a esfaquear a bananeira. — Primeiro eu furo o estômago, aí furo o pescoço, e o coração dele, e aí eu arranco o coração e o mostro pra ele, depois arranco seus olhos. Lembrem-se de uma coisa: ele provavelmente matou os pais de vocês de um jeito muito pior.

BEAH, Ishmael. *Muito longe de casa: memórias de um menino-soldado*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007. p. 107-108.

1. O narrador era uma criança quando viveu as situações descritas nesse trecho. Que relação ele estabelece entre a arma que recebeu no exército e a sua experiência anterior com armas? Como ele se sente segurando uma AK-47?
2. Os argumentos utilizados pelo cabo para envolver os meninos na guerra não tinham fundamentos políticos, mas apelavam para sentimentos de ódio e intolerância contra um inimigo qualquer. Explique como essa situação ocorria no contexto dos conflitos militares do continente africano, citando alguns exemplos de conflitos semelhantes.
3. Em sua opinião, como pode ser caracterizado o recrutamento de crianças em situações de guerra? Qual é o impacto desse tipo de violação dos direitos para a vida das crianças?

Hora DE REFLETIR

Muitos povos africanos fizeram uso da guerra para se livrar do domínio dos colonizadores e conquistar a autonomia política. Em sua opinião, o uso

da violência é justificável em casos como esses? Existem outros casos em que se justifica a prática da violência?

Mundo virtual

- Casa das Áfricas – Instituto cultural de estudos sobre as sociedades africanas. Disponível em: <www.casadasafricas.org.br>. Acesso em: 14 jan. 2013.

Ditaduras latino-americanas

Daniel Cymbalista/Pulsar Imagens

A Argentina vem acertando as contas com o passado. Entre 1976 e 1986, o país viveu sob uma ferrenha ditadura militar que provocou a morte ou o desaparecimento de mais de 30 mil pessoas. Atualmente os civis e militares responsáveis por esses assassinatos estão sendo julgados pela justiça argentina.

Esse foi o caso, por exemplo, do ex-ministro de Governo da província de Buenos Aires, Jaime Smart. Em dezembro de 2012, ele se tornou o primeiro civil a ser condenado na Argentina por crimes contra a humanidade cometidos durante o regime militar. Acusado pela morte de 181 pessoas detidas em centros ilegais, Jaime Smart, na época com 76 anos, recebeu a pena de prisão perpétua.

Nesse acerto de contas com o passado, ex-presidentes militares argentinos também foram para o banco de réus em 2012. Os ditadores

Objetivos do capítulo

- Conhecer os contextos socioeconômico e político em que foram instaurados regimes populistas e regimes ditatoriais na América Latina.
- Compreender as características do nacionalismo latino-americano.
- Relacionar o uso da violência, como instrumento repressivo, e a implantação de ditaduras militares.

Jorge Rafael Videla e Reynaldo Bignone foram condenados à prisão perpétua pelos crimes que cometeram no país enquanto estavam no poder.

A ditadura militar na Argentina aconteceu numa época em que diversos países da América Latina caíram sob regimes ditatoriais de direita. Era a época da Guerra Fria e, como veremos neste capítulo, a luta contra o comunismo era usada para justificar crimes como esses, praticados na Argentina e em outras nações latino-americanas.

Jorge Rafael Videla (1º à esquerda) e Reynaldo Bignone (2º ao centro) ouvem suas sentenças em Tribunal da cidade de Buenos Aires, capital da Argentina. Videla foi condenado a 50 anos de prisão por ter planejado e implementado um plano sistemático de roubo de crianças, filhas de prisioneiros políticos do regime, entre os anos de 1976 e 1982, tendo Bignone como seu cúmplice. Ambos já haviam sido sentenciados por crimes contra a humanidade. Foto de 2012.



1 O poder das oligarquias

Boa parte das nações latino-americanas conquistou sua independência política nas primeiras décadas do século XIX. Cem anos depois, elas permaneciam dominadas pelas grandes oligarquias rurais. Suas economias continuavam a depender dos países industrializados (sobretudo da Inglaterra), dos quais importavam capitais (sob a forma de empréstimos e investimentos diretos) e artigos manufaturados, e aos quais exportavam produtos primários (minérios e produtos agropecuários).

Naquela época, o Brasil, por exemplo, era o maior produtor e exportador de café do mundo; Cuba, grande exportadora de açúcar; a Argentina, de trigo; o Equador, de cacau. Honduras e Colômbia se destacavam pela exportação de bananas. Havia também países com grande produção mineradora, como México, Peru, Bolívia e Chile, que exportavam estanho, cobre, ferro e nitrato, entre outros minérios.

Na passagem do século XIX para o século XX, a América Latina se tornou um dos principais destinos de imigrantes europeus. Brasil, Argentina, Uruguai e Chile foram os países da região que receberam maior número de estrangeiros nesse período.

Muitos imigrantes foram trabalhar na lavoura, mas outros iam viver nas cidades, onde parte deles conseguia emprego na indústria, que dava seus primeiros passos. Surgiu assim uma incipiente classe operária, influenciada por ideologias como o anarquismo e o socialismo, trazidos pelos imigrantes mais politizados.

Album/Agf - Images/Latinstock



Trabalhadores rurais em Cuba, ao lado de um caminhão repleto de cana-de-açúcar, em foto de 1910, aproximadamente. Naquele início de século, Cuba era grande produtora de açúcar e sua economia dependia, basicamente, da exportação desse produto para os Estados Unidos.

2 O nacionalismo latino-americano

A América Latina viveu, no início do século XX, uma onda nacionalista que alcançou pessoas de todas as camadas sociais. Essa onda teve início no México, após a revolução de 1910, de onde se espalhou pelo restante do continente.

Os nacionalistas rejeitavam a influência estrangeira e defendiam a valorização da cultura latino-americana em suas diversas manifestações – culinária, literatura, pintura, música, dança, etc. Também celebravam a mestiçagem de brancos, negros e índios que deu origem à população do continente.

No México, a tradição asteca, a história nacional e a cultura popular foram objeto de inspiração para diversos artistas, entre os quais os pintores Diego Rivera (1886-1957) e *Frida Kahlo** (1907-1954) (veja a seção *Olho vivo*, nas páginas 166 e 167).

* Veja o filme *Frida*, de Julie Taymor, 2002.

No Brasil, na década de 1920, muitos modernistas – tanto de esquerda, como Oswald de Andrade, quanto de direita, como Menotti del Picchia – passaram a exaltar as raízes nacionais e os tipos formadores de nossa nacionalidade, sobretudo o negro e o índio. Num segundo momento, já sob o governo de Getúlio Vargas (1930-1945), manifestações como o Carnaval e a música popular foram oficialmente apresentadas no exterior como símbolos da cultura nacional.



Frida Kahlo/Coletânea particular

Autorretrato na fronteira entre o México e os Estados Unidos, de Frida Kahlo. Entre as referências a seu país, a pintora representou símbolos nacionalistas como a bandeira mexicana em suas mãos e uma construção, à esquerda, que remete aos templos e pirâmides astecas. Os Estados Unidos estão representados à direita. Óleo sobre metal feito em 1932.

3 A ascensão do populismo

A partir de 1929, com a quebra da Bolsa de Nova York, os países capitalistas desenvolvidos, atingidos em cheio pela Grande Depressão, diminuíram drasticamente suas importações de produtos latino-americanos. Como resultado, os preços desses produtos despencaram no mercado internacional, trazendo a crise para a América Latina. O desemprego alastrou-se e as desigualdades sociais se agravaram.

A crise abalou a maior parte dos governos latino-americanos e uma onda de golpes de Estado se alastrou pela região. O Chile, por exemplo, chegou a ter nove presidentes entre julho de 1931 e outubro de 1932. Em vários países, ascenderam ao poder líderes carismáticos com um forte discurso nacionalista.

Os novos governantes criticavam as antigas elites oligárquicas, os partidos políticos tradicionais e a influência norte-americana no continente. Dirigiam-se diretamente à população, sem depender da mediação dos partidos. Apresentavam-se como defensores do “povo”, que tratavam como massa homogênea, como se não houvesse em seu interior divisões de classe ou grupos distintos. Procuravam, dessa maneira, conquistar a lealdade das camadas populares, manipulando-as de forma a evitar que elas se rebelassem.

Esse fenômeno político ficou conhecido como **populismo**. Entre os principais líderes populistas surgidos na América Latina, destacam-se: Getúlio Vargas, no Brasil (1930-1945 e 1951-1954); Lázaro Cárdenas, no México (1934-1940); José María Velasco Ibarra, no Equador (1934-1935; 1944-1947; 1952-1956); Jacobo Arbens, na Guatemala (1950-1954); e Juan Domingo Perón, na Argentina (1946-1955 e 1973-1974).

A caminho da industrialização

Com a crise decorrente da quebra da Bolsa de Nova York, em 1929, os artigos importados ficaram praticamente inacessíveis para a América Latina. Para atender a demanda interna desses bens de consumo e, ao mesmo tempo, criar novas frentes de trabalho, alguns governos latino-americanos substituíram a política de importação de produtos industrializados pelo estímulo à expansão das atividades industriais.

Esse estímulo adotou, em alguns casos, a forma de investimentos diretos do governo e, em outros, a da criação de incentivos para a iniciativa privada. Graças a essa política, em países como Brasil, México, Argentina, Chile, surgiram usinas siderúrgicas, hidrelétricas e indústrias de bens duráveis. Muitas dessas empresas nasceram sob controle estatal.

Tais medidas mudaram rapidamente o perfil desses países, que deixaram de ser nações agrárias e rurais e ingressaram no caminho da industrialização e da expansão urbana, que estimulou o desenvolvimento econômico. Em 1950, Brasil, Argentina e México eram responsáveis por 72,4% de toda a produção industrial da América Latina.

Os países que investiram na industrialização distanciaram-se economicamente de outras nações, como Haiti, República Dominicana, Honduras, Equador e Panamá, que continuaram com a economia atrelada à exportação de produtos agrícolas.

Guerra ao comunismo

Com o advento da Guerra Fria, em 1947, os governos latino-americanos foram induzidos pelo dos Estados Unidos a se engajar mais intensamente na luta contra o comunismo. Em 1948, foi criada a Organização dos Estados Americanos (OEA), com sede em Washington, nos Estados Unidos, que reunia os países do continente sob a liderança norte-americana. Em sua carta de princípios, a nova organização deixava claro seu propósito de garantir a segurança do continente diante da ameaça da subversão comunista.

Embora mantivesse sua profissão de fé na democracia, o governo norte-americano não deixava de apoiar diversas ditaduras implantadas na América Central, como as de Rafael Trujillo, na República Dominicana; Anastasio Somoza García, na Nicarágua; e Fulgêncio Batista, em Cuba. Além disso, em 1954, forneceu armas e apoio para o golpe militar responsável pela queda do presidente Jacobo Arbens, da Guatemala que, naquele momento, colocava em prática medidas nacionalistas favoráveis ao desenvolvimento do país.

O medo de que o socialismo se espalhasse pelo continente aumentou depois da adesão do governo de Cuba a esse sistema político-econômico, em 1961 (releia o capítulo 12). Por essa época, o governo dos Estados Unidos criou a *Aliança para o Progresso*, pro-

grama destinado a promover reformas (entre as quais a reforma agrária), de modo a esvaziar a influência dos grupos de esquerda entre os trabalhadores do continente. Ao mesmo tempo, as forças armadas estadunidenses treinavam militares latino-americanos para o combate às guerrilhas que começavam a surgir na América Latina a partir da Revolução Cubana, em 1959.

4 Ditaduras militares

A guerra contra o comunismo culminou em uma verdadeira onda de golpes militares. No Brasil, as Forças Armadas derrubaram o governo de João Goulart em março de 1964 (veja o capítulo 16). Na sequência, outros países tiveram o mesmo destino: Bolívia (1964), Argentina (1966), Peru (1968), Panamá (1968), *Uruguai** (1973) e Chile (1973), entre outros.

De modo geral, os regimes militares da América Latina foram extremamente autoritários e violentos. Nos anos 1970, os governos do Brasil, da Argentina, do Chile, do Paraguai, do Uruguai e da Bolívia chegaram a fazer um acordo de cooperação mútua, a chamada *Operação Condor*, com o objetivo de reprimir em conjunto a resistência aos regimes ditatoriais implantados por meio de golpes militares.

Nesse período, a repressão aos movimentos de esquerda atingiu proporções assustadoras. Na *Argentina**, por exemplo, os militares criaram 340 campos de concentração, nos quais torturaram e mataram cerca de 20 mil pessoas. Outros 9 mil argentinos foram presos e nunca mais localizados. Muitos desses presos foram lançados vivos de aviões que sobrevoavam o rio da Prata. Cerca de 500 bebês, filhos de prisioneiras assassinadas pelo regime ditatorial, foram sequestrados e entregues a outras famílias, muitas delas de militares.

No *Chile**, onde os militares derrubaram o governo socialista do presidente Salvador Allende em setembro de 1973, o número de presos políticos era tão grande nos primeiros dias que eles foram levados a um estádio de futebol. Posteriormente, milhares

* Veja o filme *Estado de sitio, de Costa-Gavras, 1973.*

* Veja o filme *A história oficial, de Luiz Puenzo, 1985, e Crônica de uma fuga, de Adrián Caetano, 2006.*

* Veja os filmes *Chove sobre Santiago, de Helvio Soto, 1975, e Desaparecido, um grande mistério, de Costa-Gavras, 1982.*



Reprodução/Centro de Documentação e Memória (CEDEM). UNESP

As Mães da Praça de Maio são uma associação de mulheres que tiveram seus filhos e netos desaparecidos durante o regime militar argentino. No cartaz de divulgação de uma das Marchas da Resistência, lê-se “Pela aparição com vida”, “Cárcere aos genocidas”, “Liberdade aos presos políticos”, “Restituição das crianças”, “Rechaçamos as exumações, as reparações econômicas e as homenagens póstumas”. Material de 1986.

deles foram fuzilados, enterrados em covas coletivas e dados como desaparecidos pelo governo ditatorial do general Augusto Pinochet.

Ao mesmo tempo que reprimiam toda e qualquer forma de oposição, os militares procuraram promover a recuperação econômica do país. Em alguns países, foi posta em prática uma política baseada no estímulo às exportações e na abertura da economia para o mercado externo. Também foram adotadas medidas de ajuste econômico para combater o *deficit* público e a inflação.

Com o tempo, tal política gerou uma grave crise econômica na América Latina, com o aumento da dívida externa, arrochos salariais, perda do poder aquisitivo de boa parte da população, desemprego e aumento das *desigualdades sociais**.

* Leia o livro *Vagamundo, de Eduardo Galeano, L&PM Pocket.*

A recessão abalou as bases das ditaduras latino-americanas e contribuiu para enfraquecer os regimes militares na década de 1980. Aos poucos, a democracia voltou a se instalar no continente. Entre 1979 e 1990, treze países retornaram ao regime democrático, entre eles, Bolívia (1982), Argentina (1983), Uruguai (1984), Brasil (1985), Guatemala (1985) e Chile (1990).

Em 1948, o pintor mexicano Diego Rivera executou o mural *Sonho de uma tarde dominical na Alameda Central*. Com 15 metros de comprimento e 4,8 metros de altura, a obra conta a história do povo mexicano ao longo de 400 anos.

General mexicano entrega a oficial norte-americano um jogo de chaves, numa referência às terras do México que, no século XIX, foram anexadas aos Estados Unidos, como os atuais territórios da Flórida, do Texas e da Califórnia.

Frida Kahlo (1907-1954), pintora mexicana que se casou com Diego Rivera em 1929.

José Guadalupe Posada (1852-1913), gravurista mexicano. Ficou célebre por seus desenhos e gravuras que tinham a morte como personagem.

Benito Juárez (1806-1872), líder indígena que, com algumas interrupções, presidiu o México entre 1858 e 1872. Tem nas mãos a Constituição mexicana.

A presença da Inquisição na América espanhola é lembrada por meio de alguns elementos: o fogo – alusão às fogueiras nas quais morreram muitos dos condenados pela Igreja –, o carrasco com chicote e as vítimas, que são representadas com chapéus em forma de cone.

Diego Rivera/Museo Mural Diego Rivera, México.



Hernán Cortez, que no século XV liderou a conquista espanhola do Império Asteca. Suas mãos estão sujas de sangue, numa alusão à matança que os espanhóis promoveram contra os astecas.

Diego Rivera retratou a si mesmo como uma criança de cerca de 9 anos.

A figura central do quadro é a caveira Catrina. Personagem tradicional do México, geralmente é representada como uma mulher elegante. Transmite a ideia de que, apesar da aparente riqueza e elegância, todos são mortais. Na cultura mexicana, por influência indígena, não se costuma considerar a morte como o fim absoluto, mas sim como outra forma de existência. Figura onipresente, a caveira Catrina não é encarada somente como ameaça, mas também como amiga. No mural, transmite a ideia de renascimento.

Organizada de forma cronológica da esquerda para a direita, a obra pode ser dividida em três partes: o passado colonial à esquerda, o México na virada do século XIX para o XX no centro, e à direita, o México contemporâneo, já em fase de industrialização.

Com quase 150 personagens, entre eles políticos, personalidades públicas e líderes revolucionários, a obra dedica um grande espaço às figuras anônimas: os camponeses, os indígenas e a população mais pobre, enfim, as minorias sociais, que compunham a maior parte da população mexicana.

Balão remete ao aviador mexicano Joaquín de la Cantolla y Rico, que, na segunda metade do século XIX, se tornou um dos pioneiros do voo com balões no México, transformando-se em uma personalidade popular no país.

No alto, as indústrias representam o processo de industrialização pelo qual o México passou na primeira metade do século XX.

O ditador Porfirio Díaz (1830-1915), militar que governou o México por cerca 30 anos.

Francisco Madero (1873-1913), que derrubou Porfirio Díaz e assumiu a Presidência do México após a Revolução Mexicana (1910), saúda a população.



Emiliano Zapata (1879-1919), líder da Revolução Mexicana (1910), organizou as milícias camponesas revolucionárias no sul do país.

Mural *Sonho de uma tarde dominical na Alameda Central* (1948), do pintor mexicano Diego Rivera.

Os trabalhadores e os indígenas são alguns dos protagonistas da obra. Esta mulher indígena parece ter conseguido driblar o policiamento que impedia os indígenas de se aproximarem do centro, onde estão os representantes da elite, e observa as pessoas em uma posição ativa e desafiadora. Ela pode ser entendida como um símbolo da resistência popular.

Policial (com traços indígenas) tenta impedir a população de se aproximar da elite, numa alusão às questões sociais do país.

Fonte: HAGEN, Rose Marie; HAGEN, Rainer. *Los secretos de las obras de arte*. Madrid: Taschen, 2005. v. 2. p. 710-715.

Maio de 1968, na França

A França viveu, em maio de 1968, um dos meses mais agitados de sua história contemporânea. Nesse mês, em Nanterre, jovens universitários entraram em greve por mudanças no ensino e foram duramente reprimidos pela polícia. O movimento logo chegou a Paris, onde eclodiram conflitos de rua entre estudantes e forças da polícia.

Com o passar dos dias, o que era uma manifestação estudantil ganhou dimensões mais amplas; chegou às fábricas e tornou-se um protesto generalizado contra o governo do presidente Charles de Gaulle. Cerca de 10 milhões de pessoas entraram em greve, entre operários, professores e outras categorias profissionais. Diversas fábricas foram ocupadas por trabalhadores. *Slogans* como “É proibido proibir”, “A imaginação ao poder” e “Sejam solidários e não solitários” mobilizavam a multidão.

De Gaulle reagiu: com o apoio do exército, dissolveu a Assembleia e convocou eleições para o mês seguinte. A maioria dos franceses, temendo a ascensão da esquerda ao poder, preferiu continuar com De Gaulle. Deputados gaullistas conquistaram a maioria das vagas no parlamento e o presidente permaneceu no poder.

Embora não tivessem conseguido derrubar o governo, os jovens franceses descobriram a sua força e muitas das ideias de transformação da sociedade que defendiam influenciaram o pensamento da *juventude** de outros países.

* Veja o filme *Hair*, de Milos Forman, 1979.

Sua opinião

Você se considera politizado? Participa de algum grupo ou movimento de atuação política?

Carlo Bavagnoli/Tme Life Pictures/Getty Images



Milhares de estudantes e operários cercam o Arco do Triunfo em protesto contra a repressão policial e por mudanças na política governamental de segurança. Como medida de defesa, os manifestantes ergueram barricadas pela cidade. As movimentações de maio de 1968 em Paris impulsionaram greves e passeatas em diversas regiões da França e inspiraram jovens de outros países à mobilização política.

1. Explique a formação e as características do populismo latino-americano entre as décadas de 1930 e 1970.
2. As origens do nacionalismo latino-americano remontam ao início do século XX, especialmente, no México. Quais foram as características mais marcantes dessa onda nacionalista?
3. A industrialização dos países latino-americanos ocorreu tardiamente em relação aos países europeus, como Inglaterra e França. Como se deu este processo de industrialização na América Latina? Procure situá-lo cronologicamente e explicar o contexto que o originou.
4. A influência dos Estados Unidos sobre os países latino-americanos remonta ao século XIX. No entanto, durante a Guerra Fria, essa relação adquiriu características específicas. Defina essas características.
5. Descreva cronologicamente o surgimento de ditaduras militares na América Latina e os traços políticos que marcaram esses governos.
6. Quais foram os resultados das políticas econômicas implantadas pelos regimes militares?
7. O que foi o movimento de Maio de 68 na França?

Hora DE REFLETIR

A tortura foi uma prática sistemática das ditaduras militares da América Latina. Em 2004, a Anistia Internacional divulgou em seu informe anual que, no Brasil, a tortura é uma prática generalizada na maioria das prisões e delegacias de polícia. Mais recentemente, um relatório divulgado em 2012 pela Organização das Nações Unidas aponta que a prática da tortura está disseminada no Brasil, sendo resultado da permanência de uma cultura que aceita abusos cometidos por funcionários públicos. Considerando que os presos se encontram

sob a responsabilidade do Estado, não cabe a este zelar por sua integridade física? Não é contraditório que policiais, pessoas incumbidas de combater a violência na sociedade, utilizem métodos violentos para obter confissões? Em sua opinião, por que práticas como essa ainda persistem em nossa sociedade?

Elabore um breve argumento sobre essas questões. Apresente-o em um debate coletivo, com seus colegas de sala, e participe da discussão expressando suas opiniões.

Mundo virtual

- **Mães da Praça da Maio** – Site da associação argentina, que luta pela condenação dos responsáveis pelo assassinato ou desaparecimento de pessoas durante a ditadura no país (em espanhol). Disponível em: <www.madres.org/navegar/nav.php>. Acesso em: 15 jan. 2013
- **Avós da Praça de Maio** – Site da associação Argentina que tem por finalidade localizar e restituir às suas famílias legítimas todas as crianças sequestradas durante a ditadura (em espanhol). Disponível em: <www.abuelas.org.ar>. Acesso em: 15 jan. 2013.
- **Memórias reveladas** – Site tem como um de seus objetivos coletar informações visando encontrar os corpos dos desaparecidos políticos do Brasil. Disponível em: <www.memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br>. Acesso em: 28 mar. 2013.

Brasil: anos de democracia

Panoramic Images/Getty Images

Igreja de São Francisco de Assis, em Belo Horizonte, Museu de Arte Contemporânea, em Niterói, Estação Cabo Branco, em João Pessoa, Memorial da América Latina, em São Paulo, sede da Organização das Nações Unidas, em Nova York. Estas são algumas das muitas obras espalhadas pelo Brasil e pelo mundo que levam a assinatura do mais importante arquiteto brasileiro do século XX, Oscar Niemeyer.

Morto em 2012, às vésperas de completar 105 anos, Niemeyer explorou ao máximo em seus projetos o uso das linhas curvas. Isso pode ser observado, por exemplo, nos prédios de Brasília, como o Palácio Itamaraty, o Palácio do Planalto ou o Prédio do Supremo Tribunal Federal ou nas construções citadas acima.

Os prédios de Brasília foram inaugurados em 1960, durante o governo do presidente Juscelino Kubitschek. Era uma época em que o Brasil vivia um clima de prosperidade e otimismo muito grande. Uma nova capital estava sendo construída, o Brasil havia acabado de conquistar

Objetivos do capítulo

- Conhecer o processo de redemocratização do Brasil após o fim do Estado Novo e reconhecer sua instabilidade.
- Compreender a organização dos partidos políticos após 1945 e a crescente polarização entre direita e esquerda ocorrida no período.
- Conhecer as várias propostas dos governos para o desenvolvimento socioeconômico desse período.
- Compreender o processo histórico – relacionado a fatores políticos, econômicos, sociais e ideológicos – que resultou no golpe militar de 1964.

sua primeira Copa do Mundo de futebol, Tom Jobim e João Gilberto divulgavam a bossa nova ao redor do mundo. Por outro lado, as desigualdades sociais permaneciam: a inflação aumentava, nos centros urbanos as favelas se proliferavam e na zona rural os camponeses organizavam ligas que pregavam a reforma agrária no país. Neste capítulo estudaremos mais as características desse período repleto de contradições.

Thomas Vita Neto/Pulsar Imagens



Catedral Metropolitana Nossa Senhora da Aparecida, em Brasília – DF. Projetada por Niemeyer, foi o primeiro monumento a ser criado em Brasília. Sua construção se iniciou em 1958, mas foi inaugurada apenas em 1970. Foto de 2012.

1 Reorganização política

Com a renúncia de Getúlio Vargas, em outubro de 1945, o Brasil retomava seu caminho de volta à democracia. Eleições foram marcadas para a escolha de um novo presidente e para a escolha dos parlamentares que integrariam uma Assembleia Constituinte. Nessa reorganização da vida política brasileira, surgiram pelo menos três partidos com forças significativas.

Partido de direita, a União Democrática Nacional (UDN) se organizou como oposição à herança varguista. Defensora dos princípios liberais, a UDN expressava também os interesses dos grandes proprietários de terra e da indústria aliada ao capital estrangeiro. O Partido Social Democrático (PSD) designava-se como um partido de centro e era formado por remanescentes do Estado Novo, como ex-interventores estaduais e controladores das máquinas político-administrativas do antigo regime. Um pouco mais à esquerda no espectro político brasileiro, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) surgiu valendo-se do apoio da estrutura sindical montada durante o governo Vargas. O partido procurava atrair as camadas populares dos grandes centros urbanos satisfeitas com a obra social e trabalhista do Estado Novo.

Devido a essa organização partidária, a influência de Getúlio Vargas estendia-se tanto sobre o PSD quanto sobre o PTB.

Nas eleições de dezembro de 1945, dois candidatos despontaram com maiores chances de vitória: o brigadeiro Eduardo Gomes, lançado pela UDN, e o general Eurico Gaspar Dutra, ex-ministro da Guerra de Vargas, candidato pelo PSD. Com o apoio de Getúlio e do PTB, Dutra foi eleito presidente, com 3,2 milhões de votos (55% do total).

A força política de Vargas se expressou também nas eleições para o Legislativo, quando o ex-ditador foi eleito deputado por sete estados e senador por dois. Para muitos, a grande surpresa nessas eleições foi o desempenho do Partido Comunista, que elegeu um senador, Luís Carlos Prestes, e 15 deputados.

O texto final da nova Constituição, a quinta do Brasil em apenas 112 anos, ficou pronto em setembro de 1946. Uma das preocupações de seus redatores foi delimitar a ação dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, de modo a evitar que se repetisse a concentração de poderes em torno do Executivo, como ocorrera durante o Estado Novo.

A nova Carta garantiu o direito de greve e assegurou o voto a todas as mulheres (pela Constituição de 1934, anterior, só eram obrigadas a votar aquelas que exercessem cargo público remunerado), mas manteve a restrição de voto aos analfabetos, que compunham quase a metade da população brasileira na época (veja a seção *Passado presente*).

PASSADO Presente

O Teatro Experimental do Negro e a Constituição de 1946

De acordo com a atual Constituição brasileira, a prática de racismo é crime inafiançável, imprescritível e sujeito a prisão. Tal reconhecimento representa um grande avanço em relação ao que previa a legislação no período anterior a 1988, ano em que a atual Constituição entrou em vigor. Até então, o racismo era considerado apenas uma contravenção penal, ou seja, sua prática era considerada um delito de menor gravidade.

O esforço para transformar a discriminação racial em crime é antigo. Devido à elaboração da Constituição de 1946, os negros brasileiros se articularam com o objetivo de sensibilizar os constituintes em aprovar lei nesse sentido. Em 1945

e em 1946, lideranças negras realizaram nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, respectivamente, convenções nacionais cujo relatório final defendia a ideia de transformar o racismo em crime de lesa-pátria. Encaminhada ao Congresso, a proposta não vingou, mas permitiu que, em 1951, fosse aprovada a Lei Afonso Arinos, que classificava o racismo como contravenção penal.

Ao caracterizar a discriminação racial como mera contravenção, a Lei Afonso Arinos não chegou a combater essa prática de frente, mas sua criação contribuiu para mostrar à sociedade que – ao contrário do que muitos afirmavam – existiam no Brasil, de fato, a discriminação étnica e o preconceito racial. A Lei Afonso Arinos vigorou até os anos de 1980.

A pressão exercida sobre os constituintes de 1946 foi encabeçada por representantes do Teatro Experimental do Negro (TEN), grupo fundado e dirigido pelo economista e ativista social Abdias do Nascimento. O TEN surgiu em 1944 com a proposta de resgatar e afirmar os valores humanos e culturais dos afrodescendentes no Brasil por meio da arte, da educação e de outras iniciativas culturais. O TEN divulgava suas ações através do jornal *O Quilombo*.

Ao mesmo tempo em que oferecia aulas de alfabetização, o TEN organizava palestras e mon-

tava peças de teatro. Sua primeira peça foi *O imperador Jones*, do dramaturgo norte-americano Eugene O'Neill, cuja estreia aconteceu em 1945. Encenada no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, esta foi a primeira vez que atores negros se apresentaram no palco daquela casa, desde a inauguração do teatro, em 1909. Até 1968, quando as principais lideranças passaram a ser perseguidas pela ditadura militar e o TEN foi extinto, o movimento manteve intensa atividade no cenário cultural e político nacional, angariando importantes apoios entre os intelectuais brasileiros.

Reminiscências/Arquivo Iconographia



Cena da peça *Sortilégio*, de Abdias do Nascimento, interpretada pelos atores do Teatro Experimental do Negro, em foto de 1957. Escrita em 1951, a obra abordava os choques étnico-culturais entre brancos e negros no Brasil. *Sortilégio* ficou censurada até 1957, quando só então pôde ser encenada nos teatros municipais do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Liberalismo e anticomunismo

O presidente Dutra adotou os princípios do liberalismo como eixo da política econômica de seu governo. Assim, mostrou-se favorável à entrada de capital estrangeiro e entregou à iniciativa privada, ao contrário do que fizera Getúlio, a tarefa de comandar o desenvolvimento do país.

Ao mesmo tempo, o novo governo favoreceu as importações. Com isso, começaram a entrar no país muitos produtos estrangeiros, alguns deles supérfluos ou com similares produzidos no Brasil. A inflação e o desemprego aumentaram e, como o valor do salário mínimo permaneceu inalterado, o poder aquisitivo da classe trabalhadora caiu.

Propaganda de máquina registradora importada dos Estados Unidos publicada em 1949. O governo Dutra estimulou a importação de grande variedade de produtos, que logo conquistaram as páginas publicitárias de jornais e revistas.

MAQUINAS DE SOMAR, CONTABILIDADE E REGISTRADORAS

R. C. ALLEN

RÁPIDAS
PRECISAS
DE MANEIRA

Mundialmente famosas pela sua extraordinária precisão, rapidez, manejo fácil e grande durabilidade, as máquinas R. C. Allen realizam com a mais absoluta perfeição todo e qualquer cálculo de contabilidade. Diversos modelos, elétricos ou manuais - um tipo para cada ramo de negócio.

DISTRIBUIDORES EXCLUSIVOS
PARA O BRASIL:

CASA ODEON LTDA.
Rua São Bento, 304 - Fone 3-4121 (Rádio Interna)
Caixa Postal 1272 - São Paulo

FRED. FIGNER & CIA. LTDA. - CASA EDISON
Rua 7 de Setembro, 98 - Tel. 22-7189 - Rio de Janeiro

Fabricadas pela
R. C. Allen Business Machines, Inc.
U. I. A.

FACILIDADES DE PAGAMENTO

Reprodução/ Coleção Almanaque do Barão de Itararé/ EDU SP

Manifestações de descontentamento coletivo e greves tornaram-se cada vez mais frequentes. Como reflexo da Guerra Fria (releia o capítulo 11), Dutra deu início a uma campanha anticomunista. Assim, em 1947, o governo rompeu as relações diplomáticas com a União Soviética e declarou o PCB ilegal; no início do ano seguinte, os parlamentares da bancada comunista no Congresso foram cassados.

Tais medidas provocaram insatisfação em amplos setores da sociedade. O resultado disso pôde ser verificado nas eleições presidenciais de 1950: com quase 4 milhões de votos, Getúlio Vargas, candidato pelo PTB, saiu vitorioso e reassumiu a Presidência no ano seguinte. A população celebrou o retorno de Getúlio cantando uma marchinha de Haroldo Lobo e Marino Pinto: “Bota o retrato do velho outra vez/Bota no mesmo lugar/O sorriso do velho faz a gente trabalhar”.

2 Getúlio Vargas, de novo

Com Getúlio Vargas mais uma vez na Presidência, o nacionalismo, o populismo e o trabalho retornaram ao centro da vida pública da nação, assim como a intervenção do governo na economia. Em 1951, por exemplo, o ministro da Fazenda, Horácio Lafer, chegou a anunciar um plano quinquenal que destinava cerca de 1 bilhão de dólares a investimentos na **indústria de base**, transporte e energia.

Enquanto isso, o custo de vida continuava aumentando. Em meados de 1952, ocorreram vários protestos contra a carestia e, no ano seguinte, uma greve chegou a paralisar 300 mil trabalhadores em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Em 1954, o deputado Carlos Lacerda (UDN), por meio de seu jornal *Tribuna da Imprensa*, lançou uma agressiva campanha contra o presidente e seus auxiliares, aos quais acusava de corruptos. Membros ligados à UDN e às Forças Armadas passaram a defender o afastamento de Vargas da Presidência.

No dia 5 de agosto de 1954, Lacerda sofreu um atentado a tiros que culminou na morte de seu segurança, um major da Aeronáutica. As investigações apontaram como mandante do atentado o guarda-costas de Vargas, Gregório Fortunato. O governo en-

trou em profunda crise e parlamentares da UDN passaram a exigir a renúncia do presidente. Pressionado, no dia **24 de agosto***, Getúlio suicidou-se com um tiro no coração (veja a seção *No mundo das letras*).

* Leia o romance *Agosto*, de Rubem Fonseca, Companhia das Letras, e veja o filme *Getúlio Vargas*, de Ana Carolina, 1974.

A morte de Getúlio Vargas agravou ainda mais a crise política. Ao longo dos dezesseis meses seguintes, o Brasil foi governado por três presidentes e viveu sob a ameaça constante de um golpe de estado liderado pela UDN. Nas eleições presidenciais de 1955, saiu vitorioso o ex-governador de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek, e o vice-presidente João Goulart, ex-ministro de Getúlio, que assumiram em janeiro de 1956.



Manifestantes vão às ruas de São Paulo protestar contra a decisão do governo brasileiro de colocar o Partido Comunista (PCB) na ilegalidade. A medida foi tomada em 1947 no contexto da Guerra Fria. No ano seguinte, o governo cassaria o mandato de todos os parlamentares do PCB. Foto de 1947.

3 O período desenvolvimentista

*Juscelino Kubitschek** chegou à Presidência prometendo realizar em cinco anos de mandato o que, segundo ele, outros presidentes levariam 50 anos para fazer. Para

* Veja o documentário *Os anos JK*, de Sílvio Tendler, 1980.

tanto, JK contava com o chamado *Plano de Metas*, conjunto de medidas destinado a promover o desenvolvimento global da economia brasileira.

O plano previa a aplicação de vultosos recursos nas áreas de energia, transporte, indústria de base, educação e alimentação. De fato, os três primeiros setores foram bastante beneficiados, recebendo a maior parte dos investimentos. Assim, em poucos anos foram construídas usinas hidrelétricas, como a de Furnas e a de Três Marias, ambas em Minas Gerais, e a siderúrgica Usiminas, na cidade mineira de Ipatinga. Ao mesmo tempo, foram implantadas a indústria automobilística – concentrada no município de São Bernardo do Campo, em São Paulo – e a de construção naval, principalmente no Rio de Janeiro.



Acervo UHF/afp/press

O presidente Juscelino Kubitschek durante vistoria na Usina Hidrelétrica de Três Marias, no rio São Francisco, em Minas Gerais. A barragem foi construída de 1957 a 1962, ano de início do seu funcionamento. Foto de 1958.

Em meio a essas mudanças, o governo procurou também promover a ocupação e o desenvolvimento do interior. Assim, foram construídos mais de 20 mil quilômetros de rodovias ligando entre si regiões distantes. Mas a obra mais importante no sentido da “interiorização do desenvolvimento” foi a construção, no Planalto Central do país, da cidade de Brasília, concebida e projetada pelos arquitetos Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, para ser a nova capital do país (veja a seção *Patrimônio e diversidade*).

Durante o governo de JK, o país apresentou elevados índices de crescimento: entre 1955 e 1961, a produção industrial aumentou 80% e entre 1957 e 1961 o Produto Interno Bruto cresceu cerca de 7% ao ano. O aumento do poder aquisitivo fortaleceu as classes médias, que passaram a consumir novos produtos, como eletrodomésticos, automóveis e objetos feitos de plástico e fibras sintéticas, uma novidade na época.

Por sua prosperidade e pelo otimismo que despertou na população, esse período ficou conhecido como *anos dourados* (veja o box a seguir).

A política desenvolvimentista do governo Kubitschek, no entanto, tinha seus limites. A dívida externa cresceu e os gastos para a construção de Brasília, muito elevados, geraram *deficit* de 286 milhões de dólares, em 1957, nas contas públicas. Para cobrir as despesas, o governo passou a emitir papel-moeda em grande quantidade, o que provocou aumento da inflação. Em 1959, o aumento do custo de vida foi de quase 40%.

Os anos dourados

O otimismo verificado durante o governo de JK refletiu-se também na área cultural, onde uma onda de ideias novas se propagou pelos mais variados campos do conhecimento. O projeto urbanístico de Brasília e as linhas arrojadas de suas construções foram a consolidação de uma arquitetura moderna que vinha sendo desenvolvida no Brasil havia algumas décadas, como o complexo arquitetônico da Pampulha, projetado por Oscar Niemeyer, em Belo Horizonte, em 1943.

Na música, a grande novidade foi a *bossa nova**, cujas primeiras manifesta-

* Veja os documentários *Coisa mais linda*, de Paulo Thiago, 2005, *Vinicius*, de Miguel Faria Jr., 2005, *A casa do Tom*, de Ana Jobim, 2007, e o filme *Os desafinados*, de Walter Lima Jr., 2008.

ções ocorreram em 1958 com o lançamento de dois discos. O primeiro foi *Canção do amor demais*, de Elizete Cardoso, no qual a música “Chega de saudade”, de Tom Jobim e Vinicius de Moraes, era acompanhada por João Gilberto, que apresentou uma nova batida de violão responsável por revolucionar a música da época.

O segundo disco foi *Chega de saudade*, no qual o próprio João Gilberto interpretava, com uma voz intimista que seria uma das marcas registradas da bossa nova, canções de Tom Jobim em parceria com Vinicius de Moraes e outros compositores. Com raízes no samba, do qual é uma variante influenciada pelo jazz, a bossa nova sairia das praias de Copacabana e Ipanema, no Rio de Janeiro, onde nasceu, e conquistaria milhares de fãs em todo o mundo.

O cinema também apresentava novidades. Até 1943, ele sobrevivera graças a esforços isolados de diretores como Humberto Mauro e Ademar Gonzaga, entre outros. Em 1953, o filme *O cangaceiro*, de Lima Barreto, recebeu no Festival de Cannes, na França, o prêmio de melhor filme de aventuras.

Mas a grande revolução do cinema brasileiro veio com o *Cinema Novo*, que exibía nas telas as grandes contradições sociais do Brasil em uma linguagem simples e direta. Um dos precursores desse movimento foi o filme *Rio 40 graus* (1955), de Nelson Pereira dos Santos, no qual é retratada a miséria dos morros cariocas. Temas sociais apareceriam também em outros filmes da época, dirigidos por cineastas como Joaquim Pedro Andrade, Paulo César Saraceni, Alex Viany e Glauber Rocha, o nome mais conhecido do movimento, responsável, entre outros, pelo clássico *Deus e o Diabo na terra do sol* (1964).

No teatro, além de Nelson Rodrigues, que desde os anos 1940 vinha produzindo obras inovadoras, a grande novidade foram as peças montadas pelo Teatro Brasileiro de Comédia, o TBC. Criado em 1948, em São Paulo, o TBC se transformou no maior polo produtor de teatro do Brasil. No elenco, apresentava várias estrelas como Cacilda Becker, Walmor Chagas, Fernanda Montenegro, Tônia Carrero, Maria Della Costa, Paulo Autran, e diretores como Adolfo Celli, Zbigniew Ziembinski. O TBC levava ao público textos de dramaturgos consagrados como Tennessee Williams, Arthur Miller e Federico García Lorca, entre outros.

Também são dessa época o Teatro Experimental do Negro (releia o boxe da página 171) o Teatro de Arena, fundado em 1953, que se caracterizou por levar aos palcos peças de autores nacionais, como *Eles não usam black-tie* (1958), de Gianfrancesco Guarnieri, e o Teatro Oficina que, segundo o crítico Sábato Magaldi, “distinguiu-se por ter absorvido, na década de 1960, toda a experiência cênica internacional, vinda de fins do século passado até aqueles dias, dando-lhe um cunho eminentemente brasileiro”.

Nessa mesma época, a televisão começou a se popularizar no Brasil. Inaugurada em 1950, no final da década já havia emissoras de TV nas principais capitais brasileiras, entre elas a pioneira TV Tupi, em São Paulo. Com uma programação quase toda ao vivo, as emissoras transmitiam, entre outras atrações, telejornais, teleteatros, programas musicais, esportivos, infantis e filmes estrangeiros du-

blados em português. Apesar da concorrência da televisão, o rádio continuou como importante veículo, com suas radionovelas, programas jornalísticos e humorísticos. Um dos maiores sucessos deste gênero foi o *PRK-30*, apresentado por Lauro Borges e Castro Barbosa, que faziam as vozes de mais de 25 personagens. O programa se tornou um dos maiores sucessos da história do rádio brasileiro, e permaneceu no ar por 20 anos, entre 1944 e 1964.

Foi também durante os anos dourados que surgiu a poesia concreta de Haroldo de Campos, Ferreira Gullar e outros. No âmbito da prosa de ficção, o maior impacto foi causado pelo lançamento, em 1956, de uma das maiores obras-primas da literatura brasileira, o romance *Grande sertão: veredas*, do escritor mineiro João Guimarães Rosa.

Até mesmo no campo esportivo esse período foi marcado por êxitos que contribuíram para acentuar o clima de otimismo e de confiança no futuro. Em 1958, na Suécia, a seleção brasileira de futebol, sob o comando de Didi e contando com o talento de Garrincha, Nilton Santos e Pelé, conquistou sua primeira Copa do Mundo, feito que seria repetido no Chile, em 1962. No boxe, o pugilista Éder Jofre sagrou-se campeão mundial em 1960, na categoria peso-galo, e manteve o título até 1965.

SANTOS, Joaquim Ferreira dos. *Feliz 1958: o ano que não devia terminar*. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998; CASTRO, Ruy. *Chega de saudade*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1990; *Nosso tempo*. São Paulo: O Estado de S. Paulo/Klick, 1998; MAGALDI, Sábato. *Teatro oficina*. Disponível em: <<http://vivaoteatro.blogspot.com/>>, postado em: 21 fev. 2007. Acesso em: 6 mar. 2010.



O ator Leonardo Vilar em cena do filme *O pagador de promessas*, de 1962. Dirigido por Anselmo Duarte, o longa faz uma crítica à intolerância religiosa do período e foi o primeiro filme brasileiro a conquistar a Palma de Ouro no festival de cinema de Cannes.



Monumento “Os candangos” e o Congresso Nacional, na praça dos Três Poderes em Brasília, Distrito Federal. Foto de 2012.

J. L. Bulcão/Pulsar Imagens

A capital do país e seus arredores

Em março de 1956, o presidente Juscelino Kubitschek fez uma declaração que surpreendeu a muitos: anunciou que Brasília seria finalizada durante seu mandato, que se encerrava em janeiro de 1961.

Para que a cidade – que nasceria do zero – ficasse pronta em menos de cinco anos, o Planalto Central recebeu milhares de operários vindos de todas as partes do Brasil, principalmente de Goiás, de Minas Gerais e dos estados do Nordeste. Eram mais de 30 mil trabalhadores – os chamados *candangos* – que, com suas famílias, passaram a viver nos arredores da nova cidade. De fato, no dia 21 de abril de 1960, uma enorme festa no Planalto Central marcou a inauguração de Brasília.

A cidade surpreendia com seu traçado – projetado por Lúcio Costa – que lembra um avião de longas asas. Nas “asas” ficam as superquadras residenciais; já no “corpo do avião”, o chamado *Eixo Monumental*, entre outras construções, encontram-se a Esplanada dos Ministérios e a Praça dos Três Poderes.

Os prédios da Praça dos Três Poderes, onde ficam o Palácio do Planalto (sede do poder Executivo), o Congresso Nacional (Legislativo) e o Supremo Tribunal Federal (Judiciário), foram projetados por Oscar Niemeyer. Na mesma praça, encontra-se a escultura que se tornou um dos símbolos de Brasília, *Os candangos*, do artista Bruno Giorgi.

Em torno da nova capital federal formaram-se 27 regiões administrativas, além de Brasília. Duas delas – Ceilândia e Taguatinga – são mais populosas que Brasília e outras duas são mais antigas que a própria capital: Brazlândia, de 1932, e Planaltina, um antigo arraial, surgido por volta de 1790 e que em 1859 passou a se chamar Distrito de Formosa. Em Planaltina, está instalado o Museu Histórico e Artístico, onde se encontram preservados exemplares do mobiliário do século XIX e antigas fotografias da região.

Na maioria das regiões administrativas existem organizações de artesãos produzindo artesanato para os mercados interno e externo. Muitas dessas pessoas aprenderam técnicas tradicionais, como renda, crochê, tricô, bordado e fuxico, com suas famílias. Em Taguatinga, por exemplo, as bordadeiras formaram uma associação por meio da qual vendem almofadas, toalhas, colchas e pequenos sachês bordados com desenhos que fazem alusão a flores e frutos do Cerrado.

Elementos e temas relacionados à paisagem do Cerrado são usados também em bijuterias e joias, como as de um grupo que produz peças com sementes, frutas, flores e folhas secas banhadas a ouro. Algumas joias são chamadas de filigranas do Cerrado, porque se assemelham a essa técnica de ourivesaria.

Ao mesmo tempo, os investimentos do governo nos setores de alimentação e educação foram muito baixos, acentuando as desigualdades sociais. O Plano de Metas acabou favorecendo o crescimento principalmente dos estados do Sudeste, o que levou a uma intensificação da *corrente migratória** em direção a essa região. Os novos migrantes eram oriundos, em sua maioria, da zona rural nordestina, onde enfrentavam problemas como miséria, seca e falta de alimentos (veja o box *As Ligas Camponesas*). Eles acreditavam que nas cidades do Sudeste – principalmente São Paulo e Rio de Janeiro, os dois principais centros urbanos e industriais da época – encontrariam melhores condições de vida.

* Leia o livro *A hora da estrela*, de Clarice Lispector, editora Rocco, e veja o filme de mesmo nome, de Suzana Amaral, 1985.

Assim, enquanto 36% dos brasileiros viviam nas cidades em 1950, dez anos mais tarde esse índice já era de 45%, ou seja, cerca de 38,5 milhões de pessoas. Essa expansão urbana, alimentada pelo êxodo rural desordenado, provocou, nos grandes centros, o crescimento das favelas e o surgimento de bairros periféricos caracterizados pela pobreza e pela falta de instalações e serviços essenciais de infraestrutura, como água encanada e rede de esgotos.

A insatisfação com essas condições sociais, agravadas no período JK, se refletiu nas urnas: nas eleições de 1961, o marechal Henrique Teixeira Lott, candidato apoiado por Kubitschek, foi derrotado pelo ex-governador de São Paulo, Jânio Quadros, lançado pela UDN. Como, na época, o voto para presidente e vice-presidente era desvinculado, João Goulart, concorrendo pela chapa do marechal Lott, conseguiu reeleger-se vice-presidente.

As Ligas Camponesas

Em meados da década de 1950, camponeses do Nordeste, ameaçados de expulsão das terras em que trabalhavam como parceiros ou arrendatários, começaram a se organizar para garantir o acesso à terra e conquistar melhores condições de trabalho e de vida. Essa mobilização deu origem às *Ligas Camponesas**, associações que reuniam, principalmente, pequenos proprietários rurais e trabalhadores não assalariados (boias-frias, parceiros, arrendatários, etc.).

* Veja o documentário *Cabra marcado para morrer*, de Eduardo Coutinho, 1984.

A primeira e mais famosa das ligas foi fundada em 1954, em Vitória de Santo Antão, no estado de Pernambuco, reunindo cerca de 1 200 pessoas. Antes dela, em 1945 já haviam surgido ligas camponesas em algumas regiões do país, mas foram resultado de ações isoladas de militantes do Partido Comunista que não tiveram continuidade.

Apesar da forte repressão que sofriam por parte dos fazendeiros e da polícia, a partir de 1958 as Ligas Camponesas se espalharam pelo Nordeste e, posteriormente, chegaram a Minas Gerais e ao interior do estado do Rio de Janeiro.

Tendo como lema “Reforma agrária na lei ou na marra”, as Ligas Camponesas eram lideradas pelo advogado e deputado estadual pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) Francisco Julião (1915-

-1999), que procurava orientar os trabalhadores rurais a respeito de seus direitos. Em 1961, foi realizado em Belo Horizonte o Primeiro Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, durante o qual representantes das Ligas Camponesas e de sindicatos rurais de todo o país reivindicaram a reforma agrária e a extensão das leis trabalhistas ao campo. Com o golpe militar de 1964, a atuação das Ligas Camponesas foi proibida e elas foram extintas.

De olho no mundo

Atualmente, mais de cinquenta organizações de trabalhadores rurais lutam pela implantação da reforma agrária e pela efetiva aplicação dos direitos sociais e trabalhistas no campo. No entanto, muitas vezes, as ações dessas organizações terminam em confronto envolvendo trabalhadores rurais, fazendeiros e polícia. Reúna-se com seu grupo e façam uma pesquisa na imprensa sobre casos recentes deste tipo de violência. Escolham apenas um deles e montem uma cronologia dos acontecimentos, identificando quando o ato violento foi cometido, quem eram os envolvidos, como e quando foi noticiado pela imprensa e, principalmente, quais foram as consequências políticas e judiciais da violência cometida. Organizem os dados cronológicos num painel (em papel ou no computador) e apresentem para a classe.

4 Parlamentarismo no Brasil

O governo de Jânio Quadros, contudo, foi curto: durou somente sete meses. Em agosto de 1961, ele renunciou ao mandato. Ao longo desse breve período, Jânio procurou governar desvinculado de partidos políticos e buscou uma independência em relação aos Estados Unidos. Segundo alguns historiadores, Jânio renunciou à presidência com a expectativa de que o Congresso não aceitasse seu pedido. A expectativa seria a de que os parlamentares mais conservadores e o alto comando das Forças Armadas, assim como muitos dos eleitores que o elegeram, não aceitariam que o governo fosse entregue ao vice-presidente João Goulart, politicamente ligado à esquerda e aos sindicatos. Dessa forma, ele sairia fortalecido do episódio e estaria em condições de exigir mais poderes para governar e implantar as medidas que lhe pareciam necessárias.

O Congresso, entretanto, aceitou a renúncia. Como, naquele momento, o vice-presidente João Goulart encontrava-se na China, a Presidência foi ocupada interinamente pelo presidente da Câmara, deputado Ranieri Mazzili. Enquanto isso, no Brasil, o alto comando das Forças Armadas, aliado a grupos conservadores ligados à UDN, tentava impedir a posse de Goulart, sob a alegação de que ele teria ligações com o comunismo.

No Rio Grande do Sul, o governador Leonel Brizola, do PTB, cunhado de João Goulart, apoiado pelo comandante do Terceiro Exército, general José Machado Lopes, ameaçou resistir caso Jango fosse impedido de assumir a Presidência.

Para evitar que o país entrasse em uma guerra civil, o Congresso Nacional aprovou emenda constitucional criando o parlamentarismo. Com isso, o governo seria exercido pelo primeiro-ministro, escolhido pelo Congresso, e o presidente teria a função de chefe de Estado. João Goulart, que havia desembarcado no Uruguai, retornou ao Brasil e, no dia 7 de setembro de 1961, assumiu a Presidência, mas com poderes diminuídos.

5 As reformas de base e o golpe militar

Entre setembro de 1961 e janeiro de 1963, o Brasil viveu sob um regime parlamentarista frágil, marcado por manifestações de insatisfação política e social. No decorrer desse período, três pessoas ocuparam o cargo de primeiro-ministro: Tancredo Neves (PSD), ex-ministro de Getúlio Vargas em 1953-1954, que governou por nove meses; Brochado da Rocha (PSD), que permaneceu pouco mais de dois meses no posto; e Hermes Lima (PSB), que comandou o terceiro gabinete parlamentarista até que um plebiscito, em janeiro de 1963, devolveu o regime presidencialista ao país.



Ivo Barretti/Agência Estado

Populares observam soldados que montaram barricada em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, durante o período da Campanha da Legalidade. Figuras políticas e setores da sociedade defendiam a posse legal de João Goulart, enquanto os militares queriam o impedimento da posse e a convocação de novas eleições. Foto de 1961.

Com a restauração do presidencialismo, João Goulart apresentou um programa de governo que pretendia combater a inflação (que chegara a 54,8% em 1962), promover reformas sociais e lançar as bases para a retomada do crescimento econômico e industrial brasileiro.

Entre as principais medidas defendidas por Jango estavam a reforma agrária, o direito de voto aos analfabetos e aos militares de baixa patente, a nacionalização das empresas concessionárias de serviços públicos e o imposto progressivo (quanto maior a renda, mais alta a alíquota do imposto).

Chamadas de reforma de base, tais medidas dividiram a sociedade brasileira. O apoio a elas vinha dos grupos de esquerda e dos setores trabalhistas, dos sindicalistas, dos integrantes das ligas camponesas e das entidades estudantis (lideradas pela União Nacional dos Estudantes, UNE). No entanto, as medidas das reformas de base encontraram forte oposição entre os grupos conservadores da sociedade: associações patronais, empresários, oficiais de alta patente das Forças Armadas, setores da alta hierarquia da Igreja católica, políticos de direita, etc. Para esses setores, Jango pretendia, na verdade, implantar o comunismo no Brasil. Assustados com essas medidas, parlamentares do PSD – que junto com os do PTB garantiam a base política do presidente no Congresso – aproximaram-se dos deputados da UDN, que faziam forte oposição ao governo de Jango.

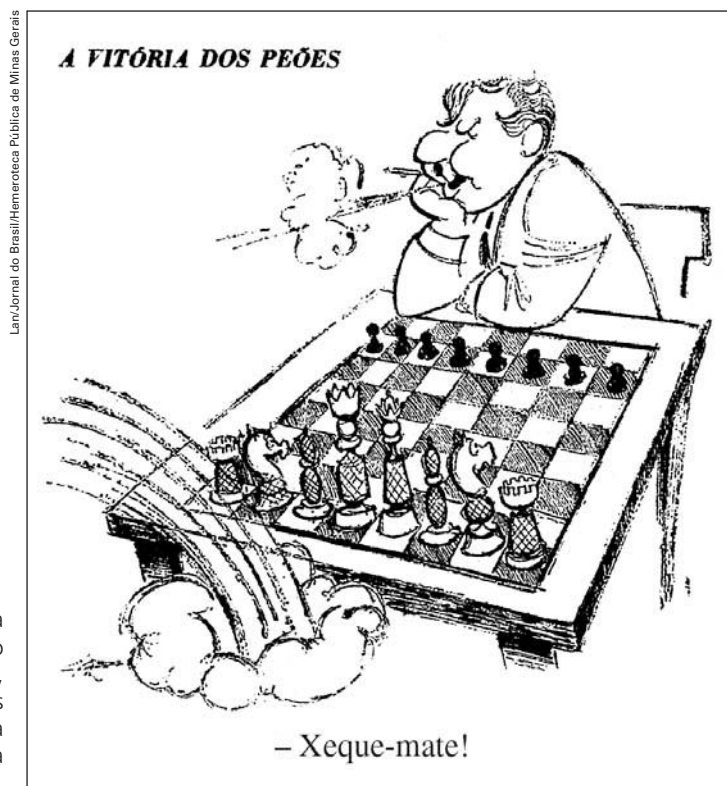
No dia 13 de março de 1964, realizou-se em frente à estação Central do Brasil, no Rio de Janeiro, um grande comício com a presença de cerca de 150 mil pessoas em apoio às reformas de base. Na ocasião, o presidente assinou decretos nacionalizando as refinarias de petróleo e anunciou a desapropriação de terras ao longo das rodovias federais como parte da política de reforma agrária.

Charge “A vitória dos peões”, publicada no *Jornal do Brasil* em 31 de março de 1964. As reformas de base, implementadas por Jango e aclamadas pelos “peões”, foram tema da caricatura do jornal diário na edição de um dia anterior ao golpe militar brasileiro.

Como resposta, apenas seis dias depois, em 19 de março, a oposição levou às ruas de São Paulo cerca de meio milhão de pessoas em uma passeata conhecida como *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*. Liderados por empresários, representantes das classes médias urbanas e setores do clero, os manifestantes protestavam contra o “comunismo” do governo Goulart.

A passeata do dia 19 de março proporcionou o apoio político e social necessário para a derrubada do presidente. Assim, no dia 31 de março de 1964, o chefe do estado-maior do Exército, general Castelo Branco, colocou-se à frente de um golpe militar, contando com o apoio do governo dos Estados Unidos, de alguns governadores de estado – como Carlos Lacerda, da Guanabara, Magalhães Pinto, de Minas Gerais, e Ademar de Barros, de São Paulo –, das lideranças ude-nistas, dos representantes dos meios de comunicação, dos empresários e de amplos setores das classes médias. Assim, Jango foi destituído do poder.

Por duas semanas, o deputado Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara, assumiu interinamente a Presidência da República. No dia 15 de abril, o governo foi entregue ao general Castelo Branco. Iniciava-se assim um dos períodos mais sombrios da história brasileira: a ditadura civil-militar, que se estenderia até 1985.



1. O fim do Estado Novo representou o retorno do país à democracia e a reorganização dos partidos políticos brasileiros, extintos em 1937. Faça uma análise dos principais partidos políticos surgidos a partir de 1946.
2. Com a eleição do general Eurico Gaspar Dutra para a Presidência, em dezembro de 1945, e a promulgação de uma nova Constituição em 1946, retornam as práticas democráticas no Brasil. Faça uma síntese da política econômica do governo Dutra e das mudanças trazidas pela nova Carta constitucional.
3. Na década de 1940, o economista e ativista social Abdias do Nascimento fundou o Teatro Experimental do Negro. Explique as razões que levaram à formação desse grupo e como era a sua forma de atuação.
4. Depois de uma transição turbulenta entre a morte de Vargas e a transmissão do cargo de presidente a Juscelino Kubitschek, em janeiro de 1956, iniciou-se o que ficou conhecido como “período desenvolvimentista”. Caracterize a política desenvolvimentista do governo JK.
5. Por que os anos 1950 e, especialmente, os do governo de Juscelino Kubitschek, ficaram conhecidos como “anos dourados”?
6. Quais circunstâncias políticas levaram o Congresso Nacional a adotar o regime parlamentarista, em 1961? Por quanto tempo perdurou esse regime e como se encerrou essa forma de governo?
7. A partir da restauração do regime presidencialista, descreva o processo político que conduziu ao golpe militar de 31 de março de 1964.

O velho virou santo

O escritor mineiro Rubem Fonseca publicou, em 1990, o romance *Agosto*. Combinando ficção com fatos históricos, a obra tem como pano de fundo os acontecimentos políticos ocorridos no Brasil em agosto de 1954, mês em que o então presidente Getúlio Vargas se suicidou. O trecho reproduzido a seguir narra o momento em que o protagonista – o comissário de polícia Alberto Mattos – vê Getúlio já morto, no Palácio do Catete. Após a leitura do texto, responda ao que se pede.

A confusão no Palácio do Catete era tão grande que o comissário Mattos não teve dificuldades para entrar; não precisou nem mesmo mostrar sua carteira funcional. A portaria estava abandonada. Atrás do balcão do porteiro havia apenas a estátua de bronze do índio Ubirajara fazendo um esgar de cólera.

Da sala do general Caiado de Castro, no andar térreo, estavam sendo retirados os móveis. Alguém disse ao comissário que ali seria armada uma câmara ardente onde colocariam o corpo de Vargas. [...]

[O comissário] Subiu correndo, e contando os trinta e sete degraus até o terceiro andar. Aproximou-se do quarto do presidente. Atrás da porta entreaberta, Mattos viu o que estava procurando.

Ali estava ele, Getúlio Vargas. Morto, sentado na cama, amparado pela mulher e por outras pessoas que procuravam despir o paletó do pijama listrado, manchado de sangue. Ao lado, alguém segurava um terno escuro num cabide. Os movimentos das pessoas impediam que ele pudesse ver bem o rosto de Vargas.

Um homem que fazia anotações guardou no bolso, com visível constrangimento, o bloco em que escrevia. Notando o olhar inquisitivo do comissário, disse: “Meu nome é Arlindo Silva. Sou jornalista. Esse quadro jamais se apagará da minha mente.” [...]

No final do ponto dos bondes no largo da Carioca, no Taboleiro da Baiana, o comissário pegou um bonde e foi para o distrito.

Automaticamente começou a assinar os atestados de pobreza sobre a mesa. Rosalvo entrou na sala.

“Os milicos são muito burros. Aí é que está o busilis. Se deixassem o Getúlio em paz o velho gagá ia morrer escrachado, sendo penteado em público pelo Anjo Negro, afogado no mar de lama. Mas os milicos apertaram ele na parede, sem dar a ele uma



chance de livrar a cara. Fizeram o jogo do Lacerda, que é um maníaco que não sabe onde parar. O povo já tinha tirado novamente o retrato do velho da parede, agora vai começar tudo de novo, o velho virou santo, como todo político que morre no governo, neste país de merda.”

“Você não era lacerdista? Contra o Getúlio?”

“Virei casaca.”

Rosalvo começou a cantar uma música do carnaval de 1951: “Bota o retrato do velho outra vez, bota no mesmo lugar, o sorriso do velhinho faz a gente trabalhar”.

“Cala a boca”, disse o comissário.

“A UDN acabou”, disse Rosalvo. “Nunca vai ser governo neste país. Perdeu o bonde.”

FONSECA, Rubem. Agosto. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 327-331.

1. Nas eleições de 1950, Getúlio Vargas foi reeleito para a Presidência do país. Mas seu governo foi interrompido em 24 de agosto de 1954, com seu suicídio. Com base na leitura do texto anterior e do capítulo, explique o contexto político que conduziu o presidente a este desfecho.
2. No trecho selecionado, a personagem Rosalvo faz o seguinte comentário: “O povo já tinha tirado novamente o retrato do velho da parede, agora vai começar tudo de novo, o velho virou santo”. Explique o contexto sociopolítico que dá sentido à frase.
3. O suicídio de Getúlio Vargas causou muita perplexidade, tristeza e comoção em grande parte da população brasileira, que chegou a alçá-lo à condição de mito. Em sua opinião, a mitificação de personalidades públicas ainda acontece nos dias de hoje? Justifique sua resposta.

Hora DE REFLETIR

O golpe militar de 1964 representou o fim de um período de democracia política no país, iniciado em 1945. Nos regimes democráticos, os níveis de violência do Estado contra os cidadãos são menores e sofrem maior fiscalização do que nos regimes ditatoriais. No entanto, também numa democracia, o Estado detém o chamado “monopólio do uso da violência”, isto é, o direito legítimo de garantir que a lei seja cumprida e respeitada, utilizando meios violentos, como a força policial, por

exemplo. Em sua opinião, seria desejável evitar esse “monopólio”? Seria possível ao Estado fazer valer as leis e os direitos dos cidadãos sem o uso da força? De que modo poderíamos garantir que a violência não fosse exercida entre os próprios cidadãos nem pelo Estado contra nenhum cidadão? Reflita sobre o tema, escolha uma palavra ou expressão que sintetize sua opinião. Escreva-a na lousa ou elabore um cartaz e prepare-se para apresentar sua reflexão pessoal para a classe.

Mundo virtual

- **50 anos de desenvolvimento nacional** – Exposição virtual no *site* do Arquivo Nacional sobre o Brasil de 1950 a 1980. Disponível em: <<http://goo.gl/Kt8O7>>. Acesso em: 15 jan. 2013.
- **Museu virtual de Brasília** – *Site* sobre Brasília, com diferentes informações sobre a cidade e passeios 360° de seus principais pontos. Disponível em: <www.museuvirtualbrasil.org.br/PT>. Acesso em: 15 jan. 2013.
- **Drama e euforia: O Brasil nas copas de 50 a 70** – Exposição virtual no *site* do Arquivo Nacional sobre a participação da seleção em Copas do Mundo. Disponível em: <<http://goo.gl/Mis4f>>. Acesso em: 15 jan. 2013.
- **O Cruzeiro** – Versão digitalizada de uma das mais importantes revistas brasileiras, que circulou entre 1928 e 1975. Disponível em: <www.memoriaviva.com.br/ocruzeiro>. Acesso em: 15 jan. 2013.
- **Última Hora** – Versão digitalizada no jornal Última Hora, que circulou entre 1951 e 1971. Disponível em: <www.arquivoestado.sp.gov.br/uhdigital/index.php>. Acesso em: 15 jan. 2013.

O Brasil sob a ditadura civil-militar

Daniel Allan/Taxi/Getty Images

Entre 1964 e 1977, 173 deputados federais eleitos democraticamente pelo voto dos brasileiros foram cassados pelo regime militar que governava o Brasil no período. Muitos desses políticos não só perderam seus cargos públicos como viram-se obrigados a sair do Brasil, caso do deputado gaúcho Leonel Brizola, que exilou-se inicialmente no Uruguai. Outro, como o deputado paulista Rubens Paiva, ao retornar ao país depois de um período no exílio, foi preso e morreu após enfrentar sessões de tortura nas dependências do Exército.

Passadas mais de três décadas, esses 173 parlamentares puderam reaver, de forma simbólica, seus mandatos. Em uma cerimônia realizada em dezembro de 2012 no Congresso Nacional, os 28 congressistas cassados ainda vivos e parentes dos 145 que já haviam morrido foram homenageados e receberam um diploma e um broche de uso exclusivo dos parlamentares brasileiros. A devolução simbólica do mandato a esses representantes do povo foi um gesto de reparação do governo brasileiro pelas arbitrariedades cometidas ao longo daquele período de exceção da história do país.



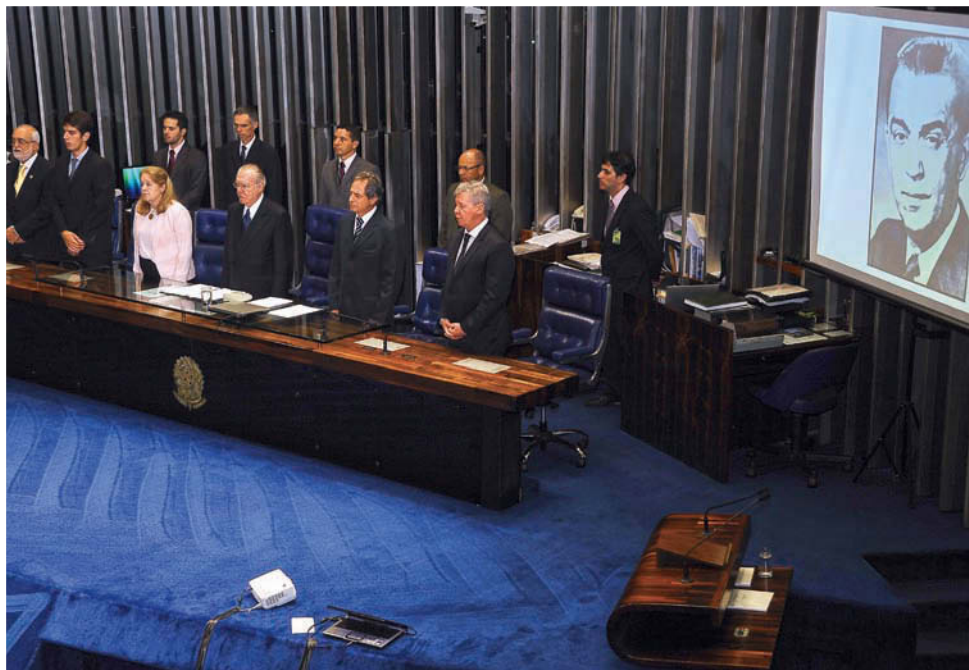
Em dezembro de 2012, o Senado devolveu, simbolicamente, os mandatos de oito senadores cassados durante o regime militar brasileiro. O diploma e o broche de identificação de senador foram entregues às famílias de Juscelino Kubitschek, Aarão Steinbruch, Arthur Virgílio Filho, João Abraão Sobrinho, Mário de Sousa Martins, Pedro Ludovico Teixeira, Wilson de Queirós Campos e a Marcello Alencar, o único vivo.

Objetivos do capítulo

- Compreender o processo histórico que resultou na implantação e no recrudescimento da ditadura militar no Brasil entre 1964 e 1985.
- Compreender a importância da participação de vários setores políticos e sociais para a legitimidade e a manutenção do governo militar.
- Reconhecer a violência – conceito trabalhado nessa unidade – como uma estratégia dos regimes ditatoriais para o controle sobre a sociedade.
- Compreender a importância dos mais variados movimentos de resistência para o fim da ditadura.

De fato, entre 1964 e 1985, o Brasil viveu um dos momentos mais tenebrosos de sua história recente. O país esteve nas mãos de militares que, com o apoio de diversos representantes da sociedade civil, implantaram uma violenta ditadura cujas marcas ainda se encontram presentes na sociedade brasileira. Neste capítulo estudaremos mais sobre esse período.

José Cruz/ABr/Radiobrás



1 Militares no comando

A chegada dos *militares ao poder**, em 1964, inaugurou um período de intensa repressão e violência no Brasil. Durante os 21 anos que se seguiram ao golpe de Estado que derrubou João Goulart, milhares de pessoas – homens e mulheres, jovens, adultos e idosos – foram perseguidas e presas. Muitas delas tiveram seus direitos políticos cassados e foram obrigadas a se exilar no exterior. Outras tantas foram torturadas e mortas. A vida política passou a ser regida por dispositivos autoritários que cerceavam a liberdade, censuravam os meios de comunicação e concentravam o poder nas mãos do governo militar.

O primeiro desses dispositivos, o *Ato Institucional número 1*, o AI-1, de 9 de abril de 1964, instituiu a eleição presidencial indireta, concedeu ao presidente o direito de decretar estado de sítio sem aprovação prévia do Congresso, suspendeu temporariamente a estabilidade de todos os funcionários públicos e autorizou o governo a cassar mandatos de parlamentares e suspender os direitos políticos por dez anos, sem apelação judicial.

Com o AI-1, o governo divulgou uma lista dos cem primeiros cassados pelo novo regime. Entre eles estavam os ex-presidentes Jânio Quadros e João Goulart e muitos líderes políticos: o dirigente comunista Luís Carlos Prestes; o governador Miguel Arraes, de Pernambuco; o deputado federal Leonel Brizola; o deputado Francisco Julião, líder das Ligas Camponesas.

* Veja o filme *Voo cego rumo ao Sul*, de Hermano Penna, 2004.

Logo nos primeiros dias do novo regime mais de 1 400 funcionários públicos foram afastados do cargo, diversos professores universitários foram aposentados compulsoriamente, vários sindicatos sofreram intervenção e a União Nacional dos Estudantes foi declarada ilegal pelo governo militar e teve a sede, no Rio de Janeiro, invadida e incendiada.

Dois dias depois da instauração do AI-1, o general Humberto de Alencar Castelo Branco era promovido ao posto de marechal e eleito de forma indireta pelo Congresso Nacional para a Presidência da República. Ligado à ala moderada das Forças Armadas, ele defendia a ideia de que os militares não deveriam permanecer por muito tempo no poder, devolvendo logo o cargo a um político civil. Como veremos mais adiante, isso não aconteceu.

2 O governo Castelo Branco (1964-1967)

Uma das principais preocupações do marechal-presidente foi controlar a inflação, que se aproximava dos 100% ao ano. Entre as principais medidas adotadas, estavam o corte dos gastos públicos e o aumento dos impostos e das tarifas dos serviços públicos. Procurava-se, assim, equilibrar receitas e despesas governamentais. Ao mesmo tempo, o governo promoveu um arrocho salarial que afetou principalmente as camadas mais baixas da população e aumentou a concentração de renda nas mãos dos setores mais ricos da sociedade. Além disso, fomentou a entrada de capitais estrangeiros para fortalecer a indústria e a agricultura, o que aumentou a dívida externa brasileira.

Folha Imagem/Folhapress



Primeiro presidente da ditadura militar, o general Humberto de Alencar Castelo Branco (acenando) toma posse em Brasília, em abril de 1964. Na foto, ele é ladeado por militares e políticos, entre os quais o general Costa e Silva (na extrema direita), que governaria o Brasil entre 1967 e 1969, e o governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto (segundo da direita para a esquerda).

Essas medidas, de fato, promoveram a queda da inflação e abriram caminho para a retomada do crescimento econômico, mas contribuíram também para aumentar a impopularidade do regime. Esse fato pôde ser comprovado durante as eleições de outubro de 1965, quando foram escolhidos os governadores de onze estados. A oposição venceu em cinco estados, dois deles, Guanabara e Minas Gerais, de grande peso político.

A derrota do governo fez com que uma ala das Forças Armadas, conhecida como *linha dura*, pressionasse o governo no sentido de adotar medidas ainda mais repressivas. Cedendo a essa pressão, Castelo Branco decretou o *Ato Institucional número 2* (AI-2), que extinguiu os partidos políticos e implantou o bipartidarismo. Foram criados, assim, a Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido que daria sustentação política ao regime, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que reunia opositores de diversas tendências políticas.

Em 1966, a linha dura obteve duas novas vitórias. A primeira, com a decretação do AI-3, que estabeleceu eleições indiretas para governadores e prefeitos das capitais dos estados. A segunda, com a eleição indireta para presidente da República de um de seus principais representantes, o general Arthur da Costa e Silva, ministro da Guerra do governo Castelo Branco.

Nos últimos meses de seu governo Castelo Branco adotou medidas que endureceram ainda mais o regime. No início de 1967, promulgou uma Lei de Imprensa que cerceava a informação, decretou uma Lei de Segurança Nacional que restringia as liberdades civis, cassou parlamentares e fechou o Congresso. Em seguida, por meio do AI-4, reabriu o Congresso para que os parlamentares aprovassem uma nova Constituição. A nova Carta, promulgada em 15 de março de 1967, ampliou ainda mais os poderes do Executivo.

Luiz Armando Queiroz, Nelson Motta, Edu Lobo, Chico Buarque, Caetano Veloso, Nana Caymmi, Gilberto Gil, Paulo Autran e Leonardo Villar entre os manifestantes da *Passeata dos Cem Mil*, no Rio de Janeiro, em junho de 1968. Intelectuais e artistas uniam-se aos estudantes na luta contra a ditadura militar.

3 Gerais linha-dura em ação

Com a posse do general Costa e Silva, também em 15 de março de 1967, a linha dura chegava ao poder.

Estudantes, trabalhadores e artistas intensificaram as manifestações contra a ditadura, o mesmo ocorrendo com amplos setores da Igreja católica, que em um primeiro momento havia apoiado o golpe. As manifestações se multiplicaram e a repressão se intensificou. Em março de 1968, estudantes que protestavam pela melhoria da qualidade da comida servida no restaurante Calabouço, ligado à Universidade Federal do Rio de Janeiro, entraram em choque com a polícia. No confronto, o jovem Édson Luís de Lima Souto, de 17 anos, morreu baleado. O enterro do rapaz foi acompanhado por mais de 50 mil pessoas e desencadeou uma onda de protestos.

O auge dessas manifestações ocorreu em junho, quando cerca de 100 mil pessoas saíram às ruas do Rio de Janeiro em passeata pelo fim da ditadura no país. Entre os presentes encontravam-se políticos da oposição, intelectuais, religiosos, estudantes, trabalhadores, donas de casa e artistas, como Chico Buarque, Milton Nascimento, Caetano Veloso e Gilberto Gil.

Em outubro de 1968, os estudantes desafiaram mais uma vez a ditadura e organizaram, clandestina-



mente, o 30º Congresso da UNE. Realizado em Ibiúna, na Grande São Paulo, o encontro foi descoberto pela polícia, que invadiu o local e prendeu centenas de estudantes.

Os trabalhadores também protestavam. Cerca de 15 mil operários de Contagem, em Minas Gerais, e 10 mil metalúrgicos de Osasco, em São Paulo, fizeram em 1968 as primeiras grandes greves desde a implantação da ditadura militar. A resposta do governo foi violenta: centenas de pessoas foram presas e os sindicatos sofreram intervenção.

Diante dessa mobilização popular, o governo decidiu fechar ainda mais o cerco e decretou, no dia 13 de dezembro de 1968, o *Ato Institucional número 5*, AI-5, o mais repressivo de todos. Por meio dele, o presidente poderia fechar o Congresso e legislar sobre qualquer assunto, intervir nos estados, aposentar funcionários públicos e suspender o *habeas corpus* para os chamados crimes políticos, entre outras medidas. A censura à imprensa se tornou ainda mais rígida, como mostra o boxe a seguir.

Um país amordaçado

Os militares procuraram, das mais variadas maneiras, calar a voz das pessoas que faziam oposição à ditadura. Um desses meios foi a forte censura imposta aos meios de comunicação e aos artistas em geral. Notícias, livros, filmes, músicas, peças de teatro só podiam chegar ao público depois de passar pelo crivo dos censores. Ao fazer isso, os militares alegavam estar preservando a “segurança nacional” e a “moral da família brasileira”.

Em São Paulo, o jornal *O Estado de S. Paulo* substituía as matérias censuradas por receitas culinárias e trechos do poema *Os lusíadas*, de Camões, para deixar explícita ao leitor a ação da censura. No Rio de Janeiro, o *Jornal do Brasil* simplesmente retirava as matérias censuradas, deixando em seu lugar enormes espaços em branco. Periódicos alternativos, como *O Pasquim* e *Opinião*, desobedeciam aos censores e publicavam artigos que incomodavam o regime. Em represália, a polícia retirava os exemplares à venda nas bancas e, com frequência, prendia os jornalistas desses jornais.

Músicas de compositores como Chico Buarque, Caetano Veloso, Gilberto Gil e Geraldo Vandré, entre outros, eram constantemente proibidas. Livros como *Zero*, de Ignácio de Loyola Brandão, *Feliz Ano Novo*, de Rubem Fonseca, e a peça *Abajur lilás*, de Plínio Marcos, foram proibidos. Muitos filmes só puderam ser exibidos depois de terem algumas cenas cortadas.

Em 1968, membros do grupo de extrema direita *Comando de Caça aos Comunistas* invadiram o Teatro Ruth Escobar, em São Paulo, e agrediram os atores do grupo Teatro de Arena, que encenavam a peça *Roda viva*, escrita por Chico Buarque e dirigida por José Celso Martinez Correa.

De olho no mundo

Reúna-se com seu grupo de colegas e façam uma pesquisa sobre um dos vários artistas e intelectuais citados no texto. Descubram o que ele faz atualmente e que opiniões possui sobre o período da ditadura militar. Conheçam melhor a obra desse artista e apresentem para a classe, de modo original e criativo, uma parte desta produção artística.

A luta armada no Brasil

Para muitos, o AI-5 representava um golpe dentro do golpe. Com o endurecimento da ditadura, milhares de pessoas foram *presas** e torturadas e muitas outras seguiram para o exílio no exterior. Nesse clima repres-

* Veja o filme *Quase dois irmãos*, de Lúcia Murat, 2005.

sivo, um grande número de jovens, muitos dos quais sob a liderança de dissidentes do **Partido Comunista Brasileiro (PCB)**, decidiram deixar de lado os protestos pacíficos e partir para a luta armada. Surgiu, assim, cerca de uma dúzia de grupos guerrilheiros, abrigando aproximadamente quinhentos combatentes, entre homens e mulheres, que tentavam derrubar o governo por meio das armas.

Inicialmente, os guerrilheiros assaltavam bancos para arrecadar fundos para suas ações. Depois, passaram a sequestrar diplomatas estrangeiros exigindo, como resgate, a libertação de *presos políticos**. Em 1969, o *embaixador norte-americano** Charles Burke Elbrick foi trocado por 15 presos políticos; já o embaixador da Alemanha Ocidental, Ehrenfried von Hollenben, foi trocado por 40, em 1970.

A onda de sequestros levou o governo a acirrar a repressão. Em 1969, o principal líder do grupo Ação Libertadora Nacional (ALN), o comunista Carlos Marighella, foi morto em São Paulo em uma *emboscada** comandada pelo policial civil Sérgio Paranhos Fleury, um dos principais agentes da repressão no país e líder do Esquadrão da Morte, em São Paulo, grupo de policiais que exterminava impunemente tanto criminosos quanto opositores do regime.

* Leia o livro *Os carbonários, de Alfredo Sirkis, editora Record.*

* Leia o livro *O que é isso, companheiro?, de Fernando Gabeira, editora Companhia das Letras, e veja o filme de mesmo nome, de Bruno Barreto, 1997.*

* Leia o livro *Batismo de sangue, de Frei Betto, editora Casa Amarela, e veja o filme de mesmo nome, de Helvecio Ratton, 2006.*

Entre 1968 e 1974, desenvolveu-se na região do *Araguaia** (veja a seção *Patrimônio e diversidade*), na Bacia Amazônica, um importante núcleo guerrilheiro organizado pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB). O grupo conseguiu permanecer na clandestinidade por quase quatro anos; porém, em 1972, o governo brasileiro recebeu informações sobre a ação dos guerrilheiros. O Exército deslocou-se para a região e em dois anos de ação desarticulou o movimento, torturando, matando ou prendendo cerca de oitenta guerrilheiros e guerrilheiras que ali se estabeleceram. Esse foi um dos poucos casos de guerrilha rural ocorridos no Brasil. Em fins do governo Médici, a guerrilha já havia sido praticamente *desarticulada**.

* Veja o filme *Araguaia, conspiração do silêncio, de Ronaldo Duque, 2004.*

* Veja o filme *Cabra cega, de Toni Venturi, 2004.*

Anos de chumbo (1969-1974)

Oito meses depois de ter decretado o AI-5, Costa e Silva afastou-se da Presidência por problemas de saúde, mas o vice-presidente, o político mineiro Pedro Aleixo, foi impedido de assumir o cargo. Uma Junta Militar composta dos ministros da Guerra, Marinha e Aeronáutica governou o Brasil até o final de outubro de 1969, quando tomou posse o novo presidente eleito pelo Congresso, general Emílio Garrastazu Médici.

Durante o governo do general Médici, o Brasil viveu o período mais violento da ditadura. Nessa época, toda uma rede de órgãos repressivos funcionava para manter acuados não só os grupos de esquerda, mas também a própria sociedade.

Além do *Serviço Nacional de Informações* (SNI), órgão de vigilância e controle criado em 1964, o governo contava também com o *Departamento de Ordem Política e Social* (Dops), existente nos estados, e o *Departamento de Operações Internas e Centro de Operações de Defesa Interna* (DOI-Codi). A antecessora desse órgão foi a *Operação Bandeirante* (Oban), de São Paulo, criada em 1969 e financiada por *empresários**, como mostra o boxe a seguir.

* Veja o documentário *Cidadão Bilesen, de Chaim Lietwski, 2009.*



Cartaz com os dizeres “Procura-se”, um número de telefone de denúncia e a imagem do ex-capitão do Exército, o guerrilheiro Carlos Lamarca. O cartaz, do final da década de 1960, também divulgava características de outros perseguidos políticos.

Em 1970, o capitão do Exército *Carlos Lamarca**, da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), abandonou seu quartel em Quitaúna, no estado de São Paulo, levando consigo 63 fuzis e três submetralhadoras e aderiu à luta armada. Perseguido, foi executado na Bahia em 1971, em uma ação comandada pelo major Nilton Cerqueira de Albuquerque.

* Veja o filme *Lamarca, de Sérgio Rezende, 1994.*

A ajuda dos empresários à repressão

Operação Bandeirante foi socorrida por uma “caixinha” a que compareceu o empresariado paulista. O encontro foi organizado por Gastão Vidigal, dono do Banco Mercantil de São Paulo e uma espécie de paradigma do gênero. Sentaram-se à mesa cerca de quinze pessoas: representavam os grandes bancos brasileiros. Delfim [Neto, ministro da Fazenda] explicou que as Forças Armadas não tinham equipamento nem verbas para enfrentar a subversão. Precisavam de bastante dinheiro. Vidigal fixou a contribuição em algo como 500 mil cruzeiros da época, equivalentes a 110 mil dólares. Para evitar pechinchas, passou a palavra aos colegas, lembrando que cobriria qualquer diferença. Não foi necessário. Sacou parte semelhante à dos demais.

Na Federação das Indústrias de São Paulo, convidavam-se empresários para reuniões em cujo término passava o quepe. A Ford e a Volkswagen forneciam carros, a Ultragás emprestava caminhões, e a Supergel abastecia a carceragem da rua Tutoia com refeições congeladas. Segundo Paulo Egydio Martins, que em 1974 assumiria o governo de São Paulo, “àquela época, levando-se em conta o clima, pode-se afirmar que todos os grandes grupos comerciais e industriais do estado contribuíram para o início da Oban”.

Adaptado de: GASPARI, Elio.
A ditadura escancarada. São Paulo:
Companhia das Letras, 2002. p. 62.

Os agentes desses órgãos utilizavam amplamente torturas físicas, morais e psicológicas para obter confissões dos presos políticos. Há relatos de pessoas interrogadas em cubículos ao lado de animais selvagens, como jacarés ou cobras. Segundo dados da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, durante a ditadura, pelo menos 200 militantes entre homens e mulheres foram assassinados pelo regime e outros 146 encontram-se até hoje desaparecidos. (Veja a seção *Passado presente*, na página seguinte.)

“Milagre” econômico

Enquanto o terror de Estado ceifava vidas entre a juventude rebelde, a economia dava sinais de recuperação e entrava em um período de intenso crescimento. Assim, esse período, que tem sido chamado de “anos de chumbo”, foi também caracterizado pelo que ficou conhecido como “milagre econômico”.

A partir de 1967, o Produto Interno Bruto cresceu a uma média de aproximadamente 11% ao ano, uma das maiores taxas do mundo. A base desse desenvolvimento eram os investimentos do governo em obras de infraestrutura e a expansão do mercado interno e das exportações.

Por meio de empresas estatais – somente no governo Médici surgiram 70 delas – o governo realizava vultosos investimentos para consolidar setores básicos da economia, como as áreas de telecomunicações e geração de energia. Assim, durante o “milagre econômico” foram construídas obras de custos extremamente elevados, como a hidrelétrica de Itaipu, na

fronteira do Brasil com o Paraguai, a ponte Rio-Niterói e a rodovia Transamazônica, que acabou se revelando um fracasso.

Empréstimos obtidos a juros baixos em bancos estrangeiros garantiram o aporte financeiro para a expansão industrial do país, mas triplicaram a dívida externa brasileira entre 1967 e 1972. Muitas multinacionais se instalaram no país, onde passaram a produzir, com mão de obra barata, mercadorias modernas e sofisticadas a preços acessíveis. Com a política de facilitação do crédito ao consumidor, as classes médias passaram a ter acesso a automóveis e eletrodomésticos. Já a população mais pobre sofria com o achatamento dos salários.

Arquivo/Agência Estado



Vista aérea das obras de construção da ponte Rio-Niterói, em 1971. Seu nome oficial – Ponte Presidente Costa e Silva – presta homenagem a um dos generais que presidiu o Brasil durante a ditadura militar. Em 2012, um deputado federal do Rio de Janeiro apresentou um projeto de lei propondo mudar esse nome para ponte Hebert de Souza, em homenagem a um importante sociólogo defensor dos direitos humanos no Brasil.

Nas garras da ditadura

A repressão contra os opositores do regime alcançou números elevados. Só nos primeiros meses da ditadura, cerca de 50 mil pessoas foram presas. Calcula-se que, durante os 21 anos que durou esse regime de exceção, aproximadamente 10 mil homens, mulheres, jovens e crianças refugiaram-se no exterior e outras 130 pessoas foram banidas do país. O governo também costumava negar a existência de mortos políticos no Brasil. O regime alegava que esses militantes haviam se suicidado na prisão, tinham morrido durante um tiroteio ou sido atropelados ao fugir da polícia. Hoje, sabe-se que a maior parte dessas pessoas morreu na cadeia, vítima de torturas ou de execuções sumárias.

Em 1995, o governo brasileiro reconheceu a responsabilidade do Estado diante desses mortos e desaparecidos políticos. Como reflexo dessa nova postura, o Executivo Federal aprovou naquele ano a criação da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, que nasceu com três objetivos: reconhecer formalmente cada um dos casos de morte ou desaparecimento por razões políticas; aprovar a reparação indenizatória aos familiares dessas vítimas; e mobilizar esforços no sentido de tentar localizar os restos mortais dos desaparecidos, sempre que houvesse indícios quanto ao local onde esses corpos possam se encontrar.

Os resultados desse trabalho têm sido amplos. Pesquisando uma série de documentos, os membros da Comissão atualizaram os dados referentes à quantidade de mortos e desaparecidos políticos no país, chegando a mais de 350 casos. Com base nessa documentação, o gover-



Integrantes da Comissão Nacional da Verdade se reúnem em fevereiro de 2013 para prestar homenagem ao deputado Rubens Paiva (1929-1971), torturado e morto pela ditadura militar (1964-1985).

no efetuou o pagamento das indenizações aos familiares das vítimas da ditadura. A primeira indenização foi paga em maio de 1996 à gaúcha Ermelinda Mazzaferro Bronca, mãe do mecânico de manutenção de aeronaves José Humberto Bronca (1934-1974), militante desaparecido em 1974, durante a guerrilha do Araguaia.

Em 2007, a Comissão publicou o livro *Direito à memória e à verdade*, no qual relaciona todos os mortos e desaparecidos reconhecidos até então pelo governo brasileiro. Dois anos mais tarde, o governo colocou no ar o *site Memórias reveladas* (<www.memoriasreveladas.gov.br>, acesso em 6 jan. 2013), que tem como um de seus objetivos coletar informações que ajudem a encontrar os corpos dos 146 desaparecidos políticos do Brasil. A seguir, vamos conhecer alguns dos militantes que morreram ou desapareceram na luta contra a ditadura.

Tortura Nunca Mais/Acervo da instituição



Dilermano Mello do Nascimento.

Dilermano Mello do Nascimento (PB, 1920-RJ, 1964). Militar, ex-membro da Força Expedicionária Brasileira, lutou na Itália durante a Segunda Guerra. Preso no dia 12 de agosto de 1964, morreu três dias depois, durante interrogatórios.

Milton Soares de Castro (RS, 1940-MG, 1967). Metalúrgico, membro do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), participou do primeiro movimento armado do país, organizado entre 1966 e 1967 na *Serra do Caparaó**, em Minas Gerais. Morreu sob torturas, depois de 28 dias preso. A versão oficial dizia que ele havia se suicidado. Foi enterrado como indigente. Somente em 2002 a família soube onde o corpo de Milton havia sido enterrado.

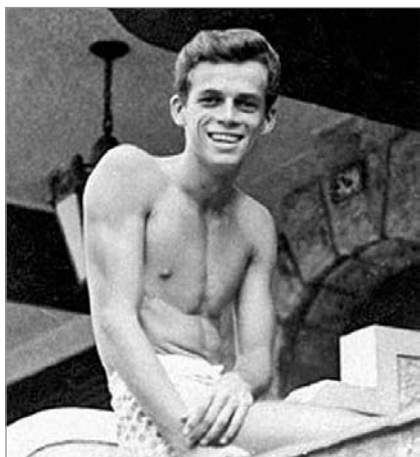
* Veja o filme *Caparaó*, de Flávio Frederico, 2006.



Acervo Última Hora/Arquivo Público do Estado de São Paulo

Milton Soares de Castro, à esquerda.

Álbum de família/Arquivo da editora



Stuart Edgar Angel Jones.

Stuart Edgar Angel Jones (BA, 1945-RJ, 1971). Estudante de economia, era membro do grupo guerrilheiro MR-8. Filho da estilista de alta-costura *Zuzu Angel**, morreu torturado na base da Aeronáutica do aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro. O caso teve grande repercussão internacional. Seu corpo nunca foi encontrado.

* Veja o filme *Zuzu Angel*, de Sérgio Rezende, 2006.



Álbum de família/Arquivo da editora

Maria Lucia Petit da Silva.

Maria Lucia Petit da Silva (SP, 1950-PA, 1972). Professora primária, membro do PCdoB, militava na guerrilha do Araguaia quando foi morta. Em 1991, seu corpo foi encontrado em um cemitério em Xambioá, no Tocantins. Estava envolto em um paraquedas. Sua identificação aconteceu apenas em 1996.

Álbum de família/Arquivo da editora



Esmeraldina Carvalho Cunha.

Esmeraldina Carvalho Cunha (BA, 1922-BA, 1972). Sua filha caçula, Nilda Carvalho Cunha, morreu aos 17 anos, após ter sido torturada pelos órgãos da ditadura, em 1971. Inconformada, Esmeraldina alardeava pelas ruas de Salvador que os militares haviam matado sua filha. Ela passou a receber ameaças até que um dia foi encontrada morta, em casa. Os assassinos depuseram o corpo de Esmeraldina, para simular que ela havia se enforcado.

Fontes: Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Direito à memória e à verdade. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. Disponível em: <www.memoriasreveladas.gov.br>. Acesso em: 7 jan. 2013.

O governo brasileiro tratou de explorar positivamente os bons resultados da economia. Assim, lançou campanhas para fixar a imagem do Brasil como uma “grande potência econômica”, alimentada por *slogans* como “Ninguém segura este país”, “Pra frente, Brasil”, “Brasil: ame-o ou deixe-o”. Nesse contexto, a vitória da *seleção brasileira** de futebol na Copa do Mundo, realizada em 1970 no México, foi amplamente explorada pelo regime, com o intuito de criar uma imagem ufanista entre a população.

* Veja os filmes *Pra frente, Brasil*, de Roberto Farias, 1983, e *O ano em que meus pais saíram de férias*, de Cao Hamburger, 2006.

4 Mais um general no poder (1974-1979)

Nos primeiros meses de 1974, com o fim do mandato do presidente Médici, um Colégio Eleitoral, composto de membros do Congresso e das Assembleias Legislativas estaduais, elegeu o general Ernesto Geisel como presidente do país.

Quando Geisel assumiu a Presidência, em março de 1974, o milagre econômico começava a dar sinais de esgotamento. Uma das razões principais para isso foi o enorme aumento do preço do barril de petróleo determinado em 1973 pelos governos dos países-membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) (sobre esse assunto, leia o próximo capítulo).

Na época, as importações brasileiras de óleo cru correspondiam a cerca de 80% de todo o petróleo consumido no país. O governo brasileiro acreditou que os países árabes baixariam o preço do óleo e, por isso, manteve as importações do combustível no mesmo patamar.

O preço do petróleo não caiu e a crise mundial provocada pela decisão da Opep logo se fez sentir na economia brasileira. Assim, o volume de capitais externos disponíveis diminuiu, provocando aumento na taxa de juros dos empréstimos internacionais tomados pelo Brasil. O resultado foi um crescimento ainda maior da dívida externa e da inflação, cujos reflexos seriam fortemente sentidos na década seguinte.

Abertura “lenta, gradual e segura”

Ernesto Geisel era um representante da linha moderada das Forças Armadas e, como tal, favorável a uma abertura política que culminaria com a devolução do poder aos civis. Entretanto, os militares da linha dura detinham ainda grande influência no aparelho do Estado, pois eram eles que controlavam os principais órgãos de segurança. Como não podia confrontá-los, Geisel prometia fazer uma abertura política “lenta, gradual e segura”.

Os militares da linha dura, por sua vez, desafiavam a política de abertura. Em outubro de 1975, o jornalista da TV Cultura Vladimir Herzog foi assassinado sob tortura nas dependências do Segundo Exército, em São Paulo. Sua morte causou protestos e manifestações públicas: em um ato ecumênico realizado na Catedral da Sé em memória de Herzog, cerca de 8 mil pessoas clamaram pelo fim da ditadura.

Três meses depois, outra morte em circunstâncias semelhantes ocorreria nas dependências do Segundo Exército. Dessa vez, os militares mataram o metalúrgico Manuel Fiel Filho durante um interrogatório. Temendo perder o controle da situação, Geisel demitiu o comandante do Segundo Exército, general Ednardo D’Ávila Melo, e colocou em seu lugar um militar de sua confiança.

Em dezembro de 1977, após impedir que o general Sylvio Frota, militar da linha dura, lançasse sua candidatura à Presidência, Geisel indicou para sua sucessão o nome do general João Baptista Figueiredo, que foi eleito de forma indireta em outubro de 1978.

Nos meses que antecederam a posse do novo presidente, marcada para março de 1979, o Congresso aprovou a revogação do AI-5, restabeleceu o direito de *habeas corpus* e suspendeu parcialmente a censura à imprensa, dando sinais de que as pressões populares em favor da abertura política estavam surtindo efeito.

5 O fim da ditadura

De fato, as manifestações pelo fim da ditadura vinham crescendo cada vez mais nos últimos anos e envolviam estudantes, intelectuais, artistas, integrantes do MDB e da Igreja, e de instituições como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e outros setores da sociedade.



Folha Imagem/Folhapress

Integrantes do Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR) reúnem-se no centro de São Paulo, em julho de 1978, em protesto contra as práticas de discriminação étnica e de preconceito contra o negro observadas no Brasil.

Ainda em 1977, manifestantes se reuniram em frente à Faculdade de Direito, em São Paulo, onde o jurista Goffredo da Silva Telles Jr. leu um documento reivindicando o retorno imediato da democracia. No ano seguinte, nasceu nos bairros periféricos das grandes cidades o Movimento do Custo de Vida, que organizou um abaixo-assinado com mais de 1,3 milhão de assinaturas exigindo aumento salarial e congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade.

Nesse mesmo ano de 1978, uma manifestação em São Paulo aliava protestos contra a violência do Estado e contra a discriminação racial. No dia 7 de julho, representantes do Movimento Unificado contra a Discriminação Racial (MUCDR) se reuniram nas escadarias do Teatro Municipal, no centro de São Paulo, para protestar contra a morte do jovem negro Robson Silveira da Luz, de 21 anos. Preso sob a acusação de ter roubado frutas na feira, Robson morreu sob tortura nas dependências de uma delegacia na periferia paulistana. Os manifestantes aproveitaram a ocasião para fazer a leitura de uma carta aberta à nação contra o racismo. O MUCDR transformou-se posteriormente no Movimento Negro Unificado, que até hoje combate as práticas preconceituosas e discriminatórias na sociedade brasileira.

As greves que abalaram o regime

No dia 12 de maio de 1978, cerca de 2 mil metalúrgicos da Saab-Scania, em São Bernardo do Campo (na região conhecida como *ABC paulista*), sob a liderança de Lula, entraram em greve exigindo 20% de aumento salarial. Essa foi a primeira paralisação de grandes proporções ocorrida no Brasil desde 1968. Em seguida, operários da Ford, Mercedes-Benz e Volkswagen também cruzaram os braços.

Em 1979, a onda grevista se alastrou para outras cidades paulistas com grande concentração industrial, como Osasco e Guarulhos, e depois chegou a todo o país. Além de metalúrgicos, pararam também professores, funcionários públicos, bancários, jornalistas, trabalhadores da construção civil, médicos, lixeiros e profissionais de outras categorias. Até 1980, cerca de 2 milhões de pessoas haviam participado de paralisações do

trabalho. A greve mais longa desse período irrompeu em abril de 1980, em São Bernardo: durou 41 dias e mobilizou 300 mil metalúrgicos.

A população se solidarizou com os grevistas, doando dinheiro e alimentos para os fundos de greve. Os trabalhadores sofreram todo tipo de violência policial: três grevistas morreram em confrontos de rua com as forças de repressão. Sindicatos mais combativos, como o dos metalúrgicos de São Bernardo e o dos bancários de Belo Horizonte e Porto Alegre, sofreram intervenção. Dirigentes sindicais, entre eles Lula, foram presos e enquadrados na Lei de Segurança Nacional.

Dessas lutas surgiu, em 1980, o Partido dos Trabalhadores (PT) e, mais tarde, duas importantes centrais sindicais: a Central Única dos Trabalhadores (CUT), criada em 1983, e a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), constituída em 1986.



Índigena da etnia guarani kaiowá compete na modalidade arco e flecha na 10ª edição dos Jogos dos Povos Indígenas. A competição foi realizada na cidade do Porto Nacional, em Tocantins, em novembro de 2011.

Oswaldo Fontes/O Liberal/Futura Press

O estado mais novo do Brasil

A guerrilha do Araguaia foi organizada por militantes do PCdoB que, a partir de 1968, começaram a se instalar em povoados existentes ao longo do rio Araguaia, na região amazônica. Os guerrilheiros aproveitavam o contato com a população local para organizar reuniões nas quais discutiam a situação sociopolítica do Brasil. Inspirados na Revolução Chinesa (1949) e na Revolução Cubana (1959) (releia o capítulo 12), acreditavam que aquela região da floresta Amazônica poderia funcionar como ponto de partida para uma guerra popular contra a ditadura, que culminaria na implantação do socialismo no país.

Guerrilheiros de ambos os sexos acabaram se instalando em três pontos distintos da região conhecida como *Bico do Papagaio*, área compreendida entre o oeste do Maranhão, sul do Pará e norte do atual estado de Tocantins. A guerrilha foi derrotada em 1974, mas o temor de que movimentos semelhantes surgissem na região reavivou um antigo desejo de emancipação da região norte do estado de Goiás. Nas décadas de 1970 e 1980 o movimento emancipacionista se fortaleceu e, em 1988, tal proposta se concretizou com a criação do estado do Tocantins, na região Norte.

Se o Tocantins é o estado mais novo do país, sua capital, Palmas, é a capital mais nova. Cidade planejada, foi inaugurada em 1990.

Em Palmas é possível encontrar objetos de artesanato típico do estado de Tocantins, as peças

feitas com capim dourado. Esse capim nasce na região do Jalapão, no centro do estado, e com ele são confeccionados bolsas, chapéus, cestas, bijuterias e objetos decorativos, com uma técnica de trançado herdada dos povos indígenas da região.

Existem no estado cerca de 10 mil indígenas, divididos em 82 aldeias. Eles pertencem a diferentes povos, como Xambioá, Xerente, Apinajé, Krahô, Pankararu, entre outros. Um dos locais com maior presença indígena é a ilha do Bananal, a maior ilha fluvial do mundo, onde vivem cerca de 3 mil Karajá e outros 850 Javaé.

A diversidade cultural dos povos indígenas do Tocantins pode ser observada na variedade de festas e rituais de cada povo. Entre os Krahô, povo que vive no sul do estado, nas proximidades de Itacajá e Goiatins, um dos eventos mais tradicionais é a corrida de toras, realizada após caçadas, pescarias e colheitas. Nessa corrida, os competidores carregam às costas uma tora do tronco do buriti, que deve ser passada para um companheiro de corrida.

Tocantins conta com várias manifestações de origem afrodescendente, como as festas de Nossa Senhora do Carmo, do Rosário e do Divino Espírito Santo. Nesses eventos, acontecem apresentações de congadas e de sússia, uma espécie de bailado em que homens e mulheres dançam em círculo, ao som de tambores e cuícas.

Também em 1978, o movimento operário começou a mostrar seu potencial de mobilização. Desafiando a Lei de Greve, milhares de trabalhadores paralisaram o trabalho em São Paulo. Em março de 1979, dois dias antes da posse do presidente Figueiredo, milhares de trabalhadores da indústria automobilística entraram em *greve** sob a liderança do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, no estado de São Paulo, Luiz Inácio da Silva, mais conhecido como Lula (veja o boxe *As greves que abalaram o regime* sobre essa e outras greves no período).

* Veja os documentários *Peões*, de Eduardo Coutinho, 2004, e *Linha de montagem*, de Renato Tapajós, 1982.

Ainda em 1979, ganhou força a campanha em prol da **anistia** dos presos políticos, cassados e perseguidos pela ditadura. Cedendo à pressão popular, em agosto de 1979 o Congresso aprovou a Lei da Anistia. A medida, que permitiu o retorno ao país dos exilados, implicou também o perdão aos crimes cometidos pelos agentes da ditadura envolvidos em torturas e assassinatos de presos políticos.

Estima-se que cerca de 10 mil pessoas foram beneficiadas. Lideranças políticas, como Luís Carlos Prestes, Leonel Brizola, Miguel Arraes, o educador Paulo Freire, o sociólogo Herbert de Souza, entre muitos outros que se encontravam no exílio, começaram a retornar para o Brasil, ao mesmo tempo em que presos políticos foram postos em liberdade.



Cartaz do Movimento Feminino pela Anistia no Brasil, 1975. Na imagem, mulheres clamam por liberdade no país.

Em novembro de 1979, o Congresso aprovou projeto de lei do governo que pôs fim ao bipartidarismo e criou o pluripartidarismo.

Com a nova lei, a Arena se transformou no Partido Democrático Social (PDS) enquanto o MDB deu origem a quatro agremiações políticas: o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB); o Partido Popular (PP), que reunia o setor mais moderado do antigo partido de oposição; o Partido Democrático Trabalhista (PDT), liderado por Leonel Brizola; e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), organizado por Ivete Vargas, sobrinha-neta de Getúlio Vargas. Além desses partidos, foi criado o Partido dos Trabalhadores (PT), que reunia sindicalistas, intelectuais, militantes de esquerda, setores da Igreja e políticos da ala mais radical do antigo MDB.

Jorge Aráujo/Folhapress



Pomba pousa sobre faixa durante ato pela anistia a exilados e presos políticos, na praça da Sé, em São Paulo, em 21 de agosto de 1979. A manifestação reuniu cerca de 5000 pessoas, no maior protesto realizado até então.

Tais mudanças encontravam forte oposição entre os militares da linha-dura que, juntamente com grupos paramilitares de direita, como o Comando de Caça aos Comunistas (CCC), a Aliança Anticomunista Brasileira (AACB) e a Falange Pátria Nova (FPN), passaram a organizar atentados terroristas com o objetivo de abortar o processo de redemocratização.

Uma das ações terroristas de maior repercussão foi o fracassado atentado à bomba no centro de convenções do Riocentro, no Rio de Janeiro, em 1981, durante um *show* em comemoração ao 1º de Maio, Dia do Trabalhador. Duas bombas explodiram antes do previsto: uma provocou apenas danos materiais; mas a outra explodiu no interior do carro onde se encontravam dois militares terroristas. Um deles morreu; o outro, o capitão Wilson Chaves Machado, ficou ferido. Um Inquérito Policial Militar (IPM) chegou a ser instaurado, mas o caso foi abafado pelo governo e os culpados jamais foram punidos.

Diretas Já!

Não bastasse o clima de terror, a sociedade sofria também com o agravamento da crise econômica. A inflação fugiu ao controle. Em 1978, ela chegou aos 38,9%. Em 1980, atingiu 110%. Em 1981, o Produto Interno Bruto chegou a apresentar índice negativo: o país se encontrava em plena estagnação, ou seja, estagnação econômica aliada a inflação elevada.



Arquivo/Agência Estado

Todos esses fatores contribuíam para aumentar a insatisfação da população com o governo da ditadura militar. Em março de 1983, o deputado federal Dante de Oliveira, do PMDB, apresentou à Câmara uma emenda à Constituição que restabelecia as eleições diretas para a Presidência da República. Oito meses depois, o PT organizou em São Paulo o primeiro comício pelas eleições diretas. O evento reuniu 10 mil pessoas. Em pouco tempo, a campanha das *Diretas Já* espalhou-se por todo o Brasil, mobilizando amplos setores da sociedade.

Comícios gigantescos a favor da aprovação da emenda Dante de Oliveira foram realizados em quase todas as grandes cidades do país. Entretanto, apesar da mobilização nacional, em abril de 1984 o Congresso Nacional rejeitou, por apenas 22 votos de diferença, a proposta de eleições diretas para presidente da República.

Alguns parlamentares ligados ao PDS – partido que garantiu a rejeição da emenda – abandonaram o partido e formaram a *Frente Liberal*, que daria origem mais tarde ao Partido da Frente Liberal (PFL). Em junho de 1984, o PMDB aliou-se à Frente Liberal e formou um bloco denominado *Aliança Democrática*. Juntos, lançaram a candidatura de Tancredo Neves, governador de Minas Gerais pelo PMDB, à Presidência.

O governo, por sua vez, indicou para a sucessão do general Figueiredo o nome de Paulo Maluf (PDS), político que, durante os anos de chumbo da ditadura, havia sido escolhido pelo regime militar para ocupar a prefeitura de São Paulo.

Nas eleições presidenciais, ocorridas em janeiro de 1985, Tancredo Neves venceu por 480 votos do Colégio Eleitoral contra 180 de seu adversário. A posse deveria ser realizada no dia 15 de março. No dia anterior, entretanto, Tancredo Neves adoeceu gravemente e foi internado em um hospital de Brasília. Transferido para um hospital de São Paulo, morreu no dia 21 de abril.

A Presidência foi ocupada por José Sarney, vice-presidente eleito junto com Tancredo Neves e ex-parlamentar da Arena que integrava a Frente Liberal. Assim, com um político historicamente associado ao partido da ditadura, chegou ao fim o regime militar. Iniciava-se, dessa maneira, uma nova fase na história do Brasil.

O movimento das “Diretas Já” foi marcado por gigantescos comícios envolvendo membros da classe artística, intelectuais e outros militantes. Foto de 1984 de manifestações pelas “Diretas Já”, em Belo Horizonte.

Guerra nas ilhas Malvinas

Entre 1976 e 1983, a Argentina também esteve sob ditadura militar. Em 1982, a economia do país estava em crise, com inflação elevada e desemprego. A situação piorou ainda mais quando o presidente, general Leopoldo Galtieri, ordenou a ocupação das *ilhas Malvinas**, ao largo da costa argentina. As ilhas, inicialmente pertencentes à Argentina, estavam

* Veja o filme *Iluminados pelo fogo*, de Tristán Bauer, 2005.

sob controle da Inglaterra desde meados do século XIX.

O governo inglês reagiu rapidamente, enviando navios de guerra à região. Após dois meses de combate, as tropas argentinas se renderam: 712 de seus soldados estavam mortos e 11 mil eram agora prisioneiros das forças britânicas. As Malvinas, ou Falklands, como são chamadas pelos ingleses, continuaram sob controle da Inglaterra. Com a derrota, o general Galtieri renunciou à Presidência e, no ano seguinte, a ditadura argentina chegou ao fim.

Stuart Franklin/Magnum Photos/Latinstock



Navio da Marinha Real Inglesa zarpa do porto de Portsmouth, na Inglaterra, em direção ao Atlântico Sul, durante a guerra que ingleses e argentinos travaram em 1982 pela posse das ilhas Malvinas (Falklands para os ingleses).

Organizando AS IDEIAS

1. O golpe militar que derrubou João Goulart, em 1964, instituiu um longo período de repressão e violência. Descreva quais foram as primeiras medidas políticas adotadas pelos militares que caracterizaram o autoritarismo do novo regime.
2. No interior das Forças Armadas havia dois grupos que se opunham quanto aos rumos do novo regime: os “moderados” e os de “linha-dura”. Defina as divergências entre eles e descreva o processo político que conduziu os militares da linha-dura ao governo, no período entre as eleições para governador, em 1965, e o início do governo de Costa e Silva, em março de 1967.
3. Aponte, em linhas gerais, as formas de resistência da sociedade civil contra o regime militar especialmente no período entre 1967 e 1974. Indique os acontecimentos e as organizações sociais que marcaram as lutas deste período.
4. A Guerrilha do Araguaia foi um movimento clandestino que existiu entre 1968 e 1974. Explique o que defendiam seus integrantes e por que esse movimento não alcançou seus objetivos.
5. Entre as diversas medidas repressivas do regime militar, o AI-5 entrou para a história como a mais violenta e autoritária. Explique o que foi o AI-5 e

quais as consequências de sua implantação para a vida social e política brasileira.

6. A expressão “milagre econômico” designa o processo de acelerado crescimento da economia brasileira, entre 1969 e 1974. Aponte quais foram as principais características desse processo.
7. O governo do general Ernesto Geisel (1974-1979), um representante da linha moderada das Forças Armadas, deu início à chamada abertura política “lenta, gradual e segura”. Entretanto, essa abertura foi marcada por avanços e re-

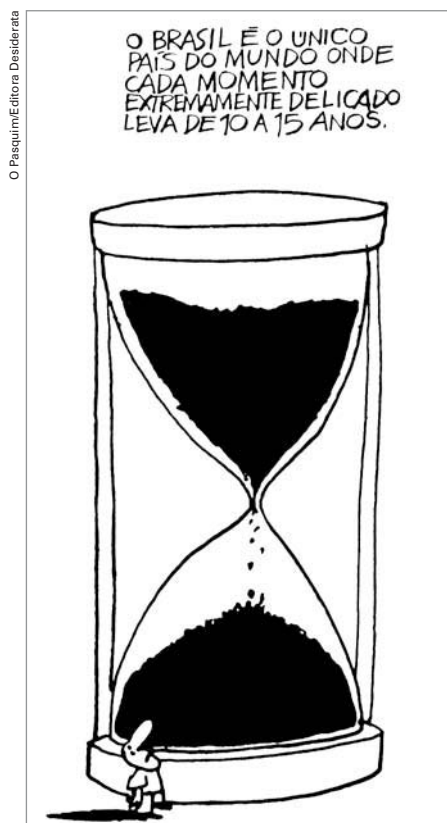
trocessos. Cite exemplos que comprovam essa afirmação.

8. No final dos anos de 1970, a campanha pela aprovação da Lei da Anistia ganhou força no país. Explique a importância dessa lei no processo de redemocratização do Brasil.
9. O que foram as chamadas “greves operárias” de 1978 e 1979? Qual a relevância desses acontecimentos para o cenário político nacional?
10. O que foi a campanha das Diretas Já? O que ela reivindicava? Seus objetivos foram alcançados?

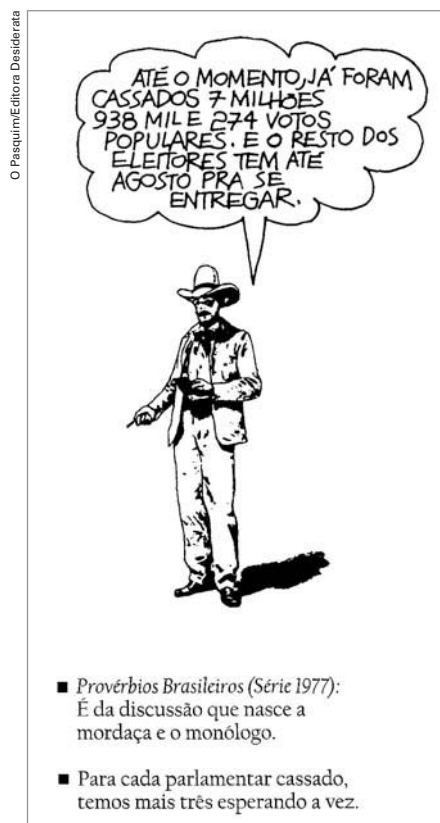
Interpretando DOCUMENTOS

Durante os anos de ditadura militar, apesar da censura imposta à imprensa, algumas publicações de caráter humorístico sobreviveram e conseguiram manter certa regularidade. O mais famoso desses jornais foi *O Pasquim*, publicado entre 1969 e 1991. Nesse periódico, o jornalista Ivan Lessa assi-

nava uma coluna chamada *Gip! Gip! Nheco! Nheco!*, ilustrada por alguns dos principais chargistas do Brasil, como Henfil, Jaguar, Hubert, entre outros. A seguir, você verá três diferentes charges publicadas na coluna de Ivan Lessa. Observe o texto e as ilustrações e, depois, responda às questões.



Charge publicada em *O Pasquim*, em 1977. O humor foi uma das formas de resistência à ditadura.



Charge e provérbios publicados no jornal *O Pasquim*, em 1977, ironizando a situação política brasileira da época.



Charge de Redi publicada em 1976.

1. Faça uma breve análise de cada uma das três charges, identificando aspectos relacionados ao contexto histórico estudado no capítulo.
2. Na parte inferior da segunda charge, há um texto irônico, com a estrutura de um provérbio, isto é, uma expressão popular dotada de grande sabedoria. Explique a ironia desse provérbio, considerando o que foi estudado nesse capítulo.
3. Com base em uma ou mais dessas charges, escreva uma reflexão sobre a importância da liberdade de imprensa para a constituição da democracia no país.

Hora DE REFLETIR

A violência – na forma de usurpação do poder político pela força, censura, supressão das liberdades, repressão a manifestações públicas legítimas, cassação de mandatos, prisão, torturas e assassinatos – foi largamente utilizada pelo governo militar para reprimir os opositores do regime durante a ditadura. Em sua opinião, a vio-

lência praticada por agentes do governo é algo exclusivo desse período ou encontra-se presente em outros momentos da história do Brasil? Reúna-se com seu grupo, discutam e reflitam sobre o assunto. Em seguida, preparem duas ou três dramatizações, de 2 a 3 minutos cada, ensaiem-nas e as apresentem para a classe.

Mundo virtual

- **Memória reveladas** – Site sobre as lutas políticas no Brasil entre 1964 e 1985. Disponível em: <<http://goo.gl/ec7i>>. Acesso em: 13 fev. 2013.
- **Censura musical** – Site apresenta letras de músicas vetadas pela censura durante a ditadura civil-militar e as justificativas dos censores. Disponível em: <www.censuramusical.com.br/>. Acesso em: 13 fev. 2013.



Sei lá, muito velório rolou de lá pra cá,
qual a próxima mãe que vai chorar?
Ah, demorou mas hoje eu posso compreender,
que malandragem de verdade é viver
Agradeço a Deus e aos Orixás, parei no meio do
caminho e nem olhei pra trás
meus outros manos todos foram longe demais
Cemitério São Luís, aqui jaz [...]
2 de novembro era finados,
eu parei em frente ao São Luís do outro lado
E durante uma meia hora olhei um por um
e o que todas as senhoras tinham em comum:
a roupa humilde, a pele escura, o rosto abatido pela
vida dura
Colocando flores sobre a sepultura
("podia ser a minha mãe")
Que loucura
Cada lugar uma lei, eu tô ligado,
no extremo sul da Zona Sul tá tudo errado,
aqui vale muito pouco a sua vida,
a nossa lei é falha, violenta e suicida
Se diz, me diz que não se revela: parágrafo
primeiro na lei da favela
Legal, assustador é quando se descobre
que tudo dá em nada e que só morre o pobre
A gente vive se matando, irmão, por quê?
não me olhe assim, eu sou igual a você
Descanse o seu gatilho,

descanse o seu gatilho,
que no trem da malandragem, o meu rap é o trilha.
Vou dizer...
Procure a sua paz...
Pra todas as famílias aí que perderam pessoas
importantes, morô, meu!!!!
(eu vou procurar e sei que vou encontrar)
Procure a sua paz (paz...)
Não se acostume com esse cotidiano violento,
Que essa não é a sua vida,
essa não é a minha vida, morô, mano!!!!
Procure a sua paz...
Aí Derlei, descanse em paz!
Aí Carlinhos procure a sua paz!
(eu vou procurar e sei que vou encontrar)
Aí Quico, você deixou saudade, morô, mano!
Agradeço a Deus e aos Orixás...
Eu tenho muito a agradecer por tudo
Agradeço a Deus e aos Orixás...
(eu vou procurar e sei que vou encontrar)
Cheguei aos 27, sou um vencedor, tá ligado
mano!!!! [...]
27 anos, contrariando a estatística, morô, meu!!!!
Agradeço a Deus, agradeço a Deus...
Procure a sua paz...
(eu vou procurar e sei que vou encontrar)

Racionais MC's. *A fórmula mágica da paz*.
Disponível em: <<http://racionais.mcs.musicas.mus.br/letras>>. Acesso em: 12 jan. 2013.

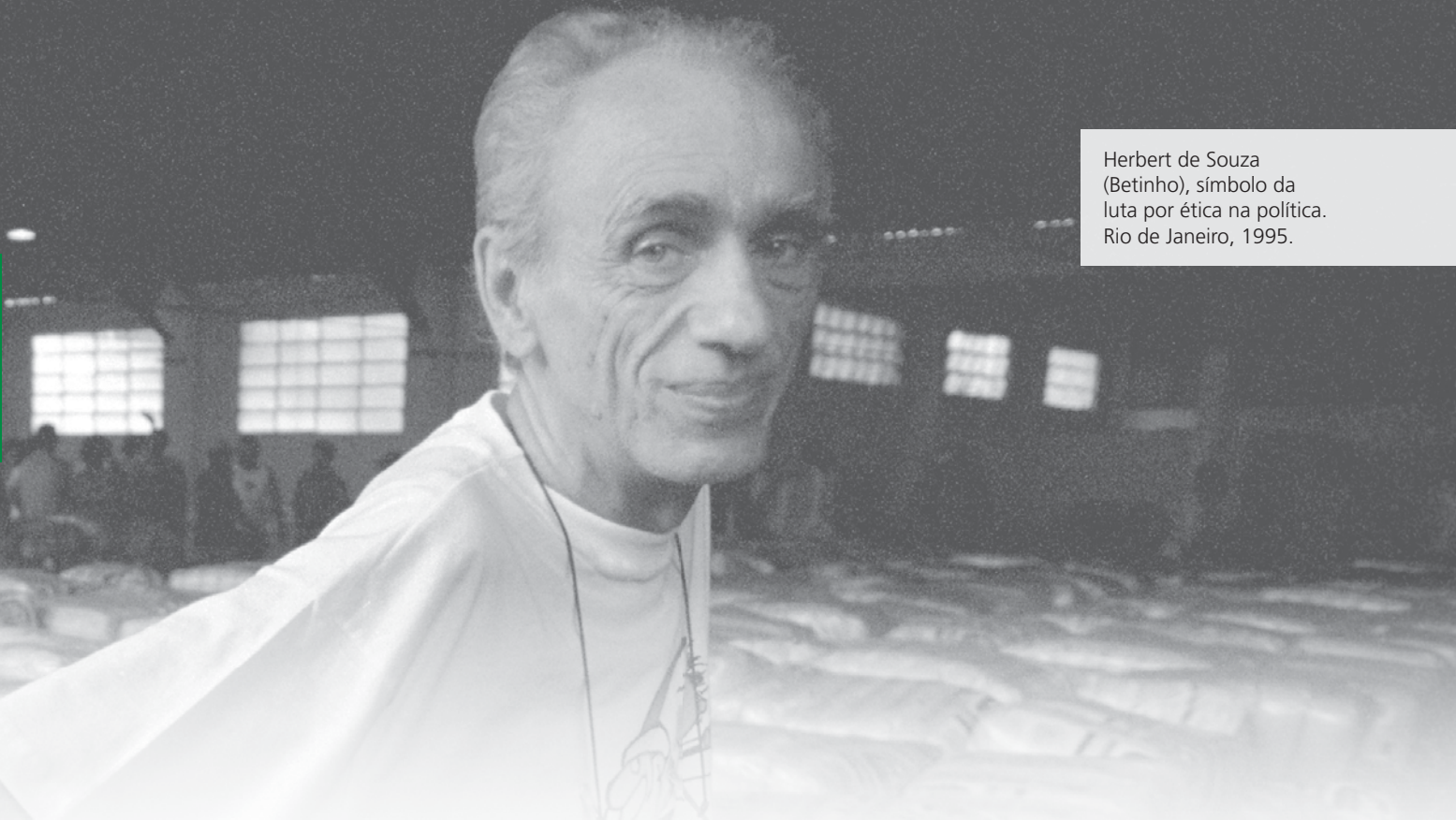
Refleta e responda

1. Descreva o ambiente em que vive o personagem central do rap "A fórmula mágica da paz".
2. Com base na leitura do documento 1, explique por que o narrador do rap se considera um vencedor.
3. Em sua opinião, que ações poderiam contribuir para afastar os jovens da violência?
4. Em dupla, escrevam um rap para incentivar o combate às várias formas de violência no Brasil. Depois, apresentem-no a seus colegas.

Quase todos os dias nos vemos diante de situações que nos obrigam a refletir: como devo agir diante de tal fato? Será que fazer isso é justo? É correto? Ou será que se eu agir dessa maneira prejudicarei outras pessoas ou serei recriminado? Quando suscitamos tais dúvidas, estamos na verdade trazendo à tona uma discussão a respeito do caráter ético de nosso comportamento.



Na manhã do dia 24 de fevereiro de 2013, populares saem às ruas de Florianópolis (SC) protestando contra a corrupção na política brasileira. Os manifestantes também exigiam a eleição de “políticos ficha limpa” para o Congresso Nacional.



Herbert de Souza (Betinho), símbolo da luta por ética na política. Rio de Janeiro, 1995.

Ética é uma palavra de origem grega que pode ser definida como conjunto de princípios e valores instituídos por uma sociedade com o objetivo de orientar e regular as relações humanas. O conceito foi criado para que os indivíduos saibam o que a sociedade como um todo, seguindo um código de valores inspirado na ideologia do grupo social dominante, considera certo ou errado, o que é permitido ou proibido, o que é considerado uma virtude ou um vício.

Os valores éticos estão vinculados às condições históricas, políticas e econômicas de cada sociedade. Por isso, não podem ser considerados imutáveis, uma vez que se transformam para se ajustar a novas exigências culturais e sociais dos grupos humanos.

Esses princípios e valores devem ser universais, ou seja, devem ser válidos para todas as pessoas de dada sociedade. Assim, quando a sociedade estabelece que um indivíduo não pode escravizar outro, que os cientistas não podem fazer clonagem de seres humanos, que a corrupção e a pedofilia constituem crimes, está definindo princípios éticos que, se forem desrespeitados, podem pôr em risco a convivência social ou a existência da própria sociedade.

A cena retratada na página ao lado, por exemplo, é uma manifestação popular contra a corrupção e a favor da Lei da Ficha Limpa, um projeto de lei de iniciativa popular que reuniu cerca de 1,3 milhão de assinaturas com o objetivo de tornar inelegível por oito anos candidatos que tenham mandato cassado ou que venham a renunciar para evitar a cassação, entre outros problemas de conduta. Esse projeto foi aprovado na Câmara dos Deputados, no Senado Federal, sendo sancionado pelo então presidente da República em 4 de junho de 2010. Nesta unidade nos defrontaremos com algumas das questões éticas centrais das sociedades contemporâneas.

COMEÇO DE CONVERSA

1. Em grupos, relacionem os valores éticos que vocês consideram mais importantes para nossa sociedade. Vocês praticam esses valores?
2. Como as atitudes antiéticas podem prejudicar nossa vida em sociedade?

Duas décadas de crise

Jackson Pollock/Albright-Knox Art Gallery/Corbis/Latinstock

O movimento começou em Nova York. Depois, espalhou-se para outras cidades norte-americanas, como Houston, Seattle, Portland, São Francisco, Boston e Chicago. Por fim, cruzou o Atlântico e chegou à Europa, em países como Espanha e Holanda. Em todos esses lugares, os manifestantes montavam acampamentos em pontos estratégicos das cidades e ali permaneciam como forma de protestar pacificamente contra a desigualdade econômica e social e a grande influência das empresas junto aos governos. Em Nova York, por exemplo, as pessoas ficaram acampadas na região de Wall Street, o setor financeiro da cidade e onde se encontra a Bolsa de Valores de Nova York, e o movimento acabou ganhando o nome de Occupy Wall Street (Ocupem Wall Street).

Os acampamentos nessas cidades se estenderam por vários meses e, em algumas ocasiões, só foram desmanchados com a intervenção da polícia. Mesmo assim, os manifestantes ainda utilizam a internet e outros meios de comunicação para articular novos protestos e continuar lutando contra as políticas econômicas neoliberais postas em prática pelos governos em diversas regiões do planeta.

O neoliberalismo tem como premissa uma reduzida participação do Estado nas atividades produtivas e nos serviços de assistência social. Para os seus defensores, tais tarefas devem estar sob a responsabilidade da iniciativa privada.

Manifestante usa máscara de Guy Fawkes, personagem celebrizado no cinema pela vingança contra injustiças sociais e popularizado pelo movimento Occupy Wall Street, em frente ao Banco Central Europeu (ECB), em Frankfurt, Alemanha. Como nos Estados Unidos, manifestantes acamparam em frente ao centro financeiro em protesto contra as políticas econômicas europeias. Foto de outubro de 2011.

Objetivos do capítulo

- Compreender as crises socioeconômicas e políticas que marcaram as décadas de 1970 e 1980 em várias partes do mundo.
- Compreender o processo de desenvolvimento econômico e industrial pelo qual passaram vários países asiáticos a partir da década de 1970.
- Compreender o conceito de neoliberalismo e perceber o impacto causado por sua aplicação sobre a economia e o modo de vida das populações em vários países.
- Relacionar os aspectos religiosos e culturais às mudanças sociais e aos conflitos políticos em vários países nesse período.
- Compreender a relação entre o conceito da unidade – *Ética* – e outros aspectos socioeconômicos e políticos, como degradação ambiental, corrupção e intolerância religiosa.

Como veremos neste capítulo, o neoliberalismo começou a ganhar força entre as décadas de 1970 e 1980 na Inglaterra e nos Estados Unidos, antes de espalhar-se para outros lugares do planeta. Ao mesmo tempo que permitiu significativos lucros às instituições financeiras e outras grandes corporações, contribuiu para aprofundar ainda mais as desigualdades sociais entre ricos e pobres.

Ralph Orłowski/Getty Images



1 A Era de Ouro do capitalismo

O período compreendido entre o fim da Segunda Guerra Mundial e o início da década de 1970 foi caracterizado por uma forte expansão do sistema capitalista.

Entre 1950 e 1970, a produção mundial de alimentos aumentou e a industrialização se expandiu pelo planeta. Nesse período, o volume de produtos manufaturados quadruplicou e as transações comerciais entre os países cresceram dez vezes. Tal expansão foi definida pelo historiador Eric Hobsbawm como uma *Era de Ouro** do sistema capitalista.

* Veja o filme *O discreto charme da burguesia*, de Luis Buñuel, 1972.

Esse crescimento vertiginoso reduziu de maneira significativa o número de países cuja economia dependia somente da agricultura. Em contrapartida, provocou sérios problemas ambientais, como o aumento da poluição do ar e das águas, o desmatamento de áreas verdes e o aquecimento global do planeta. Reagindo a esse processo, começaram a surgir organizações ambientalistas, como a ONG *Greenpeace*, fundada em 1971, que passaram a se mobilizar contra a degradação do meio ambiente (sobre a questão ambiental, veja a seção *Eu também posso participar*).

Um dos fatores que contribuíram para a expansão das atividades industriais nesse período foi o baixo preço do petróleo, uma das principais fontes de energia das indústrias, cujo barril era vendido a menos de dois dólares, em média, no mercado internacional.

EU TAMBÉM posso participar

Consumo predatório e sacolas de supermercado

No dia 22 de abril de 1970 muitos estadunidenses comemoraram o Dia da Terra. Era a primeira vez que se realizava um evento de grandes proporções com o objetivo de despertar a atenção da população para os problemas ambientais que afetavam o planeta.

O movimento teve grande repercussão e produziu diversos resultados, levando a Organização das Nações Unidas (ONU) a realizar, em 1972, a Conferência de Estocolmo, na Suécia. Essa foi a primeira ocasião em que líderes de diversos países se reuniram para discutir questões ambientais. De lá para cá, outras conferências internacionais do gênero já foram realizadas, como a Rio-92, no Rio de Janeiro, em 1992; a Conferência do Clima, em Copenhague, na Dinamarca, em 2009; e a Rio+20, no Rio de Janeiro, em 2012.

Todos esses encontros tiveram por objetivo discutir e propor soluções para os graves problemas ambientais. Entre esses problemas, podemos citar: o aquecimento global e o efeito estufa, provocados pelo excesso de dióxido de carbono e outros gases lançados na atmosfera pelas indústrias, pela frota mundial de veículos e pelas queimadas; o aumento no buraco da camada de ozônio, que protege a Terra dos raios solares, causado pela liberação de clorofluorcarbonos e outros produtos

químicos usados principalmente em sistemas de ar condicionado e refrigeração; a chuva ácida, provocada pelos altos níveis de óxidos de nitrogênio e de dióxido de enxofre lançados na atmosfera pelas indústrias; e a extinção de espécies animais e vegetais.

Por causa dessa situação, entretanto, vem se tornando cada vez mais evidente a importância do papel que cada um de nós desempenha na tarefa de melhorar a realidade em que vivemos. Muitos especialistas argumentam que se o consumo desenfreado e predatório fosse substituído pelo consumo responsável (ou consumo consciente) de bens e serviços, as condições ambientais do planeta poderiam melhorar significativamente.

Nessa perspectiva, diversas campanhas de conscientização têm sido lançadas por Organizações Não Governamentais (ONGs), movimentos ambientalistas e mesmo governos de alguns países. Uma delas, que vem ganhando um número cada vez maior de adeptos no Brasil, é a que propõe às pessoas o consumo racional de sacolas descartáveis, particularmente das sacolas de supermercado. No mundo inteiro são consumidas 1 trilhão de sacolas plásticas por ano. Para se chegar a esse número astronômico, são necessários 120 milhões de barris de petróleo. Só no Brasil, são consumidas anualmente 13,1 bilhões de sacolas descartáveis.



Essas sacolas levam cerca de 400 anos para se decompor na natureza. Feitas de derivados do petróleo, quando incineradas liberam grande quantidade de gás carbônico na atmosfera, um dos principais responsáveis pelo aquecimento global. Descartadas de maneira incorreta, são um dos principais poluidores de mares e oceanos. Uma vez no mar, elas provocam a morte de muitos animais marinhos, que ingerem fragmentos de plástico e morrem.



Ashley Cooper/Corbis/Latinstock

Cisne se alimenta em lago poluído por embalagens plásticas em Cumbria, Inglaterra. Foto de 2005.

Veja a seguir algumas sugestões de como diminuir o uso dessas sacolas no dia a dia.

- Quando for às compras, você pode levar sacolas retornáveis, como as de feira ou de pano.
- No supermercado, se possível coloque suas compras em caixas de papelão em vez de colocá-las em sacolinhas plásticas.
- Caso seja indispensável o uso de sacolas plásticas, utilize sua capacidade máxima, reutilize sacolas já usadas ou encaminhe-as para reciclagem. Peça a seus pais e outros parentes que façam o mesmo.

De olho no mundo

Reúna-se com seu grupo de colegas e, com base no texto, discutam sobre o uso de objetos de plástico (sacos de supermercado, recipientes, embalagens, garrafas de água, etc.). Depois, elaborem uma campanha de esclarecimento e incentivo ao uso racional dos saquinhos de supermercado, escolhendo uma modalidade de peça publicitária (um esquete de rádio, um cartaz, um vídeo, uma imagem para camisetas, etc.). Depois, apresentem à classe o resultado do trabalho.

2 A crise do petróleo

Os anos dourados, entretanto, começaram a *perder o brilho** a partir da década de 1970. Nos Estados Unidos, os gastos com a intervenção de tropas norte-americanas na Guerra do Vietnã fizeram crescer assustadoramente a dívida nacional. Diante disso, em 1971 o governo norte-americano promoveu a desvalorização do dólar, alterando com isso o valor de todas as outras moedas.

Dois anos mais tarde, a *Organização dos Países Exportadores de Petróleo* (Opep), entidade internacional cuja maioria é formada por Estados árabes, provocou uma nova crise de proporções mundiais: em outubro de 1973, às vésperas da *Guerra do Yom Kippur*, conflito entre árabes e israelenses (leia o capítulo 19), a organização dobrou o preço do barril de

* Veja o filme *A classe operária vai ao paraíso*, de Elio Petri, 1972, e leia o romance *O Buda do subúrbio*, de Hanif Kureishi, *Companhia das Letras*.

petróleo. Durante o conflito, a Opep chegaria a suspender a venda de petróleo aos países cujos governos apoiassem o governo de Israel.

Assim, em 1974, o barril de petróleo era vendido a mais de 11 dólares, o que levou muitas indústrias dependentes do combustível em todo o mundo a reduzir seu ritmo de produção e a demitir trabalhadores. Nesse processo, milhares de pessoas perderam o emprego.

As principais potências capitalistas reduziram seu ritmo de crescimento econômico e a inflação disparou em boa parte do mundo, chegando aos dois dígitos em países como França, Inglaterra e Estados Unidos.

A maior parte das populações da África, da Ásia e da América Latina tornou-se mais pobre. Diversos países desses continentes entraram em **recessão** na década de 1980 e o desemprego aumentou (sobre a situação do Brasil, ver capítulo 21). As desigualdades sociais em todo o mundo se acentuaram, e um grande número de pessoas passou a viver na miséria, mendigando e dormindo nas ruas.

O triunfo do neoliberalismo

Diante da crise generalizada, muitos economistas passaram a defender a necessidade de se pôr em prática uma nova política econômica. Para eles, como forma de reduzir seus gastos, os Estados deveriam se afastar das atividades produtivas e deixar o mercado regular livremente o preço dos bens e serviços. Para tanto, propunham a privatização das empresas estatais e a abertura das economias em relação ao mercado externo.

Além disso, afirmavam que o governo deveria reduzir cada vez mais a sua participação nos serviços de assistência social, transferindo essas atribuições às *empresas privadas**. A própria legislação trabalhista, diziam eles, deveria ser substituída pela livre negociação entre patrões e empregados. Enfraquecia-se assim o papel dos sindicatos. Tais medidas, prometiam, estimulariam o crescimento econômico, levando a uma melhor distribuição da riqueza.

Essa teoria econômica, conhecida como *neoliberalismo*, foi amplamente posta em prática durante o período em que Margareth Thatcher, do Partido Conservador, ocupou o cargo de primeira-ministra da Inglaterra, entre 1979 e 1990. Posteriormente, difundiu-se por outros países, como os Estados Unidos, onde, em 1980, assumiu o poder o presidente Ronald Reagan, do Partido Republicano.

Tanto Reagan como Thatcher desativaram programas sociais e extinguíram mecanismos destinados a amparar os trabalhadores. Essas medidas, aliadas a cortes nos gastos do governo, fizeram a economia dos dois países crescer, mas acentuaram as *desigualdades sociais**. Só na Grã-Bretanha, havia, em 1989, 400 mil sem-teto.

* Veja o filme *Wall Street*, de Oliver Stone, 1987.

* Veja os filmes *Ou tudo ou nada*, de Peter Cattaneo, 1997; e *Meu nome é Joe*, de Ken Loach, 1998.

3 Os Tigres Asiáticos

Enquanto boa parte dos países ocidentais enfrentava forte recessão nas décadas de 1970 e 1980, algumas nações da Ásia atravessavam um momento de grande desenvolvimento econômico. Entre 1965 e 1990, esses países cresceram três vezes mais do que a



Lideranças políticas de alguns dos países mais industrializados do mundo em foto de 1981, em Ottawa, no Canadá. Ronald Reagan (quarto da esquerda para a direita), presidente dos Estados Unidos, e Margareth Thatcher (segunda da direita para a esquerda), primeira-ministra britânica, foram dois grandes defensores do neoliberalismo econômico nesse período.

América Latina. De modo geral, as taxas de crescimento foram da ordem de 8% ao ano, razão pela qual esses países passaram a ser chamados de Tigres Asiáticos.

Impulsionados pelo forte desenvolvimento industrial do Japão ocorrido na década de 1960, Coreia do Sul, Taiwan (Formosa), Hong Kong e Cingapura foram os primeiros Tigres a experimentar essa expansão econômica. No final da década de 1970, foi a vez dos novos Tigres: Indonésia, Tailândia e Malásia.

Nesse meio-tempo, a China, país de economia socialista, contraposta à dos Tigres Asiáticos, todos de economia capitalista, passou a apresentar índices ainda maiores de desenvolvimento (veja na seção *Passado presente*, na página seguinte, análise sobre o extraordinário desenvolvimento da China nas últimas décadas).

A expansão econômica dos Tigres Asiáticos foi estimulada, principalmente, pelas altas taxas de poupança, pelos elevados índices de investimento e pelos baixos salários. A ênfase na educação garantiu uma boa qualidade de mão de obra. Os setores de eletroeletrônicos, vestuário e informática foram os que mais cresceram.

Em meados de 1997, o sistema financeiro dos Tigres Asiáticos entrou em crise, provocando fuga de capitais e quebra de empresas. Em vários desses países, o governo viu-se obrigado a desvalorizar a moeda e a pedir empréstimos ao *Fundo Monetário Internacional* (FMI).

A crise dos Tigres Asiáticos teve enorme repercussão: as bolsas de valores de todo o mundo caíram e a economia mundial viveu um período de instabilidade generalizada. A partir de 1999, porém, a economia da maioria desses países voltou a crescer.

As transformações econômicas da China

A China é protagonista da mais espetacular transformação econômica da história, que tirou o país do isolamento e da pobreza de trinta anos atrás e mudou de maneira radical a vida de 1,3 bilhão de pessoas. O restante da humanidade assiste assombrada à emergência dessa nova potência, que, no curto período de 2005 a 2008, saiu da sétima para a terceira posição entre os maiores PIBs do mundo, deixando para trás Alemanha, Inglaterra, França e Itália.

O país onde ter uma bicicleta era o grande sonho de consumo é hoje o segundo maior mercado automobilístico do mundo. Os chineses

que viviam de costas para o mundo se *ocidentalizaram** com uma rapidez estonteante – na maneira de vestir, na crescente liberação sexual, na multiplicação de redes de *fast-food*, na paixão por grifes estrangeiras e no incipiente consumismo.

Desde 1978, a China cresce a uma média de 9,6% ao ano, feito que nenhum outro país exibiu por tanto tempo. Nesse ritmo, o tamanho da economia dobra a cada oito anos. A rápida expansão resgatou 400 milhões de pessoas da pobreza absoluta, no mais bem-sucedido programa de combate à miséria da história.

Mas o Partido Comunista hoje governa um país no qual a distância entre ricos e pobres cresce de maneira alarmante. A meteórica ascensão é acompanhada pelo *aumento das tensões**, na medida em que a prosperidade beneficia mais os moradores das cidades do leste do que os 56% da população da zona rural. Enquanto Pequim e Xangai exibem uma legião de bilionários, milhões de camponeses ainda trabalham a terra com o mesmo arado de madeira puxado por búfalos usado há séculos no país.

Adaptado de: TREVISAN, Cláudia. A mais espetacular mudança econômica. *O Estado de S. Paulo*, 8 jun. 2008, p. E-4.

Habitações precárias e prédios de luxo fazem parte da mesma área residencial de Wuhan, província de Hubei, na China. Foto de 2012.

* Veja o filme *A plataforma*, de Jia Zhang-Ke, 2000.

* Veja o documentário *China blue*, de Micha X. Peled, 2005.



Darley Shen/Reuters/Latinstock

4 Revolução no Irã

As mudanças notadas no mundo ocidental produziram reflexos também nos países muçulmanos. Nas décadas de 1950 e 1960, um grupo de religiosos começou a se destacar entre eles: o dos *fundamentalistas islâmicos*. Os adeptos dessa corrente de pensamento acreditam na superioridade da reli-

gião maometana sobre as demais, interpretam o Alcorão (livro sagrado dos muçulmanos) ao pé da letra e se opõem à modernização pela qual vêm passando diversos países islâmicos, sobretudo os do Oriente Médio. Para eles, a existência de bares, boates, bancos, hotéis e cinemas nesses países é a prova de que a cultura islâmica está sendo influenciada pela “decadente cultura ocidental”.

Na década de 1970, os fundamentalistas entraram definitivamente no cenário internacional. No Irã, os *xiitas*, uma seita muçulmana fundamentalista, tomaram o poder em 1979, após deflagrarem a primeira revolução islâmica dos tempos modernos.

O Irã passava na época por um processo de ocidentalização dos costumes. O xá (rei) Mohamed Reza Pahlevi, no poder desde meados de 1950, havia suspenso diversas restrições impostas às mulheres e estimulado a educação e a industrialização.

Seu governo, no entanto, era acusado de beneficiar apenas a parcela mais rica da população, sem se preocupar com a grande maioria dos iranianos, muitos dos quais viviam em condições miseráveis. Também havia denúncias de corrupção e revolta contra a ação da polícia secreta, que reprimia, torturava e assassinava opositores.

Em 1978, os protestos contra a monarquia se intensificaram. O principal líder da oposição era o *aiatolá* (título religioso) xiita Ruhollah Khomeini, exilado em Paris. Em janeiro de 1979, o xá foi obrigado a fugir do Irã. Dias depois, Khomeini retornava triunfalmente ao país.

Senhor da situação, Khomeini instaurou no Irã uma *República teocrática**. Seguidores do xá foram presos ou

* Veja a animação *Persépolis*, de Vincent Paronnaud e Marjane Satrapi, 2007, e leia a *graphic novel* homônima, de Marjane Satrapi.

assassinados, as mulheres foram obrigadas a cobrir os cabelos em público e a música secular foi proibida.

Em 1980, o Irã e o Iraque (apoiado pelos Estados Unidos) entraram em uma guerra que se estendeu até 1988, arrasou a economia dos dois países, deixou mais de 700 mil mortos e não teve vencedores. Com a morte de Khomeini, em 1989, fundamentalistas e reformistas passaram a disputar o poder no país, como mostra o boxe a seguir.

Gabriel Duval/Agence France-Presse



A Revolução Islâmica no Irã nasceu como um movimento em prol da democracia. Nesta foto, de 1979, manifestantes seguram cartaz com foto do aiatolá Khomeini que, naquele ano, liderou a derrubada do governo do xá Reza Pahlevi e a implantação de uma República islâmica no país.

PASSADO Presente

Fundamentalistas × reformistas

A Revolução Iraniana encontrou eco muito positivo no mundo árabe, sendo saudada, em primeiro lugar, como um evento antiocidental e, em segundo, como sinal encorajador de que profundas mudanças internas eram possíveis. A fase de normalização da revolução começou na segunda metade dos anos 1980: a população estava saturada dos sermões religiosos, as reformas agrária e econômica tardavam e a corrupção voltou, aliada a um sentimento generalizado de decepção.

Quando Khomeini faleceu, em 1989, o Irã havia se tornado um Estado isolado, acusado de abrigar e incitar terroristas, inspirando medo e repugnância.

Desde a última década do século XX, vem se travando uma dura luta entre os conservadores (os radicais *fundamentalistas**) e os reformistas.

* Veja o filme *O círculo*, de Jafar Panahi, 2000.

Os temas de controvérsia são não só as normas sociais, as liberdades políticas, a abertura ou o fechamento em relação ao mundo, mas também os problemas econômicos, que pioraram nos anos 1990.

A tendência reformista deseja reintegrar o Irã ao mundo como um Estado “normal”, defende o diálogo em vez do choque entre as civilizações e não mais rejeita *a priori* a globalização. Os fundamentalistas, em contrapartida, controlam todos os mecanismos do poder: a lei e os juizes, a polícia, o exército, o dinheiro, os meios oficiais de comunicação, e dispõem do apoio tácito das classes menos instruídas e mais tradicionalistas.

Adaptado de: DEMANT, Peter. *O mundo muçulmano*. São Paulo: Contexto, 2004. p. 236-239.

Enquanto isso...

A revolução do *microchip*

Cientistas norte-americanos apresentaram, em 1961, um invento que revolucionou o mundo da tecnologia, aposentando de vez as antigas válvulas a vácuo e os transistores: o *microchip*. Medindo poucos centímetros, os *microchips* são circuitos integrados que combinam dezenas de transistores, diodos e resistores. Graças à sua invenção, calculadoras, rádios, computadores gigantescos e outras máquinas puderam ser produzidos em tamanhos cada vez menores.

Em 1971, diversos *microchips* de silício foram unificados em uma única peça de 3 mm × 4 mm.

Dessa junção surgiu o microprocessador. Fazendo a função de 2 300 transistores, ele continha todas as informações necessárias para que um computador lesse e executasse as instruções dos programas. O aperfeiçoamento do microprocessador permitiu a criação do primeiro computador pessoal, em 1979.

De olho no mundo

Em dupla, façam uma pesquisa sobre a presença do *microchip* na nossa vida cotidiana. Encontrem uma utilização pouco conhecida e inusitada do *microchip* e reúnam informações para descrever oralmente à classe a descoberta da dupla.

Organizando AS IDEIAS

ATENÇÃO: NÃO ESCREVA NO LIVRO. RESPONDA SEMPRE NO CADERNO.

1. O período entre o final da Segunda Guerra Mundial e o início da década de 1970 é conhecido como a Era de Ouro do capitalismo. Que características desse período justificam a denominação?
2. Por que a crise do petróleo foi responsável pelo fim dos anos dourados, no início da década de 1970?
3. Explique quais são os fundamentos da política econômica do neoliberalismo. Cite dois exemplos de governos que implantaram as ideias neoliberais.
4. Por que a Coreia do Sul, Taiwan (Formosa), Hong Kong e Cingapura, entre outros países, foram chamados de Tigres Asiáticos?
5. Descreva as mudanças econômicas e sociais vividas pela China nas últimas décadas e suas contradições.
6. Em que contexto se realizou a Revolução Iraniana que conduziu o aiatolá xiita Ruhollah Khomeini ao poder em 1979?
7. Por que a Revolução Iraniana provocou, a partir de 1989, um conflito entre fundamentalistas e reformistas?

Hora DE REFLETIR

Como vimos, o grupo ambientalista Greenpeace surgiu na década de 1970, preocupado com a degradação ambiental decorrente da industrialização. Hoje, grupos ambientalistas e setores da sociedade lutam para que as indústrias adotem um comportamento ético e passem a colocar entre suas prioridades não só o lucro e o crescimento econômico, mas também a preservação do meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores e da comunidade como um todo.

Ao adotar esse comportamento, o empresário estará assumindo sua responsabilidade social para com a sociedade e as futuras gerações. Em sua comunidade existem indústrias que desenvolvem trabalhos de preservação do meio ambiente? É possível haver responsabilidade social sem ética nos negócios?

Em grupos, discutam o tema e reúnam informações sobre a sua região. Em seguida, montem painéis com um esquema para responder às questões propostas. Apresentem o painel à classe e promovam um debate.

O fim do bloco comunista

Pawel Supernak/Corbis/Latinstock

Com uma população de 141 milhões de habitantes, a Federação Russa é o maior país do mundo em extensão: ocupa uma área de 17 milhões de quilômetros quadrados. Algumas das maiores reservas mundiais de carvão, gás e petróleo estão em território russo, e a exportação dessas mercadorias é uma das bases da economia do país.

Ao lado do Brasil, da Índia, da China e da África do Sul, a Federação Russa tem sido considerada uma das principais **economias emergentes** da atualidade. Nos primeiros anos do século XXI, a economia do país apresentou um crescimento acima da média mundial. A crise financeira mundial de 2008 afetou a expansão desse crescimento, mas mesmo assim, em 2012, o PIB da Federação Russa ultrapassou os 4%, revelando que a economia russa voltou a crescer.

Essa situação é bem diferente daquela enfrentada pela Rússia no início da década de 1990, quando o país passou por uma profunda crise econômica, agravada pelo fim da União Soviética, da qual fazia parte. Na ocasião,

Objetivos do capítulo

- Compreender o processo de crises socioeconômicas e políticas que culminou com a extinção da União Soviética nas décadas finais do século XX.
- Relacionar o fim da URSS às alterações na geopolítica do Leste Europeu e ao fim da Guerra Fria.
- Compreender o significado do termo Brics e o papel da Rússia como país de economia emergente na atualidade.
- Perceber a relação entre o surgimento de novos países no antigo território da URSS e a eclosão de vários conflitos étnico-religiosos nesses países.
- Compreender a relação entre o conceito da unidade – *Ética* – e a transparência na política e o acesso à informação.

o governo russo deixava de lado uma economia planificada, baseada em empresas estatais, e migrava para a economia capitalista de mercado, que adota atualmente. Neste capítulo estudaremos como ocorreu o fim da União Soviética.

Roberto Stockert Filho/Agência France-Press



Da esquerda para a direita, vê-se a presidente do Brasil Dilma Rousseff, o chefe do Estado russo Vladimir Putin, o primeiro-ministro indiano Manmohan Singh, o presidente da China Hu Jintao e o presidente sul-africano Jacob Zuma, em encontro dos líderes do Brics em Los Cabos, México. A reunião foi realizada pouco antes da cúpula do chamado G20, em junho de 2012.

1 URSS em crise

No período compreendido entre o fim da Segunda Guerra Mundial e o início da década de 1980, a União Soviética se consolidou como uma superpotência, polarizando com os Estados Unidos a disputa pela hegemonia mundial. Ao longo dessas décadas, o governo soviético conseguiu garantir direitos básicos à população, como o acesso à educação e à saúde. Além de intensa industrialização, houve também grandes avanços científicos. A partir dos anos 1970, porém, essa sociedade altamente burocratizada e de economia estatizada começou a dar sinais de esgotamento.

Uma das razões para isso era o rígido controle da economia exercido pela burocracia, que estabelecia metas para os setores produtivos por meio de planos que envolviam todas as atividades econômicas. Dessa forma, o governo soviético estabelecia o que as fábricas deveriam produzir e em que quantidade, onde as matérias-primas deveriam ser compradas, qual o preço final das mercadorias, o salário dos trabalhadores, etc.

As pessoas indicadas pelo governo para dirigir as empresas eram *burocratas** que tinham por principal objetivo atingir as metas fixadas pelo plano. Como não havia concorrência, os fabricantes não se preocupavam em aprimorar a qualidade das mercadorias e em oferecer uma grande variedade de bens de consumo.

Na década de 1970, os países capitalistas desenvolvidos obtiveram notáveis avanços tecnológicos, principalmente nas áreas de informática, microeletrônica, biotecnologia e telecomunicações. As indústrias soviéticas, contudo, não acompanharam esse desenvolvimento. Refém da Guerra Fria e de uma concepção burocrática do desenvolvimento, o governo soviético destinava boa parte de seus recursos à expansão da indústria bélica, de modo a fazer frente aos Estados Unidos na corrida armamentista. Todos esses fatores somados colocaram a economia soviética à beira do colapso.

Incapazes de atingir as metas de produção estipuladas pelo governo, as fábricas apresentavam estatísticas falsas, afirmando que o objetivo havia sido alcançado. Assim, enquanto os dados oficiais mos-

travam grandes avanços na produção de cimento, roupas, trigo, calçados e outros bens, as lojas e mercados encontravam-se com suas gôndolas frequentemente vazias. Quando aparecia algum produto nesses estabelecimentos, formavam-se extensas filas de compradores.



Nos últimos anos do comunismo na União Soviética, a dificuldade em encontrar artigos de primeira necessidade tornou-se cada vez maior. Nesta foto de 1987, pessoas fazem fila em Moscou para comprar sapatos.

Para muitos, era mais fácil comprar os artigos oferecidos no mercado paralelo, onde os preços eram mais altos do que os tabelados pelo governo. Diversos produtos estrangeiros só eram obtidos por meio do *contrabando**. Apenas os burocratas da *nomenklatura* – palavra que passou a designar a elite do Partido Comunista e do governo, detentora de diversas mordomias – tinham fácil acesso aos produtos de luxo vindos do exterior.

A crise não afetava apenas a indústria de bens de consumo. As indústrias de base revelaram-se defasadas e ineficientes. No campo, as safras agrícolas já não garantiam o sustento da população, levando o governo a importar alimentos. Além disso, a corrupção se generalizava, envolvendo a máquina do governo e a do Partido Comunista, o único autorizado a atuar.

A insatisfação da população aumentava cada vez mais, sobretudo nos países do Leste Europeu.

* Veja o filme *Cidade zero*, de Karen Chakhnazarov, 1988.

* Veja o filme *4 meses, 3 semanas e 2 dias*, de Cristian Mungiu, 2007.

Em 1980, na *Polônia**, operários dos estaleiros de Gdańsk entraram em greve. Na sequência, outros setores da classe trabalhadora de várias regiões do país também entraram em greve. Protestavam contra as péssimas condições de trabalho e reivindicavam o direito de se organizar em sindicatos.

* Veja os filmes *O homem de mármore*, 1976, *Sem anestesia*, 1981, e *O homem de ferro*, 1981, todos de Andrzej Wajda.

Surgiu assim o sindicato *Solidariedade*, entidade livre da influência do Partido Comunista polonês e liderada pelo operário Lech Walesa. Em pouco tempo, as reivindicações dos trabalhadores ganharam dimensão política: contra a censura, contra a falta de liberdade e a escassez de alimentos, pelo fim do sistema de partido único, pela liberdade de organização sindical.

Em 1982, morria em Moscou o principal dirigente da União Soviética, Leonid Brejnev, após 18 anos no poder. O país foi então sucessivamente governado por Lúri Andropov (1982-1984) e Konstantin Tchernenko (1984-1985), ambos de idade avançada, mortos no cargo. Em 1985, ascendeu ao poder um político mais jovem, Mikhail Gorbachev, de 54 anos. Com ele, os soviéticos viveriam *mudanças** econômicas, políticas e sociais que alterariam a história mundial.

* Veja o filme *Anna dos 6 aos 18*, de Nikita Mikhalkov, 1994.

As reformas de Gorbachev

Disposto a tirar a União Soviética da crise, Gorbachev propôs um plano que envolvia profundas transformações na política interna e externa do país. Conhecido como *perestroika* (reestruturação), esse projeto tinha por objetivo descentralizar a economia e garantir a retomada do crescimento econômico.

Para atingir esse objetivo, Gorbachev começou por cortar recursos destinados à indústria bélica, firmando acordos de desmilitarização com o governo norte-americano. Também ordenou a retirada das tropas soviéticas do Afeganistão, o que se concretizou no início de 1989.

Ao mesmo tempo, o governo soviético privatizou empresas estatais e fechou as empresas deficitárias. Funcionários corruptos ou improdutivos foram dispensados. Muito subsídios estatais a empresas foram cortados, e o mercado passou a regular o preço de bens e serviços.



Estudantes de Varsóvia, na Polônia, participam de manifestação, em 1988, contra o regime comunista que controlava o país. Eles carregam uma bandeira na qual está escrita a palavra “solidariedade”, nome da federação sindical polonesa que liderou a oposição contra os comunistas. A incapacidade do governo polonês em superar o declínio econômico do país causou uma série de greves nos meses de abril, maio e agosto de 1988. Para retomar o controle da situação, o governo passou a reconhecer o sindicato, abrindo canal de diálogo com seu líder, Lech Walesa.

Multinacionais puderam se instalar na União Soviética, a bolsa de valores foi reaberta e muitas lojas privadas começaram a funcionar. Com isso, os soviéticos entraram em contato com o mercado de consumo, podendo adquirir roupas importadas e frequentar lanchonetes especializadas em refeições rápidas (*fast-food*), por exemplo.

Em segundo lugar, Gorbachev promoveu a abertura política por meio de um conjunto de medidas conhecido como *glasnost* (transparência): presos políticos foram libertados, aboliu-se a censura e foi instaurado o pluripartidarismo, que pôs fim ao monopólio do poder pelo Partido Comunista.

Uma das manifestações dessa política de “transparência” ocorreu em 1986, quando o governo confirmou a notícia de que ocorrera uma explosão em um reator da usina nuclear de Chernobyl, na Ucrânia. Pela primeira vez em sua história, a alta liderança soviética reconhecia em público que a culpa pelo acidente cabia a uma tecnologia obsoleta e a uma mão de obra despreparada.

Na esfera cultural, os trabalhos de escritores, cineastas, artistas plásticos, músicos e poetas cujas obras haviam sido proibidas foram liberados.

2 Democracia no Leste Europeu

Além de promover todas essas mudanças na União Soviética, Gorbachev estimulou também o governo dos países do Leste Europeu que viviam sob a influência soviética a liberalizar o regime, adotando políticas semelhantes à *perestroika* e à *glasnost* em seus países.

Com isso, uma onda de manifestações pró-democracia espalhou-se pelo Leste Europeu. Entre 1988 e 1990, os países que viviam na órbita

da União Soviética libertaram-se um após o outro. Na maior parte dos casos, esse processo de libertação foi pacífico. Seu marco principal foi a queda do Muro de Berlim, em 1989, acontecimento considerado símbolo do fim da guerra fria (veja o boxe a seguir). Em 1990, a Alemanha encontrava-se novamente *unificada**. Três anos mais tarde, a Tchecoslováquia fragmentava-se pacificamente em dois países, a República Tcheca e a Eslováquia.

* Veja o filme *Adeus, Lênin!*, de Wolfgang Becker, 2003.

A queda do Muro

O Muro de Berlim acaba de ruir. A notícia espalha-se por Berlim Oriental com espantosa rapidez. Em poucos minutos, as vias públicas que conduzem ao muro ficam abarrotadas por pequenos e poluidores automóveis ou por pessoas a pé. Paira ainda um estranho silêncio na noite fria (pouco acima de zero grau): todos temem que de um momento para o outro a situação volte à sua normalidade repressora. Um resto de desconfiança impede, ainda, que a euforia ecloda. Uma senhora idosa desce de seu apartamento, de chinelo e usando só um sobretudo de lã sobre a camisola, apesar do frio. Teme perder a chance de pisar no “outro lado”.

Os dois lados de Berlim não dormirão essa noite. Uma Berlim contempla a outra, e o reconhecimento da alteridade destacou aquilo que havia de idêntico em ambas. Começa a ser superada a ruptura geopolítica da cidade. Durante horas a fio, milhares e milhares de alemães orientais passam para o outro lado, onde cada um recebe do governo a quantia de cem marcos (equivalente a 55 dólares) como símbolo de boas-vindas.

Os postos fronteiriços colocados ao longo do muro logo se tornam insuficientes para dar vazão ao fluxo de pessoas. Em comum acordo, as prefeituras das duas “Berlins” começam a abrir passagens. O processo escapa ao controle das autoridades, e a barreira começa a ser furiosamente destruída pelas pessoas.

Ao destruir o Muro de Berlim – metáfora da dilatação da alma de uma nação –, os jovens buscam reconstruir sua própria integridade psicológica. Nesse contexto, mesmo os fatos mais prosaicos, os

Gerard Malie/Agência France-Press



Multidão de moradores da Berlim Ocidental observa demolição do Muro em 11 de novembro de 1989. Soldados do lado socialista destruíram parte do bloqueio para a abertura de passagem entre Berlim Oriental e Ocidental. A possibilidade de trânsito de um lado para o outro colocava fim à separação política, geográfica e ideológica imposta desde 1961.

diálogos e gestos mais rotineiros parecem emanar de um sonho. As horas passam muito rapidamente, e ainda muito devagar. A precipitação de fatos históricos causa confusão na percepção normal da passagem do tempo. Somos partícipes de um filme que narra, em algumas horas, minutos ou segundos, a epopeia de uma nação, do planeta no século XX. Em síntese, o tempo vivido adquire uma dimensão mitológica.

Extraído de: ARBEX JR., José. Eu vi o muro cair. *Revista História Viva*, n. 72. p. 34-39.

Um dos poucos países em que ocorreu derramamento de sangue foi a *Romênia**, onde o ditador Nicolae Ceausescu era odiado por seu autoritarismo e pela corrupção que marcava seu governo. Ali, o comunismo chegou ao fim depois que a população prendeu e executou Ceausescu e sua mulher, em dezembro de 1989.

Outro caso particular foi o da Iugoslávia, onde a crise teve início após a morte do presidente do país, marechal Tito, em 1980, e desembocou em sucessi-

* Veja os filmes *A leste de Bucareste*, de Corneliu Porumboiu, e *Como comemorei o fim do mundo*, de Catalin Mitulescu, ambos de 2006.

vas guerras civis que levaram o país à fragmentação em diversas repúblicas (veja o box *Iugoslávia: uma década de guerras*).

3 O fim da União Soviética

As mudanças implementadas por Gorbachev abriram a economia soviética para o mercado mundial. Ao mesmo tempo, provocaram diversos problemas para o país. O Produto Interno Bruto, a renda *per capita* e a produtividade caíram. A dívida externa dobrou e a

Iugoslávia: uma década de guerras

A Iugoslávia era formada por seis repúblicas – Bósnia-Herzegovina, Sérvia, Croácia, Eslovênia, Macedônia e Montenegro – e abrigava em seu território uma população de diversas etnias e crenças religiosas.

Entre 1945 e 1980, o país foi governado pelo marechal Tito, líder comunista que comandou a Resistência contra o nazismo e cuja autoridade mantinha coesas e unidas as diversas etnias que compunham sua população. Após a morte do líder, em 1980, vieram à tona as diferenças culturais e étnicas e as divergências políticas entre as várias repúblicas.

Assim, em 1991, a Croácia e a Eslovênia anunciaram sua independência. Contrário a essa decisão, o presidente da Sérvia, Slobodan Milosevic, declarou guerra às repúblicas separatistas. O *conflito** terminou em 1992, após o envio à região de forças de paz da ONU, que garantiram a emancipação das duas repúblicas.

Também em 1991, a Bósnia-Herzegovina e a *Macedônia** anunciaram sua emancipação. A minoria sérvia que vivia na *Bósnia** não concordou e, em 1992, tropas enviadas pelo governo de Milosevic invadiram a região e se juntaram aos bósnios sérvios. A guerra que

se seguiu foi marcada pela matança de mais de 200 mil bósnios muçulmanos em uma gigantesca operação conhecida como “limpeza étnica”. A guerra terminou em 1995, quando forças militares da ONU obrigaram o governo de Milosevic a retirar suas tropas da Bósnia.

A Iugoslávia ficou, assim, restrita apenas às repúblicas da Sérvia e Montenegro. Em 1997, os albaneses, que ocupavam 90 por cento da província de *Kosovo**, na Sérvia, reivindicaram sua independência. Teve início nova guerra civil, que se caracterizou pela deportação e pelo massacre da população albanesa. Tropas da Otan, lideradas pelas Forças Armadas dos Estados Unidos, intervieram, e em 1999 o conflito chegou ao fim.

A região de Kosovo ficou então sob a administração da ONU, embora com seu próprio governo e parlamento. Em 2001, Slobodan Milosevic foi preso e extraditado para a Holanda, onde passou a ser julgado pelo Tribunal Internacional de Haia sob a acusação de genocídio. No ano seguinte, a Iugoslávia deixou de existir. As repúblicas remanescentes se unificaram e passaram a formar a República da Sérvia e Montenegro. Em 2006, Milosevic faleceu na prisão, antes do fim de seu julgamento.

Em 2008, o primeiro-ministro kosovar, Hashim Thaci, anunciou a independência unilateral de Kosovo.

* Veja o filme *California Dreaming*, de Cristian Nemescu, 2007.

* Veja o filme *Um olhar a cada dia*, de Theo Angelopoulos, 1995, e leia o livro *O diário de Zlata*, de Zlata Filipovic, Companhia das Letras.

* Veja o filme *Antes da chuva*, de Milcho Manchevski, 1994.

* Veja o filme *A caçada*, de Richard Shepard, 2007.

A FRAGMENTAÇÃO DA IUGOSLÁVIA



Adaptado de: ATLANTE Geografico Metodico De Agostini 2009-2010.
Novara: Istituto Geografico De Agostini, 2009.

inflação em 1991 chegou a 100 por cento. Com isso, a popularidade do líder soviético começou a cair.

Em agosto de 1991, antigos dirigentes do Partido Comunista, aliados a setores militares, tentaram dar um golpe de Estado e reinstaurar o socialismo burocrático no país, afastando Gorbachev do poder. A população protestou nas ruas, e os golpistas recuaram.

Um mês depois da fracassada tentativa de golpe, as repúblicas bálticas, Letônia, Estônia e Lituânia, se declararam independentes da União Soviética. No começo de dezembro de 1991, os presidentes da Rússia, Ucrânia e Bielo-Rússia (atual Belarus) criaram a *Comunidade de Estados Independentes* – CEI. Pouco antes do fim do ano, Gorbachev renunciou à Presidência e declarou extinta a União Soviética.

O imenso país se desmembrou, então, em quinze nações independentes, vinte repúblicas autônomas (dezesseis delas dentro da Federação Russa, recém-criada) e oito regiões autônomas (cinco das quais no interior da Federação Russa). Com exceção da Estônia, Letônia e Lituânia, os novos países aderiram à Comunidade de Estados Independentes.

O fim da *União Soviética** fez com que emergissem lutas de caráter nacionalista e separatista decorrentes da multiplicidade étnica da região. Muitas minorias ainda hoje lutam pelo direito de constituírem Estados autônomos. Na Federação Russa, por exemplo, os habitantes da Chechênia sonham com sua independência.

* Veja o filme *As bodas*, de Pavel Lounguine, 1997.

A DESINTEGRAÇÃO DA UNIÃO SOVIÉTICA



Adaptado de: GRAND atlas historique. Paris: Larousse, 2006.

Para os russos, o domínio da Chechênia tem importância estratégica. Seja porque a região é rica em jazidas petrolíferas, seja porque uma parte do petróleo que a Rússia exporta para a Europa ocidental atravessa o território checheno.

Há também choques separatistas nas regiões da Moldávia, da Geórgia e do Tajiquistão. Desde 1992, a Armênia e o Azerbaijão disputam a posse de Nagorno-Karabakh, território enclavado no Azerbaijão cuja população é majoritariamente armênia. Todas essas são questões que põem em risco a paz no imenso território antes pertencente à extinta União Soviética.

Soldados chechenos se posicionam em trincheira próxima à rodovia para evitar o avanço das tropas russas para a capital da república separatista da Chechênia, cidade de Grozny, em dezembro de 1994. Cerca de 200 veículos do exército russo ocuparam a capital e sufocaram o movimento independentista no período.



Ivan Shlamov/Agência France-Press

4 A Rússia e o Brics

Atualmente, a Rússia vem sendo considerada pelos estudiosos uma das quatro principais economias emergentes do mundo. Ao lado dela encontram-se o Brasil, a Índia e a China. Essas nações passaram a ser conhecidas como pertencentes ao Bric, sigla formada pelas iniciais do nome desses países. O termo não se refere a nenhum bloco político, econômico ou militar. Ele foi criado por especialistas ao analisar o desempenho econômico desses países, e

a expressão se popularizou. Em 2011 a África do Sul também passou a ser associada ao grupo, e o termo ganhou um “S”: Brics.

Segundo algumas projeções, até 2020 os países do Brics poderão se consolidar como potências econômicas e políticas, e suas economias tenderão a se aproximar da economia das atuais sete nações mais desenvolvidas do mundo (Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e Canadá). Uma vez confirmadas essas previsões, o Brics passará a ter maior peso no cenário político e econômico internacional.

Enquanto isso...

O rap conquista o mundo

Um gênero musical criado por adolescentes negros e latinos que viviam na periferia de grandes cidades estadunidenses na década de 1970 acabou conquistando o mundo em meados dos anos 1980: o *rap**, abreviatura para a expressão em inglês *rhythm and poetry* (ritmo e poesia). O novo gênero caracteriza-se por seu ritmo acelerado e suas letras longas, quase sempre recitadas, e não cantadas. Entre os temas frequentemente abordados pelo *rap* estão a pobreza, a violência e o racismo.

* Veja o filme *8 mile, rua das ilusões*, de Curtis Hanson, 2002.

Em 1984, o Run-D.M.C. tornou-se o primeiro grupo de *rap* a vender mais de 500 mil cópias de um álbum. No *Brasil**, entre os pioneiros do gênero estão Thaide & DJ Hum e Racionais MC's.

* Veja o filme *Antônia*, de Tata Amaral, 2006.

Sua opinião

Em dupla, façam uma reflexão sobre o *rap*, tendo em mente a seguinte questão: até que ponto o *rap* pode ser entendido como uma forma de protesto e de crítica social dos moradores pobres das periferias das grandes cidades? Selecione uma música que vocês conheçam, analisem a letra e mostrem um trecho à classe numa sessão de audição musical.

Marcelo Maia/Futura Press



Grupo de rap RZO se apresenta na favela do Moinho, centro de São Paulo, em agosto de 2010.

1. Escreva um texto sobre a crise da economia soviética a partir da década de 1970.
2. A Polônia, nos anos 1980, sofreu profundas transformações políticas. Qual foi o papel do sindicato *Solidariedade* nessas transformações?
3. Para sair da crise econômica que afetava a União Soviética, em meados dos anos 1980, Mikhail Gorbachev propôs uma reforma conhecida como *perestroika*. Quais foram os aspectos centrais dessa reforma?
4. Ao assumir o poder da União Soviética, em 1985, Gorbachev promoveu, além da *perestroika*, a chamada *glasnost* ('transparência', em russo). Que mudanças políticas e culturais se efetivaram com a *glasnost*?
5. Como ocorreram as mudanças políticas da maioria dos países do Leste Europeu que viviam sob regimes comunistas?
6. Depois de anos de guerra civil, a antiga Iugoslávia foi dividida em diversas repúblicas, como Bósnia-Herzegovina, Sérvia e Croácia. Descreva os acontecimentos históricos que conduziram à dissolução da Iugoslávia.
7. Caracterize os problemas econômicos e políticos que eclodiram na União Soviética a partir das reformas implementadas por Gorbachev e que conduziram ao fim da URSS.
8. Quais são os conflitos étnicos e nacionalistas nos países da antiga União Soviética?

Interpretando DOCUMENTOS

Os quadrinhos abaixo foram extraídos do livro *Área de segurança Gorazde: a Guerra na Bósnia oriental*, do jornalista e quadrinista Joe Sacco. Trata-se de uma história, baseada em fatos reais, dos conflitos ocorridos durante a Guerra na Bósnia em Gorazde. A região era um enclave bósnio na antiga Iugoslávia e sua população mesclava sérvios e bósnios muçulmanos. No trecho selecionado, um personagem narra os dias que antecederam a guerra na região. Depois de ler a história, responda às questões.

1. Descreva como o narrador percebeu mudanças no estado de espírito das pessoas da região que indicavam um conflito prestes a explodir.
2. Coloque-se na posição do narrador e procure experimentar o sentimento de que uma guerra entre vizinhos está prestes a explodir, em razão das diferenças étnicas e religiosas entre eles. Nessa condição, você acredita que seria possível manter-se neutro e não se envolver no conflito? Por quê?

Joe Sacco/Ed. Conrad





SACCO, Joe. *Área de segurança Gorazde: a Guerra na Bósnia oriental*. São Paulo: Conrad, 2001.

Hora DE REFLETIR

A transparência das ações públicas é um dos princípios que norteiam a ética na política. Em 1986, o governo soviético agiu de forma transparente ao reconhecer que o acidente na usina nuclear de Chernobyl foi motivado pelo emprego de tecnologia defasada e de uma mão de obra despreparada. O que você entende por transparência na política e nos negócios? Em sua opinião, o governo brasileiro é transparente em suas ações?

Selecione um acontecimento ou processo político que, na sua opinião, demonstre a transparência do governo. Selecione também outro episódio que revele a falta de transparência. Em grupo, discutam as opiniões de todos e, ao final, selecionem alguns acontecimentos que sintetizem o assunto por meio de exemplos. Para terminar, o grupo deve escolher um de seus integrantes para expor oralmente na classe o resultado do debate.

O conflito árabe-israelense

Taxi/Getty Images

A West-Eastern Divan Orchestra ou Orquestra da Paz é assim chamada porque seus músicos são jovens de origem árabe e judaica, dois grupos que, durante os últimos cinquenta anos, vêm se envolvendo em conflitos étnicos e religiosos na região do Oriente Médio.

A ideia de formar essa orquestra partiu do renomado maestro israelense Daniel Barenboim e de seu amigo, o filósofo palestino Edward Said (1935-2003). Eles pensaram em reunir, por meio da música, jovens árabes e judeus como forma de estabelecer um diálogo intercultural entre pessoas de hábitos, crenças e costumes distintos.

A orquestra já gravou CDs e DVDs e tem se apresentado em diversas partes do mundo. Em 2012, foi agraciada com um importante prêmio concedido pela Fundação Calouste Gulbenkian,

Objetivos do capítulo

- Compreender os processos históricos que deram origem aos conflitos políticos e religiosos entre árabes e israelenses na Palestina.
- Identificar a atuação de lideranças nacionais, organizações mundiais e dos diferentes grupos envolvidos na questão palestina.
- Conhecer o avanço da crise na Palestina no presente, as iniciativas de convívio pacífico e algumas propostas que visam estabelecer uma paz duradoura na região.

uma entidade que apoia diversas atividades culturais. O sucesso do projeto é mais um dos muitos exemplos que comprovam a possibilidade de árabes e judeus viverem em paz.

Neste capítulo estudaremos as razões pelas quais o Oriente Médio se tornou, no decorrer do século XX, uma das regiões mais conflituosas do mundo.



Juan Naharro Gimenez/Getty Images

Daniel Barenboim rege concerto da West-Eastern Divan Orchestra durante o festival Veranos de la Villa, realizado na praça Mayor em 2010, na Espanha. Também conhecida como “Orquestra da Paz”, o grupo possui esse nome por ter entre seus componentes tanto músicos palestinos como judeus.

1

A Palestina

A Palestina é uma faixa de terra de 27 mil quilômetros quadrados no **Oriente Médio** compreendida entre o mar Mediterrâneo, a oeste, e o rio Jordão e o mar Morto, a leste (veja o mapa da página 222). Esse território foi ocupado no passado por diferentes povos, entre os quais os hebreus, que ali se estabeleceram por volta de 1200 a.C. Expulsos da região no ano 70 d.C. pelas legiões romanas, seus descendentes, os judeus, se espalharam pelo mundo.

Os árabes muçulmanos, por sua vez, conquistaram a Palestina em 638 e durante séculos conviveram pacificamente com os poucos hebreus que ali se encontravam.

O sionismo

A partir do final do século XIX, ganhou força na Europa o *sionismo*, movimento nacionalista criado pelo escritor húngaro Theodor Herzl (1860-1904), que defendia a criação de um Estado judeu na Palestina (releia a seção *Enquanto isso...* do capítulo 2). Os seguidores desse movimento alegavam que a Palestina era, de acordo com a religião judaica, a Terra Prometida por Deus ao povo hebreu. Na época em que o sionismo surgiu, no entanto, a Palestina pertencia ao Império Turco Otomano, e a população que ali vivia era majoritariamente composta de árabes muçulmanos.

Estimuladas pelo sionismo, poderosas famílias judaicas doaram dinheiro a judeus dispostos a se estabelecerem na região. Como resultado, em fins do século XIX, cerca de 12 mil judeus – muitos deles oriundos da Europa Oriental – se fixaram na Palestina, onde compraram terras de latifundiários árabes.

Sob a influência do pensamento socialista, imigrantes sionistas criaram nessas terras fazendas coletivas, os *kibutzim*, que ainda hoje subsistem no Estado de Israel. As pessoas que vivem em um *kibutz* compartilham as mesmas moradias, refeições, escolas, etc. Por volta de 1914, os 60 mil judeus que a essa altura se encontravam na Palestina viviam em paz com os árabes.

Essa situação começou a mudar durante a Primeira Guerra Mundial, quando o governo inglês pediu aos chefes das comunidades árabes que o ajudassem a *expulsar** os

* Veja o filme *Lawrence da Arábia*, de David Lean, 1962.

turcos otomanos da região. Em troca, prometeram apoiar a formação de um grande reino árabe que se estenderia sobre a península Arábica e parte da Síria. Estimulados por essas promessas, em 1916 os árabes lançaram uma vitoriosa ofensiva contra os turcos otomanos.

Secretamente, porém, os governos da Inglaterra e da França fizeram um acordo pelo qual, uma vez terminada a guerra, dividiriam entre si as regiões do Oriente Médio pertencentes ao Império Turco. Ao mesmo tempo, os ingleses procuraram o apoio da poderosa comunidade judaica internacional. Em troca dessa ajuda, o governo da Inglaterra assinou, em 1917, a *Declaração Balfour*, na qual anunciava sua intenção de apoiar a criação de um Estado judeu na Palestina.

Com o fim da Primeira Guerra Mundial, em 1918, ingleses e franceses passaram a administrar, em nome da Sociedade das Nações, os territórios árabes do Oriente Médio. A Palestina, que ficou sob domínio britânico, passou a receber levas cada vez maiores de imigrantes judeus. Em 1931, viviam na região 170 mil judeus. Esse número subiu ainda mais depois que Adolf Hitler ascendeu ao poder na Alemanha, em 1933, e iniciou uma perseguição implacável aos membros da comunidade judaica (releia o capítulo 8).



Sobreviventes do nazismo, 450 judeus chegam ao porto de Haifa, na Palestina, em junho de 1946, e exibem uma faixa com os dizeres: “Mantem os portões abertos. Nós não somos os últimos”.

Sentindo-se ameaçados com esse afluxo, os árabes-palestinos passaram a hostilizar colônias e cidades judaicas. Diante disso, o governo inglês tentou restringir a imigração. Mas as informações sobre o extermínio de judeus nos campos de concentração nazistas durante a Segunda Guerra Mundial comoveram a opinião pública no mundo todo, abrindo caminho para iniciativas mais agressivas do movimento sionista.

Por essa época, existiam duas organizações armadas de origem sionista: o *Hagana* e o *Irgun*. Em 1938, o primeiro criou a *Organização para a Imigração Illegal*, que introduzia judeus na Palestina sem a autorização das autoridades inglesas. Com o fim da Segunda Guerra Mundial e a consequente atitude de simpatia da comunidade internacional em relação ao sofrimento dos judeus, essa atividade se intensificou. Ao mesmo tempo, o *Irgun* passou a promover *ações terroristas** contra alvos árabes e ingleses na região.

* Veja o filme *Exodus*, de Otto Preminger, 1960.

2 A divisão da Palestina

Em 1947*, o governo da Inglaterra anunciou sua iminente retirada da Palestina. Coube então à Organização das Nações Unidas a tarefa de encontrar uma solução definitiva para o problema da convivência entre árabes e judeus na região. Em novembro de 1947, a ONU aprovou um plano de partilha do território palestino em dois Estados.

* Veja o filme *O pequeno traidor*, de Lynn Roth, 2008.

De acordo com o plano, 56,5% da Palestina deveria ser ocupada pelos judeus e 42,9% pelos árabes-palestinos. A cidade de Jerusalém, encravada na área destinada aos palestinos e considerada sagrada pelos seguidores do islamismo, do judaísmo e do cristianismo, passaria a ser território internacional.

As principais lideranças judaicas, como Ben Gurion (1886-1973) e Golda Meir (1898-1978), concordaram com a proposta, mas os árabes, não. Alegavam que os judeus não só haviam invadido terras que não lhes pertenciam, mas também haviam ficado com a maior porção na partilha da ONU.

Para eles, a ONU, ao conceder-lhes um território menor, desconsiderou o fato de a população árabe-palestina na região (na época, 1,25 milhão de pes-

soas) ser o dobro da judaica. Além disso, no próprio território destinado aos judeus, os árabes totalizavam quase metade da população.

A tensão entre os dois povos cresceu. Cerca de 400 mil árabes que viviam nas terras destinadas aos judeus fugiram de lá. No dia 14 de maio de 1948, Ben Gurion anunciou a formação do *Estado de Israel*, tornando-se seu primeiro-ministro. No dia seguinte, a *Liga Árabe*, aliança militar formada pelos governos do Líbano, Síria, Iraque, Egito e Transjordânia (atual Jordânia), lançou suas tropas contra Israel. Começava assim a *primeira guerra** entre árabes e israelenses.

* Veja o filme *Kedma*, de Amos Gitai, 2002.

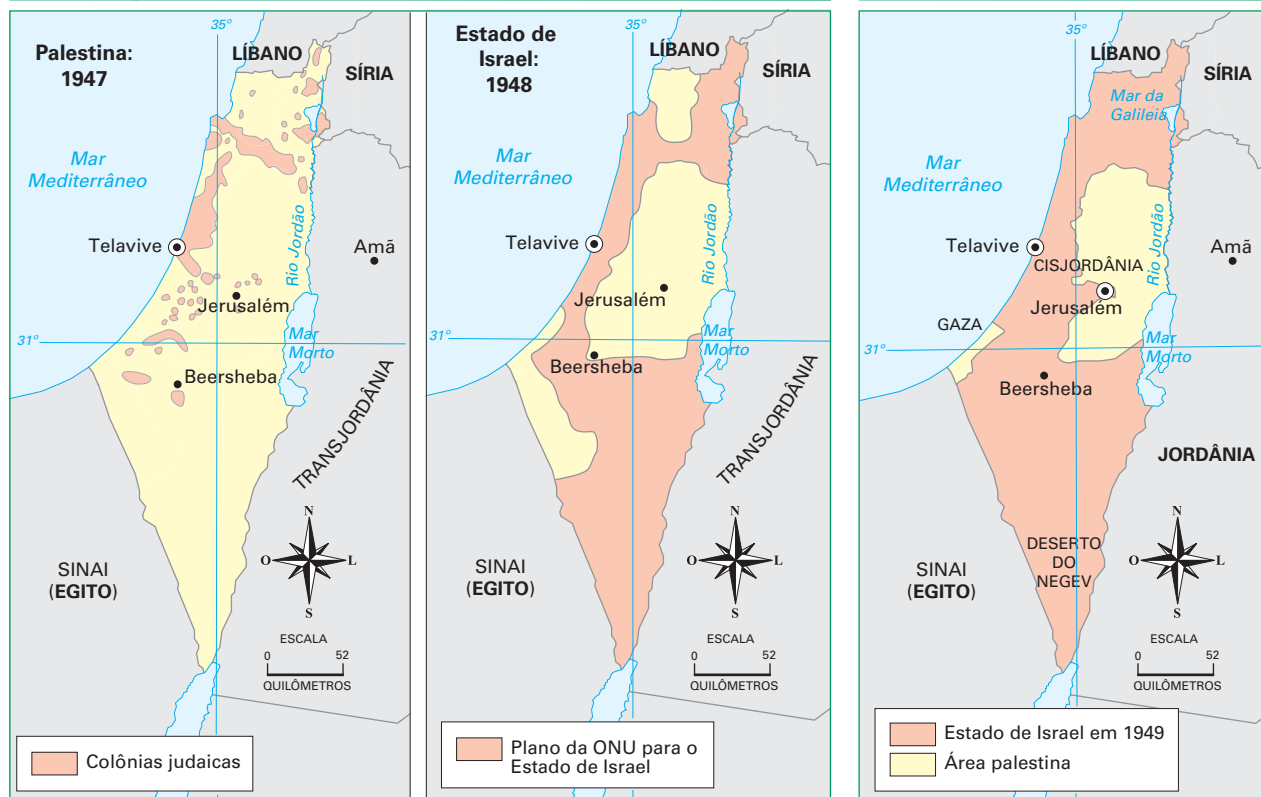
O conflito, terminado em 1949, modificou o cenário do Oriente Médio. Os árabes saíram dele derrotados e, mais do que isso, desunidos. Já o Estado árabe na Palestina nem sequer chegou a se formar.

Gianni Giansanti/Sygma/Corbis/Latinstock



O palestino Yasser Arafat (1929-2004) visita refugiados palestinos e membros do grupo *Al Fatah*, do qual foi um dos líderes, em um campo nas proximidades de Trípoli, no Líbano. Foto de outubro de 1983.

A FORMAÇÃO DO ESTADO DE ISRAEL



Fonte: GRAND atlas historique. Paris: Larousse, 2006.

Ocupado em sua maior parte pelas forças israelenses, o território destinado ao Estado palestino foi dividido entre Israel, o Egito e a Transjordânia (Jordânia). Cerca de 75% dele, incluindo a Galileia e o deserto de Negev, ocupados pelos israelenses durante a guerra, passaram para o domínio de Israel. A Jordânia ficou com a Cisjordânia. O Egito, por sua vez, anexou a faixa de Gaza, área vizinha ao seu território (veja o mapa *A formação do Estado de Israel*, acima). A cidade de Jerusalém foi dividida entre Israel e Jordânia.

Expulsos de suas terras, cerca de 750 mil palestinos passaram a viver em campos de refugiados criados no Líbano, na Jordânia, na Síria e na faixa de Gaza. Os que permaneceram nas terras ocupadas pelas forças de Israel tiveram seus direitos restringidos, como se fossem cidadãos de segunda classe. A partir de então, tanto os refugiados em outros países árabes quanto os palestinos que ficaram sob a jurisdição de Israel, passaram a defender com veemência cada vez maior seu direito a um Estado palestino autônomo.

Mais tarde, setores palestinos radicais formaram grupos guerrilheiros que passaram a defender a luta armada como única via para seu povo reaver as terras perdidas. Um desses grupos foi o *Al Fatah*, liderado

por Yasser Arafat (1929-2004). Em 1964, o *Al Fatah* se uniu a outros grupos para formar a *Organização para a Libertação da Palestina* (OLP), liderada entre 1969 e 2004 por Arafat.

3 A guerrilha palestina

Os conflitos entre palestinos e judeus tornaram-se cada vez mais frequentes e violentos. No contexto da Guerra Fria, o governo de Israel tornou-se aliado dos Estados Unidos. As lideranças palestinas, em contrapartida, aproximaram-se do governo da União Soviética.

Além dos conflitos com os palestinos, o governo de Israel enfrentava também a hostilidade dos demais povos árabes. Em vários momentos essa hostilidade latente se transformou em guerra. Uma das mais significativas foi a *Guerra dos Seis Dias*, em 1967. Militarmente superiores, as Forças Armadas de Israel venceram o confronto e anexaram ao seu território a península do Sinai e a Faixa de Gaza, em poder do Egito, a Cisjordânia, pertencente à Jordânia, e as colinas de Golan, na Síria, além da cidade de Jerusalém.

Nesse processo, muitos palestinos que se encontravam nos territórios ocupados aderiram à OLP. Empenhada em chamar a atenção da comunidade internacional para a questão dos refugiados, a organização passou a lançar ataques terroristas contra alvos israelenses. Um desses atentados ocorreu nas *Olimpíadas de Munique**, na Alemanha Ocidental, em 1972, quando onze atletas israelenses foram mortos por guerrilheiros palestinos.

* Veja o filme *Munique*, de Steven Spielberg, 2005, e o documentário *Munique, 1972 – Um dia em setembro*, de Kevin Macdonald, 1999.

A radicalização dos *atos terroristas** praticados contra Israel levou alguns governos árabes a questionar a atuação da OLP. Em 1970, o rei Hussein, da Jordânia, determinou uma ação militar contra as bases da OLP em seu país. Milhares de palestinos foram mortos e Arafat, juntamente com outros líderes da organização, exilou-se no sul do Líbano, de onde a OLP passou a promover ataques contra Israel.

* Veja o filme *Hanna K*, de Costa-Gavras, 1983.

4 A paz: uma frágil esperança

Apesar das inúmeras tentativas, a intransigência entre os dois lados vem impedindo um acordo de paz e a convivência pacífica entre ambos. Em 1987, eclodiu nos territórios ocupados por forças israelenses uma rebelião denominada *Intifada**, durante a qual os palestinos atiravam pedras e paus nos soldados de Israel. No ano seguinte, o Conselho Nacional Palestino, que reunia representantes da OLP e de outras organizações, proclamou unilateralmente a criação de um Estado palestino.

* Veja o documentário *Posto de controle*, de Yoav Shamir, 2003.

A proclamação, entretanto, não fez surgir da noite para o dia um Estado palestino soberano e autônomo. Na verdade, seu significado foi mais simbólico, pois a partir dela surgiu a *Autoridade Nacional Palestina*, uma espécie de governo presidido por Yasser Arafat e reconhecido internacionalmente como instância legítima com poderes para negociar com outros governos uma solução definitiva para a questão palestina.

A GUERRA DOS SEIS DIAS



Fonte: GRAND atlas historique. Paris: Larousse, 2006.

Em setembro de 2000, os palestinos que viviam em territórios ocupados por israelenses iniciaram uma nova Intifada. Os conflitos acirraram-se. Ataques fulminantes de tropas israelenses apoiadas por tanques de guerra e atentados de grupos palestinos provocaram a morte de centenas de civis e militares de ambos os lados.

O exército israelense, em 2011, cercou o quartel-general de Yasser Arafat na cidade de Ramallah, na Cisjordânia. A partir de então, forças de Israel impuseram diversos cercos ao quartel-general palestino, até a morte de Arafat, por suspeita de envenenamento, em novembro de 2004.

À revelia da ONU, em agosto de 2003, o governo do primeiro-ministro de Israel Ariel Sharon iniciou a construção de um muro de cerca de 709 quilômetros separando Israel da Cisjordânia, com o pretexto de impedir a entrada de terroristas palestinos em seu território.

Em 2004, o Tribunal Internacional de Justiça de Haia considerou o muro ilegal, pois penetrava no território palestino, subtraindo 14% dele.



Zahran Hammas/Getty Images/Stringer

Entre 2001 e 2004, o exército israelense sitiou por diversas vezes o quartel-general de Yasser Arafat na cidade de Ramallah, na Cisjordânia. Na foto, tanque israelense abandona um desses cercos, em setembro de 2002.

Em 2005, o governo israelense organizou a retirada de cerca de 8 mil colonos judeus que viviam na Faixa de Gaza. Entretanto, dados divulgados em 2011 revelaram que cerca de 350 mil colonos judeus viviam na Cisjordânia, região prevista para abrigar o futuro Estado palestino. Um ano antes, esse número era da ordem de 289 mil colonos.

Esses assentamentos são considerados pela comunidade internacional um obstáculo para o tratado de paz entre os dois povos. O governo dos Estados Unidos pressiona Israel para suspender os assentamentos na Cisjordânia. O governo israelense, por sua vez, argumenta que essas construções são necessárias para assegurar o “crescimento natural” dos assentados.

Em 2012, a Organização das Nações Unidas aceitou a inclusão da Palestina como Estado observador não membro da organização mundial. Os palestinos não terão direito a voto, mas sua inclusão foi considerada por analistas um reconhecimento virtual da Palestina como Estado. A ONU reconheceu suas fronteiras como sendo as que vigoravam antes da Guerra dos Seis Dias, em 1967 (veja o box *Judeus e muçulmanos em harmonia*).

Judeus e muçulmanos em harmonia

Nem só de guerra vivem judeus e palestinos. No norte de Israel, perto da fronteira com o Líbano, por exemplo, funciona a Fundação Educacional Givat Haviva. Fundada em 1949, ela reúne crianças, adolescentes e adultos judeus e palestinos que todos os dias se encontram para participar de cursos profissionalizantes e acadêmicos, *workshops* e uma série de outras atividades. Mais do que o conhecimento adquirido, no entanto, o que importa para essas pessoas é que elas estão aprendendo a conviver com as diferenças.

Em locais como a universidade de Telavive, há programas que visam estimular a paz entre os dois povos, e em alguns hospitais de Jerusalém é possível encontrar equipes médicas formadas por profissionais das duas origens, lutando para salvar a vida de palestinos e israelenses feridos nos confrontos. A atitude dessas e de milhares de outras pessoas que lutam em todo o mundo por meio de instituições, ONGs ou mesmo de forma solitária, mostra que o caminho para a paz é possível quando existe boa vontade e respeito pelas diferenças.

Adaptado de: SZTERLING, Silvia. *A formação de Israel e a questão palestina*. 2. ed. São Paulo: Ática, 2004. p. 53.

Matthew Chantler/Alamy/Other Images



Judeus e muçulmanos marcham juntos no “Al-Quds Day” (dia de Jerusalém), em agosto de 2012. A passeata vai desde o centro de Londres até a embaixada americana e costuma ser realizada na última semana do Ramadan, em apoio à população palestina.

5 Medo e miséria



Enquanto a paz não chega à Palestina, a população de Israel convive com o medo dos constantes *atentados**. Já os palestinos, além de serem vítimas da violência das forças de Israel, sofrem por não terem uma *terra própria**. De acordo com a ONU, dos 7 milhões de palestinos no mundo, 4 milhões são refugiados.

* Veja o filme *Paradise Now*, de Hany Abu-Assad, 2005, e leia a história em quadrinhos *Palestina*, de Joe Sacco, Editora Conrad.

Além disso, um relatório da Comissão Internacional da Cruz Vermelha afirma que 1,5 milhão de palestinos da Faixa de Gaza vivem em condições de pobreza, em desespero e sem recursos para reconstruir suas vidas. A razão é o bloqueio que o governo de Israel impõe à região com o objetivo de enfraquecer o poder do Hamas junto à população palestina. O Hamas assumiu o controle de Gaza em 2007, após expulsar o Fatah da região. Para o governo israelense, a presença do Hamas no poder põe em risco a segurança de Israel.

O bloqueio estabelecido pelo governo de Israel impede a entrada de vestimentas, livros, veículos, geladeiras e materiais de construção na Faixa de Gaza, o que impossibilita os palestinos de reconstruírem suas residências destruídas em diversos confrontos bélicos. Os palestinos da região têm acesso apenas a comida, medicamentos e produtos de limpeza. O fornecimento de água à população é precário e o saneamento básico, extremamente deficiente.



Wisam Nassar/Xinhua Press/Corbis/Latinstock

Palestinos trabalham na reconstrução de túnel existente entre a Faixa de Gaza e a fronteira com o Egito, destruído por bombardeio israelense, em 2009. Por meio de túneis como esse, os palestinos tentam furar o bloqueio que lhes é imposto pelo governo de Israel e levam para o seu território alimentos, roupas e também armamentos.

Enquanto isso...

As mulheres vão à luta

O endocrinologista norte-americano Gregory Goodwin apresentou, em 1960, um medicamento que promoveu profundas mudanças culturais, demográficas e sociais em todo o mundo: a *pílula anticoncepcional*. A nova droga se transformou instantaneamente em um símbolo dos movimentos feministas, que começavam a conquistar espaço cada vez maior nas sociedades ocidentais. Com a pílula anticoncepcional, as mulheres passaram a ter domínio sobre seu próprio corpo e sobre o momento certo para ter filhos.

O advento da pílula, entretanto, foi apenas um entre muitos processos ligados aos movimentos feministas. Durante a Revolução Francesa de 1789, por exemplo, foi fundada, sob a liderança da atriz Claire Lacombe, a *Sociedade de Mulheres Republicanas Revolucionárias* (SMRR), voltada para os problemas específicos da mulher. Na mesma época, outra mulher notável, Olympe de Gou-

ges, insatisfeita com o fato de a *Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão* não incluir o gênero feminino, chegou a escrever e divulgar uma *Declaração dos Direitos da Mulher*.

Em meados do século XX, um dos marcos mais importantes das lutas feministas data de 1949, ano em que a escritora francesa Simone de Beauvoir (1908-1986) lançou o livro *O segundo sexo*. Na obra, a autora discute o papel secundário destinado à mulher na sociedade: “Não se nasce mulher, torna-se”, conclui ela em seu livro.

Na sociedade machista criticada pela escritora francesa, cabiam às mulheres os piores empregos e os salários mais baixos. Em casa, era ela a responsável pelas atividades domésticas e pela educação dos filhos. Além disso, os valores morais predominantes determinavam que a mulher devia casar-se virgem, obedecer ao marido e ter relações sexuais sem se preocupar com o próprio prazer. Os movimentos feministas colocaram em xeque todas essas questões.



Don Carl Steffen/Gamma-Rapho/Getty Images



Diálogos

De acordo com dados do Ministério da Saúde, todos os anos cerca de 400 mil garotas de 10 a 19 anos engravidam no Brasil – muitas delas, por falta de informação a respeito de métodos preventivos. Em grupos, e sob a orientação do(a) professor(a) de Biologia, pesquisem os principais métodos anticoncepcionais e apresentem o resultado final do trabalho em cartazes.

Mulheres exibem cartazes em movimento pela libertação feminina e a igualdade sexual em Washington, capital dos Estados Unidos. Em um deles, lê-se uma paráfrase da famosa frase de Karl Marx, “Proletários do mundo, uni-vos”, adaptada para a necessidade de unidade das mulheres em torno das causas feministas: “Mulheres do mundo, unam-se”. Foto de agosto de 1970.

Organizando AS IDEIAS

ATENÇÃO: NÃO ESCREVA NO LIVRO. RESPONDA SEMPRE NO CADERNO.

1. Faça um rápido resumo da história da Palestina até o início do século XX e explique quais eram as relações entre árabes e judeus nessa região até o começo da Primeira Guerra Mundial (1914-1917).
2. Quais foram os acontecimentos políticos que conduziram às tensões entre árabes e judeus na Palestina entre a Primeira Guerra Mundial e a partilha do território palestino, em 1947?
3. Por que os árabes não concordaram com o plano de partilha da Palestina proposto pela ONU em 1947?
4. Narre os conflitos militares entre palestinos e judeus a partir da criação do Estado de Israel, em 1948, e a criação da Organização para a Libertação da Palestina, a OLP, em 1964.
5. Durante o período da guerra fria, os conflitos entre palestinos e israelenses se intensificaram. Que fatores contribuíram para agravar a situação em Israel por essa época?
6. Os conflitos entre palestinos e israelenses duram mais de meio século. Nesses conflitos, alguns episódios tornaram-se tragicamente célebres, entre eles a primeira e a segunda Intifadas. Explique o que são as Intifadas e quando eclodiram.

Interpretando DOCUMENTOS

Os textos que você vai ler agora foram escritos por dois importantes pensadores contemporâneos: o escritor judeu Amós Oz e o intelectual palestino

Edward Said. Ambos tratam do conflito entre israelenses e palestinos. Depois de lê-los, responda às questões propostas.

Documento 1

Os palestinos estão na Palestina porque essa é a sua terra natal. Da mesma forma que a Holanda é a terra natal dos holandeses e a Suécia, a dos suecos. Os judeus israelenses estão em Israel porque não há nenhum outro país no mundo ao qual os judeus, como povo, como nação, possam chamar de seu lar.

Os palestinos tentaram, involuntariamente, viver em outros países árabes. Foram rejeitados, às vezes até humilhados e perseguidos, pela chamada “família árabe”. Tomaram conhecimento, da maneira mais dolorosa, de sua “palestinidade”, pois não eram desejados como libaneses, como sírios, como egípcios ou como iraquianos. Eles tiveram de aprender pelo caminho mais difícil que são palestinos e que este é o único país em que podem viver.

De maneira estranha, o povo judeu teve uma experiência histórica de alguma forma paralela a do povo palestino. Os judeus foram expulsos da Europa. Meus pais foram expulsos da Europa há cerca de setenta anos. Exatamente da mesma forma que os palestinos foram expulsos da Palestina.

Quando meu pai era menino, na Polônia, as ruas da Europa estavam cobertas de pichações: “Judeus, vão para a Palestina”. Quando meu pai voltou, em visita à Europa, cinquenta anos mais tarde, os muros estavam cobertos de pichações: “Judeus, saiam da Palestina”.

Adaptado de: OZ, Amós. *Contra o fanatismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004. p. 46-47.

Documento 2

A situação palestina em si é remediável, já que são os seres humanos que fazem a história e não o contrário. Para isso, precisamos de uma definição real de metas e objetivos. Estes devem incluir, em primeiro lugar, o fim da ocupação militar por Israel e o fim dos assentamentos (colônias agrícolas judaicas nos territórios ocupados). Nenhum outro caminho pode levar a paz e a justiça aos palestinos.

Deve haver mudanças de atitude também nas duas outras sociedades que têm um impacto central na Palestina: em primeiro lugar, os Estados Unidos, cujo governo dá a Israel um apoio sem o qual os eventos que hoje ocorrem na Palestina não poderiam ocorrer. O contribuinte norte-americano envia diretamente a Israel três bilhões de dólares em ajuda, além do constante fornecimento de armas, que somam um total de quase 5 bilhões de dólares. Essa ajuda deve ser interrompida ou radicalmente modificada.

Em segundo lugar, a sociedade israelense, que vem endossando passivamente as políticas racistas contra os palestinos “inferiores”, ou as vem apoiando ativamente, ao colaborar com o exército, para implementar essa política imoral e humanamente inaceitável.

Também é verdade que os ataques de homens-bomba suicidas praticados por palestinos em Telavive não servem a nenhum propósito político ou ético. Eles são igualmente inaceitáveis. Há uma enorme diferença entre, de um lado, apoiar a desobediência organizada – ou protestos de massa – e, de outro, simplesmente explodir a si mesmo e a alguns poucos inocentes. Essa diferença tem de ser afirmada clara e enfaticamente e incluída de uma vez por todas em qualquer programa palestino sério.

Adaptado de: SAID, Edward W. *Cultura e política*. São Paulo: Boitempo, 2003. p. 67-68.

1. Sintetize a opinião e os argumentos centrais de Amós Oz sobre a condição histórica de palestinos e israelenses. Que conclusão se pode tirar de seus argumentos?
2. No texto de Said, há uma proposta de metas e objetivos para se atingir a paz. Quais seriam as

mudanças necessárias para alcançar a paz tão sonhada?

3. Com base nas reflexões dos dois autores e no conteúdo do capítulo, elabore um texto analisando a situação atual do conflito árabe-israelense.

Hora DE REFLETIR

ATENÇÃO: NÃO ESCREVA NO LIVRO. RESPONDA SEMPRE NO CADERNO.

Como vimos, durante a Primeira Guerra Mundial, o governo da Inglaterra, com a intenção de derrotar o Império Turco Otomano, fez acordos e promessas tanto aos árabes como aos judeus. Leia o capítulo e responda: essa atitude do governo inglês pode

ser considerada ética? Por quê? Em sua opinião, é possível haver ética em tempos de guerra? Elabore uma resposta pessoal baseada em acontecimentos políticos recentes (ou do passado) que justifiquem sua opinião.

O mundo globalizado

Stephanie Cabrera/The Image Bank/Getty Images

O norte da África e o Oriente Médio experimentaram, entre o fim de 2010 e ao longo de 2011, uma onda de protestos e manifestações pró-democracia que provocaram a queda de diversos governos ditatoriais na região. Esse movimento ficou conhecido como Primavera Árabe e começou na Tunísia, onde um vendedor de rua se imolou para protestar contra a corrupção policial e os maus tratos em seu país. Isso foi o estopim para uma ampla manifestação que levou o presidente tunisiano Zine Ben Ali a renunciar, depois de 23 anos no poder.

Com o sucesso na Tunísia, os protestos se espalharam pela região, alcançando países como Argélia, Síria, Omã, Bahrein, Kuwait, entre outros. No Egito, o presidente Hosni Mubarak renunciou depois de 30 anos na presidência; já na Líbia, teve início uma guerra civil que culminou na morte de Muammar Kadafi, há 42 anos no poder. No Iêmen, por sua vez, o presidente Ali Abdullah Saleh anunciou que não tentará se reeleger, pondo fim a um mandato de 35 anos.

Esses movimentos, que levaram milhões de pessoas às ruas, tiveram uma característica em comum: o uso da internet. Os usuários de redes sociais conseguiram não só mobilizar a população para os protestos como também chamar a atenção da comunidade internacional para o que acontecia em seus países, escapando, muitas vezes, da censura imposta por esses países aos meios de comunicação.



Dezenas de milhares de egípcios celebram o primeiro ano da chamada Revolução Egípcia, em 25 de janeiro de 2012, na praça Tahrir, no Cairo. A praça foi o palco das mobilizações populares que derrubaram o ditador Hosni Mubarak em 2011 e integraram a “Primavera Árabe”.

Objetivos do capítulo

- Compreender a configuração socioeconômica e política que passou a caracterizar o mundo a partir dos últimos anos do século XX.
- Entender o processo da globalização e suas relações com as disparidades sociais e os conflitos políticos envolvendo diferentes povos e países.
- Relacionar a questão do terrorismo na atualidade com o processo de globalização.
- Compreender os desafios para o futuro que se impõem aos governos e às sociedades atuais diante da nova ordem mundial.
- Relacionar o conceito trabalhado na unidade – Ética – com as decisões políticas, econômicas e militares da atualidade e seu impacto social.

Criada durante a Guerra Fria, mas popularizada somente na década de 1990, a internet, de fato, diminuiu as distâncias entre as pessoas e agilizou as comunicações em todo o mundo. Contribuiu dessa maneira para acelerar o processo de globalização pelo qual a humanidade vem passando ao longo das últimas décadas. Neste capítulo, estudaremos o que é a globalização e o seu impacto para o mundo contemporâneo.

Jeff J. Mitchell/Getty Images



1 Tempos de globalização

A dissolução da União Soviética em 1991 provocou profundas mudanças em todo o mundo. A ordem bipolar que opunha os países capitalistas às nações comunistas deixou de existir. Os Estados Unidos tornaram-se a única superpotência do planeta, os antigos países socialistas aderiram à economia de mercado e as velhas rivalidades político-ideológicas foram substituídas por disputas de ordem econômica, comercial e tecnológica. Ao mesmo tempo, o colapso da União Soviética contribuiu para acelerar o processo de globalização que já vinha caracterizando as relações internacionais no decorrer da década anterior.

A grande marca desse processo tem sido a integração da economia mundial sob o comando das grandes corporações dos países desenvolvidos, ou seja, as empresas multinacionais ou transnacionais. Entre as décadas de 1980 e 1990, a interdependência entre as nações, não só no aspecto econômico, mas também nas esferas cultural, tecnológica, financeira e política, intensificou-se sob o impacto de grandes avanços tecnológicos.

Crescentes avanços nos meios de transporte e comunicação facilitaram o rápido deslocamento de pessoas e mercadorias de um ponto a outro do planeta. A internet e as transmissões de rádio e televisão via satélite tornaram possível a troca instantânea de informações entre os mais distantes lugares da Terra.

Tudo isso – aliado à redução das tarifas alfandegárias sobre produtos industriais – contribuiu para a expansão do comércio e tornou mais rápido o fluxo de capitais entre os países. Tal crescimento motivou a criação, em 1995, da Organização Mundial do Comércio (OMC), entidade internacional destinada a promover e regular o comércio entre os países.

As empresas também mudaram seu perfil. Até os anos 1960 e 1970, as grandes corporações, conhecidas como multinacionais, tinham suas matrizes fixadas no país de origem, dirigindo a partir dali filiais espalhadas por outros países. Nessas filiais produziam-se artigos completos, como automóveis, eletrodomésticos, etc. Atualmente, com o surgimento das empresas transnacionais, essa relação mudou.

Com as empresas transnacionais, cujas sedes continuam estabelecidas nos países desenvolvidos, o processo de produção passou a utilizar recursos de vários países ao mesmo tempo. Assim, um produto pode ter suas peças fabricadas em um país e ser mon-

tado em outro país, de acordo com o preço da mão de obra. Hoje é comum, por exemplo, encontrar nas lojas tênis norte-americanos fabricados na China com borracha proveniente da Malásia.

2 Os blocos econômicos

Com a expansão da globalização, reduziu-se o poder de decisão dos Estados nacionais, até mesmo em questões de política interna, como a que diz respeito à orientação econômica a ser seguida. Embora continuem ainda fortes, os Estados nacionais passaram a dividir cada vez mais seu poder decisório com algumas organizações internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial, a OMC, etc. Essas entidades, geralmente controladas pelo governo dos países desenvolvidos, impõem decisões nem sempre ajustadas aos interesses dos países pobres ou em desenvolvimento.

Como forma de assegurar melhor capacidade de negociação em um mundo cada vez mais globalizado, diversos países começaram a se organizar em torno de blocos econômicos. O exemplo mais significativo é o da União Europeia (UE), bloco criado em 1992 e que, no início de 2013, reunia 27 países.

Além da UE, outros blocos econômicos se formaram, como o *Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta)*, constituído por Estados Unidos,



Nkosazana Dlamini Zuma, ex-ministra sul-africana e presidente da União Africana, discursa em frente ao palácio de Champs-Élysées, em Paris, França. O pronunciamento ocorreu após reunião da UA com o presidente francês François Hollande sobre planos de intervenção militar no norte do Mali. Foto de dezembro de 2012.

Thierry Chesnot/SIPA/Associated Press/Glow Images

Canadá e México; a *União Africana (UA)*, que reúne os 54 países da África; e o *Mercado Comum do Sul (Mercosul)*, formado por Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela. Em 2012, a Bolívia protocolou seu pedido de adesão ao bloco. Já na Ásia, a China e mais dez países asiáticos – entre eles Cingapura, Malásia, Indonésia e Tailândia – assinaram no final de 2004 um acordo prevendo a criação, até 2015, da maior zona de livre-comércio do mundo.

De todos os blocos existentes atualmente, a União Europeia é aquele que foi mais longe no processo de integração dos países-membros. Além de constituir uma zona de livre-comércio, ela conta com um Banco Central único e uma moeda única, o euro, hoje utilizada por dezessete países da região em substituição às suas moedas nacionais.

Além disso, a União Europeia constitui também o embrião de uma nova entidade política, pois conta com órgãos centrais de caráter administrativo, como a Comissão Europeia, legislativo, formado pelo Parlamento Europeu unicameral (apenas uma câmara), e executivo.

3 As disparidades

A globalização intensificou o fluxo de informações, capitais e mercadorias no mundo inteiro. Todo esse processo esteve amparado pelo **liberalismo econômico**. Essa política econômica, contudo, não beneficiou a todos por igual. A maioria da população mundial continua sem ter acesso às novas tecnologias e aos novos bens de consumo. Encontra-se, portanto, à margem desse processo.

De acordo com o Banco Mundial, 2,8 bilhões de pessoas sobrevivem com menos de 2 dólares por dia. Segundo a ONU, desse total, cerca de 64 milhões de pessoas encontram-se em estado de pobreza extrema, ou seja, não contavam com os recursos mínimos necessários para sua sobrevivência. Cerca de 1,1 bilhão de pessoas não têm moradia adequada. Além disso, há 875 milhões de analfabetos no mundo, mais da metade deles concentrada em apenas quatro países asiáticos: Índia, China, Bangladesh e Paquistão.

Grupo de pessoas revira lixo na cidade de Uzhgorod, na Ucrânia, à procura de papelão, ferro e vidro para vender. Em diversos países do mundo, muitas pessoas veem-se obrigadas a procurar alternativas como essa para garantir o sustento de suas famílias. Foto de 2009.

Já na *África**, em nações como Burkina Fasso, Níger ou Mali, mais de dois terços da população não sabem ler nem escrever. Como se não bastasse, no continente africano encontram-se quase dois terços da população mundial infectada pelo vírus da Aids.

* Veja o filme *Contos cruéis de guerra*, de Ibea Atondi e Karim Miské, 2002, e leia o livro *Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra*, de Mia Couto, Companhia das Letras.

Mas a pobreza também atinge muitas pessoas nos países ricos. Dos quase 1,3 bilhão de habitantes da Europa, Estados Unidos e Japão, mais de 100 milhões são considerados pobres. Cerca de 8 por cento das crianças dessas regiões vivem abaixo da linha da pobreza.

A contradição torna-se mais flagrante quando consideramos os índices de desenvolvimento econômico e social dessas regiões, que estão entre os melhores do mundo. O Japão e os Estados Unidos, por exemplo, têm renda *per capita* superior a 33 mil dólares por ano, a expectativa de vida nesses países está acima de 75 anos e os índices de analfabetismo, abaixo de 5 por cento.

Globalização e desemprego

A globalização e as políticas neoliberais também modificaram o funcionamento das indústrias. A fusão de grandes empresas e o processo de automação, pelo qual trabalhadores são substituídos por robôs e máquinas controladas por computador, lançaram milhões de pessoas no desemprego em todo o mundo.

Em 2012, cerca de 202 milhões de trabalhadores – 6 por cento da **população economicamente ativa** – encontravam-se sem **emprego***. O desemprego tem sido um dos principais fatores que levam milhões de pessoas a tentar a sorte em outros países.

* Veja o filme *Segunda-feira ao Sol*, de Fernando León de Aranoa, 2003.

Oleksander Zobnin/Agência France-Presse



Entretanto, o sonho de uma vida melhor nem sempre se torna realidade: na maior parte das vezes, esses imigrantes vivem de forma clandestina e são obrigados a trabalhar na economia informal, sem a proteção das leis trabalhistas. Segundo relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), cerca de 50 milhões de *imigrantes internacionais** encontravam-se nessas condições em 2009.

* Veja os filmes *América – O sonho de chegar*, de Gianni Amélio, 1994, *Pão e rosas*, de Ken Loach, 2000, *Dois perdidos numa noite suja*, de José Joffily, 2002, *Rio congelado*, de Courtney Hunt, 2008, e *Um dia sem mexicanos*, de Sergio Arau, 2004.

Muitas dessas pessoas nem isso conseguem e sobrevivem graças às esmolas recebidas nas ruas das grandes metrópoles. Há também casos de estrangeiros que passam a viver em situação análoga à escravidão, uma vez que contraem dívidas com o patrão antes mesmo de começar a trabalhar e o salário que recebem é insuficiente para quitar o débito.

Em razão das diferenças étnicas e culturais, esses imigrantes muitas vezes tornam-se vítimas de preconceitos e, em alguns lugares, como na *Alemanha** e na Áustria, transformam-se em um dos principais alvos da intolerância de *grupos neonazistas**. Muitos países vêm criando leis com o objetivo de restringir cada vez mais a presença de imigrantes com pouca qualificação profissional em seus territórios.

* Veja o filme *Contra a parede*, de Fatih Akin, 2003.

* Veja o filme *Tolerância zero*, de Henry Bean, 2001.



Mauro Seminara/Agence France-Presse

Embarcação com imigrantes africanos ancorada na ilha de Lampedusa, no sul da Itália. Depois de uma arriscada travessia pelo Mediterrâneo, essas pessoas tentam se estabelecer na Europa, em busca de emprego e de melhores condições de vida. Foto de 2008.

4 Ciranda financeira

Como vimos no capítulo 18, os adeptos do neoliberalismo econômico defendem a livre atuação das forças de mercado, sem intervenção do Estado. Para eles, os governos devem eliminar todos os entraves que restringem oportunidades de negócios ou que possam diminuir os lucros.

Amparados nessas ideias, o governo dos Estados Unidos, organismos como o FMI e o Banco Mundial e bancos internacionais passaram a pressionar os governos de diversos países para que eles afrouxassem a legislação que regulamentava seus sistemas financeiros. Essas regulamentações eram medidas de segurança que tinham por objetivo impedir sofisticadas formas de especulação capazes de pôr em risco o mercado financeiro.

O século XX

[O século XX foi] o século do enfrentamento entre capitalismo e socialismo. Desse ponto de vista, ele terminou com o triunfo do capitalismo. Porém, em seu transcurso, este último aprofundou suas contradições internas, projetando a hegemonia do capital especulativo sobre o produtivo, incorporando o desemprego como um fato estrutural a seu funcionamento, elevando crescentemente a proporção da força de trabalho na economia informal, marginalizando do mercado parcelas significativas da força de trabalho de regiões como a África, partes importantes da Ásia e regiões da América Latina, aprofundando em níveis inéditos a concen-

tração de renda, mesmo nos países de maior desenvolvimento econômico.

Nada indica que a humanidade esteja condenada a viver no capitalismo ao longo do século XXI ou que, ao contrário, caminhe necessariamente para o socialismo. O que o século XX mostrou de mais evidente é que a história é um processo aberto, em que as pessoas não estão condenadas a viver em nenhum tipo de sociedade em particular. É a ação, consciente ou não, dos indivíduos que decide seu destino, a partir das condições existentes.

Adaptado de: SADER, Emir. *Século XX: uma biografia* não autorizada. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001. p. 126-129.

A pressão surtiu efeito. Com o afrouxamento de diversas regras do setor, as instituições financeiras puderam realizar operações de alto risco que antes eram proibidas. Muitos especuladores passaram a participar dessas operações, atraídos pelos altos lucros que elas ofereciam. As especulações também aumentaram de maneira significativa os lucros do setor financeiro nas últimas duas décadas.

Com mais dinheiro em caixa, os bancos estadunidenses passaram a conceder grandes volumes de empréstimos a juros baixos para pessoas ou companhias interessadas, principalmente, na compra de imóveis. Os empréstimos eram liberados facilmente, sem que os bancos verificassem se essas pessoas tinham condições de quitar suas hipotecas.

Por meio de sofisticados mecanismos financeiros, os bancos transformavam as dívidas de seus clientes em títulos negociáveis, que funcionavam como uma espécie de seguro. Como o preço dos imóveis estava em alta, em razão do aquecimento do mercado imobiliário, a aquisição de tais papéis revelava-se um negócio atraente, capaz de gerar bons lucros. Assim, esses títulos foram vendidos a outros bancos, instituições financeiras, seguradoras e fundos de pensão do mundo inteiro.

O mundo em crise

Entretanto, toda essa cadeia sofreu um forte abalo quando o governo dos Estados Unidos decidiu aumentar a taxa básica de juros como forma de conter a crescente inflação. Assim, a taxa básica de juros, que em maio de 2004 era de 1 por cento, em junho de 2006 alcançou 5,25 por cento.

Essa elevação da taxa de juros provocou um significativo aumento no valor da dívida de quase 2 milhões de compradores de imóveis, que ficaram sem condições de quitar suas hipotecas. O calote atingiu níveis cada vez mais elevados, muitos compradores perderam suas residências e o não pagamento deixou os bancos sem liquidez: sem dinheiro em caixa, eles não podiam continuar fazendo empréstimos. Também não tinham mais dinheiro para pagar os juros de quem investiu em seus papéis.

Em meados de 2007, o sistema financeiro começou a entrar em uma crise que atingiu seu auge no decorrer de 2008. Sem dinheiro, empresas de financiamento, agências de hipotecas, seguradoras e bancos de diversas partes do mundo decretaram falência, provocando um pânico de dimensões globais. As bolsas de valores do mundo inteiro despencaram, trazendo

significativas perdas para investidores, empresas e até mesmo aposentados que tinham suas economias aplicadas em títulos negociados nas bolsas. Em todo o mundo, as perdas chegaram a 50 trilhões de dólares. Em alguns países, como na Inglaterra, as pessoas se dirigiam em massa às agências bancárias para efetuar saques, temendo perder suas economias.

A crise provocou a desaceleração da economia e diversos países entraram em recessão. Na Inglaterra, o ministro da Fazenda afirmou que a crise fez com que a Grã-Bretanha tivesse o maior *deficit* orçamentário de sua história. O FMI chegou a classificar a crise como a mais grave desde a queda da Bolsa de Nova York, em 1929 (releia o capítulo 17).



Trabalhadores das centrais sindicais CGT e FO seguraram cartaz com os dizeres "Não a qualquer lei de regressão social" durante protesto em março de 2013, em Lyon, França. Os reflexos da crise iniciada nos Estados Unidos em 2007 levou os países europeus a implementar medidas de austeridade que provocaram desemprego e redução de direitos trabalhistas nos anos seguintes.

Além disso, a crise elevou os índices mundiais de desemprego. Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), no início de 2008 havia 190 milhões de desempregados no mundo; no final de 2012, esse número já era de 202 milhões.

O impacto da crise na economia mundial só não foi maior porque os governos agiram com rapidez. Deixando de lado os preceitos do neoliberalismo, eles intervieram de maneira significativa no mercado. Alguns bancos à beira da falência foram estatizados e outros receberam empréstimos governamentais para saldar suas dívidas e garantir o dinheiro na conta de seus correntistas.

O boxe da próxima página aborda o enfraquecimento do poder dos Estados Unidos no mundo contemporâneo e assinala a necessidade de se estabelecerem novas formas de relação entre os países.

Mundo multipolar

Os Estados Unidos (EUA) não têm mais condições de fazer frente a crises mundiais. Mas quem tomará seu lugar? Rússia, Brasil, China e Índia são países em crescimento [ou seja, emergentes], mas também competem com a Europa e com os EUA por recursos naturais que são finitos. Somente um futuro comum – uma mudança pela aproximação, e não um entrelaço de futuros – poderá nos levar adiante.

Vivemos em uma era em que não existe uma potência mundial única, dominante. O globo é assolado por crises: mudança climática, escassez de recursos, crises financeiras e de alimentos, proliferação nuclear e Estados falidos. Nenhum país sozinho consegue imaginar soluções para esses problemas. A própria ONU não está à altura da tarefa. Na realidade, como admitiu o primeiro-ministro britânico Gordon Brown, primeiro-ministro britânico entre 2007 e 2010, as organizações internacionais fundadas após a Segunda Guerra Mundial deixaram de atender às necessidades atuais.

A guerra do Iraque acabou com o sonho de uma era de “imperialismo liberal”, na qual os Estados Unidos disseminariam seus ideais por meios coercitivos. A crise financeira dos últimos anos acelerou ainda mais a mudança do equilíbrio do poder, dos EUA e da Europa para Índia, China, Rússia e países do Golfo Pérsico.

Novas alianças que coloquem um grupo de países contra outro não poderão resolver os desafios do século XXI. Novas formas de cooperação, consulta e compromisso internacionais, porém, terão um papel central em um mundo multipolar. É ab-

surdo que a Itália pertença ao G-8, mas não a China ou o Brasil [o G-8 reúne os sete países mais ricos do mundo, mais a Rússia].

São necessárias novas formas de governança internacional. Em um mundo no qual há um declínio constante dos recursos e uma aceleração das mudanças climáticas, os países poderão sentir-se tentados a se preocupar exclusivamente com os próprios interesses, de modo a obter vantagens no curto prazo. O desafio será a elaboração de uma nova estrutura internacional e um equilíbrio organizado de interesses.

Adaptado de: NOWAK, Wolfgang. O fim do sonho da superpotência. *O Estado de S. Paulo*, 12 dez. 2008.



Manifestantes ligados ao movimento Occupy Wall Street fazem rápida ocupação do Memorial do Vietnã, em Nova York, durante as manifestações trabalhistas do Primeiro de Maio de 2012. Esse movimento é formado por pessoas que criticam a ganância dos banqueiros e dos grandes capitalistas responsabilizando-os pela crise econômica.

5 Exclusão, fundamentalismo e terror

Mesmo antes da crise de 2008, o quadro de expansão das riquezas e de integração das economias em escala mundial tinha como contrapartida o aumento do desemprego, o empobrecimento de amplos setores da população de vários continentes, a diminuição do poder decisório do Estado nacional e a destruição de valores culturais nos países da periferia do sistema. Trata-se de um processo ao mesmo tempo de integração de alguns e de exclusão de muitos. Gerador de bem-estar em uma ponta e de insatisfação e desespero na outra.

É nesse contexto que grupos religiosos e políticos de países periféricos – como os do Oriente Médio – vêm recorrendo ao terror como forma de enfrentar o que em seu modo de entender representa uma ameaça para os valores culturais, éticos e religiosos dos povos a que pertencem. Não por acaso, alguns desses grupos têm como fonte de inspiração o fundamentalismo islâmico.

Com 1,3 bilhão de seguidores, o islamismo é a religião que mais cresce no mundo. A maioria dos muçulmanos encontra-se em países pobres, como Bangladesh, Egito, Índia, Iraque, Nigéria, Paquistão e Sudão, ou em desenvolvimento, como a Indonésia. Ao mesmo tempo que cresce o islamismo, crescem

também os grupos fundamentalistas em seu interior, alguns deles formados por extremistas empenhados na criação de sociedades regidas pelo Alcorão.



Spencer Platt/Getty Images

Torres Gêmeas do World Trade Center, atingidas por aviões durante atentado terrorista em 11 de setembro de 2001.

Como vimos no capítulo 17, os fundamentalistas começaram a se destacar dentro do islamismo em meados do século XX. Mas foi a partir da **Guerra do Golfo**, em 1991, que o movimento se expandiu para além do Oriente Médio e chegou à Europa, à África e, principalmente, à Ásia.

Nos lugares onde o movimento ganhou força, vêm se acentuando os conflitos étnico-religiosos entre as comunidades islâmicas e as não islâmicas. Muitos desses confrontos são caracterizados por atos terroristas que provocam a morte de civis em diversos pontos do planeta, como Indonésia, Federação Russa, Palestina, Índia, Sudão e países dos Balcãs.

O grupo de extremistas de inspiração fundamentalista mais conhecido atualmente é a *Al Qaeda*, criada e liderada pelo saudita Osama bin Laden. Foram militantes ligados a essa organização que executaram o *atentado** que destruiu as torres gêmeas do World Trade Center, em Nova York, no dia 11 de setembro de 2001, no qual perderam a vida cerca de 2,7 mil pessoas.

* Veja os filmes *11 de setembro: 11 minutos, 9 segundos e 1 imagem*, de diversos diretores, 2002, *As torres gêmeas*, de Oliver Stone, 2006, e *Voo 93*, de Paul Greengrass, 2006.

O real perigo do terrorismo

O perigo real das novas redes terroristas internacionais para os regimes dos países estáveis do mundo desenvolvido, assim como da Ásia, continua a ser desprezível. As dezenas ou centenas de vítimas de bombas nos sistemas de transporte público em Londres e em Madri não são capazes de interromper a capacidade operacional de uma cidade grande além de algumas horas. Por mais horripilante que tenha sido a carnificina de 11 de setembro de 2001 em Nova York, o poder internacional dos Estados Unidos e suas estruturas internas não foram afetados em nada. Se ocorreram efeitos negativos posteriores, eles não se deveram à ação dos terroristas, e sim à do governo estadunidense.

Isso ressalta a fraqueza relativa e absoluta dos movimentos terroristas da fase atual. Eles são sintomas e não agentes históricos significativos. Operando em países estáveis com regimes estáveis e sem o apoio de setores relevantes da população, eles são um problema policial, e não militar.

É compreensível que esses movimentos criem grande nervosismo entre as pessoas comuns, sobretudo nas metrópoles do Ocidente e especialmente quando os governos e a imprensa

se empenham em gerar um clima de medo para alcançar seus próprios propósitos, e dão publicidade máxima às ações. Trata-se de um clima de medo irracional.

Todas essas coisas em nada diminuem a dimensão da crise global verdadeira, que se expressa nas transformações por que passa a violência política. Elas parecem refletir os profundos desequilíbrios sociais causados em todos os níveis da sociedade pelas alterações mais rápidas e intensas jamais experimentadas pela humanidade, social e individualmente, dentro do período de vida de um ser humano. Elas parecem refletir uma crise de sistemas tradicionais de autoridade, hegemonia e legitimidade do Ocidente e sua dissolução no Oriente e no Sul, assim como uma crise dos movimentos tradicionais que pretendem proporcionar alternativas a eles. E elas revelarão estar além dos poderes utópicos dos **neoconservadores** e neoliberais que acreditam na exportação dos valores liberais do Ocidente por meio da expansão dos mercados e das intervenções militares.

Adaptado de: HOBBSAWM, Eric. *Globalização, democracia e terrorismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 135-137.

6 A guerra contra o terror

Os atentados levaram o então presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, a declarar “guerra contra o terrorismo”. No início de 2001, forças estadunidenses invadiram o Afeganistão, onde, segundo o governo Bush, encontrava-se escondido Bin Laden. A ação militar estadunidense, contudo, conseguiu derrubar o governo dos mulás – líderes religiosos fundamentalistas, pertencentes à milícia islâmica do *Talibã**, que haviam assumido o controle do país em 1996.

Em março de 2003, o governo dos Estados Unidos e o da Inglaterra lideraram uma coalizão militar que invadiu o *Iraque** e depôs o presidente Saddam Hussein. Depois de passar oito meses escondido, o ex-presidente iraquiano foi capturado pelas forças estadunidenses e levado a julga-

* Veja os filmes *A caminho de Kandahar*, de Mohsen Makmalbar, 2001, *Osama*, de Sedigh Barmak, 2003, e *Os budas gigantes*, de Christian Frei, 2005.

* Veja o documentário *Fahrenheit 11 de setembro*, de Michael Moore, 2004.

mento por um tribunal iraquiano, que o condenou à morte por crimes contra a humanidade. Em dezembro de 2006, Saddam Hussein foi executado.

O motivo alegado pelo governo dos Estados Unidos para justificar a invasão do Iraque foi o de que o país contava com armas de destruição em massa que poderiam ser utilizadas em eventuais ataques terroristas. Posteriormente, diversas autoridades provaram que a alegação era falsa. A ação anglo-americana no Iraque foi uma decisão unilateral, posta em prática apesar da oposição do Conselho de Segurança da ONU, do governo de diversos países e da opinião pública internacional. No boxe da página anterior, o historiador Eric Hobsbawm faz uma análise a respeito do terrorismo no mundo contemporâneo.

A retirada completa das tropas estadunidenses do Iraque aconteceu em 2011, depois de nove anos de ocupação. Nesse mesmo ano, soldados dos Estados Unidos mataram Bin Laden, que se encontrava escondido no Paquistão. Já a ocupação do Afeganistão por forças estrangeiras deverá se prolongar por mais tempo. De acordo com a Otan, dezembro de 2014 é a data limite para a retirada de suas forças do Afeganistão.

Enquanto isso...

Massacre na praça da Paz Celestial

Em abril de 1989, um grupo de estudantes, operários e intelectuais deu início a um movimento exigindo reformas democráticas na China, que desde 1949 é governada pelo Partido Comunista Chinês.

Em maio, milhares de estudantes ocuparam a praça da Paz Celestial, em Pequim, onde se encontram alguns dos principais órgãos do poder, e iniciaram uma greve de fome. No dia 20, quando cerca de um milhão de pessoas se concentraram na praça em apoio aos manifestantes, o governo impôs a lei marcial.

Menos de um mês depois, no dia 3 de junho, o governo determinou que tropas e veículos blindados avançassem sobre a multidão. Estima-se que entre 2 mil e 5 mil pessoas foram mortas nos confrontos que se seguiram (o governo de Pequim só reconhece duzentas mortes). Diversos líderes dos protestos acabaram na prisão. Com isso, o governo chinês conseguiu sufocar o movimento pró-democracia no país.

Cnn/Via Getty Images



Jovem chinês bloqueia, sozinho, a passagem de uma coluna de tanques de guerra na praça da Paz Celestial, em Pequim, na China, em junho de 1989. Os tanques avançavam com o objetivo de impedir manifestações estudantis por democracia.

Sua opinião

Ao reprimir os estudantes, o governo chinês violou alguns dos princípios mais caros dos próprios fundadores do pensamento marxista e agiu

de forma totalitária e antiética. Em grupos, façam uma reflexão sobre a importância da democracia, da liberdade e da ética para o desenvolvimento integral da sociedade.

Organizando AS IDEIAS

ATENÇÃO: NÃO ESCREVA NO LIVRO. RESPONDA SEMPRE NO CADERNO.

1. De que modo os avanços tecnológicos contribuíram para acelerar o processo de globalização em fins do século XX?
2. Explique o fortalecimento dos blocos econômicos regionais entre as últimas décadas do século XX e o primeiro decênio do século XXI e sua relação com os Estados nacionais.
3. Relacione neoliberalismo e aumento de desemprego.
4. A crise econômica de 2008 foi provocada pelas transformações do mercado financeiro global. Explique de que modo a desregulamentação desse mercado, o crescimento do volume de negócios e a ampliação dos empréstimos no mercado imobiliário estadunidense foram fatores fundamentais para desencadear a crise.
5. Por que as medidas econômicas adotadas pelo governo da Europa e dos Estados Unidos diante da crise financeira de 2008 contrariam frontalmente os princípios do neoliberalismo?
6. A expansão do fundamentalismo islâmico tem sido tratada pela grande imprensa muitas vezes como um fenômeno cultural-religioso com origens na própria religião muçulmana. Elabore outra explicação para esse fenômeno tendo em vista o processo de globalização.

Hora DE REFLETIR

Para atacar o Iraque, os Estados Unidos e a Grã-Bretanha afirmaram que o governo desse país árabes ocultava em seu território armas de destruição em massa, o que nunca chegou a ser comprovado.

A afirmação anglo-americana pode ser considerada ética? Por ter provocado a queda de um ditador (Saddam Hussein), a Guerra do Iraque pode ser considerada justa?

Mundo virtual

- **Rede europeia antipobreza** – Site com dados estatísticos sobre a pobreza na Europa. Disponível em: <www.eapn.pt>. Acesso em: 18 jan. 2013.
- **Museu virtual da informática** – Site apresenta a evolução da informática ao longo dos tempos. Disponível em: <www3.dsi.uminho.pt/museuv>. Acesso em: 18 jan. 2013.
- **Museu virtual do cartum** – Site reúne trabalho de cartunistas de diversos lugares do mundo. Disponível em: <www.cartoonvirtualmuseum.org/i_abertura_f.htm> Acesso em: 18 jan. 2013.

Novos rumos para o Brasil

Andre Arruda/Sambaphoto

Raimundo Alves Borges, ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar de Buriticupu (MA), morto a tiros em abril de 2012.

Cacique Nísio Gomes, líder do povo guarani-kaiowá, assassinado em um acampamento indígena no município de Aral Moreira (MS), em dezembro de 2011.

Adelino Ramos, presidente do Movimento Camponeses Curumbiara, sobrevivente do massacre de Eldorado do Carajás, executado em Rondônia em maio de 2011.

José Cláudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo da Silva, casados, ambientalistas, emboscados e assassinados em Nova Ipixuna (PA), em maio de 2011.

Esses são apenas alguns dos muitos casos de violência no campo ocorridos no Brasil. Em comum, as vítimas lutavam pela preservação do

Arquivo Survival/Survival



Objetivos do capítulo

- Compreender as principais transformações socioeconômicas e políticas do Brasil a partir das duas últimas décadas do século XX.
- Conhecer aspectos da Constituição de 1988, fundamentais para o fortalecimento do regime democrático no Brasil.
- Compreender as disparidades e as contradições da sociedade brasileira atual, assim como identificar os desafios a serem vencidos.
- Reconhecer, no conceito que preside a unidade – *Ética* –, um importante valor universal de conduta, orientador das relações individuais e sociais.

meio ambiente, denunciavam as invasões de terra e o desmatamento ilegal, causando a ira de madeireiros e latifundiários. Na maior parte dos casos, a impunidade prevaleceu, pois os assassinos e seus mandantes permanecem soltos.

Ao mesmo tempo que o Brasil vive um período de desenvolvimento econômico e social, responsável por promover uma redução da pobreza e a diminuição das desigualdades, a violência no campo revela que ainda há muito a conquistar para que o Brasil seja um país mais justo e igualitário. Neste capítulo estudaremos essas contradições que marcam o Brasil contemporâneo.

Nísio Gomes, líder do povo guarani-kaiowá, assassinado a tiros por capatazes, em fotografia de 16 de novembro de 2011. Dezenove pessoas, entre fazendeiros, advogados e um secretário municipal, foram denunciadas pelo Ministério Público Federal por envolvimento com o crime.

1 A caminho da estabilidade política

Durante as últimas duas décadas, o Brasil atravessou um período de transformações que modificaram de maneira profunda o perfil da nação. Essas mudanças foram resultado de uma conjunção de fatores externos – como a inserção do Brasil no processo de globalização – e internos – como a definição de novas prioridades políticas, econômicas e sociais.

Uma das mudanças mais significativas nesse período ocorreu na esfera política. Como vimos em capítulos anteriores, o sistema político brasileiro demonstrou, ao longo de boa parte do período republicano, um elevado grau de instabilidade, que revelava a fragilidade da democracia brasileira e se traduzia em crises de governabilidade.

Nos primeiros cem anos da República, o direito da população ao voto, por exemplo, não foi plenamente respeitado. Até 1930, era restrito o número de pessoas que podiam votar; as fraudes eleitorais eram frequentes e o “voto de cabresto” impedia os cidadãos de escolherem livremente seus candidatos.

Além disso, em diversos momentos da história brasileira recente, o país encontrou-se sob formas autoritárias de exercício do poder: durante o Estado Novo (1937-1945) e sob o regime militar (1964-1985).

A superação de tal herança autoritária e a ruptura com a tradição golpista começou a tomar corpo na década de 1980, época em que a ditadura militar chegou ao fim e o poder voltou à sociedade civil.

O Brasil, de fato, conquistou finalmente estabilidade política. Ao contrário do que ocorreu muitas vezes no passado, a vontade do povo é agora respeitada. As regras da disputa democrática passaram a ser amplamente obedecidas e os candidatos vitoriosos nas urnas assumem seus mandatos de acordo com o que estabelece a legislação, sem a ameaça de golpes ou impedimentos decorrentes de suas escolhas ideológicas ou posições políticas.

Em 1992, por exemplo, o então presidente Fernando Collor (1990-1992) – primeiro presidente escolhido por meio de eleições livres e diretas desde 1960 – viu-se envolvido em uma série de denúncias de corrupção e tráfico de influência. A população foi às ruas para pressionar o Congresso a aprovar seu **impeachment**. Em setembro de 1992, para escapar do *impeachment*, Collor renunciou à Presidência da República.

A Constituição Cidadã

Promulgada em outubro de 1988, a atual Constituição é a mais longa da história do país, com 250 artigos. Ela foi a primeira Carta Constitucional brasileira a aceitar emendas populares. Assim, durante o período em que os constituintes se encontravam reunidos no Congresso discutindo a elaboração da nova legislação (de 1986 a 1988), grupos à esquerda e à direita do espectro político brasileiro – sindicatos, artistas, proprietários rurais, pastorais eclesíásticas, etc. – articularam-se e coletaram assinaturas com o objetivo de propor cláusulas a serem votadas pelos parlamentares.

André Penner/Editora Abril



Manifestantes ocupam o vale do Anhangabaú, no centro de São Paulo, durante mobilização a favor do *impeachment* do então presidente Fernando Collor de Mello, acusado de corrupção e tráfico de influência. Foto de 1992.

Essa mobilização foi fundamental para que a nova Carta apresentasse importantes avanços na área de direitos individuais e coletivos. Em razão dessas novas leis, o então presidente do Congresso, o deputado Ulisses Guimarães, chamou a Carta Magna de 1988 de *Constituição Cidadã* (veja a seção *Passado presente* a seguir).

Entretanto, passados mais de vinte anos desde que a nova Carta entrou em vigor, diversas garantias, como as que asseguram a efetiva aplicação das leis trabalhistas para todos os trabalhadores ou as que impedem a prática de violência por parte do Estado, nem sempre são cumpridas. Prova disso são as constantes denúncias de casos de pessoas que trabalham em regime análogo à escravidão ou de violências praticadas por policiais contra pessoas das camadas mais pobres da população.



Arl Lago/Arquivo da editora

O acesso à Constituição é direito de todo cidadão brasileiro. Na imagem, a impressão dos livros com o texto da Constituição brasileira de 1988, na gráfica do Senado, em Brasília – DF. Foto de outubro de 1988.

PASSADO **Presente**

Uma obra em andamento

Por decisão dos constituintes de 1988, diversos dispositivos da Constituição – como artigos, parágrafos ou incisos (subdivisão de um artigo de lei) – que necessitavam de mais discussões entre setores da sociedade seriam contemplados pela Carta Magna, mas sua regulamentação ocorreria posteriormente.

Assim, depois que a Constituição entrou em vigor, 352 dispositivos ficaram aguardando a edição de **leis ordinárias** ou complementares, entre eles os que preveem reformas nos sistemas político e tributário ou que abordam a regulamentação do direito de greve dos servidores públicos. Passados quase trinta anos desde sua promulgação, 250 dispositivos já foram regulamentados, mas outros 117 ainda aguardavam, em 2012, a aprovação de suas respectivas leis por parte do Congresso. Desse total, quarenta dispositivos nem sequer contavam com algum tipo de proposta a ser debatida entre os parlamentares.

Ao mesmo tempo, desde 1988 a Constituição brasileira sofreu mais de sessenta emendas que alteraram dispositivos aprovados pelos constituintes. Uma das mais significativas foi a emenda número 16, aprovada em junho de 1997, que reduziu de cinco para quatro anos o mandato do presidente, dos governadores e dos prefeitos. Essa emenda introduziu também a possibilidade de reeleição desses governantes para um segun-

do mandato consecutivo. Veja a seguir outras novidades estabelecidas pela Carta Magna de 1988.

- Fim da censura prévia às artes e aos meios de comunicação.
- Proibição à tortura.
- Criação do *habeas data*, instrumento jurídico que permite a qualquer pessoa ter acesso às informações a seu respeito em poder de órgãos públicos.
- Ampliação da licença-maternidade para 120 dias e criação da licença-paternidade, de cinco dias.
- Jornada de trabalho semanal máxima de 44 horas.
- Aplicação da reforma agrária em terras consideradas improdutivas.
- Eleições para cargos executivos (presidente, governadores e prefeitos de cidades com mais de 200 mil habitantes) em dois turnos, caso nenhum candidato obtenha a maioria absoluta (50 por cento mais um) dos votos no primeiro turno.
- Voto facultativo para jovens de 16 a 18 anos.

Sua opinião

Em duplas ou trios, discutam se os direitos aprovados na Constituição de 1988 são ou não respeitados em nosso país. Num cartaz, faça uma coluna enumerando os direitos que você considera ser respeitados atualmente e outra com os direitos que, em sua opinião, ainda não estão garantidos para a maioria da população. Apresente o resultado à classe e debata o assunto.

2 A década perdida

Entre meados dos anos 1980 e meados da década de 1990, o Brasil enfrentou uma profunda crise econômica e financeira. Ela foi marcada pelos elevadíssimos índices inflacionários, pelo aumento da dívida externa e por uma grande recessão, que provocou a queda da taxa de crescimento da economia brasileira, o aumento do desemprego e a diminuição do poder aquisitivo da população. A crise foi tão profunda que muitos analistas econômicos denominam esse período de “década perdida”. O que aconteceu para a economia brasileira chegar a uma situação como essa?

A crise foi desencadeada por diversos fatores, mas pode-se dizer que esteve intimamente relacionada ao processo de endividamento externo verificado no país na década de 1970.

Como vimos no capítulo 16, durante a ditadura militar o governo brasileiro adotou um modelo de desenvolvimento que tinha como uma de suas bases a intervenção do Estado na economia. Uma das expressões dessa intervenção era uma política protecionista que, visando defender a indústria nacional da concorrência estrangeira, restringia a entrada de produtos importados no país. Para estimular a indústria nacional, o Estado oferecia grandes subsídios à iniciativa privada. Além disso, diversas empresas pertenciam ao Estado (as chamadas *estatais*, que atuavam em setores diferenciados da economia, como siderurgia, geração de energia, telefonia, etc.).



Consumidora passa por prateleiras vazias em supermercado na capital de São Paulo, em 1986. Naquele ano, para conter a inflação, o governo decretou um plano econômico que congelou preços e salários. Muitos comerciantes, impossibilitados de remarcar os preços das mercadorias, preferiram não expor seus produtos à venda.

Para assegurar o aporte financeiro necessário à expansão da indústria nacional, o governo captou junto a bancos estrangeiros elevadas somas de dinheiro a juros baixos. Entretanto, no final da década de 1970, uma conjunção de fatores pôs em xeque tal política.

Em 1979, houve uma elevação muito grande das taxas de juros internacionais. Isso fez com que os juros da dívida externa brasileira disparassem, aumentando significativamente o montante a ser pago pelo país aos bancos credores internacionais.

Nessa época, os Estados Unidos – então o principal parceiro comercial do Brasil – passavam por um período de profunda recessão. Por essa razão, o governo estadunidense diminuiu seus gastos com a compra de artigos importados, entre eles os produtos oriundos do Brasil. Essa decisão fez com que a **balança comercial** do Brasil entrasse em **deficit**, ou seja, os gastos do país com as importações tornaram-se maiores do que o montante arrecadado com as exportações.

Para piorar ainda mais esse quadro deficitário, os países árabes exportadores de petróleo promoveram, em 1979, um novo aumento no preço do barril de petróleo, o que elevou ainda mais as despesas brasileiras, uma vez que o Brasil era bastante dependente da importação desse produto.

A luta contra a inflação

Tudo isso agravou a crise econômica do país. A produção industrial caiu, o **deficit** público aumentou e a **inflação** passou a crescer em um ritmo cada vez maior. A dívida externa brasileira, que em 1969 era de 4,3 bilhões de dólares, em 1990 havia saltado para 124 bilhões de dólares. A partir de 1979, a taxa de inflação permaneceu sempre com índices superiores a 50 por cento ao ano. Em 1985, ano em que José Sarney – primeiro civil a governar o Brasil desde 1964 – assumiu a Presidência, a inflação anual já ultrapassava a casa dos 200 por cento.

Cinco anos mais tarde, em março de 1990, quando Sarney foi substituído no poder por Fernando Collor, a inflação já era da ordem de 84 por cento ao mês. Assim, o preço das mercadorias quase dobrava entre o começo e o fim de cada mês. Mantida nesses níveis, a inflação anual projetada para 1990 chegava a 5 mil por cento. Esse índice estimulava a especulação financeira, promovendo maior concentração de renda nas mãos de poucos. Ao mesmo



Otávio Magalhães/Agência Estado

Os altos índices inflacionários promoviam a rápida desvalorização da moeda brasileira. Nessa foto de 1994, funcionários da Casa da Moeda queimam antigas cédulas do cruzeiro real, moeda que vigorou entre agosto de 1993 e junho de 1994, quando foi substituída pelo real.

tempo, crescia a pobreza no país, pois o salário dos trabalhadores não acompanhava o ritmo com que aumentavam os preços, diminuindo, mês após mês, seu poder de compra.

Para tentar conter o aumento dos preços, entre 1986 e 1993 o governo brasileiro colocou em prática uma série de planos de estabilização econômica que, em geral, praticavam o controle de preços e salários. Entretanto, o resultado desses planos era temporário: em geral, a inflação permanecia baixa por alguns meses e pouco tempo depois voltava a subir, corroendo novamente os salários.

A estabilidade econômica só seria alcançada durante o governo do presidente Itamar Franco (1992-1994), que sucedeu o presidente Collor quando este renunciou, após ter sofrido processo de *impeachment* em 1992.

Em 1993, o governo Itamar pôs em prática o Plano Real, que, ao contrário dos planos anteriores, previa uma diminuição gradativa dos índices inflacionários. Em 1994, o cruzeiro real foi substituído pelo *real*, moeda que circula no Brasil atualmente.

A estabilidade alcançada pela moeda e o controle da inflação fizeram com que o então ministro da Fazenda do governo Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso (FHC), se tornasse conhecido em todo o país. Lançado como candidato a presidente, venceu o pleito de 1994 e foi reeleito em 1998, derrotando em ambas as ocasiões, ainda no primeiro turno, seu principal adversário, o ex-metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva.

Com a estabilização da moeda, o governo brasileiro pôde colocar em prática uma série de medidas complementares – como a reorganização das regras do sistema bancário e a renegociação das dívidas dos governos estaduais –, de modo a fortale-

cer a economia. Uma das mais significativas entre essas medidas foi a *Lei da Responsabilidade Fiscal*, aprovada em 2000, cujo objetivo é impedir que prefeitos, governadores e o próprio presidente da República gastem mais do que o estabelecido pelo orçamento público.

Nas últimas décadas, a economia brasileira melhorou. Em 2004, no primeiro governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006), o Produto Interno Bruto brasileiro teve uma expansão de 5,71 por cento; em 2010, o crescimento chegou a 7,5 por cento.

Como resultado, o desemprego diminuiu. Ao mesmo tempo, o poder aquisitivo de setores das camadas mais pobres da população cresceu. Entre 2003 e 2011, mais de 40 milhões de pessoas ascenderam das camadas mais baixas da sociedade para a chamada classe média. São pessoas com renda familiar média em torno de 600 dólares, que passaram a consumir cada vez mais bens e serviços aos quais até então não tinham acesso.

De acordo com um estudo da Fundação Getúlio Vargas realizado em 2012, a classe média já representa mais da metade da população brasileira (55,5 por cento). Em 2002, ela representava 44,19 por cento da população. Para muitos economistas, o crescimento do consumo interno tem sido o principal motor da expansão econômica do Brasil no final da primeira década do século XXI.



Maurício Alexandre/IMP/D.A. Press

O acesso ao crédito contribui para a movimentação da economia. Centros comerciais como *shoppings centers* costumam concentrar as atividades de compra e venda e têm alta circulação de consumidores em temporadas como o Natal. Foto de *shopping center* em São Luís do Maranhão, em dezembro de 2012.

Essa retomada do crescimento econômico brasileiro, aliada a outros fatores, fez com que Jim O’Neill, economista de um dos principais bancos de investimento do mundo, afirmasse que o Brasil, ao lado da Rússia, da Índia e da China, encontra-se entre as quatro principais economias emergentes do mundo, com grandes possibilidades de se configurar como potência econômica e política até 2020 (sobre essa questão, releia o capítulo 18).

Aliado à expansão do consumo, o saldo positivo da balança comercial brasileira permitiu que o Brasil atravessasse a crise econômica de 2008 mais fortalecido do que outros países. E até a dívida externa, que por mais de uma década foi apontada como uma das principais responsáveis pela crise do país, diante das mudanças observadas nesse período, saiu do centro das atenções.

Em 2008, o governo brasileiro anunciou que sua reserva de divisas havia superado a dívida externa. Ou seja, em vez de devedor, o Brasil se tornou, pela primeira vez, país credor no cenário econômico mundial. Assim, em junho de 2009, o país emprestou 10 bilhões de dólares ao Fundo Monetário Internacional, que, no passado, foi um de seus principais credores.

Política protecionista

No início dos anos 1980, a economia do Brasil era uma das mais fechadas do mundo. Como vimos, desde a década anterior, o governo praticava uma política protecionista que restringia de maneira significativa a entrada de produtos estrangeiros no país.

Para impedir que a concorrência internacional prejudicasse a expansão da indústria nacional, os produtos estrangeiros sofriam uma alta tributação, o que tendia a elevar seus preços. Além disso, vigorava no país a *Lei do similar nacional*. Essa lei proibia a importação de artigos estrangeiros caso houvesse algum similar produzido no Brasil. A lei não levava em conta a qualidade do produto. Assim, mesmo que o artigo estrangeiro fosse melhor do que o nacional, sua entrada no país era proibida. Essa proibição acabava estimulando a prática do contrabando.

A política protecionista produziu reflexos na indústria. De modo geral, o parque industrial brasileiro encontrava-se desatualizado do ponto de vista tecnológico: as fábricas funcionavam com equipamentos obsoletos, e muitos produtos deixavam a desejar em termos de qualidade. A competitividade industrial era limitada. O consumo, por sua vez, era baixo, em parte pela pobreza de amplos setores da popu-

lação, em parte pela deterioração dos salários causada pela inflação. Tudo isso fazia com que a maior parte dos empresários não se preocupasse em modernizar seus empreendimentos nem em expandir a capacidade de produção de suas empresas. Eles preferiam investir seu capital na especulação financeira, que garantia lucros extremamente atraentes em razão dos altos índices inflacionários.

Não bastasse tudo isso, os investimentos públicos na área de infraestrutura haviam caído ao longo dos anos 1980, bem como a qualidade dos serviços públicos em setores estratégicos, como saúde e educação. Em 1985, quando José Sarney assumiu a presidência, as rodovias careciam de manutenção, e a capacidade da rede telefônica estava muito aquém das necessidades da população.

Arquivo/Agência Estado



Trecho esburacado e mal sinalizado da rodovia Washington Luís, na região de Campinas, no estado de São Paulo. A rodovia foi privatizada em 1996. Foto de 1983.

3 Neoliberalismo no Brasil

Esse quadro se modificou de maneira mais significativa a partir de 1990, quando Fernando Collor assumiu a presidência. Seguindo os princípios do neoliberalismo econômico, o governo do novo presidente estimulou a abertura do mercado ao comércio exterior, sob o argumento de que as empresas brasileiras precisavam se adequar às novas necessidades do mercado mundial, cada vez mais globalizado. Para tanto, foram reduzidas as taxas de importação e eliminadas as restrições à entrada de produtos estrangeiros no Brasil.

Em pouco tempo, artigos vindos de diferentes partes do mundo chegaram às lojas do país, fazendo com que muitos se interessassem em adquiri-los. Os empresários brasileiros, de fato, constataram que, se não modernizassem seus processos produtivos e não aprimorassem a qualidade de seus produtos, enfrentariam sérias dificuldades para competir com os concorrentes estrangeiros, que chegavam a preços mais baixos que os similares nacionais.

Diante dessa realidade, os empresários interessados em continuar no mercado viram-se obrigados a investir na área de automação. Entretanto, se essas mudanças promoveram a modernização do parque industrial e tornaram as empresas brasileiras mais competitivas, para muitos trabalhadores essas novidades significaram desemprego.

Diversas empresas não aguentaram a concorrência e fecharam, deixando grande número de pessoas sem trabalho. Outras, como forma de diminuir os custos de produção, demitiram funcionários e contrataram empresas especializadas para fazer os serviços que seus antigos funcionários faziam, livrando-se, dessa maneira, de encargos trabalhistas e outras despesas – prática conhecida pelo nome de **terceirização**. Ocorreram também fusões de empresas, processo que contribuiu para o aumento do desemprego.

A hora das privatizações

Ainda segundo os preceitos do neoliberalismo, o governo do presidente Collor deu início à privatização de empresas estatais, sob a alegação de que elas eram deficitárias e pouco competitivas. O *Programa Nacional de Desestatização*, criado em 1990 para esse fim, permitia que empresas estrangeiras participassem do processo de compra das estatais à venda.

Essa política privatizante foi aprofundada ainda mais durante os dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-1998; 1999-2002). De fato, o governo FHC autorizou a venda de diversas estatais, entre elas a Companhia Vale do Rio Doce, uma das maiores empresas produtoras e exportadoras de minério de ferro do mundo, e a Companhia Siderúrgica Nacional de Volta Redonda.

O governo FHC privatizou também certas concessões de serviços públicos, como os prestados na área de telecomunicações, energia elétrica, rodovias, portos, etc. Além disso, bancos estaduais foram federalizados e depois vendidos à iniciativa privada. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre 1995 e 2002, 53 por cento de todo o montante arrecadado com as privatizações veio do capital estrangeiro.

Rio de Janeiro, 1997. Estudantes se reúnem no centro da cidade em protesto contra o leilão de privatização da mineradora Vale do Rio Doce, estatal criada em 1942. Apesar dos protestos, a empresa foi privatizada.

As privatizações sofreram críticas principalmente de setores de esquerda. Representantes desses setores afirmam que o governo FHC transferiu para a iniciativa privada o controle de empresas lucrativas (como a Vale do Rio Doce) ou de áreas estratégicas da economia, enfraquecendo, assim, a soberania nacional e privilegiando a concentração do poder econômico nas mãos de um número reduzido de megaempresas.

Respondendo aos críticos, o governo alegou que as empresas vendidas eram pouco eficientes e incapazes de enfrentar a concorrência em uma economia globalizada. Além disso, argumentou que as privatizações melhorariam a qualidade dos serviços prestados à população.

4 A prioridade do social

Ao assumir a Presidência em janeiro de 2003, Luiz Inácio Lula da Silva tornou-se a primeira pessoa oriunda dos meios operários – e não da elite – a alcançar o cargo mais elevado do Executivo nacional. Mais do que isso, pela primeira vez a população elegeu o líder de um partido de esquerda para conduzir os rumos da nação, fato que atemorizou os grupos mais conservadores.

O governo do presidente Lula, entretanto, procurou seguir, em muitos aspectos, a política econômica neoliberal de seu antecessor. Diante disso, diversos grupos de esquerda que apoiaram a candidatura de Lula romperam com o seu governo ainda durante o primeiro mandato.



Rosane Marinho/Folha Imagem/Folhapress

Ao mesmo tempo, o governo Lula pôs em prática uma política voltada para uma melhor distribuição de renda, de modo a promover uma diminuição das desigualdades sociais. Dessa forma, aumentou o salário mínimo, reajustando-o com base em índices superiores aos da inflação, e implantou o *Bolsa Família*, programa de transferência de renda para famílias em situação de pobreza ou de miséria. Mais de 13,5 milhões de famílias encontravam-se contempladas pelo programa no início de 2013. A contrapartida para ter direito ao benefício é manter as crianças na escola e vaciná-las de acordo com o calendário anual de vacinação.

No início, muitas pessoas afirmavam que o Bolsa Família tinha caráter assistencialista. Segundo esses críticos, o programa promoveria uma “acomodação” das camadas mais baixas da sociedade, uma vez que seus beneficiários ficariam satisfeitos com a verba complementar recebida do governo e não procurariam ascender socialmente por meio do trabalho. Em resposta, o governo argumenta que esse conjunto de medidas permitiu reduzir pela metade o índice de miseráveis no país. Apesar disso, as desigualdades sociais permanecem latentes.

Brasil, Belíndia

Na década de 1970, o economista Edmar Bacha criou uma expressão para caracterizar as enormes desigualdades sociais que separam ricos e pobres no Brasil: *Belíndia*, uma exótica mistura de Bélgica e Índia. Segundo ele, o Brasil reunia uma pequena e rica Bélgica, formada pelas camadas de alta renda, e uma imensa e pobre Índia, na qual viviam milhões de pessoas que integram as camadas de baixa renda. Quase quatro décadas depois, apesar dos avanços verificados no Brasil nos últimos tempos nos mais variados campos da sociedade, pode-se dizer que esse quadro ainda persiste.

Em capítulos anteriores, já nos referimos ao *Índice de Desenvolvimento Humano* (IDH), divulgado anualmente pelo *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento* (Pnud). Trata-se de um indicador que avalia o desenvolvimento social e o bem-estar de quase todos os países. Esse índice varia de 0 a 1: quanto mais próximo de 1, mais desenvolvido é o país. Entre os quesitos analisados, encontram-se a taxa de analfabetismo, a expectativa de vida e a renda da população.



Tasso Sarraf/Folhapress

Membros do movimento sem-terra comparecem a funeral do casal de extrativistas José Claudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo da Silva, no cemitério da Saudade, em Marabá, no estado do Pará. Ambos foram mortos a tiros em área do Projeto de Assentamento, em 24 de maio de 2011.

Desde 2007, o Brasil pertence ao grupo de países de alto desenvolvimento humano (até então, era considerado um país de desenvolvimento humano médio). Porém, em 2011, entre as 184 nações investigadas, o Brasil ficou em 75º lugar, com o índice 0,718. A classificação pode ser considerada baixa, principalmente se levarmos em conta que a economia brasileira, medida pelo tamanho do Produto Interno Bruto (PIB), está entre as sete maiores do mundo.

Nos últimos anos, como vimos, um dos avanços mais significativos do Brasil na área social foi na redução da pobreza. Entre 2001 e 2011, os 10% mais pobres do país tiveram um crescimento de renda acumulado em 91,2%, enquanto a parcela mais rica da população obteve, nesse mesmo período, um crescimento de 16,6%. De acordo com a pesquisa, estatisticamente, o Brasil atingiu, em 2011, o menor nível de desigualdade de sua história.

Apesar disso, a concentração de renda, embora venha diminuindo, continua a ser uma das mais elevadas do mundo. Enquanto 1 por cento da população (que representa cerca de 516 mil domicílios) detém 12,5 por cento de toda a riqueza no país, no outro extremo, os 50 por cento mais pobres (cerca de 28 milhões de residências) dividem entre si apenas 14,7 por cento dessa riqueza. Segundo cálculos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o que um cidadão pobre gasta durante um ano equivale ao que uma pessoa do grupo mais rico (1 por cento da população) gasta em três dias.

Também é grande no país a concentração fundiária. Um dos critérios utilizados para medi-la é o *Coefficiente de Gini*. Assim como o IDH, ele também varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 0, mais igua-

litário é o país. Segundo o último Censo Agropecuário, divulgado em 2006, o índice de Gini do campo no Brasil é 0,854. Isso significa que a maior parte das terras do Brasil encontra-se nas mãos de um reduzido grupo de pessoas. Trata-se de um dos mais altos índices de concentração fundiária do mundo. Esse número é praticamente o mesmo obtido no Censo Agropecuário de 1985 e tal concentração fundiária contribui para agravar a violência no campo.

Os números negativos, infelizmente, não param por aí. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2012, cerca de 12,9 milhões de brasileiros com mais de 15 anos são analfabetos. A maior parte dessas pessoas (6,8 milhões) vive no Nordeste. Outros 30 milhões sabem ler e escrever de maneira muito rudimentar – são os chamados analfabetos funcionais. Na América, apenas seis países têm índices de analfabetismo tão elevados quanto os do Brasil. Entre eles, encontram-se algumas das nações mais pobres do continente, como a Bolívia e o Haiti.

Embora o trabalho infantil venha diminuindo, de acordo com dados de 2009 do IBGE, ainda existem cerca de 4,3 milhões de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos (9,8 por cento do total) que são obrigados a trabalhar, muitos deles em atividades insalubres e estafantes. Em 2002, esse número chegava a 5,4 milhões (12,6 por cento do total).

As mulheres continuam vítimas do preconceito, recebendo salários até 30 por cento inferiores aos dos homens e com menos oportunidades de emprego no mercado de trabalho. Situação semelhante enfrentam negros e pardos: além de seus salários serem inferiores aos dos brancos, eles têm menos acesso à educação e à saúde e estão mais sujeitos ao desemprego. Tal situação reforça os argumentos de quem defende a implementação de políticas públicas dirigidas à população negra com o objetivo de garantir uma maior igualdade de oportunidades.

Quanto aos indígenas, eles não apenas lutam por maior agilidade no processo de demarcação de suas terras, mas também têm seus direitos desrespeitados, com a *invasão** de seu território por fazendeiros, madeireiras, garimpeiros e posseiros. Como se não bastasse, ainda sofrem com a propagação de doenças transmitidas pelos não indígenas e para as quais não têm autodefesa.

* Veja o documentário *Corumbiara*, de Vincent Carelli, 2009.

5 Por uma nação mais ética e democrática

Outro grave problema é a *violência urbana**. Roubos, assassinatos, seqüestros e estupros estão entre os principais crimes verificados nas grandes cidades. Entre os diversos fatores que contribuem para a violência estão a *desigualdade social**, o desemprego, o uso de álcool e de *drogas**, a sensação de impunidade e a ineficiência da polícia (veja boxe na página 247).

* Veja o filme *Cidade de Deus*, de Fernando Meirelles, 2002; o documentário *Ônibus 174*, de José Padilha, 2004, e leia a história em quadrinhos *A paz pede passagem*, de Fabio Yabu, no *Mangá tropical*, Via Lettera.

* Veja o filme *Cronicamente Inviável*, de Sérgio Bianchi, 2000, e o documentário *Morro da Conceição*, de Cristiana Grumbach, 2005.

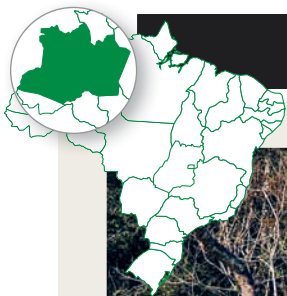
O Brasil também está entre as nações com os mais altos índices de mortes por arma de fogo do mundo. Segundo o Ministério da Saúde, todos os anos mais de 34 mil pessoas morrem baleadas no país. Ainda assim, 17 milhões de armas de fogo circulam pelo país, 85 por cento das quais estão nas mãos de civis.

* Veja o documentário *Falcão – Meninos do tráfico*, de Celso Athayde e MV Bill, 2006.

Leonardo Carvalheiro/Folha Imagem/Folhapress



Indígenas de diferentes etnias promovem protesto em Brasília, em janeiro de 2010, contra decreto que extingue administrações e postos da Funai, órgão do governo encarregado de cuidar de diversas questões indígenas.



Vitórias-régias, planta aquática típica da região amazônica, em Manaus (AM). Foto de 2010.

Luís Salviatore/Pulsar Imagens

Onde o meio ambiente fala mais alto

O Brasil responde por 12 por cento de toda a vida natural da Terra. A maior parte das espécies animais e vegetais dessa biodiversidade encontra-se na Floresta Amazônica, que cobre metade do território brasileiro e ainda se espalha por outros oito países da América do Sul.

Com 1,5 milhão de quilômetros quadrados, o Amazonas tem todo o seu território no interior da Floresta Amazônica. Maior estado brasileiro, nele se encontra a bacia do rio Amazonas, responsável por um quinto de toda a água doce do mundo. A bacia hidrográfica do estado é muito grande, e a maior parte da população que vive em seus 62 municípios é ribeirinha. Como muitas regiões sofrem cheias periódicas, é comum encontrar residências construídas sobre palafitas à beira de rios. Os barcos são o principal meio de transporte dos amazonenses.

Um dos animais encontrados na região é o boto-cor-de-rosa, mamífero que chega a atingir 2,5 metros de comprimento e vive na parte rasa dos rios. Em torno desse animal existem muitas lendas contadas pelas populações ribeirinhas. Numa delas, diz-se que, nas noites de lua cheia de junho, o

boto sai do rio e se transforma num homem que seduz a moça mais bonita que encontrar.

Um dos destaques do estado é o município de São Gabriel da Cachoeira, localizado a mil quilômetros de Manaus, já na fronteira com a

Colômbia e a Venezuela. Caracteriza-se por ser o município brasileiro com maior participação de indígenas na população: nada menos do que 90 por cento. Na cidade, além da língua portuguesa, outros três idiomas indígenas são considerados cooficiais: o *nheengatu*, o *tukano* e o *baniwa*.

Entre os meses de setembro e outubro, o município promove o Festibal – Festival Cultural das Tribos do Alto Rio Negro –, quando indígenas de diferentes etnias se reúnem para apresentar danças, rituais, competições esportivas e comidas típicas da culinária indígena, como o quiampira, um caldo de peixe cozido com massa de japurá – uma fruta típica da região –, tucupi – extraído da mandioca – e uma boa quantidade de pimenta-malagueta.

A forte presença indígena no estado deixou sua marca em várias manifestações culturais. Uma delas é a Festa do Boi, que acontece todos os anos na última semana de junho na cidade de Parintins, a 325 quilômetros da capital. Suas origens estão relacionadas ao tradicional folguedo do boi-bumbá. Dois grupos disputam a preferência popular, o Boi Caprichoso, cujas cores tradicionais são azul e branco, e o Boi Garantido, de cores vermelha e branca. O palco da festa é a arena do “Bumbódromo”. As fantasias, os temas das músicas e as coreografias do folguedo têm forte influência indígena.

Na capital amazonense, um dos destaques são as construções do final do século XIX, erguidas na época em que Manaus se desenvolveu com a riqueza proporcionada pela borracha. Um exemplo é o Teatro Amazonas, inaugurado em 1896.

Brincos produzidos pelos Yanomami, 2005.



Renato Soares/Acervo Memorial da América Latina/Pulsar Imagens

Ao lado dessas manifestações de violência que dilaceram a sociedade, outra forma de crime corrói boa parte de nossas instituições: a corrupção, que se manifesta nas esferas pública e privada. De acordo com uma pesquisa feita em 2012 pela *Transparência Internacional*, ONG que avalia a corrupção em 176 países, o Brasil encontra-se em 69º lugar no *ranking* das nações menos corruptas do mundo. Em uma escala de 0 a 100, na qual o zero indica o país mais corrupto, a nota do Brasil foi de apenas 43.

Na área ambiental, a devastação do Cerrado e da Floresta Amazônica – região na qual se encontra a maior biodiversidade do planeta (veja a seção *Patrimônio e diversidade*) –, vem chamando a atenção de toda a comunidade internacional. Boa parte dessa área está sendo usada para a agropecuária. Como resultado desse desmatamento, o Cerrado

brasileiro já perdeu 48 por cento de sua cobertura vegetal original.

Na região amazônica, o desmatamento se deve, principalmente, à ação de madeireiras clandestinas e às queimadas praticadas por fazendeiros que pretendem plantar soja ou criar gado na região.

Enfim, ainda há muito a ser feito em nosso país: acabar com as profundas desigualdades sociais, combater a corrupção, extinguir a violência, erradicar todas as formas de preconceito. Em poucas palavras, garantir plenas condições de vida para a população em seu conjunto e não apenas para um grupo de privilegiados.

E isso não é uma tarefa que diga respeito apenas ao Estado. Todos nós – mulheres e homens, negros e brancos, indígenas e mestiços, jovens e idosos – temos nossa parcela de responsabilidade nesse contínuo processo de construção de uma nação mais ética, justa e democrática.

A Lei Maria da Penha

Como se não bastasse o preconceito de que são vítimas e a violência urbana, muitas mulheres são obrigadas a conviver com a violência dentro de suas próprias casas. Dados levantados pela Fundação Perseu Abramo revelam a gravidade da situação: 43 por cento das mulheres brasileiras já confirmaram ter sofrido algum tipo de violência por parte do marido, parceiro, namorado ou de pessoas com quem já tiveram e não têm mais relações afetivas.

As agressões mais comuns são tapas, empurrões, xingamentos, violência moral e psicológica. Há também inúmeros registros de ameaças à integridade física de mulheres. Não são raros, ainda, os casos de mulheres trancadas em suas residências, impedidas de sair à rua.

De acordo com a pesquisa, a cada quinze segundos, uma mulher é espancada no país. Entretanto, muitas mulheres, com medo de sofrer novas agressões, ou envergonhadas pela situação, nem sempre levam esses fatos ao conhecimento da polícia.

Uma nova lei, em vigor desde 2006, pode servir de estímulo para que denúncias do gênero se tornem mais frequentes. Trata-se da *Lei Maria da Penha*, que tipifica como crime esse tipo de violência doméstica. Agora, o agressor pode ser condenado a até três anos de prisão.

A lei prevê diversas medidas que visam a proteção da mulher, entre elas a que obriga o agressor a sair de casa e garante a proteção dos filhos. A lei determina também que a mulher agredida pode fi-

car até seis meses afastada do trabalho sem perder o emprego, caso seja constatada a necessidade de preservação de sua integridade física ou psicológica.

O governo colocou à disposição de toda a população o telefone 180, que funciona 24 horas por dia, inclusive nos fins de semana e feriados, para receber denúncias e fornecer orientação a quem queira denunciar alguma violência contra mulheres.

Fonte: Pesquisa Fundação Perseu Abramo. *Violência contra a mulher*. Disponível em: <www.especiais.com.br/pesquisa_abramo.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2013.

Alan Marques/Folha Imagem/Folhapress



Vítima de diversas agressões por parte do ex-marido, Maria da Penha Maia Fernandes ficou parapléica ao ser baleada por ele em uma tentativa de assassinato. Sua luta pela condenação do ex-marido levou o governo a aprovar, em 2006, a Lei Maria da Penha, que visa coibir a violência doméstica. Na foto, Maria da Penha em 2008.

De olho no mundo

Há uma noção muito difundida de que a sociedade brasileira é profundamente machista, como se pode verificar pelos dados de violência contra a mulher que motivaram a criação da Lei Maria da Penha. Para muitos estudiosos, como o machismo é um dado cultural enraizado na formação histórica de nossa sociedade, é muito difícil eliminá-lo; outros acreditam que ações políticas e campanhas educativas podem reverter as concepções e práti-

cas machistas entre as novas gerações. Reúna-se com seu grupo de colegas e, juntos, façam uma pesquisa sobre esse tema. Tragam para a sala de aula artigos, reportagens e textos em geral que contribuam para compreender melhor o problema. No final, participem de uma reflexão com a classe inteira, respondendo à seguinte pergunta: quais seriam as estratégias mais eficazes para combater o machismo e ampliar a igualdade entre homens e mulheres no Brasil?

Organizando AS IDEIAS

ATENÇÃO: NÃO ESCREVA NO LIVRO. RESPONDA SEMPRE NO CADERNO.

1. O atual sistema político brasileiro se caracteriza pela estabilidade e pelo respeito aos processos eleitorais. Por que podemos afirmar que esse é um traço recente da nossa história política?
2. A Constituição Cidadã, promulgada em 1988, trouxe conquistas no campo dos direitos individuais e coletivos. Indique quais foram essas conquistas.
3. Explique a profunda crise econômica e financeira dos anos 1980, tendo em mente o modelo de crescimento adotado pelo governo durante o regime militar.
4. O que o fim do protecionismo e a abertura do mercado na década de 1990, sob o governo de Fernando Collor, representaram para a economia brasileira?
5. O combate à inflação foi um tema central na política econômica brasileira das décadas de 1980 e 1990. Apesar dos vários planos econômicos, ela só foi controlada em 1994, com o Plano Real. Indique quais foram os resultados políticos e econômicos do controle da inflação obtido com o Plano Real.
6. Faça uma síntese do desempenho da economia brasileira durante a primeira década do século XXI.
7. Com base na leitura do capítulo, faça um balanço dos avanços sociais e dos limites do governo Lula.
8. “Belíndia”, uma mistura de Bélgica e Índia, foi o estranho nome cunhado pelo economista Edmar Bacha, nos anos 1970, para caracterizar as enormes desigualdades que separam ricos e pobres no Brasil. Em sua opinião, esse quadro ainda persiste? Explique sua resposta.

Interpretando DOCUMENTOS

Onde estaremos daqui a um século?

O texto a seguir foi extraído do livro *O banqueiro dos pobres*, escrito pelo economista Muhammad Yunus, vencedor do Prêmio Nobel da Paz de 2006. Yunus criou em Bangladesh um banco especializado em microcrédito para pessoas pobres. Seu objetivo é combater a pobreza por meio do financiamento de atividades profissionais de baixo custo. No texto que você vai ler, o autor reflete sobre os destinos da humanidade para os próximos séculos. Leia-o, reflita sobre ele e responda às questões.

Referimo-nos ao “próximo século” como se estivéssemos falando das próximas 24 horas. Mas o próximo século significa os próximos cem anos. Não acredito que alguém tenha algum conhecimento ou sabedoria para prever o que irá acontecer com o mundo e com os seus habitantes nos próximos cem anos. O mundo está mudando de forma imprevisível e continuará a se tornar cada vez mais imprevisível à medida que avançamos no tempo. A única coisa que podemos afirmar com certeza é que a mudança terá uma velocidade cada vez maior –

que jamais se desacelerará. Considerando todo o conhecimento acumulado, descobertas e invenções ocorridas até o final do século XX, eu diria que nos próximos cinquenta anos essa somatória já se terá multiplicado várias vezes. É desse tipo de velocidade incrível que estamos tratando.

Se de algum modo pudéssemos retroceder em cem anos, certamente nos sentiríamos como visitantes da Pré-História. E para tentarmos imaginar como será o mundo daqui a 25 anos teríamos de fazer ficção científica – não há outro modo.

O impulso para a mudança está presente. A insaciável busca do conhecimento, o desconhecido, a ânsia das empresas por colocar a tecnologia a serviço dos clientes e a corrida armamentista ajudaram a criar esse impulso. Para mim, a questão que realmente importa é se essas mudanças colocarão a espécie humana próxima das coordenadas sociais e econômicas desejadas ou a afastarão dos locais desejados [...].

A resposta é óbvia. Se nos consideramos passageiros dessa nave espacial chamada Terra, é claro que estamos à deriva, sem piloto nem plano de rota, numa viagem sem destino. Se pudermos nos convencer de que na verdade somos a tripulação dessa nave, com a missão de levá-la a um destino socioeconômico específico, então continuaremos a nos aproximar desse destino mesmo se no caminho cometermos alguns enganos ou formos forçados a fazer algum desvio.

Precisamos saber qual é o nosso destino – se não de modo específico, pelo menos num sentido amplo. Precisamos continuar a buscar o destino exato, criar o consenso sobre ele. Se formos bem-sucedidos nessa definição, mais inovações e mudanças ocorrerão para ajudar-nos a alcançar esse destino. Antes de efetivamente convertemos algo em realidade, precisamos ser capazes de sonhá-lo. Qualquer sonho socioeconômico é exatamente a indicação do nosso destino no mapa.

Extraído de: YUNUS, Muhammad.
O banqueiro dos pobres.
São Paulo: Ática, 2008. p. 280-281.

1. Explique a afirmação de Yunus: “Se de algum modo pudéssemos retroceder em cem anos, certamente nos sentiríamos como visitantes da Pré-História”. Por que essa afirmação nos ajuda a compreender como será o mundo nos próximos cem anos?
2. Yunus afirma que há duas formas de compreender nossa experiência na Terra: como passageiros ou como tripulantes de uma nave espacial. Explique essa metáfora utilizada por ele para se referir ao futuro da humanidade.
3. Yunus afirma que a humanidade deveria caminhar em direção a um “destino exato, criar o consenso sobre ele”. Na sua opinião, existem experiências, instituições ou pessoas que lutam por esse destino? Cite alguns exemplos e reflita sobre como podemos contribuir para trilhar o caminho indicado por Yunus.

Hora DE REFLETIR

Em sua opinião, a quem cabe a difusão dos valores éticos em uma sociedade? De que maneira você pode contribuir para ajudar a difundir esses valores na sociedade brasileira?

Em grupos, escolham uma situação real capaz de ilustrar o tema discutido. Montem uma pequena cena teatral, de curta duração, ensaiem os diálogos e apresentem o resultado à classe.

Mundo virtual

- Observatório Brasil da Igualdade de Gênero – O site divulga informações a respeito da desigualdade de gêneros no Brasil. Disponível em: <www.observatoriodegenero.gov.br/>. Acesso em: 21 jan. 2013.

A seguir, você encontrará dois documentos que abordam a questão da ética. O primeiro deles reúne trechos de uma entrevista que o filósofo e professor da Universidade de Princeton (Estados Unidos), Peter Singer, concedeu à revista *Veja* em 2007. O segundo é um conjunto de depoimentos extraídos de um site organizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). Nele, pessoas do Brasil inteiro foram convidadas a responder à seguinte pergunta: “O que precisa mudar no Brasil para sua vida melhorar de verdade?”. Após a leitura do material proposto, responda ao que se pede.

Veja: Existem valores éticos inatos ou todos resultam da vivência e do aprendizado?

Peter Singer: Certos aspectos morais são inatos, como o respeito e o compromisso com a família, com os filhos e com os pais, assim como o senso de justiça e a reciprocidade. São valores universais, presentes em todas as sociedades. Já foi provado que eles existem também entre macacos, gorilas e chimpanzés. Mas alguns valores morais podem sofrer transformações de acordo com os traços culturais e com a realidade de cada sociedade. Essa influência da cultura e da realidade nos valores morais pode ser bem percebida quando tratamos de assuntos como aborto, eutanásia e comportamento sexual. Cada país tem uma visão diferente dessas questões.

Veja: O que pode causar o enfraquecimento dos valores éticos numa sociedade?

PS: A ética é um exercício diário, precisa ser praticada no cotidiano. Só assim ela pode se afirmar em sua plenitude numa sociedade. Se uma pessoa não respeita o próximo, não cumpre as leis da convivência, não paga seus impostos ou não obedece às leis de trânsito, ela não é ética. Num primeiro momento, pequenas infrações isoladas parecem não ter importância. Mas, ao longo do tempo, a moral da comunidade é afetada em todas as suas esferas. Chamo a isso de círculo ético. Uma ação interfere na outra, e os valores morais perdem força, vão se diluindo. Para uma sociedade ser justa, o círculo ético é essencial.

Veja: Essa lógica pode ser aplicada a questões que envolvem criminalidade?

PS: Sem dúvida. Bogotá é um exemplo desse círculo ético aplicado no combate à violência. Na capital colombiana, diminuiu-se a criminalidade combatendo-se os pequenos crimes diários. Foi um sucesso. Quando os cidadãos são estimulados a respeitar as leis básicas, passam a respeitar a si próprios, ao próximo e à cidadania. É o primeiro passo para mudar uma sociedade corrompida.

Veja: O senhor argumenta que é preciso pensar na comida de forma ética. O que significa isso?

PS: As pessoas precisam parar de pensar na comida apenas como algo de que se gosta ou que faz bem à saúde. O ato de comer também é uma decisão ética e moral. É necessário pensar nas consequências do comer, tanto para os animais que nos servem de alimento como para o meio ambiente ou para nós próprios. A forma como nos alimentamos hoje faz o animal sofrer, provoca uma epidemia de obesidade no mundo e é causa de uma série de doenças nos seres humanos. Isso tem impacto profundo no planeta e no meio ambiente.

Veja: E que conselhos daria a quem quer ser ético no dia a dia?

PS: Comece pelo mais simples. Cumprimente as pessoas, diga bom dia, seja educado com quem convive.

Extraído de: CARELLI, Gabriela.

A ética do dia a dia. *Veja*, 21 fev. 2007, p. 11-15.

Para melhorar o Brasil, temos de ter governantes com responsabilidade social e com ética, mas, enquanto tivermos governantes enriquecendo ilícitamente utilizando a máquina pública, não teremos saúde e educação de qualidade; é necessário

mudança política para mudarmos o Brasil e então transformaremos nossa realidade.

Andreia Almeida, Mundo Novo,
Mato Grosso do Sul.

A mentalidade da população. Quem é “instruído”, seja na classe média ou alta, insiste em crer que a culpa de todos os males é do governo, e não percebe que nossos “pequenos deslizes” levam o Brasil pra baixo: falta de educação nas ruas e no trânsito, produtos piratas. Solidariedade é muito mais que doar dinheiro para algum projeto social.

Vinícius Mundim Zucheratto,
Belo Horizonte, Minas Gerais.

Parar o desmatamento das florestas, que cada criança tenha uma escola para estudar, que a violência e a maldade cheguem ao fim e que as pessoas possam finalmente ser felizes sem o medo que nos acompanha todo dia. Gostaria realmente de que o Brasil ficasse livre da corrupção que rouba nossa qualidade de vida.

Larissa Gomes de Oliveira, Macapá, Amapá.

Poder-se-ia escrever um discurso gigantesco sobre o que precisaria mudar no Brasil. Porém, alguns pontos são fundamentais e óbvios:

- *Ética na política para acabar com a corrupção e a falta de vergonha na cara da grande maioria dos nossos políticos;*

- *Melhoria na educação em todos os níveis;*
 - *Mais solidariedade e compaixão para o povo.*
- Leandro Piffer, Farroupilha, Rio Grande do Sul.

Para que a minha vida melhore de verdade, é necessário ver a sociedade transformando-se comigo e, nós, brasileiros que a compomos, é que devemos mudar. Educar os nossos filhos com mais atenção e menos preconceito, promover a justiça, delicadeza e honestidade dentro dos lares para que, quando virmos em prática estas virtudes, não mais nos assustarmos como se fosse algo raro. O Brasil sabe o que mudar, basta fazer.

Sérgio Pessoa, Xique-Xique, Bahia.

Implantação de políticas públicas que não tenham caráter compensatório, mas que promovam a emancipação das famílias pobres deste país. A educação de qualidade para todos. Dar voz e vez à população excluída, formar cidadãos conscientes do seu papel e participantes no cenário social. Criar mecanismos para que a sociedade civil tenha maior controle social sobre as ações do primeiro, segundo e terceiro setores, propiciando espaços para debate e participação popular.

Rosana Saito, Jundiaí, São Paulo.

Adaptados de: Depoimentos selecionados no site *Brasil ponto a ponto*. Disponível em: <www.brasilpontoaponto.org.br>. Acesso em: 21 jan. 2013.

Refleta e responda

1. Peter Singer cita um conjunto de “pequenas infrações isoladas” que considera atitudes antiéticas. Você já se deparou com algumas delas em seu dia a dia? Como reagiu?
2. Na entrevista, Peter Singer afirma: “Para uma sociedade ser justa, o círculo ético é essencial”. Você concorda com essa frase? Por quê?
3. Qual dos depoimentos do documento 2 mais se aproxima de sua opinião? Por quê?
4. Que resposta você daria à enquete proposta pelo site? Elabore um pequeno texto apresentando sua proposta.

Questões do Enem e de vestibulares

Enem 2008

1. Ao visitar o Egito do seu tempo, o historiador grego Heródoto (484-420/30 a.C.) interessou-se por fenômenos que lhe pareceram incomuns, como as cheias regulares do rio Nilo. A propósito do assunto, escreveu o seguinte: "Eu queria saber por que o Nilo sobe no começo do verão e subindo continua durante cem dias; por que ele se retrai e a sua corrente baixa assim que termina esse número de dias, sendo que permanece baixo o inverno inteiro, até um novo verão. Alguns gregos apresentam explicações para os fenômenos do rio Nilo. Eles afirmam que os ventos do noroeste provocam a subida do rio, ao impedir que suas águas corram para o mar. Não obstante, com certa frequência, esses ventos deixam de soprar, sem que o rio pare de subir da forma habitual. Além disso, se os ventos do noroeste produzissem esse efeito, os outros rios que correm na direção contrária aos ventos deveriam apresentar os mesmos efeitos que o Nilo, mesmo porque eles todos são pequenos, de menor corrente." (Heródoto. História (trad.), livro II, 19-23. Chicago: *Encyclopaedia Britannica Inc.* 2. ed. 1990, p. 52-53. Com adaptações.)

Nessa passagem, Heródoto critica a explicação de alguns gregos para os fenômenos do rio Nilo. De acordo com o texto, julgue as afirmativas abaixo.

- I. Para alguns gregos, as cheias do Nilo devem-se ao fato de que suas águas são impedidas de correr para o mar pela força dos ventos do noroeste.
- II. O argumento embasado na influência dos ventos do noroeste nas cheias do Nilo sustenta-se no fato de que, quando os ventos param, o rio Nilo não sobe.
- III. A explicação de alguns gregos para as cheias do Nilo baseava-se no fato de que fenômeno igual ocorria com rios de menor porte que seguiam na mesma direção dos ventos.

É correto apenas o que se afirma em:

- a) I.
- b) II.
- c) I e II.
- d) I e III.
- e) II e III.

2. A linguagem utilizada pelos chineses há milhares de anos é repleta de símbolos, os ideogramas, que revelam parte da história desse povo. Os ideogramas primitivos são quase um desenho dos objetos representados. Naturalmente, esses desenhos alteraram-se com o tempo, como ilustra a evolução do ideograma a seguir, que significa cavalo e em que estão representados cabeça, cascos e cauda do animal.



Considerando o processo mencionado anteriormente, escolha a sequência que poderia representar a evolução do ideograma chinês para a palavra luta.

- a) A evolução do ideograma chinês para luta é mostrada em cinco etapas. A primeira etapa é um simples desenho de um humanoide com braços abertos. As etapas seguintes mostram a adição progressiva de detalhes: o segundo adiciona um capacete; o terceiro adiciona uma espada; o quarto adiciona um escudo; e o quinto é a forma final, mais complexa e estilizada.
- b) A evolução do ideograma chinês para luta é mostrada em cinco etapas. A primeira etapa é um simples desenho de um humanoide com braços abertos. As etapas seguintes mostram a adição progressiva de detalhes: o segundo adiciona um capacete; o terceiro adiciona uma espada; o quarto adiciona um escudo; e o quinto é a forma final, mais complexa e estilizada.
- c) A evolução do ideograma chinês para luta é mostrada em cinco etapas. A primeira etapa é um simples desenho de um humanoide com braços abertos. As etapas seguintes mostram a adição progressiva de detalhes: o segundo adiciona um capacete; o terceiro adiciona uma espada; o quarto adiciona um escudo; e o quinto é a forma final, mais complexa e estilizada.
- d) A evolução do ideograma chinês para luta é mostrada em cinco etapas. A primeira etapa é um simples desenho de um humanoide com braços abertos. As etapas seguintes mostram a adição progressiva de detalhes: o segundo adiciona um capacete; o terceiro adiciona uma espada; o quarto adiciona um escudo; e o quinto é a forma final, mais complexa e estilizada.
- e) A evolução do ideograma chinês para luta é mostrada em cinco etapas. A primeira etapa é um simples desenho de um humanoide com braços abertos. As etapas seguintes mostram a adição progressiva de detalhes: o segundo adiciona um capacete; o terceiro adiciona uma espada; o quarto adiciona um escudo; e o quinto é a forma final, mais complexa e estilizada.

3. Existe uma regra religiosa, aceita pelos praticantes do judaísmo e do islamismo, que proíbe o consumo de carne de porco. Estabelecida na Antiguidade, quando os judeus viviam em regiões áridas, foi adotada, séculos depois, por árabes islamizados, que também eram povos do deserto. Essa regra pode ser entendida como:

- a) uma demonstração de que o islamismo é um ramo do judaísmo tradicional.
- b) um indício de que a carne de porco era rejeitada em toda a Ásia.
- c) uma certeza de que do judaísmo surgiu o islamismo.
- d) uma prova de que a carne do porco era largamente consumida fora das regiões áridas.
- e) uma crença antiga de que o porco é um animal impuro.

4. A Peste Negra dizimou boa parte da população europeia, com efeitos sobre o crescimento das cidades. O conhecimento médico da época não foi suficiente para conter a epidemia. Na cidade de Siena, Agnolo di Tura escreveu: "As pessoas morriam às centenas, de dia e de noite, e todas eram jogadas em fossas cobertas com terra e, assim que essas fossas ficavam cheias, cavavam-se mais. E eu enterrei meus cinco filhos com minhas próprias mãos. (...) E morreram tantos que todos achavam que era o fim do mundo." (Agnolo di Tura. *The Plague in Siena: An Italian Chronicle*. In: William M. Bowsky. *The Black Death: a turning point in history?* New York: HRW, 1971. Com adaptações.)

O testemunho de Agnolo di Tura, um sobrevivente da Peste Negra, que assolou a Europa durante parte do século XIV, sugere que:

- a) o flagelo da Peste Negra foi associado ao fim dos tempos.
- b) a Igreja buscou conter o medo da morte, disseminando o saber médico.
- c) a impressão causada pelo número de mortos não foi tão forte, porque as vítimas eram poucas e identificáveis.
- d) houve substancial queda demográfica na Europa no período anterior à Peste.
- e) o drama vivido pelos sobreviventes era causado pelo fato de os cadáveres não serem enterrados.

5. Na América inglesa, não houve nenhum processo sistemático de catequese e de conversão dos índios ao cristianismo, apesar de algumas iniciativas nesse sentido. Brancos e índios confrontaram-se muitas vezes e mantiveram-se separados. Na América portuguesa, a catequese dos índios começou com o próprio processo de colonização, e a mestiçagem teve dimensões significativas. Tanto na América inglesa quanto na portuguesa, as populações indígenas foram muito sacrificadas. Os índios não tinham defesas contra as doenças trazidas pelos brancos, foram derrotados pelas armas de fogo destes últimos e, muitas vezes, escravizados. No processo de colonização das Américas, as populações indígenas da América portuguesa

- a) foram submetidas a um processo de doutrinação religiosa que não ocorreu com os indígenas da América inglesa.

- b) mantiveram sua cultura tão intacta quanto a dos indígenas da América inglesa.
- c) passaram pelo processo de mestiçagem, que ocorreu amplamente com os indígenas da América inglesa.
- d) diferenciaram-se dos indígenas da América inglesa por terem suas terras devolvidas.
- e) resistiram, como os indígenas da América inglesa, às doenças trazidas pelos brancos.

6.



Reprodução/Enem 2008

Jean-Baptiste Debret. *Entrudo*, 1834.

Na obra *Entrudo*, de Jean-Baptiste Debret (1768-1848), apresentada acima,

- a) registram-se cenas da vida íntima dos senhores de engenho e suas relações com os escravos.
- b) identifica-se a presença de traços marcantes do movimento artístico denominado Cubismo.
- c) identificam-se, nas fisionomias, sentimentos de angústia e inquietações que revelam as relações conflituosas entre senhores e escravos.
- d) observa-se a composição harmoniosa e destacam-se as imagens que representam figuras humanas.
- e) constata-se que o artista utilizava a técnica do óleo sobre tela, com pinceladas breves e manchas, sem delinear as figuras ou as fisionomias.

7. "Torno a ver-vos, ó montes; o destino / Aqui me torna a pôr nestes outeiros, / Onde um tempo os gabões deixei grosseiros / Pelo traje da Corte, rico e fino.

Aqui estou entre Almendro, entre Corino, / Os meus fiéis, meus doces companheiros, / Vendo correr os míseros vaqueiros / Atrás de seu cansado desatino.

Se o bem desta choupana pode tanto, / Que chega a ter mais preço, e mais valia / Que, da Cidade, o lisonjeiro encanto, / Aqui descansa a louca fantasia, / E o que até agora se tornava em pranto / Se converta em afetos de alegria."

(Cláudio Manoel da Costa. In: Domício Proença Filho. *A poesia dos inconfidentes*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002, p. 78-9.)

Considerando o soneto de Cláudio Manoel da Costa e os elementos constitutivos do Arcadismo brasileiro, assinale a opção correta acerca da relação entre o poema e o momento histórico de sua produção.

- a) Os “montes” e “outeiros”, mencionados na primeira estrofe, são imagens relacionadas à Metrópole, ou seja, ao lugar onde o poeta se vestiu com traje “rico e fino.”
 - b) A oposição entre a Colônia e a Metrópole, como núcleo do poema, revela uma contradição vivenciada pelo poeta, dividido entre a civilidade do mundo urbano da Metrópole e a rusticidade da terra da Colônia.
 - c) O bucolismo presente nas imagens do poema é elemento estético do Arcadismo que evidencia a preocupação do poeta árcade em realizar uma representação literária realista da vida nacional.
 - d) A relação de vantagem da “choupana” sobre a “Cidade”, na terceira estrofe, é formulação literária que reproduz a condição histórica paradoxalmente vantajosa da Colônia sobre a Metrópole.
 - e) A realidade de atraso social, político e econômico do Brasil Colônia está representada esteticamente no poema pela referência, na última estrofe, à transformação do pranto em alegria.
8. Em 1947, a Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou um plano de partilha da Palestina que previa a criação de dois Estados: um judeu e outro palestino. A recusa árabe em aceitar a decisão conduziu ao primeiro conflito entre Israel e países árabes. A segunda guerra (Suez, 1956) decorreu da decisão egípcia de nacionalizar o canal, ato que atingia interesses anglo-franceses e israelenses. Vitorioso, Israel passou a controlar a península do Sinai. O terceiro conflito árabe-israelense (1967) ficou conhecido como Guerra dos Seis Dias, tal a rapidez da vitória de Israel. Em 6 de outubro de 1973, quando os judeus comemoravam o Yom Kippur (Dia do Perdão), forças egípcias e sírias atacaram de surpresa Israel, que revidou de forma arrasadora. A intervenção americano-soviética impôs o cessar-fogo, concluído em 22 de outubro.

A partir do texto acima, assinale a opção correta.

- a) A primeira guerra árabe-israelense foi determinada pela ação bélica de tradicionais potências europeias no Oriente Médio.
- b) Na segunda metade dos anos 1960, quando explodiu a terceira guerra árabe-israelense, Israel obteve rápida vitória.
- c) A guerra do Yom Kippur ocorreu no momento em que, a partir de decisão da ONU, foi oficialmente instalado o Estado de Israel.

d) A ação dos governos de Washington e de Moscou foi decisiva para o cessar-fogo que pôs fim ao primeiro conflito árabe-israelense.

e) Apesar das sucessivas vitórias militares, Israel mantém suas dimensões territoriais tal como estabelecido pela resolução de 1947 aprovada pela ONU.

9. Em discurso proferido em 17 de março de 1939, o primeiro-ministro inglês à época, Neville Chamberlain, sustentou sua posição política: *Não necessito defender minhas visitas à Alemanha no outono passado, que alternativa existia? Nada do que pudéssemos ter feito, nada do que a França pudesse ter feito, ou mesmo a Rússia, teria salvado a Tchecoslováquia da destruição. Mas eu também tinha outro propósito ao ir até Munique. Era o de prosseguir com a política por vezes chamada de “apaziguamento europeu”, e Hitler repetiu o que já havia dito, ou seja, que os Sudetos, região de população alemã na Tchecoslováquia, eram a sua última ambição territorial na Europa, e que não queria incluir na Alemanha outros povos que não os alemães.*

(Internet: <www.johndclare.net>, com adaptações.)

Sabendo-se que o compromisso assumido por Hitler em 1938, mencionado no texto acima, foi rompido pelo líder alemão em 1939, infere-se que

- a) Hitler ambicionava o controle de mais territórios na Europa além da região dos Sudetos.
- b) a aliança entre a Inglaterra, a França e a Rússia poderia ter salvado a Tchecoslováquia.
- c) o rompimento desse compromisso inspirou a política de “apaziguamento europeu.”
- d) a política de Chamberlain de apaziguar o líder alemão era contrária à posição assumida pelas potências aliadas.
- e) a forma que Chamberlain escolheu para lidar com o problema dos Sudetos deu origem à destruição da Tchecoslováquia.

Enem 2009

1. O Egito é visitado anualmente por milhões de turistas de todos os quadrantes do planeta, desejosos de ver com os próprios olhos a grandiosidade do poder esculpida em pedra há milênios: as pirâmides de Gizeh, as tumbas do Vale dos Reis e os numerosos templos construídos ao longo do Nilo.

O que hoje se transformou em atração turística era, no passado, interpretado de forma muito diferente, pois:

- a) significava, entre outros aspectos, o poder que os faraós tinham para escravizar grandes contingentes populacionais que trabalhavam nesses monumentos.

- b) representava para as populações do alto Egito a possibilidade de migrar para o sul e encontrar trabalho nos canteiros faraônicos.
- c) significava a solução para os problemas econômicos, uma vez que os faraós sacrificavam aos deuses suas riquezas, construindo templos.
- d) representava a possibilidade de o faraó ordenar a sociedade, obrigando os desocupados a trabalharem em obras públicas, que engrandeceram o próprio Egito.
- e) significava um peso para a população egípcia, que condenava o luxo faraônico e a religião baseada em crenças e superstições.

2. No período 750-338 a.C., a Grécia antiga era composta por cidades-Estado, como por exemplo Atenas, Esparta, Tebas, que eram independentes umas das outras, mas partilhavam algumas características culturais, como a língua grega. No centro da Grécia, Delfos era um lugar de culto religioso frequentado por habitantes de todas as cidades-Estado.

No período 1200-1600 d.C., na parte da Amazônia brasileira onde hoje está o Parque Nacional do Xingu, há vestígios de quinze cidades que eram cercadas por muros de madeira e que tinham até dois mil e quinhentos habitantes cada uma. Essas cidades eram ligadas por estradas a centros cerimoniais com grandes praças. Em torno delas havia roças, pomares e tanques para a criação de tartarugas.

Aparentemente, epidemias dizimaram grande parte da população que lá vivia [*Folha de S.Paulo*, ago. 2008 (adaptado)].

Apesar das diferenças históricas e geográficas existentes entre as duas civilizações, elas são semelhantes pois:

- a) as ruínas das cidades mencionadas atestam que grandes epidemias dizimaram suas populações.
- b) as cidades do Xingu desenvolveram a democracia, tal como foi concebida em Tebas.
- c) as duas civilizações tinham cidades autônomas e independentes entre si.
- d) os povos do Xingu falavam uma mesma língua, tal como nas cidades-Estado da Grécia.
- e) as cidades do Xingu dedicavam-se à arte e à filosofia tal como na Grécia.

3. Segundo Aristóteles, “na cidade com o melhor conjunto de normas e naquela dotada de homens absolutamente justos, os cidadãos não devem viver uma vida de trabalho trivial ou de negócios — esses tipos de vida são desprezíveis e incompatíveis com as qualidades morais —, tampouco devem ser agricultores os aspirantes à cidadania, pois o lazer é indispensável ao desenvolvimento das qualidades morais e à prática das atividades

políticas” (VAN ACKER, T. Grécia. *A vida cotidiana na cidade-Estado*. São Paulo: Atual, 1994).

O trecho, retirado da obra *Política*, de Aristóteles, permite compreender que a cidadania:

- a) possui uma dimensão histórica que deve ser criticada, pois é condenável que os políticos de qualquer época fiquem entregues à ociosidade, enquanto o resto dos cidadãos tem de trabalhar.
- b) era entendida como uma dignidade própria dos grupos sociais superiores, fruto de uma concepção política profundamente hierarquizada da sociedade.
- c) estava vinculada, na Grécia Antiga, a uma percepção política democrática, que levava todos os habitantes da pólis a participarem da vida cívica.
- d) tinha profundas conexões com a justiça, razão pela qual o tempo livre dos cidadãos deveria ser dedicado às atividades vinculadas aos tribunais.
- e) vivida pelos atenienses era, de fato, restrita àqueles que se dedicavam à política e que tinham tempo para resolver os problemas da cidade.

4. A Idade Média é um extenso período da História do Ocidente cuja memória é construída e reconstruída segundo as circunstâncias das épocas posteriores. Assim, desde o Renascimento, esse período vem sendo alvo de diversas interpretações que dizem mais sobre o contexto histórico em que são produzidas do que propriamente sobre o medievo. Um exemplo acerca do que está exposto no texto acima é:

- a) a associação que Hitler estabeleceu entre o III Reich e o Sacro Império Romano-Germânico.
- b) o retorno dos valores cristãos medievais, presentes nos documentos do Concílio Vaticano II.
- c) a luta dos negros sul-africanos contra o *apartheid* inspirada por valores dos primeiros cristãos.
- d) o fortalecimento político de Napoleão Bonaparte, que se justificava na amplitude de poderes que tivera Carlos Magno.
- e) a tradição heroica da cavalaria medieval, que foi afetada negativamente pelas produções cinematográficas de Hollywood.

5. No final do século XVI, na Bahia, Guiomar de Oliveira denunciou Antônia Nóbrega à Inquisição. Segundo o depoimento, esta lhe dava “uns pós não sabe de quê, e outros pós de osso de finado, os quais pós ela confessante deu a beber em vinho ao dito seu marido para ser seu amigo e serem bem-casados, e que todas estas coisas fez tendo-lhe dito a dita Antônia e ensinado que eram coisas diabólicas e que os diabos lha ensinaram” (ARAÚJO, E. *O teatro dos vícios. Transgressão e transigência na sociedade urbana colonial*. Brasília: UnB/José Olympio, 1997).

Do ponto de vista da Inquisição:

- a) o problema dos métodos citados no trecho residia na dissimulação, que acabava por enganar o enfeitado.
- b) o diabo era um concorrente poderoso da autoridade da Igreja e somente a justiça do fogo poderia eliminá-lo.
- c) os ingredientes em decomposição das poções mágicas eram condenados porque afetavam a saúde da população.
- d) as feiticeiras representavam séria ameaça à sociedade, pois eram perceptíveis suas tendências feministas.
- e) os cristãos deviam preservar a instituição do casamento recorrendo exclusivamente aos ensinamentos da Igreja.

6. A formação dos Estados foi certamente distinta na Europa, na América Latina, na África e na Ásia. Os Estados atuais, em especial na América Latina — onde as instituições das populações locais existentes à época da conquista ou foram eliminadas, como no caso do México e do Peru, ou eram frágeis, como no caso do Brasil —, são o resultado, em geral, da evolução do transplante de instituições europeias feito pelas metrópoles para suas colônias. Na África, as colônias tiveram fronteiras arbitrariamente traçadas, separando etnias, idiomas e tradições, que, mais tarde, sobreviveram ao processo de descolonização, dando razão para conflitos que, muitas vezes, têm sua verdadeira origem em disputas pela exploração de recursos naturais. Na Ásia, a colonização europeia se fez de forma mais indireta e encontrou sistemas políticos e administrativos mais sofisticados, aos quais se superpôs. Hoje, aquelas formas anteriores de organização, ou pelo menos seu espírito, sobrevivem nas organizações políticas do Estado asiático [GUIMARÃES, S. P. Nação, nacionalismo, Estado. *Estudos Avançados*. São Paulo: Edusp, v. 22, n. 62, jan.-abr. 2008 (adaptado)].

Relacionando as informações ao contexto histórico e geográfico por elas evocado, assinale a opção correta acerca do processo de formação socioeconômica dos continentes mencionados no texto.

- a) Devido à falta de recursos naturais a serem explorados no Brasil, conflitos étnicos e culturais como os ocorridos na África estiveram ausentes no período da independência e formação do Estado brasileiro.
- b) A maior distinção entre os processos histórico-formativos dos continentes citados é a que se estabelece entre colonizador e colonizado, ou seja, entre a Europa e os demais.

- c) À época das conquistas, a América Latina, a África e a Ásia tinham sistemas políticos e administrativos muito mais sofisticados que aqueles que lhes foram impostos pelo colonizador.
- d) Comparadas ao México e ao Peru, as instituições brasileiras, por terem sido eliminadas à época da conquista, sofreram mais influência dos modelos institucionais europeus.
- e) O modelo histórico da formação do Estado asiático equipara-se ao brasileiro, pois em ambos se manteve o espírito das formas de organização anteriores à conquista.

7. “O que se entende por Corte do antigo regime é, em primeiro lugar, a casa de habitação dos reis de França, de suas famílias, de todas as pessoas que, de perto ou de longe, dela fazem parte. As despesas da Corte, da imensa casa dos reis, são consignadas no registro das despesas do reino da França sob a rubrica significativa de Casas Reais.” (ELIAS, N. *A sociedade de corte*. Lisboa: Estampa, 1987).

Algumas casas de habitação dos reis tiveram grande efetividade política e terminaram por se transformar em patrimônio artístico e cultural, cujo exemplo é:

- a) o palácio de Versalhes.
- b) o Museu Britânico.
- c) a catedral de Colônia.
- d) a Casa Branca.
- e) a pirâmide do faraó Quéops.

8. Hoje em dia, nas grandes cidades, enterrar os mortos é uma prática quase íntima, que diz respeito apenas à família. A menos, é claro, que se trate de uma personalidade conhecida. Entretanto, isso nem sempre foi assim. Para um historiador, os sepultamentos são uma fonte de informações importantes para que se compreenda, por exemplo, a vida política das sociedades.

No que se refere às práticas sociais ligadas aos sepultamentos,

- a) na Grécia Antiga, as cerimônias fúnebres eram desvalorizadas, porque o mais importante era a democracia experimentada pelos vivos.
- b) na Idade Média, a Igreja tinha pouca influência sobre os rituais fúnebres, preocupando-se mais com a salvação da alma.
- c) no Brasil colônia, o sepultamento dos mortos nas igrejas era regido pela observância da hierarquia social.
- d) na época da Reforma, o catolicismo condenou os excessos de gastos que a burguesia fazia para sepultar seus mortos.
- e) no período posterior à Revolução Francesa, devido às grandes perturbações sociais, abandonou-se a prática do luto.

9. Na década de 30 do século XIX, Tocqueville escreveu as seguintes linhas a respeito da moralidade nos EUA: "A opinião pública norte-americana é particularmente dura com a falta de moral, pois esta desvia a atenção frente à busca do bem-estar e prejudica a harmonia doméstica, que é tão essencial ao sucesso dos negócios. Nesse sentido, pode-se dizer que ser casto é uma questão de honra" [TOCQUEVILLE, A. *Democracy in America*. Chicago: Encyclopædia Britannica, Inc., Great Books 44, 1990 (adaptado)].

Do trecho, infere-se que, para Tocqueville, os norte-americanos do seu tempo

- a) buscavam o êxito, descurando as virtudes cívicas.
 - b) tinham na vida moral uma garantia de enriquecimento rápido.
 - c) valorizavam um conceito de honra dissociado do comportamento ético.
 - d) relacionavam a conduta moral dos indivíduos com o progresso econômico.
 - e) acreditavam que o comportamento casto perturbava a harmonia doméstica.
10. No tempo da independência do Brasil, circulavam nas classes populares do Recife trovas que faziam alusão à revolta escrava do Haiti: "Marinheiros e caiados / Todos devem se acabar, / Porque só pardos e pretos / O país hão de habitar" (AMARAL, F. P. do. Apud CARVALHO, A. *Estudos pernambucanos*. Recife: Cultura Acadêmica, 1907).

O período da independência do Brasil registra conflitos raciais, como se depreende

- a) dos rumores acerca da revolta escrava do Haiti, que circulavam entre a população escrava e entre os mestiços pobres, alimentando seu desejo por mudanças.
 - b) da rejeição aos portugueses, brancos, que significava a rejeição à opressão da Metrópole, como ocorreu na Noite das Garrafadas.
 - c) do apoio que escravos e negros forros deram à monarquia, com a perspectiva de receber sua proteção contra as injustiças do sistema escravista.
 - d) do repúdio que os escravos trabalhadores dos portos demonstravam contra os marinheiros, porque estes representavam a elite branca opressora.
 - e) da expulsão de vários líderes negros independentistas, que defendiam a implantação de uma república negra, a exemplo do Haiti.
11. "A prosperidade induzida pela emergência das máquinas de tear escondia uma acentuada perda de prestígio. Foi nessa idade de ouro que os artesãos, ou os tecelões temporários, passaram a ser denominados, de modo genérico, tecelões de

teares manuais. Exceto em alguns ramos especializados, os velhos artesãos foram colocados lado a lado com novos imigrantes, enquanto pequenos fazendeiros-tecelões abandonaram suas pequenas propriedades para se concentrar na atividade de tecer. Reduzidos à completa dependência dos teares mecanizados ou dos fornecedores de matéria-prima, os tecelões ficaram expostos a sucessivas reduções dos rendimentos" [THOMPSON, E. P. *The making of the English working class*. Harmondsworth: Penguin Books, 1979 (adaptado)].

Com a mudança tecnológica ocorrida durante a Revolução Industrial, a forma de trabalhar alterou-se porque

- a) a invenção do tear propiciou o surgimento de novas relações sociais.
 - b) os tecelões mais hábeis prevaleceram sobre os inexperientes.
 - c) os novos teares exigiam treinamento especializado para serem operados.
 - d) os artesãos, no período anterior, combinavam a tecelagem com o cultivo de subsistência.
 - e) os trabalhadores não especializados se apropriaram dos lugares dos antigos artesãos nas fábricas.
12. Até o século XVII, as paisagens rurais eram marcadas por atividades rudimentares e de baixa produtividade. A partir da Revolução Industrial, porém, sobretudo com o advento da revolução tecnológica, houve um desenvolvimento contínuo do setor agropecuário.
- São, portanto, observadas consequências econômicas, sociais e ambientais inter-relacionadas no período posterior à Revolução Industrial, as quais incluem
- a) a erradicação da fome no mundo.
 - b) o aumento das áreas rurais e a diminuição das áreas urbanas.
 - c) a maior demanda por recursos naturais, entre os quais os recursos energéticos.
 - d) a menor necessidade de utilização de adubos e corretivos na agricultura.
 - e) o contínuo aumento da oferta de emprego no setor primário da economia, em face da mecanização.

13. Os Yanomami constituem uma sociedade indígena do norte da Amazônia e formam um amplo conjunto linguístico e cultural. Para os Yanomami, *urihi*, a "terra-floresta", não é um mero cenário inerte, objeto de exploração econômica, e sim uma entidade viva, animada por uma dinâmica de trocas entre os diversos seres que a povoam.

A floresta possui um sopro vital, *wixia*, que é muito longo. Se não a desmatarmos, ela não morrerá. Ela não se decompõe, isto é, não se desfaz. É graças ao seu sopro úmido que as plantas crescem. A floresta não está morta, pois, se fosse assim, as florestas não teriam folhas. Tampouco se veria água. Segundo os Yanomami, se os brancos os fizerem desaparecer para desmatá-la e morar no seu lugar, ficarão pobres e acabarão tendo fome e sede [ALBERT, B. Yanomami, o espírito da floresta. *Almanaque Brasil Socioambiental*. São Paulo: ISA, 2007 (adaptado)].

De acordo com o texto, os Yanomami acreditam que

- a) a floresta não possui organismos decompositores.
- b) o potencial econômico da floresta deve ser explorado.
- c) o homem branco convive harmonicamente com *urihi*.
- d) as folhas e a água são menos importantes para a floresta que seu sopro vital.
- e) *Wixia* é a capacidade que tem a floresta de se sustentar por meio de processos vitais.

14. A primeira metade do século XX foi marcada por conflitos e processos que a inscreveram como um dos mais violentos períodos da história humana.

Entre os principais fatores que estiveram na origem dos conflitos ocorridos durante a primeira metade do século XX estão

- a) a crise do colonialismo, a ascensão do nacionalismo e do totalitarismo.
- b) o enfraquecimento do império britânico, a Grande Depressão e a corrida nuclear.
- c) o declínio britânico, o fracasso da Liga das Nações e a Revolução Cubana.
- d) a corrida armamentista, o terceiro-mundismo e o expansionismo soviético.
- e) a Revolução Bolchevique, o imperialismo e a unificação da Alemanha.

15. Os regimes totalitários da primeira metade do século XX apoiaram-se fortemente na mobilização da juventude em torno da defesa de ideias grandiosas para o futuro da nação. Nesses projetos, os jovens deveriam entender que só havia uma pessoa digna de ser amada e obedecida, que era o líder. Tais movimentos sociais juvenis contribuíram para a implantação e a sustentação do nazismo, na Alemanha, e do fascismo, na Itália, Espanha e Portugal.

A atuação desses movimentos juvenis caracterizava-se

- a) pelo sectarismo e pela forma violenta e radical com que enfrentavam os opositores ao regime.

- b) pelas propostas de conscientização da população acerca dos seus direitos como cidadãos.
- c) pela promoção de um modo de vida saudável, que mostrava os jovens como exemplos a seguir.
- d) pelo diálogo, ao organizar debates que opunham jovens idealistas e velhas lideranças conservadoras.
- e) pelos métodos políticos populistas e pela organização de comícios multitudinários.

16. O ano de 1968 ficou conhecido pela efervescência social, tal como se pode comprovar pelo seguinte trecho, retirado de texto sobre propostas preliminares para uma revolução cultural: *É preciso discutir em todos os lugares e com todos. O dever de ser responsável e pensar politicamente diz respeito a todos, não é privilégio de uma minoria de iniciados. Não devemos nos surpreender com o caos das ideias, pois essa é a condição para a emergência de novas ideias. Os pais do regime devem compreender que autonomia não é uma palavra vã; ela supõe a partilha do poder, ou seja, a mudança de sua natureza. Que ninguém tente rotular o movimento atual; ele não tem etiquetas e não precisa delas.*

(*Journal de la comune étudiante. Textes et documents.* Paris: Seuil, 1969, adaptado.)

Os movimentos sociais, que marcaram o ano de 1968,

- a) foram manifestações desprovidas de conotação política, que tinham o objetivo de questionar a rigidez dos padrões de comportamento social fundados em valores tradicionais da moral religiosa.
- b) restringiram-se às sociedades de países desenvolvidos, onde a industrialização avançada, a penetração dos meios de comunicação de massa e a alienação cultural que deles resultava eram mais evidentes.
- c) resultaram no fortalecimento do conservadorismo político, social e religioso que prevaleceu nos países ocidentais durante as décadas de 70 e 80.
- d) tiveram baixa repercussão no plano político, apesar de seus fortes desdobramentos nos planos social e cultural, expressos na mudança de costumes e na contracultura.
- e) inspiraram futuras mobilizações, como o pacifismo, o ambientalismo, a promoção da equidade de gêneros e a defesa dos direitos das minorias.

17. Do ponto de vista geopolítico, a Guerra Fria dividiu a Europa em dois blocos. Essa divisão propiciou a formação de alianças antagônicas de caráter militar, como a OTAN, que aglutinava os países do bloco ocidental, e o Pacto de Varsóvia, que concentrava os do bloco oriental. É importante destacar que, na formação da OTAN, estão presentes, além dos países do oeste europeu, os EUA e o Canadá. Essa divisão histórica atingiu igualmente os âmbitos político e econômico que se refletia pela opção entre os modelos capitalista e socialista. Essa divisão europeia ficou conhecida como

- a) Cortina de Ferro.
- b) Muro de Berlim.
- c) União Europeia.
- d) Convenção de Ramsar.
- e) Conferência de Estocolmo.

18. O fim da Guerra Fria e da bipolaridade, entre as décadas de 1980 e 1990, gerou expectativas de que seria instaurada uma ordem internacional marcada pela redução de conflitos e pela multipolaridade.

O panorama estratégico do mundo pós-Guerra Fria apresenta

- a) o aumento de conflitos internos associados ao nacionalismo, às disputas étnicas, ao extremismo religioso e ao fortalecimento de ameaças como o terrorismo, o tráfico de drogas e o crime organizado.
- b) o fim da corrida armamentista e a redução dos gastos militares das grandes potências, o que se traduziu em maior estabilidade nos continentes europeu e asiático, que tinham sido palco da Guerra Fria.
- c) o desengajamento das grandes potências, pois as intervenções militares em regiões assoladas por conflitos passaram a ser realizadas pela Organização das Nações Unidas (ONU), com maior envolvimento de países emergentes.
- d) a plena vigência do Tratado de Não Proliferação, que afastou a possibilidade de um conflito nuclear como ameaça global, devido à crescente consciência política internacional acerca desse perigo.
- e) a condição dos EUA como única superpotência, mas que se submetem às decisões da ONU no que concerne às ações militares.

19. Na democracia estadunidense, os cidadãos são incluídos na sociedade pelo exercício pleno dos direitos políticos e também pela ideia geral de direito de propriedade. Compete ao governo garantir que esse direito não seja violado. Como

consequência, mesmo aqueles que possuem uma pequena propriedade sentem-se cidadãos de pleno direito.

Na tradição política dos EUA, uma forma de incluir socialmente os cidadãos é

- a) submeter o indivíduo à proteção do governo.
- b) hierarquizar os indivíduos segundo suas posses.
- c) estimular a formação de propriedades comunais.
- d) vincular democracia e possibilidades econômicas individuais.
- e) defender a obrigação de que todos os indivíduos tenham propriedades.

20. Para Caio Prado Jr., a formação brasileira se completaria no momento em que fosse superada a nossa herança de inorganicidade social – o oposto da interligação com objetivos internos – trazida da colônia. Este momento alto estaria, ou esteve, no futuro. Se passarmos a Sérgio Buarque de Holanda, encontraremos algo análogo. O país será moderno e estará formado quando superar a sua herança portuguesa, rural e autoritária, quando então teríamos um país democrático. Também aqui o ponto de chegada está mais adiante, na dependência das decisões do presente. Celso Furtado, por seu turno, dirá que a nação não se completa enquanto as alavancas do comando, principalmente do econômico, não passarem para dentro do país. Como para os outros dois, a conclusão do processo encontra-se no futuro, que agora parece remoto.

SCHWARZ, R. *Os sete fôlegos de um livro. Sequências brasileiras*. São Paulo: Cia. das Letras, 1999 (adaptado).

Acerca das expectativas quanto à formação do Brasil, a sentença que sintetiza os pontos de vista apresentados no texto é:

- a) Brasil, um país que vai pra frente.
- b) Brasil, a eterna esperança.
- c) Brasil, glória no passado, grandeza no presente.
- d) Brasil, terra bela, pátria grande.
- e) Brasil, gigante pela própria natureza.

21. O autor da constituição de 1937, Francisco Campos, afirma no seu livro, *O Estado nacional*, que o eleitor seria apático; a democracia de partidos conduziria à desordem; a independência do Poder Judiciário acabaria em injustiça e ineficiência; e que apenas o Poder Executivo, centralizado em Getúlio Vargas, seria capaz de dar racionalidade imparcial ao Estado, pois Vargas teria providencial intuição do bem e da verdade, além de ser um gênio político.

(CAMPOS, F. *O Estado nacional*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940, adaptado.)

- Segundo as ideias de Francisco Campos,
- os eleitores, políticos e juizes seriam mal-intencionados.
 - o governo Vargas seria um mal necessário, mas transitório.
 - Vargas seria o homem adequado para implantar a democracia de partidos.
 - a Constituição de 1937 seria a preparação para uma futura democracia liberal.
 - Vargas seria o homem capaz de exercer o poder de modo inteligente e correto.

22. A definição de eleitor foi tema de artigos nas Constituições brasileiras de 1891 e de 1934. Diz a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891:

Art. 70. São eleitores os cidadãos maiores de 21 anos que se alistarem na forma da lei.

A Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934, por sua vez, estabelece que:

Art. 180. São eleitores os brasileiros de um e de outro sexo, maiores de 18 anos, que se alistarem na forma da lei.

Ao se compararem os dois artigos, no que diz respeito ao gênero dos eleitores, depreende-se que

- a Constituição de 1934 avançou ao reduzir a idade mínima para votar.
- a Constituição de 1891, ao se referir a cidadãos, referia-se também às mulheres.
- os textos de ambas as Cartas permitiam que qualquer cidadão fosse eleitor.
- o texto da carta de 1891 já permitia o voto feminino.
- a Constituição de 1891 considerava eleitores apenas indivíduos do sexo masculino.

23. A partir de 1942 e estendendo-se até o final do Estado Novo, o Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio de Getúlio Vargas falou aos ouvintes da Rádio Nacional semanalmente, por dez minutos, no programa "Hora do Brasil". O objetivo declarado do governo era esclarecer os trabalhadores acerca das inovações na legislação de proteção ao trabalho.

(GOMES, A. C. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: IUPERJ/Vértice. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1988, adaptado.)

Os programas *Hora do Brasil* contribuíram para

- conscientizar os trabalhadores de que os direitos sociais foram conquistados por seu esforço, após anos de lutas sindicais.
- promover a autonomia dos grupos sociais, por meio de uma linguagem simples e de fácil entendimento.

- estimular os movimentos grevistas, que reivindicavam um aprofundamento dos direitos trabalhistas.
- consolidar a imagem de Vargas como um governante protetor das massas.
- aumentar os grupos de discussão política dos trabalhadores, estimulados pelas palavras do ministro.

24. *Colhe o Brasil, após esforço contínuo dilatado no tempo, o que plantou no esforço da construção de sua inserção internacional. Há dois séculos formularam-se os pilares da política externa. Teve o país inteligência de longo prazo e cálculo de oportunidade no mundo difuso da transição da hegemonia britânica para o século americano. Engendrou concepções, conceitos e teoria própria no século XIX, de José Bonifácio ao Visconde do Rio Branco. Buscou autonomia decisória no século XX. As elites se interessaram, por meio de calorosos debates, pelo destino do Brasil. O país emergiu, de Vargas aos militares, como ator responsável e previsível nas ações externas do Estado. A mudança de regime político para a democracia não alterou o pragmatismo externo, mas o aperfeiçoou.*

(SARAIVA, J. F. S. O lugar do Brasil e o silêncio do parlamento. *Correio Braziliense*, Brasília, 28 maio 2009, adaptado.)

Sob o ponto de vista da política externa brasileira no século XX, conclui-se que

- o Brasil é um país periférico na ordem mundial, devido às diferentes conjunturas de inserção internacional.
- as possibilidades de fazer prevalecer ideias e conceitos próprios, no que tange aos temas do comércio internacional e dos países em desenvolvimento, são mínimas.
- as brechas do sistema internacional não foram bem aproveitadas para avançar posições voltadas para a criação de uma área de cooperação e associação integrada a seu entorno geográfico.
- os grandes debates nacionais acerca da inserção internacional do Brasil foram embasados pelas elites do Império e da República por meio de consultas aos diversos setores da população.
- a atuação do Brasil em termos de política externa evidencia que o país tem capacidade decisória própria, mesmo diante dos constrangimentos internacionais.

25. Até o século XVII, as paisagens rurais eram marcadas por atividades rudimentares e de baixa produ-

tividade. A partir da Revolução Industrial, porém, sobretudo com o advento da revolução tecnológica, houve um desenvolvimento contínuo do setor agropecuário.

São, portanto, observadas consequências econômicas, sociais e ambientais inter-relacionadas no período posterior à Revolução Industrial, as quais incluem

- a) a erradicação da fome no mundo.
- b) o aumento das áreas rurais e a diminuição das áreas urbanas.
- c) a maior demanda por recursos naturais, entre os quais os recursos energéticos.
- d) a menor necessidade de utilização de adubos e corretivos na agricultura.
- e) o contínuo aumento da oferta de emprego no setor primário da economia, em face da mecanização.

26. O suíço Thomas Davatz chegou a São Paulo em 1855 para trabalhar como colono na fazenda de café Ibicaba, em Campinas. A perspectiva de prosperidade que o atraiu para o Brasil deu lugar à insatisfação e revolta, que ele registrou em livro. Sobre o percurso entre o porto de Santos e o planalto paulista, escreveu Davatz: *As estradas do Brasil, salvo em alguns trechos, são péssimas. Em quase toda parte, falta qualquer espécie de calçamento ou mesmo de saibro. Constam apenas de terra simples, sem nenhum benefício. É fácil prever que nessas estradas não se encontram estalagens e hospedarias como as da Europa. Nas cidades maiores, o viajante pode naturalmente encontrar aposento confortável; nunca, porém, qualquer coisa de comparável à comodidade que proporciona na Europa qualquer estalagem rural. Tais cidades são, porém, muito poucas na distância que vai de Santos a Ibicaba e que se percorre em cinquenta horas no mínimo.*

(DAVATZ, T. *Memórias de um colono no Brasil*. São Paulo: Livraria Martins, 1941, adaptado.)

Em 1867 foi inaugurada a ferrovia ligando Santos a Jundiaí, o que abreviou o tempo de viagem entre o litoral e o planalto para menos de um dia. Nos anos seguintes, foram construídos outros ramais ferroviários que articularam o interior cafeeiro ao porto de exportação, Santos.

O impacto das ferrovias na promoção de projetos de colonização com base em imigrantes europeus foi importante, porque

- a) o percurso dos imigrantes até o interior, antes das ferrovias, era feito a pé ou em mules; no entanto, o tempo de viagem era aceitável, uma vez que o café era plantado nas proximidades da capital, São Paulo.
- b) a expansão da malha ferroviária pelo interior de São Paulo permitiu que mão de obra estrangeira fosse contratada para trabalhar em cafezais de regiões cada vez mais distantes do porto de Santos.
- c) o escoamento da produção de café se viu beneficiado pelos aportes de capital, principalmente de colonos italianos, que desejavam melhorar sua situação econômica.
- d) os fazendeiros puderam prescindir da mão de obra europeia e contrataram trabalhadores brasileiros provenientes de outras regiões para trabalhar em suas plantações.
- e) as notícias de terras acessíveis atraíram para São Paulo grande quantidade de imigrantes, que adquiriram vastas propriedades produtivas.

27. Populações inteiras, nas cidades e na zona rural, dispõem da parafernália digital global como fonte de educação e de formação cultural. Essa simultaneidade de cultura e informação eletrônica com as formas tradicionais e orais é um desafio que necessita ser discutido. A exposição, via mídia eletrônica, a estilos e valores culturais de outras sociedades, pode inspirar apreço, mas também distorções e ressentimentos. Tanto quanto há necessidade de uma cultura tradicional de posse da educação letrada, também é necessário criar estratégias de alfabetização eletrônica, que passam a ser o grande canal de informação das culturas segmentadas no interior dos grandes centros urbanos e das zonas rurais. Um novo modelo de educação.

(BRIGAGÃO, C. E. e RODRIGUES, G. *A globalização a olho nu: o mundo conectado*. São Paulo: Moderna, 1998, adaptado.)

Com base no texto e considerando os impactos culturais da difusão das tecnologias de informação no marco da globalização, depreende-se que

- a) a ampla difusão das tecnologias de informação nos centros urbanos e no meio rural suscita o contato entre diferentes culturas e, ao mesmo tempo, traz a necessidade de reformular as concepções tradicionais de educação.
- b) a apropriação, por parte de um grupo social, de valores e ideias de outras culturas para benefício próprio é fonte de conflitos e ressentimentos.

- c) as mudanças sociais e culturais que acompanham o processo de globalização, ao mesmo tempo que refletem a preponderância da cultura urbana, tornam obsoletas as formas de educação tradicionais próprias do meio rural.
- d) as populações nos grandes centros urbanos e no meio rural recorrem aos instrumentos e tecnologias de informação basicamente como meio de comunicação mútua, e não os veem como fontes de educação e cultura.
- e) a intensificação do fluxo de comunicação por meios eletrônicos, característica do processo de globalização, está dissociada do desenvolvimento social e cultural que ocorre no meio rural.

Enem 2010

1. O Império Inca, que corresponde principalmente aos territórios da Bolívia e do Peru, chegou a englobar enorme contingente populacional. Cuzco, a cidade sagrada, era o centro administrativo, com uma sociedade fortemente estratificada e composta por imperadores, nobres, sacerdotes, funcionários do governo, artesãos, camponeses, escravos e soldados. A religião contava com vários deuses, e a base da economia era a agricultura, principalmente o cultivo da batata e do milho. A principal característica da sociedade inca era a
 - a) ditadura teocrática, que igualava a todos.
 - b) existência da igualdade social e da coletivização da terra.
 - c) estrutura social desigual compensada pela coletivização de todos os bens.
 - d) existência de mobilidade social, o que levou à composição da elite pelo mérito.
 - e) impossibilidade de se mudar de estrato social e a existência de uma aristocracia hereditária.
2. Os tropeiros foram figuras decisivas na formação de vilarejos e cidades do Brasil colonial. A palavra tropeiro vem de “tropa” que, no passado, se referia ao conjunto de homens que transportava gado e mercadoria. Por volta do século XVIII, muita coisa era levada de um lugar a outro no lombo de mulas. O tropeirismo acabou associado à atividade mineradora, cujo auge foi a exploração de ouro em Minas Gerais e, mais tarde, em Goiás. A extração de pedras preciosas também atraiu grandes contingentes populacionais para as novas áreas e, por isso, era cada vez mais necessário dispor de alimentos e produtos básicos. A alimentação dos tropeiros era constituída por toucinho, feijão preto, farinha, pimenta-do-reino, café, fubá e coité (um molho de vinagre com fruto cáustico espremido). Nos pousos, os tropeiros comiam feijão

quase sem molho com pedaços de carne de sol e toucinho, que era servido com farofa e couve picada. O feijão tropeiro é um dos pratos típicos da cozinha mineira e recebe esse nome porque era preparado pelos cozinheiros das tropas que conduziam o gado.

Disponível em:
<<http://www.tribunadoplanalto.com.br>>.
Acesso em: 12 mar. 2013.

A criação do feijão tropeiro na culinária brasileira está relacionada à

- a) atividade comercial exercida pelos homens que trabalhavam nas minas.
 - b) atividade culinária exercida pelos moradores cozinheiros que viviam nas regiões das minas.
 - c) atividade mercantil exercida pelos homens que transportavam gado e mercadoria.
 - d) atividade agropecuária exercida pelos tropeiros que necessitavam dispor de alimentos.
 - e) atividade mineradora exercida pelos tropeiros no auge da exploração do ouro.
3. De março de 1931 a fevereiro de 1940, foram decretadas mais de 150 leis novas de proteção social e de regulamentação do trabalho em todos os seus setores.
Todas elas têm sido simplesmente uma dádiva do governo. Desde aí, o trabalhador brasileiro encontra nos quadros gerais do regime o seu verdadeiro lugar.
DANTAS, M. A força nacionalizadora do Estado Novo. Rio de Janeiro: DIP, 1942. Apud BERCITO, S. R. *Nos Tempos de Getúlio: da revolução de 30 ao fim do Estado Novo*. São Paulo: Atual, 1990.
- A adoção de novas políticas públicas e as mudanças jurídico-institucionais ocorridas no Brasil, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, evidenciam o papel histórico de certas lideranças e a importância das lutas sociais na conquista da cidadania. Desse processo resultou a
- a) criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, que garantiu ao operariado autonomia para o exercício de atividades sindicais.
 - b) legislação previdenciária, que proibiu migrantes de ocuparem cargos de direção nos sindicatos
 - c) criação da Justiça do Trabalho, para coibir ideologias consideradas perturbadoras da “harmonia social”.
 - d) legislação trabalhista que atendeu reivindicações dos operários, garantido-lhes vários direitos e formas de proteção.
 - e) decretação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que impediu o controle estatal sobre as atividades políticas da classe operária.

Enem 2011

1. Se a mania de fechar, verdadeiro *habitus* da mentalidade medieval nascido talvez de um profundo sentimento de insegurança, estava difundida no mundo rural, estava do mesmo modo no meio urbano, pois que uma das características da cidade era de ser limitada por portas e por uma muralha.

DUBY, G. et al. Séculos XIV-XV. In: ARIÈS, P.; DUBY, G. *História da vida privada da Europa Feudal à Renascença*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990 (adaptado).

As práticas e os usos das muralhas sofreram importantes mudanças no final da Idade Média, quando elas assumiram a função de pontos de passagem ou pórticos. Este processo está diretamente relacionado com

- a) o crescimento das atividades comerciais e urbanas.
 - b) a migração de camponeses e artesãos.
 - c) a expansão dos parques industriais e fabris.
 - d) o aumento do número de castelos e feudos.
 - e) a contenção das epidemias e doenças.
2. Em geral, os nossos tupinambás ficam bem admirados ao ver os franceses e os outros dos países longínquos terem tanto trabalho para buscar o seu arbotã, isto é, pau-brasil. Houve uma vez um ancião da tribo que me fez esta pergunta: "Por que vindes vós outros, mairs e perós (franceses e portugueses), buscar lenha de tão longe para vos aquecer? Não tendes madeira em vossa terra?"

LÉRY, J. *Viagem à Terra do Brasil*. In: FERNANDES, F. *Mudanças Sociais no Brasil*. São Paulo: Difel, 1974.

O viajante francês Jean de Léry (1534-1611) reproduz um diálogo travado, em 1557, com um ancião tupinambá, o qual demonstra uma diferença entre a sociedade europeia e a indígena no sentido

- a) do destino dado ao produto do trabalho nos seus sistemas culturais.
 - b) da preocupação com a preservação dos recursos ambientais.
 - c) do interesse de ambas em uma exploração comercial mais lucrativa do pau-brasil.
 - d) da curiosidade, reverência e abertura cultural recíprocas.
 - e) da preocupação com o armazenamento de madeira para os períodos de inverno.
3. Completamente analfabeto, ou quase, sem assistência médica, não lendo jornais, nem revistas, nas quais se limita a ver figuras, o trabalhador rural, a não ser em casos esporádicos, tem o patrão na conta de benfeitor. No plano político, ele luta com o "coronel" e pelo "coronel". Aí estão os votos de

cabresto, que resultam, em grande parte, da nossa organização econômica rural.

LEAL, V. N. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978 (adaptado).

O coronelismo, fenômeno político da Primeira República (1889-1930), tinha como uma de suas principais características o controle do voto, o que limitava, portanto, o exercício da cidadania. Nesse período, esta prática estava vinculada a uma estrutura social

- a) igualitária, com um nível satisfatório de distribuição da renda.
- b) estagnada, com uma relativa harmonia entre as classes.
- c) tradicional, com a manutenção da escravidão nos engenhos como forma produtiva típica.
- d) ditatorial, perturbada por um constante clima de opressão mantido pelo exército e polícia.
- e) agrária, marcada pela concentração da terra e do poder político local e regional.

Enem 2012

1. A figura apresentada é de um mosaico, produzido por volta do ano 300 d.C., encontrado na cidade de Lod, atual Estado de Israel. Nela, encontram-se elementos que representam uma característica política dos romanos no período, indicada em:



Reprodução/Enem 2012

Disponível em: <www.metmuseum.org>. Acesso em: 14 mar. 2013.

- a) Cruzadismo – conquista da terra santa.
- b) Patriotismo – exaltação da cultura local.
- c) Helenismo – apropriação da estética grega.
- d) Imperialismo – selvageria dos povos dominados.
- e) Expansionismo – diversidade dos territórios conquistados.

2.



Reprodução/ENEM 2012

Lord Willingdon's Dilemma

Disponível em: <www.gandhiserve.org>.
Acesso em: 21 nov. 2011.

O cartum, publicado em 1932, ironiza as consequências sociais das constantes prisões de Mahatma Gandhi pelas autoridades britânicas, na Índia, demonstrando

- a) a ineficiência do sistema judiciário inglês no território indiano.
- b) o apoio da população hindu a prisão de Gandhi.
- c) o caráter violento das manifestações hindus frente à ação inglesa.
- d) a impossibilidade de deter o movimento liderado por Gandhi.
- e) a indiferença das autoridades britânicas frente ao apelo popular hindu.

3.



Reprodução/ENEM 2012

Nos anos que se seguiram à Segunda Guerra, movimentos como o Maio de 1968 ou a campanha contra a Guerra do Vietnã culminaram no estabelecimento de diferentes formas de participação política. Seus *slogans*, tais como "Quando penso em revolução quero fazer amor", se tornaram símbolos da agitação cultural nos anos 1960, cuja inovação relacionava-se

- a) à contestação da crise econômica europeia, que fora provocada pela manutenção das guerras coloniais.
- b) à organização partidária da juventude comunista, visando o estabelecimento da ditadura do proletariado.
- c) à unificação das noções de libertação social e libertação individual, fornecendo um significado político ao uso do corpo.
- d) à defesa do amor cristão e monogâmico, com fins à reprodução, que era tomado como solução para os conflitos sociais.
- e) ao reconhecimento da cultura das gerações passadas, que conviveram com a emergência do *rock* e outras mudanças nos costumes.

4.



Reprodução/ENEM 2012

Na imagem do início do século XX, identifica-se um modelo produtivo cuja forma de organização fabril baseava-se na

- a) autonomia do produtor direto.
- b) adoção da divisão sexual do trabalho.
- c) exploração do trabalho repetitivo.
- d) utilização de empregados qualificados.
- e) incentivo à criatividade dos funcionários.

5.



Reprodução/ENEM 2012

Elaborado pelos partidários da Revolução Constitucionalista de 1932, o cartaz apresentado pretendia mobilizar a população paulista contra o governo federal.

Essa mobilização utilizou-se de uma referência histórica, associando o processo revolucionário

- à experiência francesa, expressa no chamado à luta contra a ditadura.
- aos ideais republicanos, indicados no destaque à bandeira paulista.
- ao protagonismo das Forças Armadas, representadas pelo militar que empunha a bandeira.
- ao bandeirantismo, símbolo paulista apresentado em primeiro plano.
- ao papel figurativo de Vargas na política, enfatizado pela pequenez de sua figura no cartaz.

Vestibulares

1. (Uece 2007) Leia o fragmento a seguir:

“As peripécias do historiador em arquivos e bibliotecas às vezes se assemelham ao trabalho do detetive em busca de pistas para desvendar um mistério.”

Fonte: DE DECCA, Edgar Salvadori. Território de Fronteira. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Ano II, n. 13, outubro de 2006, p. 98.

A respeito da citação acima, considere as seguintes afirmativas:

- Ela sugere que o trabalho de pesquisa do historiador se revela um verdadeiro quebra-cabeças, na descoberta e elucidação de documentos.
- Ela destaca que indícios e sinais também compõem as pistas seguidas pelo historiador no trabalho de pesquisa histórica.
- Ela insinua que o trabalho que o historiador realizava em arquivos e bibliotecas está obsoleto, modernamente, o historiador desenvolve seu ofício como um detetive, entrevistando, perguntando e ouvindo.

São corretas

- | | |
|--------------------|-------------------|
| a) apenas I e II | c) apenas I e III |
| b) apenas II e III | d) I, II e III |
2. (UFG-GO 2010) As pinturas rupestres são evidências materiais do desenvolvimento intelectual dos seres humanos. Embora tradicionalmente estudadas pela Arqueologia, elas ajudaram a redefinir a concepção de que a História se inicia com a escrita, pois
- funcionam como códices velados de uma comunidade à espera de decifração.
 - expressam uma concepção de tempo marcada pela cronologia.
 - indicam o predomínio da técnica sobre as forças da natureza.

d) atestam as relações entre registros gráficos e mitos de origem.

e) registram a supremacia do indivíduo sobre os membros de seu grupo.

3. (UEL-PR 2009) Os caçadores-coletores em geral não representavam perigo para si mesmos, por vários motivos: suas economias tendiam a ser saudáveis (muitos dispunham de mais tempo livre do que nós): tinham poucas posses por serem nômades, assim, quase não havia roubo e experimentavam pouca inveja; a ganância e a arrogância eram consideradas não só males sociais, mas também quase doenças mentais; as mulheres tinham um poder político real e tendiam a ser uma influência estabilizadora e moderadora, antes que os meninos comessem a se ocupar das flechas envenenadas; e, se crimes sérios fossem cometidos – vamos dizer, assassinato –, o bando, coletivamente, julgava e punia o criminoso. Muitos caçadores-coletores organizaram democracias igualitárias. Não tinham chefes. Não havia hierarquia política ou corporativa que sohassem galgar.

SAGAN, C. *Bilhões e Bilhões*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 37.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre as organizações políticas, pode-se afirmar.

- No mundo romano do século II d.C., os patrícios, influenciados por suas colônias gregas e pelos ensinamentos de seus filósofos, constituíram a organização sociopolítica democrática impondo leis igualitárias aos habitantes do império.
- As organizações políticas do mundo medieval europeu estavam fortemente influenciadas por uma concepção laica de mundo constituindo assim, com o poder secular, o fundamento das monarquias absolutistas.
- A democracia de massa como representação sociopolítica moderna foi adotada pelo fascismo, por intermédio de uma eficiente estratégia de propaganda, e teve como decorrência um reforço das corporações.
- O estabelecimento do governo do povo, democracia representativa, na organização sociopolítica das sociedades contemporâneas, não representou a eliminação das estruturas hierárquicas partidárias e sindicais.

Assinale a alternativa correta.

- Somente as afirmativas I e II são corretas.
- Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

4. (Vunesp-SP 2011)



Reprodução/LUNESP 2012

Templo da Concórdia, Agrigento, Itália.

O Templo da Concórdia foi construído no sul da Sicília, no século V a.C., e é um marco da

- a) arte românica, caracterizada pelos arcos de meia volta e pela inspiração religiosa politeísta.
- b) arquitetura clássica, imposta pelos macedônios à ilha no processo de helenização empreendido por Alexandre, o Grande.
- c) arte etrusca, oriunda do norte da península itálica e desenvolvida no Mediterrâneo durante o período de hegemonia romana.
- d) arquitetura dórica, levada à ilha pelos gregos na expansão e colonização mediterrânea da chamada Magna Grécia.
- e) arte gótica, marcada pela verticalização das construções e pela sugestão de ascese dos homens ao reino dos céus.

5. (UFSM-RS 2011)



Reprodução/UFSM 2011

Pintura mural no túmulo de Sennedjem, em Tebas (1306-1290 a.C.). In: ARRUDA e PILETTI. *Toda a História*. São Paulo: Ática, 2008. p. 21.

A ilustração sintetiza a sociedade egípcia. A partir das informações que ela contém, é possível afirmar:

- I. Na base da sociedade, encontrava-se o rio Nilo, cujas águas podiam ser aproveitadas para o cultivo sem necessidade de técnicas específicas nem aprimoramento de organização social.
- II. O ecossistema do Nilo tinha como um dos elementos o sol, o qual está representado na figura de um deus, com disco solar sobre a cabeça, transmitindo a ideia de que ele ilumina e aquece o rio, a terra e os homens.
- III. As árvores frutíferas e as cenas de plantio e colheita ocupam o centro da pintura, indicando a importância tanto das águas do rio quanto da luz da divindade solar para o ecossistema.
- IV. A pintura é uma representação alegórica e não realista, não indicando informação sobre a estrutura política e administrativa (o faraó e seus funcionários), por isso não serve como fonte para o estudo da história e sociedade egípcias.

Está(ão) correta(s)

- a) apenas I e II.
- b) apenas II e III.
- c) apenas III.
- d) apenas III e IV.
- e) apenas IV.

6. (UFTM-MG 2012) Em janeiro de 2011, os jornais noticiaram que os protestos contra o governo do Egito poderiam ter um efeito colateral muito sério: a destruição ou dano de várias relíquias, obras e sítios arqueológicos da antiga civilização egípcia. De acordo com as agências de notícias, houve várias tentativas de saquear o museu do Cairo. Numa delas, indivíduos quebraram pouco mais de uma dezena de estátuas e decapitaram duas múmias, recentemente identificadas como avós do faraó Tutankhamon. Alguns saqueadores pareciam procurar apenas por ouro.

Sarcófago do Faraó Tutankhamon, Museu do Cairo, Egito.



Reprodução/UFTM 2012

(<www.twip.org>).

Sobre o material arqueológico proveniente do Antigo Egito, é correto afirmar que

- a) sua destruição afetaria a economia do Egito, mas não traria consequências sérias para a ciência e para a história, que já estudaram esse material.
 - b) grande parte dele foi destruído pelos próprios egípcios ainda na Antiguidade, como estratégia para proteger os segredos de sua cultura dos invasores.
 - c) foi uma das causas dos protestos contra o governo, que pagou grandes somas para reaver objetos em poder de países europeus.
 - d) permitiu compreender a importância dos rituais fúnebres, como atestam os sarcófagos do Vale dos Reis.
 - e) tem grande valor artístico e confirmou o que já se sabia dos antigos egípcios por meio de documentos escritos.
7. (UPE 2012) Até o início do século XX, os historiadores davam pouca importância ao período final do chamado Mundo Antigo, ainda deslumbrados com a grandeza alcançada pela civilização criada pelos gregos e romanos e entristecidos ante à trágica visão de uma Europa barbarizada. Pouco se reconhecia das contribuições trazidas pelos povos germanos para a formação de uma nova sociedade.

OLIVEIRA, Waldir Freitas. *A Antiguidade Tardia*. São Paulo: Editora Ática, 1990.

Sobre as modificações ocorridas nesse período de transição, analise as afirmativas a seguir:

- I. No século IV, no Ocidente, a Igreja triunfara e se tornara, na prática, a dirigente das mentalidades no Império.
- II. As manifestações artísticas da época, a presença de cenas e de figuras ligadas ao cristianismo passam a ser dominantes.
- III. Os germanos destruíram a cultura romana e adaptaram a sua à nova sociedade, mudando completamente o cenário.
- IV. O surgimento do latim vulgar foi utilizado como língua franca, principalmente pelos proprietários, pelos cobradores de impostos e pelos bispos, o qual vai dar origem às línguas neolatinas.
- V. As principais estruturas germânicas que entraram na composição do feudalismo foram: colono, vilas romanas, direito consuetudinário.

Estão corretas

- a) I, II e III.
- b) I, IV e V.
- c) I, II e IV.
- d) II, III e IV.
- e) III, IV e V.

8. (Fuvest-SP 2011) As cidades [do Mediterrâneo antigo] se formaram, opondo-se ao internacionalismo praticado pelas antigas aristocracias. Elas se fecharam e criaram uma identidade própria, que lhes dava força e significado.

Norberto Luiz Guarinello.
A cidade na Antiguidade Clássica.
São Paulo: Atual, p. 20, 2006 (adaptado).

As cidades-estados gregas da Antiguidade Clássica podem ser caracterizadas pela

- a) autossuficiência econômica e igualdade de direitos políticos entre seus habitantes.
 - b) disciplina militar imposta a todas as crianças durante sua formação escolar.
 - c) ocupação de territórios herdados de ancestrais e definição de leis e moeda próprias.
 - d) concentração populacional em núcleos urbanos e isolamento em relação aos grupos que habitavam o meio rural.
 - e) submissão da sociedade às decisões dos governantes e adoção de modelos democráticos de organização política.
9. (UFC-CE 2010) "Na cidade grega antiga, ser cidadão não significava apenas fazer parte de uma entidade 'nacional', mas também participar numa vida comum."

MOSSÉ, Claude. *O cidadão na Grécia antiga*. Lisboa: Edições 70, 1999, p. 51.

Tomando por base a afirmativa acima, pode-se compreender corretamente que a vida na *polis*, para o cidadão, significava:

- a) romper com a religião e os mitos e adotar o modo de vida proposto pelos filósofos, o de disseminar a filosofia e a democracia para todas as cidades-estado gregas.
- b) realizar o ideal grego de unificação política, militar, geográfica, econômica, religiosa e cultural de todas as cidades-estados e assim suprimir as tiranias e as oligarquias.
- c) exercer obrigatoriamente uma magistratura ao longo da vida, pois o aprendizado político por todos representava a garantia do bem-estar social e da manutenção da democracia.
- d) formar um corpo de súditos cujas decisões políticas se orientavam para a manutenção do poder econômico e religioso das famílias detentoras de frotas que comercializavam pelo Mediterrâneo.
- e) integrar uma comunidade que visava ao seu bem comum por meio de decisões políticas, da adoção de uma defesa militar e de práticas religiosas que buscavam benefícios e proteção dos deuses da cidade.

10. (UFPA 2008) Leia atentamente o texto a seguir:

“Na sexta-feira foram de novo prestadas homenagens ao conde, as quais eram feitas por esta ordem, em expressão de fidelidade e garantia. Primeiro prestaram homenagem desta maneira: o conde perguntou se ele desejava tornar-se o seu homem, sem reservas, e ele respondeu ‘que-ro’. [...] Em segundo lugar, aquele que havia prestado homenagem jurou fidelidade ao porta-voz do conde, com estas palavras: ‘comprometo-me por minha fé a ser fiel daqui por diante ao conde Guilherme e a cumprir integralmente a minha homenagem, de boa fé e sem dolo, contra todos’; [...] Finalmente, com uma varinha na mão, o conde deu a investidura a todos aqueles que por este fato tinham prestado lealdade, homenagem e juramento.”

Antologia de textos históricos medievais.
Editado por Fernanda Espinosa. Lisboa:
Sá da Costa Editora, 1981, p. 172-173.

O texto acima foi registrado no século XII e descreve um rito que marcava uma relação de dependência entre dois homens, típica do mundo medieval. Pode-se definir essa relação como a que se estabelecia entre o

- a) senhor e seu escravo, que demarcava a condição de proprietário daquele sobre este.
- b) senhor e seu servo, que determinava as obrigações pecuniárias e tributárias deste.
- c) senhor e seu vassalo, que consagrava as alianças e as relações de dependência no seio da nobreza.
- d) patrão e seu empregado, em que se estabelecia um contrato de trabalho.
- e) mestre e os aprendizes de uma corporação de ofício, que juravam obediência ao primeiro.

11. (PUC-SP 2007) “Nos tempos de São Luís, as horas que surgiam do leste provocam terror e angústia no mundo cristão. O medo do estrangeiro oprime novamente as populações. No entanto, a Europa soubera digerir e integrar os saqueadores normandos. Essas invasões tinham tornado menos claras as fronteiras entre o mundo pagão e a cristandade e estimulado o crescimento econômico. A Europa, então terra juvenil, em plena expansão, estendeu-se aos quatro pontos cardeais, alimentando-se, com voracidade, das culturas exteriores. Uma situação muito diferente da de hoje, em que o Velho Continente se entrincheira contra a miséria do mundo para preservar suas riquezas.”

Georges Duby. Ano 1000 ano 2000. *Na pista de nossos medos.* São Paulo: Editora da Unesp, 1998, p. 50-51

Muitas vezes originadas em preconceitos, as razões do temor dos europeus em relação aos estrangeiros, na Idade Média e na atualidade, relacionam-se respectivamente à

- a) pequena população de então e à forte explosão demográfica de hoje, principalmente nos países mais ricos.
- b) baixa capacidade de defesa do ocidente europeu medieval e ao atual aumento da imigração originária de antigas colônias.
- c) pobreza e carência de qualquer unidade religiosa de antes e ao atual apogeu político, cultural e militar.
- d) divisão em variados grupos étnicos e religiosos no passado e à ameaça presente de uma unificação católica.
- e) precariedade do conhecimento técnico-científico medieval e à atual liderança mundial nas pesquisas tecnológicas.

12. (UFPB 2007)

EM QUE SE DECLARA O MODO E A LINGUAGEM DOS TUPINAMBÁS

Ainda que os tupinambás se dividiram em bandos, e se inimizaram uns com outros, todos falam uma língua que é quase geral pela costa do Brasil, e todos têm uns costumes em seu modo de viver e gentilidades; os quais não adoram nenhuma coisa, nem têm nenhum conhecimento da verdade, nem sabem mais que há morrer e viver; e qualquer coisa que lhes digam, se lhes mete na cabeça, e são mais bárbaros que quantas criaturas Deus criou. Têm muita graça quando falam, mormente as mulheres; são mui compendiosas na forma da linguagem, e muito copiosos no seu orar; mas faltam-lhes três letras das do ABC, que são F, L, R grande ou dobrado, coisa muito para se notar; porque, se não têm F, é porque não têm fé em nenhuma coisa que adorem; nem os nascidos entre os cristãos e doutrinados pelos padres da Companhia têm fé em Deus Nosso Senhor, nem têm verdade, nem lealdade a nenhuma pessoa que lhes faça bem. E se não têm L na sua pronúnciação, é porque não têm lei alguma que guardar, nem preceitos para se governarem; e cada um faz lei a seu modo, e ao som da sua vontade; sem haver entre eles leis com que se governem, nem têm leis uns com os outros. E se não têm esta letra R na sua pronúnciação, é porque não têm rei que os reja, e a quem obedeam, nem obedecem a ninguém, nem ao pai o filho, nem o filho ao pai, e cada um vive ao som da sua vontade; para dizerem Francisco dizem Pancico, para dizerem Lourenço dizem Rorenço, para dizerem Rodrigo dizem Rodigo; e

por este modo pronunciam todos os vocábulos em que entram essas três letras.

SOUSA, Gabriel Soares de. Tratado descritivo do Brasil em 1587 – Capítulo CL – Em que se declara o modo e a linguagem dos tupinambás. In: VILLA, Marco Antonio e OLIVIERI, Antonio Carlos. *Cronistas do Descobrimento*. São Paulo: Ática, 1999, p. 144.

GLOSSÁRIO:

Gentilidades: paganismo, religião dos gentios.

Compendiosas: resumidas, sintéticas.

Copiosos: abundantes, grandes, extensos.

A obra de Gabriel Soares de Sousa constitui um dos mais conhecidos exemplos de literatura dos descobrimentos. Para os historiadores, trata-se de uma FONTE HISTÓRICA.

No campo do conhecimento histórico, FONTE pode ser conceituada como:

- a) Documento verdadeiro, na medida em que é escrito pelo historiador, um profissional especializado para lidar com o passado.
- b) Documento verdadeiro, pois há verdade histórica apenas naquelas pessoas que testemunharam os fatos.
- c) Tipo de vestígio ou registro de acontecimentos humanos de uma determinada época, de que se valem os historiadores, para construir suas narrativas históricas sobre essa época.
- d) Documento verdadeiro porque é escrito, e o que garante a verdade histórica é o desenvolvimento da escrita.
- e) Tipo de vestígio ou registro de acontecimentos humanos de uma determinada época, a partir do qual os historiadores constroem a verdadeira história dessa mesma época.

13. (Ufal 2006) Cada questão consiste em 5 (cinco) alternativas, das quais algumas são verdadeiras e outras, falsas, podendo ocorrer que todas as alternativas sejam verdadeiras ou que todas sejam falsas. Assinale-as.

Refleta sobre o texto.

Não se pode estabelecer uma disputa entre a contribuição da Grécia e de Roma para a civilização. Não se pode separar Grécia e Roma a fim de medir, isoladamente, as contribuições. Todo o desenvolvimento grego fluiu para Roma – o helênico tanto quanto o helenístico – mas particularmente o último; e o legado de Roma para o futuro é toda a herança do passado – toda a síntese da civilização greco-romana.

Ernest Baker. In: *Cadernos MEC. História geral I*. Rio de Janeiro, 1971. p. 120.

Muitos aspectos culturais das civilizações da antiguidade clássica permanecem nas atuais sociedades ocidentais. Para compreender o significado dessa herança cultural, analise o texto procurando estabelecer as relações entre essas duas civilizações.

- () A religião romana era essencialmente politeísta e, após a conquista da Grécia, os deuses romanos iam-se assemelhando aos deuses gregos.
- () No campo jurídico, os romanos foram pouco criativos, pois o seu Código de Leis era uma cópia fiel da famosa Lei das Doze Tábuas dos gregos.
- () O teatro, por ser uma criação helênica, foi rejeitado pelos romanos, faltando-lhes a emoção própria dos guerreiros para as encenações.
- () A cultura romana herdou vários traços da cultura grega, mas foi incorporando outros valores culturais à medida que expandia as fronteiras do Império.
- () Os romanos souberam absorver as contribuições da democracia grega e aplicaram essas práticas sobretudo durante o apogeu do Império.

14. (Unisinos-RS 2012) “O que me parece ser tipicamente grego é a atitude crítica com relação ao registro dos acontecimentos, isto é, o desenvolvimento de métodos críticos que nos permitem distinguir entre fatos e fantasias.”

MOMIGLIANO, Arnaldo.
As raízes clássicas da historiografia moderna. Bauru: Edusc, 2004, p. 55.

É comum afirmar-se que a história, como narrativa dos acontecimentos, teria nascido com os gregos antigos. Embora ela não fosse ainda uma ciência, dava os primeiros passos para contar as coisas que aconteceram com os homens por meio de razões humanas, e não mágicas. Dois autores que se destacaram na tarefa de narrar o mundo, na Grécia Clássica, são

- a) Heródoto e Tucídides.
- b) Heródoto e Homero.
- c) Tucídides e Homero.
- d) Homero e Hesíodo.
- e) Heródoto e Cícero.

15. (Uespi 2012) A democracia continua criando polêmicas e atraindo mudanças políticas. Na época de Clístenes, na Grécia Antiga, a democracia conseguiu espaços de poder importantes. Nos tempos de Clístenes, a democracia:

- a) firmou-se com propostas descentralizadoras, ampliando a cidadania e evitando a existência do trabalho escravo, defendido pelo filósofo Aristóteles.
- b) facilitou a participação no governo dos cidadãos mais pobres, chegando a remunerar os cargos políticos e reorganizando a administração da cidade de Atenas.
- c) anulou a lei que defendia o exílio político, por ser opressiva e privilegiar a nobreza dona das grandes propriedades rurais.
- d) considerou as mulheres como participantes da cidadania, renovando as tradições e combatendo a corrupção muito comum na época da tirania.
- e) defendeu a aplicação das teorias políticas de Platão, organizando uma República onde prevalecia o poder das Assembleias Populares.

16. (Vunesp-SP 2012) *A escravatura [na Roma antiga] foi praticada desde os tempos mais remotos dos reis, mas seu desenvolvimento em grande escala foi consequência das guerras de conquista [...].*
Patrick Le Roux. *Império Romano*, 2010.

Sobre a escravidão na Roma antiga, é correto afirmar que

- a) assemelhava-se à escravidão ocorrida no Brasil colonial, pois era determinada pela procedência e pela raça.
- b) aumentou significativamente durante a expansão romana pelo Mar Mediterrâneo.
- c) atingiu o auge com a ocupação romana da Germânia e de territórios na Europa Central.
- d) diminuiu bastante após a implantação do Império e foi abolida pelos imperadores cristãos.
- e) diferenciava-se da escravidão ocorrida no Brasil colonial, pois os escravos romanos nunca podiam se tornar livres.

17. (Unicamp-SP 2012) A longa presença de povos árabes no norte da África, mesmo antes de Maomé, possibilitou uma interação cultural, um conhecimento das línguas e costumes, o que facilitou posteriormente a expansão do islamismo. Por outro lado, deve-se considerar a superioridade bélica de alguns povos africanos, como os sudaneses, que efetivaram a conversão e a conquista de vários grupos na região da Núbia, promovendo uma expansão do Islã que não se apoia na presença árabe.

Adaptado de Luiz Arnaut e Ana Mônica Lopes, *História da África: uma introdução*. Belo Horizonte: Crisálida, 2005, p. 29-30.

Sobre a presença islâmica na África, é correto afirmar que:

- a) O princípio religioso do esforço de conversão, a *jihad*, foi marcado pela violência no norte da África e pela aceitação do islamismo em todo o continente africano.
- b) Os processos de interação cultural entre árabes e africanos, como os propiciados pelas relações comerciais, são anteriores ao surgimento do islamismo.
- c) A expansão do islamismo na África ocorreu pela ação dos árabes, suprimindo as crenças religiosas tradicionais do continente.
- d) O islamismo é a principal religião dos povos africanos e sua expansão ocorreu durante a corrida imperialista do século XIX.

18. (UPF-RS 2012) O Medievo tem como marco inicial a migração de povos chamados bárbaros para a Europa Ocidental. Sobre esse processo de migração, é **incorreto** afirmar:

- a) Suas monarquias estavam baseadas na força militar.
- b) Os reis "bárbaros" eram proprietários dos reinos comandados por suas dinastias, fracionando-os entre seus herdeiros quando da morte do rei.
- c) Muitos grupos foram conduzidos a migrar devido à pressão do avanço dos hunos às planícies da Europa Oriental.
- d) Os contatos anteriores com os romanos haviam estabelecido trocas culturais expressivas, como a adoção do arianismo, forma de cristianismo, e a adoção de elementos do direito romano por alguns dos grupos germânicos.
- e) Sua noção de Estado era sólida, mas a concepção territorial previa mobilidade contínua até o esgotamento das riquezas de cada região de migração.

19. (Unemat-MT 2010) A mudança de regime político no Brasil de Monarquia para República resultou de uma série de diferentes fatores.

Em relação ao tema, assinale a alternativa **incorreta**.

- a) A avançada idade do imperador Pedro II com sua propalada incapacidade em continuar a governar o país era um dos argumentos utilizados contra a continuidade do regime monárquico.
- b) As transformações econômicas na região oeste de São Paulo, com o crescimento da produção cafeeira, fortaleceu o ideário republicano entre parcela da burguesia paulista, que fundou em 1873 o Partido Republicano Paulista (PRP).
- c) A criação do Partido Republicano, em 1870, com ativa participação política em todas as províncias no Império, foi a principal causa da mudança do regime Monárquico para República, em 1889.

- d) As ideias positivistas difundidas por Benjamin Constant obtiveram grande aceitação por parte dos militares, reforçando, no interior da corporação, a necessidade da mudança do regime.
- e) Uma das principais ideias difundidas pelos propagandistas republicanos era a de que a Monarquia significava o atraso e o conservadorismo, e a República, o avanço e o progresso político e social.
- 20.** (UFG-GO 2010) Em 2010, assiste-se à comemoração dos cem anos de nascimento de Tancredo Neves, personalidade que marcou o processo de transição democrática, na década de 1980, ao definir a estratégia política capaz de superar o impasse do último governo militar, presidido pelo general Figueiredo. Essa estratégia consistia em
- reunir uma frente de partidos, sob a liderança do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), exigindo a saída dos militares do poder.
 - liderar a campanha das Diretas Já, confiante no fato de que o regime militar seria deposto por meio da pressão social advinda das ruas.
 - concorrer à presidência da República, em uma eleição conduzida por um colégio eleitoral, e, vitorioso, negociar com os representantes do regime militar.
 - vencer a primeira eleição direta para presidente do Brasil e convocar uma nova constituinte, visando reordenar as forças políticas da sociedade brasileira.
 - organizar partidos políticos com ampla participação popular, esperando que a vitória no colégio eleitoral adviesse da atuação desses partidos.
- 21.** (UFC-CE 2010) “É preciso dizer que o que ocorreu comigo não é exceção, é regra. Raros os presos políticos brasileiros que não sofreram torturas. Muitos, como Schael Schreiber e Virgílio Gomes da Silva, morreram na sala de torturas. Outros ficaram surdos, estéreis ou com outros defeitos físicos.”
- BETO, Frei. *Batismo de Sangue: guerrilha e morte de Carlos Marighella*. 14. ed. rev. e ampliada. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.
- A partir desse trecho do depoimento de frei Tito de Alencar, escrito na prisão, em 1970, assinale a alternativa correta sobre a situação dos direitos humanos no decorrer da ditadura instalada no Brasil em 1964.
- Os governos estabelecidos depois de 1964 conseguiram provar que os que morreram na prisão já estavam doentes e não aceitavam o tratamento médico oferecido.
 - A tortura realizada nas delegacias de polícia era uma exceção, na medida em que havia a publicação de reportagens na imprensa com o objetivo de defender os direitos humanos.
 - A tortura de presos começou a ser utilizada no Brasil a partir de 1972 e foi abolida com o movimento em torno da Anistia em 1979, em sintonia com os movimentos pelos direitos humanos.
 - A coerção em torno dos meios de comunicação e a tortura em presos políticos eram meios utilizados pelo regime de 1964 para reprimir movimentos e opiniões divergentes da ideologia oficial.
 - A repressão aos meios de comunicação se realizou a partir do Governo do Presidente Médici, momento em que se inaugura a prática da tortura para obter depoimentos de subversivos.
- 22.** (Fuvest-SP 2013) *Fosse com militares ou civis, a África esteve por vários anos entregue a ditadores. Em alguns países, vigorava uma espécie de semidemocracia, com uma oposição consentida e controlada, um regime que era, em última análise, um governo autoritário. A única saída para os insatisfeitos e também para aqueles que tinham ambições de poder passou a ser a luta armada. Alguns países foram castigados por ferozes guerras civis, que, em certos casos, foram alongadas por interesses extracontinentais.*
- Alberto da Costa e Silva. *A África explicada aos meus filhos*. Rio de Janeiro: Agir, 2008, p. 139.
- Entre os exemplos do alongamento dos conflitos internos nos países africanos em função de “interesses extracontinentais”, a que se refere o texto, pode-se citar a participação
- da Holanda e da Itália na guerra civil do Zaire, na década de 1960, motivada pelo controle sobre a mineração de cobre na região.
 - dos Estados Unidos na implantação do *apartheid* na África do Sul, na década de 1970, devido às tensões decorrentes do movimento pelos direitos civis.
 - da França no apoio à luta de independência na Argélia e no Marrocos, na década de 1950, motivada pelo interesse em controlar as reservas de gás natural desses países.
 - da China na luta pela estabilização política no Sudão e na Etiópia, na década de 1960, motivada pelas necessidades do governo Mao Tse-Tung em obter fornecedores de petróleo.
 - da União Soviética e Cuba nas guerras civis de Angola e Moçambique, na década de 1970, motivada pelas rivalidades e interesses geopolíticos característicos da Guerra Fria.

23. (Fuvest-SP 2013) O que acontece quando a gente se vê duplicado na televisão? [...] Aprendemos não só durante os anos de formação mas também na prática a lidar com nós mesmos com esse “eu” duplo. E, mais tarde, [...] em 1974, ainda detido para averiguação na penitenciária de Colônia-Ossendorf, quando me foi atendida, sem problemas, a solicitação de um aparelho de televisão na cela, apenas durante o período da Copa do Mundo, os acontecimentos na tela me dividiram em vários sentidos. Não quando os poloneses jogaram uma partida fantástica sob uma chuva torrencial, não quando a partida contra a Austrália foi vitoriosa e houve um empate contra o Chile, aconteceu quando a Alemanha jogou contra a Alemanha. Torcer para quem? Eu ou eu torci para quem? Para que lado vibrar? Qual Alemanha venceu?

Gunter Grass. *Meu século*. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 237 (adaptado).

O trecho acima, extraído de uma obra literária, alude a um acontecimento diretamente relacionado

- à política nazista de fomento aos esportes considerados “arianos” na Alemanha.
- ao aumento da criminalidade na Alemanha, com o fim da Segunda Guerra Mundial.
- à Guerra Fria e à divisão política da Alemanha em duas partes, a “ocidental” e a “oriental”.
- ao recente aumento da população de imigrantes na Alemanha e reforço de sentimentos xenófobos.
- ao caráter despolitizado dos esportes em um contexto de capitalismo globalizado.

24. (UFU-MG 2012)



Bill Watterson. Disponível em: <<http://kdimagens.com/imagem/por-que-a-gente-brinca-de-guerra-e-nao-de-paz-818>>. Acesso em: 6 jul. 2012.

O século XX é considerado o século dos Estados Unidos. O país tornou-se uma superpotência mundial, internacionalizou valores e comportamentos por meio de Hollywood, esteve presente em todos os conflitos mundiais e em grande parte dos conflitos regionais e construiu um império com a ampliação de sua área de influência após a Segunda Guerra Mundial. Neste processo, as guerras empreendidas pelos Estados Unidos ao longo do século XX tiveram grande importância. Contudo, nem todos os norte-americanos aprovam as guerras empreendidas pelo país.

Na visão de Bill Watterson, a guerra é indesejável, a) pois impõe a derrota a todos os lados envolvidos, inclusive aos Estados Unidos.

b) quando os Estados Unidos têm poucas chances de vencer o inimigo.

c) mas ensina à população, e em especial às crianças, que o bem deve vencer o mal.

d) porém própria da natureza humana, contra a qual não se pode lutar.

25. (Uerj 2012) O capitalismo do século XIX tropeçou de desastre em desastre nas bolsas de valores e nos investimentos empresariais irracionais. Após a Segunda Guerra Mundial, essa desordem foi de algum modo posta sob controle na maioria das economias avançadas: sindicatos fortes, garantias trabalhistas e empresas de grande escala combinaram-se e produziram uma era, de mais ou menos trinta anos, de relativa estabilidade.

Adaptado de SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2010.

A estabilidade mencionada no texto foi proporcionada pela condição socioeconômica e pelo modelo de organização do Estado identificados em:

- a) implantação dos sistemas de crédito – moderno
- b) estruturação dos impérios coloniais – corporativista
- c) organização das redes produtivas globais – autocrático
- d) formação das sociedades de consumo de massa – de bem-estar social

26. (UFU-MG 2012) As pretensões expansionistas japonesas na Ásia, a construção da Grande Ásia Oriental, colidiam com os interesses norte-americanos para a região. Os imperialistas seguiam as estratégias siberiana e colonial. A primeira encarregou o Exército de expandir o domínio japonês para a China do Norte, Mongólia e Sibéria, rivalizando com a União Soviética. A estratégia colonial, delegada à Marinha, visava a conquista de colônias inglesas, francesas e holandesas na Ásia. O obstáculo para esse projeto era a força dos Estados Unidos no Pacífico (Alasca, Ilhas Aleutas, Filipinas e Havaí).

O projeto imperialista japonês

- a) buscava temporizar seus interesses com as forças chinesas, vistas como um importante apoio na luta contra o imperialismo norte-americano.
- b) ganhou força com o bombardeamento de Pearl Harbor e a entrada dos EUA na guerra, forçando o recuo dos movimentos anti-imperialistas nipônicos.
- c) manteve, com o fim da Segunda Guerra, suas anexações territoriais, o que lhe permitiu continuar como uma grande potência.
- d) previa a mobilização de recursos das áreas ocupadas para realimentar o complexo industrial-militar que se fortalecia internamente.

27. (Unicamp-SP 2012) Em discurso proferido em 20 de maio de 2011, o presidente dos EUA, Barack Obama, pronunciou-se sobre as negociações relativas ao conflito entre palestinos e israelenses, propondo o retorno à configuração territorial anterior à Guerra dos Seis Dias, ocorrida em 1967. Sobre o contexto relacionado ao conflito mencionado, é correto afirmar que:

- a) A criação do Estado de Israel, em 1948, marcou o início de um período de instabilidade no Oriente Médio, pois significou o confisco dos territórios do Estado da Palestina que existia até então e desagradou o mundo árabe.
- b) A Guerra dos Seis Dias insere-se no contexto de outras disputas entre árabes e israelenses, por causa das reservas de petróleo localizadas naquela região do Oriente Médio.

c) A Guerra dos Seis Dias significou a ampliação territorial de Israel, com a anexação de territórios, justificada pelos israelenses como medida preventiva para garantir sua segurança contra ações árabes.

d) O discurso de Obama representa a postura tradicional da diplomacia norte-americana, que defende a existência dos Estados de Israel e da Palestina, e diverge da diplomacia europeia, que condena a existência dos dois Estados.

28. (UFPA 2011) Borracha e borracheiro, segundo o dicionário Houaiss, podem significar:

“Borracha: substância elástica e impermeável, resultante da coagulação do látex de vários vegetais, esp. de árvores dos gêneros *Hevea* e *Ficus*, com propriedades diversas e inúmeros usos industriais, segundo os vários tipos de tratamento a que é submetida; caucho, goma-elástica.”

“Borracheiro: 1) aquele que produz, industrializa ou vende borracha ('substância') 2) Regionalismo: Brasil. indivíduo que repara e/ou vende pneus; 3) Regionalismo: Norte do Brasil. m.q. seringueiro ('trabalhador').

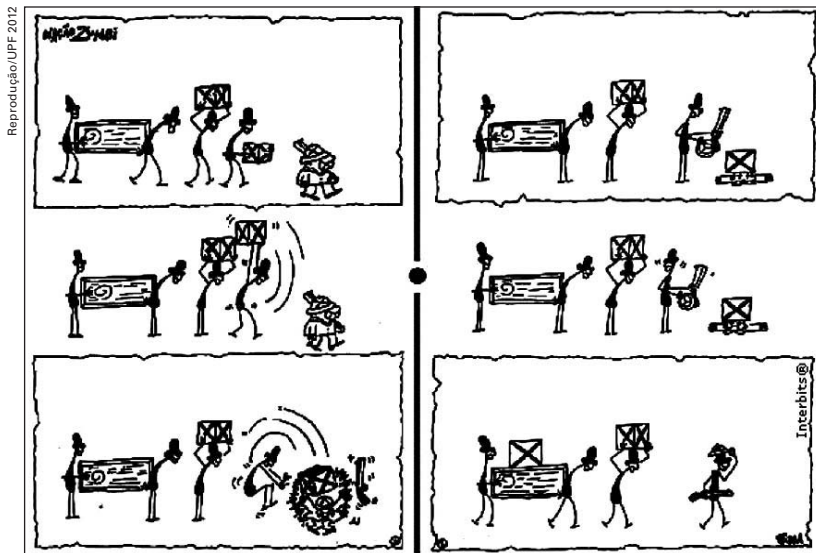
Houaiss (Dicionário da Língua portuguesa. Verbetes Borracha e borracheiro. Versão digital, SP: Instituto Antônio Houaiss, Editora Objetiva, 2009).

Os verbetes acima esclarecem os significados do termo “borracha” no Brasil. Um desses significados põe em evidência o Norte do país, em que a palavra tem um emprego diferenciado historicamente porque

- a) o norte do Brasil teve um contato mais próximo com a produção do látex e, nessa região, a palavra borracheiro passou a significar mais do que a produção da borracha em si, definindo também o seu produtor (trabalhador), o seringueiro.
- b) o Brasil, como um todo, conheceu a borracha como um produto que se industrializa, pois esse produto era extraído da Amazônia e industrializado no Centro Sul. Assim, no Norte o significado da borracha ligou-se ao campo do trabalho e no Sul vinculou-se ao da produção.
- c) o Norte do Brasil percebe a goma-elástica de maneira mais ampla e correta, pois, distinguindo-se do resto do Brasil, os nortistas conhecem o processo de produção e trabalho com o látex, diferentemente do que ocorre com os nordestinos e sulistas.
- d) o Centro-Sul do Brasil visualiza a borracha em seus produtos como os pneus; já o povo do Norte e Centro-Oeste percebem o produto em todo o seu processo produtivo, desde a extração do látex até a sua produção e comercialização.

e) o Centro-Sul do Brasil é o reduto da produção e do trabalho com o látex, por isso o significado da palavra é mais amplo. Já no Norte e Nordeste apenas se sabe que a borracha tem utilidades como a fabricação do pneu, o que justifica o uso mais simplificado da palavra.

29. (UPF-RS 2012) Analise a charge abaixo que apresenta alguns elementos dos processos de descolonização ou libertação da África negra durante o século XX. Aponte a assertiva **correta** com base na imagem e na história do processo de independência das colônias africanas.



- a) A descolonização foi uma iniciativa dos colonizadores, que, conscientes da importância do princípio de autodeterminação dos povos, afastam-se para deixar que cada nação africana ainda regida por europeus seja independente.
- b) Muitas lideranças africanas implementaram ditaduras pautadas na força quando da sua independência em relação aos europeus.
- c) A luta anticolonial foi estimulada pela Segunda Guerra Mundial, quando soldados das colônias foram incorporados aos exércitos nas batalhas da Europa e obtiveram direitos políticos para suas nações em função de sua participação na derrocada do nazifascismo.
- d) Apesar de alguns líderes africanos terem se destacado na luta pela independência, o processo foi solucionado de forma pacífica, evidenciando a conscientização de todos os envolvidos.
- e) O Pan-Africanismo visava congregiar as nações independentes em entidades desportivas que auxiliassem na sua afirmação identitária nacional, fazendo uso da Copa da África, Copa do Mundo e Olimpíadas para reforçar a união de suas populações.

30. (Udesc 2012) Leia o trecho abaixo:

“Os 45 anos que vão do lançamento das bombas atômicas até o fim da União Soviética não formam um período homogêneo único na História do Mundo. Apesar disso, a História desse período foi reunida sob um padrão único pela situação internacional peculiar que dominou até a queda da URSS: o constante confronto das duas superpotências que emergiram da Segunda Guerra Mundial na chamada ‘Guerra Fria’.”

HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995, p. 223.

Sobre o exposto pelo historiador Eric Hobsbawm, é **correto** afirmar:

- a) A URSS citada pelo historiador foi um dos polos do mundo bipolarizado, e o seu adversário no campo político e ideológico, no período, foram os Estados Unidos.
- b) Durante o período citado, ocorreram conflitos significativos, como a Guerra da Coreia e a Queda da Bastilha.
- c) A Guerra Fria ainda é uma realidade, pois a Rússia se recusa a entrar para a OTAN e ainda há o perigo crescente de uma guerra entre russos e americanos.
- d) O Atentado contra as torres gêmeas em Nova York, em setembro de 2001, pôs fim à Guerra Fria.
- e) Uma das duas potências que emergiram como resultado da Segunda Guerra, como cita Hobsbawm, foi a Alemanha.

31. (UPE 2012) Leia atentamente o trecho que se segue, extraído do livro de memórias do cineasta espanhol Luis Buñuel (1900-1983):

“Em julho de 1936, Franco desembarcava à frente de tropas marroquinas, com a intenção inabalável de acabar com a República e de restabelecer ‘a ordem’ na Espanha. Minha mulher e meu filho acabavam de retornar a Paris, fazia um mês. Eu estava sozinho em Madri. Em uma manhã, bem cedo, fui acordado por uma explosão, seguida de várias outras. Um avião republicano bombardeava o quartel de La Montaña, e ouvi também alguns disparos de canhão. [...]. Eu mal podia crer. [...] A revolução violenta que sentíamos germinar havia alguns anos, e que pessoal-

mente eu tanto almejava, passava sob a minha janela, diante dos meus olhos. Ela me encontrava desorientado, descrente.”

(BUÑUEL, Luis. *Meu último suspiro*. São Paulo: Cosac & Naify, 2009, p. 215. Adaptado.)

Baseando-se no texto acima e no fato histórico por ele mencionado, analise as afirmações seguintes:

- I. Madri foi um dos palcos da Guerra Civil Espanhola (1936-1939), que dividiu a Espanha entre radicais conservadores de direita e republicanos de esquerda.
- II. O general Franco tinha o apoio interno da Igreja, do exército e dos latifundiários, contando, ainda, com o apoio internacional da Alemanha hitlerista.
- III. A fuga para o exterior, como fez a esposa e o filho de Buñuel, foi uma prática comum entre os cidadãos espanhóis, durante a guerra, a qual recebia apoio dos republicanos.
- IV. Apoiados pela Igreja, os republicanos não aceitaram a participação de voluntários estrangeiros em seu exército.
- V. Os republicanos de esquerda foram influenciados pelo pensamento socialista e anarquista.

Estão corretas

- | | |
|------------------|----------------|
| a) I, III e IV. | d) II, IV e V. |
| b) I, IV e V. | e) I, II e V. |
| c) II, III e IV. | |

32. (UFSM-RS 2011) “A primeira coisa, portanto, é dizer-vos a vós mesmos: Não aceitarei mais o papel de escravo. Não obedecerei às ordens como tais, mas desobedecerei quando estiverem em conflito com a minha consciência. O assim chamado padrão poderá sussurrar-vos e tentar forçar-vos a servi-lo. Direis: Não, não vos servirei por vosso dinheiro ou sob ameaça. Isso poderá implicar sofrimentos. Vossa prontidão em sofrer acenderá a tocha da liberdade que não pode jamais ser apagada.” (Mahatma Gandhi)

In: MOTA, Myriam; BRAICK, Patrícia. *História das cavernas ao Terceiro Milênio*. São Paulo: Moderna, 2005. p.119.

“Acenderá a tocha da liberdade que não pode jamais ser apagada” são palavras de Mahatma Gandhi (1869-1948) que, no contexto da Guerra Fria, inspiraram movimentos como

- a) o acirramento da disputa por armamentos nucleares entre os EUA e a URSS, objetivando a utilização do arsenal nuclear como instrumento de dissuasão e amenização das disputas.
- b) a reação dos países colonialistas europeus visando a diminuir o poder da Assembleia Geral

da ONU e reforçar o poder do Secretário Geral e do Conselho de Segurança.

- c) as concessões unilaterais de independência às colônias que concordassem em formar alianças econômicas, políticas e estratégicas com suas antigas metrópoles, como a Comunidade Britânica de Nações e a União Francófona.
- d) o reforço do regime de “apartheid” na África do Sul que, após prender o líder Nelson Mandela e condená-lo à prisão perpétua, procurou expandir a segregação racial para os países vizinhos, como a Rodésia e a Namíbia.
- e) o não alinhamento político, econômico e militar aos EUA ou à URSS, decisão tomada pelos países do Terceiro Mundo reunidos na Conferência de Bandung, na Indonésia.

33. (PUC-RS 2010) Inicialmente favorecida pelas condições internacionais do pós-Primeira Guerra, a economia dos Estados Unidos conheceu um período de forte expansão e euforia nos anos 1920. Todavia, ao final dessa década, o país seria um dos focos da crise mundial de 1929 e da Grande Depressão que a seguiu. Um dos motivos dessa violenta reversão de expectativas foi

- a) a falência das principais medidas estabilizadoras do New Deal.
- b) a política antitruste determinada pela Sociedade das Nações.
- c) a perda de mercados devido à descolonização afro-asiática.
- d) a superprodução no setor primário dos Estados Unidos.
- e) o crescimento da dívida norte-americana em relação às principais potências europeias.

34. (UFTM-MG 2012) Leia o trecho, escrito por uma operária inglesa, que trabalhou durante a Primeira Guerra Mundial, 1914-1918, em uma fábrica de munição, e observe o cartaz produzido nos EUA por J. Howard Miller, durante a Segunda Guerra Mundial, 1939-1945.

Não sei dizer quanto as outras ganhavam na fábrica de bombas, mas sei que eles pagavam apenas 25 centavos por semana a cada moça para enchê-las, o que não era muito. Aliás, não dava para viver com esse dinheiro, pois precisávamos comer e não ganhávamos refeições. Mas, quando elas entraram em greve, o salário aumentou uns 5 ou 6 centavos por semana, e foi criado um sistema de bonificação.

(Mary Brough-Robertson *apud* Max de Arthur. *Vozes esquecidas da 1ª Guerra Mundial*, 2011.)



We can do it! Nós podemos fazer!

Os documentos permitem afirmar:

- a) graças ao feminismo, que se tornou uma força social, as mulheres conquistaram igualdade de direitos no mercado de trabalho.
 - b) as guerras mundiais travadas na primeira metade do século XX exigiram a mobilização de toda a sociedade no esforço para vencer os inimigos.
 - c) as tentativas de se valer do trabalho feminino foram improdutivas, pois as mulheres não se adaptaram ao rigor do ritmo fabril.
 - d) os modernos armamentos industriais, graças a sua precisão, protegem a população civil dos enfrentamentos bélicos.
 - e) a produção industrial do período era pouco especializada, uma vez que ainda comportava o trabalho feminino.
- 35.** (FGV-SP 2012) A I Guerra Mundial (1914-1918) provocou mudanças importantes no mapa político da Europa. Entre essas, é correto apontar a
- a) devolução da Alsácia-Lorena, então com a Alemanha, para a França e a concessão de uma saída para o mar para a Polônia, criando o chamado Corredor Polonês.
 - b) perda, pela Itália, da região de Trieste para a Iugoslávia, e a cessão, pela França, da região basca para a Espanha.
 - c) anexação do norte da Bélgica pela França e o reconhecimento da independência da Grécia.
 - d) incorporação de Montenegro ao território grego e a fragmentação do Reino Unido, com a independência do País de Gales.

e) ampliação do Império Austro-Húngaro, com o ajuntamento da Sérvia, e a devolução da Armênia para o Império Turco.

- 36.** (EsPCex-Aman 2012) Nas décadas finais do Séc. XX, a União Soviética passou por uma série de transformações que levaram ao fim do socialismo. Essas mudanças foram marcadas por:
- a) acordos de eliminação de mísseis entre as superpotências, interrompidos com a entrada soviética no Afeganistão em 1988.
 - b) políticas que levaram a uma abertura política e econômica, conhecidas como glasnost e perestroika.
 - c) aprofundamento do processo de distensão e fortalecimento do Pacto de Varsóvia.
 - d) fim do monopólio do Partido Comunista, implantação do unipartidarismo e instauração de eleições diretas em 1989.
 - e) restabelecimento dos Kolkoses e Sovekoses nos campos, abertura do país a empresas estrangeiras e intensificação das alianças geopolíticas bipolares.

- 37.** (UPM-SP 2010) *"Morrer pela Pátria, pela Ideia! [...] Não, isso é fugir da verdade. Mesmo no front, matar é que é importante [...] Morrer não é nada, isso não existe. Ninguém pode imaginar sua própria morte. Matar é o importante. Essa é a fronteira a ser cruzada. Sim, esse é um ato concreto de vontade. Porque aí você torna sua vontade viva na de outro homem."*

Da carta de um jovem voluntário da República Social Fascista, de 1943.

A respeito do contexto em que se inserem as Grandes Guerras Mundiais do século XX, considere I, II e III a seguir.

- I. Os conflitos econômicos, sociais e ideológicos entre as principais potências capitalistas, tanto no período anterior a 1914 quanto naquele que antecede à Segunda Guerra, levaram à disputa imperialista e à corrida armamentista.
- II. Nas origens dos dois grandes conflitos mundiais, podemos identificar a intensificação da propaganda nacionalista e a formação de um sistema de alianças político-militares entre as nações imperialistas.
- III. Nas duas guerras, o conflito armado entre as potências imperialistas, apesar do pesado custo em termos de vítimas, conseguiu solucionar os problemas econômicos, as divergências e os ressentimentos entre as nações beligerantes.

Desse modo,

- a) somente I está correta.
- b) somente II está correta.
- c) somente III está correta.
- d) somente II e III estão corretas.
- e) somente I e II estão corretas.

38. (UFPR 2013) Em 2012 completaram-se 30 anos da Guerra das Malvinas (*Malvinas* para os argentinos; *Falklands* para os ingleses), sendo que as animosidades entre Argentina e Inglaterra na disputa pelas ilhas inglesas situadas ao extremo sul da América do Sul foram recentemente lembradas pela presidenta argentina Cristina Kirchner. Sobre esse conflito, é correto afirmar:

- a) O conflito foi iniciado pelos ingleses, por conta da existência de petróleo na região, que começava a ser explorado por companhias argentinas de forma clandestina. A superioridade militar e econômica da Inglaterra contou para a derrota dos argentinos, que foram pegos desprevenidos em um ataque-surpresa. Como resultado, a Argentina amargou uma grave crise econômica.
- b) O conflito foi iniciado pela Argentina no contexto da intensa ditadura peronista iniciada em 1976. A herdeira política de Perón, Isabelita, recorreu à elite militar para retomar as Ilhas Malvinas, cujos recursos se esgotavam com a exploração inglesa. Apesar da derrota argentina, o tratado de paz garantiu que a população argentina habitante das ilhas pudesse controlar a ocupação inglesa.
- c) O conflito foi iniciado pelos ingleses, que não toleravam a ocupação desordenada dos argentinos sobre as suas ilhas. Os argentinos, por sua vez, nunca aceitaram o domínio inglês sobre as ilhas, e desde o início dos anos 1980 prepararam-se para retomar o território. A prosperidade econômica pela qual a Argentina passava foi decisiva para que o país vencesse a guerra.
- d) O conflito foi desencadeado pela Argentina no contexto da ditadura militar iniciada em 1976. A fim de angariar apoio popular no início dos anos 1980, o governo almejou reconquistar as Ilhas Malvinas, retomando um discurso nacionalista. Contudo, com a rápida derrota dos argentinos, o regime militar logo foi derrubado, sucedido por um governo democrático e civil em meio a uma grave crise econômica.

e) O conflito foi iniciado pelos argentinos, que desejavam retomar o território por conta de seus recursos minerais, a fim de aplacar a grave crise econômica que assolava a Argentina. A Inglaterra não queria deixar as Ilhas, por se beneficiar das riquezas naturais em um período de instabilidade financeira após o desmantelamento do Estado de Bem-Estar Social. Aproveitando-se da fragilidade inglesa, a Argentina venceu a guerra.

39. (UFG-GO 2012) Em 1951, o governo peronista projetou a construção de um monumento para homenagear os trabalhadores argentinos, intitulado "O descamisado". Desde 1952, com a morte de Eva Perón, atribuiu-se ao monumento a função de homenagear também a primeira-dama argentina. Ao associar essas duas homenagens, o monumento

- a) exprimia o protagonismo político dos operários no regime peronista.
- b) expressava as origens populares dos líderes do regime peronista.
- c) aludia ao caráter assistencialista identificado ao governo peronista.
- d) explicitava o princípio socialista presente no regime peronista.
- e) definia o lugar marginal da elite socioeconômica argentina no governo peronista.

40. (UPE 2010) As grandes guerras mundiais provocaram dificuldades nas relações internacionais, gerando ressentimentos e disputas diplomáticas. Os Estados Unidos procuraram fazer valer sua influência no mundo e confirmar suas conquistas políticas. Na Conferência de Potsdam, as divergências eram evidentes entre os aliados.

Nessa perspectiva, as relações entre as nações

- a) permaneceram tensas, destacando-se o enfraquecimento do poder da Inglaterra e as perdas europeias provenientes da 2ª guerra mundial.
- b) tiveram um momento de paz, com acordos que fortaleceram a economia mundial e a democracia nos países do Ocidente.
- c) ajudaram a debilitar o poder político da União Soviética, liderada por Stalin e o Partido Comunista, com um socialismo totalitário.
- d) facilitaram o soerguimento imediato da Alemanha com o auxílio de empréstimos norte-americanos e a vitória da democracia parlamentar.
- e) modificaram-se, trazendo o fim dos governos totalitários com suas ideias imperialistas e sua violência política contra seus opositores.

Glossário

Anistia: Palavra de origem grega que significa "esquecimento", "perdão" em sentido amplo. Juridicamente, a anistia é um ato do poder público que declara que os delitos praticados em determinada época, por motivos políticos, devem ser esquecidos, ou seja, não podem ser passíveis de punição. No Brasil, a reivindicação de uma "anistia ampla, geral e irrestrita", nos últimos anos da década de 1970, marcou o início do processo de abertura política no período final do regime militar (1964-1985).

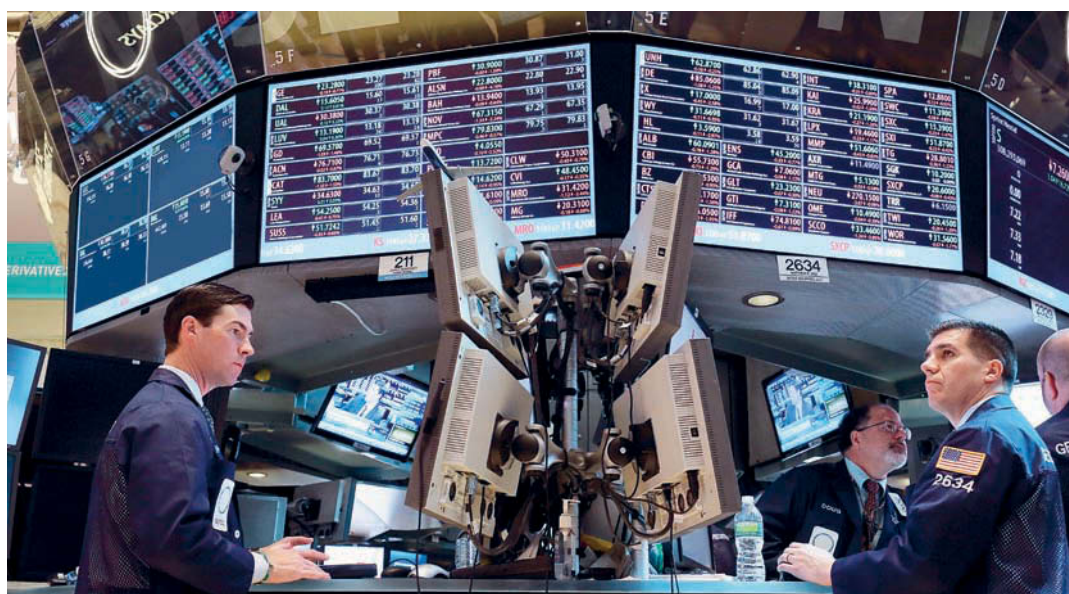
Autodeterminação dos povos: Expressão muito usada nos anos 1940 e 1950, designa a capacidade de um povo se autogovernar, ou seja, de exercer sua soberania como nação independente e de decidir seu próprio destino.

Balança comercial: Relação entre as exportações e as importações de um país. Quando o valor das exportações excede o das importações, o país apresenta *superavit* e torna-se credor estrangeiro. Quando o valor das importações supera o das exportações, o país está em dívida com o estrangeiro e apresenta um *deficit* em sua balança comercial.

Blitzkrieg: Palavra alemã que significa 'guerra-relâmpago'. Tática militar empregada pelos

alemães durante a Segunda Guerra Mundial, que consistia no emprego coordenado da infantaria, dos tanques e da aviação em ataques fulminantes.

Bolsa de Valores: Instituição pública ou privada destinada às operações de compra e venda de ações (título que representa a menor fração do capital de uma empresa). As bolsas surgiram na Bélgica, no século XIV, quando a compra e a venda de ações ou o seu equivalente passaram a ser consideradas um negócio respeitável e deixaram de ser feitas na rua. A origem do termo se deve ao fato de grupos de comerciantes se encontrarem para fazer negócios diante da casa de uma família de nome "Bursen", na cidade de Bruges, que possuía na porta um desenho de brasão com um escudo e três bolsas. A casa ficou conhecida como a "casa das bolsas". Na Inglaterra, no século XVIII, os corretores e investidores se encontravam em cafés para realizar seus negócios; em 1773, eles criaram a primeira bolsa de valores inglesa. A Bolsa de Nova York, conhecida como "Wall Street", e a mais importante do mundo atual, foi estabelecida em 1792. No Brasil, a primeira Bolsa a ser fundada foi a do Rio de Janeiro, em 1845.



Spencer Platt/Getty Images

Bolsa de Valores de Nova York. Foto de 2013.

Classe média: A Fundação Getúlio Vargas define a classe média como famílias com renda entre 1 064 reais e 4 591 reais mensais. Muitos autores preferem a expressão *classes médias*, no plural, pois esse grupo é formado por setores heterogêneos da população, como assalariados de renda média, funcionários públicos, profissionais liberais (médicos, advogados, engenheiros, etc.), pequenos comerciantes, intelectuais e outros. Tem esse nome porque se situa entre a camada mais rica da população e o proletariado, ou classe operária.

Coronéis: Título dado, no interior do Brasil, aos chefes políticos locais, geralmente fazendeiros ou grandes comerciantes, que exerciam enorme poder sobre o eleitorado de sua região durante a Primeira República (1889-1930). Em troca de pequenos favores (alimentos, bens, empregos, etc.), os coronéis exigiam que a produção votasse no candidato apoiado por eles. Embora não fossem militares, comandavam tropas de homens armados.

Deficit: Em finanças, diz-se que há um *deficit* quando as despesas são maiores do que as receitas. Em empresas comerciais, *deficit* é o mesmo que prejuízo. Ou seja, as despesas e os pagamentos são maiores que o faturamento e o total de crédito. Nas finanças públicas, fala-se em *deficit* orçamentário quando as despesas são superiores à arrecadação.

Democracia: A democracia moderna nasceu na Europa do século XVIII, em oposição ao Absolutismo. Atualmente, a prática democrática

pode se manifestar de diferentes maneiras. Existe a *democracia direta*, na qual se supõe o exercício do poder político pelo povo reunido em assembleias. O povo elabora leis, administra e promove julgamentos. A *democracia representativa* ou *indireta* é aquela em que o povo elege periodicamente seus representantes para que eles, em nome da população, tomem as decisões políticas em prol dos interesses populares. A *democracia participativa*, ou *semidireta*, caracteriza-se pela coexistência de elementos da democracia representativa com outros da democracia direta, como iniciativa popular, plebiscito, referendo, etc.

Desobediência civil: Forma de protesto que consiste em violar deliberadamente a lei sem fazer uso de violência. O objetivo de um ato de desobediência civil é chamar a atenção para uma lei injusta ou para uma causa justa, apelar para a consciência da população e forçar as autoridades a negociar ou a reconhecer sua exigência como legítima. Trata-se de um ato político não violento, que pretende uma mudança nas leis ou na política. Em geral, as pessoas que praticam essa forma de protesto pacífico não se negam a cumprir as sanções legais a que ficam sujeitas em decorrência de seus atos. Gandhi inspirou-se nas obras de Leon Tolstói, Henry Thoreau e John Ruskin para propor sua vitoriosa campanha de desobediência civil na Índia. Hoje, ele é considerado, assim como Martin Luther King, um dos principais formuladores dos princípios da desobediência civil.

Rodolfo Bührer/Fotorena/Folhapress



Urnas eletrônicas e funcionárias da Justiça Eleitoral de Curitiba durante eleições municipais. Foto de 2012.

Economias emergentes: Atualmente, os países são classificados em três grandes grupos: países desenvolvidos (como os Estados Unidos, o Japão e a França); países pobres (como o Haiti, Bangladesh e Sudão); e países em desenvolvimento (como o México, o Chile e a Indonésia). Entre os países em desenvolvimento há um grupo cuja economia vem crescendo de forma mais acelerada. Esse grupo é chamado de emergente. Ou seja, segundo alguns critérios, eles estão próximos de se tornarem desenvolvidos. Entre esses países, ou economias emergentes, estão o Brasil, a Rússia, a Índia, a China e a África do Sul, grupo conhecido por Brics.

Economia socialista de mercado: O termo se refere a um socialismo que, sem abandonar o dirigismo estatal, adota uma economia de mercado mais aberta a investimentos estrangeiros. Esse modelo foi adotado na China a partir do fim da década de 1970, quando o país criou zonas econômicas especiais, abertas a investimentos estrangeiros, e incentivou a propriedade privada no campo. A China implantou as fábricas de menor custo do mundo – graças a um baixo custo de mão de obra –, dando origem ao imbatível “preço chinês”, e vem se associando a gigantescas empresas globais. Para muitos estudiosos, esse modelo nada tem a ver com socialismo, uma vez que, de acordo com concepções ortodoxas, o socialismo sempre pregou a eliminação da irracionalidade da economia de mercado, e a economia de mercado nega a interferência e o dirigismo do Estado.

Encilhamento: Nome dado à política monetária instituída no Brasil, no governo provisório de Deodoro da Fonseca, pelo ministro da Fazenda Rui Barbosa. O termo *encilhamento* é uma referência ao lugar do hipódromo onde são feitas as apostas nos cavalos.

Estado de sítio: Medida de emergência que consiste na cessação temporária das garantias constitucionais. Instrumento legal que pode ser aplicado pelo presidente da República em caso de uma agressão armada estrangeira, ou de grave comoção interna que coloque em risco a ordem social. No estado de sítio, o governo assume poderes que são normalmente atribuição do Legislativo e do Judiciário, e suspende ou restringe os direitos dos cidadãos, ou seja, o governo pode determinar a busca

e apreensão em domicílio, a suspensão de liberdade de reunião, a censura aos meios de comunicação, a obrigação de residência em determinada região.

Fundamentalista: É uma forma de extremismo religioso que defende seus dogmas como verdade indiscutível. No caso dos muçulmanos, os fundamentalistas pretendem impor sua versão da lei islâmica ao Estado e à sociedade. Há também fundamentalistas em outras crenças religiosas, não só entre os muçulmanos.

Golpe de Estado: Tomada de um governo pela força e sem a participação da população, ignorando as regras de sucessão estabelecidas pela sociedade. Um golpe de Estado é uma forma ilegítima de tomada do poder, geralmente perpetrada com o apoio das forças armadas ou partes delas.

Guerra do Golfo: Conflito bélico ocorrido no Oriente Médio em 1990 e que teve como estopim a anexação do Kuwait, país rico em petróleo, pelas tropas iraquianas. O Conselho de Segurança da ONU aprovou uma ofensiva militar contra o Iraque. A operação foi liderada pelas Forças Armadas dos Estados Unidos e contou com o apoio de outros trinta países. Os ataques se estenderam por pouco mais de um mês, quando os iraquianos se retiraram do Kuwait. A guerra deixou um saldo de cerca de 140 mil mortos, entre civis e militares.



Marines norte-americanos durante a Guerra do Golfo. Foto de 1998.

Habeas corpus: Instrumento legal que protege certos direitos das pessoas, impedindo que elas sejam arbitrariamente detidas ou presas. A expressão, de origem latina, significa “tenha seu corpo”. Recorre-se a um pedido de *habeas corpus* diante de atos abusivos de autoridade, ou da prisão de alguém sem mandato judicial.

Hipoteca: Garantia de pagamento de uma dívida sob a forma de um bem imóvel. Embora conserve a posse do bem, o devedor só readquire sua propriedade após o pagamento integral da dívida. Se a dívida não for paga, ou se for paga apenas uma parte dela ao fim do prazo contratado, o credor pode executar a hipoteca, assumindo a propriedade total do bem.

Impeachment: Medida pela qual se destitui, mediante deliberação do poder Legislativo, o ocupante do cargo governamental que pratica crime de responsabilidade.

Indústria de base: É o setor da economia que se dedica à produção de matérias-primas, produtos semielaborados, máquinas pesadas e equipamentos destinados à própria indústria, ou seja, que serão utilizados na produção de outros bens. Desse setor fazem parte a siderurgia (produção de aço), a metalurgia, a petroquímica, a produção naval e de cimento. Também é chamada de indústria pesada e indústria de bens de produção.

Inflação: Aumento persistente e acentuado dos preços em geral, de que resulta uma contínua perda do poder aquisitivo da moeda. Veja também *hiperinflação*.

Lei ordinária: É aquela que é ou pode ser feita com facilidade, mês a mês, ano a ano, nos moldes estabelecidos pela Constituição.

Liberalismo econômico: Teoria econômica que defende a liberdade de mercado e opõe-se à intervenção do Estado na economia.

Mercado paralelo: Em situações de crise econômica aguda, ou de guerras, muitos produtos desaparecem do mercado. Nesse contexto, alguns comerciantes passam a vender esses produtos às escondidas e por preços muito mais altos. O mercado paralelo é formado por esses comerciantes e pelos consumidores que podem ter acesso a tais produtos.

Miscigenação: Cruzamento entre pessoas de etnias diferentes; o mesmo que mestiçagem.

Movimentos messiânicos: Também chamados de milenaristas, são movimentos sociais de fundo religioso e liderados por pessoas místicas que anunciam uma nova era de justiça e felicidade. No Brasil, o movimento messiânico mais conhecido foi o de Canudos (1893-1897), liderado pelo místico Antônio Conselheiro.



João Prudente/Pulsar Imagens

Terminal marítimo de empresa petroquímica de Maceió-AL. Foto de 2009.

Neoconservadorismo: Corrente de pensamento estadunidense que sintetiza alguns valores morais e éticos da religião judaico-cristã com a ideia de que o destino dos Estados Unidos é ser a mais importante nação do planeta. Seus defensores consideram a disseminação da democracia passo fundamental para que a segurança global e a liberdade sejam mantidas, nem que para tanto seja necessário adotar uma política externa agressiva, unilateral e imperial. Essa linha de pensamento é bastante influenciada pelo trabalho do matemático e filósofo alemão Leo Strauss (1899-1973), que defendia a teoria de que nem todo império significa tirania. Outro influente pensador do neoconservadorismo é o matemático Albert Wohlstetter (1912-1997), teórico de estratégias de defesa nuclear e um dos principais mentores da política de defesa do ex-presidente Ronald Reagan (1981-1985; 1985-1989). Muitos neoconservadores, também chamados de neocons, são intelectuais que se desiludiram com a esquerda na passagem dos anos 1960 para os anos 1970. Os neoconservadores conquistaram grande espaço durante os dois mandatos do presidente George W. Bush (2001-2005; 2005-2009), chegando a assumir cargos estratégicos no governo.

Oriente Médio: Forma pela qual a região da Ásia mais próxima da Europa e da África ficou conhecida no Ocidente.

Oligarquia: Governo de poucas pessoas pertencentes a um mesmo grupo social e a um mesmo partido. Em alguns casos, a oligarquia é formada por membros de uma mesma família ou clã.

Partido Comunista Brasileiro (PCB): Fundado em março de 1922, o PCB surgiu como Partido Comunista do Brasil após reuniões constitutivas realizadas no Rio de Janeiro, em novembro de 1921, lideradas por Astorjildo Pereira. O nome "Partido Comunista do Brasil" foi mantido até 1962, quando a organização passou a se chamar "Partido Comunista Brasileiro", em decisão política que visava fortalecer o fato de ser um partido brasileiro, e não vinculado à União Soviética. Alguns meses depois de sua fundação em 1922, feita nos termos do Código Civil, o PCB foi reprimido e obrigado a atuar na ilegalidade, situação que seria frequente em sua história, marcada por curtos períodos de legalidade. Finalmente, em 1985, quando o país recuperou o respeito às liberdades políticas, o PCB pôde ser legalizado e, em 1989, participou das eleições presidenciais. Veja também *Partido Comunista do Brasil*.



Arquivo Iconographia/Reminiscências

Fundadores do Partido Comunista do Brasil, em 1922.

Partido Comunista do Brasil (PCdoB): Fundado em 1962 por dissidentes do Partido Comunista Brasileiro, entre os quais Diógenes Arruda, João Amazonas, Maurício Grabois e Pedro Pomar. O PC do B alinhou-se ao Partido Comunista Chinês e ao Partido do Trabalho Albanês, que divergiam do Partido Comunista da União Soviética, ao qual se vinculava o PCB. Veja também *Partido Comunista Brasileiro*.

População economicamente ativa: Termo empregado para denominar o potencial de mão de obra com que o setor produtivo do país pode contar. É formado pelas pessoas em idade de trabalhar que estão efetivamente trabalhando ou procurando emprego.

Populismo: Prática política que consiste em fazer a defesa das camadas menos privilegiadas da população, explorando suas emoções e simpatias com objetivos políticos. No populismo, o governante ora atende às reivindicações e vontades do povo, ora atende às reivindicações das classes privilegiadas, num jogo de alternâncias constante, de modo a manter sempre o poder. Mesmo quando concede direitos a uma camada da população, o faz de forma a atrelá-la ao Estado. O populismo brasileiro afirmou-se com Getúlio Vargas e os políticos a ele relacionados. Getúlio Vargas

manipulava as vontades do povo, da oligarquia cafeeira e da burguesia industrial que então surgia.

Populista: Político que pratica o populismo. Veja *Populismo*.

Recessão: Conjuntura de retraimento ou declínio da atividade econômica de um país. Durante um período de recessão, o crescimento econômico do país diminui e empresas fecham as portas, pois sua produção se torna muito menor, causando desemprego e estagnação. O termo é comumente empregado como sinônimo de “crise econômica”.

Regimes totalitários: Regimes políticos nos quais todo o poder se concentra nas mãos de um pequeno grupo de pessoas organizado na forma de partido único. Forma exacerbada de ditadura, na qual até mesmo a vida individual das pessoas é controlada pelo Estado.

Terceirização: Prática empresarial que consiste em transferir para outras empresas certos serviços antes executados por seus funcionários. Ou seja, com a terceirização a empresa delega a “terceiros” funções que fazem parte de seu processo produtivo. Geralmente, as atividades terceirizadas estão relacionadas a atividades periféricas ou complementares a uma empresa. O objetivo da terceirização é reduzir custos de produção.

Joe Raedle/Getty Images



Desempregado em rua de Pompano Beach, na Flórida, segura uma placa na qual se lê: “Preciso de trabalho”. Foto de 2011.

Sugestões de filmes e de leituras complementares

As sugestões de filmes e de leituras complementares encontram-se distribuídas em pequenos boxes na cor azul ao longo dos capítulos.

Bibliografia básica

- ARNS, Paulo Evaristo. *Brasil: nunca mais*. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- AS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS. Diversos autores. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- ATLANTE GEOGRAFICO MODERNO. Novara: Istituto Geografico de Agostini, 1998.
- AYERBE, Luis Fernando. *A Revolução Cubana*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2004.
- AZEVEDO, Antonio Carlos do Amaral. *Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites do século XIX*. São Paulo: Annablume, 2004.
- BARBOSA, Lucia Maria de Assunção (Org.). *De preto a afrodescendente: trajetos de pesquisa sobre relações étnico-raciais no Brasil*. São Carlos: Ed. da Ufscar, 2003.
- BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina*. São Paulo/Brasília: Edusp/Fundação Alexandre de Gusmão, 2004. 7 v.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Incola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 5. ed. Brasília/São Paulo: Ed. da UnB/Imprensa Oficial, 2000. 2 v.
- BOUDON, Raymond; BOURRICAUD, François. *Dicionário crítico de sociologia*. 2. ed. São Paulo: Ática, 2001.
- BRODY, David Eliot; BRODY, Arnold R. *As sete maiores descobertas científicas da história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- BURKE, Peter. *Testemunha ocular: história e imagem*. Bauru: Edusc, 2004.
- CÂMARA CASCUDO, Luís da. *Dicionário do folclore brasileiro*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1988.
- _____. *História da alimentação no Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1983. 2 v.
- _____. *Made in África*. São Paulo: Global, 2002.

- CARDOSO, Maurício et al. *Negro e negritude*. São Paulo: Loyola, 1997.
- CARDOSO, Rafael. *A arte brasileira em 25 quadros*. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O racismo na história do Brasil*. 8. ed. São Paulo: Ática, 2002.
- CARR, Edward Hallett. *Que é história?* 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- _____. *Cidadania no Brasil. O longo caminho*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- _____. *Os bestializados*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CHASTEEN, John Charles. *América Latina: uma história de sangue e fogo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2003.
- CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. *Pintura, história e heróis no século XIX: Pedro Américo e "Tiradentes esquartejado"*. Campinas: Tese de doutorado defendida na Unicamp, 2005.
- CRUZ, Heloisa de Faria. *Trabalhadores em serviços: dominação e resistência (São Paulo – 1900/1920)*. São Paulo: Marco Zero/MCT-CNPq, 1991.
- CUMMING, Robert. *Para entender a arte*. São Paulo: Ática, 2000.
- CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura/Fapesp, 1992.
- DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. *A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo (1920-1934)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- DEMANT, Peter. *O mundo muçulmano*. São Paulo: Contexto, 2004.
- DICIONÁRIO DE HISTÓRIA DO BRASIL. 4. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1976.
- DIETRICH, Ana Maria. *Caça às suásticas: o partido nazista em São Paulo sob a mira da polícia política*. São Paulo: Humanitas/Imprensa Oficial/Fapesp, 2007.
- ESTATÍSTICAS HISTÓRICAS DO BRASIL: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE. 1990.
- FAIRBANK, John King; GOLDMAN, Merle. *China: uma nova história*. Porto Alegre: L&PM, 2008.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp/FDE, 1998.
- FERRO, Marc. *A revolução russa de 1917*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1967.
- _____. *História das colonizações: das conquistas às independências. Século XIII a XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- GASPARI, Elio. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- _____. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- _____. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- _____. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 6. ed. São Paulo: Ática, 2003.
- HAGEN, Rose-Marie; HAGEN, Rainer. *Los secretos de las obras de arte*. Madrid: Taschen, 2005. 2 v.
- HOBBSAWM, Eric J. *A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- _____. *A era dos impérios: 1875-1914*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- _____. *Ecos da Marsehesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- _____. *Globalização, democracia e terrorismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- _____. *Mundos do trabalho*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- _____. *O novo século: entrevista a Antonio Polito*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- _____. *Revolucionários*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). *História geral da civilização brasileira*. 5. ed. São Paulo: Difel, 1982. 11 v.
- JANCÓS, István (Org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo/Ijuí: Fapesp/Hucitec/Unijuí, 2003.
- KARNAL, Leandro. *Oriente Médio*. São Paulo: Scipione, 1994.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.
- LOPES, Nei. *Enciclopédia brasileira da diáspora africana*. São Paulo: Selo Negro, 2004.
- NEVINS, Allan; COMMAGER, Henry Steele. *Breve história dos Estados Unidos*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986.
- NOVAIS, Fernando A. (Dir.); ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. 4 v.
- OLIVER, Roland. *A experiência africana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- PENNA, Lincoln de Abreu. *República brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- PERAZZO, Priscila Ferreira. *Prisioneiros da guerra: os "súditos do Eixo" nos campos de concentração brasileiros (1942-1945)*. São Paulo: Humanitas/Imprensa Oficial/Fapesp, 2009.
- PILAGALLO, Oscar. *O Brasil em sobressalto*. São Paulo: Publifolha, 2002.
- PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 11. ed. São Paulo: Brasiliense, 1971.
- PRESTES, Anita Leocadia. *A Coluna Prestes*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- PRIORE, Mary del (Org.). *Documentos de História do Brasil: de Cabral aos anos 90*. São Paulo: Scipione, 1997.
- _____. (Org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999.
- _____. (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.
- _____.; VENÂNCIO, Renato Pinto. *O livro de ouro da história do Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. *As revoluções russas e o socialismo soviético*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2003.

REVISTA DE HISTÓRIA DA BIBLIOTECA NACIONAL. Rio de Janeiro: Sociedade de Amigos da Biblioteca Nacional.

REVISTA HISTÓRIA VIVA. São Paulo: Duetto Editorial.

REVISTA NOSSA HISTÓRIA. Rio de Janeiro: Ed. Vera Cruz.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SADER, Emir. *Século XX: uma biografia não autorizada*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

_____; JINKINGS, Ivana. *Enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe*. São Paulo: Boitempo, 2006.

SANDRONI, Paulo. *Novíssimo dicionário de economia*. 10. ed. São Paulo: Best Seller, 2002.

SANTOS, Joaquim Ferreira dos. *Feliz 1958: o ano que não devia terminar*. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

SECRETO, María Verónica. *Soldados da borracha: trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985*. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. *Uma história do Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

SOUZA, Laura de Mello e (Org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. 4 v.

TAKEUCHI, Marcia Yumi. *O perigo amarelo: imagens do mito, realidade do preconceito (1920-1945)*. São Paulo: Humanitas, 2008.

TERRAS paulistas: histórias, arte, costumes. São Paulo: CENPEC/Imprensa Oficial, 2004. 3 v.

TURRA, Cleusa; VENTURI, Gustavo (Org.). *Racismo cordial: a mais completa análise sobre preconceito de cor no Brasil*. São Paulo: Ática, 1995.

VILLA, Marco Antonio. *Canudos. O povo da terra*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1999.

_____. *Vida e morte no sertão*. São Paulo: Ática, 2001.

VILLAS BÔAS, Orlando; VILLAS BÔAS, Cláudio. *A marcha para o Oeste*. São Paulo: Globo, 1994.

WEINSTEIN, Bárbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1993.

WESSELING, H. L. *Dividir para dominar: a partilha da África (1880-1914)*. Rio de Janeiro: UFRJ/Revan, 1998.

WILLMOTT, H. P. *Primeira Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

_____. et al. *Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

WILSON, Edmund. *Rumo à Estação Finlândia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

Índice remissivo

- Anarquista 15, 42-43, 83, 96, 115
Apartheid 157, 159
Belle Époque 11, 48
Bolchevique 28-33, 143
Bolsa Família 244
Cangaço 58
Canudos 60, 66
Classe(s) Social(ais) 14, 15
Comunismo 28, 33, 100, 103, 115, 120, 130-131, 142-143, 162, 164-165, 178-179, 213
Constituição Cidadã 238-239
Contestado 62-63
Convênio de Taubaté 63
Coronelismo 57-59, 65
Crise de 1929 80, 84-86
Czarismo 29-30
Democracia 13, 31-32, 89, 93, 103, 117, 125, 130, 153, 164-165, 170-171, 180-181, 191, 197, 212, 228, 235-236, 238
Diretas Já 194
Domingo Sangrento 30
Encilhamento 56
Estado Novo 95, 116, 120-122, 126, 170-171, 238
Fidel Castro 142, 145-146
Fundamentalista 206-207, 234-235
Getúlio Vargas 53, 72, 77-79, 95, 114-117, 120-126, 163-164, 171, 173, 178, 180-181
Glasnost 211-212
Guerra do Golfo 234
Guerra Fria 110, 128, 130, 132-133, 135, 162, 164, 173, 209-210, 212, 222, 226, 228
Internacional dos Trabalhadores 15
Intifada 223
Liberalismo Econômico 85, 230
Ligas Camponesas 177, 179
Menchevique 29-30
Muro de Berlim 128, 132-133, 212
Neoliberalismo 202, 205, 231-232, 242-243
Oligarquia 53, 57-60, 72-75, 77, 79, 115, 163, 255-256
Paz Armada 20-21
Perestroika 211-212
Populismo 164, 173
Primeira Guerra Mundial 9, 14-16, 19, 21-27, 30-31, 33, 35, 80-81, 84, 86, 89-92, 94, 103, 156, 158, 220, 226-227, 256
Proletariado 12, 14-15, 34, 42, 252
Regime Militar 162, 165, 182, 194, 238
República Oligárquica 52-53, 58, 60, 72, 77, 115
Revolta da Vacina 48-49
Revolução Cubana 145-147, 165, 192
Revolução Cultural 144-145
Revolução Sandinista 148
Segunda Guerra Mundial 88, 94, 104-106, 110, 112-114, 122-125, 129-130, 135-136, 143, 152, 157-158
Segunda Revolução Industrial 10-11, 29, 82
Sionismo 25, 220
Socialismo 29, 33-34, 42, 94, 130, 142-143, 147-149, 163-164, 192, 214, 231
Soviets 28, 30-34
Tecnologia 8-9, 27, 38, 43-44, 51, 67, 69, 138, 155, 159, 208, 210, 218, 249
Tigres Asiáticos 205, 208
Tratado de Versalhes 24, 94, 103
Tríplice Aliança 21
Tríplice Entente 21

História

Volume 3

Manual do Professor

Sumário

1. Pressupostos teóricos	3
2. Metodologia	4
3. Organização da obra	10
4. Procedimentos pedagógicos	15
Sugestões de respostas das atividades	15
Capítulo 1 – O mundo em transformação	16
Capítulo 2 – A Primeira Guerra Mundial	19
Capítulo 3 – A Revolução Russa	22
Capítulo 4 – O Brasil chega ao século XX	25
Capítulo 5 – Primeiros tempos republicanos	28
Capítulo 6 – A crise da República e a ruptura de 1930	33
Capítulo 7 – Estados Unidos: euforia, depressão e recuperação	34
Capítulo 8 – O totalitarismo	37
Capítulo 9 – A Segunda Guerra Mundial	41
Capítulo 10 – O Brasil sob Getúlio Vargas	44
Capítulo 11 – A Guerra Fria	47
Capítulo 12 – O bloco comunista	51
Capítulo 13 – A independência da África e da Ásia	54
Capítulo 14 – Ditaduras latino-americanas	57
Capítulo 15 – Brasil: anos de democracia	59
Capítulo 16 – O Brasil sob a ditadura civil-militar	64
Capítulo 17 – Duas décadas de crise	69
Capítulo 18 – O fim do bloco comunista	71
Capítulo 19 – O conflito árabe-israelense	73
Capítulo 20 – O mundo globalizado	75
Capítulo 21 – Novos rumos para o Brasil	78
Sugestões de avaliação/Atividades complementares	82
5. Bibliografia	100
6. Questões do Enem e de vestibulares – Respostas	101
7. Nossa coleção e o Novo Enem	102
8. Matriz de Referência para o Enem 2012	103

1

Pressupostos teóricos

Vivemos em uma era de grandes conquistas. Os avanços científicos, as vacinas, o computador, a internet, entre muitas outras novidades, trouxeram a fartura alimentar, a cura de doenças, maior velocidade na transmissão das informações e um potencial quase infinito de conforto e diversão a uma parcela da população mundial. Porém, na contramão desse processo, encontra-se grande parte da população mundial, que se vê excluída de seus direitos básicos de cidadania, sem acesso à saúde, educação, água, moradia, informação e, além disso, tendo seus direitos à integridade física e moral constantemente violados.

A essas questões somam-se outros graves problemas, como, por exemplo, a intolerância, verificada em seus mais variados aspectos: político, religioso, étnico, sexual, de gênero, de idade, de condição social, etc. Essa intolerância muitas vezes é levada a extremos, chegando à violência física, à xenofobia, ao racismo, à discriminação e a muitas outras formas de desrespeito ao outro. Também são frequentes as violações de princípios éticos, como a corrupção, que, particularmente no Brasil, implica sérios prejuízos ao desenvolvimento social, político e econômico do país¹.

O mais alarmante, contudo, é que hoje até mesmo a existência dos seres vivos encontra-se em risco, devido, entre outros fatores, ao consumo sem limites e aos danos que vêm se infringindo ao meio ambiente: desmatamento, extinção de espécies, destruição da camada de ozônio, excesso de emissão de gás carbônico, poluição, aquecimento global, etc.

A importância da educação

Embora o quadro seja sombrio, é importante saber que a situação com a qual nos deparamos não é irreversível e não devemos nos acomodar. **A História mostra que foram os sonhos e a crença no potencial criativo do ser humano o combustível essencial para a mudança das sociedades ao longo dos tempos.** Por isso, lutar por um mundo mais justo, tolerante, igualitário, solidário e fraterno não pode ficar restrito a poucos. É uma tarefa que compete a todos, independentemente de nacionalidade, idade, etnia, cultura ou convicções políticas, ideológicas e religiosas.

Apesar de acreditar que todos, desde os chamados cidadãos comuns até os representantes dos grandes conglomerados empresariais ou financeiros – passando, é claro, pelas mais variadas instâncias de poder –, têm a mesma responsabilidade nesse esforço de construir um mundo melhor, é inquestionável

o papel que a educação exerce no processo de desenvolvimento social da humanidade.

Por meio da educação, é possível formar indivíduos aptos a ler a realidade e capazes de interferir e modificar o mundo. Mas, para que isso de fato ocorra, é necessário incorporar no processo educacional a noção de que – com exceção do mundo natural – praticamente tudo o que existe é resultante da ação dos seres humanos, ou seja, é de nossa responsabilidade.

O papel da História

Como a disciplina de História pode participar do processo de construção de um mundo melhor?

Por ser instrumental para a compreensão das experiências sociais, culturais, tecnológicas, políticas e econômicas da humanidade ao longo do tempo, **a História tem papel fundamental na construção de um mundo mais solidário, fraterno e tolerante.** Por meio da História, os alunos podem compreender e tomar consciência de sua realidade social. Isso se concretiza, principalmente, quando eles percebem que seu presente, ou seja, seu cotidiano, suas crenças, seus valores, grupos sociais, etc. integram um processo que tem a ver com o passado. É no passado que estão as explicações de como questões centrais de nossa realidade foram construídas, modificadas ou consolidadas.

De fato, o ensino de História não apenas contribui para o desenvolvimento da consciência de cidadania do aluno, mas também oferece instrumentos que servem para a construção de sua própria identidade. Nas palavras do historiador francês René Rémond: “É impossível compreender seu tempo para quem ignora todo o passado; ser uma pessoa contemporânea é também ter consciência das heranças, consentidas ou contestadas²”.

Percebendo-se como integrante da sociedade (com a qual compartilha um passado e tem um presente em comum), o aluno também irá assumir, gradativamente, sua parcela de responsabilidade na construção do presente.

Longe de reduzir o estudo da História a um presenteísmo³ desvinculado dos fatos históricos ou de dar ao passado apenas um caráter utilitário, esse tipo de articulação aponta para uma questão central: a de que todos os atos humanos são históricos.

O livro didático

É nesse contexto que o livro didático se insere. Acreditamos que ele deve fornecer instrumentos e estratégias pedagógicas que possibilitem ao professor despertar em seus alunos interesses e motivações para agir no mundo em que vivem.

¹ De acordo com a ONG Transparência Internacional, em 2012 o Brasil ocupava o 69º lugar no *ranking* anual dos países menos corruptos do mundo. A nota do Brasil foi 43, em uma escala que vai de 0 (para os mais corruptos) a 100 (para os menos corruptos). No *ranking* daquele ano, foram avaliados 176 países.

² Citado em BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2004. p. 155.

³ O termo *presenteísmo* é uma expressão aplicada a um tipo de visão contemporânea que busca abolir o passado e a memória histórica e cujo alcance temporal não vai além do imediato. Sobre esse fenômeno afirma Eric Hobsbawm: “A destruição do passado – ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal às gerações passadas – é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem. Por isso os historiadores, cujo ofício é lembrar o que os outros esquecem, tornam-se mais importantes do que nunca. (...) Por esse motivo porém, eles têm que ser mais do que simples cronistas, memorialistas e compiladores.” (HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX – 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 13.)

Esse exercício lhes permitirá observar as semelhanças e diferenças, as permanências e rupturas de questões e valores na História, ver as singularidades do passado e, ao mesmo tempo, possibilitará também descobrir as especificidades de nossa sociedade (comparada com outras do passado e do presente), em termos políticos, econômicos, sociais, religiosos, tecnológicos, culturais e cotidianos.

Nessa perspectiva, é proposta deste livro auxiliar o professor de História a formar cidadãos críticos e atuantes no mundo em que vivem. Para que isso se efetive, acreditamos ser essencial retirar a História do campo da erudição neutra ou da mera especulação do passado e colocá-la no campo da política, no melhor sentido da palavra⁴. Sentindo-se instigado pelas questões do seu cotidiano, os alunos poderão entender o passado como parte de um processo que lhes permite compreender e tomar consciência de sua realidade social para, a partir disso, atuar sobre ela.

2 Metodologia

Esta coleção de História do Ensino Médio, composta de três volumes, destaca a **relação presente-passado**, que é abordada de diversas formas. As aberturas de **unidades**, por exemplo, **trabalham conceitos que são caros ao mundo contemporâneo** como diversidade religiosa, meios de comunicação de massa, ética, cidadania, soberania e Estado Nacional, etc. Nas aberturas de capítulos, por sua vez, utilizamos temas ou fatos atuais relacionados ao conteúdo do capítulo.

A seção *Passado presente*, como o próprio nome indica, procura aprofundar a discussão sobre as relações entre o ontem e o hoje. Já a seção *Eu também posso participar* foi concebida com o objetivo de estimular os alunos a buscarem relações no tempo e no espaço e reforçar sua participação cidadã. Finalmente, atividades como *Hora de refletir*, *Começo de conversa*, *Sua comunidade* e *De olho no mundo*, entre outras, têm como propósito que os alunos consolidem e formalizem essas relações⁵.

Acreditamos que, ao trabalhar com a relação presente-passado, reforçamos a historicidade dos atos humanos, valorizamos a visão dialética da História e incentivamos os alunos a perceberem que **a História é um processo aberto** e que os seres humanos não estão condenados a viver em nenhuma sociedade em particular. É a ação dos indivíduos – consciente ou não – que decide seu destino⁶.

Fazer esse trabalho – direcionado para a relação entre presente e passado – não significa abandonar os fatos e processos do passado, mas sim dar-lhes sentido. Desse modo, nesta cole-

ção procuramos referendar uma vasta gama de experiências vividas por diversos povos do planeta ao longo dos séculos, assim como alguns dos principais processos históricos da humanidade, desde seus primórdios até o mundo contemporâneo.

Preocupamo-nos em contemplar também processos, descobertas, sociedades, civilizações e povos geralmente ausentes das salas de aula. A seção *Enquanto isso...* cumpre, em parte, esse papel, pois, além de trabalhar a simultaneidade, permite trazer à tona experiências históricas diversificadas, contribuindo para deslocar o foco exclusivo da chamada história eurocêntrica⁷.

Antigas sociedades orientais

Nesta coleção, algumas das antigas **sociedades orientais** receberam capítulos exclusivos, como foi o caso dos hindus, persas, fenícios, chineses e hebreus, tratados no livro 1. Nossa preocupação foi abordá-las com profundidade equivalente à que se atribui às sociedades tradicionalmente estudadas nas salas de aula, como a grega e a romana, por exemplo. Salientamos assim a importância do legado desses povos ao mundo contemporâneo. Ao mesmo tempo, ao apresentar sociedades diferentes das do mundo ocidental, tratamos da diversidade e da pluralidade étnica, cultural e religiosa, valorizando o respeito às diferenças.

A África

No caso das sociedades africanas, nossa preocupação foi ainda maior. Tratamos da cultura africana e afrodescendente ao longo de toda coleção, seja dedicando capítulos exclusivos ou por meio de boxes em momentos oportunos.

Um de nossos objetivos **foi destacar a diversidade de povos que o continente africano abriga e o fato de eles terem não uma única história, mas experiências históricas e culturais variadas, distintas e ricas**⁸.

Tanto estudos produzidos nas últimas décadas quanto a Lei nº 10639 (e depois a Lei nº 11645) indicam a necessidade de se fazer, na sala de aula, um trabalho mais sistemático e intenso em relação à África e aos afrodescendentes. Alguns estudos mostram, por exemplo, que muitas vezes as crianças, os adolescentes e os jovens afrodescendentes não se identificam como negros, uma vez que, quase sempre, são retratados nos meios de comunicação, incluindo os livros didáticos, em situações socialmente negativas: vinculados à pobreza, submissos (na condição de escravos e no ato de serem açoitados, por exemplo), relacionados à violência, etc.

Cientes disso, buscamos esclarecer como ocorreu o processo que resultou na lamentável exclusão social de boa parte da

⁴ FENELON, Déa Ribeiro; CRUZ, Heloisa Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. In: FENELON, Déa Ribeiro et al. (Org.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d'Água, 2004. p. 6.

⁵ Uma explicação pontual sobre a proposta de cada seção de texto e de atividades da coleção pode ser encontrada no item 3 (*Organização da obra*) deste Manual.

⁶ Ver SADER, Emir. *Século XX: uma biografia não autorizada*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001. p. 129.

⁷ Exemplos dessa afirmação podem ser encontrados nas páginas 16, 35, 65, 86 e 100.

⁸ No capítulo 5 do livro 1, por exemplo, destacamos o fato de a civilização egípcia ser africana, o que muitas vezes passa despercebido. Trabalho semelhante foi feito com Cartago no capítulo 8 do mesmo livro. Ver também capítulo 13 deste volume.

população negra no Brasil e no mundo. Ao mesmo tempo, procuramos destacar o relevante papel desempenhado pelos povos africanos ao longo da História. Na coleção, textos e imagens mostram a participação dos africanos e afrodescendentes na construção da sociedade brasileira. Indivíduos que, ao longo dos séculos, ocuparam espaços na economia, na cultura e na política brasileira, por meio de manifestação pública ou intelectual⁹.

Incluimos, também, informações, textos, imagens e atividades críticas que demonstram o quanto nossa cultura é marcada pela herança africana. Além disso, sempre que foi possível, incentivamos a reflexão sobre as formas de preconceito aparentemente “imperceptíveis” e enraizadas em nossa sociedade.

Povos indígenas

Em 1492, Cristóvão Colombo desembarcou na região que hoje conhecemos como América Central e, imaginando ter chegado à Índia, passou a chamar todos os nativos que ali viviam pelo nome genérico de índios. Passados mais de 500 anos, essa denominação ainda permanece no senso comum, muito embora seja conhecida a grande diversidade de povos indígenas que existem na América.

A imagem do indígena, quase sempre associada ao passado e estereotipada na clássica representação de “pessoas que andam nuas no meio da mata”, não representa de forma alguma a diversidade e as problemáticas históricas e atuais dos povos indígenas do continente americano.

A história desses povos anterior à chegada do europeu é praticamente desconhecida. Desde então, em geral, eles só são lembrados por sua relação com os não indígenas, principalmente associados ao exótico ou à condição belicosa – em guerra contra outros povos (indígenas e não indígenas) ou como empecilho ao “desenvolvimento” da futura nação. Apresentam-se, portanto, não como sujeitos históricos, mas como “coadjuvantes”¹⁰.

São igualmente relegados ao esquecimento os conhecimentos acumulados por esses povos, assim como as singularidades de suas diversas culturas. Além disso, a inexistência de uma escrita formal entre esses povos é geralmente vista como manifestação de “ignorância” ou de “atraso”. Por esse motivo, as nações indígenas muitas vezes são taxadas de “povos sem cultura”.

Se do ponto de vista da cidadania essa atitude contribui para a manutenção do preconceito contra os povos indígenas, do ponto de vista da História e da Antropologia reflete uma abordagem equivocada do conceito de cultura. Colabora também para manter uma visão linear e evolutiva da História, uma vez que esses povos são associados ao “primitivo”, enquanto o europeu (o colonizador) é apresentado como modelo de civilização a ser alcançado por todos os povos.

Faz-se mister um trabalho dedicado também à história dos povos indígenas, tanto do passado como do presente. Além dos estudos e documentos indígenas que afirmam essa necessidade, a Lei nº 11 645, sancionada em março de 2008, é incisiva sobre a urgência de incorporar ao conteúdo programático escolar a história dos povos indígenas¹¹.

Foi no sentido de contribuir de forma efetiva para a mudança dessa abordagem que trabalhamos a questão indígena nesta coleção. **Buscamos reforçar a historicidade dos povos indígenas**, assim como deixar claro para os alunos que o contato entre indígenas e europeus não se resumiu a uma simples relação de dominador e dominado¹².

Acrescente-se ainda que em vários capítulos sobre a história do Brasil destacamos o indígena no tempo presente. Além de mencionar os problemas que essa população enfrenta hoje, procuramos mostrar também o quanto a herança indígena faz parte da nossa cultura. Um dos lugares onde esse trabalho pode ser observado é na seção *Patrimônio e diversidade*¹³.

Trabalho com conceitos

Embora tenhamos adotado uma perspectiva de História integrada e cronológica para a obra, o cerne de sua organização, assim como um dos pilares de sua metodologia, são as unidades conceituais. Elas foram criadas para ser **mais um suporte no trabalho de formação do espírito crítico do jovem cidadão em sala de aula**.

Esses conceitos foram pensados tendo em vista a coleção completa e um trabalho a ser realizado em três anos. Assim, os 83 capítulos dos três livros da coleção se dividem entre catorze unidades conceituais, nas quais abordamos algumas das principais questões de nosso tempo. São elas: *A força do conhecimento e da criatividade*; *A urbanização*; *Direito e democracia*; *Diversidade religiosa*; *Soberania e Estado nacional*; *Diversidade cultural*; *Trabalho*; *A luta pela cidadania*; *Política e participação*;

⁹ Além do painel geral que traçamos sobre a presença negra na colônia e no império (capítulo 7 do livro 2), abordamos a situação dos africanos e de seus descendentes em praticamente todos os capítulos de Brasil dos livros 2 e 3.

¹⁰ GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. Livros didáticos e fontes de informações sobre as sociedades indígenas no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (Org.). *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1ª e 2ª graus*. Brasília: MEC/MAR/Unesco, 1995. p. 487.

¹¹ Lei nº 11 645, de 10 março de 2008. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/lei/L11645.htm>. Acesso em: 25 dez. 2012.

¹² A respeito dessa questão, comenta a professora Maria Regina Celestino de Almeida: “As relações de contato entre os índios e a sociedade ocidental eram vistas como simples relações de dominação impostas aos índios, de tal forma que não lhes restava margem de manobra alguma a não ser a submissão passiva a um processo de perdas culturais progressivas que os levaria à descaracterização e à extinção étnica. Nessa perspectiva, os índios do Brasil integrados à colonização, quer na condição de escravos ou de aldeados, diluíam-se nas categorias genéricas de escravos ou despossuídos da colônia. Assim, os tamoios, os aimorés, os goitacases eram índios bravos, mas perderam a guerra, foram absorvidos pelo sistema colonial como vítimas indefesas, aculturaram-se, deixaram de ser índios e saíram da História. Em nossos dias, as novas propostas teóricas da Antropologia e da História, disciplinas que ao se aproximarem desenvolvem e ampliam a noção de cultura, têm permitido uma outra compreensão das relações de contato entre índios e europeus, de suas experiências no interior dos aldeamentos e, conseqüentemente, da própria história indígena do Brasil”. (ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Identidades étnicas e culturais: novas perspectivas para a história indígena*. In: ABREU, Marthá; SOIHET, Rachel (Org.). *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Faperj/Casa da Palavra, 2003. p. 27).

¹³ Seção existente nos capítulos de Brasil, a partir do livro 2.

Terra e meio ambiente; Ciência e tecnologia; Meios de comunicação de massa; Violência; Ética.

Dois critérios principais nos levaram a definir o conceito de cada unidade: a importância do assunto para a compreensão de diferentes aspectos da realidade (sobretudo a realidade brasileira) e os momentos em que, no decorrer da História, esses conceitos se constituíram ou se evidenciaram.

Podemos exemplificar nossa proposta citando a unidade 4 do livro 1, *Diversidade religiosa*. Os capítulos nela compreendidos abrangem um período que vai do século V aos séculos XIII e XIV, aproximadamente. Entre outros aspectos, esse período foi marcado pela consolidação das duas maiores religiões mono-teístas do mundo contemporâneo: o catolicismo e o islamismo. Assim, aproveitamos um conteúdo já existente na organização cronológica da obra para promover a reflexão sobre o sentido da religião para os povos, a historicidade da religião, o respeito à religião alheia (assim como aos sem religião), entre outras questões. Trabalho semelhante é feito sobre as religiões africanas e asiáticas, assuntos de capítulos dessa unidade. Ainda para exemplificar, podemos mencionar a unidade 2 do terceiro volume, que aborda o período entre 1920 e a Guerra Fria, aproximadamente. Nessa unidade optamos por abordar o papel desempenhado pelos meios de comunicação de massa, pois foi nesse período que ocorreu a invenção da televisão e no qual o cinema, o rádio e a publicidade se difundiram pelo mundo. E foi também nessa época que seu poder de penetração social foi levado ao extremo, particularmente pelo uso que deles fizeram os regimes totalitários.

O vínculo entre os capítulos e o conceito da unidade é estabelecido por meio de recursos variados, como, por exemplo, os textos de abertura da unidade. Em geral, esses textos têm início com exemplos ou situações do cotidiano da maioria das pessoas (no presente), sugerindo aos alunos que o assunto abordado também diz respeito a eles e à sociedade em que vivemos. Em seguida, problematizamos o conceito apresentado, para, finalmente, relacioná-lo ao conteúdo dos capítulos. Dessa forma, fica claro para os alunos que aquele assunto contemporâneo liga-se, de alguma forma, ao passado¹⁴.

As discussões a respeito dos conceitos de cada unidade continuam no interior dos capítulos, tanto no texto principal, dos boxes e das seções, quanto nas atividades sugeridas.

Na escolha dos conceitos a serem trabalhados na obra, buscamos aqueles adequados à realidade do aluno de Ensino Médio e, ao mesmo tem-

po, relacionados às necessidades do presente e ao entendimento do assunto no passado¹⁵. Vale dizer que não é nosso objetivo, nesta coleção, aprofundar os conceitos ao nível de discussões de natureza filosófica ou semântica, pois tal tarefa cabe aos cursos de graduação ou pós-graduação¹⁶.

Trabalho com imagens

A imagem é de suma importância no trabalho de sala de aula pois, entre outras possibilidades, permite aos leitores (principalmente ao público mais jovem) a percepção de formas diversas de passagem do tempo histórico. Entretanto, como ressalta a historiadora Ana Maria Mauad, para que essa possibilidade se concretize, há de se operar sobre a natureza histórica das imagens, buscando a sociedade que a produziu através do sujeito que a consumiu¹⁷.

Assim, para que o trabalho com imagens em sala de aula seja proveitoso, algumas condições devem ser satisfeitas. Uma delas é que as imagens contribuam de fato para as discussões propostas na obra. Outro aspecto a ser observado é que o processo de **leitura e interpretação de imagens ajude os alunos a entender seu significado específico e as relações de sua produção e seu consumo**, e contribua também para torná-los aptos a fazer uma leitura crítica desse tipo de documento em outras situações de sua vida¹⁸.

Foi com base nesses princípios que procuramos selecionar as imagens da obra. O processo de escolha orientou-se no sentido de optar por imagens que de fato fossem mais um instrumento para a leitura e compreensão dos fatos, processos, conceitos e das realidades estudadas ao longo da coleção. Foi também nossa preocupação selecionar imagens que refletissem a produção iconográfica de variadas regiões do mundo em diversos tempos e lugares¹⁹.

O trabalho com mapas permite analisar e relacionar diferentes fenômenos em uma determinada região, revelando o espaço como um produto das relações sociais. Por funcionar como uma síntese de vários aspectos estudados, sua leitura deve ser sempre recomendada, seja individualmente, seja de forma coletiva. Os alunos devem observar a escala, as fronteiras do país ou região, o significado dos símbolos da legenda, confrontar informações do mapa e do texto, e, quando possível, comparar mapas que representam a mesma região em capítulos distintos.

¹⁴ Sobre o texto de abertura, ver o item 3 (*Organização da obra*) deste Manual.

¹⁵ Conforme consta nas *Orientações curriculares para o Ensino Médio*, os conceitos para esse nível de ensino devem funcionar como “indicadores de expectativas analíticas”. Ver *Conhecimentos de História*. In: *Orientações curriculares para o Ensino Médio*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_03_internet.pdf>. p. 71. Acesso em: 4 dez. 2012.

¹⁶ Segundo o historiador Marcelo Jasmim, os conceitos sofrem alterações de sentido ao longo do tempo: “Quando consideramos a noção de revolução que aprecia há quatro ou cinco séculos, esse conceito significava o que Copérnico dizia em relação às ordens celestes. Revolução era o retorno do astro ao seu próprio lugar depois de realizar a sua órbita. Para nós, hoje em dia, revolução é o contrário disso. Não é restauração; é ruptura em relação ao lugar de origem”. (Citado em: *Linguagem e História – Entrevista com Marcel Jasmim*. Disponível em: <www.puc-rio.br/editorapuc/ri/autores/entrevistas_jasmin.html>. Acesso em: 4 dez. 2012.)

¹⁷ Ver: MAUAD, Ana Maria. As imagens que educam e instruem – usos e funções das ilustrações nos livros didáticos de História. In: OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de; STAMATTO, Maria Inês Sucupira (Org.). *O livro didático de História: políticas educacionais, pesquisas e ensino*. Natal: Ed. da UFRN, 2007. p. 110-111.

¹⁸ Sobre as estratégias específicas de trabalho com imagens, ver as seções *Olho vivo* e *Interpretando documentos* no item 3 (*Organização da obra*) deste Manual.

¹⁹ Ver, por exemplo, as páginas 56, 96, 98, 118 e 143.

História regional, local e cultura

Queixa bastante comum entre os professores é que o conteúdo didático da história do Brasil para o Ensino Médio se atém muito a aspectos globais e nacionais e pouco às trajetórias regionais.

Sobre essa questão a historiadora Maria de Lourdes Monaco Janotti afirma que, tradicionalmente, tem havido uma primazia da historiografia brasileira em identificar a história dos polos dinâmicos da economia e seus centros administrativos com a própria história do Brasil. Assim, se em período anterior a 1850 o foco dos estudos historiográficos se direcionou mais intensamente para as áreas produtoras de açúcar e depois para a mineração, no período posterior a esse marco se voltou prioritariamente para a região mais hegemônica do capitalismo brasileiro contemporâneo, ou seja, a região Sudeste, principalmente São Paulo. Dessa forma, o que acabou sendo entendido como história nacional é efetivamente a história de São Paulo e do domínio econômico de sua burguesia²⁰.

Se, por um lado, a compreensão da história do capitalismo no Brasil não pode prescindir da compreensão da história de São Paulo, como lembra a historiadora Circe Bittencourt²¹, por outro, essa falta de vinculação da história nacional ou global com as múltiplas realidades regionais resultou em problemas para a sala de aula. Os alunos geralmente têm dificuldade de entender fatos e processos históricos que, aos seus olhos, não têm nenhuma proximidade com sua vivência e seu cotidiano.

Nessa perspectiva, **foi nossa preocupação realizar um trabalho mais efetivo relacionando a diversidade das realidades regionais aos aspectos nacional ou global.**

Procuramos fazer essa articulação de diferentes maneiras. Na seleção do texto central, por exemplo, sempre que foi possível, mostramos as particularidades históricas e atuais das regiões que hoje constituem a nação brasileira²². Para a efetivação dessa tarefa, colaborou muito a incorporação de trabalhos de historiadores e pesquisadores de diversas regiões e instituições que têm se debruçado sobre temáticas regionais ou que relacionam o local com o nacional, por exemplo. Nossa intenção foi destacar estudos desenvolvidos pela historiografia brasileira nas últimas décadas, cuja qualidade requer que sejam incluídos em nossa produção didática²³.

Paralelamente, procuramos relacionar o nacional e o global com a realidade dos alunos e de sua comunidade também por meio de atividades. Acreditamos que esse tipo de trabalho ajuda a compreender, por exemplo, como processos de globalização interferem em nossas vidas e história, assim

como auxiliam na criação de sentimentos de pertencimento e identidade entre pessoas de uma mesma região. Sempre que possível, o professor deve buscar nas aulas estabelecer esse tipo de relação, sobretudo com base na experiência cotidiana do aluno, de modo a tornar o aprendizado mais próximo de sua realidade²⁴.

O trabalho específico de articulação da história regional com cultura material e imaterial, por sua vez, foi desenvolvido de forma pontual na seção *Patrimônio e diversidade*²⁵. Tendo como ponto de partida alguma questão pertinente ao capítulo, procuramos mostrar, por meio dessa seção, o legado cultural de diferentes povos ou grupos que participaram do processo de formação da nação brasileira.

Acreditamos que, inspirado na estrutura dessa seção, o professor tem condições de desenvolver outros trabalhos que destaquem a cultura regional. A importância dessa articulação pode ser verificada no trecho das *Orientações curriculares para o Ensino Médio de História* a seguir:

A constituição do patrimônio cultural diverso e múltiplo e sua importância para a formação de uma memória social e nacional, sem exclusões e discriminações, são abordagens necessárias aos educandos. É necessário chamar a atenção dos alunos para os usos ideológicos a que a memória histórica está sujeita, que muitas vezes constituem “lugares de memória”, estabelecidos pela sociedade e pelos poderes constituídos, que escolhem o que deve ser preservado e lembrado e o que deve ser silenciado e “esquecido”. [...]

A questão da memória ou da educação patrimonial associa-se à valorização da pluralidade cultural e ao questionamento da construção do patrimônio cultural pelos órgãos públicos, que, historicamente, vêm alijando a memória de grupos sociais (como os escravos ou operários) daquilo que se concebe como memória nacional. [...]

Em educação patrimonial enfatiza-se a importância de a escola atuar para mapear e divulgar os bens culturais relacionados com o cotidiano dos diversos grupos, mesmo aqueles bens que ainda não foram reconhecidos pelos poderes instituídos e pelas culturas dominantes. Introduzir na sala de aula o debate sobre o significado de festas e monumentos comemorativos, de museus, arquivos e áreas preservadas permite a compreensão do papel da memória na vida da população, dos vínculos que cada geração estabelece com outras gerações, das raízes

²⁰ Ver JANOTTI, Maria de Lourdes. *Historiografia, uma questão regional? São Paulo no período republicano, um exemplo*. In: SILVA, Marcos (Org.). *República em migalhas: história regional e local*. São Paulo: Marco Zero, 1990. p. 86.

²¹ Ver BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2004. p. 161-162.

²² Essa articulação encontra-se em toda a obra, mas é possível percebê-la, por exemplo, na abertura de diversos capítulos, nas quais procuramos focalizar vários aspectos regionais. Também nos desdobramentos de algumas temáticas, como as chamadas Revoltas Emancipacionistas e Regenciais, procuramos ir além dos casos clássicos, destacando realidades geralmente ausentes de nossas salas de aula.

²³ Após os diagnósticos feitos por pesquisadores, como Janotti (Op. cit., nota 21), nas décadas de 1980 e 1990, começaram a surgir alguns núcleos de estudos de História Regional e Local em instituições do país, resultando em processo de renovação historiográfica. Alguns, como o da Universidade Estadual de Ponta Grossa, contam inclusive com uma revista eletrônica: <www.revistas.uepg.br/index.php?journal=rhr&page=index>. Acesso em: 28 jan. 2013.

²⁴ Sobre a atividade *Sua comunidade*, ver explicações no item 3 (*Organização da obra*) deste Manual.

²⁵ Sobre a seção *Patrimônio e diversidade*, ver explicações no item 3 (*Organização da obra*) deste Manual.

culturais e históricas que caracterizam a sociedade humana. Retirar os alunos da sala de aula e proporcionar-lhes o contato ativo e crítico com ruas, praças, edifícios públicos, festas e outras manifestações imateriais da cultura constituem excelente oportunidade para o desenvolvimento de uma aprendizagem significativa e crítica de preservação e manutenção da memória²⁶.

A interdisciplinaridade e a experimentação

Para que a educação garanta de fato o desenvolvimento das múltiplas dimensões do educando – cognitivas, sociais, políticas, afetivas, ética, etc. – é preciso também que **o conhecimento seja trabalhado como múltiplo, como algo não compartimentalizado**. Cada acontecimento, invenção, ideia, proposta política ou descoberta traz em si inúmeros interesses, informações, relações, e essas questões precisam ser evidenciadas e exploradas ao longo das aulas.

Para ilustrar essa preposição vamos pensar no Renascimento iniciado no século XV (capítulo 26 do livro 1). Uma das maiores novidades da Arte do período foi a *perspectiva*, princípio pelo qual as pessoas e objetos passaram a ser apresentados em uma tela em suas posições e tamanhos proporcionais a partir de uma observação fixa (ver box da página 214, livro 1). Essa inovação da Arte só foi possível graças ao desenvolvimento de conhecimentos variados como a Matemática, a Física, etc. Outras descobertas científicas (como na área da Medicina) também influenciaram a produção de obras de arte no período e vice-versa (página 211 e 213 do livro 1, especificamente).

As reflexões sobre temas como a exclusão social da mulher e da população negra, o papel de movimentos sociais, a análise da cidadania e participação política em diferentes momentos da História, entre outros, são ampliadas a partir da análise de gráficos, tabelas, imagens e outros dados e ferramentas fornecidos por outros saberes e campos científicos. No diálogo entre História e Economia, por exemplo, podemos pensar: “é possível desassociar a pobreza e violência das teorias e práticas econômicas?” (ver capítulo 20 do volume 3).

O que queremos destacar é que conhecimento é plural. Mesmo que determinado acontecimento ou fato pareça estar ligado a uma área específica – como a Física, a Matemática, a História, a Medicina, por exemplo –, o conhecimento é resultado de diversas fontes e interesses inter-relacionados. É por isso que não podemos trabalhar as disciplinas escolares de forma estanque. Como afirma a linguista Karen Currie “as disciplinas são fios entrelaçados do mesmo tecido”²⁷.

Foi esse dinamismo do conhecimento que procuramos ressaltar ao longo de toda a coleção. **Por meio de textos, boxes, atividades, imagens, procuramos evidenciar esse entrelaçamento dos saberes**. Além de o próprio texto estar

repleto de referências aos saberes de diversas áreas, existem algumas seções nas quais procuramos evidenciar de forma bem concreta como se dá a interdisciplinaridade. *No mundo das letras*, por exemplo, é uma seção que usa a Literatura para discutir aspectos variados das sociedades como mentalidades, inovações, fatos políticos e sociais, etc. Já a seção *Olho vivo* utiliza os diversos componentes presentes em uma obra de arte – como a técnica, saberes matemáticos, etc. – para ajudar a compreender determinado momento histórico. *Fechando a unidade*, por sua vez, faz uso de diferentes gêneros textuais – quadinhos, poesia, artigos –, além de gráficos, tabelas, fotografias, pinturas para refletir sobre o passado e o presente. A seção de atividades *Diálogos* que aparece no interior de alguns boxes também tem como finalidade evidenciar o “*casamento*” de diversas disciplinas.

É também com o intuito de levar os alunos a perceberem na prática esse entrelaçamento entre o conhecimento que, ao longo da coleção, em diversos momentos, **propomos atividades de experimentação** como gravação de vídeo, elaboração de músicas, poesias, jornais, encenação teatral, pesquisa de opinião, entrevistas, etc.

Como “aprender”?

Tendo em vista a perspectiva de construção do conhecimento histórico e a formação para a cidadania, procuramos delinear como os alunos poderão aprender e compreender fatos e processos históricos e, também, entender a realidade em que vivem.

Sabemos que não existem receitas prontas ou infalíveis, mas acreditamos que um bom começo seja **estimular os alunos a utilizar os saberes que já têm, contribuindo para o resgate de sua autoestima pedagógica e social**. É importante tratá-los como pessoas que detêm conhecimentos sobre muitos assuntos e questões e dar a eles a oportunidade de se expressar sobre esses conhecimentos, expondo suas opiniões e seus valores.

Acreditamos também ser importante realizar um trabalho no sentido de desenvolver a observação dos alunos em relação ao mundo em que vivem. Assim, eles poderão perceber que questões aparentemente simples de suas vidas ou de suas comunidades estão, muitas vezes, relacionadas com temas globais. Ao fazer isso, eles poderão identificar as relações sociais ao seu redor e relacioná-las (ou não) com as do passado. Essa atitude lhes servirá como ponto de partida para a compreensão tanto do presente como do passado.

Para concretizar essa possibilidade, oferecemos textos e discussões sobre importantes questões relacionadas ao passado e ao mundo contemporâneo, pois, como afirma o historiador Eric Hobsbawm, “ser membro da comunidade humana é situar-se com relação a seu passado”²⁸.

²⁶ Extraído de: Conhecimentos de História. In: *Orientações curriculares para o Ensino Médio*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_03_internet.pdf>. p. 78-79. Acesso em: 4 dez. 2012. Um panorama sobre a evolução do conceito “patrimônio cultural” e suas implicações pode ser encontrado em: ORIÁ, Ricardo. Memória e ensino de História. In: BITTENCOURT, Circe (Org.). *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 128-148.

²⁷ CURRIE, Karen. *Meio Ambiente – Interdisciplinaridade na Prática*. São Paulo: Papirus, 2007.

²⁸ HOBBSAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 22.

Tão importante quanto oferecer aos alunos textos e informações, é encontrar estratégias que os tornem capazes de fazer uma leitura do passado e do presente e prepará-los para transpor esse conhecimento para novas situações. Para isso, acreditamos ser *primordial* o papel do professor, profissional com formação em História e conhecedor da realidade de seus alunos. Ele deve desenvolver estratégias que sejam pertinentes e adequadas à sua realidade escolar. É ele que “pode ensinar o aluno a adquirir as ferramentas de trabalho necessárias, o saber-fazer, o saber-fazer-bem, lançar os germes do histórico. Ele é o responsável por ensinar o aluno a captar e a valorizar a diversidade dos pontos de vista. Ao professor cabe ensinar o aluno a levantar problemas e a reintegrá-los num conjunto mais vasto de outros problemas, procurando transformar, em cada aula de história, temas em problemáticas”²⁹.

Para nós, o livro didático, assim como outros materiais e procedimentos, pode ser um importante apoio no trabalho do professor. Além de ser um depositário dos conteúdos históricos organizados sistematicamente, ele também pode auxiliá-lo na tarefa de desenvolver competências e habilidades essenciais para a formação dos alunos, como leitura e análise, retenção de informação, contextualização e interpretação de diversos tipos de fontes e testemunhos, tanto do passado quanto do presente, etc.

Foi com base nessas premissas que elaboramos esta coleção. Buscamos oferecer textos e imagens de natureza diversa que possibilitem um trabalho consistente na compreensão da História e do presente. Entretanto, assim como no estudo de História não basta ao historiador ter evidências em mãos sem lhes fazer as perguntas corretas, não basta também colocar as informações e os documentos nas mãos dos alunos sem habitá-los a lê-los e interpretá-los.

Atividades

Além das estratégias utilizadas para trabalhar os conceitos das unidades, diversas outras foram pensadas com o objetivo de serem facilitadores no processo de aprendizagem dos alunos. Nesse contexto desenvolvemos as propostas das atividades desta coleção.

Organizadas tanto pelo prisma cognitivo³⁰ quanto pelo da formação básica de História, as atividades no interior dos capítulos são de natureza e objetivos variados³¹.

Na atividade *Sua comunidade*, por exemplo, buscamos relacionar a discussão do conceito da unidade ou do tema do

capítulo à realidade local dos alunos. *Sua opinião* é outra atividade que, além de requerer que os alunos se posicionem sobre valores, crenças, polêmicas, etc., ainda trabalha o desenvolvimento da habilidade de argumentação.

Para os alunos compreenderem que as imagens permitem diversas leituras e não são apenas uma “ilustração” do texto ou uma “cópia fiel” dos acontecimentos, temos a seção *Olho vivo*. Por meio dela, contextualizamos imagens de naturezas variadas – pinturas, monumentos, construções, estamparias, mapas, frisos, etc. – e explicamos detalhes ou simbologias importantes de sua confecção.

Se na seção *Olho vivo* mostramos aos alunos que o trabalho de leitura de imagens é factível e apaixonante, na seção *Interpretando documentos* são eles que colocam em prática os conhecimentos adquiridos, fazendo a leitura e a interpretação de imagens e outros documentos. É também nessa seção que os alunos comparam documentos de naturezas semelhantes (como dois escritos) ou de naturezas diferentes (como um escrito e uma imagem). O trabalho de leitura de documentos também possibilita aos alunos assimilar e/ou reforçar as especificidades e conceitos próprios da História, como a de que um mesmo fato pode ter múltiplas interpretações, a transitoriedade do conhecimento histórico, etc.

Na seção *No mundo das letras* procuramos indicar, por meio da literatura, o quanto é possível relacionar e articular as diversas áreas do conhecimento³². Assim como as obras literárias, os filmes e documentários sugeridos são um importante recurso para obter o envolvimento dos alunos com a História e para trabalhar com áreas afins. Embora todos os livros e filmes indicados sejam pertinentes à faixa etária de alunos do Ensino Médio, é importante que o professor, antes de referendar tais indicações, veja se elas são adequadas à realidade ou ao perfil de sua classe, região e escola.

O trabalho de integração da História com outras áreas do conhecimento foi uma preocupação constante na elaboração da obra e pode ser percebido também nas atividades nomeadas *Diálogos*.

Foi também nossa preocupação criar caminhos para auxiliar o professor no desenvolvimento ou reforço de competências e habilidades dos alunos, como pesquisar, localizar informações no texto, organizar exposições, trabalhar a cultura material e imaterial, fazer leitura de mapas, etc. Enquanto algumas atividades foram elaboradas para serem resolvidas individualmente, estimulando assim a capacidade de concentração e autonomia dos estudantes, outras têm como

²⁹ SCHMIDT, Maria Auxiliadora. A formação do professor de História e o cotidiano da sala de aula. In: BITTENCOURT, Circe (Org.). *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 57.

³⁰ De modo geral, a proposta cognitiva contida nas atividades desta coleção segue o caminho definido pela *Matriz de Referência para o Enem 2012*, a saber: levar o aluno do Ensino Médio a 1) Dominar linguagens; 2) Compreender fenômenos; 3) Enfrentar situações-problema; 4) Construir argumentação; 5) Elaborar propostas. Ver *Matriz de Referência para o Enem 2012* no final deste Manual. Disponível em: <<http://migre.me/d4x51>>. Acesso em: 4 dez. 2012.

³¹ Sobre as atividades, ver o item 3 (*Organização da obra*) deste Manual.

³² Conforme observa o historiador Rafael Ruiz, o modelo narrativo nos permite conhecer tanto o ponto de vista do narrador quanto uma abordagem comparativa. O narrador, pelo fato de narrar, posiciona-se a partir de um ponto de vista, que fica explícito na própria narrativa. Ver: RUIZ, Rafael. *Literatura: novas formas de abordar o ensino de História*. In: KARNAL, Leandro (Org.). *História na sala de aula: conceitos, propostas e práticas*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 91.

proposta a elaboração de respostas em grupo, escritas ou orais. Dessa maneira, **os alunos não só poderão desenvolver a capacidade de argumentação e raciocínio, mas também serão estimulados a trocar ideias, debater e respeitar a opinião do outro**³³.

Como avaliar

No universo escolar, a avaliação é um poderoso instrumento de diagnóstico do processo de aquisição do conhecimento por parte do educando e da relação didática estabelecida entre o professor e o aluno. Entendemos que a avaliação não se resume a provas nem pode ser vista como mero processo classificatório, com o intuito de identificar erros. Ao contrário, **é um meio que permite ao professor avaliar o grau de amadurecimento intelectual e pedagógico dos alunos e os acertos e erros das estratégias didáticas utilizadas**. Por essa razão, acreditamos ser primordial que os objetivos e critérios da avaliação sejam claros tanto para o professor quanto para os alunos.

Considerando a organização da obra por unidades conceituais e nossa concepção de que o Ensino Médio deve contribuir efetivamente para a formação integral do aluno, apresentamos a seguir algumas propostas de avaliação contínua que podem servir como ponto de partida para que o professor organize um sistema de avaliação adequado à realidade de sua classe.

a) *Avaliação no início da unidade*: essa avaliação pode fornecer informações ao professor sobre o nível de conhecimento dos alunos em relação ao conceito discutido naquela unidade. Sugerimos que, por meio da seção *Começo de conversa*, o professor faça uma análise das aptidões, conhecimentos e interesses dos alunos, já tendo em mente os objetivos que pretende alcançar com o grupo.

b) *Avaliação no decorrer da unidade*: possibilita principalmente verificar o processo de aquisição de conhecimentos dos alunos, o desenvolvimento da capacidade de observar e interpretar criticamente a realidade, bem como a validação ou não das estratégias pedagógicas utilizadas pelo professor. Essa avaliação pode ser feita cotidianamente por meio da verificação da participação e do empenho dos alunos em trabalhos individuais ou coletivos, orais ou escritos, em pesquisas, debates, provas, etc.

c) *Avaliação ao final da unidade*: tem como objetivos fazer um diagnóstico da capacidade que os alunos tiveram de assimilar os conhecimentos trabalhados ao longo da unidade, bem como de compreender o conceito estudado.

No item *Sugestões de avaliação/Atividades complementares*, apresentamos algumas sugestões pontuais de avaliação, como exposições, seminários, provas, etc.

3 Organização da obra

O quadro a seguir oferece uma visão da estrutura da obra com suas principais características.

Estrutura da obra		Componentes	
Unidade	Abertura de unidade	Texto de abertura Atividade <i>Começo de conversa</i>	
	Capítulos	Texto central e Seções de texto	Abertura de capítulo
			Texto central
			Boxes gerais
			<i>Passado presente</i>
			<i>Eu também posso participar*</i>
			<i>Olho vivo</i>
			<i>Diversidade e patrimônio**</i>
			<i>Enquanto isso...</i>
			Sugestões de filmes
			Glossário
			Mundo virtual
			Atividades no interior de boxes e de seções
<i>Sua comunidade</i>			
<i>Sua opinião</i>			
Atividades no final do capítulo	<i>De olho no mundo</i>		
	<i>Interpretando documentos</i>		
	<i>No mundo das letras</i>		
	<i>Organizando as ideias</i>		
Fechamento de unidade	<i>Hora de refletir</i>		
	Atividade Fechando a unidade		

* Nos capítulos de história geral.

** Nos capítulos de história do Brasil (livros 2 e 3).

Unidades conceituais

Texto de abertura

A ideia de pôr em prática um trabalho com conceitos **pressupõe a valorização do conhecimento que os alunos possuem sobre a sociedade e sobre as relações sociais, econômicas, políticas, culturais e do cotidiano**. Por meio

³³ Em *Orientações curriculares para o Ensino Médio* encontram-se diversas propostas de estratégias que podem ser utilizadas pelo professor para levar o aluno a desenvolver habilidades próprias aos estudantes do Ensino Médio. Ver Conhecimentos de História. In: *Orientações curriculares para o Ensino Médio*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_03_internet.pdf>. p. 80-84. Acesso em: 4 dez. 2012.

da mobilização de seu conhecimento prévio para a interpretação da realidade, mediada pela atuação do professor, esperamos que os alunos alcancem um nível de conhecimento adequado em relação aos conceitos históricos abordados.

Cabe observar que o texto de abertura não é um resumo dos assuntos que os alunos estudarão nos capítulos. As aberturas têm por finalidade potencializar questões que os educandos, de modo geral, conhecem, mas sobre as quais provavelmente não refletiram de forma sistemática ou numa perspectiva histórica.

Antes de iniciar uma nova unidade, o professor pode fazer um levantamento dos assuntos recentes no cotidiano da comunidade, bem como dos grandes temas em discussão no Brasil e no mundo, apresentando aos alunos exemplos relacionados ao conceito trabalhado. Isso pode ser feito por meio de notícias divulgadas pela imprensa ou por meio de músicas, poemas, textos de pensadores, etc. É interessante incentivar os alunos a apresentar outros exemplos. O trabalho em torno de cada conceito pode ser feito também por meio de pesquisas complementares, cujos resultados podem ser apresentados na forma de seminários, cartazes, peça de teatro, etc.

Começo de conversa

No trabalho de mostrar aos alunos que parte do assunto discutido é de seu conhecimento, criamos, ao final de cada abertura de unidade, a seção *Começo de conversa*.

Essa seção de atividades **tem como objetivo trabalhar os saberes prévios dos alunos**. Trata-se de um conjunto de questões que visa a sensibilizá-los para o conceito abordado, apoiando-se no conhecimento que eles já têm sobre o assunto³⁴. Procuramos ver o “conhecimento prévio” como um **repertório que faz parte da memória e inteligência de todos nós, independentemente da formação acadêmica, do grupo social ou econômico a que pertencemos**. Esses conhecimentos são adquiridos por meio da convivência familiar, do contato com amigos e grupos de convívio, de novelas, jornais, filmes, etc.

Para não incorrer em perguntas que se resumam ao mero “você conhece ou já ouviu falar...”, buscamos situações do cotidiano ou do mundo contemporâneo que ligassem a realidade dos alunos ao conceito trabalhado. Vale lembrar que as perguntas elaboradas devem servir apenas de indicadores e, de acordo com a realidade da classe ou, por exemplo, das discussões do momento na mídia, o professor pode alterá-las.

Por se tratar de um instrumento para verificar o conhecimento prévio dos alunos sobre determinada situação ou determinado conceito, as respostas às perguntas dessa seção não devem ser encaradas sob o prisma do “certo ou errado”. Mas também por ter essa característica (de ser um avaliador do conhecimento do aluno), elas podem ser um valioso instrumento de avaliação dos alunos ao se comparar o conhecimento inicial que detinham com as respostas das atividades da seção *Fechando a unidade* que veremos a seguir.

Fechando a unidade

Ao término de cada unidade criamos a seção *Fechando a unidade*, na qual, por meio da leitura e interpretação de documentos, propomos aos alunos emitir opiniões e elaborar de forma mais sistematizada suas ideias a respeito do conceito trabalhado, assim como ir além daquilo que foi discutido inicialmente. Desse modo, requer-se dos alunos que sintetizem, a partir de discussões centradas no presente, as principais questões conceituais da unidade.

Foi nossa preocupação oferecer nessa atividade **documentos com as mais variadas linguagens** – letras de músicas, textos teóricos, charges, histórias em quadrinhos, poemas, imagens, gráficos, mapas, artigos de jornais, trechos de romances, etc. –, para mostrar aos alunos que muitos tipos de meios e linguagens contêm registros de nossa realidade, possibilitando sua leitura.

Estrutura dos capítulos

Aberturas

Em geral, a abertura dos capítulos apoia-se em algum fato ou acontecimento contemporâneo e o relaciona com o conteúdo do capítulo. Seu objetivo principal é sensibilizar os alunos para o texto que irão ler em seguida. É possível substituir o tema que apresentamos por outro que esteja presente na mídia ou no cotidiano local e, na sequência, vinculá-lo ao conteúdo do capítulo.

Texto central

Partindo do currículo básico de História exigido para o nível médio, procuramos elaborar um texto com linguagem fluente, clara e objetiva, cuidando para atender à capacidade cognitiva da faixa etária dos alunos e para não incorrer na simplificação das ideias. E sempre que foi possível, procuramos mostrar como ocorre a construção do saber histórico.

Boxes gerais

Ainda que tenhamos nos preocupado em garantir o currículo mínimo no texto central, os boxes são de extrema importância dentro da estrutura da obra, pois apresentam informações que complementam o texto central. Por isso, é fundamental que os alunos leiam atentamente seu conteúdo, extraindo as ideias principais apresentadas.

Os boxes contêm textos tanto de nossa autoria como de historiadores, filósofos, literatos, artigos de revistas ou jornais, bem como outros documentos. É importante orientar os alunos para que percebam as diferenças entre essas variadas fontes, assim como observem sempre quais delas são fontes primárias e quais são secundárias.

É recomendável ainda solicitar aos alunos que identifiquem as ideias principais e anotem no caderno palavras ou expressões-chave para, em seguida, definir seus significados.

³⁴ Ver, por exemplo, o texto de abertura e o *Começo de conversa* da página 71.

Os boxes gerais dividem-se entre os que não são acompanhados de créditos (com informações gerais) e aqueles nos quais trabalhamos informações retiradas pontualmente de documentos, livros, teses, revistas, jornais, sites e outras fontes. Os créditos atribuídos a estes últimos podem ser de três naturezas diferentes: *Extraído de*: quando reproduzimos de forma *ipsis literis* textos de outros autores; *Adaptado de*: quando fazemos algumas alterações no texto de outros autores, de modo a tornar a linguagem adequada aos alunos; *Fontes*: quando os textos são de nossa autoria, mas elaborados a partir de obras específicas que nos serviram de referência. De modo geral, esses boxes foram criados para destacar alguma questão do texto central. Sempre que possível, convém reforçar essas diferenças de autoria para que os alunos habituem-se a observar preceitos básicos de leitura de texto, como o “quem fala” em cada documento.

PASSADO **Presente**

Essa seção tem como objetivo chamar a atenção para **permanências e rupturas históricas** em questões variadas suscitadas pelo texto central. Aparece em vários capítulos e aborda temas discutidos hoje, como: prós e contras de energias alternativas, como o etanol; debate sobre os transgênicos, entre outras questões do mundo contemporâneo.

EU TAMBÉM **posso participar**

Hoje é inegável a ameaça que paira sobre a existência do planeta, provocada tanto pela questão ambiental quanto pelos riscos decorrentes da convivência belicosa entre os povos. Diversas pesquisas revelam que essa situação tem se tornado cada vez mais um foco de preocupação da população mundial e brasileira³⁵.

Diante dos riscos à sobrevivência do ser humano, assim como do próprio planeta, os alunos têm manifestado de diversas formas certa apreensão, quer seja na sala de aula, quer seja em seu cotidiano. A tomada de consciência tem trazido em muitos o desejo de “fazer algo” para a preservação da vida no planeta e para melhorar as relações entre os seres humanos, o que revela a capacidade de perceber o quanto todos nós fazemos parte e podemos interferir no mundo em que vivemos.

A seção *Eu também posso participar* nasceu justamente **para reforçar a importância que cada um tem no processo global, ou seja, alertar a consciência cidadã dos alunos de modo a se perceberem como agentes históricos** que têm condições, de diversas formas, de alterar a realidade que o cerca.

Visto sob a perspectiva dos PCN, os temas dessa seção se adequam aos *Temas Transversais*. Sobre a relação Temas Transversais e sala de aula, justifica o historiador José Alves de Freitas Neto:

*Os temas transversais não devem ser vistos como opostos dos saberes considerados clássicos, mas necessidades e questões do presente, de grande importância, que não podem ser ignorados pelos educadores. Se o mundo, a família, os modelos mudaram, faz-se necessário uma nova prática escolar, que atualize e valorize a própria escola e os que nela estão. Considerar as questões trazidas pelas crianças e jovens dos ensinamentos fundamental e médio, como questões menores, significa reduzir suas preocupações e sua própria existência. O mundo deles e o nosso têm questões que não são menores do que as apresentadas em outras épocas por outros pensadores. São diferentes. Não permitir que os temas do cotidiano se façam presentes em sala de aula em detrimento dos grandes feitos do passado é ignorar a angústia dos alunos e educar com o olho voltado para trás, com um saudosismo injustificado que significa dizer que as questões de outras gerações foram mais importantes do que as da atualidade*³⁶.

Amparados nessa perspectiva, procuramos historicizar diversos problemas do mundo contemporâneo, **terminando sempre com propostas concretas de participação dos alunos** no sentido de resolver ou minimizar aquele problema. Da invenção do papel pelas sociedades da Antiguidade, por exemplo, chega-se à importância da reciclagem do papel nos dias de hoje (ver capítulo 6 do livro 1). Economia de água, desperdício de alimentos, preservação de patrimônio público, intolerância e muitos outros temas são abordados ao longo de toda a coleção.

OLHO **vivo**

O trabalho com esta seção deve levar o aluno a perceber que as imagens são resultado de seu tempo e estão, portanto, condicionadas à evolução técnica e científica das sociedades que as produziram (ver, por exemplo, a seção *Olho vivo* dos capítulos 3 e 20 do livro 1).

Na seção *Olho vivo*, procuramos mostrar, entre outras coisas, o caráter ideológico da produção de obras imagéticas. Ao estudá-la, **os alunos terão recursos para compreender como imagens aparentemente “neutras” podem transmitir valores, ideologias, convencer pessoas, consolidar estereótipos, etc.**³⁷

Finalmente, para que o trabalho de leitura e interpretação de imagens seja consolidado, é fundamental um exercício constante em sala de aula. Para isso, sugerimos alguns procedimentos específicos, como:

- orientar os alunos a observar sempre a técnica empregada na produção do registro visual em questão;
- pedir a eles uma descrição minuciosa da imagem, incentivando-os a observar detalhes como enquadramento, ponto de vista, plano e outros que poderiam passar despercebidos em uma leitura menos atenta;
- estimulá-los a fazer uma interpretação do objeto analisado, a considerar seu valor enquanto testemunho de uma época e a emitir comentários com sua impressão sobre ele.

³⁵ Uma pesquisa realizada em 47 países em 2007 constatou que, em países como o Brasil, a preocupação da população com, por exemplo, o aquecimento global mais do que triplicou. Ver matéria *Preocupação com clima cresce mais no Brasil que no mundo, diz estudo*. Disponível em: <www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2007/06/070605_nielsenaquecimentoebc.shtml>. Acesso em: 4 dez. 2012.

³⁶ FREITAS NETO, José Alves de. A transversalidade e a renovação no ensino de História. In: KARNAL, Leandro (Org.). *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 64-65.

³⁷ Ver, por exemplo, a seção *Olho vivo* dos capítulos 4 e 14, p. 46 e 166 deste volume.

Nessa seção, que deve aparecer apenas nos volumes 2 e 3 desta coleção, mapeamos algumas das riquezas culturais dos estados brasileiros, buscando sempre ressaltar seu vínculo com o conteúdo histórico formal. Nossa intenção foi chamar a atenção do aluno para o fato de que muitas das construções arquitetônicas (**cultura material**) e práticas cotidianas encontradas no território brasileiro, como comida, dança, música, modos de produção de determinado artesanato ou artigo (**cultura imaterial**), fazem parte da história nacional.

Também buscamos dar ênfase principalmente às experiências sociais de grupos cuja cultura, ao longo da História, foi alijada do conceito de Patrimônio Cultural, como é o caso dos afrodescendentes, indígenas, mulheres pobres, sertanejos, entre outros.

Enquanto isso...

Seção que tem por objetivo trabalhar a simultaneidade. Os assuntos nela registrados em geral não se relacionam ao tema central do capítulo. Outra contribuição dessa seção é a possibilidade de abordar povos, processos, invenções e descobertas que geralmente são excluídos do cotidiano escolar, mas que nem por isso são menos importantes³⁸.

Longe de reduzir os temas e as questões abordados ao aspecto da “curiosidade”, **essa seção proporciona ao professor instrumentos para trabalhar com os alunos o fato de não existir uma história linear e única para a humanidade.**

Filmes e livros

Oferecemos, na forma de hipertexto, sugestões de filmes, romances e histórias em quadrinhos relacionados ao assunto abordado no respectivo capítulo. **Optamos por colocar essas indicações junto ao texto principal por acreditar que, dessa forma, os alunos se sentirão motivados a entrar em contato com a “leitura de mundo” que outras áreas do saber fazem dos acontecimentos históricos.**

O cinema pode ser um importante instrumento para a compreensão de determinados eventos ou acontecimentos históricos. Entretanto, os alunos precisam ser frequentemente alertados a perceber que, por mais realistas que aparentem ser, os filmes constituem representações da realidade e, como tal, transmitem valores ideológicos, políticos, sociais e culturais de quem os produziu.

Como afirma o historiador Marc Ferro, é necessário cautela ao analisar um filme: *principalmente a narrativa, o cenário, o texto, as relações do filme com o que não é filme: o autor, a produção, o público, a crítica, o regime. Pode-se assim esperar compreender não somente a obra como também a realidade que representa*³⁹.

Assim, é recomendável orientar os alunos a buscarem informações básicas sobre um filme antes de assistir a ele: quem

é o diretor; se os personagens retratados são verídicos; se existem críticas quanto à fidelidade historiográfica; se existem abordagens diferentes da que é apresentada pelo filme.

Além disso, antes de assistir a algum dos filmes indicados nesta obra, é importante que o professor verifique se eles são adequados à realidade ou ao perfil de sua classe, região e escola.

Se for fazer uma exibição, o professor pode orientar a sua turma a prestar atenção a determinadas passagens do filme que deseja ressaltar. Ao término da exibição é interessante propor aos alunos que emitam opiniões sobre a obra. Peça que comparem informações apresentadas pelo filme com seus conhecimentos. Dessa maneira, eles estarão aguçando a capacidade de olhar criticamente filmes de conteúdos históricos⁴⁰.

Mundo virtual: oferecemos nesta seção uma seleção de *links* para *sites* cujos conteúdos estão relacionados a alguma questão abordada no capítulo. Por meio dessas páginas é possível ampliar as informações encontradas no livro didático. Fizemos uma seleção criteriosa, tendo como principal preocupação sugerir ao aluno, preferencialmente, *sites* desenvolvidos por universidades, instituições públicas, organizações não governamentais, etc. Procuramos, sempre que possível, apresentar *sites* em língua portuguesa e cujos conteúdos sejam acessíveis aos alunos de Ensino Médio. Porém, em alguns momentos, diante da qualidade do material encontrado, indicamos *sites* estrangeiros; quando isso acontece, informamos o idioma daquelas páginas. *Sites* cujos conteúdos são mais complexos encontram-se indicados no Manual do Professor, ao final dos procedimentos pedagógicos de cada capítulo. Sugerimos que o professor avalie a pertinência de apresentar estes *sites* para seus alunos.

Atividades no interior dos boxes

As atividades dos boxes podem ser feitas individualmente ou em grupo. Elas estão divididas em quatro categorias descritas a seguir.

• Sua comunidade

Por meio dessa atividade, pretendemos **valorizar a história e a realidade da comunidade em que o aluno vive.** Além disso, como explicamos anteriormente, essa proposta tem também por objetivo demonstrar ao aluno que muitos aspectos da sua comunidade ou região estão diretamente relacionados a questões mais globais. Essa seção possibilita ao professor incentivar os alunos a desenvolver outras relações entre a história local e a nacional e/ou global (dimensão micro e dimensão macro) ao longo do curso.

• Sua opinião

Nessa atividade, não se espera que os alunos forneçam uma “resposta correta”. O objetivo é **valorizar o conhecimento ou a opinião que ele tem sobre determinado as-**

³⁸ Ver, por exemplo, a seção *Enquanto isso...* dos capítulos 9, 11 e 12.

³⁹ Citado em ROCHA, Antonio Penalves. *O filme: um recurso didático no ensino de História?* São Paulo: FDE. Diretoria Técnica, 1993. p. 17 (Série Lições com o cinema, nº 2).

⁴⁰ Sobre o uso da Literatura, ver o item *No mundo das letras*, na página seguinte.

sunto e dar-lhe voz. Ao mesmo tempo, procuramos instigá-lo a formular hipóteses e a refletir criticamente sobre temas importantes, como ética e cidadania. Pode ser uma excelente oportunidade para incentivar os alunos a participar da aula. Mas é importante solicitar a eles que elaborem conceitualmente suas ideias para que o debate não se limite ao “achismo”.

• Diálogos

Essa atividade, que em boa parte das vezes envolve pesquisas e consolidação de informações, tem o propósito de sugerir que **o conhecimento não deve ser encarado de forma compartimentada.** Espera-se que os alunos percebam que o conhecimento está vinculado às várias áreas do saber. Por isso, as atividades aqui propostas envolvem pesquisas com outras disciplinas, como Literatura, Química, Biologia.

• De olho no mundo

É mais uma estratégia para os alunos **aprofundarem o conhecimento sobre questões relacionadas ao presente.** Pretende-se aqui que eles aprimorem sua capacidade de elaborar pesquisas e expor o resultado a que chegaram de forma objetiva, por meio de relatório, apresentação oral, dramatização, exposição, etc.

Atividades situadas ao final dos capítulos

Interpretando DOCUMENTOS

Essa atividade se alterna no final dos capítulos com a seção *No mundo das letras*. É por meio dela que procuramos trabalhar uma das questões centrais dos estudos históricos, que é a leitura e interpretação de documentos. **Utilizando documentos extremamente variados procuramos desenvolver nos alunos a capacidade de reconhecer a natureza das fontes históricas e o papel das diferentes linguagens.** Além das orientações específicas apresentadas em cada uma dessas atividades, é sempre possível incentivar os alunos a buscar respostas para perguntas, como: Qual a natureza do documento? Quem o produziu? Quando? Com que objetivo? Como chegou até nós? Qual a questão central do documento? Que tipo de mensagem seu autor quer transmitir? Que leitura você faz desse texto? Em sua opinião, existe algo que esteja subentendido na leitura do documento? Como ele nos permite conhecer o passado?

No caso de documentos textuais é recomendável ainda orientar os alunos a identificar as ideias principais e anotar no caderno palavras ou expressões-chave e, em seguida, definir seus significados.

No mundo DAS LETRAS

Por meio de trechos de narrativa literária, orientamos os alunos a **aprofundar aspectos históricos abordados no capítulo** e refletir sobre eles, além de estabelecer relações com outras áreas do conhecimento. A esse trabalho podem ser atri-

buídos outros significados se o professor desenvolver uma parceria com a disciplina de Língua Portuguesa ou Literatura, por exemplo, ou ainda incentivar a leitura completa da obra. Foi nossa preocupação apresentar textos clássicos, de autores consagrados da literatura mundial e nacional, assim como de autores contemporâneos.

Organizando AS IDEIAS

Essa seção é apresentada em todos os capítulos. São atividades de verificação de leitura, compostas geralmente de oito perguntas. De modo geral, essas atividades permitem ao aluno desenvolver competências de interpretação de texto, localização e sistematização de informações, elaboração de textos mais sintéticos e objetivos, memorização, etc.

Hora DE REFLETIR

Inserida no final de alguns capítulos, essa seção **trabalha os vínculos existentes entre o conceito da unidade, o texto do capítulo e questões do presente, como formação cidadã e direitos humanos.** Também tem como objetivo levar o aluno a questionar valores, rever posições de forma responsável e coerente. Assim, relacionamos questões específicas do capítulo com o conceito abordado na unidade para, na sequência, propor aos alunos analisar sua própria realidade ou formular hipóteses, rever valores e posições⁴¹.

Nessa seção, algumas vezes também são empregados gráficos e tabelas, para que os alunos exercitem a leitura e a análise desse tipo de linguagem.

Considerações gerais

Como foi dito anteriormente, essa coleção procura desenvolver atividades de naturezas variadas. No entanto, é importante observar que, em todos os casos propostos ao longo da obra, **cabe ao professor avaliar se as atividades são adequadas à sua turma, se necessitam ser adaptadas ou, até mesmo, se não é o caso de dispensar algumas delas.**

Igualmente importante é fazer um trabalho contínuo no sentido de estimular os alunos a deixarem sempre uma marca pessoal em suas respostas. Assim, eles acabarão desenvolvendo a capacidade de reflexão crítica, entre outras competências. Muitas das atividades sugeridas exigem dos alunos a elaboração de respostas complexas, na forma de relatórios ou dissertações. Nesses casos, acreditamos ser importante orientá-los a criar previamente um roteiro, no qual identifiquem o que pretendem abordar na introdução, no desenvolvimento e na conclusão do texto.

Da mesma forma, nas atividades que envolvem pesquisa de campo, é importante orientar os alunos a elaborar um roteiro prévio que contemple os acervos a serem pesquisados e os temas centrais da pesquisa. Em casos de depoimentos orais, eles devem ser orientados a respeito dos critérios que serão utilizados para a escolha dos entrevistados e quais perguntas serão formuladas. Pensamos ser fundamental tam-

⁴¹ Ver, por exemplo, *Hora de refletir* das páginas 37, 127 e 208.

bém que seja ressaltado aos alunos a importância da bibliografia em suas pesquisas, elaborada de forma correta e citando as fontes utilizadas.

Com relação às atividades interdisciplinares, **quando for necessário o auxílio de outros colegas é recomendável que o professor discuta as propostas com os professores das disciplinas envolvidas** e, só depois, coloque-as em prática.

Embora saibamos que a exclusão digital atinge boa parte da população brasileira, não podemos ignorar o fato de que muitos alunos utilizam a internet como fonte para suas pesquisas. Entendemos que ela é apenas mais um entre os múltiplos recursos de pesquisa disponíveis e, portanto, seu uso não deve ser desestimulado. A nosso ver, a questão central no uso da internet pelos alunos é que eles saibam utilizá-la com senso crítico. Eles podem, por exemplo, aprender em quais *sites* buscar uma informação, pois, se por um lado o volume de informações disponível na internet é gigantesco, por outro, é também imenso o número de informações incorretas, imprecisas ou até mesmo falsas.

Dessa forma, procure orientá-los a pesquisar nos chamados “*sites* confiáveis”, ou seja, aqueles que contam com a chancela de universidades públicas, organizações não governamentais respeitadas, instituições conceituadas, etc.

É fundamental que os alunos tenham consciência de que a pesquisa na internet não dispensa a consulta em outros acervos (como bibliotecas, centros de memória, arquivos públicos, etc.) e fontes (como livros de autores especializados, documentos, jornais).

4 Procedimentos pedagógicos

Sabemos que há diversos caminhos que podem ser percorridos para se ter uma aula de qualidade. Mas isso também depende de alguns fatores, como a atualização do professor, o material didático utilizado, o perfil da classe, entre outros. É por essa razão que, às vezes, uma dinâmica ou um caminho tem bons resultados com uma turma, mas não com outra.

Assim, nos *Procedimentos pedagógicos* abordados neste Manual, não temos como objetivo fornecer receitas de como ministrar uma aula, mas, sim, indicar caminhos ou metodologias que possam ser úteis para o melhor aproveitamento do conteúdo de cada livro com os alunos. Conforme mencionamos anteriormente, **o papel do professor como mediador do conhecimento é insubstituível, e este Manual é apenas mais uma das ferramentas de que ele dispõe para planejar suas aulas.**

Entre as orientações gerais, sugerimos que, ao finalizar o trabalho de um capítulo, o professor recomende aos alunos que leiam em casa o capítulo subsequente para tomarem conhecimento do assunto a ser tratado na aula seguinte.

Com relação às atividades, há várias estratégias propostas para sua realização, tanto em classe (individual e em grupo) quanto em casa. Vale ressaltar que, neste último caso, consideramos importante que sejam corrigidas na aula subsequente para esclarecer eventuais dúvidas ou verificar dificuldades dos alunos.

Após as orientações sugeridas para trabalhar o conteúdo de cada capítulo, seguem-se as orientações de respostas para

as atividades de cada capítulo. Salientamos, porém, que o professor não deve tomá-las como uma verdade única a ser alcançada, mas, sim, como mais uma possibilidade de compreensão do tema estudado.

Nas orientações sugeridas de alguns capítulos incluímos textos complementares e indicações bibliográficas. Esperamos que esse material auxilie o professor a aprofundar discussões ou aspectos abordados no capítulo.

Como mencionamos anteriormente neste Manual, consideramos a avaliação um instrumento precioso para diagnosticar o processo de aquisição do conhecimento. Por essa razão, ela deve ser contínua. Entretanto, isso não deve ser um obstáculo para que propostas específicas de avaliação sejam desenvolvidas, como a produção de exposições, linha do tempo, dramatizações, provas, etc. Para cada livro apresentamos um total de oito sugestões de avaliação, que são de naturezas variadas e podem ser aplicadas independentemente de o ano letivo ser dividido por bimestres ou trimestres. Assim, esperamos que cada vez mais o processo de avaliação seja visto como uma possibilidade de diagnosticar as potencialidades dos alunos e da dinâmica desenvolvida com a classe.

Em linhas gerais, nas próximas páginas, o professor terá à sua disposição:

- conteúdos e procedimentos;
- textos complementares;
- sugestões de leitura;
- sugestões de respostas das atividades;
- no final do item 5, oito sugestões de avaliação/atividades complementares que podem ser realizadas ao longo do ano.

Sugestões de respostas das atividades



Ciência e tecnologia

Começo de conversa

1. Resposta pessoal. Professor, você pode aproveitar essa questão para incentivar o aluno a refletir sobre nossa relação com a ciência e a tecnologia, frequentemente encaradas como algo “natural” pelas gerações atuais, já adaptadas à velocidade e a muitas das inovações científicas. É importante esclarecer que essa “naturalidade” e facilidade para lidar com a tecnologia são fruto de um processo de adaptação, que pode ser historicamente datado. Vale lembrar que a introdução de novas técnicas, intensificadas a partir de meados do século XIX, provocou profundas transformações no modo de vida das pessoas, alterando, até mesmo, seu comportamento.

Outro importante tema que pode ser abordado a partir dessa questão está ligado ao discurso de neutralidade e eficiência das experiências científicas. A ideia de que a ciência e os avanços tecnológicos trazem felicidade e conforto à hu-

manidade ganhou força com a Revolução Científico-Tecnológica no século XIX e ainda é bastante presente e sedutora. Tal postura, muitas vezes, impede uma discussão crítica a respeito das consequências e formas de aplicação dos resultados das pesquisas nessas áreas. Os efeitos devastadores para o meio ambiente, causados pela produção e consumo excessivo de “novidades tecnológicas”, e a permanência da pobreza e exploração de milhares de seres humanos nos levam a questionar a ligação entre ciência, progresso e civilização. Pode-se citar como exemplo de uso discutível dos avanços tecnológicos atuais o caso dos alimentos transgênicos e a refinada tecnologia de guerra.

2. Por meio dessa questão, pretendemos levar o aluno a refletir sobre os limites sociais e econômicos que impedem o acesso de boa parte da população aos avanços obtidos pelas pesquisas nas áreas de ciência e tecnologia. Para ajudar nessa reflexão, pode-se questionar, por exemplo, o acesso dos alunos (ou da comunidade) a tratamentos de saúde, medicamentos e procedimentos médicos, na rede pública de saúde, que utilizem os recursos tecnológicos de maneira satisfatória. O acesso à educação tecnológica, com aulas em laboratório de informática, e o acesso à internet também podem ser citados. É importante lembrar também, que para muitas comunidades brasileiras, nem mesmo o acesso a recursos básicos, como saneamento, está garantido.

capítulo 1

O mundo em transformação

Conteúdos e procedimentos sugeridos

O capítulo 8 aborda a *Belle Époque*, período histórico situado na passagem do século XIX para o XX, caracterizado por grandes avanços tecnológicos e científicos. Nas expressões artísticas, foi também o período de surgimento do cinema e de mudanças nas artes visuais. Na política, houve um aumento da participação da população, com destaque para a classe média, as mulheres e os operários.

Os estudos podem ser introduzidos retomando brevemente as informações sobre a Segunda Revolução Industrial. Pode-se salientar que o período da *Belle Époque* – com seus avanços tecnológicos e científicos – remete à consolidação do capitalismo, que implicou a formação da classe operária e de diversos outros setores sociais urbanos, os quais passam a existir ou a se organizar.

Situar esses estudos nesse contexto histórico é importante para os alunos perceberem que todas as “novidades” aqui discutidas não podem ser entendidas como acontecimentos isolados, que coincidem temporalmente ao acaso, mas são partes que compõem um todo histórico. Mesmo o caso da Revolução Mexicana (tratada na seção *Enquanto isso...*, página 16), que contou com expressiva participação camponesa e indígena, teve sua origem relacionada também a movimentos urbanos. Sobre esse assunto, veja o *Texto complementar 1*, nesta página.

O entendimento de que nesse período se verifica o início da consolidação do meio urbano como espaço privilegiado de produção econômica e social propicia a compreensão dos

avanços verificados na área dos transportes – tema abordado na seção *Eu também posso participar* (página 11) –, especialmente os meios desenvolvidos para atender às demandas urbanas. É possível, com base no texto, perceber quanto os meios de locomoção na vida atual (com o uso de metrô, carro, trem) são decorrência das inovações daquele período. Além de abordar como esses equipamentos promoveram a melhoria (em conforto e velocidade) da locomoção de pessoas e transporte de mercadorias, o texto também trata dos problemas gerados pelo crescente avanço dos meios de transportes no mundo contemporâneo. Dessa forma, a seção permite que o aluno reflita sobre os dois aspectos do progresso e trata das ações individuais que amenizam a situação caótica do trânsito atual, especialmente nas grandes cidades.

Os avanços técnicos e científicos desse período acabaram por provocar, em alguns, uma crença inquestionável no progresso. A atividade proposta na seção *Interpretando documentos* (página 17) é oportuna nesse momento, pois reproduz imagens com uma visão futurística do mundo no ano 2000. Nas imagens fica evidente a importância adquirida pela tecnologia, visto que, na primeira, o artista pressupõe guardas “aéreos” para o trânsito no futuro; na segunda, ele prevê o uso da tecnologia em guerras. É importante estimular os alunos a identificarem o que se confirmou ou não no futuro – que é, justamente, o tempo presente. Além de abordar essa contraposição entre passado e presente, a atividade também estabelece um elo entre presente e futuro ao propor que os alunos elaborem um desenho sobre o ano de 2100.

Texto complementar 1

No trecho a seguir, Friedrich Katz, professor de História da Universidade de Chicago, analisa a participação da classe trabalhadora urbana no processo de desestabilização do governo de Porfirio Díaz, no México.

O México: a República restaurada e o porfiriato

Um fator importante que contribuiu para a desestabilização do governo do regime de Díaz em seus últimos anos foi o surgimento de forte oposição da classe trabalhadora. Suas primeiras manifestações foram algumas greves, sem precedentes no alcance e na repressão oficial que suscitaram, e o surgimento de um partido político nacional de oposição com fortes tendências anarcosindicalistas. [...]

O PLM [Partido Liberal Mexicano] exerceu influência não só sobre os operários industriais como também sobre alguns setores da classe média mexicana. Para eles o conflito com a administração Díaz era, em parte, uma luta de classes e, em grau muito maior, um conflito de gerações. Aos olhos de muitos jovens, o regime de Díaz era uma sociedade ditatorial fechada, subserviente aos interesses estrangeiros e, especialmente, dos Estados Unidos, que, no entender deles, eram uma ameaça à integridade e à independência do México. [...]

KATZ, Friedrich. O México: a República restaurada e o porfiriato, 1867-1910. In: *História da América Latina*. São Paulo/Brasília: Edusp/Funag, 2008. v. V, de 1870 a 1930, p. 89-91.

Texto complementar 2

O texto a seguir, escrito em 2007 e publicado no site *Jornal da Ciência*, veículo de comunicação relacionado à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), analisa como a forte expansão da robótica nos dias de hoje vem promovendo discussões a respeito de um estatuto humano das máquinas.

Uma ética dos robôs

[...] *Em menos de uma década, de acordo com os pesquisadores, os robôs farão parte da vida cotidiana dos japoneses. Bill Gates, cuja Microsoft acaba de desenvolver um sistema operacional padronizado para esse tipo de máquina, acredita que a indústria da robótica, como a dos computadores pessoais 30 anos atrás, está às portas de uma forte expansão.*

As novas máquinas evoluirão no contato com os seres humanos e poderão substituí-los na execução de certas tarefas; mas será que terão direitos?

A questão já está em debate no Reino Unido, em um relatório encaminhado ao governo em dezembro de 2006. O projeto Horizon Scan teve por tema cerca de 250 assuntos que estão em desenvolvimento, entre os quais as consequências da evolução da robótica.

Sob o título “Sonhos utópicos ou máquinas melhores”, os especialistas discutem aquilo que será preciso prover aos robôs à medida que sua inteligência artificial se desenvolva. Será que terão direito de voto? Serão forçados a pagar impostos, a prestar serviço militar?

De acordo com o estudo, caso os robôs participem da força de trabalho e, portanto, do crescimento da economia, será necessário fornecer a eles, por exemplo, uma cobertura de seguro social que garanta o bom funcionamento de seus equipamentos. Como aponta o texto, um computador, que legalmente não é considerado uma pessoa, não poderia ser responsabilizado judicialmente por qualquer delito. Seu fabricante, no entanto, poderia proteger seus direitos de propriedade intelectual.

No Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), uma das organizações líderes na pesquisa em robótica nos EUA, Aaron Edsinger está envolvido há três anos no desenvolvimento do robô Domo.

Trata-se da fusão entre o Kismet, robô criado para o estudo dos contatos entre máquinas e humanos e da aprendizagem que eles propiciam, e do Cog, muito eficiente na manipulação de objetos.

“A questão dos direitos dos robôs será importante no futuro não apenas para os estudiosos da robótica mas para a sociedade em geral”, diz ele.

“Não estou certo de que ela venha a ser tão diferente da questão dos direitos animais. A probabilidade é que venhamos a nos comportar assim também em relação às diferentes categorias de robôs. Uma lavadora de louças deve continuar a ser uma lavadora de louças. Já os robôs mais infantilizados talvez venham a ocupar o lugar de um cão ou gato. E creio que dentro

de 50 anos parecerá natural que concedamos direitos semelhantes aos dos animais a essas duas categorias de companheiros”, diz.

LAZARE, Françoise; MESMER, Philippe. Uma ética dos robôs. *Jornal da Ciência*. Disponível em: <www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=51650>. Acesso em: 15 jan. 2013.

Sugestão de leitura

RÉMOND, René. *O século XIX: 1815-1914*. São Paulo: Cultrix, 1983.

EU TAMBÉM POSSO PARTICIPAR

Os meios de transporte no mundo contemporâneo Sua comunidade

A elaboração da campanha publicitária deve levar em conta que o uso do transporte individual não é motivado apenas pela necessidade (deslocamento rápido, áreas não servidas pelo transporte público, horários específicos para o deslocamento, etc.) mas também porque expressa um estilo de vida. A aquisição de um carro está associada (na publicidade) às noções de liberdade, conforto e *status* social. Em relação aos homens, o automóvel ainda representa aumento da potência sexual e da capacidade de atrair parceiras. Pode-se também refletir com a classe sobre as situações cotidianas em que o transporte individual é efetivamente necessário e quando é supérfluo. Provavelmente, eles irão apontar problemas relacionados ao transporte público (falta de linhas, desconforto na viagem, demora e falta de segurança). Todas estas questões podem ser discutidas antes de definir o objetivo da campanha. Professor, é importante que os alunos tenham algumas noções sobre a linguagem publicitária para que se apropriem dessa forma de comunicação. Você pode propor que eles realizem a atividade em quatro etapas que levam em conta os processos de criação em propaganda. 1ª) a definição do objetivo da campanha; 2ª) a definição do público-alvo e das estratégias de mídia: se o objetivo é reduzir o uso do carro, a campanha deve atingir proprietários de automóveis. As estratégias de mídia referem-se ao planejamento da campanha nos meios de comunicação: publicidade na imprensa escrita, em *outdoors*, em cartazes afixados em lugares públicos, no rádio, na televisão, na internet, na janela traseira dos ônibus, etc. Essas estratégias precisam ser coerentes com o público-alvo e os objetivos da campanha. Por exemplo, uma campanha dirigida para a classe média alta de uma grande cidade não pode ser pautada em cartazes afixados em lugares públicos e ainda deve levar em conta o perfil socioeconômico deste público. 3ª) A criação da imagem e do *slogan* da campanha: uma imagem e um *slogan* bem elaborados fazem a diferença. Nesta etapa, os grupos que decidiram fazer campanhas de rádio ou de televisão devem levar em conta o formato específico destes meios de comunicação, produzindo uma vinheta ou um “filme” (entre 30 segundos e 1 minuto). Pode ser produtivo analisar com os grupos outras campanhas publicitárias disponíveis na televisão ou na imprensa, para que eles identifiquem suas estratégias e formas. 4ª) Colocar a campanha “na rua”: os alunos podem produzir o material de campanha e “testá-lo” dentro e fora da escola, identificando como a campanha é recebida pelo público. Para finalizar, pode-se organizar uma reflexão final da classe e fazer um balanço do resultado de cada grupo.

1. No período compreendido entre a segunda metade do século XIX e os primeiros anos do século XX novas máquinas e diversos inventos surgiram. Podemos citar, cronologicamente: a bicicleta (1861), o metrô (1863), o telefone (1876), o fonógrafo (1877), o automóvel (1886), o telégrafo sem fio e o cinema (1895), entre outros. Professor, independentemente dos inventos escolhidos, o importante é possibilitar ao aluno uma proximidade com o efeito dessas invenções para homens e mulheres da época. Embora pareçam singelas diante do aparato tecnológico atual, as descobertas e inventos transformaram sensivelmente o cotidiano das populações, alterando, inclusive, as noções de tempo e espaço. São comuns as descrições de espanto e encantamento diante dos primeiros contatos com a eletricidade, a dificuldade de se adaptar à velocidade das locomotivas e automóveis, a sensação de perdas de referenciais óticos provocada por construções gigantescas, como a Torre Eiffel, e imagens do mundo todo disponíveis em fotografias e telas de cinema.
2. A descoberta de que as causas das doenças eram os agentes infecciosos, como as bactérias (feitas por Koch e Pasteur), permitiu a identificação dos agentes de várias doenças, como tuberculose, cólera, febre tifoide, tétano e pneumonia. Os novos tratamentos advindos dessas descobertas reduziram o número de mortes provocadas por tais doenças. A constatação da importância do uso de antissépticos nas cirurgias foi essencial para impedir infecções pós-operatórias, aumentando o sucesso das operações. A descoberta dos analgésicos permitia aliviar as dores e também realizar cirurgias mais demoradas, até então impraticáveis.
3. No início do século XX algumas transformações, como a linha de montagem, modificaram a produção industrial, pois a produção em série levou a um expressivo aumento da produtividade e ao barateamento dos produtos. Para facilitar e estimular o consumo, foram introduzidas novas formas de pagamento, como a venda a crédito. As grandes redes e lojas de departamento começam a ganhar espaço a partir do final do século XIX na Europa. Os objetos de consumo industrializados passaram a ocupar espaço na propaganda pelo rádio, após 1920.
4. Inventado em 1895 pelos irmãos Lumière, o cinema surge em um contexto industrial e seu potencial foi rapidamente aproveitado pela indústria de diversões. Diferente do teatro, o cinema não estava vetado a uma classe específica e o preço acessível dos ingressos atraía milhares de espectadores em todo o mundo. A classe operária compunha grande parte desse público em busca de distração. Professor, seria interessante lembrar que a reprodutibilidade técnica iniciada com a fotografia e potencializada com o cinema permitia a reprodução, a circulação e o consumo de imagens, paisagens e até mesmo obras de arte para milhares de pessoas.
5. O movimento de luta pela ampliação da democracia observado em diversos países da Europa levou à aprovação de leis que reformularam o antigo sistema eleitoral em nações

como Inglaterra, Bélgica, Noruega e Suécia. Tais mudanças possibilitaram a formação dos primeiros partidos políticos modernos (compostos de integrantes da população em geral, e não só das elites), responsáveis por formular doutrinas e ideologias vinculadas às suas realidades. Como resultado das lutas das mulheres pelo direito de votar e de concorrer às eleições, e de outras mobilizações em defesa do sufrágio universal, o voto das mulheres passou a ser garantido em vários países. Os pioneiros nessa questão foram a Nova Zelândia (1893) e a Finlândia (1906). Muitos países só viriam a adotar o sufrágio universal após a Primeira Guerra Mundial. No Brasil isso só aconteceria em 1932.

6. A aristocracia tradicional perdia cada vez mais poder com o avanço da burguesia industrial e com as novas configurações do poder político em curso a partir de fins do século XIX. Contudo, seu prestígio social permanecia e esta classe ainda conservava grandes propriedades de terra em diversos países europeus, a maioria dos quais eram ainda monarquias, portanto aristocráticas. O poder da aristocracia atraía a burguesia, que procurava ligar-se a ela por meio de casamentos ou do convívio social. Professor, esta questão permite uma discussão sobre as permanências históricas e pode levar o aluno a perceber que as grandes transformações registradas no período não significam a superação de todos os aspectos do passado, principalmente quando tratamos de aspectos relacionados a cultura, como no caso das “tradições” aristocráticas.
7. O proletariado começou a se configurar como classe na Inglaterra, nas primeiras décadas do século XIX, quando os trabalhadores perceberam que tinham interesses comuns e que só coletivamente poderiam lutar por eles contra os patrões, cujos interesses eram antagônicos aos seus. Esse processo de organização se desenvolveu aos poucos durante a Revolução Industrial, quando a maioria dos trabalhadores dos campos se mudou para as cidades em busca de melhores condições de vida. O estafante trabalho nas fábricas, os baixos salários e as péssimas condições das moradias operárias motivaram a organização de associações de classe que lutavam por melhores condições de vida e trabalho.

Interpretando DOCUMENTOS

1. As imagens permitem identificar o fascínio exercido pela tecnologia nesse período. O avião, inventado poucos anos antes, levou o desenhista a imaginar a ocupação do espaço aéreo por aviões individuais e a necessidade de guardas voadores para controlar o tráfego. A imagem intitulada “Carros de guerra” também reflete o período em que a indústria bélica estava em franca expansão. Esta ilustração possibilita um olhar mais crítico sobre a evolução da técnica: pode sugerir um confronto mais violento devido ao uso de armas e veículos potentes ou, de acordo com o pensamento dominante no período, pode sugerir uma batalha mais eficiente exatamente pelo uso de tais aparatos. Quanto à concretização das ideias futuristas imaginadas pelo artista, sabemos que não existem na atualidade guardas aéreos, tampouco aviões individuais circulando no espaço aéreo semelhante aos carros pelas ruas, como mostra a ilustra-

ção “Policial voador”. Porém, em grandes cidades, já pode ser observado um deslocamento aéreo individual ou de pequenos grupos de pessoas feito por helicópteros. Ainda assim, esse tipo de transporte, por conta de seu alto custo, é bastante restrito. Em relação ao desenho “Carros de guerra”, de fato, em 1915 surgiram veículos de concepção semelhante ao retratado: os tanques de guerra, usados até hoje em conflitos bélicos. Um aspecto curioso das imagens é que, apesar do olhar futurista, a arquitetura da cidade e a maneira de se vestir continuam como no início do século XX. Professor, a imagem “Carros de guerra” pode ser o mote para discutir as reações ao uso indiscriminado da tecnologia que já existia no período (nem todos tinham um olhar ingênuo quanto às suas possibilidades).

2. Professor, o importante nessa atividade é estimular a criatividade dos alunos, atentando para o conteúdo das ilustrações. Podem aparecer projeções fantasiosas ou ideias que se relacionem aos possíveis desdobramentos do contexto histórico atual.

Hora DE REFLETIR

Professor, a resposta é pessoal, podendo abranger tanto a noção mais geral de cultura quanto a tecnologia e o conhecimento em si mesmos. Vários exemplos podem ser citados pelos alunos, como a internet, os telefones celulares, câmeras e filmadoras digitais, etc. Outro exemplo, já no campo cultural, é o da música eletrônica, que se tornou possível em virtude de avanços tecnológicos, e que está, aos poucos, mudando o conceito de divertimento da juventude no mundo contemporâneo a partir da organização de festas, chamadas *raves*. O importante é que se trabalhe a percepção crítica dos alunos diante de sua realidade, levando-os a perceber as mudanças sociais e comportamentais provocadas pelas invenções tecnológicas.

capítulo 2

A Primeira Guerra Mundial

Conteúdos e procedimentos sugeridos

Este capítulo aborda a Primeira Guerra Mundial, conflito armado de grandes proporções ocorrido em território europeu no início do século XX, mas que envolveu países de todos os continentes. O conflito, caracterizado por um nacionalismo exacerbado e pela forte rivalidade entre as nações europeias, valeu-se do desenvolvimento de armamentos pesados, do aperfeiçoamento tecnológico, das novas estratégias bélicas decorrentes do uso da tecnologia, e modificou o mapa geopolítico europeu.

O texto de abertura do capítulo pode suscitar uma reflexão importante: a guerra tem custos altíssimos, e quem paga essas contas bilionárias é a população, pelo repasse dos gastos na forma de impostos, pela aplicação de recursos em equipamentos bélicos que poderiam ser investidos em educação e saúde, por exemplo.

O texto inicial também estabelece uma relação entre a corrida armamentista ocorrida às vésperas da Primeira Guerra e a que ocorre atualmente e permite realizar uma comparação entre esses dois momentos históricos.

A Europa no início do século XX encontrava-se dividida em grandes impérios, desenvolvidos econômica e militarmente devido aos avanços da Segunda Revolução Industrial. Esses impérios, fortemente armados, procuravam fortalecer-se por meio de alianças políticas. No mapa *Alianças militares europeias em 1914* (página 20) estão representadas essas alianças e a divisão da Europa em países e impérios no período que antecedeu aos conflitos.

Aspecto importante a ser discutido sobre os antecedentes da guerra refere-se ao nacionalismo. O espírito de rivalidades entre as potências industriais gerou um forte sentimento de competição entre elas, marcado por um nacionalismo extremo, no qual o clima de tensão era intenso; porém, sem confronto direto. A análise da charge da página 20 pode contribuir para entender esse clima hostil, restrito ao confronto verbal, entre três grandes potências do período. Da mesma forma, a análise de outras imagens do capítulo pode auxiliar o aluno a entender a preocupação dos estados imperialistas em reforçar o espírito nacionalista por meio das imagens de jornais e cartazes.

Para aprofundar a análise de imagens, na seção *Interpretando documentos* (p. 27) estão reproduzidos cartazes de propaganda elaborados pelo governo da Inglaterra incentivando o alistamento. Um deles dirige-se às mulheres, para que consintam e estimulem a partida de seus filhos e maridos. O outro se dirige aos homens, incitando-os ao alistamento como uma forma de evitar que mulheres e crianças sejam mortas pelos alemães, ou seja, o apelo ao sentimento nacionalista inglês, nesse caso, é transposto para o ódio ao inimigo alemão.

No boxe *Os efeitos da guerra sobre a população civil* (página 23) são tratadas a escassez de alimentos durante os anos de guerra e a participação das mulheres na indústria ou em funções até então masculinas, inclusive juntando-se às frentes de batalha. Com base nesse texto, pode-se discutir como determinadas funções sociais são construídas historicamente e como os impactos de determinado acontecimento afetam de forma duradoura a sociedade e seus costumes.

Embora os conflitos em sua maioria tenham ocorrido em território europeu, praticamente todos os países do mundo também se envolveram, direta ou indiretamente na guerra. A participação do Brasil, ao lado dos Aliados, é tratada no boxe *O Brasil na guerra* (página 22), que explica também como o país entrou no conflito. O texto aborda ainda informações sobre a gripe espanhola, uma epidemia cuja propagação foi ampliada por conta dos deslocamentos dos soldados. A atividade *Diálogos* propõe a elaboração de um cartaz informativo sobre os cuidados para evitar a contaminação pelo vírus H1N1, responsável pela gripe espanhola (ocorrida na época da guerra) e pela gripe suína (ocorrida em 2009).

Além de mortes, traumas, prejuízos financeiros, destruição de patrimônio cultural, as mudanças geopolíticas foram mais uma das consequências da Primeira Guerra. O mapa *A Europa em 1923* (página 25) permite visualizar as alterações geopolíticas ocorridas na Europa após o conflito, para compreender a nova ordem política europeia. É válido compará-lo com o mapa da página 20 e pedir aos alunos que identifiquem as modificações mais evidentes, destacando o esfacelamento de impérios e o surgimento de novos países.

Texto complementar

Erich Maria Remarque é o pseudônimo do escritor alemão Eric Paul Remark. Combatente durante a Primeira Guerra Mundial do lado alemão, Remarque narra em seu livro *Nada de novo no front* o cotidiano dos soldados no interior das trincheiras. Os trechos a seguir mostram a imprevisibilidade da guerra – sem que se possa saber o momento preciso dos violentos bombardeios –, a impotência dos soldados “presos” às trincheiras e a desumanização dos combatentes diante dos limites da batalha.

Nada de novo no front

O front é uma jaula dentro da qual a gente tem de esperar nervosamente os acontecimentos. Estamos deitados sob a rede formada pelos arcos das granadas e vivemos na tensão da incerteza. Acima de nós paira a fatalidade. Quando vem um tiro, posso apenas esquivar-me e mais nada; não posso adivinhar exatamente onde vai cair nem influir em sua trajetória.

É este acaso que nos torna indiferentes. Há alguns meses, eu estava sentado num abrigo jogando cartas; muito tempo depois me levantei e fui visitar uns amigos que estavam em outro abrigo. Quando voltei, já não existia o primeiro: fora completamente destruído por uma granada. Voltei ao segundo abrigo, e cheguei no exato momento de ajudar a desobstruí-lo, pois nesse ínterim também havia sido soterrado.

No abrigo à prova de bombas, depois de dez horas de bombardeio posso ser estraçalhado, e posso não sofrer um único arranhão; só o acaso decide se sou atingido ou fico vivo. Cada soldado fica vivo apenas por mil acasos. Mas todo soldado acredita e confia no acaso. [...]

Tornamo-nos animais selvagens. Não combatemos, nos defendemos da destruição. Sabemos que não lançamos as granadas contra homens, mas contra a Morte, que nos persegue, com mãos e capacetes. Pela primeira vez em três dias, conseguimos vê-la cara a cara; pela primeira vez em três dias, podemos nos defender contra ela. Uma raiva louca nos anima; não esperamos mais indefesos, impotentes, no cadafalso, mas podemos destruir e matar, para nos salvarmos... e para nos vingarmos. Escondemo-nos, abaixados atrás de cada canto, e antes de correremos atiramos montes de granadas de mão. Repercutem poderosamente nos nossos braços e pernas. Corremos agachados como gatos, submersos por essa onda que nos arrasta, que nos torna cruéis, bandidos, assassinos, até demônios; essa onda que aumenta nossa força pelo medo, pela fúria e pela avidez de vida, que é apenas a luta pela nossa salvação. Se seu próprio pai viesse com os do outro lado você não hesitaria em lhe atirar uma granada em pleno peito.

REMARQUE, Erich Maria. *Nada de novo no front*. Rio de Janeiro: Edibolso, 1955. p. 82 e 92.

Sugestão de leitura

WILLMOTT, H. P. *Primeira Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

O Brasil na guerra

Diálogos

Atividade interdisciplinar. Professor, é interessante comentar que o vírus da gripe suína não é exatamente o mesmo da gripe espanhola, e que os medicamentos disponíveis são diferentes dos que havia há quase cem anos. A gripe suína tomou proporções de uma pandemia durante o ano de 2009, mas o número de mortes, embora alto, ficou muito abaixo do constatado na época da gripe espanhola. Segundo pesquisadores, a doença é causada por um vírus composto de segmentos de genes humano, da ave e do porco. É a primeira vez que esta combinação genética ocorre. Os sintomas da gripe suína se parecem com os da gripe comum. O indivíduo tem dor de cabeça, dores musculares e nas juntas, ardor nos olhos, febre acima de 38 °C e início abrupto. Parte das pessoas que contraíram a doença teve diarreia, mas isso não seria muito comum na gripe. A prevenção, segundo os infectologistas, segue os mesmos cuidados indicados para evitar o contágio da gripe comum: lavar as mãos frequentemente com água e sabão, evitar o contato muito próximo com pessoas doentes, evitar locais com aglomeração de pessoas, usar máscaras cirúrgicas descartáveis durante a permanência em áreas afetadas, cobrir a boca e o nariz com um lenço ao tossir ou espirrar, evitar tocar os olhos, o nariz e a boca, não compartilhar alimentos, copos, toalhas e objetos de uso pessoal, procurar assistência médica em caso de adoecimento e não usar medicamentos sem orientação médica.

Enquanto isso...

Judeus, árabes e a Palestina

Sua comunidade

Resposta pessoal, que varia de acordo com a localidade. No Brasil, os principais conflitos de terra não possuem caráter religioso e identidade étnica, como ocorre na Palestina, e não se localizam na zona urbana e sim no campo e nas áreas de fronteira agrícola.

Organizando AS IDEIAS

1. A paz armada foi o período livre de conflitos armados na Europa, compreendido entre o fim da Guerra Franco-Prussiana (1871) e o início da Primeira Guerra Mundial (1914). Durante esse período, as potências europeias empreenderam uma verdadeira corrida armamentista: a maioria dos países passou a adotar o serviço militar obrigatório e a fabricar armamentos em grande quantidade, visando intimidar as nações rivais.
2. Entre os franceses, o nacionalismo era alimentado pelo sentimento de inconformismo pela perda da Alsácia-Lorena para os alemães na guerra Franco-Prussiana, gerando um forte desejo de vingança. Entre os alemães e os italianos havia o desejo de ampliar seu império colonial, pois ambos os países se sentiam prejudicados com a divisão de territórios entre as potências imperialistas na região da África e da Ásia. Nos Bálcãs, povos de diferentes etnias como gregos, eslavos, servos e croatas eram embalados por fortes senti-

mentos nacionalistas na luta pela liberdade em relação ao Império Austro-Húngaro ou ao do domínio turco otomano.

3. Formada em 1882, a Tríplice Aliança era composta de Alemanha, Império Austro-Húngaro e Itália (este país passa a fazer parte da Tríplice Entente em maio de 1915). Em resposta a essa aliança, formou-se a Tríplice Entente em 1907, formada por Inglaterra, França e Rússia. O Império Otomano aderiu à Tríplice Aliança em 1915.
4. O expressivo desenvolvimento tecnológico verificado a partir da segunda metade do século XIX teve reflexos diretos no desenvolvimento da indústria bélica. Muitas das inovações desse período foram utilizadas na guerra, outras foram desenvolvidas no decorrer do conflito. A Primeira Guerra Mundial foi um conflito no qual, pela primeira vez na história, foram utilizadas armas químicas, submarinos e lança-chamas, além de armamentos mais antigos, como granadas, canhões e metralhadoras. Os aviões, símbolos da modernidade tecnológica do período, foram utilizados para combater tropas em terra.
5. Nos primeiros meses da guerra verificou-se a chamada “guerra de movimento”, caracterizada pelo intenso movimento das tropas com o objetivo de conquistar territórios inimigos. A tática se revelou infrutífera, dando início, assim, à chamada “guerra de trincheiras” ou “guerra de posições”. Impossibilitadas de avançar, as tropas eram obrigadas a se fixar em trincheiras – valas estreitas, profundas e de grande extensão, protegidas por arame farpado. Ali os combatentes mantinham fogo permanente contra o inimigo e se defrontavam com novas adversidades: lama, frio, ratos e doenças. A “guerra de movimento” foi retomada a partir de 1917, quando os norte-americanos entraram no conflito levando um grande número de soldados e exerceram papel fundamental para a vitória dos Aliados.
6. Com o advento da guerra foram abertas inúmeras novas oportunidades de emprego. Como o contingente masculino servia nos campos de batalha, as mulheres passaram a ocupar funções antes restritas aos homens. Na França, por exemplo, mais de um milhão de mulheres trabalhavam no setor de defesa nacional, armamento e aeronáutica no ano de 1918. No Império Austro-Húngaro, no ano de 1916, 42,5% dos trabalhadores na indústria pesada eram mulheres. Um ano antes do início do conflito, esse percentual era de 17,5%. O mesmo fenômeno era registrado na Alemanha, onde, em 1918, as mulheres compunham 35% da força de trabalho nas indústrias. Funções de motorista de ônibus, de ambulância e até mesmo de soldado passam a ser exercidas também por mulheres.
7. A guerra trouxe muitas vantagens econômicas para os norte-americanos: durante o período em que se mantiveram neutros, obtiveram enormes ganhos com a venda de armas e alimentos aos governos beligerantes. Ao mesmo tempo, fizeram vultosos empréstimos aos governos da Inglaterra e da França. Com o fim do conflito e as nações europeias abaladas, os Estados Unidos se consolidaram como a maior potência mundial do período, ocupando o posto de liderança que até então pertencera à Inglaterra.

8. No caso da Alemanha, o governo foi obrigado a devolver a Alsácia-Lorena à França, suas colônias passaram para o domínio dos vencedores e suas forças armadas sofreram importantes restrições. Além disso, o governo alemão teve de pagar uma indenização de 132 milhões de marcos.
9. Através desses tratados de paz, houve o desmembramento do Império Austro-Húngaro, dando origem a três novos países – Áustria, Hungria e Tchecoslováquia; a desintegração do Império Turco Otomano originou territórios como a Síria, o Líbano e a Palestina, que passaram para o controle de franceses e ingleses. A região da Alsácia e Lorena foi novamente incorporada à França. Professor, o importante nessa questão é que os alunos percebam o desmembramento ou perda de território de alguns países e o surgimento de novas nações.

Interpretando DOCUMENTOS

1. Nas respostas, os alunos podem mencionar que o primeiro cartaz traz a ideia de que a guerra necessitava de uma grande mobilização no recrutamento de homens e toda a população precisava envolver-se nesse esforço. As mulheres seriam responsáveis por encorajar os homens a lutar pela pátria, atitude associada à bravura, coragem e heroísmo. Essa coragem da mulher pode ser observada no olhar altivo que ela dirige aos soldados que partem para o campo de batalha. A imagem sugere que a partir daquele momento a mãe ficou sozinha com dois filhos, uma adolescente e uma criança pequena. Os gestos desses filhos refletem uma certa insegurança pela ausência do pai (a criança menor agarra-se à roupa da irmã mais velha e esta apoia-se na mãe). Entretanto, ao segurar com firmeza o braço da filha, a mãe procura transmitir-lhe a segurança e a coragem necessárias para enfrentar os dias difíceis que se seguirão. O segundo cartaz destaca um dos efeitos do conflito no cotidiano das populações: a morte de civis, que aumentou consideravelmente pelo uso de novas tecnologias de guerra. A morte de mulheres e crianças, símbolos da fragilidade e da inocência, é o mote para convencer os homens a lutar na guerra. A tragédia é transformada em uma espécie de provocação dos alemães, ferindo a honra dos homens ingleses, a quem é dirigida a pergunta: Vocês aguentarão isso?
2. Essa questão leva à reflexão sobre como as populações são afetadas pelas guerras. Com a ausência masculina (tema do cartaz 1), por exemplo, coube às mulheres a tarefa de liderança familiar, além de assumirem importantes papéis na economia dos países europeus (trabalhando, inclusive, na fabricação de armamentos e munições). O cartaz 2 mostra que a população da Europa continental estava sujeita a ataques inimigos que poderiam destruir suas casas, suas cidades, matar mulheres e crianças. A morte de civis inocentes devido ao uso das novas tecnologias de guerra é o destaque do segundo cartaz. O esforço da população civil para ajudar as tropas está presente nos dois cartazes. Professor, é interessante também destacar que campanhas de arrecadação de dinheiro, alimentos, joias e roupas foram comuns durante os conflitos, bem como o racionamento de água e alimentos.

3. A questão tem o objetivo de levar o aluno a refletir sobre o impacto da Primeira Guerra nas ideias dominantes a partir do final do século XIX: a crença inabalável nas potencialidades da ciência e da tecnologia e nos prognósticos que prenunciavam à humanidade um progresso constante. As consequências desastrosas do conflito puseram um fim à chamada “era das certezas” e apontavam para as ambiguidades e falhas do modelo de uma civilização amparada em verdades absolutas. Os avanços tecnológicos tão valorizados até então, como o avião, o submarino, etc., revelaram uma face desconhecida da maior parte da população: o seu alto poder destrutivo.

Hora DE REFLETIR

Embora a resposta seja pessoal, é aconselhável levar o aluno a refletir sobre alguns pontos que envolvem as guerras na atualidade. Um dos pontos que podem ser abordados é a maneira como os conflitos aparecem na imprensa e meios de comunicação em geral: como um fato distante, onde apenas números e informações generalizadas são fornecidos, sem mencionar seus efeitos para as populações. De maneira geral, os relatos de soldados e cenas das vítimas são evitados pelos governos envolvidos e também por parte da imprensa. Isso acontece, entre outros fatores, para se evitar mobilizar a opinião pública contra a indústria da guerra e seus interesses, assim como para não arrefecer os ânimos dos soldados, comprometendo os resultados das batalhas. Desde a Guerra do Golfo (1991), conhecida como “a guerra de *videogame*” porque os ataques eram mostrados ao vivo na televisão, sem exibir corpos nem sangue, a sociedade tem sido, de certa forma, direcionada para se acostumar com imagens selecionadas desses confrontos, sem se horrorizar com seus efeitos cruéis e desumanos. É como se a guerra se tornasse mais um entretenimento, entre os demais veiculados na televisão. Os jogos de *videogame* e filmes, acessíveis a crianças de todas as idades, são também usados para treinar os soldados e tratam o ato de matar com normalidade. Ainda assim, seus produtores insistem em negar que tais conteúdos possam ser associados a uma cultura da violência, já apontada por inúmeros estudiosos do comportamento humano. Professor, a leitura de relatos de soldados que lutaram na Primeira Guerra Mundial, ou mesmo em guerras atuais, pode ser útil para que o aluno tenha contato com a realidade dos campos de batalha e com a dimensão humana dos confrontos.

capítulo 3

A Revolução Russa

Conteúdos e procedimentos sugeridos

Neste capítulo abordamos os movimentos revolucionários socialistas que puseram fim ao czarismo na Rússia no início do século XX. São tratados o contexto histórico que engendrou os levantes revolucionários e as diversas etapas dos processos que culminariam no controle autoritário do Estado russo por Josef Stalin.

No volume 2, especialmente no capítulo 13, já foram abordados os movimentos operários e o surgimento das teorias socialistas em contraposição ao capitalismo, o que pode ser relacionado aos assuntos tratados agora, neste capítulo 3. Com

base nesses conhecimentos, pode-se ampliar a discussão a respeito das ideias socialistas que orientaram os movimentos revolucionários na Rússia e que marcaram não só como uma mudança política (fim do czarismo), mas também uma busca por um novo sistema de produção, diferente do capitalismo (em expansão na Europa e nos Estados Unidos, principalmente).

As particularidades do contexto político, econômico e social da Rússia antes das Revoluções de 1917 são abordadas de forma a evidenciar que os movimentos e as organizações dos trabalhadores surgem como resposta a uma situação material e política opressora. O contexto político internacional – quando a Rússia se envolve na guerra contra o Japão ou na Primeira Guerra Mundial – também é decisivo para o processo revolucionário, na medida em que se intensificam as péssimas condições de vida e de trabalho da população. Para discutir esse assunto, pode-se realizar uma análise da obra *Leilão de servos*, do pintor russo Lebedev (1852-1916), na página 29, que retratou várias cenas da sociedade russa durante o czarismo. Do mesmo modo, a repressão e as mortes ocorridas no chamado *domingo sangrento* tiveram como desdobramento imediato um acirramento das lutas.

As organizações que articulavam, reuniam e buscavam soluções para as demandas políticas e sociais dos trabalhadores eram os *soviets*. Mais informações sobre esses conselhos estão na seção *Eu também posso participar*, com o texto *Os soviets e a democracia participativa* (página 31), com base no qual se discute o conceito e as práticas de democracia participativa no Brasil. A atividade *Sua comunidade*, ao final desse boxe, incentiva o aluno a relacionar esse conhecimento com sua própria realidade, ao sugerir pesquisa sobre os meios de participação na gestão de suas cidades ou regiões.

As mais contundentes e frequentes críticas ao regime socialista da Rússia estão relacionadas à falta de liberdade e de participação política da população. O boxe *Sem liberdade não há socialismo* (página 34), de Rosa Luxemburgo, pode servir de base para compreender a rigidez e o controle impostos pelo governo de Stalin. Com esse texto também podem ser discutidos outros aspectos importantes, por exemplo, o culto ao líder, a manipulação do operariado, a propaganda, a burocratização e a formação de uma cúpula governamental. Para saber mais sobre a propaganda ideológica, ver também o *Texto complementar*, neste Manual.

A seção *No mundo das letras* (página 36), com um trecho do livro *A revolução dos bichos*, de George Orwell, pode auxiliar a compreensão sobre as disputas políticas e ideológicas internas do Partido Comunista na Rússia. A seção permite que o aluno estabeleça uma relação entre o assunto alegoricamente tratado no texto e sua própria realidade, tratando da importância de se compreenderem as propostas políticas para poder votar de forma consciente.

A seção *Hora de refletir* (página 37) trata do descompasso entre o processo de industrialização na Rússia (que permitiu a urbanização e a organização dos operários) e a falta de melhores condições de vida para os trabalhadores. Essa seção também estabelece um diálogo com o presente, ao estimular o aluno a pensar sobre de que forma a tecnologia atual repercute com melhorias práticas na vida das pessoas. Dessa maneira, a seção amplia as discussões sobre o conceito da unidade, *Ciência e tecnologia*.

As disputas pelo poder político na Rússia desencadearam uma violenta guerra civil, tratada no boxe *Guerra civil na Rússia* (página 33). Se essa guerra e a Primeira Guerra Mundial impressionam pelo saldo assombroso de milhões de mortos, a seção *Enquanto isso...*, no texto sobre *O genocídio armênio* (página 35) aborda o genocídio de caráter étnico-religioso praticado pelos turcos contra os armênios no início do século XX. Esse episódio causa até os dias de hoje muita controvérsia, visto que o fato de os turcos se recusarem a assumir o genocídio dos armênios é um dos aspectos que vem dificultando a inserção da Turquia na União Europeia. A atividade *Sua opinião*, ao final do boxe, incentiva o aluno a refletir sobre acontecimentos dessa natureza e a propor princípios para a convivência pacífica de sociedades diferentes.

Texto complementar

A Revolução Russa foi um acontecimento que marcou a história mundial ao propor um novo modelo de sociedade: a economia, a política e a estrutura social foram radicalmente transformadas. Para legitimar e buscar apoio da população foi utilizada uma nova forma de expressão artística, naquele momento: o cinema. O texto a seguir trata dos aspectos que levaram os dirigentes soviéticos a verem, no cinema, o meio próprio para a propaganda ideológica.

História social da arte e da literatura [trecho]

A afinidade entre o jovem Estado comunista e a nova forma de expressão [o cinema] é óbvia. São dois fenômenos revolucionários que avançam por novos caminhos, sem um passado histórico, sem tradições obrigatórias e incapacitadoras, sem pressuposições de natureza cultural ou rotineira de qualquer espécie. O cinema é uma forma elástica, extremamente maleável e inexaurível que não oferece resistência interna à expressão de novas ideias. É um meio popular e não sofisticado de comunicação, que seduz diretamente as grandes massas, instrumento ideal de propaganda cujo valor foi imediatamente reconhecido por Lenin. Sua atração como entretenimento irrepreensível, ou seja, historicamente isento de compromissos, era tão grande do ponto de vista da política cultural comunista desde o início, seu estilo de livro ilustrado tão fácil de apreender, a possibilidade de usá-lo para propagar ideias entre as camadas iletradas tão simples, que parecia ter sido especialmente criado para os fins de uma arte revolucionária.

HAUSER, Arnold. *História social da arte e da literatura*. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p. 988-989.

Sugestões de leitura

HECHER, Alexandre. *Revolução Russa: uma história em debate*. São Paulo: Expressão e Arte, 2007.

MARABINI, Jean. *A Rússia durante a Revolução de Outubro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

MIKHAILOV, Aleksandr. *Maiakovski, o poeta da revolução*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

MONTEFIORE, Sebag. *Stalin: a corte do czar vermelho*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

PIPES, Richard. *História concisa da Revolução Russa*. Rio de Janeiro: Best Bolso, 2008.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *As revoluções russas e o socialismo soviético*. São Paulo: Unesp, 2003.

Os soviets e a democracia participativa Sua comunidade

Esta atividade tem por objetivo refletir sobre formas efetivas de participação popular na gestão pública. Como apontamos neste boxe, em diversas áreas de atuação do poder público (especialmente do poder municipal), existem, por determinação legal, conselhos (de saúde, de educação, etc.) que devem definir os rumos da política. Desse modo, pode-se discutir em sala de aula que todos temos algum poder, ainda que restrito, para tomar decisões; e que definir a responsabilidade política apenas ao ato de votar é uma forma de restringir a nossa atuação política. Professor, a pesquisa da classe não precisa ser meticulosa, pois ela é apenas um subsídio para que os alunos discutam as modalidades de participação com base em dados objetivos da cidade ou região onde moram. Você pode dividir a classe a partir de áreas de interesse: educação, saúde, esportes, cultura, habitação, transporte, etc. Assim, cada grupo faz o levantamento sobre um setor distinto da atuação do governo municipal. Pode-se conduzir o debate com a classe solicitando aos alunos que reflitam sobre o real interesse em desenvolver uma atuação política mais sistemática, em ONGs, associações de bairros, partidos ou nos conselhos do município. Para isso, um ponto de partida é avaliar em que medida eles conhecem os problemas reais da cidade (ou do bairro) e sua disposição para ajudar. Trata-se, portanto, de uma atividade que problematiza a prática da cidadania (ou sua ausência) entre os alunos. O resultado da reflexão poderia, assim, conduzir os alunos a engajar-se efetivamente em alguma luta coletiva.

Enquanto isso...

O genocídio armênio Sua opinião

O tema da tolerância e a perspectiva de uma cultura pela paz são assuntos fundamentais nas políticas da Organização das Nações Unidas (ONU) e de diversos organismos e reuniões internacionais. Professor, esta atividade pode ser feita diretamente, sem consulta a outros materiais, mas seria importante discutir a relevância e coerência dos princípios apresentados pelos alunos. É muito comum que se chegue a resultados pouco amadurecidos, afirmando apenas que se deve “respeitar as diferenças” ou que “todos têm direito a manifestar suas crenças religiosas”, etc. Para essas afirmações simplificadoras, pode-se questionar sua eficácia colocando em questão situações reais e históricas, como a manifestação de ideias religiosas que tratam outras religiões como inferiores ou inimigas. Por outro lado, pode-se fazer uma reflexão mais aprofundada através de documentos à disposição sobre o assunto. No site <www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/paz/dec95.htm> (acesso em: 5 jan. 2013), por exemplo, pode-se ler a Declaração de Princípios sobre a Tolerância, promulgada pela ONU em 1996.

- Até o começo do século XX, a Rússia era uma nação essencialmente rural. O país apresentava baixo desenvolvimento econômico, principalmente se comparado a outros países europeus, como a Inglaterra ou a Alemanha. Do ponto de vista político, até os primeiros anos do século XX a Rússia vivia sob um regime monárquico absolutista, que exercia forte repressão sobre a população. A desigualdade social era grande e eram péssimas as condições de vida dos trabalhadores russos tanto do campo como das cidades. Tudo isso gerou insatisfação e criou condições para o surgimento de movimentos de resistência ao regime e defensores de mudanças econômicas, sociais e políticas.
- Dois fatores foram importantes no processo de industrialização russo: a ação do governo, que investiu, sobretudo na construção de ferrovias; e a intervenção do capital estrangeiro, por meio de empréstimos e investimentos diretos. Professor, além desses fatores, a produção industrial foi favorecida pelo baixo custo da mão de obra, formada por trabalhadores de origem rural recém-chegados às grandes cidades.
- Uma das tendências do POSDR era a bolchevique. Liderada por Lenin, essa facção propunha a formação de uma aliança operário-camponesa para lutar pelo poder, como primeiro passo para se chegar ao socialismo. Segundo Lenin, só seria possível chegar ao socialismo depois de uma revolução. A outra tendência era a dos mencheviques. Mais moderados que os bolcheviques, eles argumentavam que era preciso apoiar a burguesia, pois esta deveria liderar a luta contra o czarismo em uma revolução democrática. Só então se poderia organizar a classe operária para a revolução socialista.
- A insatisfação no país, que já era grande, aumentou ainda mais depois da derrota dos russos na guerra contra o Japão pela posse da Manchúria. Em 1905, cerca de 200 mil pessoas foram às ruas protestar por melhores condições de vida e salário. A polícia reagiu matando cerca de mil manifestantes. Os protestos se intensificaram. Uma greve geral paralisou o país em outubro. Pressionado, o czar cedeu a algumas exigências dos revolucionários, legalizou partidos políticos e concedeu poderes legislativos à Duma (parlamento). Embora o czarismo tenha sobrevivido, o país se transformou em uma monarquia constitucional. Ainda assim, o czar podia dissolver a Duma a qualquer momento e mantinha forte censura à imprensa.
- Os soviets surgiram inicialmente como um conselho de trabalhadores democraticamente eleitos, com o objetivo de impulsionar as lutas sociais e políticas dos russos. Faziam parte desses conselhos operários, camponeses, soldados e intelectuais. Eles organizavam greves, intermediavam as negociações entre patrões e empregados, publicavam jornais. Em momentos mais críticos, assumiram responsabilidades que seriam do governo: passaram a cuidar do abastecimento, do trânsito, da iluminação e também fiscalizavam as ações governamentais.
- A Revolução de Outubro foi uma insurreição armada que derrubou o governo provisório composto por represen-

tes liberais e mencheviques e colocou no poder o Partido Bolchevique, que dizia agir em nome dos soviets. Liderada pelo Partido Bolchevique, ela ocorreu na noite de 24 para 25 de outubro (pelo calendário russo) de 1917 e deu início a um processo de profundas transformações na sociedade russa.

- Internamente, o novo governo estatizou fábricas, estradas de ferro e bancos e confiscou os bens da Igreja. As grandes propriedades foram expropriadas e distribuídas aos camponeses. No plano externo, russos e alemães assinaram um tratado de paz em separado, o Tratado de Brest-Litovsky (1918), que culminou na saída da Rússia da Primeira Guerra Mundial.
- A ascensão dos bolcheviques ao poder deu início a uma guerra civil na Rússia. As antigas classes dominantes (senhores de terras, grandes empresários, generais do exército czarista) formaram o chamado Exército Branco com o objetivo de expulsar os bolcheviques do poder. Com o fim da Primeira Guerra Mundial, o Exército Branco ganhou o reforço das tropas militares de potências ocidentais (Estados Unidos, França, Inglaterra, Japão e Canadá). Sob a liderança de Trotski, os bolcheviques organizaram o chamado Exército Vermelho. A disputa pelo poder levou o país a uma sangrenta guerra que terminou em 1921, com a vitória dos bolcheviques, e deixou um saldo de 13 milhões de mortos, número superior ao de pessoas que morreram nos combates da Primeira Guerra Mundial.
- O Partido Comunista, ou bolchevique, tornou-se o único partido. O poder dos soviets foi esvaziado e a população viu-se excluída dos órgãos de decisão. No lugar do socialismo surgiu uma sociedade burocratizada, controlada por uma elite de funcionários privilegiados. No topo dessa sociedade estava o Partido Comunista – comandado por Stalin –, que controlava integralmente todos os órgãos do Estado.

No mundo DAS LETRAS

Bola de Neve e Napoleão

- Pode-se dizer que a discussão ideológica entre Bola de Neve e Napoleão refere-se ao antagonismo de opiniões verificado na Rússia entre Leon Trotski e Josef Stalin. O personagem Bola de Neve defende a ideia de que o movimento posto em prática pelos bichos deveria se expandir para outras granjas vizinhas. Essa é uma alegoria da teoria de Trotski, que defendia a ideia de que a revolução deveria se expandir para outros países, como forma de assegurar a sobrevivência do socialismo. Já o personagem Napoleão pode ser associado à figura de Stalin, que defendia a proposta de que a revolução deveria ser consolidada dentro da União Soviética. Por essa razão, o personagem Napoleão defende que os animais da fazenda se armem, para garantir a sobrevivência da rebelião dentro da granja em que eles se encontram.
- A população russa é retratada nessa passagem como “os animais”. De acordo com o trecho, os animais encontram-se desorientados, ora concordando com o pensamento de Napoleão, ora concordando com a proposta de Bola de Neve. Com isso, George Orwell transmite a ideia de que a

população russa não tinha se definido entre as propostas políticas de Trotski e de Stalin, parecendo, inclusive, carente de embasamentos mais sólidos para tomar uma decisão de forma consciente.

3. Resposta pessoal. Professor, o objetivo dessa atividade é levar os alunos a perceber que, em uma eleição, muito mais do que estar simplesmente escolhendo um candidato para um cargo legislativo ou executivo, o eleitor está fazendo uma escolha por uma proposta política que, caso vitoriosa, tende a ser implementada. Dessa maneira, o importante é o aluno perceber que a escolha de um candidato pode mudar os rumos da política nacional, estadual ou municipal, por isso, a necessidade de se conhecer bem as propostas dos candidatos.

Hora DE REFLETIR

Professor, com essa questão procuramos incentivar o aluno a tomar conhecimento dos desafios enfrentados pelos trabalhadores brasileiros por conta do crescente avanço da tecnologia nos mais variados ramos de atividade profissional. O impacto provocado pelas novas tecnologias é imenso: maior automação na produção, o que faz com que as fábricas precisem de um número cada vez menor de funcionários em sua linha de montagem; preferência por profissionais especializados em algum assunto; maior agilidade no processo industrial, etc. Segundo alguns estudos, a dificuldade em acompanhar as demandas das novas tecnologias parece ser um dos grandes desafios a ser superado pelos trabalhadores brasileiros, principalmente entre os menos qualificados profissionalmente. O grande número de vagas não preenchidas em alguns setores contrasta com o crescente número de desempregados que encontram dificuldade em se profissionalizar de acordo com as novas tendências do mercado. Por conta disso, a necessidade de aprimoramento constante por parte dos trabalhadores é cada vez mais uma condição para a manutenção dos empregos. Para que a tecnologia seja realmente um instrumento de emancipação, muitos especialistas defendem a adoção de novas práticas educacionais voltadas para a formação de trabalhadores capazes de operar e compreender os novos sistemas de produção.

capítulo 4

O Brasil chega ao século XX

Conteúdos e procedimentos sugeridos

Este capítulo trata do contexto socioeconômico e político que caracterizava a sociedade brasileira das primeiras décadas do século XX. Relacionando o contexto histórico ao período – abordando também aspectos industriais, urbanos e científicos –, o capítulo trata das múltiplas transformações sociais e políticas da sociedade brasileira nessa época, com destaque para a emergência do proletariado urbano, a chegada em grande número de imigrantes e a natureza excludente da urbanização ainda em fase inicial (que repercutiria, ao longo do tempo, nas políticas de urbanização postas em prática até os dias atuais).

Ao destacar a capital paulistana como o principal polo econômico brasileiro no presente, o texto de abertura do capítulo introduz o estudo de um processo que tem início, mais claramente, no século XX: o desenvolvimento do meio urbano.

Como o crescimento das cidades ocorre em função da prestação de serviços, das negociações financeiras, do comércio e da indústria, essas relações capitalistas de produção ensejam a formação de um proletariado urbano que, desprovido de direitos trabalhistas, submete-se às perigosas e estafantes condições de trabalho impostas pelos patrões. Em pouco tempo as cidades – espaço moderno, adequado à realidade de seu tempo, e industrial por excelência – despontam como palco de disputas sociais e políticas.

A seção *Patrimônio e diversidade* (página 40), sobre o estado de Rondônia, por exemplo, aborda as grandes transformações ocorridas nesse estado, dentro do território amazônico – especialmente o surgimento e o crescimento de várias cidades –, devido ao interesse e à necessidade mundial por borracha, naquele momento. Além disso, o texto dessa seção permite aprofundar o conhecimento sobre as populações nativas dessa região e a diversidade cultural surgida do encontro de vários povos indígenas e não indígenas.

A chegada de grande número de imigrantes ao Brasil influenciou profundamente não só a prática política dos trabalhadores, mas também vários outros aspectos da sociedade brasileira, especialmente o que se refere às transformações de características culturais (pela influência que ambos os lados exerceram entre si), transformando-se em um dos componentes da formação da nação e do povo brasileiro. Esse aspecto é abordado no box *Tecnologia japonesa na agricultura brasileira* (página 44), que aborda a contribuição técnico-cultural japonesa na produção agrícola. Esse texto e a atividade proposta na seção *Hora de refletir* (página 51) – sobre a relação entre avanços tecnológicos na agricultura e a melhoria da qualidade de vida – podem contribuir para ampliar a compreensão do conceito proposto nessa Unidade, *Ciência e tecnologia*.

Outro tema abordado no capítulo é a situação e a atuação da população negra nos primeiros anos da República. Essa questão pode ser ainda mais bem discutida na seção *Olho vivo* (página 46), com a análise do óleo sobre tela *Redenção de Cam*, de Modesto Brocos, feita em 1895. Há também o box *O negro no início da República* (página 45), que aborda como, apesar da Abolição, a elite e o governo “resistiram” a inserir os negros na sociedade, de forma igualitária, e a reconhecer seus direitos.

Ao tratar também das diferentes formas de articulação perpetradas pelos negros, com o objetivo de conquistar seu espaço na sociedade, como cidadãos, é mencionada a atuação da imprensa alternativa. A importância do papel da imprensa na organização de grupos sociais minoritários e na divulgação das ideias dos movimentos operários pode ser aprofundada na seção *Interpretando documentos* (página 50), com um trecho de artigo do jornal *Ceará Socialista*. Pela leitura do texto, pode-se perceber que as más condições de vida, naquele período, atingiam toda a população pobre, fosse ela negra ou operária.

Sugestões de leitura

FERREIRA, Manoel Rodrigues. *A ferrovia do diabo*. São Paulo: Melhoramentos, 2005.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *História do cangaço*. São Paulo: Global, 1991.

SEVCENKO, Nicolau. *Pindorama revisitada*. São Paulo: Peirópolis, 2000.

TOLEDO, Edilene. *Anarquismo e sindicalismo revolucionário*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

VILLA, Marco Antonio. *Vida e morte no sertão*. São Paulo: Ática, 2001.

Sugestões de sites

Futebol no Brasil – Site sobre as origens do futebol no Brasil. Disponível em: <www.arquivoestado.sp.gov.br/exposicao_futebol/index.php>. Acesso em: 9 jan. 2013.

Memória da educação – Exposição virtual do Arquivo Público do Estado de São Paulo sobre a história da educação no Brasil. Disponível em: <www.arquivoestado.sp.gov.br/educacao/index.php>. Acesso em: 9 jan. 2013.

Oswaldo Cruz – Site sobre a vida e obra do cientista brasileiro. Disponível em: <www.projetomemoria.art.br/OswaldoCruz/indice/fotos.html>. Acesso em: 9 jan. 2013.

Ferrovias paulistas – Site do Arquivo do Estado de São Paulo sobre a história das ferrovias do estado de São Paulo. Disponível em: <www.arquivoestado.sp.gov.br/exposicao_ferrovias>. Acesso em: 9 jan. 2013.

Cem anos de imigração japonesa no Brasil – Site com a história da imigração japonesa no Brasil. Disponível em: <www.ndl.go.jp/brasil/pt/index.html>. Acesso em: 9 jan. 2013.

O Malho – Site com a versão digitalizada da revista *O Malho*, importante periódico do início do século XX. Disponível em: <www.casaruibarbosa.gov.br/omalho/?lk=50>. Acesso em: 9 jan. 2013.

Careta – Site com a versão digitalizada da revista *Careta*, importante periódico do início do século XX. Disponível em: <www.memoriaviva.com.br/careta/>. Acesso em: 9 jan. 2013.

Organizando AS IDEIAS

1. A exploração comercial do látex ocorria desde o século XVIII, mas deu um salto a partir de 1886, com a invenção do automóvel e a necessidade de borracha para a confecção dos pneus. O Brasil passou a responder por 90 por cento de toda a produção de látex mundial. Assim, entre a última década do século XIX e o começo do século XX, a Amazônia passou por um surto de riqueza que promoveu o surgimento de uma elite formada por banqueiros, comerciantes e seringalistas. As cidades de Manaus e Belém se modernizaram e prédios suntuosos, como o Palácio do governo e o Teatro Amazonas, ambos de Manaus, foram construídos como símbolos dessa prosperidade. Porém, o cultivo em grandes propriedades organizado pelos ingleses no Ceilão (atual Sri Lanka) e em Cingapura desbancou os produtores brasileiros e, em 1919, as vendas brasileiras no mercado externo não chegavam a 10 por cento das exportações mundiais do produto.
2. O processo de exploração da borracha, que ia desde a extração do látex até a venda da borracha para o exterior, envol-

via vários trabalhadores. Havia o *seringalista*, dono do seringal onde era feita a colheita do produto. Para o seringalista trabalhavam várias pessoas, como o *gerente*, que cuidava dos negócios quando ele se ausentava, o *guarda-livros*, encarregado de cuidar de toda a contabilidade do seringal e os *caixeiros*, responsáveis por colocar a borracha em caixas para serem despachadas para as *casas aviadoras*. Na base de todo esse processo encontravam-se outros trabalhadores: os *mateiros*, indivíduos que conheciam bem a floresta e eram capazes de indicar os locais onde se encontravam as seringueiras; e os *toqueiros*, que abriam “estradas” no meio da mata até os locais escolhidos pelos mateiros. Após ser estabelecida a área de exploração entravam em ação os *seringueiros*, que extraíam o látex das árvores e o transformava em borracha.

3. As fábricas instaladas no país nos primeiros anos da República eram, em sua maioria, de pequeno e médio porte e produziam, principalmente, bens de consumo não duráveis (tecidos, calçados, roupas, chapéus, massas, sabão, bebidas). O Rio de Janeiro concentrava o maior número de fábricas. São Paulo se tornou o principal polo industrial do Brasil nas primeiras décadas do século XX. A grande maioria dos operários de São Paulo era de imigrantes que vieram trabalhar nas lavouras de café e, com o tempo, se mudaram para a cidade.
4. Na virada do século XIX para o XX, o Brasil respondia por 75% de toda a produção mundial de café e São Paulo era o principal produtor de café do Brasil. Os lucros obtidos com a exportação de café foram aplicados por fazendeiros do antigo Oeste paulista em novas atividades, entre as quais o comércio e a indústria. Com isso, o estado de São Paulo se industrializou em grande escala, abrigando, já na década de 1920, o maior e mais diversificado polo industrial do país.
5. Nos primeiros tempos da industrialização brasileira os operários não contavam com uma legislação capaz de lhes garantir seus direitos de trabalhador. Diante dessa realidade os operários cumpriam longas jornadas de trabalho, que costumavam ser de 10 a 14 horas diárias, não contavam com férias e descanso remunerado nos fins de semana. Os salários pagos aos homens eram baixos e mesmo assim os empregados preferiam contratar mulheres e crianças que recebiam salários ainda inferiores. O ambiente de trabalho era insalubre e os acidentes durante a jornada eram constantes. As mulheres costumavam sofrer assédio sexual de patrões e capatazes, e as crianças costumavam ser punidas com castigos físicos.
6. A presença de imigrantes politizados trabalhando nas fábricas foi fundamental para que o operariado brasileiro entrasse em contato com as principais correntes de ideias do movimento operário europeu: o socialismo, o anarquismo e o anarcossindicalismo. Os socialistas defendiam a união dos trabalhadores em torno de um partido político, o que para eles daria início a um processo de criação de uma sociedade socialista. Os anarquistas propunham a extinção imediata do Estado e da propriedade privada. O anarcossindicalismo, uma variante do anarquismo, atribuía particular importância

à ação dos sindicatos e das ligas operárias na luta contra os patrões e contra o Estado capitalista.

7. Ao longo das três primeiras décadas do século XX, o Brasil atravessou um período que se caracterizou pela intensa mobilização do operariado nacional, o que resultou em greves generalizadas em várias capitais brasileiras. Os trabalhadores reivindicavam melhores salários, redução da jornada de trabalho e reconhecimento de seus direitos. Diante dessa situação, os governos da República Velha agiram de forma repressiva, porém a intensidade da greve levou à conquista do aumento de salários, logo corroídos pela inflação. Em 1907, foi aprovada uma lei (Lei Adolfo Gordo), que permitia a expulsão de imigrantes considerados perigosos para a ordem social. Com base nessa lei, diversos líderes anarquistas e socialistas de origem europeia foram obrigados a sair do país.
8. Nos primeiros tempos republicanos, os hábitos e costumes da população afrodescendente passaram a ser combatidos por diversos setores da elite brasileira. A capoeira e as práticas religiosas africanas foram transformadas em práticas criminosas. Na grande imprensa a população negra era representada de forma negativa, comprometendo a construção de uma imagem positiva dos negros. Diante desse quadro, membros da comunidade negra recorreram à imprensa alternativa e fundaram diversos jornais, por meio dos quais divulgavam as ideias das principais lideranças negras do país. Ao publicar matérias de interesse da população negra e abrir espaço para seus poetas e escritores, esses jornais ajudaram a reforçar os laços de identidade étnica entre os afrodescendentes, contribuindo para que essas pessoas valorizassem cada vez mais sua negritude e estimulando-as a reivindicar constantemente seus direitos de cidadãos.
9. O Brasil foi um dos principais destinos de imigrantes europeus que saíam de seus países em busca de trabalho e ascensão social. No começo, os imigrantes vinham para trabalhar principalmente nas lavouras de café do Sudeste. Ao mesmo tempo em que assimilaram hábitos e costumes vigentes no país, os imigrantes contribuíram para modificar diversos aspectos de nossa cultura, como os modos de vestir, comer, pensar, agir e se divertir. Transformaram-se, assim, em um dos componentes de formação do povo brasileiro.
10. A saída da população mais pobre das regiões centrais e seu deslocamento para a periferia das grandes capitais brasileiras foi resultado de um processo que tinha por objetivo “civilizar” a sociedade brasileira. Esse processo foi desencadeado a partir de 1902, quando Rodrigues Alves assumiu a presidência do Brasil e decidiu transformar o Rio de Janeiro em uma cidade semelhante às principais capitais europeias. Na remodelação do Rio de Janeiro, as pequenas casas e cortiços foram derrubados e em seu lugar foram construídos novos prédios, as ruas ganharam iluminação elétrica e bondes elétricos passaram a circular pela cidade. Essa ideia de que a “civilização” chegava ao Brasil espalhou-se para outras capitais brasileiras, que também promoveram melhorias urbanas e realizaram uma série de obras que embelezaram as cidades. Porém, assim

como ocorreu no Rio de Janeiro, a população mais pobre também viu-se expulsa das regiões centrais, deslocando-se para a periferia.

Interpretando DOCUMENTOS

A carestia da vida

1. O documento denuncia as duras condições de vida dos operários que viviam no Ceará em 1919. A especulação, o monopólio da venda dos gêneros de primeira necessidade nas mãos de alguns comerciantes e o constante aumento nos preços dessas mercadorias estavam tornando a sobrevivência dos trabalhadores cada vez mais difícil.
2. O enriquecimento rápido de centenas de comerciantes devido à prática de especulação de preços é o principal argumento utilizado pelo autor do texto para comprovar o quanto os trabalhadores do Ceará foram vítimas da exploração. O artigo cita como exemplo o caso do querosene, que seria comprado pelos comerciantes por 25 mil réis e estaria sendo vendido até por 180 mil réis. Outros produtos essenciais à sobrevivência dos operários, como a carne, o arroz, o feijão e a farinha teriam tido aumento de mais de 100%.
3. O texto permite concluir que os operários protestavam contra as desigualdades, exigindo, por exemplo, o aumento dos salários. No artigo, é citada uma reivindicação de aumento salarial da ordem de 20%. Entretanto, quando protestavam os operários eram classificados de desordeiros e contrários à religião. O texto ainda sugere que os trabalhadores, a exemplo do que ocorreu na França, deveriam ir à rua promover uma revolução contra a exploração da qual eram vítimas.

Hora DE REFLETIR

Professor, essa é uma questão capaz de levantar grande polêmica entre os alunos, uma vez que pode opor os defensores dos alimentos geneticamente modificados e aqueles contrários a esse tipo de alimento. Mesmo entre especialistas, não há ainda um consenso a respeito do quanto os alimentos transgênicos põem em risco a saúde humana. Independentemente da opinião do aluno, é importante ele perceber que os avanços tecnológicos nem sempre representam melhoria da qualidade de vida da população. Basta citar, por exemplo, o caso das armas nucleares, fruto das mais sofisticadas pesquisas tecnológicas e que podem pôr em risco a existência da humanidade na Terra. Para essa questão dos transgênicos particularmente, uma boa referência é o *site* da Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (<www.embrapa.br>). Esse *site* conta com uma série de artigos que abordam temas como a modernização da agricultura brasileira, técnicas de melhoramento genético, controle de pragas, desenvolvimento de novas variedades de frutas e legumes e transferência dessas tecnologias para outros países. Já no *site* Comciência (<www.comciencia.br/reportagens/transgenicos/trans01.htm>) existe um conjunto de reportagens sobre os prós e os contras dos alimentos transgênicos.

Primeiros tempos republicanos

Conteúdos e procedimentos sugeridos

Este capítulo trata das características sociais e da dinâmica política e econômica brasileira durante o período de 1889 a 1930, que foi chamado, posteriormente, República oligárquica, conforme explicado no boxe *O que foi a República oligárquica* (página 53). Naquela época, em que recebe destaque o atendimento aos interesses de uma elite oligárquica (veja *Texto complementar 1*) e na qual faltam políticas voltadas às camadas mais pobres da população, entram em evidência os movimentos de contestação social e política, alguns de caráter messiânico.

Para o estudo dos primeiros tempos republicanos, vale retomar as informações referentes à influência do positivismo junto a alguns líderes republicanos e à ausência da participação popular na transição do Império para a República. Com essas informações, os alunos podem perceber mais facilmente que, apesar de o Brasil encontrar-se sob um novo regime, boa parte da população continuava excluída das decisões políticas do país, como nos tempos da Monarquia.

Nesse processo de transição para um novo regime, com a necessidade de consolidação da República, ganham importância os símbolos nacionais, que representam as mudanças no país. Na seção *Olho vivo* (página 54) é feita uma análise da bandeira republicana, na qual é mais evidente como os elementos que a compõem representam o pensamento político-ideológico de determinados grupos, que conduziram o processo da Proclamação da República. Também pode ser oportuno enfatizar que as diferenças e semelhanças entre a bandeira republicana e a imperial revelam, do ponto de vista simbólico, as soluções de continuidade e ruptura entre o novo e o antigo regime brasileiro.

O fato de o novo regime ter sido conduzido e mantido por uma minoria pertencente à elite é um aspecto muito importante para o entendimento de todo o processo histórico relacionado à instauração da República no Brasil. Afinal, esse período seria marcado, muitas vezes, pelo não reconhecimento mútuo, ou seja, o novo regime político não incorporava as demandas sociais e não reconhecia os direitos políticos da grande maioria da população; por sua vez, uma parte da sociedade não reconhecia o novo regime. Essa perspectiva esclarece uma série de revoltas e movimentos populares ocorridos no período, alguns abordados no item 3 *Movimentos messiânicos* (página 60). A discussão em torno do messianismo é retomada na seção *No mundo das letras* (página 66), que reproduz um trecho de *A guerra do fim do mundo*, de Mario Vargas Llosa, sobre a Guerra de Canudos.

Se, no capítulo anterior foi discutido o início do desenvolvimento urbano no Brasil, nesse momento destaca-se a enorme importância, para a economia, da monocultura de exportação cultivada em latifúndios, no caso, o café. Com isso, é reforçada a característica ainda preponderante da sociedade brasileira nesse período, particularmente ligada à terra sob domínio dos grandes fazendeiros. Essa característica socioeconômica do período é abordada também no boxe *O cangaço* (página 58).

Já a seção *Passado presente*, com o texto *Entre a espingarda e a batina* (página 59) é tratada a relação entre Igreja e poder político, com o caso do padre Cícero, que serve de exemplo para se discutir também os conflitos de interesse entre as oligarquias.

Nesse capítulo é retomada também, na seção *Patrimônio e diversidade* (página 64), sobre o estado do Acre, a discussão a respeito da importância da borracha como produto economicamente viável na região amazônica e as consequências de sua exploração para a população local ou oriunda de outros lugares.

Os textos que fazem parte do fechamento da unidade aprofundam a discussão sobre o uso da Ciência e da Tecnologia e procuram instigar a reflexão do aluno, a fim de que ele perceba como questões éticas, políticas e econômicas de uma determinada época (no passado, no presente e, até, no futuro) influenciam no modo de vida das pessoas. Em relação a esse tema, ver o *Texto complementar 2*.

Texto complementar 1

A Primeira República é também conhecida como o período em que paulistas e mineiros alternaram-se no poder, por meio de uma aliança conhecida como “política do café com leite”. No texto a seguir, a historiadora Cláudia M. R. Viscardi, enquanto põe em xeque a existência dessa aliança, procura mostrar que, além de São Paulo e Minas, outras forças disputavam o poder no país nessa época.

Aliança “café com política”

Análises recentes das sucessões presidenciais na Primeira República (1889-1930) mostram que a famosa aliança entre Minas Gerais e São Paulo, chamada de política do “café com leite”, não controlou de forma exclusiva o regime republicano. Havia outros quatro estados, pelo menos, com acentuada importância no cenário político: Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco. Os seis, para garantirem sua hegemonia, possuíam uma forte economia e (ou) uma elite política compacta e bem representada no Parlamento. E, juntos ou separados, participaram ativamente de todas as sucessões presidenciais ocorridas no período.

Além desses estados, havia dois coadjuvantes respeitáveis: o Exército e o Executivo. Os militares se destacaram no regime em seus primeiros anos [...] retornando ao poder em 1910, quando o país foi presidido pelo marechal Hermes da Fonseca (1910-1914). Também provocaram impacto na República nos anos 20, através do movimento de seus tenentes em prol de mudanças como a instituição do voto secreto, o fim das fraudes eleitorais, etc. Já o Executivo Federal conseguiu manter o privilégio de intervir sobre as oligarquias mais frágeis, impondo seu controle sobre elas quando julgasse oportuno, além de exercer atuação marcante na sua própria sucessão e de ser o principal gestor da política monetária e cambial do país [...].

Acreditar que o sustentáculo da política do “café com leite” se encontrava na coincidência de interesses

cafeiros dos dois estados significa diminuir, em muito, a complexidade das relações que se estabeleceram entre os estados após 1889. E a análise minuciosa das sucessões presidenciais não sustenta essa afirmação. Em geral, apenas duas sucessões são apontadas como rupturas do acordo entre Minas e São Paulo: a de Afonso Pena/ Nilo Peçanha, em 1910, que opôs paulistas (a favor de Rui Barbosa) a mineiros (pró-Hermes da Fonseca); e a de Washington Luís, em 1930, quando os mineiros deram apoio a Vargas e os paulistas a Júlio Prestes. Segundo nossa pesquisa, a primeira sucessão a colocar em lados opostos paulistas e mineiros foi a de Rodrigues Alves, em 1906. [...]

Quando os paulistas se articularam em torno de uma quarta presidência, em 1906, os mineiros uniram-se e, aliados a gaúchos, baianos e fluminenses, formaram uma coligação conhecida como “Bloco”, impondo a São Paulo a retirada do nome de sua preferência, a do paulista Bernardino de Campos.

Derrotados em suas prerrogativas, os paulistas estiveram fora das articulações presidenciais até 1914, quando foi eleito o mineiro Wenceslau Brás (1914-1918). E, durante a sucessão do mesmo Wenceslau, novos problemas voltaram a acontecer: Minas Gerais aderiu imediatamente ao nome de Epitácio Pessoa, proposto pelos gaúchos, enquanto os paulistas se dividiam em torno de pelo menos duas outras candidaturas, a de Altino Arantes e a de Rui Barbosa.

Entre idas e vindas, os dois estados conseguiram finalmente realizar alianças em torno da candidatura de Artur Bernardes (1922-1926) e de Washington Luís (1926-1930), mas voltaram a separar-se em 1930. E mesmo durante esse breve período como aliados, as relações foram marcadas por conflitos. [...]

Mas como explicar a origem da expressão “café com leite” se, de fato, a aliança entre Minas Gerais e São Paulo teve caráter apenas conjuntural, como as demais? Uma hipótese, ou melhor, uma especulação: é provável que a expressão tenha sido criada pela imprensa, ao final da década de 1920 – pois não foram encontrados registros anteriores – numa referência à aliança entre paulistas e mineiros em torno da indicação de Artur Bernardes e Washington Luís. E reforçada pelo longo governo Vargas (1930-1945) para desqualificar o processo político da velha república que ele pretendia superar. Essa questão, porém, permanece em aberto para quem se dispuser a desvendá-la.

VISCARDI, Cláudia M. R. Aliança “café com política”. *Nossa História*, n. 19. p. 44-47.

Texto complementar 2

A respeito das discussões que permearam essa unidade, *Ciência e Tecnologia*, são reproduzidos a seguir trechos de uma entrevista concedida por Martin Rees, professor de Cosmologia e Astrofísica na Universidade Cambridge e presidente da Royal Society, ambas instituições inglesas, ex-

tremamente respeitadas mundialmente. Na entrevista, ele aponta os perigos da Ciência e da Tecnologia se o grande público – e não apenas cientistas ou governo – não começar a se interessar e a participar de debates extremamente sérios sobre a questão. Ele explica essa sua preocupação: “A biotecnologia está avançando clara e rapidamente. Em 2020 haverá milhares ou mesmo milhões de pessoas capazes de causar uma catástrofe biológica. Minha preocupação não é apenas com grupos terroristas organizados, mas com pessoas comuns e inadvertidas que poderão – assim como mandam um spam hoje – promover um desastre tão letal quanto um ataque terrorista”.

Uma terra de ninguém? Entrevista com Martin Rees

Por que o sr. diz que temos 50% de chance de sobreviver ao século XXI?

Eu não digo exatamente isso. Eu acredito que iremos sobreviver, mas há 50% de chance de nossa civilização sofrer um sério revés até lá. É difícil prever em que grau estará a evolução tecnológica 25 anos adiante. Lembre-se de que décadas atrás a internet, o iPhone e a navegação por satélite (GPS) pareceriam bruxaria. Precisamos garantir que as inovações tecnológicas que virão sejam usadas para o Bem, como essas que citei têm sido. E temos que aceitar que os riscos e os desafios éticos da biologia sintética sejam tratados por um acordo internacional. Acima de tudo há o desafio político para evitar conflitos em um mundo no qual será cada vez mais difícil obter equilíbrio entre o autoritarismo e a anarquia.

Por que o sr. acredita nisso?

Porque pequenos grupos criminosos ou dissidentes (ou mesmo indivíduos) estarão mais habilitados pela tecnologia moderna, podendo causar perturbações muito maiores. Vai ser mais difícil preservar as liberdades tradicionais.

[...]

Afora as pessoas muito religiosas, gostamos de acreditar que a ciência sempre será a nossa salvação, sempre encontrará maneiras de nos manter aqui, num razoável bem-estar.

Quando leio seus textos fico com a sensação de que a ciência, na verdade, possa se tornar o nosso maior alçoz. O sr. é um cientista que teme o que a ciência pode fazer?

Eu tenho grandes esperanças, e também grandes medos. Acredito que a resposta para os problemas do mundo não seja parar a ciência, mas prosseguir com ela e conduzi-la melhor. As tecnologias que alimentam o crescimento econômico hoje – miniaturização, tecnologia da informação e medicina – são benéficas no modo como estão poupando energia e matérias-primas, e beneficiam tanto os ricos quanto os pobres.

A ciência deve ser controlada? Quem estabeleceria os limites?

Os limites são fixados pela prudência e pela ética. As decisões sobre esses limites não devem ser feitas só por cientistas, mas pelo grande público em geral. É por isso que é importante que todos tenham algum interesse pela ciência. Do contrário não há debate político sério sobre os problemas (e há cada vez mais deles) nos quais a ciência desempenha um papel, como meio ambiente, energia, saúde, segurança.

A humanidade precisava da ovelha Dolly?

Nós não queremos a reprodução humana por clonagem, mas podemos obter reais benefícios médicos e agrícolas a partir da biotecnologia moderna. Na ciência sempre há riscos quando fazemos algo pela primeira vez. Mas, obviamente, devemos aceitar alguns desses riscos. Do contrário não avançamos.

[...]

CRUZ, Christina Carvalho. Uma terra de ninguém? Entrevista com Martin Rees. *O Estado de S. Paulo*. 7/3/2010. Caderno Aliás. p. J4.

Sugestões de leitura

AURAS, Marli. *Guerra do Contestado*: a organização da irmandade cabocla. Florianópolis: Cortez, 1984.

DILL, Teresa Machado da Silva. *Contestado*: historiografia e literatura. Passo Fundo: UPF, 2004.

SECRETO, María Verónica. *Soldados da borracha*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

THOMÉ, Nilson. *Trem de ferro*: a ferrovia no Contestado. Florianópolis: Lunardelli, 1983.

VILLA, Marco Antonio. *Canudos*: o povo da terra. São Paulo: Ática, 1999.

Enquanto isso...

A última fronteira

Diálogos

Atividade interdisciplinar. A Antártida comporta cerca de 90 por cento do gelo do planeta, segundo cientistas. Conceitos como efeito estufa e aquecimento global podem ser analisados a partir de medições sobre o derretimento de geleiras antárticas. Professor, a presença brasileira nesse continente gelado é recente, datada de 1984, com a instalação da Estação Comandante Ferraz.

Organizando AS IDEIAS

1. Proclamada a República, o marechal Deodoro da Fonseca anunciou a criação de um Governo Provisório que deveria comandar o Brasil até a aprovação de uma nova Constituição, que só ocorreu em 1891. Logo nos primeiros dias de governo, o presidente dissolveu o Senado e a Câmara dos Deputados, enquanto muitos suspeitos de defender a monarquia foram presos. Nas palavras do historiador Hamilton

Monteiro, “instituiu-se de fato uma ditadura, na medida em que não havia nenhum órgão legislativo funcionando e que a Constituição de 1824 deixava de vigor”.

2. O texto constitucional traduzia boa parte dos anseios dos cafeicultores paulistas. Além de afirmar o sistema federativo e definir o presidencialismo como forma de governo, a Constituição republicana estabeleceu a divisão do estado em três poderes – Legislativo, Executivo e Judiciário – “harmônicos e independentes entre si”. Os senadores deixavam de ser vitalícios e foi aprovada a separação entre o Estado e a Igreja. A nova Carta estabeleceu também o voto universal masculino (mas somente homens maiores de 21 anos de idade e alfabetizados podiam votar). A duração do mandato presidencial foi fixada em quatro anos. A escolha dos integrantes do poder Executivo deveria ser feita por meio de eleições diretas.
3. A política dos governadores tinha por base um pacto de reciprocidade e apoio mútuo entre os governadores e o presidente da República. Pelo acordo estabelecido, haveria uma articulação para que fossem eleitos somente os deputados federais que apoiassem o presidente. Em troca, o presidente concederia verbas para a realização de obras nos estados, não interferiria nas nomeações para cargos públicos estaduais e usaria sua influência para impedir o avanço de grupos de oposição nessas regiões. No âmbito estadual, a base de apoio dessa política era a aliança entre os governadores e os coronéis do interior, que controlavam, na esfera local, os resultados das eleições.
4. A pobreza dos trabalhadores, decorrente da falta de terra (concentrada nas mãos dos grandes proprietários), é o principal denominador comum entre as Guerras de Canudos e do Contestado. Portanto, a situação de pobreza e abandono desses trabalhadores fez com que milhares de pessoas buscassem amparo junto a líderes messiânicos que se diziam porta-vozes do mundo divino na Terra. Além disso, a violência dos coronéis, que exploravam o trabalho dos camponeses e não admitiam contestações à sua autoridade, também empurrava os pobres do campo para estes movimentos.
5. A prática política de troca de favores exercida pelos coronéis do interior ficou conhecida como clientelismo. Por meio dessa prática, os coronéis obrigavam as pessoas que estavam sob sua dependência (vizinhos, compadres, afilhados, moradores de suas terras) ou pessoas que recebiam algum favor a votarem em candidatos de seu interesse. Essas pessoas formavam o chamado “curral eleitoral” do coronel. Como o voto não era secreto, os eleitores votavam sob a vista dos homens do coronel que compunham a mesa eleitoral. Eram as chamadas “eleições a bico de pena”, pois os resultados dependiam de quem, com pena e tinteiro, elaborava as atas eleitorais.
6. O Convênio de Taubaté propunha ao governo federal medidas de valorização do café, de modo a protegê-lo das crises de comercialização do produto no mercado internacional. Pelo Convênio, as sobras de exportação seriam compradas a preço fixo pelos governos estaduais. Isso faria com que a oferta de café no mercado internacional parasse de crescer, permitindo a estabilização dos preços,

mantendo as margens de lucro dos cafeicultores. Caberia à União criar mecanismos para que os estados obtivessem empréstimos no exterior para financiar essa política de valorização do café.

7. O objetivo dessa atividade é problematizar, com o aluno, a ligação entre o coronelismo e o cangaço, ainda que os dois fenômenos tenham ocorrido separadamente e, muitas vezes, em oposição. De modo geral, pode-se dizer que as milícias locais organizadas pelos coronéis, através da contratação de jagunços, acabaram saindo de seu controle e passaram a atuar de forma independente, nos grupos do cangaço. A violência e a ausência do poder jurídico do Estado são elementos que possibilitaram ambos os fenômenos.
8. A anexação do Acre ocorreu como resultado de um processo conturbado. O primeiro passo foi dado quando grupos de brasileiros, interessados em explorar látex das seringueiras da região, invadiram o território boliviano. O governo da Bolívia reagiu, enviando para lá tropas que tentaram expulsar os invasores. Os brasileiros, contudo, conseguiram derrotá-los e proclamaram a independência do Acre. Mas a disputa pelo controle da região só terminou após a assinatura do Tratado de Petrópolis, em 1903. Pelo acordo, o governo brasileiro teve de indenizar o governo da Bolívia e o Bolivian Syndicate para obter a plena posse do Acre. Também ficou acordado que o governo brasileiro construiria a ferrovia Madeira-Mamoré, ligando a Bolívia ao oceano Atlântico, para facilitar o transporte da borracha a ser exportada.

No mundo DAS LETRAS

Força x poder

1. No trecho selecionado, os religiosos revelam-se preocupados, assustados e até mesmo indignados com o posicionamento dos moradores de Canudos, que andam armados o tempo inteiro e fazem críticas à República recém-inaugurada no Brasil. O monge capuchinho chega a afirmar que essas pessoas formam uma “seita político-religiosa insubordinada contra o governo constitucional do país”. O narrador, por sua vez, demonstra simpatia pela população de Canudos e considera a opinião do religioso como exemplo de “cegueira intelectual”. Para ele, o que acontece em Canudos é um reflexo das desigualdades sociais do país, que nega a essas pessoas “o direito à terra, à cultura, à igualdade”. Para o narrador, quando os moradores de Canudos se opõem à República, estão, na verdade, se rebelando contra uma forma de poder que lhes nega a cidadania.
2. O objetivo da questão é problematizar algumas concepções acerca do engajamento político e social em nosso país. Apesar de a resposta se dar pelo plano pessoal, é possível nesta questão colocar em relevo a importância do conhecimento dos movimentos sociais. A opinião de que a população brasileira é politicamente passiva não tem bases de confirmação em nossa história, sobretudo na história política republicana no Brasil. O movimento de Canudos, a Revolta da Vacina e as greves de 1917 em São Paulo, por exemplo, são alguns importantes marcos de convulsão social na qual os sujeitos históricos desses períodos revelaram sua indignação contra os problemas que lhes afligiam. Professor, caso queira ampliar a discussão, vale lembrar que a resistência efetivou-se no Brasil também sob as formas da sátira política, dos inúmeros sambas compostos contra o contexto getulista, nos protestos pela abertura política no Brasil pós-64, na música de protesto dos anos 1960 e 1970 e desenrola-se, até hoje, por meio de dezenas de movimentos sociais organizados seja por ONGs, entidades de classe ou comunidades de bairro, por exemplo.

Fechando a unidade

Refleta e responda

1. A letra da música *Queremos saber* expressa preocupação com o uso social dos recursos tecnológicos, bem como coloca a importância de debater as consequências do avanço da ciência para toda a humanidade. Podemos identificar na música a questão da democratização do acesso aos benefícios oferecidos pelo avanço tecnológico (como raio *laser*). Sem negar a importância das pesquisas científicas, o autor questiona como seus resultados contribuirão para a emancipação do homem, ainda “carente” e “sofredor”, longe das maravilhas prometidas pelo discurso científico-tecnológico. O conhecimento humano é colocado como um dom que deve ser respeitado e debatido para que não fique limitado a atender “as ilusões do poder”. A preocupação com os caminhos da ciência e da tecnologia é o ponto comum entre os dois documentos. Assim como a música, a entrevista procura chamar a atenção para os perigos que envolvem o mau uso das novas tecnologias. Bostrom cita algumas áreas que considera mais preocupantes: o desenvolvimento de máquinas inteligentes, a inteligência artificial, a criação de armas baseadas em biotecnologia e nanotecnologia e o avanço nas técnicas de vigilância, além do uso criminoso da engenharia genética para mudar o ser humano.
2. O uso político ou criminoso da engenharia genética para modificar o ser humano é apontado por Bostrom como um dos grandes perigos das novas tecnologias. Em *Admirável mundo novo*, Huxley descreve o total controle da reprodução humana pelo Estado. Todo o processo de reprodução ocorre artificialmente. A tecnologia empregada permite que um único óvulo gere até noventa e seis gêmeos idênticos; o resultado é a padronização dos seres humanos de acordo com características predeterminadas.
3. A possibilidade de modificação de nossas características genéticas talvez seja um dos temas mais controversos entre as promessas de transformações científicas em curso. Por meio dessa questão, pretendemos motivar a reflexão sobre a necessidade de impor limites a algumas aplicações da ciência e sobre os valores éticos e morais que deveriam permear tal discussão. Professor, a questão não seria, portanto, limitar algumas áreas da ciência (como a biotecnologia), já que praticamente todas são interligadas (e trazem muitos benefícios), mas sim refletir sobre seu uso. O exemplo de uso in-

desejado das novas tecnologias citado por Huxley, em que até mesmo a reprodução humana é controlada pelo Estado, pode ser um bom caminho para iniciar esse debate. Seria interessante questionar o aluno se esse universo descrito por Huxley em sua obra de ficção parece muito distante das possibilidades de “aprimoramento genético” anunciadas e defendidas por Bostrom. Que impactos essas modificações trariam? O ser humano pode ser desfigurado? Quem seria responsável por seus efeitos negativos? Sem cair na condenação da ciência e da tecnologia, seria importante motivar essa reflexão no sentido de esclarecer que os benefícios ou desastres advindos desse conhecimento dependem da maneira como serão utilizados. Nesse sentido, cabe perguntar se a humanidade e seu sistema econômico está preparada, do ponto de vista da ética, para controlar melhor a aplicação das descobertas.

4. Embora a resposta seja pessoal, é importante motivar a reflexão sobre a ampliação do debate em torno da atividade científica e suas aplicações e de como somos prejudicados ou beneficiados por essas decisões. Cientistas de renome internacional pedem cautela aos próprios cientistas quanto às aplicações de suas descobertas por governos e instituições privadas. Muitos deles acreditam que o principal caminho seja o de informar e instruir o público, dando condições à população para decidir quais ramos do conhecimento devem ser perseguidos e quais devem ser vetados, sempre com base na ética. Dois exemplos de participação da sociedade em decisões que envolvem a aplicação de conhecimentos científicos na atualidade podem ser citados, como forma de estimular a reflexão:

- o primeiro se refere à aprovação do projeto que legalizou as pesquisas com células-tronco no Brasil (em 2005). A elaboração e aprovação do projeto contaram com a participação e o engajamento de vários setores da sociedade, inclusive pessoas que apresentam algum tipo de deficiência física e acreditam na possibilidade de serem beneficiadas com os resultados das pesquisas;
- outro exemplo é a vitória judicial conseguida por uma organização ambientalista na África do Sul (em 2009) que garante a gratuidade do acesso à informação sobre cultivos transgênicos. Essa decisão prevaleceu sobre a vontade do Estado e das grandes empresas que atuam no país, demonstrando a importância da participação da sociedade civil na preservação de seu direito de conhecer os possíveis riscos oferecidos pelas novas tecnologias. Também é importante lembrar que muitos organismos internacionais que debatem a ética na ciência (como a Unesco) lutam pelo reconhecimento das atividades científicas e tecnológicas como bens públicos e para que o conhecimento seja colocado à disposição da humanidade, em especial das comunidades carentes.

5. Professor, o objetivo desta questão é explorar a criatividade do aluno a partir das inúmeras possibilidades colocadas pelas tecnologias em desenvolvimento e, ao mesmo tempo, levá-lo a refletir sobre as consequências de seu uso. Independentemente da qualidade técnica da charge e da opinião defendida pelo aluno, deve-se observar se o tema foi trabalhado de forma crítica.



Meios de comunicação de massa

Começo de conversa

1. A questão tem como objetivo conhecer alguns aspectos da relação do aluno com os meios de comunicação de massa, bem como discutir a importância de se estar informado. Pode-se aproveitar para questionar as diferentes fontes de informação, desde testemunhos pessoais aos *sites* e *blogs*, até os meios de comunicação de massa. Pode-se analisar a forma mais presente de informação entre os alunos: a televisão (que aborda principalmente temas de interesse nacional), o rádio (que possui mais caráter local), o jornal impresso (que veicula normalmente uma quantidade maior de informações) e a internet (que permite acesso à informação de qualquer lugar do planeta). Professor, aproveite para questionar se apenas uma fonte de informação é suficiente para garantirmos informações confiáveis.
2. Resposta livre. A questão pode servir para iniciar o debate sobre o grande poder de convencimento dos meios de comunicação de massa, que muitas vezes acaba por comprometer uma análise crítica de seus conteúdos. É importante lembrar que analisar criticamente as informações recebidas dos meios de comunicação de massa requer o conhecimento do processo de construção dessas informações. Para isso, é necessária a identificação de quem a produziu, quais foram as fontes utilizadas, se a informação contempla mais de um ponto de vista, quais os recursos utilizados, etc. Professor, o poder exercido pelos meios de comunicação de massa levou à criação de organizações voltadas para o fornecimento alternativo de informações e para a reflexão crítica sobre o comportamento desse segmento. Uma delas é o CMI (Centro de Mídia Independente, disponível em: <www.midiaindependente.org>) – uma rede de produtoras independentes de mídia que oferece ao público informação alternativa e críticas de qualidade. Outras organizações que se dedicam ao tema são o Observatório da Imprensa (<www.observatoriodaimprensa.com.br>) e o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (<www.fndc.org.br>).
3. Resposta pessoal. Provavelmente as descrições feitas pelos alunos permitirão identificar elementos que demonstram o fascínio exercido pela publicidade amplamente veiculada pelos meios de comunicação de massa. Os recursos tecnológicos e artísticos empregados nas campanhas publicitárias atingem milhares de espectadores e leitores, criando desejos e necessidades e alimentando uma imensa indústria de consumo. Essa questão pode ser uma boa oportunidade para iniciar a discussão sobre a força da propaganda e como ela pode moldar a opinião pública, os gostos, hábitos e até mesmo consolidar ideologias, como veremos no estudo dessa unidade, no caso do *American way of life* e do totalitarismo. Ao mesmo tempo em que cria novos hábitos e necessidades, a publicidade precisa conhecer as demandas de seu tempo e os desejos do público que pretende alcançar, como por exemplo, padrões de beleza, ideal de homem, mulher e

família ou a casa que “todos” gostariam de ter. É interessante debater também se todas as pessoas têm condições de consumir os produtos ou de se adequar aos padrões impostos pela publicidade.

4. Resposta pessoal. A partir das experiências narradas pelos alunos, pode-se discutir o poder de influência dos meios de comunicação de massa. Atitudes positivas, como melhorar hábitos alimentares, doar sangue ou usar preservativos têm seu poder de influência multiplicado graças à atuação das mídias. Por sua vez, atitudes negativas, como o consumo, também podem ser reforçadas pelos meios de comunicação de massa.

capítulo 6

A crise da República e a ruptura de 1930

Conteúdos e procedimentos sugeridos

Este capítulo aborda as revoltas tenentistas e a Revolução de 1930, movimentos que ocorreram em um período marcado pela insatisfação com as oligarquias que governavam o país. O descontentamento de setores militares com relação a essas oligarquias deu origem ao tenentismo. Entre os civis, a insatisfação vinha de representantes de grupos oligárquicos estaduais excluídos do governo federal, e também das classes médias e operária. A manifestação do descontentamento desses setores em diversos movimentos e revoltas culminaria com a Revolução de 1930, que encerrou a República oligárquica e colocou Getúlio Vargas no poder.

Para iniciar o estudo do tema, o texto de abertura aborda o atual sistema eleitoral do país e o compara ao sistema vigente na República oligárquica. As diferenças nas regras eleitorais nesses dois momentos históricos permitem discutir as mudanças ocorridas na política brasileira ao longo dos últimos cem anos.

Durante a República oligárquica, membros do Exército e da Marinha manifestaram seu descontentamento com a situação política em movimentos que tiveram grande repercussão. O boxe *Revolta da Marinha* (página 73) trata de um desses movimentos de marinheiros, em 1910, a Revolta da Chibata. Entre os militares do Exército, ganhou força o movimento tenentista, que promoveu diversas revoltas e deu origem à Coluna Prestes-Miguel Costa, também conhecida por Coluna Prestes e Coluna Invicta.

Para melhor compreender a importância desse movimento e conhecer a extensão que alcançou, pode ser analisado o mapa *A grande marcha da Coluna Prestes* (página 76), que evidencia a trajetória dos tenentes pelo território brasileiro. O boxe *As vivandeiras da Coluna* (página 76) trata também da Coluna Prestes, mas destaca especialmente a participação das mulheres nesse movimento. A análise do texto permite uma reflexão sobre a situação feminina na época e sobre o papel histórico de cada indivíduo.

O clima de mudanças e o clamor da sociedade por novos modos de compreender o mundo são expressos no boxe *A Semana de Arte Moderna* (página 74), que trata da manifestação artística que marcou o início de uma nova escola de arte no Brasil, o modernismo.

A terra natal de Getúlio Vargas – São Borja, no Rio Grande do Sul – abre espaço para a seção *Patrimônio e diversidade* (página 78), sobre esse estado brasileiro, destacando algumas das principais características da sociedade gaúcha.

Sobre os significados e a importância da Revolução de 1930, o boxe *Um movimento, muitas interpretações* (página 79) trata do resultado de vários estudos sobre o assunto, identificando algumas de suas interpretações. Com base nesse boxe, pode-se discutir e levar os alunos a compreender que nenhum acontecimento histórico pode ser fielmente reproduzido ou relatado. O papel do historiador é construir explicações que possibilitem compreender os aspectos da realidade em estudo e que, por essa razão, um mesmo acontecimento pode ser interpretado de diferentes maneiras.

Sugestões de leitura

BOAVENTURA, Maria Eugênia. *22 por 22: A Semana de Arte Moderna vista pelos seus contemporâneos*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MEIRELES, Domingos. *1930: os órfãos da Revolução*. São Paulo: Record, 2005.

MODE, Giovanna. *Um mundo de mídia*. São Paulo: Global, 2009.

MOREL, Edmar. *A Revolta da Chibata*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

PRESTES, Anita L. *A Coluna Prestes*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

Sugestão de site

Carnaval no acervo do Museu Imperial – Imagens do carnaval no início do século XX em exposição virtual no site do Museu Imperial. Disponível em: <<http://tinyurl.com/cwtz5zn>>. Acesso em: 9 jan. 2013.

Um movimento, muitas interpretações

De olho no mundo

Na construção da interpretação histórica sempre existe a relação estabelecida entre “sujeito” (pesquisador) e “objeto” (a Revolução de 1930). Logo, a objetividade nunca será total, mas sempre condicionada pela interpretação que se faz a partir de um determinado ponto de vista que revela, amplia ou esconde. As limitações do conhecimento são referentes às condições do sujeito que conhece: seu tempo e sua linguagem. Dessa forma, sendo fruto do olhar humano sobre o passado, indissociável do tempo “presente” vivido pelo sujeito que escreve, a leitura da Revolução de 1930 não será uma fotografia do real, mas um modelo teórico e também uma versão. Uma história com tantas versões quanto àqueles que decidirem interpretá-la.

Organizando AS IDEIAS

1. A atmosfera de crise e descontentamento com o regime oligárquico era resultado do esgotamento do pacto entre os grupos da elite no poder e da insatisfação de vários setores da sociedade com os rumos políticos e econômicos do país. Entre estes setores, estavam a classe trabalhadora, as camadas médias urbanas, os militares e algumas facções da própria elite.

2. A Reação Republicana foi um movimento de oposição liderado pelos partidos republicanos do Rio Grande do Sul, Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco. As lideranças da Reação Republicana reclamavam que o sistema político brasileiro beneficiava apenas estados como São Paulo e Minas Gerais, que vinham se alternando na presidência e por conta disso uniram-se em torno da candidatura de Nilo Peçanha à presidência. Com apoio de setores militares eles conduziram a campanha eleitoral de 1922 de forma tensa e tumultuada, o que contribuiu para ampliar a crise do governo, especialmente nos meios militares.
3. O tenentismo ou movimento tenentista via o governo federal como corrupto e ineficaz. O movimento pregava a moralização dos costumes políticos, o fim das oligarquias, a centralização do poder, a implantação do voto secreto, uma política nacionalista e o fortalecimento da instituição militar.
4. O movimento dos “18 do Forte” marcou o início da luta tenentista contra o regime oligárquico. Cerca de 300 jovens militares se sublevaram no forte de Copacabana, em 5 de julho de 1922, mas foram duramente reprimidos por uma tropa do governo federal com cerca de 3 mil soldados. A maioria dos revoltosos se rendeu, mas 28 militares permaneceram com armas em punho. Destes, 18 enfrentaram as tropas do governo nas ruas de Copacabana. Nos tiroteios, apenas dois tenentes sobreviveram, Siqueira Campos e Eduardo Gomes. Em 5 de julho de 1924, nova revolta tenentista eclodiu em São Paulo, marcando a continuidade do movimento. Desta vez, as tropas revoltosas, depois de 23 dias de combate, escaparam dos bombardeios na capital e seguiram para a Foz do Iguaçu, no Paraná, sob liderança do major Miguel Costa. Em 1925, a coluna paulista se uniu aos militares gaúchos, sob liderança do capitão Luís Carlos Prestes. A fusão das duas frentes de rebeldes deu origem à chamada “Coluna Prestes” que percorreu 25 mil quilômetros pelo interior do Brasil combatendo as forças do governo e defendendo os ideais tenentistas. Em fevereiro de 1927, os líderes da Coluna, reduzida a cerca de 600 soldados mal armados e esgotados pela marcha, decidiram se refugiar na Bolívia, pois não haviam recebido o auxílio esperado de novas rebeliões tenentistas.
5. Em outubro de 1929, a quebra da Bolsa de Nova York levou o Brasil a uma grave crise econômica: muitas fábricas faliram, milhares de pessoas foram demitidas, boa parte das pessoas que se mantinham empregadas tiveram os salários reduzidos pela metade, o preço da saca de café despencou, abalando toda a economia nacional. Os cafeicultores solicitaram do governo de Washington Luís novos financiamentos para que pudessem quitar os empréstimos feitos no exterior. O governo não atendeu aos apelos dos fazendeiros que, por sua vez, ficaram insatisfeitos. Para agravar a crise, as eleições presidenciais marcadas para março de 1930 estavam tumultuadas pelas alianças políticas que disputavam o pleito: Washington Luís apoiou a candidatura do paulista Júlio Prestes para sucedê-lo, contrariando acordo político segundo o qual ele deveria apoiar um mineiro. Inconformado, o Partido Republicano Mineiro se aliou aos partidos Libertador do Rio Grande do Sul, o Democrático de São Paulo e o Republicano da Paraíba e juntos formaram a Aliança Liberal, lançando a candidatura do gaúcho Getúlio Vargas, ex-ministro da Fazenda de Washington Luís.
6. Nas eleições de março de 1930, o candidato do governo, Júlio Prestes, foi eleito com cerca de 1 milhão de votos, contra aproximadamente 730 mil dados a Getúlio Vargas. Embora a Aliança Liberal tivesse aceitado o resultado, os setores tenentistas que apoiavam a candidatura de Vargas articularam um movimento insurrecional contra as oligarquias no poder. O assassinato de João Pessoa, no Recife, serviu de estopim para o movimento. Embora o crime tivesse motivos passionais, a oposição responsabilizou o presidente pela morte de João Pessoa. O movimento revolucionário que vinha se articulando ganhou força e irrompeu em 3 de outubro de 1930, a partir do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais, depois se alastrou para outros estados, como a Paraíba, Pernambuco e Paraná. Em 24 de outubro, uma junta militar depôs Washington Luís e, no início de novembro, entregou a Presidência a Getúlio Vargas.
7. A revolta foi o resultado do péssimo tratamento dado aos marinheiros que, além de receber baixos salários, pouco alimento e ter trabalho em excesso, eram submetidos a castigos físicos quando desobedeciam às normas internas da Marinha. O início da revolta foi provocado pela punição imposta ao marujo Marcelino Rodrigues Menezes. Acusado de introduzir duas garrafas de pinga num encouraçado, ele foi castigado com 250 chibatadas.
8. Influenciado pelo modernismo europeu e pela busca de valorização de uma identidade nacional, alguns artistas brasileiros apresentaram, na Semana de Arte Moderna, quadros e esculturas, leram obras poéticas e executaram peças musicais que renovaram o cenário artístico brasileiro. Destoando por completo do que a plateia e os críticos conservadores entendiam por arte, a reação do público foi violenta: vaias e objetos arremessados ao palco. Com toda a irreverência, ao investir contra as formas acadêmicas impostas pela arte consagrada, a Semana de 1922 se tornou um marco das artes no Brasil, criando novos referenciais que influenciariam a produção artística posterior.

capítulo 7

Estados Unidos: euforia, depressão e recuperação

Conteúdos e procedimentos sugeridos

O capítulo 7 trata dos anos de euforia econômica dos Estados Unidos após a Primeira Guerra Mundial e o surgimento de um estilo de vida conhecido como *American way of life*, que tem como uma de suas características um grande apelo ao consumo. Todo esse período de entusiasmo econômico resultou em uma grave crise que se espalhou pelo mundo a partir de 1929 e causou uma recessão econômica, com reflexos sociais, em escala mundial.

Diversos fatores impulsionaram a economia americana naquela época, como o aumento das exportações e a expansão do crédito às nações europeias, que passavam pela reconstrução depois do término da Primeira Guerra. Além disso, con-

sidere-se ainda o aumento da produção interna, impulsionada pela implantação da linha de montagem nas fábricas (ver *Texto complementar* a seguir).

As mudanças econômicas promoveram transformações no comportamento individual de muitos norte-americanos, culminando em práticas de consumismo desenfreado. A seção *Eu também posso participar* (página 82), com o texto *Consumismo x consumo consciente*, propõe um olhar crítico sobre essa forma de consumo (diretamente relacionada ao *American way of life*) e destaca a necessidade urgente de se construir um novo padrão de uso e consumo. Com base nessa seção, pode-se discutir com o aluno como os comportamentos são construídos historicamente e, portanto, são passíveis de mudanças. A atividade *Sua opinião*, no mesmo boxe, incentiva o aluno a refletir sobre seu padrão de consumo e de sua família. A questão do consumo reaparece ainda na seção *No mundo das letras* (página 87), cujo trecho da obra *Babbitt*, de Sinclair Lewis, permite aprofundar as discussões a respeito do consumo como forma de inserção e reconhecimento social na sociedade capitalista.

Os meios de comunicação de massa – principalmente o rádio e o cinema – tiveram importante papel na formação do *American way of life*. O boxe *Cinema e imperialismo* (página 84) ressalta a influência do cinema na vida das pessoas, criando necessidades e determinando comportamentos. Para ampliar a reflexão a respeito do conceito da unidade – *Meios de comunicação de massa* –, a atividade *De olho no mundo*, no final do boxe, propõe uma discussão que relaciona controle cultural com diferentes formas de imperialismo. Na seção *Hora de refletir* (página 87), esse assunto pode ser retomado com a discussão sobre o controle norte-americano sobre a vida cultural, evidenciando o entrelaçamento entre o cinema e a identidade de um povo.

Texto complementar

O fordismo não só alterou a produção e a economia, mas também criou as condições para o surgimento de um novo padrão de consumo e de comportamento social. O texto a seguir ressalta os impactos dessa forma de produção para os trabalhadores e sua relação com a padronização em vários setores, vigente até os dias atuais.

Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural

A data inicial simbólica do fordismo deve por certo ser 1914, quando Henry Ford introduziu seu dia de oito horas e cinco dólares como recompensa para os trabalhadores da linha automática de montagem de carros que ele estabelecera no ano anterior em Dearbon, Michigan. Mas o modo de implantação geral do fordismo foi muito mais complicado do que isso. [...]

O que havia de especial em Ford (e que, em última análise, distingue o fordismo do taylorismo) era a sua visão, seu reconhecimento explícito de que reprodução de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista. [...]

Ford acreditava que o novo tipo de sociedade poderia ser construído simplesmente com a aplicação adequada ao poder corporativo. O propósito do dia de oito horas e cinco dólares só em parte era obrigar o trabalhador a adquirir a disciplina necessária à operação do sistema de linha de montagem de alta produtividade. Era também dar aos trabalhadores renda e tempo de lazer suficientes para que consumissem os produtos produzidos em massa que as corporações estavam por fabricar em quantidade cada vez maiores.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 14. ed. São Paulo: Loyola, 1992. p. 121-122.

Sugestões de leitura

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Formação do Império Americano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GRAMSCI, Antônio. *Americanismo e fordismo*. São Paulo: Hedra, 2008.

KARNAL, Leandro et al. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Contexto, 2008.

LIMONCIC, Flávio; MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (Org.). *A grande depressão: política e economia na década de 1930 – Europa, Américas, África e Ásia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

EU TAMBÉM posso participar

Consumismo x consumo consciente

Sua opinião

A atividade tem por finalidade colocar em discussão as práticas de consumo que podem parecer, num primeiro momento, “naturais” ou “comuns”. O padrão socioeconômico com o qual nos habituamos a viver costuma definir fundamentalmente um padrão de consumo no qual certas mercadorias se tornam “essenciais”, embora estejam presentes na vida de uma parcela reduzida da sociedade brasileira. Isso varia conforme a região e o nível social, mas podem servir de exemplo: excesso de alimentos doces estocados, excesso de pares de sapatos e roupas não utilizadas, mais de uma geladeira, ar-condicionado, número de automóveis igual ou maior do que o número de motoristas na família, mais de um aparelho de TV, etc. Além disso, outra prática “naturalizada” pelo padrão de consumo é a compra de mercadorias mais modernas e, supostamente, de melhor qualidade. Neste caso, o símbolo de consumo talvez mais surpreendente seja o telefone celular, mas a prática é comum também em relação aos aparelhos de som, televisores, micro-ondas e outros eletrodomésticos que se tornam “obsoletos” com enorme rapidez. Professor, é importante que o aluno aprofunde a reflexão sobre suas práticas de consumo e que perceba que elas também são construídas pela propaganda e pela criação do “gosto” e, portanto, que podem ser transformadas. Você pode, por exemplo, centrar a discussão na lista de produtos considerados “essenciais” e propor que os alunos apontem alternativas para viver bem sem esses produtos – ou, pelo menos, sem a necessidade da troca constante. Uma sugestão de filme que pode servir para a discussão é *1,99 – o supermercado que vende palavras* (Marcelo Masagão, Brasil, 2003), que discute com ironia a transformação do próprio indivíduo em um produto de consumo nas suas relações sociais.

Cinema e imperialismo

De olho no mundo

A dominação da cultura norte-americana sobre diversas partes do planeta permanece um fenômeno contemporâneo bastante complexo, porque encontra-se enraizado na própria formação da sociedade de massas tão característica da segunda metade do século XX. O resultado das pesquisas locais dos alunos deve confirmar uma regra bastante generalizada não apenas no país, mas em boa parte das nações ocidentais: os filmes norte-americanos em cartaz nos cinemas, em destaque nas videolocadoras e exibidos diariamente na televisão são predominantes em relação às produções de outros países e às produções nacionais. Isso porque muitas salas exibidoras são de propriedade de grupos multinacionais ligados aos Estados Unidos. O fenômeno é ainda mais abrangente e complexo quando se leva em conta que os filmes continuam a difundir valores, comportamentos e modos de vida tipicamente norte-americanos. Este é um claro sintoma da força da indústria cultural norte-americana, ainda que a produção nacional encontre maior repercussão social e que tenhamos uma forte teledramaturgia e uma indústria cinematográfica em evolução, capazes de mostrar certos hábitos, valores e “modas” pautados pelas tradições culturais brasileiras.

Organizando AS IDEIAS

1. Entre 1914 e 1920, a riqueza do país aumentou cerca de 250%. Muito desta expansão foi provocada pela exportação de gêneros alimentícios, armamentos e outros produtos do comércio para a América Latina e a Ásia. No início da Primeira Guerra, os Estados Unidos eram um país endividado; ao final do conflito, eles detinham créditos de mais de 3 bilhões de dólares e tinham recebido cerca de 9,5 bilhões de dólares de empréstimos feitos a governos europeus nesse período.
2. Os “vibrantes anos vinte” estão associados a um acelerado crescimento econômico, especialmente dos Estados Unidos, provocado pela intensa mecanização da agricultura e o aumento da produtividade das fábricas. Embora a riqueza produzida no período não estivesse ao alcance da maior parte da população, criou-se a ilusão de que a prosperidade era generalizada.
3. A mudança da política imigratória foi resultado da política isolacionista do Partido Republicano que, durante a década de 1920, governou os Estados Unidos. O ingresso de imigrantes passou a ser controlado e uma onda de preconceito contra estrangeiros tomou conta do país. Os imigrantes começaram a ser vistos como ameaça ao emprego dos trabalhadores norte-americanos. Além disso, passaram a ser controlados pelo governo norte-americano, que os responsabilizava pela difusão de ideias anarquistas e socialistas. Os que não escondiam suas concepções revolucionárias eram perseguidos e deportados do país. A intolerância se espalhou pelos Estados Unidos e ganhou força a sociedade secreta Ku Klux Klan, que perseguia negros, judeus, imigrantes e líderes trabalhistas, especialmente no sul do país. Ligas e associações de defesa da moral e dos bons costumes surgiram por toda parte.
4. A quebra da Bolsa, em 1929, foi um evento que, apesar de sua pontualidade datada, iniciou-se em meados dos anos 1920, quando a Europa, já recuperada da Primeira Guerra Mundial, diminuiu as importações de produtos agrícolas e industriais dos Estados Unidos, fato que levou muitos agricultores norte-americanos à falência. Apesar disso, grandes empresas não reduziram a produção, provocando a acumulação de grandes estoques que não encontravam compradores. Configurava-se, assim, uma crise de superprodução. Ao perceber o desequilíbrio, as empresas começaram a demitir trabalhadores. Com isso, o valor das ações dessas empresas na Bolsa de Valores de Nova York começou a cair. Preocupados com a queda, os donos de ações (milhões de pessoas) procuraram vender seus papéis o mais rápido possível. No dia 24 de outubro de 1929, o preço das ações despencou, levando à quebra (*crash*, em inglês) da Bolsa. O impacto do *crash* para a economia norte-americana foi catastrófico. A renda nacional reduziu-se à metade. Milhões de investidores perderam suas economias. Mais de 5 mil bancos fecharam, deixando seus clientes sem dinheiro. Faliram 80 mil fábricas e 32 mil casas comerciais. Cerca de 15 milhões de trabalhadores ficaram desempregados. A fome e a miséria espalharam-se pelo país. No campo, milhares de fazendas faliram e muitos agricultores, sem ter como pagar as dívidas, abandonaram suas terras. A Grande Depressão propagou-se rapidamente para outros países que mantinham relações comerciais com os Estados Unidos ou contavam com investimentos de capital norte-americano. O comércio mundial também desabou. Bancos e indústrias fecharam. A produção industrial das principais nações capitalistas caiu em até 50%.
5. O governo do presidente Roosevelt propôs uma nova política conhecida como *New Deal* (Novo Acordo), que procurava articular as ações do governo com a iniciativa privada, intervindo diretamente na economia. Entre as várias medidas de Roosevelt, foram adotadas: a desvalorização do dólar para tornar as exportações mais competitivas, empréstimos aos bancos para evitar falências, implantação de um sistema de seguridade social, com a criação do seguro-desemprego, criação de um vasto programa de obras públicas com o intuito de gerar novos empregos e a contratação de 3 milhões de jovens para projetos ambientais. Além disso, foi estabelecido um salário mínimo, o direito de organização sindical e estímulo à produção agrícola.
6. Nos anos 1920, o consumismo representava a noção de prosperidade ao alcance de todos, era estimulado pela publicidade e concretizava o próprio *American way of life*, marcando um estilo de vida visto como moderno e ideal. Atualmente, ainda é forte o consumismo, mas já existem críticas e alternativas sociais a este estilo de vida. Atualmente, ambientalistas afirmam que o consumo desenfreado se tornou o principal responsável pelos problemas ambientais. Por conta disso, surgem movimentos defendendo a prática do chamado consumo consciente, que pode ser entendido como um conjunto de atitudes que visam transformar o consumo em uma prática permanente de cidadania. Por meio do consumo consciente, o consumidor faz suas compras levando em consideração não apenas seus desejos de compra, mas também os reflexos das compras na sociedade, na economia e no meio ambiente.

7. Difundido por vários países, o cinema norte-americano oferecia uma válvula de escape da realidade social e dos problemas econômicos para um mundo mágico, onde a maldade quase sempre era punida e a virtude recompensada. Além disso, o cinema lançava moda nas roupas e penteados, no comportamento, na decoração dos ambientes, definindo ainda novos valores morais e consolidando a imagem de heróis e heroínas populares. Esta influência cultural do cinema transformou-o num forte instrumento ideológico do imperialismo norte-americano.

No mundo DAS LETRAS

Carro novo

1. Nos anos 1920, o crescimento econômico gerou um padrão de comportamento que ficou conhecido como *American way of life*, isto é, o modo de vida americano, no qual o fenômeno do consumismo se revelou uma das suas principais características. Como resultado do aumento de renda de uma parcela da população combinado com um aumento da produção de bens de consumo como automóveis, geladeiras, fogões elétricos, aspiradores de pó, aparelhos de rádio, etc., a sociedade norte-americana foi tomada pelo desejo de comprar cada vez mais mercadorias, sinônimo de felicidade e modernidade. No trecho de *Babbitt* vemos a felicidade que a notícia de uma eventual compra de automóvel desperta em uma família. Para eles, o carro possui importante valor simbólico. O carro sedã, objeto de desejo dos filhos e da mulher, transmite valores positivos, associados à ideia de esportividade (“é muito mais esportivo”), distinção (“é muito mais distinto”), conforto (“conserva melhor a roupa”) e *status* social (“todo mundo tem carro fechado, só nós não temos”).
2. Professor, na seção *Eu também posso participar* deste capítulo, existe uma série de posturas que caracterizam o chamado consumidor consciente. Essas posturas podem servir de inspiração para o aluno elaborar o cartaz proposto nesta atividade. É importante orientar os alunos a perceberem que um cartaz tem como objetivo principal transmitir uma mensagem de forma rápida e precisa. Apresentamos a seguir algumas das principais características normalmente observadas nesse tipo de mídia. Elas podem ajudar os alunos a preparar o cartaz com maior eficiência: 1) Geralmente um cartaz trabalha com linguagem verbal e não verbal, podendo haver predomínio de uma delas. 2) É recomendável evitar colocar muita imagem ou muito texto de uma só vez. Quanto mais sintético, claro e objetivo for o cartaz, mais eficiente ele será. Uma imagem impactante ou uma frase curta, porém chamativa, são suficientes para despertar a atenção do leitor. 3) O título tem por finalidade atrair o leitor e definir o assunto do cartaz. 4) Os textos, em geral, utilizam o padrão culto formal da língua. 5) Um cartaz colorido costuma chamar mais a atenção do que um em preto e branco. Porém, é preciso usar as cores de maneira estratégica, para não deixar o cartaz extremamente colorido, desviando a atenção da mensagem principal. 6) A identificação da autoria do cartaz pode ser feita pela introdução de um logotipo (no caso, pode ser o logotipo da escola).

Hora DE REFLETIR

Resposta pessoal. O aluno não deve fugir do tema da relação entre cinema e identidade nacional. Com a afirmação de que nenhum país pode viver sem o espelho de suas próprias imagens, o diretor argentino Fernando Solanas faz crer que a produção cinematográfica nacional está intimamente ligada à preservação da identidade cultural.

capítulo 8

O totalitarismo

Conteúdos e procedimentos sugeridos

Nesse capítulo abordamos a ascensão dos regimes totalitários na Europa, a partir das primeiras décadas do século XX, destacando o fascismo italiano, o nazismo alemão e o stalinismo soviético. O texto trata das condições que propiciaram o surgimento desses regimes e dos desdobramentos de sua implantação em várias nações europeias.

Para iniciar o estudo, o boxe *O que é totalitarismo* (página 89) pode ajudar o aluno a compreender conceitualmente o termo e os aspectos gerais desse tipo de governo. Com base nesse conhecimento sobre o passado, o aluno provavelmente conseguirá ampliar sua compreensão para os dias de hoje, podendo diferenciar os regimes democráticos dos totalitários ou ditatoriais.

Na mesma época em que os regimes totalitários ascendiam ou se consolidavam no poder em diversos países da Europa, ocorreu na Espanha uma guerra civil que dividiu ideológica e politicamente o país e expôs a capacidade de destruição militar desenvolvida na época. O mapa *A divisão da Espanha em julho de 1936* (página 97) possibilita a visualização do controle dos dois grupos antagônicos sobre o território espanhol. Essa observação contribui para a compreensão do significado da guerra civil e dos embates ideológicos da época (veja *Texto complementar 1* a seguir).

É também de grande importância para compreensão da Guerra Civil Espanhola – assim como para se dimensionar a violência que permeia um conflito bélico – a seção *Olho vivo* (p. 98), que trata do óleo sobre tela *Guernica*, do pintor espanhol Pablo Picasso. Um dos pontos que podem ser contemplados na análise dessa imagem é a discussão sobre o papel da obra de arte na representação da realidade. No caso de *Guernica*, por exemplo, o artista não teve como objetivo produzir um retrato fiel dos acontecimentos e, sim, expressar, à sua maneira, o horror do bombardeio sobre a cidade basca. Os símbolos espanhóis mutilados sugerem os efeitos catastróficos do conflito para a nação espanhola.

Para o estudo do desenvolvimento e das características do fascismo italiano, a foto de Mussolini diante de uma manifestação de massa (página 91) constitui documento histórico que evidencia características essenciais para a ideologia do totalitarismo. Na foto citada, a importância do líder, o controle sobre as massas e a coletividade podem ser destacados.

O nazismo, embora semelhante ao fascismo em diversos aspectos, assume características próprias principalmente pela defesa da superioridade da raça ariana e pela perseguição às minorias.

A seção *Eu também posso participar* (página 93) aborda algumas interpretações para a ascensão do nazismo na Alemanha (ver *Texto complementar 2*, nesta página), ao mostrar que o fortalecimento desse partido no país, em 1932, deu-se por meio de uma vitória eleitoral. O texto dialoga com o presente, ressaltando a importância do voto consciente na escolha dos governantes e reforçando a responsabilidade da população para a manutenção das práticas democráticas.

O conceito da unidade – *Meios de comunicação de massa* – pode ser ampliado com base em diversos elementos do capítulo. Isso pode ser observado, por exemplo, no box *A doutrinação nazista* (página 95), que aborda, entre outros aspectos, o papel da imprensa no processo de aliciamento dos jovens pelo nazismo. A atividade *Sua opinião*, no mesmo box, evidencia que a doutrinação e a mitificação de pessoas não estão restritas a um cenário político ou a uma época apenas, e incentiva o aluno a refletir sobre o atual poder da cultura de massas na definição de padrões de conduta.

A seção *Enquanto isso...* (página 100), com o texto *A Revolução Chinesa*, além de tratar da China como mais um exemplo de regime forte e centralizador, aborda também, na atividade *De olho no mundo*, o uso de mecanismos de controle social por parte do Estado sobre a população e incentiva o aluno a refletir sobre formas de superar esse controle por meio de instrumentos da comunicação de massa.

A seção *Hora de refletir* (página 101) propõe uma articulação entre os assuntos discutidos no capítulo, com uma discussão a respeito da importância das pesquisas de opinião no resultado das eleições, atualmente.

Texto complementar 1

A República espanhola, proclamada em 1931, esteve dividida em duas correntes ideológicas. De um lado, a Falange, de orientação fascista; de outro, a Frente Popular, que reunia grupos de esquerda e de tendência democrática. O texto a seguir trata do programa político da Frente Popular e do receio dos falangistas diante dessas propostas.

A batalha pela Espanha: a Guerra Civil Espanhola

[...] *Em 15 de janeiro [de 1936], os partidos de esquerda e centro-esquerda assinaram um pacto para concorrer às eleições como um só grupo. Foi redigido um programa da Frente Popular que se concentrava principalmente na reforma agrária, no restabelecimento do estatuto da autonomia catalã e na anistia para presos capturados na Espanha depois da revolução de outubro. Nada se dizia sobre nacionalização de bancos ou divisão de terras, mas a direita afirmou que havia cláusulas secretas no pacto. Era uma suspeita natural naquelas circunstâncias. O manifesto eleitoral da Frente Popular era de fato moderado, mas os caballeristas já tinham clamado pela nacionalização da terra, pela dissolução do exército, da guarda-civil e de todas as ordens religiosas, com o confisco de suas propriedades. Em maio de 1935, o manifesto da Alianza Obrera clamava, além disso, pelo “confisco e nacionalização da grande indústria, do setor financeiro, dos transportes e das comunicações”.*

A proposta de libertar todos os condenados por participar de uma rebelião violenta contra o governo legalmente eleito da época estava fadada a provocar a direita. Com efeito, a clara decisão da esquerda, em seu conjunto, de libertar da prisão todos os condenados pelo levante de 1934 dificilmente seria uma garantia de seu respeito pelo estado de direito e pelo governo constitucional.

BEEVOR, Antony. *A batalha pela Espanha: a Guerra Civil Espanhola*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007. p. 78-79.

Texto complementar 2

Os trabalhadores representavam uma força necessária para a sustentação dos regimes totalitários. O texto a seguir demonstra as formas encontradas por esses regimes para conseguirem a sua adesão.

A anatomia do fascismo

[...] *Os aspectos mais interessantes da história localizam-se entre os dois extremos da coerção e da popularidade. Pode ser esclarecedor examinar a maneira pela qual os regimes fascistas lidavam com os trabalhadores, que eram, sem dúvida alguma, o segmento mais recalcitrante da população. É claro que tanto o fascismo quanto o nazismo alcançaram algum sucesso nessa área. Segundo Tim Mason, a maior autoridade em assuntos relativos aos trabalhadores alemães na época do nazismo, o Terceiro Reich “continha” os trabalhadores alemães de quatro maneiras: terror, divisão, algumas concessões e mecanismos de integração, tais como a famosa organização de lazer Força através da alegria (Kraft durch Freude).*

Que não haja dúvida de que o terror esperava pelos trabalhadores que opusessem resistência direta. Em 1933, eram os quadros dos partidos socialistas e comunistas da Alemanha que enchiam os primeiros campos de concentração, antes dos judeus [...].

PAXTON, Robert. *A anatomia do fascismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2007. p. 226.

A doutrinação nazista

Sua opinião

Trata-se de uma atividade de reflexão sobre o atual poder da cultura de massas na definição de padrões de conduta, de formas de consumo e de definição de valores, especialmente, entre os jovens atuais. É importante que o aluno perceba que certas estratégias de propaganda e doutrinação permanecem atuais, como a valorização das lideranças políticas carismáticas em campanhas eleitorais. Em contrapartida, não vivemos mais sob o impacto de um único sistema de propaganda, sob comando do Estado, centralizado e planejado para “bombardear” a população com os mesmos *slogans* e as mesmas imagens. A pluralidade de canais de comunicação e a democracia política garantiram às sociedades modernas maior liberdade e um número maior de opções.

Professor, é importante que o aluno compreenda as permanências e rupturas do processo histórico. Não podemos afirmar que nas sociedades modernas haja os mesmos esquemas de doutrinação colocados em prática pelo nazifascismo, no

entanto, alguns mecanismos de propaganda aperfeiçoados pelos regimes totalitários foram incorporados pela mídia e pelos Estados. Nesta atividade, você pode refletir com os alunos sobre novas formas possíveis de doutrinação, comparando o mundo atual com a época estudada pela classe neste capítulo.

Enquanto isso...

A Revolução Chinesa

De olho no mundo

Na China atual, o controle da informação e a censura à internet são definidos por extensa legislação e uma ação policial efetiva. Segundo pesquisas da organização OpenNet Initiative (Iniciativa Rede Aberta), cerca de 25 países no mundo mantêm controle estatal sobre a rede de computadores. China, Irã, Mianmar, Síria, Tunísia e Vietnã são os Estados que “utilizam os filtros mais rígidos relacionados à política” (dados obtidos no endereço eletrônico: <<http://g1.globo.com/Noticias/Tecnologia/0,,MUL38614-6174-5669,00.html>>, acesso em: 16 jan. 2013. Uma pesquisa sobre o assunto pode começar por dois sites com informações sobre a imprensa no mundo. O site em português da agência de notícias britânica BBC, no endereço <www.bbc.co.uk/portuguese>, acesso em: 16 jan. 2013 e o site do Observatório da Imprensa <www.observatoriodaimprensa.com.br>, acesso em: 16 jan. 2013. O artigo “Liberdade de expressão na Internet e Direitos Humanos: breve estudo de casos ocorridos na China”, do advogado Marcel Leonardi pode ser lido no endereço eletrônico <www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=2873>. Acesso em: 16 jan. 2013.

Sugestão de leitura

FERRO, Marc. *O século XX explicado aos meus filhos*. Rio de Janeiro: Agir, 2008.

Sugestão de site

German Propaganda Archive – Site (em inglês) sobre a propaganda durante o III Reich. Contém diversos documentos. <www.calvin.edu/academic/cas/gpa/>. Acesso em: 10 jan. 2013.

Organizando AS IDEIAS

1. O totalitarismo é uma forma de organização do poder político e do Estado caracterizado pelo terror permanente contra o indivíduo por meio da repressão, da propaganda ideológica e da supressão dos direitos individuais e coletivos. No totalitarismo o poder está nas mãos de um grupo reduzido de pessoas que se organizam num partido único e contam com o apoio das massas que não exercem efetivamente o poder. Nos regimes totalitários, o Estado exerce uma função policial permanente e cotidiana sobre a vida pública e privada dos cidadãos. No entanto, o poder e a legitimidade dos governos totalitários dependem também do uso intensivo dos meios de comunicação de massa que difundem a ideologia do Estado e exaltam a figura do líder, considerado uma figura extraordinária, dotado de características quase sobrenaturais.
2. A Itália aliou-se às nações vencedoras na Primeira Guerra, mas seus objetivos não foram alcançados no final do conflito: ela não obteve compensações territoriais e ainda sofreu perdas humanas de aproximadamente 670 mil mortos. Somaram-se a estas circunstâncias a inflação, a carestia e o desemprego provocados pela guerra. Movimentos sociais e manifestações de trabalhadores pressionaram o governo, que reprimiu o movimento mas saiu enfraquecido, especialmente entre os setores de classe média. Este quadro favoreceu a difusão de um ressentimento contra as grandes potências democrático-liberais da Europa. Nestas condições, Benito Mussolini, um ex-combatente, fundou, em 1919, o *Fascio de Combattimento*, um grupo de extrema direita que difundia ideias ultranacionalistas, anticomunistas e antiliberais. Em 1921, eles criaram o Partido Nacional Fascista e, no ano seguinte, sob a liderança de Mussolini realizaram uma grande manifestação na cidade de Roma, com cerca de 30 mil militantes. Dias depois deste episódio, conhecido como Marcha sobre Roma, o governo do rei Vítor Emanuel III convidou Mussolini a ocupar o cargo de primeiro-ministro.
3. Entre 1922 e 1925, Mussolini dividiu o poder com outras forças políticas, mas, pouco a pouco, impôs-se como verdadeiro ditador. O Parlamento perdeu força política, os partidos políticos foram extintos (exceto o Partido Nacional Fascista), os prefeitos e chefes locais foram substituídos por homens de confiança de Mussolini. Seu governo criou também uma polícia política secreta para perseguir opositores do regime, provocando o exílio de cerca de 300 mil pessoas. Também surgiu um controle rigoroso dos meios de comunicação e as greves foram proibidas. No início dos anos 1930, os fascistas eram senhores absolutos do poder.
4. Com o fim da Primeira Guerra, a Alemanha estava arrasada e mergulhou numa crise de grandes proporções: trabalhadores alemães saíam às ruas, os soldados se amotinavam inspirados pela vitória da Revolução Russa de 1917. A abdicação do imperador Guilherme II, em 1918, criou uma crise política. Em janeiro de 1919, uma insurreição armada composta de operários, soldados e militares tentou tomar o poder. Seus líderes, Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, foram presos e executados. No mesmo ano, uma Assembleia Constituinte foi eleita e se iniciou a primeira experiência democrática na história da Alemanha, com sede na cidade de Weimar. No entanto, a nova república enfrentou enormes dificuldades: não havia dinheiro para pagar as indenizações de guerra, os índices de inflação eram extremamente altos e a população estava insatisfeita com os termos dos acordos de paz impostos ao fim da Primeira Guerra. Este sentimento de orgulho nacional ferido estimulou o surgimento de grupos e partidos ultranacionalistas. Um deles foi o Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães (nome que daria origem à expressão *nazista*), formado em 1919 sob a liderança de Adolf Hitler. A ampliação do poder de Hitler e o crescimento do seu partido, favorecido pela Grande Depressão de 1930, levariam ao fim da República de Weimar, em 1933.
5. Hitler anulou a Constituição de 1919, instituiu a censura e suspendeu direitos e garantias civis. A polícia secreta alemã (a Gestapo) e as SS começaram a perseguir, prender e tortu-

rar líderes religiosos, ciganos, homossexuais, judeus, líderes sindicais, comunistas e opositores em geral. Ao mesmo tempo, alcoólatras, doentes mentais e deficientes físicos eram internados à força e submetidos a cirurgias de esterilização. Intelectuais, artistas e cientistas foram obrigados a exilar-se no exterior e os que permaneceram corriam risco de ser enviados a campos de concentração. A partir de 1934, o antissemitismo tornou-se política oficial do Estado, e os judeus foram proibidos de trabalhar em órgãos públicos, seus bens foram confiscados e eles não podiam mais se casar com pessoas consideradas arianas. O Estado interveio diretamente na economia, promovendo a construção de obras públicas, incentivando a indústria de armamentos e definindo formas de planejamento econômico. Com a recuperação da economia, Hitler violou as determinações do Tratado de Versalhes e reconstruiu o poder militar da Alemanha, colocando em prática uma política expansionista.

6. As crianças aprendiam em sala de aula, desde pequenas, a ter orgulho de pertencer à raça ariana e a venerar e prestar obediência ao *führer*. Os meninos eram alistados aos 10 anos de idade, passavam por determinadas provas esportivas e entravam no Jovem Povo Alemão, onde permaneciam por quatro anos. As meninas, também aos 10 anos, entravam numa instituição chamada Jovens Virgens. No programa destas instituições, havia uma divisão de conteúdos: no primeiro ano estudavam os “deuses e heróis germanos”, no segundo, “os grandes alemães”, no terceiro, “a luta do nazismo” e, finalmente, no quarto ano “Adolf Hitler e seus companheiros de luta”. Aos 14 anos, os jovens entravam nas Juventudes Hitleristas; aos 18, na Frente do Trabalho, na SA ou nas SS. A ideologia nazista era transmitida a esses jovens por meio de cursos específicos, complementados pela doutrinação generalizada pelo cinema e pelo rádio.

7. Com Stalin, o governo da União Soviética tornou-se cada vez mais centralizado, suprimindo a vida democrática, os direitos dos cidadãos, prendendo e assassinando seus opositores e criando um Estado totalitário de partido único – o Partido Comunista da União Soviética –, rígido e burocrático. Os direitos individuais e coletivos foram praticamente extintos, as greves proibidas e o terror de Estado transformado num dos componentes da vida soviética. A política secreta perseguiu os opositores do regime e até mesmo antigos aliados. Estima-se que, entre 1936 e 1938, mais de 5 milhões de soviéticos foram detidos; muitos acabaram executados. Os camponeses que reagiram à coletivização forçada nas fazendas estatais foram igualmente presos e assassinados; cerca de 11 milhões dessas pessoas acabaram deportadas. Muitos foram enviados para os *gulags*, campos de trabalho forçado criados em todo o país para abrigar os opositores do regime. O stalinismo também silenciou uma geração extremamente criativa de intelectuais e artistas. Controlada pelo governo, a imprensa tornou-se mera propagandista do regime. Graças a ela e aos departamentos de propaganda, o ditador era cultuado por meio de paradas militares e imensos retratos, em todas as regiões do país. Assim, com Stalin, o sonho de uma sociedade igualitária e democrática transformou-se num pesadelo de um Estado policial ferreamente controlado pela liderança do Partido Comunista.

8. A Guerra Civil Espanhola foi um conflito armado entre dois grupos antagônicos que disputavam o poder na Espanha. De um lado, a Frente Popular, legitimamente eleita em 1936, reunia setores democráticos republicanos e grupos de esquerda apoiados pelos trabalhadores e por uma parte das classes médias. Do outro, a Falange, facção golpista liderada por Francisco Franco, de tendência fascista e de caráter nacionalista, agrupava militares, grandes proprietários de terra, representantes da Igreja e da burguesia urbana. O confronto começou em 1936 e se estendeu por três anos, deixando um saldo de 1 milhão de mortos. Os falangistas venceram e Franco assumiu o poder como ditador, no qual permaneceu até sua morte, em 1975.

9. Questões ideológicas contribuíram para que a Guerra Civil Espanhola ganhasse dimensões internacionais. Os falangistas, grupo de direita, conseguiram o apoio dos governos da Itália e da Alemanha, que, na época, viviam sob os regimes do fascismo e do nazismo, respectivamente. Já a Frente Popular, que tinha em suas fileiras comunistas, conseguiu o apoio do governo da União Soviética, que vivia sob o comunismo. Tanto a União Soviética quanto os governos da Itália e da Alemanha enviaram armas, veículos de guerra, combustível para as tropas que apoiavam. Já o governo de Portugal, que apoiou os militares rebelados, participou enviando 13 mil soldados para lutarem contra a Frente Popular. Os republicanos, por sua vez, contaram com a força de 50 mil voluntários vindos de 53 países que formaram as Brigadas Internacionais. As grandes democracias europeias, como a França e a Inglaterra, bem como os Estados Unidos, preferiram manter a neutralidade.

Hora DE REFLETIR

É certo que parte dos eleitores votam com base em convicções políticas e ideológicas. No entanto, outra parte tem suas posições influenciadas pelo *marketing* político. Isso porque uma série de fatores – que poderíamos resumir sob os termos “despreparo” e “alienação” – caracteriza o eleitorado da maioria dos países, tanto desenvolvidos como em desenvolvimento. Em geral, as propostas dos candidatos se baseiam em suas próprias ideias, mas nas campanhas não há dúvidas de que muitos candidatos divulgam largamente aquilo que eles acreditam ser o desejo dos eleitores. Nesse jogo, para saber o que está por trás das propostas dos candidatos, o eleitor deve procurar conhecer a história de vida desses políticos, para saber se eles agem com coerência, analisando mandatos anteriores ou sua vida pública.

Professor, você pode sugerir que os alunos sejam criativos ao formularem os textos da atividade. Não é preciso que um panfleto seja elaborado de um modo formal, com uma linguagem seca e muito “certinha”. Você pode pedir à classe que se imagine na situação de um eleitor que tenha que responder à seguinte pergunta: “o que você gostaria de ler para fazê-lo refletir sobre seu voto?”. Isso pode contribuir para que os alunos tenham não apenas um domínio mais efetivo da linguagem escrita, mas também se esforcem para ter ideias mais criativas e fugir do senso comum.

A Segunda Guerra Mundial

Conteúdos e procedimentos sugeridos

A Segunda Guerra Mundial, ocorrida entre 1939 e 1945, constitui o tema deste capítulo. Esse conflito ocorreu em um contexto de crise da democracia na Europa e de ascensão de regimes totalitários. O uso de armas tecnologicamente mais avançadas e mais letais e a violência e o genocídio ocorridos durante o conflito marcaram para sempre a história da humanidade. Ao seu final, uma nova ordem mundial surgiu e a ideia do respeito aos direitos humanos se disseminou pelo mundo.

A vida das pessoas em uma situação de guerra passa por extrema dificuldade e sofrimento. Para exemplificar esse aspecto, a seção *Eu também posso participar* (página 105), com o texto *Improvisação e criatividade da população civil*, trata das alterações que interferem no cotidiano da população civil e também da capacidade humana de se adaptar às situações mais adversas. Além disso, ao mostrar como a população reaproveitava e reciclava seus objetos de uso diário, o texto destaca a importância de se desenvolver, ainda hoje, um comportamento voltado para o reaproveitamento de materiais e para o combate ao desperdício.

Além dos mecanismos criados para enfrentar os impasses do dia a dia, as pessoas também se arriscaram e articularam uma resistência para sobreviver ao domínio do adversário, quando preciso. O boxe *A resistência* (página 106) explica como ela se deu e como era formada, destacando as ações de resistência dentro da própria Alemanha. Nesse boxe é abordada também a importância do rádio para a resistência francesa e, com base nesse aspecto, pode-se discutir a importância política dos meios de comunicação na atualidade, conforme a seção *Hora de refletir* (página 113), que propõe uma crítica sobre a concessão do governo para emissoras de rádio ou de televisão no Brasil.

A análise dos mapas *Expansão alemã entre 1935 e 1939* (página 104) e *A guerra na Europa e no norte da África entre 1943 e 1945* (p. 110) pode auxiliar na compreensão do desenrolar da guerra: depois de um período de domínio alemão, os novos rumos que assumem o conflito, com a entrada dos norte-americanos e a ação dos soviéticos contra os alemães a partir de 1941.

A batalha de Stalingrado teve um especial significado na medida em que marcou o início da derrocada alemã. A charge da página 108, do desenhista Belmonte, se refere à ação dos soviéticos nos territórios dominados pelos alemães, demonstrando a delicada situação da Alemanha a partir desse momento. A seção *No mundo das letras* (página 112), com o poema *Telegrama de Moscou*, de Carlos Drummond de Andrade, também trata da importância histórica dessa batalha. A seção incentiva os alunos a usarem a linguagem poética quando propõe a criação de um poema retratando o drama de uma região atingida por algum conflito estudado ou conhecido.

A Segunda Guerra Mundial chega ao fim apenas depois dos combates na “frente do Pacífico”. O mapa *A Guerra no Pacífico entre 1941 e 1945* (página 110) mostra o desenrolar do conflito naquela região e as limitações do avanço japonês.

Mesmo com o Japão praticamente vencido, os Estados Unidos lançam a bomba atômica sobre duas cidades japonesas, Hiroshima e Nagasaki, para acabar definitivamente com o conflito, como demonstração de força (veja *Texto complementar* a seguir).

A seção *Enquanto isso...* (página 112) aborda o desenvolvimento de novas técnicas para a obtenção da penicilina, ocorrido nessa época, e seu uso entre os soldados feridos no conflito.

Texto complementar

Leia a seguir trecho de uma reportagem escrita pelo jornalista John Hersey, a respeito de como ficou a cidade de Hiroshima logo após a explosão da bomba atômica.

Morte em Hiroshima

Muitos mortos jaziam nos jardins. Numa bela ponte em forma de arco [o padre Kleinsorge] passou por uma mulher nua, que, embora tivesse o corpo inteiramente queimado e vermelho, dos pés à cabeça, ainda estava viva. [...] O padre viu um uniforme. Julgando tratar-se de um soldado, aproximou-se, mas, ao penetrar na vegetação, deparou com uns vinte homens, todos no mesmo estado horripilante: o rosto inteiramente queimado, as órbitas vazias, as faces marcadas pelo líquido que escorreu das córneas derretidas. Deviam estar olhando para cima, quando a bomba explodiu; talvez pertencessem à defesa antiaérea.

Adaptado de: HERSEY, John. *Hiroshima*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 59-60.

Sugestões de leitura

CROSS, Robin; MESSENGER, Charles; WILLMOTT, H. P. *Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
 FEST, Joachim. *No bunker de Hitler: os últimos dias do Terceiro Reich*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.
 HERSEY, John. *Hiroshima*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
 LEVY, Sofia Débora (Org.). *Sobre viver: oito relatos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006.
 SILVEIRA, Joel. *O inverno da guerra*. São Paulo: Objetiva, 2005.
 TREGASKIS, Richard. *Diário de Guadalcanal*. São Paulo: Objetiva, 2006.

Sugestão de site

The Avalon Project – Site (em inglês) com documentos referentes aos julgamentos do Tribunal de Nuremberg. Disponível em: <http://avalon.law.yale.edu/subject_menus/imt.asp>. Acesso em: 10 jan. 2013.

Enquanto isso...

O primeiro antibiótico

Diálogos

O primeiro antibiótico, a penicilina, foi descoberto por acaso por Alexander Fleming, que reparou que numa determinada cultura de bactérias, contaminada por uma determinada espécie de fungos, as bactérias não se desenvolviam. Os

antibióticos são drogas com capacidade de interagir com microrganismos mono ou pluricelulares que causam infecções no organismo. Se as primeiras substâncias descobertas eram produzidas por fungos e bactérias, atualmente são sintetizadas em laboratórios farmacêuticos e têm a capacidade de impedir ou dificultar a manutenção de um certo grupo de células vivas. Os antibióticos são utilizados pela medicina na luta contra infecções bacterianas. No entanto, seu uso indiscriminado e sem controle médico faz com que surjam cepas de bactérias resistentes a essas drogas, sendo necessária a descoberta constante de novas drogas mais eficazes. Isto tem dificultado consideravelmente o tratamento das infecções. O antibiótico pode ser bactericida (que mata a bactéria) ou bacteriostático (aquele que interrompe sua reprodução).

No livro *As dez maiores descobertas da medicina* (Companhia das Letras), de Meyer Friedman e Gerald W. Friedland, os autores fazem a seguinte afirmação a respeito da medicina no período anterior ao dos antibióticos:

[...] os médicos podiam fazer muito pouco para ajudar pacientes que sofriam uma infecção séria. Podiam amputar uma perna gangrenada ou remover um apêndice ou uma vesícula inflamados, mas esses problemas ocorriam apenas em poucos pacientes. A maior parte do tempo, os médicos simplesmente esperavam que o próprio sistema imunológico do paciente superasse a infecção; se isso não funcionava, o paciente morria. Era essa a situação dos cuidados médicos com a infecção.

Além do trecho citado acima e dos subsídios que o professor de Biologia pode oferecer, é possível encontrar muitas informações sobre esse assunto na internet. O texto abaixo, extraído do site da Universidade Federal de Brasília, pode ser um ponto de partida:

Os antibióticos são produtos de enorme importância não apenas na área de saúde, como também na economia, visto que apenas nos Estados Unidos cerca de 100 000 toneladas são produzidas anualmente. Embora aproximadamente 8 000 substâncias com atividade antimicrobiana sejam conhecidas e, a cada ano, centenas de novas substâncias sejam descobertas, poucas são efetivamente aproveitadas e utilizadas como agentes antimicrobianos, visto que muitas destas não atendem aos requisitos mínimos para seu emprego terapêutico. Paralelamente, não podemos deixar de mencionar o crescente problema em relação ao surgimento de espécies bacterianas resistentes aos diferentes antibióticos. Este talvez corresponda ao principal desafio dos pesquisadores, visto que a multirresistência vem se tornando diariamente mais disseminada nas populações microbianas, sejam patogênicas ou não.

Disponível em: <www.unb.br/ib/cel/microbiologia/antibioticos/antibioticos.html>. Acesso em: 16 jan. 2013.

Organizando AS IDEIAS

1. Os tratados que puseram fim à Primeira Guerra Mundial, em 1919, produziram enorme insatisfação em diversas regiões da Europa, especialmente na Alemanha, submetida

a pagar os custos da guerra e manter uma soberania limitada pelos vencedores da Primeira Guerra. A crise econômica iniciada em 1929 se irradiou pelo continente europeu nos anos 1930 e acarretou a perda de confiança na democracia liberal, responsabilizada pela crise. Como resultado desta conjuntura surgiram movimentos totalitários e ultranacionalistas em diversos países, cujos Estados passaram a ser governados por esses regimes. Finalmente, o desejo de expansão territorial, o nacionalismo econômico e os investimentos bélicos dos regimes nazifascistas conduziram a um conflito militar sem retorno.

2. A política expansionista, fator determinante que desencadeou a Segunda Guerra Mundial, teve como principal característica o desrespeito às fronteiras estabelecidas em Versalhes e o investimento estatal na indústria bélica. A conquista de novas terras estava ligada ao domínio de mercados consumidores e matérias-primas. Isso explica episódios como a invasão pelas tropas japonesas da região chinesa da Manchúria, a ação do exército italiano que ocupou a Etiópia e a Albânia e a expansão alemã sucessivamente na Renânia, na Áustria, nos Sudetos, na Boêmia, na Morávia e depois na Polônia.
3. Em agosto de 1939, a Alemanha e a URSS assinaram o Pacto Ribbentrop-Molotov, um acordo de não agressão que possibilitou a invasão alemã sobre a Polônia. No entanto, em julho de 1941, Hitler rompeu o pacto e iniciou uma ofensiva contra a União Soviética, conhecida como Operação Barbarossa: mais de um milhão de soldados iniciaram a marcha sobre o território soviético e atingiram Moscou em setembro do mesmo ano. A ofensiva alemã pôs fim à neutralidade soviética e conduziu a um confronto que deixou milhões de mortos e deu início à derrota alemã. Após o contra-ataque soviético, os russos ocuparam todo o leste europeu até Berlim, em abril de 1945.
4. A população civil reagiu das mais variadas maneiras à expansão do nazismo na Europa. Alguns efetivamente colaboraram com o governo nazista. Porém, muitos pegaram em armas para lutar na resistência contra as tropas alemãs. Outros organizaram grupos que divulgavam panfletos contrários ao nazismo. Na Alemanha, muitas pessoas ajudaram a esconder em suas residências judeus perseguidos pelos nazistas. Não foram raros os casos de judeus que conseguiram escapar do país com a ajuda de terceiros.
5. A política expansionista japonesa tinha como principal estratégia o controle do Pacífico e do Extremo Oriente. No entanto, essa expansão se opunha aos interesses norte-americanos e à segurança da costa oeste dos Estados Unidos. Em resposta às sanções econômicas norte-americanas ao Japão, em dezembro de 1941 a base militar de Pearl Harbor foi atacada pela força aérea japonesa. Em maio do ano seguinte, os japoneses haviam conquistado as Filipinas, Cingapura, Hong Kong, a atual Indonésia e outras regiões. O conflito na China, na Indochina e Indonésia envolveu tropas chinesas, australianas e britânicas, além de japonesas e americanas. O quadro começou a mudar a partir de junho de 1942, quando a marinha norte-americana derrotou os japoneses na batalha de Midway. Daquele

momento em diante, as forças dos Estados Unidos iniciaram um contra-ataque, selando sua vitória em agosto de 1945 com a explosão de duas bombas atômicas nas cidades de Hiroshima e Nagasaki. As explosões serviram para mostrar à União Soviética o poderio atômico que os Estados Unidos haviam atingido.

6. A partir da rendição alemã, em maio de 1945, os chamados *Três Grandes*, Estados Unidos, União Soviética e Inglaterra, reuniram-se entre julho e agosto de 1945, em Potsdam, próximo a Berlim, para definir os termos do acordo de paz. Boa parte das decisões ali tomadas já havia sido proposta em fevereiro, durante uma reunião semelhante realizada em Ialta, na Crimeia, às margens do mar Negro. Pela Conferência de Potsdam ficou acertada a divisão da Alemanha em quatro zonas de influência sobre controle dos Estados Unidos, da União Soviética, da França e da Inglaterra. Berlim também sofreria o mesmo tipo de divisão. Definiu-se ainda que a Alemanha pagaria 2 bilhões de dólares em indenização aos países vencedores e que os líderes nazistas seriam julgados por uma corte internacional, o Tribunal de Nuremberg. Finalmente, confirmou-se naquele encontro a criação de uma nova entidade internacional destinada a preservar a paz e garantir o entendimento entre os povos: a Organização das Nações Unidas – ONU.
7. O holocausto, nome dado ao extermínio sistemático de judeus, iniciou-se em 1939, constituindo-se numa das mais tenebrosas etapas da Segunda Guerra Mundial e da história humana de todos os tempos. Seu estudo é relevante para compreender até onde um regime político totalitário pode chegar na destruição de uma etnia com o apoio da propaganda e do sentimento nacionalista. No holocausto, os judeus em território alemão passaram a ser confinados em guetos – bairros de grandes cidades, policiados e cercados. Nos guetos os judeus eram obrigados a usar um distintivo especial de identificação e eram submetidos a trabalhos forçados, recebiam alimentação insuficiente e não tinham condições de manter padrões mínimos de higiene e saúde. Além disso, eram alvo constante da violência dos soldados nazistas. Em 1942, o Departamento de Segurança Alemão decidiu pelo extermínio em massa dos judeus, que seriam transferidos para campos de concentração e posteriormente executados em câmaras de gás. Ao todo, foram construídos seis campos de extermínio em território polonês. Lá, os prisioneiros alimentavam-se de pão e sopa; muitos morreram de fome, doença ou de exaustão; outros suicidaram-se ou foram transformados em cobaias humanas pelos médicos nazistas. Quando o exército soviético libertou os campos de concentração poloneses, entre 1944 e 1945, foram encontrados milhões de cadáveres e 500 mil sobreviventes.
8. A entrada destas duas potências foi decisiva porque desestabilizou as forças dos países do Eixo. Em outubro de 1942, no norte da África, tropas alemãs foram derrotadas por forças anglo-americanas sob comando do general Eisenhower. Em fevereiro de 1943, os soviéticos conseguiram expulsar os alemães de Stalingrado. Em seguida, deram início ao avanço em direção a Berlim. A caminho da Alemanha, libertaram

diversos territórios sob poder dos alemães: Polônia, Romênia, Bulgária, Noruega, Hungria e parte da Tchecoslováquia. Por sua vez, os norte-americanos ocuparam a Sicília e outras regiões da Itália, em 1943, e a Normandia, na França, em 6 de junho de 1944, no famoso “Dia D”. Finalmente, Berlim caiu em mãos soviéticas em abril de 1945, enquanto a resistência japonesa no Pacífico foi totalmente destruída pelos norte-americanos.

9. Com o fim da guerra, diversas regiões do planeta estavam devastadas: as cidades estavam em escombros, os campos destruídos e as rodovias e ferrovias inutilizadas. A fome e as doenças dizimavam a população de vários lugares. Na África e na Ásia, inúmeros povos começaram a lutar por sua independência. Em 1948, os países-membros da ONU assinaram a *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, um documento que definiu princípios universais para o convívio em sociedade, como o direito à vida, à liberdade e à igualdade entre todos os indivíduos. Esta declaração deu origem a dois tratados que definiram as bases legais dos direitos humanos da ONU: o Tratado Internacional dos Direitos Civis e Políticos e o Tratado Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Com o fim da Segunda Guerra, houve um novo rearranjo de forças: os Estados Unidos e a União Soviética consolidaram-se como as duas maiores potências do planeta. Em torno deles, formaram-se dois blocos antagonísticos de poder: o bloco capitalista, sob liderança norte-americana, e o bloco socialista, capitaneado pela União Soviética. Esse antagonismo deu origem à Guerra Fria.

No mundo DAS LETRAS

A reconstrução de Stalingrado

1. Durante a Segunda Guerra Mundial, de modo geral, as cidades foram palco de batalhas e, por isso, grande parte delas foi transformada em escombros. Stalingrado, na União Soviética, foi uma delas. Carlos Drummond, em “Telegrama de Moscou”, narra os esforços de reconstrução dessa cidade russa, após a expulsão das tropas nazistas. O poema fala em reconstruir casas, ruas, a estrada de ferro e a usina de energia elétrica, aspectos materiais que foram destruídos pelo conflito. Ferrovias e usinas de energia eram pontos estratégicos visados pelas tropas inimigas, pois representavam a possibilidade de isolar as cidades e diminuir a resistência dos seus habitantes. Mas o poema também aborda o sentimento subjetivo da guerra. Para Drummond, apesar de a cidade ter sido destruída, a memória de seu povo não será apagada. É o que sugere, por exemplo, o verso: “o fantasma da antiga cidade que penetrará na nova”. Professor, você pode acrescentar que o poema expressa a esperança na reconstrução da cidade destruída, mas não esconde que os traumas da guerra não irão desaparecer, pois estão marcados na memória histórica de Stalingrado.
2. Resposta pessoal, mas pode-se orientar os alunos a refletir sobre as condições específicas dos conflitos selecionados para a elaboração do poema. Dessa forma, eles podem escapar de concepções muito generalistas que apenas reproduzem certos lugares-comuns sobre o tema. Há guerras que

envolvem intolerâncias religiosas e étnicas, outras que se relacionam a conflitos políticos internos, outras ainda motivadas pela ação externa; nem sempre está em jogo a destruição total, como na Segunda Guerra, mas o cerco militar a certas áreas e o aniquilamento de inimigos específicos, escondidos em quartéis gerais. Por sua vez, as formas de ação também são distintas e pode-se encontrar desde atos terroristas que eclodem sem aviso em áreas urbanas até grupos de guerrilha que controlam há anos regiões de certos países. Professor, pretende-se, com esta atividade, que o aluno seja capaz de realizar um duplo movimento: em primeiro lugar, conhecer melhor determinado conflito militar contemporâneo, o que pode ser feito com pesquisas na internet ou em livros; em segundo lugar, que ele consiga expressar de modo poético o tema estudado. Se julgar necessário, você pode convidar o professor de Língua Portuguesa para contribuir com a atividade de elaboração do poema.

Hora DE REFLETIR

Respostas pessoais. O tema das concessões governamentais dos meios de comunicação de massa, especialmente rádio e TV, os interesses políticos ou os critérios técnicos e o impacto disso para a sociedade brasileira são explorados por Daniel Florêncio em artigo de 24/9/2003 publicado no site <www.observatoriodaimprensa.com.br>, sob o título *Vendem-se concessões públicas*, e reproduzido em texto adaptado a seguir:

É comum hoje ligar o rádio e perceber que a boa música que ali tocava foi substituída por programação religiosa. São diversas as rádios que se tornaram rádios evangélicas. Da mesma forma, existem também os canais de TV que passaram a exibir conteúdo religioso. O que aconteceu é que essas rádios e canais foram vendidos. Basicamente, a concessão sob a qual essas empresas funcionavam foram passadas para frente, normalmente em negociações milionárias. O mais assustador é que não há nada de ilegal nesse processo – tudo está previsto na legislação de telecomunicações. Negocia-se a concessão ou permissão pública como se fosse propriedade particular e, assim, enriquece-se sob o aval da lei. Na teoria, as ondas de radiodifusão são propriedades de todos e cabe ao governo federal, por meio do Ministério das Comunicações, decidir democraticamente quem deve explorar essas ondas. Essa decisão é tomada por meio de licitações nas quais os quesitos técnicos, financeiros e intelectuais são levados em conta. Mas, na prática, quem consegue mesmo as concessões ou permissões de rádio e TV são pessoas influentes em Brasília, em geral políticos e grandes empresários. Nas grandes cidades é difícil hoje achar alguma faixa de sinal disponível para rádio e TV. Quando existem, são disputadas a tapa e quem tem o lobby mais forte leva. Quando se encerra o período da concessão ou permissão, é também difícil ela não ser renovada, mesmo quando quem explora aquele sinal deixou de cumprir (ou violou) algum artigo da Lei Geral de Telecomunicações. [...] Em resumo: se eu tenho influência, consigo a concessão e depois a coloco em leilão. Se eu tenho

dinheiro, compro. Nada democrático... Não é nem um pouco saudável para o país esse cenário de privilégios para poucos, que permite que “empresários” sem escrúpulos, sem interesse em informar ou em produzir consigam emissoras de rádios e TV para serem negociadas com aqueles cujo único interesse nesses veículos é de caráter doutrinário. Muitos desejam produzir cultura, informar e comunicar, mas acabam batendo de frente com esse cenário no qual o objetivo imediato dos envolvidos é ganhar dinheiro – e, o mais distante, o de democratizar a informação.

capítulo 10

O Brasil sob Getúlio Vargas

Conteúdos e procedimentos sugeridos

O governo de Getúlio Vargas entre 1930 e 1945 é o tema do capítulo 10. Nesse período, o Brasil passou por mudanças políticas, econômicas, sociais e legislativas. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), ainda vigente, é uma das leis aprovadas nessa época, por exemplo. Nacionalismo e autoritarismo, forte propaganda política, censura e violência foram aspectos importantes desse momento da história brasileira que marcaram a sociedade, deixando seus sinais até hoje.

Tradicionalmente, o governo de Getúlio Vargas tem sido dividido em três períodos: governo provisório (1930-1934), período constitucional (1934-1937) e Estado Novo (1937-1945). Ao longo desses 15 anos, diversos movimentos sociais e grupos políticos se desenvolveram, como a Ação Integralista Brasileira e a Aliança Nacional Libertadora. Além de abordar esses dois grupos, no capítulo também é abordada, na página 116, *A Frente Negra Brasileira*, uma entidade que lutava pelos direitos da população afrodescendente do país. Ao abordar esse assunto, é interessante lembrar aos alunos que a escravidão havia sido abolida há pouco menos de 50 anos e que as marcas do preconceito e da discriminação continuavam latentes na sociedade brasileira.

A seção *Interpretando documentos* (página 126), que propõe uma análise de três fotografias, traz para o debate a difícil inserção do negro na sociedade brasileira e a persistência de uma visão racista no passado e no presente. Pode ser oportuno também um debate a respeito das causas que determinam essa permanência da visão racista na sociedade brasileira nos dias de hoje.

O movimento integralista foi um dos que mais se destacaram durante certo período do governo de Vargas. A seção *Olho vivo* (página 118) propõe a análise de uma fotografia para identificar não só os elementos típicos do integralismo, mas também para compreender a participação feminina no movimento, apesar da postura conservadora que os integralistas assumiam em relação à mulher. Por meio dessa análise, é possível perceber vários aspectos, como a hierarquia rígida, o culto ao chefe, a padronização de comportamentos, o anti-individualismo, a ênfase no coletivo e o nacionalismo. Depois da análise, pode-se propor que os alunos enumerem os pontos em comum com os regimes nazista e fascista (vistos nos capítulos anteriores).

O período conhecido como Estado Novo foi fortemente marcado pelo autoritarismo, pela centralização do poder e pela

propaganda política, da qual o rádio foi o principal instrumento. O boxe *A era do rádio no Brasil* (página 121) trata da história do rádio no país e de sua popularização, enfatizando seu uso por parte do governo e demonstrando como os meios de comunicação de massa alteraram as práticas políticas. A leitura desse boxe pode ser complementada com a atividade da seção *Hora de refletir* (página 127), que propõe uma análise crítica sobre a influência da publicidade na programação jornalística dos meios de comunicação na atualidade.

Durante o Estado Novo, a vida cultural do país também sofreu o controle estatal. Músicas, livros e até as escolas de samba deviam seguir as orientações dos órgãos do governo.

Exemplo sobre a violência autoritária do governo pode ser identificado no boxe *Os “súditos do Eixo”* (página 123), que aborda como se concretizou a perseguição a italianos, alemães e japoneses e seus descendentes (que viviam no Brasil nesse período) com a implantação até mesmo de campos de concentração. Ver *Texto complementar* a seguir.

A seção *Patrimônio e diversidade* (página 124), nesse capítulo, aborda a história do estado do Mato Grosso e trata dos motivos que levaram o governo de Getúlio Vargas a querer expandir o controle sobre o território brasileiro naquele momento. Com base nisso, pode-se destacar as características culturais do estado, fortemente ligadas às culturas indígenas, e o papel pioneiro dos irmãos Villas-Boas.

Texto complementar

Nas garras da polícia

Embora pareça incrível, foram contratados técnicos na Europa a fim de orientar os interrogatórios sob torturas no Rio de Janeiro. O ex-sargento José Alexandre dos Santos, depois de espancado e torturado, como nada revelasse, percebeu que lhe enterravam na uretra um arame, cuja ponta ficou de fora. Com o auxílio do maçarico esquentaram o arame de tal maneira que em minutos ficou todo em brasa, entre urros de dor do infeliz sargento. Tempos depois, como não pudesse viver assim, submeteu-se a uma operação, perdendo vários órgãos. A micção é feita pelo lado.

Há ainda o caso do operário Matias dos Santos e de sua companheira Aída. Ele, depois de ter todas as unhas arrancadas e o corpo queimado à ponta de charuto, milímetro por milímetro, foi posto nu entre as mulheres, entre as quais a sua. Ela, Aída, sofreu o martírio dos “adelfis”, uns pedacinhos de madeira que eram enfiados por baixo das unhas. Devagarinho, os torturadores iam batendo, aprofundando cada vez mais até o preso confessar o que fizera e o que não fizera. [...]

Depois das torturas, os presos que estivessem em perigo de vida eram mandados para a enfermaria da Casa de Detenção ou para a Enfermaria Filinto Müller, na Polícia Especial. Depois, como não houvesse mais vagas, passaram a mandá-los para o Hospital da Política Militar. O estado dos presos era tal que chegou a provocar sérios e enérgicos protestos dos médicos. Um deles disse: “Isto aqui é um hospital para tratar de doentes, mas não uma oficina de concertos humanos”.

NASSER, David. *Falta alguém em Nuremberg*. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1966. p. 62-63.

Sugestões de leitura

AGUIAR, Ronaldo Conde. *Almanaque da Rádio Nacional*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

DIETRICH, Ana Maria. *Caça às suásticas*. São Paulo: Humanitas/Imprensa Oficial/Fapesp, 2007.

FAUSTO, Bóris. *Getúlio Vargas: o poder e o sorriso*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MOTA, Carlos Guilherme. *História do Brasil: uma interpretação*. São Paulo: Senac, 2009.

NETO, Lira. *Getúlio (1882-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

PERAZZO, Priscila Ferreira. *Prisioneiros da guerra: os “súditos do Eixo” nos campos de concentração brasileiros (1942-1945)*. São Paulo: Humanitas/Imprensa Oficial/Fapesp, 2009.

TOMAIN, Cássio dos Santos. *Janela da alma: cinejornal e Estado Novo – Fragmentos de um discurso totalitário*. São Paulo: Annablume, 2007.

Sugestões de sites

1932: A guerra paulista – Exposição sobre a Revolução Constitucionalista de 1932, no site do Arquivo do Estado de São Paulo. Disponível em: <www.arquivoestado.sp.gov.br/exposicao_1932/exposicao.php>. Acesso em: 11 jan. 2013.

Estado Novo – Exposição virtual sobre o Estado Novo no site do Arquivo Nacional. Disponível em: <<http://goo.gl/rXudG>>. Acesso em: 11 jan. 2013.

Nas ondas do rádio – Exposição virtual sobre a Era do Rádio no site do Arquivo Nacional. Disponível em: <<http://goo.gl/BFZVG>>. Acesso em: 11 jan. 2013.

Organizando AS IDEIAS

1. Aproveitando-se da crise das oligarquias cafeeiras e do apoio obtido de determinados setores da classe média, da burguesia urbana e das Forças Armadas, o novo presidente logo se consolidou no poder e se transformou em uma espécie de árbitro encarregado de conciliar os diversos interesses políticos em jogo na sociedade. Getúlio Vargas procurou aproximar-se da Igreja católica e dos militares, forças políticas importantes para ajudá-lo a se manter no poder. Centralizou e fortaleceu o poder da União em detrimento do poder dos estados. Para isso, destituiu os governadores (à exceção do governador de Minas Gerais) e nomeou interventores, muitos dos quais eram egressos do tenentismo. Além disso, Vargas dissolveu o Congresso Nacional, as Assembleias Legislativas estaduais e as Câmaras municipais e instaurou um regime de emergência. No campo econômico, reconquistou o apoio dos grandes cafeicultores, a elite derrotada pela revolução, adotando medidas que procuravam recuperar os preços internacionais do café. Para isso, começou a comprar e queimar os excedentes do produto. Em relação à classe trabalhadora, Vargas instituiu uma nova legislação trabalhista que o transformou num dos presidentes mais populares da história do país.
2. Com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em novembro de 1930, o governo criou uma série de leis de proteção ao trabalhador, como a regulamentação do trabalho feminino e infantil, a jornada máxima de oito horas diárias, o descanso semanal remunerado e o

direito a férias (em vigor desde 1925, mas nunca colocado em prática). Esta legislação trabalhista era vista como uma dívida do governo aos trabalhadores, um ato de generosidade de Vargas. A expressão “pai dos pobres” foi cunhada em virtude desta política paternalista, aprovada ainda no início dos anos 1930 e ajudava a esvaziar toda a mobilização da classe trabalhadora, a qual desde a virada do século XIX para o XX já vinha se mobilizando por melhores condições de trabalho. Além disso, outro fator que permite questionar a adoção do termo “pai dos pobres” pode ser observado na maneira como Getúlio Vargas conduziu a política sindicalista no Brasil. O governo implantou em 1931 a Lei de Sindicalização que transformava os sindicatos em órgãos consultivos e de colaboração com o poder público. Tornou-se obrigatória uma autorização ministerial para garantir o funcionamento dos sindicatos, cujas assembleias passaram a ser realizadas com a presença de um representante do governo. O Ministério do Trabalho podia ainda afastar diretores sindicais considerados indesejáveis para o governo. Tais medidas foram criticadas pelas correntes anarquistas e comunistas que a consideraram autoritária, mas diversos setores sindicais aderiram ao governo. Deste modo, o governo ampliava seu controle sobre os sindicatos e reduzia a capacidade de mobilização e contestação dos trabalhadores.

3. Em 1932, o governo aprovou o novo Código Eleitoral, reduzindo a idade mínima dos eleitores de 21 para 18 anos, estabelecendo o voto secreto e instituindo o voto feminino. Com isso, ampliou as possibilidades de participação política, reduziu o poder dos coronéis sobre os eleitores e coibiu as fraudes eleitorais. As eleições para a Assembleia Constituinte foram marcadas para maio de 1933, quando 254 deputados foram eleitos, entre eles, a primeira deputada brasileira, a médica Carlota Pereira de Queirós. A Constituição foi promulgada em julho do ano seguinte, incorporando a legislação trabalhista em vigor, acrescentando a ela o salário mínimo e o Tribunal do Trabalho. Ainda em julho, os constituintes elegeram Vargas presidente da República.
4. Um frontal antagonismo marcou as diferenças ideológicas entre a Ação Integralista Brasileira (AIB), de direita, e a Aliança Nacional Libertadora (ANL), de esquerda. A exemplo do que ocorria na Europa, onde a democracia liberal encontrava-se desacreditada e em diversos países o poder dos governos totalitários se fortalecia, no Brasil também surgiram grupos e indivíduos que defendiam a implantação de uma ditadura de direita, semelhante à de Mussolini na Itália. Os defensores dessas ideias formaram, em 1932, a Ação Integralista Brasileira. De inspiração fascista, esse movimento reunia em suas fileiras intelectuais, religiosos, alguns ex-tenentistas e setores das camadas médias e da burguesia. Tendo como lema “Deus, Pátria e Família”, o Integralismo era um movimento de caráter nacionalista, antiliberal, anticomunista e contrário ao capitalismo financeiro internacional. Os integralistas defendiam o controle do Estado sobre a economia e o fim da pluralidade partidária e da democracia representativa. Já a Aliança Nacional Libertadora surgiu em março de 1935, contando com forte influência do Partido Comunista do Brasil, mas reunindo

também em suas fileiras grupos populares de variadas tendências: socialistas, liberais, anti-integralistas, intelectuais independentes, estudantes e ex-tenentistas descontentes com o autoritarismo de Vargas. Seu programa político era nacionalista e anti-imperialista. Entre suas principais bandeiras estavam a suspensão do pagamento da dívida externa, a nacionalização de empresas estrangeiras e a reforma agrária. A ANL cresceu rapidamente, mas, quatro meses depois de sua fundação, foi declarada ilegal pelo presidente Vargas. A partir de então, seus militantes passaram a agir na clandestinidade.

5. Em novembro de 1935, setores da ANL ligados ao PCB lideraram, a mando da Internacional Comunista, insurreições militares nas cidades de Natal, Recife e Rio de Janeiro, com o intuito de tomar o poder e implantar o comunismo no Brasil. A partir de 1935, ao derrotar a insurreição comunista sob liderança do PCB, o governo desencadeou forte repressão aos comunistas e decretou estado de sítio. Neste clima de tensão política, Getúlio Vargas articulava com as Forças Armadas e os governadores sua permanência no poder. Em fins de 1937, Vargas conseguiu o alibi de que precisava: o alto comando do Exército lhe revelou um documento contendo detalhes de uma conspiração comunista para tomar o poder. Era o chamado “Plano Cohen”, nome do suposto autor. Embora se tratasse de um plano falso, elaborado pelo capitão integralista Olímpio Mourão Filho, Vargas utilizou o documento como se fosse verdadeiro e em 10 de novembro de 1937 ordenou o fechamento do Congresso por tropas do Exército. Em transmissão radiofônica, o presidente declarou canceladas as eleições e anunciou a instauração do Estado Novo, segundo ele um governo “forte, de paz, justiça e trabalho”.
6. Com a criação do DIP, em 1939, inspirado no serviço de comunicação da Alemanha nazista, o governo estabeleceu diversas formas para controlar a imprensa e divulgar amplamente suas concepções. O DIP possuía agentes encarregados de fazer a censura a jornais, revistas, rádios, livros e cinema e de elaborar a propaganda oficial do Estado Novo. O DIP produzia peças publicitárias mostrando o presidente como uma figura paternal, bondosa, severa e exigente. O órgão elaborava também cine-documentários, como o *Cine-jornal Brasileiro*, exibido obrigatoriamente em todos os cinemas, antes do início dos filmes. Livros e cartilhas escolares distribuídos enalteciam a figura de Vargas e transmitiam noções de patriotismo e civismo. Para que as mensagens do presidente alcançassem o maior número de pessoas, foi utilizado o programa radiofônico *Hora do Brasil*, criado ainda em 1934. Além disso, o governo encampou a Rádio Nacional, em 1940, líder de audiência no país, e a transformou em instrumento de apoio ao Estado Novo e de divulgação dos valores nacionais.
7. Durante o início do conflito mundial, Vargas manteve-se numa posição ambígua, ora mostrando-se favorável ao Eixo, ora às tropas aliadas. Em 1940, ele chegou a elogiar o sucesso das forças armadas alemãs no controle da Europa. No entanto, o governo norte-americano tinha interesse em atrair o Brasil para o grupo de aliados através da chamada política de boa vizinhança. Por intermédio de empréstimos, van-

tagens comerciais e apoio técnico, os Estados Unidos contribuíram para afastar Vargas do grupo do Eixo. Em 1942, o rompimento definitivo com o bloco nazifascista ocorreu quando navios mercantes brasileiros foram afundados por submarinos alemães. Em agosto, gigantescas manifestações populares e estudantis pressionaram Vargas, que declarou guerra aos países do Eixo.

8. Ao declarar guerra aos países do Eixo, o governo brasileiro iniciou um verdadeiro cerco a alemães, italianos e japoneses que viviam no Brasil. Essas pessoas foram proibidas de falar a língua natal em locais públicos, ficaram proibidas de portar rádios e máquinas fotográficas, e muitos deles, que viviam em cidades litorâneas, viram-se obrigados a abandonar suas casas e se mudar para o interior. Além disso, foram criados diversos campos de concentração em vários pontos do território brasileiro utilizados para abrigar esses estrangeiros. Os campos só foram extintos ao final da guerra, em 1945.
9. As manifestações populares, sob liderança da União Nacional dos Estudantes (UNE), em apoio ao ingresso do Brasil no conflito a favor dos Aliados, deram início a um lento processo de distensão na atmosfera sufocante do Estado Novo. Em 1943, num Congresso da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), um grupo de políticos e intelectuais mineiros lançou o “Manifesto dos Mineiros”, defendendo o fim do Estado Novo e o retorno à democracia. Os participantes do “Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores” defenderam posição semelhante. Meses depois, ainda em 1943, Vargas pôs fim à censura da imprensa, anistiou presos políticos, entre os quais Luís Carlos Prestes, e convocou eleições para uma Assembleia Constituinte. Surgiram novos partidos e a campanha eleitoral foi para as ruas. O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), com o apoio do Partido Comunista e de alguns sindicatos lançou a campanha pela permanência de Vargas, com o *slogan*: “Queremos Getúlio!”. Antes que o processo eleitoral fosse concluído, os generais Góis Monteiro e Eurico Gaspar Dutra exigiram a renúncia de Vargas. Em outubro de 1945, o Estado Novo chegava ao fim.

Interpretando DOCUMENTOS

1. Na primeira foto, há um garoto negro no canto esquerdo do quadro. Na segunda, uma fotomontagem, o garoto negro foi substituído por outro, branco. Na foto 3, publicada no jornal, foi acrescentada uma legenda superposta à imagem do garoto negro, suprimindo-o de vez. A hipótese mais segura para tal mudança refere-se a uma concepção racista que via no garoto negro uma espécie de “mácula”, de aspecto negativo a ser suprimido da foto oficial. Pode-se observar até que o garoto é o único negro da fotografia. Professor, estas fotos foram analisadas no livro citado, mas não há nenhuma informação sobre o garoto negro (quem seria, por que estava lá, etc.).
2. Trata-se de um ato cerimonial, em que todos os personagens posam para o instante do registro fotográfico. A disposição das pessoas, num semicírculo, colocou no centro da foto o ministro Lindolfo Collor, com um “canudo” do Estatuto do Sindicato, ao lado esquerdo, o presidente da

Associação Silveira Mello. As demais pessoas, todas muito solenes e bem-vestidas, deviam ser membros da Associação e convidados para a cerimônia oficial. O cenário registrado pelo fotógrafo também revela que a decoração foi preparada (ramos de flores nas paredes) para a ocasião. Professor, você pode ressaltar com a classe que foi exatamente a formação em semicírculo que ampliou o destaque dado ao garoto negro, pois, embora ele esteja no canto inferior esquerdo, é uma das pessoas que ficaram em primeiro plano, enquanto o ministro e demais autoridades, apesar de estarem no centro da foto, ficaram num plano mais distante.

3. Resposta pessoal. Em 2009, uma das principais empresas fabricantes de *softwares* do mundo viu-se envolvida em um escândalo semelhante. Ela foi acusada de ter feito uma fotomontagem em um anúncio elaborado para o mercado polonês. A imagem original mostrava empregados sentados em torno de uma mesa de reunião. Na foto original, um dos empregados era negro, mas no anúncio o empregado negro foi substituído por um branco. A montagem foi descoberta e a empresa pediu desculpas publicamente pela troca. No Brasil, vemos, por exemplo, uma redução da participação dos negros nas campanhas publicitárias ou nos programas televisivos.

Hora DE REFLETIR

Trata-se de uma atividade de reflexão sobre o poder econômico atual diante dos meios de comunicação e, particularmente, do campo jornalístico. Embora o jornalismo defenda uma postura objetiva na divulgação das notícias e as empresas de comunicação insistam em afirmar sua liberdade e autonomia diante de qualquer interesse financeiro, há inúmeras discussões sobre os mecanismos de controle que submetem estas empresas a seus patrocinadores. É importante que a classe consiga compreender que estas relações não são facilmente identificadas, embora haja casos e situações conhecidas, especialmente no campo político, como o apoio de canais de televisão e emissoras de rádio a certos candidatos ou governos constituídos. Professor, você pode apontar questões que conduzam a classe a aprofundar o debate. Selecione, por exemplo, um jornal de sua cidade publicado no domingo; mostre-o à classe e faça uma estimativa sobre o espaço nas páginas destinado à publicidade e o espaço destinado a notícias. Depois, identifique quem são os principais anunciantes e peça aos alunos que identifiquem se esse jornal publicou notícias negativas a respeito dos seus anunciantes.

capítulo 11

A Guerra Fria

Conteúdos e procedimentos sugeridos

A Guerra Fria é o principal tema tratado no capítulo 11. Após a Segunda Guerra Mundial, uma grave tensão mundial teve início em decorrência da divisão entre dois blocos – capitalista e comunista – liderados, respectivamente, pelos Estados Unidos e pela União Soviética. Essa bipolarização do pla-

neta levou o mundo a assistir a uma corrida desenfreada pela conquista do espaço e pelo avanço tecnológico de armamentos atômicos, uma guerra ideológica permanente entre os dois blocos e um clima de desconfiança e medo nas áreas de influência de cada uma das superpotências.

EUA e URSS se empenhavam para demonstrar a superioridade de seus regimes políticos. Para fazer valer suas ideias e manter seu poder (político, econômico, cultural, militar) sobre os outros países, as duas superpotências utilizaram-se dos mais variados artifícios, incluindo a publicidade, como mostra o boxe *Guerra publicitária* (página 130). Os cartazes que acompanham o texto foram produzidos com a finalidade de exaltar as qualidades de cada sistema, o capitalista e o comunista. O boxe pode auxiliar a reflexão a respeito de como a propaganda influencia a opinião dos cidadãos e como a Guerra Fria podia atingir o cotidiano dos indivíduos. Com base nessa discussão, pode ser ampliado o conceito da Unidade, *Meios de comunicação de massa*.

O boxe *James Bond e outros espões* (página 132), além de fazer uma referência ao uso do cinema como um instrumento de aliciamento cultural, trata da criação das polícias especiais de espionagem em cada uma das superpotências, mencionando ações protagonizadas realmente pelos agentes e espões de ambos os lados.

A análise dos mapas *Zonas de influência na Europa após a Segunda Guerra Mundial* (página 129), *A Alemanha dividida* (página 132) e *A divisão de Berlim* (página 132) pode ser de grande ajuda para o aluno compreender a divisão geopolítica europeia decorrente dos acordos que colocaram fim à Segunda Guerra Mundial. Os mapas possibilitam a identificação do alinhamento de cada Estado europeu e também a divisão particular da Alemanha e de sua capital.

A seção *Passado presente* (página 133), com o texto *Outros muros da vergonha*, contém informações sobre o Muro de Berlim, principal símbolo da Guerra Fria, e sobre outros muros construídos com propósitos semelhantes na atualidade.

A conquista do espaço foi um momento singular da história da Guerra Fria. Além da imagem que acompanha o texto (página 134) e da imagem da abertura (página 128) – bastante reveladora dos resultados atuais da “conquista espacial” iniciada na década de 1960 –, o texto do boxe *A corrida espacial* (página 134) mostra a acirrada competição entre soviéticos e norte-americanos para o domínio do espaço. O texto pode suscitar discussões a respeito de como a disputa entre EUA e URSS contribuiu para uma série de avanços tecnológicos que trouxeram mudanças permanentes no cotidiano da humanidade.

Ao mesmo tempo em que um grupo de cientistas vasculhava o espaço, outro grupo de pesquisadores estudava as estruturas microscópicas do corpo humano. Isso é abordado na seção *Enquanto isso...* (página 136) com o texto a respeito da descoberta da estrutura do DNA, o material genético dos seres vivos. Além de tratar da importância deste feito científico, a seção pode contribuir para a reflexão de como, nessa segunda metade do século XX, o ser humano voltava sua atenção para as dimensões do macrocosmo e para a conquista do próprio organismo, o microcosmo.

Sugestões de leitura

FARIA, Ricardo de Moura. *Da Guerra Fria à Nova Ordem Mundial*. São Paulo: Contexto, 2003.

KELLNER, Douglas. *A cultura da mídia*. Bauru: Edusc, 2001.

KNIGHT, Amy. *Como começou a Guerra Fria. O caso Igor Gouzenko e a caçada aos espões*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

RIBEIRO, José Hamilton. *O gosto da guerra*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

Sugestão de site

Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos – Site em inglês com documentos sobre diferentes momentos da história dos Estados Unidos. Disponível em: <www.loc.gov/library/libarch-digital.html>. Acesso em: 11 jan. 2013.

Organizando AS IDEIAS

1. A Guerra Fria foi a divisão do planeta entre dois blocos antagônicos de países iniciada logo após a Segunda Guerra Mundial. Iniciada em 1947, a Guerra Fria só terminou em 1991, com o fim da União Soviética. O nome “Guerra Fria” remete ao fato de nunca ter havido uma guerra direta entre os dois países líderes dos blocos, Estados Unidos e União Soviética. A interferência política dos dois países se fazia sentir em diversos conflitos localizados, por meio de espionagem, subsídio econômico, fornecimento de armas e assessores militares.
2. Com o fim da Segunda Guerra, os Aliados se dividiram em posições políticas opostas: capitalismo e socialismo. A liderança norte-americana sobre o mundo capitalista era incontestável, não apenas porque eles haviam duplicado sua produção industrial, como também pelo acelerado avanço tecnológico e científico. Baseado no poder bélico, financeiro e tecnológico, o governo norte-americano assumiu o papel de líder dos países capitalistas e pretendeu reconstruir a Europa e uma nova ordem mundial. O bloco comunista se formou com o fim da Segunda Guerra, durante a ocupação pelo Exército Vermelho sobre vários países do leste e centro da Europa. Com essa ocupação militar, essa região se tornaria, assim, área de influência soviética. Faziam parte deste bloco, liderado pela URSS, a Polônia, a Tchecoslováquia, a Hungria, a Romênia, a Bulgária, a Albânia, a antiga Alemanha Oriental e a Iugoslávia.
3. O contexto do macarthismo refere-se à polarização entre os dois blocos antagônicos, durante a Guerra Fria. Em 1947, o presidente dos Estados Unidos, Harry Truman, declara que o seu país deveria “ajudar os povos livres” a lutar contra “movimentos agressivos que buscam impor-lhes regimes totalitários”. Era um discurso da chamada Doutrina Truman, que oferecia sustentação econômica, política e militar aos países ocidentais para criar forças de contenção do comunismo. Assim, também em 1947 o governo norte-americano anunciou o Plano Marshall de ajuda ao continente europeu. O temor da “subversão comunista” dentro do próprio país levou o governo norte-americano a criar, no mesmo ano, a CIA, um serviço se-

creto de espionagem. Dois anos mais tarde, os Estados Unidos lideraram a criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), uma aliança militar formada por doze países capitalistas, entre os quais Inglaterra e França. Em 1950, o ingresso do senador McCarthy à frente do Comitê de Atividades Antiamericanas intensificou a campanha de intimidação contra intelectuais, líderes trabalhistas e funcionários do governo acusados de “esquerdismo”. Entre os perseguidores estavam cineastas, escritores e cientistas, incluindo Charles Chaplin.

4. Com o fim da Segunda Guerra, a Alemanha e sua capital Berlim foram divididas em áreas de influência dos dois blocos antagonísticos. Em 1948, os governos dos Estados Unidos, da França e da Inglaterra entregaram às autoridades alemãs eleitas a administração das três regiões de Berlim sob sua guarda. Vendo nisso a organização de um Estado alemão em separado, a URSS fechou os acessos ferroviários e rodoviários a Berlim Ocidental, pois estes acessos passavam pelo território oriental, considerado socialista. Estas tensões quase provocaram uma nova guerra, mas em 1949, o chamado Bloqueio de Berlim foi suspenso. No mesmo ano, foram criados dois estados alemães independentes: A República Federal da Alemanha (ou Alemanha Ocidental), liberal e capitalista, e a República Democrática da Alemanha (ou Alemanha Oriental), de economia planificada, socialista e totalitária. Em 1961, para impedir as fugas da Alemanha Oriental para a Ocidental, os soviéticos construíram um muro que dividiu ao meio a cidade de Berlim. Fortemente vigiado por soldados, o chamado *muro da vergonha* transformou-se no símbolo da Guerra Fria.
5. O temor à “subversão comunista” dentro dos EUA levou o governo norte-americano a criar, em 1947, a Central Intelligence Agency (CIA), um serviço secreto de inteligência com autorização para interferir em assuntos internos de outros países. Por sua vez, em 1954, o governo soviético criou também seu serviço de inteligência e espionagem internacional, a KGB, sigla em russo de Comitê para a Segurança do Estado. Portanto, a CIA e a KGB tinham o papel de espionar e conter as tentativas de avanço do lado oposto. Ambos os órgãos espalhavam agentes por todo o mundo e recorreram aos mais elaborados esquemas para obtenção de informações estratégicas.
6. As guerras da Coreia e do Vietnã foram conflitos típicos da Guerra Fria. Em ambos os países se encontravam grupos que defendiam os comunistas e os capitalistas: a Guerra da Coreia opôs o exército da Coreia do Norte (comunista) ao da Coreia do Sul (capitalista). O governo dos Estados Unidos se envolveu no conflito, sob a bandeira da ONU, ao lado da Coreia do Sul. A península da Coreia terminou dividida em dois países, divisão que permanece até hoje. No Vietnã, o norte era comunista e o sul, capitalista. Temendo que os comunistas conseguissem a unificação territorial, o governo dos Estados Unidos entrou na guerra defendendo o lado capitalista, mas foi derrotado. O Vietnã foi unificado em um único país, e seu governo adotou o regime comunista.

7. A propaganda capitalista defendia que o comunismo punha em risco a democracia e a livre-iniciativa e que a vida do lado comunista era triste e sem brilho, controlada pela polícia política e pelo Partido Comunista. Ao mesmo tempo, a imagem da sociedade capitalista norte-americana, presente nos filmes de Hollywood, representava o mundo capitalista marcado por uma vida brilhante, em que a classe considerada média era rica e feliz. Por sua vez, a propaganda soviética mostrava exatamente o contrário: a vida no socialismo era alegre e tranquila, não era preciso se preocupar com emprego, educação e moradia, pois o Estado garantia estes direitos a todos. A cada dia, novas conquistas tecnológicas provavam, segundo as propagandas, a superioridade do socialismo. O mundo ocidental era visto como decadente e individualista, onde apenas alguns tinham uma vida confortável, enquanto a maioria vivia na miséria e sem emprego.
8. A corrida armamentista foi a disputa pela obtenção de armas mais potentes entre o governo dos Estados Unidos e o da União Soviética. Assim, a partir de 1949, os dois países passaram a investir fabulosas somas de dinheiro na indústria bélica e na pesquisa de armas cada vez mais destrutivas, como a bomba de hidrogênio, quinhentas vezes mais potente do que a bomba atômica, e os mísseis de longo alcance munidos de ogiva nuclear. A corrida nuclear difundiu o medo por todo o planeta. Temia-se que a qualquer momento um dos dois países decidisse utilizar essas armas contra seu rival, dando início a uma guerra nuclear de efeitos devastadores. A corrida espacial foi um dos desdobramentos desta competição armamentista. Serviu de estímulo à propaganda das duas potências rivais na Guerra Fria. A vanguarda espacial soviética, com o primeiro satélite e o primeiro astronauta a orbitar a Terra, foi superada pelo feito norte-americano de pousar na Lua pela primeira vez em 1969. O clima de distensão, nos anos 1970, permitiu o encontro no espaço de astronautas da nave Apollo com os russos da nave Soyuz, iniciando a partir de então o projeto de estação espacial internacional.

Hora DE REFLETIR

As discussões em torno da qualidade da televisão brasileira têm gerado posições acirradas nos debates sobre o tema. Por um lado, alguns defendem a televisão nacional, lembrando que programas brasileiros são exportados e veiculados em redes de toda a Europa. Por outro, grupos de esquerda e de direita querem uma melhora na qualidade da TV por meio de algum tipo de controle. Os liberais argumentam que “controle” significa censura, um atentado à liberdade de expressão. O tema ganha amplitude pelo fato de a lembrança dos 21 anos de ditadura militar ainda estar fresca na memória de muita gente. A Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados chegou a liderar um movimento contra a má qualidade da programação da TV. Com o *slogan* “Quem financia a baixaria é contra a cidadania”, a campanha procurou incentivar os consumidores a não comprarem produtos das empresas que patrocinam esses programas.

Fechando a unidade

Refleta e responda

1. Professor, espera-se que em sua resposta o aluno perceba que apesar da relativa independência da internet, prevalece o monopólio dos meios de comunicação e a manipulação dos fatos como fatores que comprometem a democratização da informação. No documento 1, Eduardo Galeano denuncia o controle dos meios de comunicação como canais de televisão, grandes editoras e agências de publicidade por um grupo cada vez mais reduzido de empresários e menciona o perigo desse monopólio, mascarado pela ilusão tecnológica, para a consciência da humanidade.

No documento 2, o autor reforça a ideia de que o monopólio dos meios de comunicação compromete a informação de qualidade e o pluralismo da imprensa. Segundo o autor, sob o domínio desses conglomerados, observa-se no setor de comunicações a priorização do lucro e a transformação da informação em mercadoria. Nesse contexto, o direito a informação e a manifestação de diferentes opiniões estão ameaçados. Já o documento 3 tem como foco o poder da televisão, que pode construir sua própria versão da realidade, como no caso dos noticiários, de acordo com seus interesses políticos e econômicos. O grande poder de sedução próprio desse meio de comunicação dificultaria um olhar mais crítico do telespectador, que tende a assimilar tais versões como a própria realidade.

2. Em sua análise, Eduardo Galeano adverte sobre o risco de perdermos a pluralidade de manifestações caso a tecnologia que disponibiliza imagens, ideias, músicas e demais manifestações para um grande número de pessoas passe a servir somente aos interesses de poucos grupos. Segundo o autor, se isso ocorrer, a ilusão de termos milhares de possibilidades de escolha pode ser um engodo na medida em que todas as opções se tornam semelhantes. A questão busca motivar o aluno a refletir sobre o tema, pois, geralmente, os jovens têm nessas novas mídias, especialmente na internet, uma importante referência para formar opiniões e comportamentos e também um canal livre de expressão de suas ideias.

3. Essa questão permite que o aluno relacione o conteúdo estudado na unidade, como o uso do cinema, do rádio e da publicidade para divulgar valores, promover heróis, desprestigiar culturas e motivar determinados comportamentos. O documento 3, por exemplo, evidencia a manipulação das informações jornalísticas de acordo com os interesses de cada emissora e o poder da televisão de interferir na realidade. Professor, espera-se que em sua resposta o aluno mencione o uso de fatos e imagens recentes de maneira tendenciosa. Se houver necessidade, auxilie o aluno a identificar essa prática de manipulação de informações citando exemplos recentes, ocorridos no Brasil ou no mundo. Nessa análise, estimule a turma a perceber como tal fato foi apresentado, se as versões apresentadas possuíam diferenças, se tal fato contribuiu para promover ou desprestigiar algum grupo, indivíduo ou ideia com motivações particulares ou se tinha um interesse coletivo. É

importante lembrar ao aluno que as manipulações de informações e imagens com fins políticos não se referem apenas aos políticos e acontecimentos ligados às esferas de poder. Essa prática pode ser identificada em diferentes setores com o objetivo de influenciar comportamentos e opiniões (envolvem assuntos ligados à educação, sexualidade, religião, manifestações culturais, etc.).

4. Resposta pessoal. Após o debate sobre o uso político da informação, a questão tem a intenção de levar à reflexão sobre a importância da comunicação livre e de qualidade para o desenvolvimento das sociedades, tal como a saúde e a educação, por exemplo. Alguns autores chamam a atenção para a importância dessa discussão para a promoção da consciência crítica diante dos meios de comunicação e para o fortalecimento da própria democracia. Segundo especialistas, seria fundamental elaborar políticas públicas que garantissem o direito humano à comunicação em oposição ao controle das informações e do conhecimento por grupos privados. Muitos representantes dos grandes meios de comunicação de massa, entretanto, condenam tais propostas e impedem o avanço das discussões alegando que essas práticas limitam a liberdade de imprensa e têm como finalidade última a censura dos meios de comunicação. Professor, para mais informações sobre o tema, confira o seguinte artigo: LIMA, Venício A. de. O que fazer para democratizar as comunicações. In: Vários autores. *Caminhos para uma comunicação democrática*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2007. p. 83-91.

5. Resposta pessoal. As ações propostas devem considerar a importância de se desenvolver uma visão de mundo independente do material veiculado pela mídia. Informações de caráter científico e histórico, disponíveis em livros, ou a boa literatura e o teatro são exemplos de meio que ajudam a formar a visão de mundo. Além disso, é fundamental sempre confrontar informações de diferentes fontes e conhecer o contexto e as intenções que estão por trás das notícias. Tudo isso ajuda a ler de forma crítica as notícias veiculadas pela mídia.



Violência

Começo de conversa

1. Embora a resposta seja pessoal, o professor pode levar o aluno a perceber que a violência não se resume apenas àquilo que os meios de comunicação expõem como violência explícita: assassinatos, roubos, sequestros, estupros, brigas, etc. Ela se manifesta em nossa sociedade de muitas outras formas, como agressões verbais e morais, depredação do patrimônio público, gestos de intimidação, etc. Um exemplo de violência bastante comum nas escolas é a prática do *bullying*. Essa palavra, de origem inglesa, designa o uso do poder ou da força para intimidar, excluir, humilhar, não dar atenção, fazer pouco-caso dos outros. É um tipo de violência psicológica, que vem muitas vezes mascarada sob a forma de brincadeira:

o aluno que usa óculos é apelidado pelos colegas de “quatro olhos”, o estudante obeso é chamado de “bola”, entre outros exemplos. Trata-se de um tipo de violência que pode afetar a autoestima do estudante e acarretar sérias consequências para seu desenvolvimento psíquico. Uma sugestão é a leitura do livro *Escola e violência*, de Miriam Abramovay, lançado em 2003 como resultado de uma parceria entre a Unesco, a Universidade Católica de Brasília e o Observatório de Violência nas Escolas.

2. A questão possibilita uma aproximação da percepção do aluno a respeito das manifestações violentas em nosso país e dos fatores que ele associa a tais manifestações. Podem ser citadas diferentes formas de violência praticada em nossa sociedade, como a violência policial, constantemente apontada em estudos como uma das maiores do mundo; a violência envolvendo conflitos de terras, praticadas tanto por grandes latifundiários quanto por movimentos ligados à luta pela reforma agrária; a violência nas grandes cidades brasileiras provocada por fatores como disputas entre traficantes pelo controle do tráfico em algumas comunidades ou por milícias que exploram os moradores em troca de uma suposta “proteção”; assaltos praticados até por jovens de classe média em busca de objetos de luxo; brigas de torcidas de futebol; manifestações violentas de grupos de jovens, entre outras. O importante é que o aluno busque explicar as possíveis causas dessas manifestações de violência, sejam elas de origem econômica, social ou cultural.

capítulo 12

O bloco comunista

Conteúdos e procedimentos sugeridos

O século XX foi marcado pelo embate político, ideológico e militar entre capitalistas e comunistas (ou socialistas). Se, em um primeiro momento, o comunismo esteve restrito basicamente à URSS, a partir da Segunda Guerra Mundial esse regime é implantado em outros países. As revoluções Chinesa (1949) e Cubana (1959) assumiram importante significado para esse processo de expansão do comunismo para outras regiões do planeta. O capítulo 19 irá tratar especialmente dessa expansão.

Para ter uma visão geral da expansão do comunismo pelo mundo, pode-se analisar o mapa *Países capitalistas e socialistas na década de 1980* (página 147).

Para a discussão sobre a Revolução Chinesa, pode-se retomar a seção *Enquanto isso...* (página 100, do capítulo 8), que aborda a tomada de poder pelos comunistas chineses. O atual capítulo mostra como, após a ascensão comunista na China, ocorreu a aproximação e posterior afastamento do governo chinês com a Rússia.

A imagem da seção *Interpretando documentos* (página 150) possibilita discutir outra característica dos regimes comunistas dessa época: o culto às lideranças políticas, que pode facilitar a propagação de práticas violentas por determinados setores da sociedade. Na Rússia, Stalin usufruiu de grande prestígio junto à população e, para isso, desencadeou uma perseguição implacável e violenta a seus opositores. De modo semelhante, na China, Mao Tsé-Tung, o líder comunista, também possuía grande autoridade e, durante a Revolução Cul-

tural, tiveram vez diversas práticas violentas. A parte inferior do cartaz exibido nesta seção apresenta a seguinte legenda: “O presidente Mao ensina-nos o seguinte: É muito importante que se realizem com frequência campanhas políticas de mobilização para a guerra. A vitória na guerra depende deste fator. Deve haver educação ideológica regular de preparação para a eventualidade de uma guerra com referência à situação e tarefa atuais, assim como à tendência ideológica das massas. Este estado de prontidão permanente deve estar bem presente na cabeça de todos, para que estejamos bem preparados para uma guerra de agressão do imperialismo e do imperialismo social’.” (ver *Texto complementar 1* a seguir).

Muitas vezes, os dados numéricos a respeito da China costumam surpreender devido a suas grandezas, como pode ser observado no item que aborda o *Grande Salto para a Frente*, quando é mencionado que esse plano quinquenal mobilizou cerca de 500 milhões de trabalhadores e, ao mesmo tempo, provocou a morte de 20 milhões a 30 milhões de chineses. Para ter uma ideia mais clara da dimensão desses números vale a pena fazer algumas comparações: 500 milhões correspondem praticamente à soma da atual população dos Estados Unidos e do Brasil e o número de mortos se aproxima do número de habitantes da Venezuela (cerca de 26 milhões de pessoas). Sobre esses dados numéricos a respeito da China, ver *Texto complementar 2*.

Em Cuba, por sua vez, a ascensão do comunismo também ocorreu por meio de uma revolução armada. Diferentemente do processo chinês, porém, o governo cubano manteve-se aliado do governo russo até 1991, quando o comunismo soviético entrou em colapso.

Ao tratar de Cuba, é interessante destacar a localização geográfica do país, vizinho próximo dos EUA, e o reflexo da Revolução Cubana em todo o movimento de esquerda do mundo (ver *Texto complementar 3*, na página seguinte). O processo revolucionário de Cuba suscitou outros movimentos armados – como é abordado no boxe *A Revolução Sandinista* (página 148), na Nicarágua, e no boxe *O socialismo africano* (página 147) – e também serviu de motivação para a implantação do comunismo por vias democráticas, como no Chile, na década de 1970.

O caso do Chile evidencia outra face do jogo político desse momento e permite retomar o debate referente ao conceito da unidade: se a violência foi a tônica de grande parte dos movimentos revolucionários, não menos violenta foi a estratégia capitalista dos EUA na defesa de seus interesses. É evidente o apoio norte-americano ao golpe de Estado que derrubou Salvador Allende da Presidência chilena em 1973, e a ajuda a vários outros movimentos armados de defesa dos regimes capitalistas, como na Nicarágua e na Bolívia.

Texto complementar 1

No trecho a seguir, os autores analisam as contradições da Revolução Cultural chinesa.

A Revolução Cultural e suas contradições

Na década de 1960, o culto a Mao suplantara a veneração aos deuses locais e a outras figuras da antiga religião camponesa, mas em meados dos anos 1970, a violência da Revolução Cultural [...] contribuiu para manchar

sua imagem. Empreendimentos bem-sucedidos na saúde pública e a Revolução Verde na agricultura (fertilizantes químicos, inseticidas, melhores técnicas de cultivos e outros) haviam ajudado a dobrar o número da população. Mesmo as grandes conquistas da revolução em ampliar a educação primária, transportes rodoviários e a comunicação por meio da imprensa e do rádio tiveram, em parte, efeitos contrários, ao revelar o quanto a China ainda precisava se desenvolver. O imperialismo estrangeiro terminara, assim como o estímulo estrangeiro, enquanto os antigos valores “feudais” e práticas corruptas ainda permaneciam entranhados na sociedade chinesa.

Historiadores do futuro poderão concluir que o papel relevante de Mao foi a tentativa de destruir a antiga bifurcação da China entre a pequena camada dominante instruída e a grande massa popular. Ainda não sabemos o quanto ele avançou nesse aspecto. A economia desenvolveu-se, mas foi deixada aos seus sucessores a missão de criar uma nova estrutura política.

FAIRBANK, John King; GOLDMAN, Merle.
China: uma nova história. Porto Alegre: L&PM, 2008. p. 371.

Texto complementar 2

O texto a seguir, da economista Paula Nabuco, aborda o impacto do Segundo Plano Quinquenal chinês – conhecido como *Grande Salto para a Frente* ou *Grande Salto Adiante* – junto à população chinesa.

O Grande Salto Adiante e a questão da transição chinesa

O Grande Salto Adiante foi um grandioso plano de mobilização de massas; em menos de um ano mais de 500 milhões de camponeses chineses integraram-se a 26 000 comunas nas quais não havia qualquer tipo de propriedade privada. Todas as tarefas relacionadas com o dia a dia destes trabalhadores, desde cuidar das crianças, das roupas até o preparo dos alimentos, eram feitas pela comuna. Em um esforço nacional para aumentar a produção industrial, algumas fábricas foram removidas para o campo. O intuito era fazer com que os camponeses aprendessem as técnicas usadas na indústria e também aproveitá-los neste tipo de trabalho durante as entressafas. Isso diminuiria a pressão migratória sobre os centros urbanos chineses incapazes de absorver, naquela ocasião, os trabalhadores necessários para o salto industrial que constava na meta do Terceiro Plano Quinquenal. Esperava-se que o aumento da produção agrícola, que era o setor central do plano, impulsionasse o crescimento da produção industrial.

Depois de uma boa colheita no verão de 1958, que serviu de estímulo aos planos chineses, o Comitê Central do PCCh passou a considerar as comunas como o caminho adequado para fazer avançar a construção socialista e o desenvolvimento da China. Estimava-se que a produção agrícola da China fosse dobrar em 1958. Posteriormente, quando foi feito o balanço, o total anunciado da produção de grãos para o ano de 1958 de 375 milhões de toneladas teve que ser revisto para 250 milhões e depois para modestos 200 milhões. Nenhum dos responsáveis pela

contagem queria se arriscar a indicar que a meta não tinha sido atingida, e sofreram com a alcunha de *direitistas* ou *derrotistas*, o resultado foi que, naquele ano, as cotas em praticamente todas as localidades foram formalmente atingidas. Algum tempo depois ficou patente que elas não refletiam a realidade. Logo após a campanha antidireitista do final de 1957 havia um temor generalizado de que qualquer indicação de insucesso do Grande Salto pudesse ser interpretada como desvio pequeno-burguês ou tentativa de boicote ou derrotismo. [...]

Estimativas indicam que durante o Grande Salto cerca de 20 milhões de chineses morreram de fome (há estimativas que apontam 30 milhões) e os dados sobre a composição etária da população levam a crer que a maior parte dos mortos tanto durante, quanto depois, do período do Grande Salto era de crianças de até 10 anos, que sofriam mais intensamente com a subnutrição. Não há dados precisos sobre o número de mortos no período posterior ao Salto, que sucumbiram em função da falta de alimentos.

NABUCO, Paula. O Grande Salto Adiante e a questão da transição chinesa.

Disponível em: <www.ifch.unicamp.br/ce marx/coloquio/Docs/gt8/Mesa2/o-grande-salto-adiante-e-a-questao-da-transicao-chinesa.pdf>.

Acesso em: 1º mar. 2013.

Texto complementar 3

No texto a seguir, o historiador e jornalista britânico Richard Gott analisa o impacto da Revolução Cubana no mundo em seus primeiros anos.

Cuba: uma nova História

O vento de renovação que atingiu Cuba [...] teve um impacto quase imediato em países de todo o mundo. Explodiu num momento em que os impérios francês e britânico estavam se aproximando do colapso final, e quando os Estados Unidos estavam no limiar de uma nova era de ativismo estudantil e militância negra. Em muitos dos mais importantes Estados do mundo, onde figuras envelhecidas do tempo da Segunda Guerra Mundial (e antes) permaneciam no poder, a Revolução foi percebida como a aurora de uma nova era. Com Dwight Eisenhower nos Estados Unidos, o general De Gaulle na França, Harold Macmillan na Grã-Bretanha, Konrad Adenauer na Alemanha, Nikita Krushev na União Soviética e Mao Tsé-tung na China – todos nascidos no século XIX – o velho mundo parecia definitivamente velho.

Nesse cenário geriátrico, saltaram os jovens e, sobretudo, fotogênicos guerrilheiros das montanhas cubanas, combatentes enérgicos em seus 20 e 30 anos de idade, prometendo varrer a velha ordem e abrir caminho a uma nova época. O fervor reformista e a chamejante retórica internacionalista foram rapidamente compreendidos pelas novas gerações em toda parte, insatisfeitas [...] com o arranjo pós-guerra. Pretensos revolucionários itinerantes invadiram Havana desde os primeiros dias da Revolução. O impacto inicial foi maior na própria América Latina, onde escritores e intelectuais revigoraram-se com o fato de o continente parecer ser, pela primeira vez desde o começo do século XIX, novamente protagonista da história mundial. [...]

Visitantes de fora da América Latina começaram a invadir Havana em bando em 1960 [...] com seus blocos de anotações sempre prontos. [...] O entusiasmo pela Revolução não demorou a inspirar mobilizações estudantis, rebeliões negras, campanhas antinucleares e o movimento contra a Guerra do Vietnã, que caracterizariam a política e a cultura dos Estados Unidos nos anos 1960. Uma fornada de admiradores veio da Europa, inclusive escritores franceses como Jean-Paul Sartre e Simone de Beauvoir. O casal comparou a Revolução Cubana com a libertação da França em 1944 [...].

GOTT, Richard. *Cuba: uma nova História*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. p. 202-3.

Sugestões de leitura

FAIRBANK, John King; GOLDMAN, Merle. *China: uma nova história*. Porto Alegre: L&PM, 2008.

GOTT, Richard. *Cuba: uma nova História*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

Sugestão de site

Museu virtual da Revolução Cultural – Site em inglês sobre a Revolução Cultural chinesa. Disponível em: <www.cnd.org/CR/english>. Acesso em: 14 jan. 2013.

Organizando AS IDEIAS

1. A expansão do socialismo teve início nos países do Leste Europeu liberados do nazismo pelo Exército Vermelho, a partir de 1945. Desde então, o comunismo ganhou força em outros continentes e chegou a regiões da Ásia, África e América. Nesses continentes, o socialismo foi associado à luta contra o imperialismo e o colonialismo. Em certos países, como Vietnã, China e Cuba, o socialismo triunfou graças a processos revolucionários. Em outros lugares, como o Chile, foi instaurado por vias democráticas.
2. O Grande Salto (1958-1962) foi inspirado no modelo de planejamento econômico soviético e tinha por finalidade acelerar o processo de crescimento e transformar a China num país tão industrializado quanto a Inglaterra, em apenas 15 anos. Cerca de 650 milhões de chineses foram mobilizados para trabalhar na construção de rodovias, fábricas, cidades, diques e lagos, o que contribuiu para o surgimento de pequenas indústrias no interior do país. Cooperativas agrícolas foram fundidas e transformadas em unidades produtivas maiores, as chamadas *comunas populares* que se tornavam unidades autossuficientes, desenvolvendo atividades agropecuárias, industriais, comerciais, administrativas e educacionais. Cada comuna era formada por cerca de 20 mil pessoas e tinha metas preestabelecidas para cumprir. O Grande Salto, contudo, foi um fracasso, pois os objetivos fixados pelo governo eram excessivamente ambiciosos. A produção agrícola se desorganizou e milhões de pessoas morreram de fome e exaustão.
3. A Revolução Cultural (1966-1976) foi um movimento liderado por Mao Tsé-tung, que retornou à Presidência da China em 1966, após ter abandonado o poder em 1959. Mao contou com o apoio de milhões de jovens que compunham a Guarda Vermelha. Essas pessoas perseguiram as autoridades do Partido Chinês e todos aqueles acusados de defender valores burgueses, como intelectuais e pessoas comuns. Durante este período, muitos acusados eram humilhados publicamente, enviados para campos de reeducação e até executados. Assim, a Revolução Cultural fortaleceu o poder de Mao Tsé-tung.
4. Esta crise refere-se às divergências político-ideológicas entre os governos da China e da União Soviética. Um dos motivos da crise foi o receio dos soviéticos de transferir conhecimentos na área nuclear para os chineses, que desejavam fabricar a bomba atômica. Apesar da resistência soviética, a China testou sua primeira bomba em 1964 e produziu, três anos depois, a bomba de hidrogênio. Entretanto, a maior fonte de divergências entre as duas nações foi a política de “coexistência pacífica” de Krushev, que enfatizava a importância das negociações diplomáticas com os Estados Unidos e dava menos apoio aos movimentos de libertação nacional na África, Ásia e América Latina. Na concepção chinesa, a ênfase deveria ser dada para apoiar as revoluções e combater o imperialismo norte-americano. A crise levou ao rompimento entre os dois regimes comunistas, em 1960, com a retirada dos consultores soviéticos do território chinês.
5. O início da Revolução Cubana remonta a 1953, quando Fidel Castro liderou um grupo de 120 pessoas e tentou tomar de assalto o quartel de Moncada, na cidade de Santiago de Cuba. O movimento fracassou, Fidel ficou preso até 1955, quando foi anistiado pelo presidente Fulgêncio Batista. Ao ser libertado, foi para o México, onde conheceu o médico argentino Ernesto Che Guevara. Os dois organizaram um grupo de 72 homens armados e, em 1956, desembarcaram em Cuba dispostos a derrubar o governo de Batista. Atacados no desembarque, os 12 sobreviventes se refugiaram nas florestas de Sierra Maestra, onde começaram a organizar um amplo movimento de guerrilha, com o apoio da população camponesa e a adesão de grupos de resistência urbana. Em 1959, o movimento chegou ao poder e derrubou o governo de Batista. Sob liderança de Fidel, o governo revolucionário desapropriou os grandes latifúndios, distribuiu terras entre os camponeses e nacionalizou as grandes empresas, muitas delas de origem norte-americana. Em 1961, o governo assumiu publicamente o caráter socialista da Revolução Cubana. Muitos opositores foram mortos ou fugiram para o exílio nos Estados Unidos.
6. A reação norte-americana foi rápida e brutal. Na Bolívia, agentes da CIA deram treinamento aos militares que, em outubro de 1967, capturaram e mataram Che Guevara. No Chile, os Estados Unidos participaram ativamente do golpe que derrubou o governo socialista de Salvador Allende. Na Nicarágua, o governo norte-americano desembolsou cerca de 14 milhões de dólares entre 1975 e 1978 como ajuda militar ao ditador Anastácio Somoza que combatia as forças guerrilheiras de perfil socialista. O governo dos Estados Unidos também apoiou governos que perseguiram movimentos de esquerda, como no Brasil durante a ditadura militar.
7. A Revolução Sandinista foi a luta da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) para derrubar a ditadura de Anastácio Somoza na Nicarágua. No início da década de 1960, a Nicarágua era governada pela família Somoza, que controlava o país desde 1936. Em 1962, grupos de esquerda lidera-

dos pelo marxista Carlos Fonseca criaram a FSLN, que adotou a estratégia de guerrilhas para lutar contra a ditadura. A Frente Sandinista assumiu o poder em 1979, quando iniciaram grandes mudanças socioeconômicas: a reforma agrária, o combate ao analfabetismo, a melhoria da saúde pública, a nacionalização dos bancos e companhias de seguro. Estas transformações provocaram um crescimento econômico de 7% em menos de dois anos. Na política externa, o governo da Nicarágua aproximou-se de Cuba e da União Soviética. Em 1981, o governo norte-americano, sob a chefia de Ronald Reagan, passou a financiar grupos paramilitares antissandinistas, conhecidos como “*contras*”, a combater o regime de esquerda nicaraguense. Teve início uma guerra civil que se intensificou depois de 1984, quando Daniel Ortega foi eleito presidente. Em 1986, veio a público o esquema de financiamento do governo norte-americano aos *contras*. O escândalo obrigou os Estados Unidos a diminuir sua influência na região. No ano seguinte, um acordo de paz pôs fim aos conflitos, mas os anos de guerra civil haviam arrasado a economia do país. Em 1990, Ortega foi derrotado nas eleições.

Interpretando DOCUMENTOS

1. O tema central do cartaz é a necessidade de preparação para a guerra, especialmente a guerra contra o “imperialismo”. Este tema pode ser observado nas frases de Mao Tsé-tung desenhadas nos quadros da parede e parte inferior do cartaz. Na cena descrita, um grupo de homens e mulheres participam de uma reunião, na qual um homem em pé parece comandar. Além das fardas, pode-se observar também na postura e no semblante de todos a atitude de seriedade e disposição que o tema da guerra exige. Finalmente, no fundo do cartaz, atrás da janela, ocorre um treinamento militar, com um grupo de homens em fileiras empunhando armas e realizando atividades físicas.
2. O chamado “culto à personalidade” era uma estratégia política utilizada especialmente por Stalin e Mao Tsé-tung para centralizar o poder, fundindo a figura do líder político ao Estado e ao Partido. Dessa forma, estes líderes eram representados praticamente como “super-homens”, com poderes para conduzir o país ao futuro e dotados de uma inteligência superior que deveria ser respeitada e obedecida. No cartaz, vários elementos contribuem para esta valorização excessiva do líder: o quadro na parede com a foto de Mao Tsé-tung, as frases na parede e na parte inferior do cartaz são de sua autoria. Finalmente, sobre a mesa, pode-se observar dois livros vermelhos pequenos, numa clara referência ao chamado “Livro Vermelho” de Mao Tsé-tung, uma coletânea de citações do pensamento de Mao que serviu de fundamento ideológico do Estado chinês, especialmente durante o período da Revolução Cultural.

Hora DE REFLETIR

O que está no cerne desta atividade é a desconstrução da ideia da violência como única (ou primeira) saída para a solução de conflitos. Embora algumas análises critiquem o que chamam de “ineficiência” do pacifismo quando os adversários não atuam

com a mesma ética, espera-se que os alunos entrem em contato com as propostas de movimentos ou Organizações Não Governamentais que tenham o pacifismo como bandeira.

A Unesco chegou a declarar o ano 2000 como o “Ano Internacional por uma cultura de paz”. Esse órgão da ONU define a cultura de paz “como um conjunto de valores, tradições, comportamentos e modos de vida fundados sobre uma série de aspectos, como o respeito à vida, ao princípio de soberania, aos direitos humanos, à promoção da igualdade entre homens e mulheres e à liberdade de expressão; o compromisso de resolver pacificamente os conflitos; os esforços desenvolvidos para responder às necessidades planetárias; a promoção do desenvolvimento entre os povos” (Unesco. *Culture of Peace: what is it?* In: <www3.unesco.org/iycp/uk/uk_sum_cp.htm>. Acesso em: 15 jan. 2013). Os pacifistas, portanto, não se manifestam hoje somente contra as guerras. Entre suas ações estão passeatas em prol da igualdade entre homens e mulheres e o boicote a produtos de empresas que usam o trabalho infantil ou maltratam animais, entre outros exemplos.

capítulo 13

A independência da África e da Ásia

Conteúdos e procedimentos sugeridos

No século XIX, a África e a Ásia foram colonizadas por vários países europeus. O capítulo 13 trata da luta pela independência dos países desses continentes e de seu processo de reconstrução no século XX.

Para iniciar a discussão podem ser propostos alguns questionamentos: Quais são as últimas notícias ou informações sobre a África ou a Ásia? A qual(is) país(es) se referem? Que impressão, positiva ou negativa, essas informações causam?

O mapa *A independência da África* (página 153), além de fornecer informação sobre a época em que ocorreram as independências dos vários países africanos, evidencia o problema das fronteiras entre eles: as linhas retas evidenciam as fronteiras traçadas em função dos interesses europeus, sem considerar os diferentes povos habitantes dessas regiões.

O texto do boxe *Túsis e hutus* (página 156), que trata da gênese do conflito entre esses dois povos, permite um aprofundamento sobre os problemas pós-independência. Já o texto e a atividade da seção *Interpretando documentos* (página 160), que trata da guerra civil em Serra Leoa e da utilização de crianças na guerra, possibilita uma discussão sobre as estratégias de manipulação das pessoas, independentemente da idade, com a intenção de acirrar as rivalidades entre as diferentes etnias. As crianças assim envolvidas nos conflitos acabam duplamente vitimadas pela guerra, pois, além de perderem seus familiares, perdem também sua infância, quando não a própria vida. Esse texto permite, ainda, discutir o conceito central da Unidade – *Violência* – ao tratar não só da violência física dos combates, responsáveis pela mutilação corporal, mas também da violência psicológica a que as crianças (e a população civil como um todo) são submetidas.

Assim como ocorreu na África, também na Ásia a independência foi conquistada ora pela via armada, ora por meios

pacíficos. Em oposição ao uso de armas como forma de resistência à ocupação inglesa, os indianos optaram pela não violência e pela desobediência civil, que consistia em não reconhecer e desobedecer sistematicamente a algumas leis inglesas impostas aos indianos. Esse tema permite também aprofundar o debate sobre o conceito da Unidade, *Violência*, no caso pela sua não utilização.

Uma vez independentes e tendo resolvido parcialmente os problemas de fronteiras, os países de ambos os continentes passaram a se ocupar com o processo de reconstrução. Os textos dos boxes *Os chineses na África* (página 154) e *As contradições de um país* (página 159) tratam desse processo, tanto na África quanto na Ásia, apontando não só para os avanços alcançados, mas também para os novos problemas a serem enfrentados por essas nações.

Finalmente, a seção *Enquanto isso...* (página 159), com o texto *A igualdade de direitos civis*, aborda a situação de violência a que os negros estadunidenses viviam no mesmo período em que se desenvolvia o processo de independência nesses continentes. A atividade *Sua opinião*, no mesmo box, trata da situação de preconceito e discriminação em que viviam (e vivem) os negros no Brasil, possibilitando uma crítica da situação brasileira, apesar da inexistência de leis segregacionistas.

Sugestões de leitura

HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na sala de aula: visita à história contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2005.

PARTHA, Chatterjee. *Colonialismo, modernidade e política*. Salvador: Editora da EDUFBA, 2004.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz. *A Revolução Sul-africana*. São Paulo: Unesp, 2012.

VISENTINI, Paulo Fagundes. *As Revoluções Africanas*. São Paulo: Unesp, 2012.

Sugestões de sites

União Africana – Site da União Africana, entidade que reúne todos os países do continente. Disponível em: <www.au.int/en/>. Acesso em: 14 jan. 2013.

Child Soldiers International – Site da entidade internacional que trabalha pelo fim do recrutamento de crianças no mundo. Disponível em: <www.child-soldiers.org/index.php>. Acesso em: 14 jan. 2013.

Biblioteca Nacional de Lisboa – Página da Biblioteca Nacional de Lisboa sobre o fim da ditadura em Portugal, em 1974. Disponível em: <<http://purl.pt/94/1>>. Acesso em: 14 jan. 2013.

Tútsis e hutus

De olho no mundo

Segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (Acnur), órgão ligado à ONU, são consideradas refugiadas as pessoas que se encontram fora do seu país por causa de “fundado temor de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, opinião política ou participação em grupos sociais, e que não possa (ou não queira) voltar para casa”. Em outras palavras, pessoas que se deslocaram forçosamente da sua região de origem para outra (no mesmo país) ou para fora do país. Ainda conforme o Acnur, outras definições foram acrescentadas, ao longo das últimas décadas, ampliando a noção para indivíduos que deixaram o país

devido a conflitos armados, violência generalizada, violação massiva dos direitos humanos ou ausência de oportunidades de trabalho. Existem, atualmente, no mundo cerca de 20 milhões de refugiados, dos quais cerca de 7 milhões são afegãos e palestinos. De acordo com a agência, a África e a Ásia são responsáveis por mais da metade dos refugiados do mundo. Apenas uma parcela reduzida destes refugiados é aceita em países ricos, enquanto a maioria fica em acampamentos próximos aos países de origem, sob a proteção da ONU e com a ajuda de ONGs. Mas, nestes campos de refugiados, as condições sanitárias são, geralmente, péssimas, os riscos de doenças endêmicas, de fome e de subnutrição são elevados. O texto abaixo, extraído do site do Acnur, oferece um subsídio sobre a complexidade do problema e de sua permanência na história das sociedades humanas:

A prática de conceder asilo em terras estrangeiras a pessoas que estão fugindo de perseguição é uma das características mais antigas da civilização. Referências a essa prática foram encontradas em textos escritos há 3 500 anos, durante o florescimento dos antigos grandes impérios do Oriente Médio, como o Hitita, o Babilônico, o Assírio e o Egípcio antigo.

Mais de três milênios depois, a proteção de refugiados foi estabelecida como missão principal da agência de refugiados da ONU, que foi constituída para assistir, entre outros, os refugiados que esperavam para retornar aos seus países de origem no final da Segunda Guerra Mundial. [...]

Desde então, o Acnur tem oferecido proteção e assistência para dezenas de milhões de refugiados, encontrando soluções duradouras para muitos deles. Os padrões da migração se tornaram cada vez mais complexos nos tempos modernos, envolvendo não apenas refugiados, mas também milhões de migrantes econômicos. Mas refugiados e migrantes, mesmo que viajem da mesma forma com frequência, são fundamentalmente distintos, e por esta razão são tratados de maneira muito diferente perante o direito internacional moderno.

Migrantes, especialmente migrantes econômicos, decidem deslocar-se para buscar melhores condições de sobrevivência para si mesmos e para suas famílias. Já os refugiados necessitam deslocar-se para salvar suas vidas ou preservar sua liberdade. Eles não possuem proteção de seu próprio Estado e de fato muitas vezes é seu próprio governo que ameaça persegui-los. Se outros países não os aceitarem em seus territórios e não os auxiliarem uma vez acolhidos, poderão estar condenando estas pessoas à morte ou a uma vida insuportável nas sombras, sem sustento e sem direitos.

Fonte: Disponível em: <www.acnur.org/t3/portugues/a-quem-ajudamos/refugiados>. Acesso em: 15 jan. 2013.

Professor, um excelente material de apoio pode ser encontrado no livro *Êxodos*, do fotógrafo Sebastião Salgado (publicado pela Companhia das Letras, em 2000). O livro registra em fotografia os principais processos de migração forçada no final do século XX.

A igualdade de direitos civis

Sua opinião

Resposta pessoal. A pergunta tem por objetivo levar o aluno a refletir sobre formas camufladas de preconceito existentes em nossa sociedade. São exemplos dessas práticas o uso de expressões racistas no linguajar, a desconfiança que algumas pessoas apresentam em relação aos negros, as dificuldades dos negros em ascender profissionalmente, etc.

É possível ao aluno até mesmo discordar da existência do racismo camuflado no âmbito da comunidade em que ele próprio vive. É importante ressaltar que já existe legislação penal sobre o assunto e que mudar a mentalidade é um processo complicado e lento. Políticas de ação afirmativa podem ser parte da solução, mas dependendo da região do país e dos valores da comunidade, podem ser também contraproducentes.

Organizando AS IDEIAS

1. O crescimento econômico originário do processo de colonização da África e da Ásia provocou o surgimento de uma incipiente classe de comerciantes que passaram a enviar os filhos para estudar na Europa. Quando retornavam para suas terras traziam novas ideias de liberdade e independência do país, e frequentemente a influência do socialismo. Ao mesmo tempo, a participação de africanos e asiáticos nos contingentes militares da Segunda Guerra Mundial contribuiu para uma valorização dos povos colonizados. Com o fim da guerra e as suas economias arrasadas, as potências europeias estavam sem condições de defender suas colônias diante da pressão dos Estados Unidos e da União Soviética que defendiam, por interesses econômicos e estratégicos, a “autodeterminação dos povos”. Em 1945, o 5º Congresso Pan-Africano realizado na Inglaterra fortaleceu os movimentos nacionalistas, especialmente aqueles influenciados pelas ideias socialistas.
2. No norte da África, movimentos nacionalistas da Tunísia, do Marrocos Francês e da Argélia se rebelaram contra a metrópole, entre 1952 e 1954. Após alguns anos de luta, a Tunísia e o Marrocos se tornaram independentes em 1956. Na Argélia, porém, a guerra só terminou em 1962, com o triunfo da *Frente de Libertação Nacional* (FLN) argelina. A via pacífica foi utilizada na emancipação da Guiné, em 1958, e na década de 1960 a França abandonou pacificamente a colonização da África Equatorial Francesa, região que deu origem a países como Senegal, Mali, Chade, Mauritânia, Burkina Fasso e Costa do Marfim. Também na década de 1960 ocorreu a independência de Camarões, na região equatorial, e de Madagascar, no litoral da África oriental.
3. A Inglaterra procurou adotar uma política de descolonização controlada, garantindo a emancipação das colônias pela via pacífica. Veio assim, pela via pacífica, a emancipação de diversas colônias britânicas: Costa do Ouro (atual Gana, 1957), Sudão (1956), Nigéria (1960), Serra Leoa (1961), Quênia (1963), Zâmbia (antiga Rodésia do Norte, 1964), Gâmbia (1965), entre outras. Este modelo permitiu aos ingleses, incorporar a maioria das ex-colônias à *Comunidade Britânica das Nações*, organismo criado em 1930 exatamente com o objetivo de reunir as antigas colônias inglesas e preservar os interesses da Grã-Bretanha.
4. A guerra pela separação da Biafra, liderada por Odumegwu Ojukwu, em 1967, foi resultado das lutas do povo da etnia ibo. Situações como essa ocorreram em diversos países africanos após a emancipação, pois as fronteiras entre as colônias tinham se constituído de modo arbitrário pelos países europeus. Assim, a mesma colônia passou a abrigar etnias diferentes e tradicionalmente rivais. No processo de emancipação, as rivalidades étnicas eclodiram provocando, em algumas regiões, guerras civis violentas. Além disso, a simples independência política não poderia resolver de uma só vez os grandes problemas da África, muitos deles gerados pelo tráfico de escravos e pelo colonialismo, que levaram à desarticulação das economias tradicionais e a sua vinculação à monocultura voltada para o mercado externo.
5. Portugal se recusou a negociar pacificamente a independência de suas colônias. Os movimentos nacionalistas, a partir de 1961, adotaram a luta armada e a estratégia da guerrilha para conquistar a independência. Em Cabo Verde e Guiné Bissau, o movimento foi liderado pelo marxista Amílcar Cabral (1924-1973); em Moçambique, por Eduardo Mondlane (1920-1969), fundador da *Frente de Libertação de Moçambique* (Frelimo), também de orientação marxista. Em Angola, o movimento emancipacionista dividiu-se em três facções: o *Movimento Popular de Libertação de Angola* (MPLA), de orientação marxista; a *Frente Nacional para a Libertação de Angola* (FNLA), anticomunista, e a *União Nacional para a Independência Total de Angola* (Unita), maoísta e, posteriormente, anticomunista. As guerras contra Portugal se prolongaram até 1974, quando um movimento de jovens oficiais das Forças Armadas portuguesas derrubou a ditadura de Marcelo Caetano e assumiu o poder. Era a *Revolução dos Cravos*, movimento pelo retorno à democracia que também reconheceu a independência de suas colônias africanas. No entanto, em Angola, o líder da MPLA, Agostinho Neto, assumiu a Presidência, provocando o descontentamento dos outros grupos guerrilheiros. A FNLA seria extinta nos anos 1970, mas a Unita passou a combater o MPLA, dando início a uma guerra civil que terminou apenas em 2002, com a assinatura de um acordo de paz e um saldo de mais de 1 milhão de mortos.
6. A África do Sul surgiu sob a colonização de holandeses e ingleses. Quando se tornou independente, em 1931, a minoria branca de origem holandesa, os *africâners* (ou *bôeres*), exercia o domínio político sobre diversas etnias negras. Desde 1911, eles haviam aprovado um conjunto de leis restringindo os direitos da maioria negra, que fundou um partido, o *Congresso Nacional Africano* (CNA), para defender seus direitos. A partir de 1948, a situação piorou, quando se instituiu o *apartheid* (separação, em africâner), uma política segregacionista que impedia o acesso de negros à posse de terras, à participação política, a áreas

ou serviços (como praias, ônibus, escolas) e proibia o casamento entre brancos e negros. Em 1960, durante um protesto pacífico, 67 negros foram massacrados pela polícia. O CNA foi declarado ilegal e seu líder, Nelson Mandela, preso e condenado à prisão perpétua. Na década de 1970, a mobilização da comunidade internacional contra o regime segregacionista começou a fazer efeito: o país foi expulso da Comunidade Britânica, submetido a sanções políticas e econômicas pela ONU e os atletas sul-africanos foram impedidos de participar de competições internacionais. Em 1990, sob forte pressão externa e interna, o presidente Frederik de Klerk libertou Mandela e legalizou o CNA. Aos poucos, o novo governo revogou as leis do *apartheid*. Em 1994, com o fim da segregação, Nelson Mandela foi eleito presidente da África do Sul.

7. A península da Indochina era controlada pela França, mas durante a Segunda Guerra Mundial a região foi ocupada pelo Japão. Para expulsar os japoneses, uma guerrilha de orientação socialista se formou sob liderança de Ho Chi Minh, que proclamou, em 1945, a independência da *República Democrática do Vietnã*, no norte da Indochina. Mas, a França – que voltou a ocupar a região com o fim da guerra – não aceitou a emancipação do Vietnã, iniciando uma guerra de reconquista do território que durou até 1954, quando os franceses foram definitivamente derrotados. Quatro países independentes surgiram então na região: Vietnã do Norte (comunista), Camboja, Laos e Vietnã do Sul.
8. A luta pela independência foi liderada por *Mahatma Gandhi*, que se utilizou de estratégias de não violência para se opor ao domínio britânico. O início desta luta ocorreu em 1919, quando uma greve geral mobilizou milhões de pessoas contra a dominação inglesa. Depois da Segunda Guerra Mundial, a grande pressão popular associada à crise econômica conduziu muitos ingleses a defender a emancipação indiana. A partir de 1945, sob comando do Partido Trabalhista, o governo inglês iniciou a retirada de sua antiga colônia, mas aceitou a proposta da Liga Muçulmana, que impôs a divisão da região em dois países, a Índia, de maioria hindu, e o Paquistão, de população muçulmana.

Interpretando DOCUMENTOS

1. O narrador conta que ao receber a AK-47 (um fuzil-espingarda fabricado na Rússia e extremamente utilizado em guerrilhas de todo o mundo) tinha as mãos trêmulas e estava tão assustado que não conseguia olhar para a arma. Ele carregava uma arma pela primeira vez e sua única lembrança anterior referia-se às brincadeiras de criança, quando brincava com armas de bambu.
2. O cabo sugere às crianças-soldados que os inimigos (simbolizados pelas bananeiras) haviam matado seus pais, sua família e eram responsáveis por tudo o que lhes aconteceu. No entanto, ele não explica o contexto histórico em que isto poderia ter acontecido. Pelo contrário, baseando-se apenas nestas ideias vagas, ele começa a desferir golpes de baioneta na bananeira, gritando que ele furaria o pescoço do inimigo e arrancaria o coração e os olhos do inimigo. Isto

estimularia o ódio nas crianças, mesmo que não tivessem clareza efetiva sobre quem eram os inimigos ou sobre quem havia matado seus familiares. Este tipo de conflito, sugerido pelo cabo, refere-se aos inúmeros confrontos entre grupos guerrilheiros que lutavam pelo poder de um determinado Estado. Em geral, cada grupo era constituído por etnia rival que havia sido excluída do poder ou se sentia prejudicada com o governo do país. São exemplos destes confrontos, a luta entre tutsis e hutus em Ruanda e a luta pela separação de Biafra, na Nigéria. Também havia guerras civis de cunho ideológico, como a luta em Angola entre a Unita (União Nacional para a Independência Total de Angola) e o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), respectivamente, de tendência capitalista e socialista.

3. Resposta pessoal. Alguns dados merecem ser lembrados para refletir sobre o assunto com a classe. Existiam cerca de 300 mil crianças-soldados em todo o mundo, em 2005, segundo o Alto Comissariado da ONU para Refugiados (Acnur). Os países que concentram o maior número de crianças-soldado são Myanmar (antiga Birmânia), a República Democrática do Congo, Chade e Tailândia. Mas também há recrutamento de jovens entre 16 e 17 anos em países ricos, como Austrália, Estados Unidos, Áustria e Reino Unido, que, portanto, recebem treinamento militar antes dos 18 anos, idade mínima adequada segundo os organismos internacionais, como o Unicef. Uma vitória importante foi a criação da Corte Especial de Serra Leoa, em 2004, que considerou o recrutamento ou o uso de crianças-soldados com menos de 15 anos como crime de guerra sob a Lei Internacional.

Fonte: <<http://www.comunidadessegura.org/pt-br/node/32751>>. Acesso em: 15 jan. 2013.

Hora DE REFLETIR

Resposta pessoal. O importante é o professor estar atento à capacidade de os alunos defenderem seus pontos de vista de forma coerente e com argumentos convincentes.

capítulo 14

Ditaduras latino-americanas

Conteúdos e procedimentos sugeridos

O capítulo 14 trata de dois processos distintos ocorridos na América Latina – o populismo e as ditaduras militares –, característicos, de modo geral, da primeira e da segunda metade do século XX, respectivamente.

No que se refere ao populismo, destaque especial é dado à crise mundial de 1929 e à instabilidade econômica e política decorrente disso.

Podem ser retomadas as informações do capítulo 10 a respeito de práticas populistas adotadas, a partir de 1930, pelo governo do presidente Getúlio Vargas, no Brasil. A análise do mural *Sonho de uma tarde dominical na Alameda Central*, de Diego Rivera, na seção *Olho vivo* (página 166), permite ainda a compreensão sobre algumas características do nacionalismo latino-americano, além de abordar também alguns aspectos culturais característicos da sociedade mexicana.

Se, em alguns casos, os regimes populistas reestruturaram a economia dos países latino-americanos promovendo sua industrialização, as desigualdades sociais mantiveram-se praticamente inalteradas. Essa característica tornou a região um território fértil para a disseminação de ideias comunistas. Como reflexo da Guerra Fria, surgida a partir da segunda metade do século XX, o avanço comunista na América Latina motivou o surgimento de uma implacável perseguição aos defensores dessas ideias e culminou na ascensão de regimes ditatoriais de direita em diversas nações latino-americanas.

Sugestões de leitura

PALERMO, Vicente; NOVARO, Marcos. *A ditadura militar argentina: 1976-1983*. São Paulo: Edusp, 2007.

MANEIRO, Maria (Org.). *América Latina hoje: conceito e interpretações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

Enquanto isso...

Maio de 1968, na França

Sua opinião

Resposta pessoal. É importante mostrar aos alunos a influência de tendências ideológicas como o anarquismo e o existencialismo no movimento de maio de 1968. Comente com os alunos que toda manifestação, mesmo que não ligada a um movimento, possui caráter político.

Organizando AS IDEIAS

1. O populismo se estabeleceu em muitos países da América Latina como produto de certas relações sociais e políticas, nas quais o exercício da democracia era substituído por relações pessoais entre a população, ou setores dela, e um chefe político que agia supostamente em nome do povo. O contexto político para esse fenômeno surgiu nos anos 1930 com a crise econômica de 1929, provocada pela queda da Bolsa de Nova York. Entre seus principais representantes podemos citar Lázaro Cárdenas, no México, Getúlio Vargas, no Brasil, José María Velasco Ibarra, no Equador, Jacobo Arbens, na Guatemala, e Juan Domingo Perón, na Argentina. Os governantes populistas costumavam dizer que estavam no poder para defender o “povo”. Este era tratado como um aglomerado homogêneo de pessoas, como se não houvesse divisões de classe ou grupos distintos. Utilizando uma linguagem nacionalista facilmente entendida pelo povo e marcada por críticas ao imperialismo e às oligarquias dominantes, os governantes populistas dirigiam-se diretamente à população, sem depender da mediação de partidos políticos.
2. A onda nacionalista experimentada na América Latina a partir do início do século XX atingiu diversas classes sociais e teve início no México, com a Revolução de 1910. De lá, repercutiu para outros países do continente. Um traço marcante desta onda era a rejeição às influências estrangeiras e a defesa da cultura e da arte latino-americanas (pintura, dança, música, culinária, literatura, etc.). Os nacionalistas também celebravam a mestiçagem entre brancos, negros e índios que deu origem à população do continente. No caso do México, a tradição dos povos asteca, a história nacional e a cultura popular foram as fontes de inspiração para diversos artistas. No Brasil, na segunda metade dos anos 1920, muitos modernistas começaram a exaltar as raízes nacionais e os tipos formadores da nossa nacionalidade, principalmente, o negro e o índio. Tempos depois, o carnaval e a música popular também foram incorporados oficialmente como símbolos nacionais pelo governo Vargas.
3. Até as primeiras décadas do século XX, a América Latina se caracterizava como uma região de economia baseada predominantemente no setor primário (atividades extrativas, mineração e agropecuária). Dessa forma, os países latino-americanos exportavam alimentos e minérios e importavam produtos industrializados da Europa e dos Estados Unidos. No entanto, com a quebra da Bolsa de Nova York, em 1929, as exportações latino-americanas caíram drasticamente, reduzindo sua capacidade de importar artigos manufaturados. Como forma de suprir a ausência destes produtos, alguns governos nacionais, como os do Brasil, México, Argentina e Chile adotaram políticas de estímulo à expansão da atividade industrial (política econômica conhecida como substituição de importações). Isso se manifestou por meio de investimentos diretos do governo ou de incentivos à iniciativa privada. Em tais países surgiram siderúrgicas, hidrelétricas, indústrias de bens duráveis, que promoveram mudanças importantes no perfil econômico dessas nações. Os países que investiram na industrialização distanciaram-se economicamente de nações como o Haiti, Honduras ou Equador, que continuaram com suas economias atreladas à exportação de produtos agrícolas.
4. Com o início da Guerra Fria, em 1947, o governo dos Estados Unidos passou a pressionar as lideranças latino-americanas no sentido de engajá-las no combate ao comunismo. A criação da Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1948, foi um dos resultados desta política. Sua carta de princípios afirmava que entre seus propósitos estava o de garantir a segurança do continente diante da ameaça de subversão comunista. O governo norte-americano apoiou várias ditaduras de direita no continente, como as de Rafael Trujillo, na República Dominicana, e a de Fulgêncio Batista em Cuba. Durante o governo de John Kennedy, foi criada a Aliança para o Progresso, programa que visava promover reformas sociais no continente, com o intuito de enfraquecer a influência dos movimentos de esquerda na região. Na década de 1960, o governo norte-americano também apoiou as diversas ditaduras militares de direita que se estabeleceram em países como o Brasil, Argentina e Uruguai e chegou a ter participação ativa no golpe que derrubou o presidente socialista Salvador Allende, em 1973.
5. As ditaduras militares na América Latina surgiram na década de 1960, como resultado da luta contra o comunismo e graças ao apoio dos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria. O primeiro golpe militar a instalar uma ditadura foi no Brasil, em 1964, e depois se seguiram outros regimes militares, na Bolívia, ainda em 1964, na Argentina, em 1966, no Peru, em 1968, no Panamá, em 1968, no Uruguai e no Chile, ambos em 1973. De modo geral, foram regimes autoritários e violentos que tratavam a oposição através da repressão po-

licial que perseguia, prendia, torturava e muitas vezes assassinava membros da oposição ou suspeitos de terem ligações com ela. No Chile, por exemplo, foi tão elevado o número de presos políticos que nos primeiros dias do regime militar eles foram presos e conduzidos para um estádio de futebol e milhares deles foram fuzilados, enterrados em covas coletivas e dados como desaparecidos pelo próprio sistema de segurança do Estado.

- Os militares no poder tentaram promover a recuperação econômica de seus países, mas em alguns casos, como ocorreu no Brasil, essa preocupação levou à intervenção do Estado na economia, durante certo tempo, a altas taxas de crescimento econômico. Foi a época do chamado “milagre econômico”. No longo prazo, porém, as políticas adotadas pelos militares geraram graves crises econômicas e o aumento das desigualdades sociais. A recessão que se seguiu à crise do petróleo em 1973 abalou as ditaduras e, entre 1979 e 1990, treze países retornaram ao regime democrático, entre eles, Brasil, Argentina, Chile, Uruguai, Guatemala e Bolívia.
- O movimento de maio de 1968, na França, surgiu a partir de grandes manifestações estudantis que exigiam mudanças no sistema universitário. Duramente reprimidas pela polícia, as manifestações assumiram proporções mais amplas e se transformaram em um protesto generalizado contra o governo do presidente Charles de Gaulle. Operários, professores e outras categorias profissionais entraram em greve e diversas fábricas foram ocupadas pelos trabalhadores. De Gaulle decidiu dissolver a Assembleia e convocar novas eleições. A maioria da população, com receio de uma vitória da esquerda, votou nos candidatos gaullistas que conquistaram a maioria das vagas no Parlamento. Apesar de não terem conseguido derrubar o presidente, os jovens franceses viram suas ideias de transformação da sociedade se espalharem pelo mundo.

Hora DE REFLETIR

O objetivo da atividade proposta é fazer com que o aluno reflita a respeito da violência institucional no país e da confiança da população na ação da polícia. O ponto de partida é um relatório de 2004 da Anistia Internacional, segundo o qual a tortura é amplamente praticada pelos “agentes da lei” nas delegacias de polícia do Brasil. Entre os diversos fatores que contribuem para a perpetuação dessa prática estão a impunidade e o corporativismo. Uma das consequências dessa situação é o descrédito da população em relação à polícia. Uma pesquisa divulgada no Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2011 revela que 70% da população brasileira confia pouco ou quase nada nas polícias estaduais.

Professor, você pode encontrar excelentes subsídios para este debate no *site* do Observatório das violências policiais <www.ovp-sp.org>, acesso em: 15 jan. 2013. O Observatório analisa sistematicamente as práticas da polícia (militar e civil) do estado de São Paulo. Segundo dados apresentados pelo Observatório e pela pesquisadora Ângela Almeida, as estratégias de violência utilizadas contra presos políticos durante o regime militar estruturam, atualmente, as práticas da polícia militar contra a população pobre das periferias das grandes cidades.

capítulo 15

Brasil: anos de democracia

Conteúdos e procedimentos sugeridos

Esse capítulo aborda os anos, entre 1945 e 1964, em que o Brasil foi dirigido por governos eleitos de forma legítima pela população. Nesse período, houve certo desenvolvimento econômico e a capital do país foi transferida para Brasília. A relativa liberdade política, garantida pelo sistema democrático, em conjunto com o aumento da desigualdade social, propiciaram o crescimento das forças comunistas no país. Em 1964, um golpe militar implantou a ditadura no Brasil e a fase democrática de meados do século XX se encerrou.

O capítulo inicia-se com o fim do Estado Novo, em 1945, época em que o país voltou ao caminho da democracia: nova Constituição entrou em vigor e surgiram novos partidos políticos. O novo governo, do general Eurico Gaspar Dutra, abandonou a política intervencionista e nacionalista de Vargas em prol do liberalismo econômico. Entretanto, ao se alinhar à política anticomunista dos EUA, o governo brasileiro colocou o PCB novamente na ilegalidade (ver o *Texto complementar 2*, neste Manual, página 60).

A nova Constituição, que entrou em vigor em 1946, era mais democrática em vários aspectos, por exemplo, ampliava o direito de voto a todas as mulheres. No entanto, ela não atendia à solicitação da população negra para que o racismo passasse a ser considerado crime. A seção *Passado presente* (página 171), com o texto *O Teatro Experimental do Negro e a Constituição de 1946*, trata da trajetória de luta desse grupo de teatro.

Nas eleições de 1950, Vargas foi reeleito presidente e ao assumir o governo de forma democrática trouxe à tona mais uma vez a política nacionalista. No entanto, ao longo de seu mandato Vargas foi perdendo cada vez mais o apoio popular e, em meio a uma grave crise política, suicidou-se em 1954. Veja texto complementar adiante e o trecho selecionado do livro *Agosto*, de Rubem Fonseca, na seção *No mundo das letras* (página 180), possibilitam uma discussão sobre a construção de mitos na história e também sobre a disputa entre os partidos políticos UDN, PTB e PSD.

A seção *Patrimônio e diversidade* (página 176), sobre a cidade de Brasília e seu entorno, e o boxe *Anos dourados* (página 174) permitem compreender a euforia que tomou conta de vários setores do país durante a gestão do presidente Juscelino Kubitschek. Como contraponto a esse clima, o boxe *As Ligas Camponesas* (página 177) aborda a dura realidade de vida da população do campo, naquela época, e a atividade *De olho no mundo*, no mesmo boxe, permite aprofundar o conhecimento sobre a questão agrária nos dias de hoje.

O estudo sobre o golpe militar que pôs fim ao governo de João Goulart e implantou uma ditadura no Brasil possibilita debater o conceito central da Unidade – *Violência* –, com a atividade da seção *Hora de refletir* (página 181). Ao tratar do “monopólio do uso da violência” pelo Estado, a atividade incentiva os alunos a analisarem criticamente esse problema que afeta não só as ditaduras militares, mas também as democracias.

Texto complementar 1

Abaixo, trecho da carta-testamento, documento no qual Getúlio Vargas justifica seu suicídio.

Carta-testamento de Getúlio Vargas

Brasileiros

Mais uma vez, as forças e os interesses contra o povo coordenaram-se novamente e se desencadeiam sobre mim.

Não me acusam, insultam; não me combatem, caluniam – e não me dão o direito de defesa. Precisam sufocar a minha voz e impedir a minha ação, para que eu não continue a defender, como sempre defendi, o povo e principalmente os humildes. [...]

Tenho lutado mês a mês, dia a dia, hora a hora, resistindo a uma agressão constante, incessante, tudo suportando em silêncio, tudo esquecendo, renunciando a mim mesmo, para defender o povo que agora se queda desamparado. Nada mais vos posso dar a não ser meu sangue. [...] Meu sacrifício vos manterá unidos e meu nome será a vossa bandeira de luta.

Cada gota de meu sangue será uma chama imortal na vossa consciência e manterá a vibração sagrada para a resistência. Ao ódio respondo com o perdão. E aos que pensam que me derrotaram respondo com a minha vitória. Era escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna. Mas esse povo de quem fui escravo não mais será escravo de ninguém. Meu sacrifício ficará para sempre em sua alma e meu sangue será o preço do seu resgate. [...]

Eu vos dei a minha vida. Agora ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na história.

LAURENZA, Ana Maria de Abreu. *Lacerda x Wainer: o Corvo e o Bessarabiano*. São Paulo: Senac, 1998. p. 193-194.

Texto complementar 2

Em 1945, houve no Brasil um retorno ao regime democrático; porém, até o golpe de 1964, sua tônica foi a instabilidade. A dificuldade de lidar com as várias forças sociais e políticas fez com que, em alguns momentos, os governos fossem intolerantes e autoritários no trato com a oposição, como ilustra o fechamento do Partido Comunista Brasileiro durante o Governo Dutra. O trecho a seguir aborda esse fato.

Brasil: de Getúlio a Castelo

A mais implacável oposição a Dutra partia do Partido Comunista, que ressurgiu em 1945 como o mais forte partido comunista da América Latina. [...] Havia choques periódicos entre a polícia e os militantes comunistas. [...] Em maio de 1946, o governo de Dutra expurgou todos os funcionários públicos conhecidos como membros do Partido Comunista. Em agosto, o PCB foi presenteado com uma excelente oportunidade de fazer propaganda. O General Eisenhower, herói do teatro de guerra europeu, onde haviam lutado as tropas brasileiras, visitou o Rio de Janeiro. Numa recepção oficial, o líder da UDN, Otávio Mangabeira, deu um jeito de conseguir beijar a mão do

general americano. Os ultranacionalistas sentiram-se ultrajados, levantando uma tal onda que o assunto chegou a encapelar o Congresso que, finalmente, votou a favor da atitude de Mangabeira.

O Partido estava facilmente encontrando terreno fértil para suas atividades. Os preços subiram rapidamente e os comunistas se infiltravam com sucesso na liderança de muitos sindicatos. Conseguindo importante votação nas eleições de 1945, o partido parecia ter assegurada uma base de massas. As eleições estaduais suplementares para o Congresso, em janeiro de 1947, confirmaram essa suposição. O PCB manteve a sua posição como o quarto mais poderoso partido do país e acrescentou dois novos deputados, elevando o total a dezessete deputados e um senador, ao mesmo tempo elegia quarenta e seis membros em quinze legislaturas estaduais e dezoito na Assembleia do Distrito Federal, sendo assim a maior bancada da Câmara da capital brasileira. No Estado de São Paulo, o PCB chegou mesmo a substituir a UDN como terceiro partido na votação total.

Defrontado com essa crescente força, o governo de Dutra decidiu usar a repressão. Fora incluído na Constituição de 1946 um dispositivo legal mediante o qual os partidos “antidemocráticos” poderiam ser impedidos de participação aberta na política. A cláusula foi invocada pelos procuradores do governo e o PCB foi decretado fora da lei, por decisão judicial em 1947. Esta atitude foi apoiada, sem causar surpresa, pelo Exército, que havia sido um bastião da ideologia anticomunista oficial desde a revolução comunista, em novembro de 1935⁴³. Também havia sido apoiada pela maioria dos constitucionalistas liberais que acompanharam os padrões de 1935 a 37 e engoliram as dúvidas quanto a privar os “antidemocratas” dos seus direitos democráticos. Eles concordaram [...] que a militância dos comunistas, combinada com o alarmante crescimento de seus poderes eleitorais, poderia ser uma força realmente dissolvente. A supressão oficial do Partido Comunista coincidiu também com o início da guerra fria. Os anticomunistas brasileiros poderiam, portanto, encontrar no exterior uma pronta justificativa para os seus atos.

O governo de Dutra valeu-se dessas circunstâncias para derrubar os líderes trabalhistas da ala esquerda. A Confederação dos Trabalhadores do Brasil, esquerdista, organizada em 1946, foi declarada ilegal e o governo federal “interveio” em 143 sindicatos (num total de 944) “para eliminar os elementos extremistas”. [...]

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 92-94.

Sugestões de leitura

BAUM, Ana (Org.). *Vargas, agosto de 1954: a história contada pelas ondas do rádio*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Jango e o Golpe de 1964 na caricatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

NIEMEYER, Oscar. *Minha experiência em Brasília*. 4. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

VENTAPANE, Jaqueline. *O Brasil de João Goulart: um projeto de nação*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

⁴³ Nota dos autores: Sobre a Intentona Comunista, veja o capítulo 10.

As Ligas Camponesas

De olho no mundo

A violência no campo é um tema de relevância nacional que tem chamado a atenção de autoridades brasileiras, movimentos sociais e organismos internacionais.

Professor, você pode orientar os alunos a montarem um único painel cronológico com os dados obtidos pela pesquisa. É importante, no entanto, que eles compreendam que a violência no campo permanece um problema estrutural para a ampliação da democracia no Brasil. Para isto, eles precisam identificar não apenas o acontecimento (um conflito, um as-

sassinato ou mesmo um massacre), mas suas consequências: a existência ou não de investigação, os processos criminais, os julgamentos e, por fim, a condenação dos culpados. Os endereços abaixo podem ser um ponto de partida para aprofundar a reflexão com a classe ou mesmo para estabelecer os dados da pesquisa: o *site* da CPT, <www.cptnac.com.br>, o *site* da Rede Pesquisa e Ação sobre a Terra, <www.acaoterra.org>, o *site* do Centro de Mídia Independente <<http://prod.midiaindependente.org>>.

A tabela abaixo traz o balanço a respeito dos conflitos no campo entre os anos de 2002 e 2011.

Comparação dos Conflitos no Campo (2002-2011)

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Conflitos de Terra										
Ocorrências de Conflito	495	659	752	777	761	615	459	528	638	805
Ocupações/Retomadas	184	391	496	437	384	364	252	290	180	200
Acampamentos	64	285	150	90	67	48	40	36	35	30
Total Conf. Terra	743	1.335	1.398	1.304	1.212	1.027	751	854	853	1.035
Assassinatos	43	71	37	38	35	25	27	25	30	29
Pessoas Envolvidas	425.780	1.127.205	965.710	803.850	703.250	612.000	354.225	415.290	351.935	458.675
Hectares	3.066.436	3.831.405	5.069.399	11.487.072	5.051.348	8.420.083	6.568.755	15.116.590	13.312.343	14.410.626
Conflitos Trabalhistas										
Trabalho Escravo	147	238	236	276	262	265	280	240	204	230
Assassinatos	1		2		3	1	1		1	
Pessoas Envolvidas	5.559	8385	6.075	7.707	6.930	8.653	6.997	6.231	4.163	3.929
Superexploração	22	97	107	178	136	151	93	45	38	30
Assassinatos		2			1				1	
Pessoas Envolvidas	5.586	6.983	4.202	3.958	8.010	7.293	5.388	4.813	1.643	466
Total Conf. Trabalhista	169	335	343	454	398	416	373	285	242	260
Conflitos pela Água										
Nº de Conflitos	14	20	60	71	45	87	46	45	87	68
Assassinatos						2		1	2	
Pessoas Envolvidas	14.352	48.005	107.245	162.315	13.072	163.735	135.780	201.675	197.210	137.855
Outros *										
Nº de Conflitos				52	2	8			4	
Assassinatos										
Pessoas Envolvidas				43.525	250	3.660			4.450	
Total										
Nº de Conflitos	925	1.690	1.801	1.881	1.657	1.538	1.170	1.184	1.186	1.363
Assassinatos	43	73	39	38	39	28	28	26	34	29
Pessoas Envolvidas	451.277	1.190.578	975.987	1.021.355	783.801	795.341	502.390	628.009	559.401	600.925
Hectares	3.066.436	3.831.405	5.069.399	1.487.072	5.051.348	8.420.083	6.568.755	15.116.590	13.312.343	14.410.626

* Outros: Conflitos em Tempos de Seca, Política Agrícola e Garimpo. Em 2011 nenhum caso foi registrado.

1. Com o fim da ditadura do Estado Novo, surgiram pelo menos três novos partidos com forças significativas. A UDN (União Democrática Nacional) se organizou como oposição à herança varguista. Defensora dos princípios liberais, expressava também os interesses dos grandes proprietários de terra e da indústria aliada ao capital estrangeiro. O PSD (Partido Social Democrático) era formado por remanescentes do Estado Novo, como ex-interventores estaduais e controladores das máquinas político-administrativas do antigo regime. Designava-se como um partido de centro. Um pouco mais à esquerda no espectro político brasileiro, o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) surgiu valendo-se do apoio da estrutura sindical montada durante o governo Vargas. O partido procurava atrair as camadas populares dos grandes centros urbanos satisfeitas com a obra social e trabalhista do Estado Novo. Outra força política existente na época era o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que em 1947 foi considerado ilegal, tendo seus mandatos parlamentares no Congresso cassados.
2. Durante o governo Dutra, a política econômica foi pautada pelos princípios do liberalismo. Assim, o governo estimulou a entrada do capital estrangeiro e entregou o desenvolvimento do país à iniciativa privada. A constituição consagra as conquistas trabalhistas da década anterior, e assegurou às mulheres o direito de voto, mas manteve a restrição aos analfabetos, que compunham quase a metade da população brasileira.
3. O Teatro Experimental do Negro foi fundado em 1944 com a proposta de resgatar e afirmar os valores humanos e culturais dos afrodescendentes no Brasil por meio da arte, da educação e de outras iniciativas culturais. Durante a elaboração da Constituição de 1946, lideranças do TEN elaboraram documento pedindo aos parlamentares que aprovassem lei considerando o racismo crime de lesa-pátria. Embora a lei não tenha sido aprovada, a mobilização do TEN levou à aprovação da Lei Afonso Arinos, em 1951, que tipifica o racismo como contravenção penal. O TEN também organizava palestras e promovia aulas de alfabetização para os negros no Brasil. Além disso, estimulou a produção artística, ao montar peças de teatro com atores negros.
4. JK assumiu a Presidência tendo como mote de campanha o *slogan* "50 anos em 5", ou seja, ele prometia realizar em cinco anos de governo aquilo que outros presidentes levariam 50 anos para concretizar. Para tanto, ele se apoiava no chamado Plano de Metas, que previa a aplicação de vultosos recursos nas áreas de energia, transporte, indústria de base, educação e alimentação. Na verdade, apenas os três primeiros setores receberam a maior parte dos investimentos. Como resultado, em pouco tempo foram construídas usinas hidrelétricas e siderúrgicas e implantadas as indústrias automobilística e de construção naval. A maior parte dessas obras foi realizada no Sudeste. O resultado desse programa foi o aumento da produção industrial: entre 1957 e 1961 o PIB brasileiro cresceu a uma média de 7% ao ano. Com mais dinheiro no bolso, a classe média saiu às compras, aquecendo a economia brasileira. Entretanto, a construção de Brasília, no Planalto Central, promoveu o aumento da dívida externa brasileira e gerou *deficit* nas contas públicas. Para cobrir esse *deficit*, o governo passou a emitir papel-moeda em grande quantidade, provocando inflação: em 1959, o custo de vida no país aumentou quase 40%.
5. A expressão refere-se, em princípio, ao aumento do poder aquisitivo das classes médias e a ampliação do consumo de novos produtos. Essa prosperidade e o otimismo refletiram-se também no campo cultural, propagando uma onda de novas ideias e realizações nos mais variados campos do conhecimento. A construção de Brasília consolidou a base da arquitetura moderna; a bossa nova revolucionou a música da época misturando influências do samba e do jazz. O Cinema Novo exibiu as grandes contradições sociais do país, enquanto o teatro foi transformado pelas experiências de companhias como o *Teatro Brasileiro de Comédia* (TBC), o *Teatro de Arena*, o *Teatro Oficina* e o *Teatro Experimental do Negro*. Na mesma época, a televisão começou a popularizar-se no Brasil, surgiram emissoras nas grandes cidades, como a pioneira TV Tupi. Na literatura, *Grande sertão: veredas*, obra-prima de Guimarães Rosa, provocava grande impacto em 1956. E até no campo esportivo, os êxitos da seleção brasileira na Copa de 1958, na Suécia, e em 1962, no Chile, e a conquista do título mundial de boxe por Éder Jofre contribuíram decisivamente para aumentar o clima de otimismo e confiança no futuro.
6. O presidente Jânio Quadros renunciou sete meses depois de assumir o cargo e iniciou uma grave crise política. A Constituição definia que o vice-presidente, João Goulart (Jango), deveria assumir o cargo. Ex-ministro do Trabalho de Getúlio Vargas, Jango era visto por muitos como defensor do comunismo. Por isso, parlamentares da UDN, o alto comando das Forças Armadas e os grupos conservadores se opunham à sua posse. Por sua vez, o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, com o apoio do comandante do III Exército, general José Machado Lopes, ameaçava resistir caso Jango fosse impedido de assumir o cargo. O país esteve à beira de uma guerra civil. Para solucionar a crise institucional e política, o Congresso Nacional aprovou emenda à Constituição instaurando o parlamentarismo no Brasil. Desse modo, Jango seria empossado na Presidência, mas com poderes limitados, uma vez que as funções de chefe de governo ficariam nas mãos do primeiro-ministro. O parlamentarismo vigorou entre setembro de 1961 e janeiro de 1963, quando um plebiscito reconduziu o país ao regime presidencialista.
7. Ao assumir a Presidência em janeiro de 1963, Jango apresentou o Plano Trienal, um programa de governo pautado no combate à inflação, nas reformas sociais e na retomada do crescimento econômico e industrial brasileiro. Para efetivar esse Plano, Jango colocou em prática as chamadas Reformas de Base. Entre as principais medidas defendidas por Jango estavam a reforma agrária, o direito de voto aos analfabetos e aos militares de baixa patente, a nacionalização das empresas concessionárias de serviços públicos e o imposto progressivo (quanto maior a renda, mais alta a alíquota do imposto). Os grupos de esquerda, setores trabalhistas,

sindicatos, ligas camponesas e os movimentos estudantis apoiavam as medidas, mas os grupos conservadores faziam forte oposição às reformas propostas por Jango. Associações patronais, empresários, oficiais de alta patente das Forças Armadas, setores da alta hierarquia da Igreja católica, políticos de direita defendiam que Jango queria implantar o comunismo no Brasil. Em 13 de março de 1964, um grande comício na estação ferroviária Central do Brasil, no Rio de Janeiro, em apoio às reformas de base contou com 150 mil pessoas. No ato, Jango assinou decretos nacionalizando as refinarias de petróleo e anunciou a desapropriação de terras ao longo das ferrovias federais como medida política da reforma agrária. Em resposta, seis dias depois, a oposição levou à rua cerca de 500 mil pessoas numa passeata em São Paulo, conhecida como *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*. Sob liderança de empresários, representantes das classes médias urbanas e setores do clero, os manifestantes denunciavam o “comunismo” de Jango. Essa passeata representou o apoio político e social necessário para derrubar João Goulart. Em 31 de março de 1964, o chefe do estado-maior do Exército, general Castelo Branco, com o apoio do governo norte-americano, de lideranças udenistas, dos meios de comunicação, de empresários e de amplos setores das classes médias conduziu um golpe militar que destituiu Jango do poder.

No mundo DAS LETRAS

O velho virou santo

1. Vargas retomou as políticas de intervenção do Estado na economia para conter a crise agravada durante o governo Dutra. Entretanto, o custo de vida continuava aumentando e os movimentos sociais demonstravam publicamente seu descontentamento. Em meados de 1952, surgiram diversos protestos contra a carestia; no ano seguinte, uma greve geral mobilizou 300 mil trabalhadores em São Paulo e no Rio de Janeiro. Vargas nomeou João Goulart, mais conhecido como Jango, para o Ministério do Trabalho e, em 1954, aumentou em 100% o valor do salário mínimo. Essas medidas provocaram enorme descontentamento entre empresários e chefes militares. O deputado oposicionista Carlos Lacerda, proprietário do jornal *Tribuna da Imprensa*, lançou uma agressiva campanha contra Vargas e seus auxiliares, acusando-os de corrupção. Em 5 de agosto de 1954, um atentado contra Lacerda resultou na morte de seu segurança, um major da Aeronáutica. As investigações conduziram ao mandante do crime, o guarda-costas de Vargas, Gregório Fortunato, o *Anjo Negro*. A crise política agravou-se terrivelmente e os parlamentares da UDN passaram a exigir a renúncia de Vargas, que respondeu à crise com o seu suicídio.
2. No carnaval de 1951, uma marchinha de carnaval fez sucesso com o tema do retorno de Getúlio Vargas à Presidência da República. A canção dizia “Bota o retrato do velho outra vez/Bota no mesmo lugar”. Ou seja, em 1945, com o fim do governo de Vargas, a população havia retirado o quadro com a foto de Getúlio Vargas da parede. Ao reassumir a Presidência, em 1951, o quadro voltaria a ser colocado. O

ato de pôr e retirar o quadro da parede pode ser entendido como uma metáfora do apoio ou falta de apoio da população em relação ao governo de Getúlio Vargas. Dessa forma, quando o personagem de Rubem Fonseca afirma que o povo já havia retirado o quadro da parede, quer dizer que, naquele ano de 1954, a população brasileira já não apoiava mais Vargas, por causa da série de denúncias em torno de seu nome. O personagem reconhece, no entanto, que, ao suicidar-se, a situação inverteu-se e Getúlio Vargas passaria a ser visto como um “santo”, dando a entender que, com o suicídio, a figura de Vargas passaria a ser vista por muitos como um mártir.

3. Apesar de suas singularidades, podemos dizer que fenômenos semelhantes parecem ainda ocorrer nos dias de hoje. Na história recente do Brasil, tivemos alguns casos em que a morte de personalidades públicas geraram um processo de grande comoção nacional. Foi assim, por exemplo, com a morte do presidente Tancredo Neves (1985), cuja agonia no hospital foi acompanhada diariamente por grande parte da população; ou a morte do piloto Ayrton Senna (1994), cujo enterro levou mais de um milhão de pessoas às ruas para acompanhar o cortejo fúnebre.

Professor, é preciso atentar para esses processos de construção de imagem de figuras públicas nos dias de hoje. Essas imagens são usadas por outros políticos que tentam, ao fazer boa imagem de um partidário do passado, parecer como herdeiros ideológicos de entes mitificados de outrora. Além disso, muitas vezes, a construção imagética e simbólica de dadas figuras feitas pela população pode ser lida como um ato inconsciente de crítica ao presente e idealização do passado; um passado que, necessariamente, não se efetivou, mas que reflete os anseios e os desejos de um povo carente de um futuro melhor.

Hora DE REFLETIR

O conceito de “monopólio do uso da violência” relaciona-se ao aprofundamento do Estado de direito: à medida que o Estado se legitima como “árbitro” dos conflitos sociais e individuais, ele detém o controle da Justiça e, consequentemente, do uso da força. O sociólogo alemão Max Weber (1864-1920) foi responsável pela formulação mais completa desse princípio. Em termos práticos, significa que, nas sociedades modernas, o indivíduo agredido ou injustiçado por outro indivíduo não recorre à vingança pessoal, mas às instituições legais que lhe garantem o direito à justiça por meio de alguma forma de ressarcimento (financeiro ou moral) ou por intermédio da condenação daquele que lhe infringiu a agressão ou lhe provocou determinada injustiça. O tema é, portanto, complexo, pois envolve a legitimidade do Estado e suas atribuições como responsável pela segurança e o bem-estar público. No Brasil, um país de tradição escravocrata e marcado pelo autoritarismo, o Estado, mesmo nos momentos de democracia, costuma exceder no uso da violência, especialmente contra os grupos e indivíduos socialmente desfavorecidos. A ideia do senso comum que identifica as prisões como instituições para “pobres” – visto que os ricos “não são presos nem condenados” – ilustra essa situação históri-

ca. Se o Estado tem o monopólio da violência, deve exercê-lo com justiça e equilíbrio, garantindo sua legitimidade. Por outro lado, a ausência de Estado nas comunidades tradicionais, como as nações indígenas do Brasil, representou um controle muito mais expressivo dos níveis de violência, graças a regras sociais extremamente legítimas e tradicionais. O problema, no entanto, é que nas sociedades modernas não houve ainda experiências históricas sem a presença do Estado, nem sem a ação violenta praticada em nome do “bem comum”.

Professor, a reflexão não precisa conduzir a classe a uma resposta “correta”, mas a aprofundar as questões em torno desse problema. Seria oportuno que os alunos pudessem expressar suas ideias a partir da palavra-chave escolhida e que a classe pudesse questionar, cordialmente, a todos.

capítulo 16

O Brasil sob a ditadura civil-militar

Conteúdos e procedimentos sugeridos

Esse capítulo aborda um dos períodos mais conturbados da história recente do Brasil – a ditadura civil-militar, que se estendeu de 1964 a 1985.

Para iniciar, pode-se retomar as discussões do capítulo anterior sobre a justificativa – dada pelos militares e pelos setores civis que os apoiaram – de que o golpe militar foi a maneira encontrada para defender o país do comunismo, em franca expansão no Brasil (e em alguns outros países da América Latina também).

Esse longo período ditatorial não foi homogêneo: durante o governo de Castelo Branco, o poder esteve sob o controle da chamada “ala moderada do Exército”; posteriormente, com Costa e Silva e Médici, a linha dura assumiu o controle do país; depois, com Geisel e Figueiredo vimos o início do período de relaxamento, que culminou no fim do regime em 1985.

O governo ditatorial esteve apoiado por grupos militares e também por setores da sociedade civil. O boxe *A ajuda dos empresários à repressão* (página 187) trata do apoio financeiro dado por grandes empresários à repressão.

Ao longo de todos esses anos, a violência do regime se fez presente das mais variadas maneiras. A seção *Passado presente* (página 188), com o texto *Nas garras da ditadura*, por exemplo, trata de vários aspectos da repressão, abordando as torturas, prisões e mortes ocorridas ao longo do período. O texto trata ainda das informações sobre alguns desses mortos-desaparecidos políticos. Vale ressaltar o perfil variado dessas pessoas: de ambos os sexos, das mais variadas idades, profissões, grupos étnicos e sociais. Com base no texto, é possível perceber que, embora a ditadura tenha terminado em 1985, suas marcas estão presentes até hoje em nossa sociedade, suscitando ainda polêmicas e debates (ver *Texto complementar*, a seguir).

Além da violência física, a restrição às liberdades individuais é outro exemplo da violência praticada pelo regime militar. O boxe *Um país amordaçado* (página 185) trata da censura à imprensa e aos artistas que se opunham ao regime ditatorial. A atividade *De olho no mundo*, no mesmo boxe, incentiva o aluno a reconhecer, na atualidade, alguns personagens que, por meio da expressão artística, tentavam se libertar dessa forma de coerção.

A repressão violenta aos grupos que tentavam se organizar contra o regime ditatorial fez surgir movimentos de luta armada. A guerrilha do Araguaia foi um desses focos de resistência que se implantou na região onde hoje está o estado do Tocantins. A formação desse estado e as características culturais de sua população são tratadas na seção *Patrimônio e diversidade* (página 192).

Já o boxe *As greves que abalaram o regime* (página 191) trata da violência praticada contra os trabalhadores que, por meio da greve, não só lutavam por seus direitos trabalhistas, mas também faziam da greve um instrumento de resistência à ditadura. As diferentes formas de violência são o foco da atividade proposta na seção *Hora de refletir* (página 197), que também contribui para a análise dos documentos apresentados no fechamento da unidade.

Texto complementar

O texto a seguir trata do surgimento da Comissão dos Desaparecidos Políticos do Ministério da Justiça e o significado de seu trabalho no processo de consolidação da democracia no Brasil.

Geisel e Figueiredo e o fim do regime militar

A anistia brasileira promulgada em 1979 contemplava pessoas punidas por atos políticos entre 1961 e 1979. Não abrangia, contudo, todos os “crimes da oposição” – incluindo os dos militares que não aderiram ao golpe. Especificamente, não anistiava inicialmente os que fossem acusados de crime de morte. Também não reparava os casos de perda de emprego por motivos políticos, casos de perdas morais e de perdas de patentes de militares. Gradativamente esses itens foram sendo revisados pelos governos civis.

A anistia de 1979 também não reconhecia a questão dos desaparecidos, um dos temas mais delicados para os militares. A maior parte dos “desaparecidos” era composta por civis mortos em consequência da guerrilha rural na região amazônica, a guerrilha do Araguaia, que resultou na morte de cerca de 80 pessoas. O tema permaneceu em pauta até 4 de dezembro de 1995, quando o governo Cardoso sancionou a Lei nº 9.140. Essa lei instituía uma comissão vinculada ao Ministério da Justiça, incumbida de pesquisar e elencar as pessoas desaparecidas, em decorrência de participação, ou de acusação de participação, em atividades políticas classificadas de ilegais pela ditadura. A lei abrangia o período de 1961 a 1979, o mesmo período coberto pela Lei da Anistia. [...]

O tema era delicado, pois investigá-lo levaria obrigatoriamente a imputar responsabilidades, entre elas a de crime de ocultamento de cadáveres. E isso era o que as Forças Armadas não aceitavam. A saída vislumbrada pelo governo Fernando Henrique Cardoso foi reconhecer que havia desaparecidos, mas que a responsabilidade disso não recairia sobre a instituição militar, sobre o governo militar ou sobre seus executores diretos, mas sim sobre o Estado. O Estado brasileiro reconheceria que havia cidadãos mortos em decorrência de conflitos políticos, que seus cadáveres foram encobertos, dispunha-se a regularizar a situação legal dessas pessoas mortas e a amparar suas famílias. [...]

Foi isso o que providenciou a Comissão de Desaparecidos Políticos do Ministério da Justiça, composta por representantes de vários setores da sociedade e instituições brasileiras, inclusive por um representante das Forças Armadas. [...] O aspecto mais polêmico dessa comissão foi o de reconhecer Carlos Lamarca, um militar que desertara para aderir à guerrilha, como desaparecido político e, portanto, como vítima da repressão. [...] A comissão concluiu que a responsabilidade de sua morte coubera ao Estado, pois fora morto por forças policiais quando já havia sido capturado. [...]

Esse episódio foi, sem dúvida, um marco importante no processo de consolidação democrática no Brasil. Acatando essa decisão disciplinarmente, a corporação militar deu mostras de estar caminhando para uma posição de subordinação ao poder civil, característica dos militares nas democracias. [...]

De toda forma, grupos de direitos humanos ainda questionam a timidez do governo brasileiro, que apesar de indenizar vítimas e familiares não pediu desculpas às famílias das vítimas nem instituiu um processo de reparação que levasse à responsabilização dos culpados. Para alguns, o pacto do silêncio em relação à “guerra suja” permanece.

D'ARAÚJO, Maria Celina. Geisel e Figueiredo e o fim do regime militar. In: Diversos autores. *1964-2004: 40 anos do golpe*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2004. p. 99-101.

Sugestões de leitura

CARVALHO, Luiz Maklouf. *Mulheres que foram à luta armada*. São Paulo: Globo, 1998.

COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997.

COSTA, Caio Túlio. *Cale-se*. São Paulo: A Girafa, 2003.

FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. *Mulheres, militância e memória*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

MACIEL, Wilma Antunes. *O capitão Lamarca e a VPR: repressão judicial no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2006.

SACHETTA, Vladimir (Org.). *Os cartazes desta história: memória gráfica da resistência à ditadura e da redemocratização*. São Paulo: Instituto Vladimir Herzog/Escrituras, 2012.

SILVA, Haiké R. Kleber (Org.). *A luta pela anistia*. São Paulo: Unesp/Arquivo Público do Estado de São Paulo/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

VIANNA, Martha. *Uma tempestade como sua memória*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

Sugestão de site

30 anos da lei da anistia no Brasil – Site do Arquivo de Estado de São Paulo com sugestões de atividades para serem trabalhadas em sala de aula. Disponível em: <www.arquivo-estado.sp.gov.br/exposicao_anistia.php>. Acesso em: 16 jan. 2013.

Um país amordaçado

De olho no mundo

A atividade tem por finalidade refletir sobre a continuidade do trabalho de artistas e intelectuais que permanecem ativos no mundo contemporâneo. Dessa forma, os alunos podem compreender que o período da ditadura militar não está tão distante no tempo, como pode parecer para as novas gerações.

Professor, a classe pode ser dividida em pequenos grupos de pesquisa, com a distribuição dos nomes das personalidades artísticas entre cada grupo. Assim, na apresentação para a classe, pode-se ter uma visão mais ampla e variada. Pode-se também incentivar os alunos a elaborar apresentações a partir das obras artísticas pesquisadas. Assim, as músicas de Chico Buarque, por exemplo, podem ser cantadas pelo grupo, ou um trecho do livro de Ignácio de Loyola Brandão pode ser lido de um modo dramatizado e assim por diante. Se preferir, sugira aos alunos que selecionem também trechos das obras produzidas durante o regime militar, incentivando-os a discutir depois sobre as diferenças entre as produções artísticas do período e as atuais.

Organizando AS IDEIAS

1. A primeira medida autoritária foi o Ato Institucional número 1, o AI-1, de 9 de abril de 1964, decretado pelo Comando Supremo Revolucionário, a Junta Militar que passou a governar o país antes da indicação do novo presidente da República. O AI-1 estabeleceu as eleições indiretas para presidente, concedeu ao novo mandatário o direito de decretar estado de sítio sem aprovação prévia do Congresso, suspendeu temporariamente a estabilidade de todos os funcionários públicos e autorizou o governo a cassar mandatos de parlamentares e suspender os direitos políticos por dez anos, sem apelação judicial. Naquele contexto, o governo divulgou uma lista dos cem primeiros cassados pelo novo regime, perseguiu e prendeu centenas de pessoas, cassou direitos políticos e obrigou outras centenas a se exilar. Além disso, mais de 1 400 funcionários públicos foram afastados de seus cargos, diversos professores universitários foram aposentados compulsoriamente, sindicatos sofreram intervenção e a União Nacional dos Estudantes, declarada ilegal pelo governo militar, teve sua sede no Rio de Janeiro invadida e incendiada.
2. Os militares da ala moderada defendiam uma normalização da vida política e a devolução do poder aos civis depois de um breve período de governo autoritário, enquanto os de linha dura acreditavam que uma longa permanência dos militares no poder e uma repressão mais violenta aos opositores eram necessárias. A vitória da oposição nas eleições para governador, em 1965, enfraqueceu o poder de Castelo Branco, representante dos moderados, e aumentou a pressão dos linha-dura sobre o governo. Cedendo a essa pressão, Castelo Branco decretou o AI-2 que instituiu o bipartidarismo, extinguindo os demais partidos e enfraquecendo o Congresso Nacional. Em 1966, os linha-dura obtiveram dupla vitória: a primeira, a decretação do AI-3, que estabeleceu eleições indiretas para governadores e prefeitos de capitais de estado; a segunda, a vitória nas eleições indiretas para presidente, do general Artur da Costa e Silva. Além disso, ainda no governo de Castelo Branco, foi aprovada a Lei de Imprensa, que cerceava a informação e a Lei de Segurança Nacional, que restringia ainda mais as liberdades civis e possibilitava a cassação de deputados e o fechamento do Congresso. Com a posse de Costa e Silva, em março de 1967, a linha dura chegava efetivamente ao poder.

3. A oposição ao regime militar reuniu diversos segmentos da sociedade, como estudantes, trabalhadores, artistas e setores da Igreja católica, que intensificaram suas manifestações a partir de 1967. Em 1968, as manifestações se multiplicaram e a repressão também se intensificou. Em março, estudantes protestavam pela melhoria da qualidade da comida servida no restaurante universitário Calabouço, ligado à Universidade Federal do Rio de Janeiro. No choque com a polícia, um estudante, Édson Luís de Lima Souto, morreu baleado. No enterro do rapaz, mais de 50 mil pessoas estiveram presentes. O auge das manifestações ocorreu em junho daquele ano, quando cerca de 100 mil pessoas saíram pelas ruas do Rio de Janeiro em passeata pelo fim da ditadura no país. Entre os presentes encontravam-se políticos de oposição, intelectuais, religiosos, artistas e estudantes. Em outubro de 1968, os estudantes desafiaram mais uma vez a ditadura e organizaram clandestinamente o Congresso da UNE, em Ibiúna, na Grande São Paulo. O encontro foi descoberto pela polícia, que invadiu o local e prendeu centenas de estudantes. Os trabalhadores urbanos também protestavam com greves em Contagem (MG) e nas indústrias metalúrgicas de Osasco, em São Paulo, onde eclodiram as primeiras grandes greves desde o início da ditadura.
4. A guerrilha do Araguaia foi organizada por militantes do PCdoB que, a partir de 1968, começaram a se instalar na região do Araguaia, na Bacia Amazônica. Seus integrantes pretendiam derrubar o governo militar por meio das armas e implantar o socialismo no país. Em 1972, o movimento foi descoberto e o governo enviou tropas do Exército para combater os guerrilheiros. Depois de dois anos de ação, o Exército desarticulou a guerrilha, torturando, matando ou prendendo os cerca de 80 militantes que haviam se estabelecido na região conhecida como Bico do Papagaio. O movimento falhou devido à dificuldade encontrada em sensibilizar a maior parte da população local para a luta armada.
5. O Ato Institucional número 5, AI-5, decretado em dezembro de 1968, permitia ao presidente fechar o Congresso, legislar sobre qualquer assunto, intervir nos estados, aposentar funcionários públicos, suspender o *habeas corpus* para os chamados crimes políticos, entre outras medidas. O AI-5 também tornou mais rígida a censura à imprensa e à produção artística e editorial, estabelecendo uma espécie de “golpe dentro do golpe”. Com o endurecimento da ditadura, milhares de pessoas foram presas e torturadas e muitas seguiram para o exílio no exterior. Em resposta à violência do regime, muitos jovens decidiram abandonar os protestos pacíficos e ingressar na luta armada para tentar derrubar o governo.
6. Entre 1969 e 1974, o Produto Interno Bruto cresceu a uma taxa média de 11% ao ano, uma das maiores do mundo. Isso foi resultado dos elevados investimentos do governo em obras de infraestrutura, de expansão das exportações e do crescimento do mercado interno, favorecido pelas vendas a crédito. Por meio de empresas estatais o governo realizava investimentos para consolidar setores básicos da economia, como a área de telecomunicações e a geração de energia. Muitos desses recursos vinham de empréstimos obtidos a juros baixos em bancos estrangeiros. Durante esse período foram construídas obras de custos extremamente elevados, como a usina hidrelétrica de Itaipu e a ponte Rio-Niterói. Graças a uma política de facilitação do crédito, a classe média passou a adquirir automóveis, eletrodomésticos e outros bens de consumo. O milagre econômico começou a dar sinais de esgotamento a partir de 1974, quando os países capitalistas desenvolvidos entraram em crise em decorrência do aumento dos preços do petróleo imposto em 1973 pela Organização dos Países Produtores de Petróleo – Opep. Como resultado, as taxas de juros dos empréstimos internacionais obtidos pelo Brasil subiram, provocando o aumento da dívida externa e da inflação no país.
7. Durante o governo Geisel, a abertura política que devolveria o poder aos civis foi marcada por avanços e retrocessos, pois a força dos linha-dura ainda se fazia sentir no aparelho do Estado. Afinal, eles controlavam os principais órgãos de segurança. Os órgãos de repressão desafiavam a abertura, mantendo ativos os mecanismos de prisão e tortura de opositores. Em 1975, a execução do jornalista Vladimir Herzog e do metalúrgico Manuel Fiel Filho nas dependências do II Exército de São Paulo provocou protestos e manifestações públicas. Geisel demitiu o comandante do II Exército, o general D’Ávila Melo, e o substituiu por um nome de sua confiança. No final de 1977, Geisel impediu que o general da linha dura, Sylvio Frota, se candidatasse e garantiu a sucessão, indicando o general João Baptista Figueiredo, eleito de forma indireta em outubro de 1978. Ainda no governo Geisel, o Congresso revogou o AI-5, restabeleceu o *habeas corpus* e suspendeu parcialmente a censura à imprensa.
8. As manifestações pelo fim da ditadura vinham crescendo e envolviam diversos setores sociais, como estudantes, trabalhadores, intelectuais e integrantes de organismos de classe, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). A campanha pela anistia ganhou força em 1979, levando o Congresso a aprovar a chamada Lei da Anistia. Ela permitiu o retorno ao país dos exilados que se encontravam no exterior, como Luís Carlos Prestes, Leonel Brizola, Miguel Arraes, Paulo Freire, Herbert de Souza, entre outros. A lei também concedeu o perdão aos crimes cometidos pelos agentes da ditadura envolvidos em torturas e assassinatos de presos políticos. Estima-se que cerca de 10 mil pessoas foram beneficiadas por essa lei.
9. As greves operárias de 1978 e 1979, na região do ABC paulista, foram as primeiras grandes paralisações ocorridas no Brasil desde 1968. À frente do movimento encontrava-se o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, Luiz Inácio Lula da Silva. Os protestos eram não apenas por aumentos salariais, mas também contra a ditadura militar e pelo retorno da democracia ao país. A onda grevista alastrou-se para outras cidades, como Osasco e Guarulhos, e posteriormente atingiu outros estados, através de paralisações parciais ou por categorias e em diferentes momentos. Além dos metalúrgicos, profissionais de outras categorias também cruzaram os braços, como professores, funcionários públicos, bancários, jornalistas, médicos, trabalhadores da construção civil, etc. Até 1980, cerca de 2 milhões de pessoas haviam participado de greves. A população solidarizou-se com os grevistas doando

dinheiro e alimentos aos fundos de greve. A repressão do governo foi grande: em diversas ocasiões ocorreram choques entre a polícia e manifestantes e alguns líderes sindicais foram presos e enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Essas greves contribuíram significativamente para acelerar o fim da ditadura militar.

10. A campanha das Diretas Já, ocorrida entre 1983 e 1984, constituiu um dos maiores movimentos cívicos de toda a história do país. Usando camisetas na cor amarela, cor símbolo do movimento, a população de muitas cidades foi para as ruas para pressionar o Congresso Nacional a aprovar a emenda constitucional apresentada pelo deputado Dante de Oliveira, do PMDB, que restabelecia as eleições diretas para a Presidência da República. Comícios gigantescos foram realizados nas principais cidades do país, mobilizando os mais amplos setores da sociedade. Apesar dessa imensa mobilização popular, o Congresso rejeitou a proposta, e assim as eleições de 1985, que conduziram o civil Tancredo Neves à Presidência, foram mais uma vez indiretas.

Interpretando DOCUMENTOS

1. Na primeira charge, o autor critica dois aspectos relacionados ao contexto político e econômico dos anos 1970. De um lado, ironiza a vida difícil da população, ao indicar que “cada brasileiro” que consegue acordar vivo no dia seguinte pode ser considerado um vitorioso. Trata-se de uma crítica à crise econômica que se inicia em meados da década de 1970 e pode ser sentida pelo crescimento da dívida externa e pelo aumento da inflação. Por outro lado, a sobrevivência desses brasileiros é vista apenas como uma contribuição para o “crescimento de nosso mercado” e o interesse das “multinacionais em aqui investir”. Portanto, a charge critica a internacionalização da economia, sugerindo que as empresas estrangeiras são as únicas a se beneficiarem do país. Na segunda charge, a crítica se refere à ditadura militar, que justificava a sua longa permanência no poder, como um “momento delicado”, mas transitório. A diferença de tamanho entre a ampulheta e o observador amplia ainda mais o efeito cômico da charge. Finalmente, a última charge refere-se à supressão das eleições presidenciais, ao controle da vida política e à prática de cassação dos deputados.
2. No texto, o autor trata da impossibilidade do diálogo e ironiza o fato de que, diante da oposição, o regime militar utiliza a mordaza, isto é, silencia os opositores e faz um monólogo, ou seja, o discurso de um único “ator”. Num provérbio tradicional, a frase seria mais ou menos a seguinte: “É da discussão que nasce o entendimento” ou “É da discussão que nasce o consenso”. No entanto, com humor, o texto aborda a censura à imprensa, aos meios de comunicação e aos artistas. Notícias, livros, filmes, músicas, peças de teatro só chegavam ao público depois de passar pelo crivo dos censores. Jornais como o próprio *O Pasquim* tinham seus exemplares apreendidos e seus diretores eram presos quando desobedeciam aos censores.

3. A resposta é pessoal, mas pode-se levar em conta três elementos importantes para uma discussão prévia com a classe. Em primeiro lugar, a liberdade de imprensa é um conceito fundamental dos países democráticos e uma conquista do chamado Estado de direito, isto é, dos regimes que tenham garantido um nível seguro de democracia e justiça social, por intermédio de um sistema jurídico estável e legítimo. Isso significa que nenhum regime tem o direito de cercear o trabalho de jornalistas ou de impedir a publicação de críticas ao governo. Mas é preciso também levar em conta que o poder dos meios de comunicação provocou a desestabilização de governos democraticamente eleitos, como foi o caso do Brasil, durante o governo de João Goulart, e do Chile, durante o governo de Salvador Allende, por exemplo. Portanto, muitos defendem que uma verdadeira liberdade de imprensa deve ser acompanhada por um sistema democrático de acesso e controle dos meios de comunicação, evitando a atual concentração de poder nas mãos de umas poucas grandes corporações. Finalmente, é preciso refletir sobre a importância do humor na crítica jornalística, cuja liberdade de ironizar, divertir, debochar e denunciar as estruturas de poder deve ser ampla. Sem essa liberdade, a imprensa se torna uma espécie de porta-voz das elites e perde sua função crítica e investigativa.

Hora DE REFLETIR

A pergunta deve estimular o aluno a refletir sobre a prática da violência institucional no Brasil ao longo de nossa história. De fato, a violência praticada por agentes do governo não é uma característica exclusiva do período da ditadura militar. Durante o Estado Novo, por exemplo, as torturas eram uma prática constante dos órgãos de repressão. Também foi extremamente violento o modo pelo qual, bem antes das décadas de 1930 e 1940, o governo da República Velha reprimiu movimentos populares como os de Canudos e do Contestado, para citar dois exemplos significativos dos primeiros anos do período republicano. Nos tempos do Império e na Regência, a situação não foi diferente. O governo reprimiu com extrema violência revoltas como a Cabanagem, a Balaiada, a Sabinada e a Revolta dos Malês, entre outras, condenando muitos líderes desses movimentos à pena de morte. A escravidão, assegurada por lei, é outro exemplo de prática de violência com a qual o Estado revelou-se conivente por muito tempo na história brasileira. É preciso acrescentar a isso a violência atualmente praticada nas delegacias de polícia, nas quais a tortura e os maus-tratos são métodos utilizados não raras vezes para obter confissões ou para intimidar, embora tais práticas sejam condenadas pela Constituição como “crimes hediondos”.

Professor, solicite aos alunos que montem cenas simples, com poucos diálogos e dois ou três personagens. O importante é que através das cenas eles possam dramatizar as situações discutidas em grupo. Pode-se ainda orientá-los com uma discussão geral com a classe antes da montagem das situações dramáticas no grupo.

Fechando a unidade

Refleta e responda

1. Geograficamente, o autor localiza o ambiente como sendo o “extremo sul da Zona Sul”, uma região da periferia de São Paulo. Uma de suas principais referências é o Cemitério São Luís, localizado nessa região da capital paulista. O autor faz várias referências ao ambiente em que vive, marcado pela pobreza e pelo cotidiano violento: as histórias sobre os crimes e confusões (tretas) na escola, a admiração pelos ladrões e malandros mais velhos, a morte dos amigos de infância e as repetidas cenas de mães chorando a morte de seus filhos, etc. Chega a dizer que no local a vida vale muito pouco.
2. De acordo com o documento, o número de jovens assassinados em todo o Brasil vem crescendo significativamente ao longo dos últimos anos. Na Bahia, por exemplo, entre 2000 e 2010, o assassinato de jovens de até 19 anos cresceu 580%, no Rio Grande do Norte subiu 338,5% e em Alagoas 244,6%. Ou seja, os jovens, cada vez mais, estão se tornando vítimas da violência. O narrador do rap se considera um vencedor pois, apesar de todas as adversidades sociais que ele enfrenta, conseguiu chegar com vida aos 27 anos, como afirma a letra da música.
3. A questão possibilita que o aluno proponha soluções para afastar os jovens da violência e, conseqüentemente, do risco de serem vítimas fatais dessa situação, como mencionado nos documentos debatidos. Professor, embora a resposta seja pessoal, você pode auxiliar na reflexão sobre o tema perguntando, por exemplo, como lidamos com as manifestações violentas em nosso dia a dia, desde as mais “leves”, como agredir verbalmente um colega de classe, até uma briga ou espancamento de uma pessoa indefesa. Seria interessante, por exemplo, questionar se a convivência constante com a violência, seja em casa, na escola ou por meio da mídia – que nos bombardeia com imagens violentas durante toda a programação –, pode levar a uma banalização da violência, causando uma espécie de indiferença diante de tais atitudes, e como combater tal situação. Mostrar os impactos negativos de conviver com situações de violência pode ser uma alternativa para essa possível banalização.
4. A elaboração de um rap pode ser uma forma criativa e lúdica de refletir sobre os impactos da violência em nosso cotidiano, chamando a atenção para a necessidade de combatê-los. Esse trabalho pode resultar em um vídeo, capaz de ser disponibilizado na internet, ou também em espetáculo, no qual os jovens apresentam para outros colegas da escola, funcionários e convidados, as músicas que compuseram.

Professor, o texto a seguir traz informações complementares a respeito do rap.

Nas comunidades miseráveis e bairros pobres, onde espaços de lazer e cultura são inexistentes, os jovens estabelecem relações de sociabilidade na rua, esquinas e bares, constituindo verdadeiras redes socioculturais enraizadas no espaço territorial em que vivem. Cultura de rua é o termo que se tem utilizado para designar tais redes, que agregam e conflituam seus diversos saberes. A apropriação territorial

desenvolve-se a partir das dimensões simbólicas que representam o modo de ser e pensar dos ocupantes. [...]

O rap faz uma absorção complexa da tecnologia contemporânea, cujo ritmo principal, uma batida seca, derivada do funk e do rock, remete aos ritmos da selva africana. Seus componentes acústicos recriam, de maneira criativa, a expressão musical negra. É um canto negro urbano que ostenta a contundente temática da experiência do gueto, cujas rimas dão o tom das narrativas a respeito das culturas de rua. [...]

O estilo mais agressivo de rap tem sido chamado ora de “rap-político”, ora de “rap-consciente”. São textos quilométricos em que se prega a transformação do sistema branco desigual. Os poemas narram a dura vida das periferias, o sistema capitalista opressor e racista, que patrocina miséria, violência e extermínio dos negros. Das regiões mais feias, pobres e violentas do país, os rappers atacam “playboys brancos” e os “controladores do sistema” [...]

Os raps quebram o silêncio e martelam nos ouvidos de todos um conhecimento não dissimulado dos antagonismos existentes entre as camadas da sociedade e as funestas conseqüências da frustração e da dor da exclusão dos bens sociais como a moradia, a educação, o lazer, os bens de consumo.

Extraído de: GONÇALVES, Maria das Graças. No movimento do rap: marcas da negritude. In: BARBOSA, Lúcia Maria de Assunção (Org.). *De preto a afrodescendente: trajetórias de pesquisa sobre relações étnico-raciais no Brasil*. São Carlos: Edufscar, 2004. p. 295-298.

UNIDADE 4 Ética

Começo de conversa

1. e 2. As questões propostas nessa seção têm por objetivo incentivar o aluno a refletir sobre o conceito de ética a partir das práticas cotidianas e perceber a importância de pautarmos nossas atitudes com base em princípios éticos. Professor, ao conduzir a discussão, você pode, inicialmente, elaborar em conjunto com a classe uma relação dos princípios éticos que devem vigorar nas relações aluno-aluno, aluno-professor, aluno-escola e, gradativamente, ampliar esse leque buscando estabelecer alguns princípios éticos que devem nortear a relação indivíduo-sociedade. A questão 2 amplia essa proposta na medida em que sugere uma análise dos impactos da falta de ética em nossa sociedade. A partir das respostas dos alunos, é possível debater com a classe os efeitos de atitudes aparentemente inofensivas, como furar fila, andar pelo acostamento nas estradas, estacionar em local proibido, ultrapassar o sinal vermelho, que geralmente não são associadas à falta de ética, mas que trazem prejuízos à vida em sociedade e devem ser reavaliadas. Algumas dessas práticas são tão recorrentes em nossa sociedade que são chamadas de “jeitinho brasileiro”, revelando como nossa noção de ética nas ações cotidianas exige mais atenção. É uma tarefa difícil e demorada e os resultados desejados só serão obtidos se todas as pessoas se preocuparem com essa questão.

Duas décadas de crise

Conteúdos e procedimentos sugeridos

Nesse capítulo são estudadas as décadas de 1970 e 1980, que se caracterizaram por um período de crises socioeconômicas e mudanças na configuração mundial, em que se destacam: o surgimento da teoria neoliberal, o desenvolvimento industrial de vários países asiáticos, o surgimento de movimentos e partidos políticos ligados a questões ambientais e as disputas políticas nacionais e internacionais em países muçulmanos.

Para favorecer a compreensão de muitos aspectos tratados nesse capítulo, pode-se iniciar a discussão sobre a relação entre a produção industrial e a degradação ambiental. A partir da segunda metade do século XX, a industrialização atingiu uma escala global inédita, o que representou um aumento, nunca antes registrado, do consumo de recursos naturais. O surgimento dos graves problemas ambientais está, portanto, diretamente ligado a esse sistema produtivo global.

Para iniciar a discussão sobre esses problemas ambientais – que ainda hoje se impõem –, a seção *Eu também posso participar* (página 203), com o texto *Consumo predatório e sacolas de supermercado*, trata da realização, ainda na década de 1970, dos primeiros congressos e encontros de líderes mundiais com o objetivo de buscar soluções para as questões ambientais. Além disso, a seção amplia a discussão e aborda também a necessidade da atuação individual como forma de minimizar esses problemas e suas consequências no dia a dia pelas pessoas.

A atividade *De olho no mundo* (página 204) e a seção *Hora de refletir* (página 208) também abordam as questões ambientais e possibilitam uma aproximação do tema com a realidade do aluno. A atividade *De olho no mundo* propõe a elaboração de uma campanha para a redução do uso de sacolas plásticas de supermercado. Já a seção *Hora de refletir* propõe uma pesquisa e o debate sobre os projetos de responsabilidade social e ambiental das empresas instaladas nas localidades em que os alunos vivem. A leitura do texto *Consumo predatório e sacolas de supermercado*, já citado, e as atividades propostas também se relacionam com o conceito dessa Unidade – *Ética* – ao propor reflexões sobre a responsabilidade de cada setor social e/ou indivíduo diante de problemas coletivos.

Esse capítulo também trata dos conflitos e das disputas políticas (internas ou internacionais) dos países muçulmanos. A seção *Passado presente* (página 207), com o texto *Reformistas X fundamentalistas*, amplia a discussão sobre as divergências entre fundamentalistas religiosos e os setores que almejam reformas.

O capítulo aborda ainda algumas mudanças econômicas observadas no mundo a partir da década de 1970, com impactos diretos sobre o modo de vida e a sociedade. Uma delas é a expansão do pensamento neoliberal, tratada no intertítulo *O triunfo do neoliberalismo* (página 205), e a outra são as várias transformações observadas na China ao longo dos últimos 40 anos, abordada na seção *Passado presente* (página 206),

no texto *As transformações econômicas da China*. Esses textos tratam de dois diferentes modelos econômicos observados na atualidade e sua análise pode servir de ponto de partida para debates a respeito do impacto que a aplicação de cada um deles provoca na vida das pessoas.

Sugestão de leitura

MEZETTI, Fernando. *De Mao a Deng: a transformação da China*. Brasília: Ed. da UnB, 2000.

EU TAMBÉM POSSO PARTICIPAR

Consumo predatório e sacolas de supermercado

De olho no mundo

A atividade tem por finalidade incentivar os alunos a protagonizar uma ação efetiva de combate ao consumo predatório. É importante que na elaboração da atividade eles tenham feito uma leitura atenta do texto do box ou pesquisado em outras fontes para que o resultado seja mais reflexivo. Professor, é muito comum que, em atividades mais criativas (dramatização, elaboração de músicas, imagens ou vídeos), os alunos se esqueçam dos conteúdos e se envolvam com entusiasmo no “produto” a ser realizado. Entretanto, se isso ocorre, o resultado do trabalho é muitas vezes empobrecido, podendo ser marcado até por opiniões preconceituosas ou superficiais, por isso, pode ser necessário questionar e instigar os alunos a aprofundar suas opiniões antes de iniciar a criação da peça publicitária.

Enquanto isso...

A revolução do *microchip*

De olho no mundo

Considerado por alguns cientistas como a invenção da engenharia elétrica mais revolucionária do século XX, o *microchip* se encontra presente em vários aspectos de nosso dia a dia. Menor que um grão de arroz, ele é capaz de armazenar milhares de informações e pode ser encontrado em produtos eletroeletrônicos, relógios digitais, telefones celulares, aviões, foguetes, computadores, etc. Seu uso vem se ampliando a cada dia, por exemplo, o governo utiliza *microchips* em pulseiras atadas ao braço de prisioneiros em regime de liberdade condicional com o objetivo de saber onde eles se encontram; cientistas aplicam *microchips* em animais em vias de extinção de modo a monitorá-los e em certos animais para obter informações sobre suas rotas migratórias. A Fifa, entidade que regula o futebol mundial, também já utiliza *microchips* nas bolas utilizadas em torneios internacionais para que o juiz de uma partida seja informado, por meio de sinais luminosos ou vibratórios, quando a bola entrou no gol.

Organizando AS IDEIAS

1. Esse período foi chamado de Era de Ouro pelo historiador Eric Hobsbawm, em virtude da forte expansão do sistema capitalista. De modo geral, tanto nas potências capitalistas

desenvolvidas como em países sob sua esfera de influência (chamados de “países periféricos”), esse período foi marcado pelo crescimento da oferta de empregos e por altos salários, pelo desenvolvimento econômico e industrial, pelo aumento da produção de alimentos e de artigos industrializados, entre outras características.

2. Porque a economia mundial havia crescido aceleradamente graças aos baixos preços do petróleo, a principal fonte de energia das indústrias. Mas, em 1973, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), entidade constituída principalmente de países árabes, decidiu dobrar o preço do barril, provocou uma nova crise de proporções mundiais. Além disso, a Opep, durante o conflito entre árabes e judeus, a chamada Guerra do Yom Kippur, chegou a suspender a venda de petróleo aos países que apoiavam o governo de Israel. Com a alta do preço do petróleo, em 1974, muitas empresas tiveram que reduzir drasticamente seu ritmo de produção e demitir trabalhadores. Nesse processo, milhares de pessoas perderam seus empregos. As principais economias do mundo capitalista baixaram seu ritmo de crescimento e a inflação disparou em boa parte dos países, chegando a dois dígitos na França, Inglaterra e Estados Unidos. A pobreza das nações da África, Ásia e América Latina aumentou e houve recessão e desemprego na década de 1980. As desigualdades em todo o mundo capitalista se acentuaram e um grande número de pessoas passou a viver na miséria.
3. Segundo a teoria neoliberal, o Estado deveria se afastar das atividades produtivas e deixar o mercado regular livremente o preço de bens e serviços. Os defensores do neoliberalismo afirmam também que as empresas estatais (normalmente ligadas a atividades de base como energia, telefonia, etc.) deveriam ser privatizadas e abertas ao capital externo. Eles propõem também que o governo reduza cada vez mais sua participação nos serviços de assistência social e que a legislação trabalhista seja substituída pela livre negociação entre patrões e empregados. O neoliberalismo foi posto em prática durante o governo de Margaret Thatcher, na Inglaterra, entre 1979 e 1990 e durante o governo de Ronald Reagan, nos Estados Unidos, a partir de 1980.
4. Tigres Asiáticos é o nome dado a esses países (e também a Indonésia, Tailândia e Malásia) em virtude dos elevados índices de crescimento que experimentaram entre meados da década de 1960 e os anos 1990. Nesse período, em boa parte dos países ocidentais havia crise e desemprego, enquanto os Tigres Asiáticos atingiam taxas de crescimento de aproximadamente 8%. Impulsionados pelo desenvolvimento industrial do Japão e pelo bom nível de escolarização de seus trabalhadores, entre outros fatores, esses países experimentaram uma forte expansão econômica até 1997, quando foram abalados por uma crise, mas voltaram a se recuperar após 1999.
5. A China das últimas quatro décadas tem demonstrado uma assombrosa capacidade de crescimento econômico. Desde o início do governo de Deng Xiaoping, idealizador das reformas que aproximaram o país do Ocidente e do capitalismo, o país se transformou radicalmente: do sonho de consumo de ter uma bicicleta o país se tornou o segundo maior mercado automobilístico do mundo, os padrões

culturais se ocidentalizaram rapidamente (no modo de vestir, na multiplicação das redes de *fast-food* e no consumo de marcas estrangeiras). Da posição de sétima economia mundial, em 2005, a China passou à terceira, em 2008. Desde 1978, a China cresce a uma média de 9,6% ao ano, feito que nenhum outro país conseguiu por tanto tempo. Nesse ritmo, o tamanho da economia dobra a cada oito anos. Essa rápida expansão resgatou 400 milhões de pessoas da pobreza absoluta, no mais bem-sucedido programa de combate à miséria da História. No entanto, o Partido Comunista hoje governa um país no qual a distância entre ricos e pobres cresce de maneira alarmante. A meteórica ascensão é acompanhada do aumento de tensões, pois a prosperidade beneficia principalmente os moradores das cidades do leste, enquanto os 56% da população da zona rural não recebe os benefícios desse crescimento. Enquanto Pequim e Xangai exibem uma legião de bilionários, milhões de camponeses ainda trabalhavam a terra com o mesmo arado de madeira puxado por búfalos usados há séculos no país.

6. Governado pelo xá Mohamed Reza Pahlevi, no poder desde meados de 1950 graças ao apoio da Grã-Bretanha e EUA, o Irã passava por um processo de ocidentalização dos costumes. O xá havia suspendido diversas restrições impostas às mulheres e estimulado a educação e a industrialização. Essa política desagradava os muçulmanos xiitas, que defendiam uma leitura ao pé da letra do Alcorão e se opunham à ocidentalização dos países islâmicos do Oriente Médio. Além disso, o governo do xá era acusado de beneficiar apenas a parcela mais rica da população, sem se preocupar com a grande maioria dos iranianos. Também havia denúncias de corrupção e revolta contra a ação da polícia secreta, que reprimia, torturava e assassinava opositores. Em 1978, os protestos contra a monarquia se ampliaram, sob liderança do aiatolá Ruhollah Khomeini, exilado em Paris. Em janeiro de 1979, o xá foi obrigado a fugir do Irã e o governo foi entregue a Khomeini, que instalou uma República teocrática no país, prendeu e assassinou os seguidores do xá e revogou as leis de modernização do Irã, obrigando as mulheres a cobrir os cabelos em público e proibindo a música não religiosa.
7. A princípio, a Revolução Iraniana foi vista de modo muito positivo pelo mundo árabe, pois era um evento antiocidental que valorizava aspectos da cultura local. No entanto, a partir de meados dos anos 1980, ela começou uma fase de normalização: a população estava saturada dos sermões religiosos, as reformas agrária e econômica não se realizavam e a corrupção retornou ao governo. Tudo isso aliado a um sentimento generalizado de decepção. Depois da morte de Khomeini, em 1989, o Irã havia se transformado num Estado isolado, acusado de inspirar e defender terroristas, provocando medo e repugnância. Na última década do século XX intensificou-se a disputa entre conservadores, radicais e reformistas. Entre os temas em debate não estão apenas as normas sociais, as liberdades políticas, as relações internacionais com o mundo não islâmico, mas também os problemas econômicos que se agravaram nos anos 1990.

Essa atividade tem como objetivo estimular a discussão sobre a responsabilidade social das empresas e sobre o respeito que elas devem ter em relação à preservação ambiental. Os alunos podem ser orientados a pesquisar em órgãos públicos ou em Organizações Não Governamentais para obter informações sobre a existência, em suas regiões, de empresas que desenvolvem trabalhos considerados ecologicamente corretos. Eles devem ser levados a perceber que ética e responsabilidade social são questões que não podem ser dissociadas. Segundo o Instituto Ethos (<www.ethos.org.br/docs/institucional/oq_ethos.shtml>), pode-se dizer que uma empresa é socialmente responsável quando mostra capacidade de ouvir os interesses das diferentes partes envolvidas em suas atividades (acionistas, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio ambiente) e incorpora esses interesses no planejamento de suas atividades, buscando atender às demandas de todos e não apenas às dos acionistas ou proprietários.

Não é possível, portanto, haver responsabilidade social sem ética. Ou seja, empresas que desenvolvem programas junto a entidades sociais da comunidade, mas que desrespeitam a legislação trabalhista, corrompem funcionários da área de compras de seus clientes e pagam propinas a fiscais do governo, agem de forma antiética e não podem ser consideradas socialmente responsáveis.

Professor, os alunos podem montar painéis com materiais de divulgação das empresas (em geral, há *folders*, cartazes ou peças publicitárias) sobre responsabilidade social. Além disso, eles podem formular também reflexões novas, aprofundando as perguntas apresentadas, em vez de simplesmente responder a elas. Pode-se, por exemplo, definir que ações conduziram à ampliação da responsabilidade social ou como as empresas podem ser mais controladas pela sociedade civil em relação às suas práticas sociais e ao comportamento ético.

capítulo 18

O fim do bloco comunista

Conteúdos e procedimentos sugeridos

O capítulo 18 aborda o processo que nas décadas finais do século XX culminou na extinção da União Soviética. O declínio do regime socialista na URSS indica uma multiplicidade de fatores que culminariam em uma grave crise produtiva e no esgotamento do comunismo como sistema político. Tal sistema, baseado no monopólio do poder nas mãos de uma elite de burocratas e na repressão e perseguição aos opositores do regime, começa a mostrar sinais de exaustão a partir da década de 1970. Esse capítulo mostra como a economia soviética começou a falir nesse momento, até que, em 1991, o bloco comunista se desfez por completo. O fim do bloco comunista não só significou o fim da Guerra Fria como promoveu mudanças significativas na geopolítica da região do Leste europeu, dando origem (de forma pacífica ou não) a diversos países.

Para começar os estudos, podem ser retomadas as informações do capítulo 11 deste volume, situando os alunos no contexto de um mundo dividido pela Guerra Fria, a fim de que compreendam como se encerrou a configuração geopolítica que dominou o cenário mundial por mais de quatro décadas.

O principal episódio que marca o fim da Guerra Fria aconteceu em 1989, dois anos antes do colapso da URSS: a queda do muro de Berlim. Esse fato histórico é retratado em trecho de artigo do boxe *A queda do Muro* (página 212), cuja leitura pode servir para trabalhar a noção de tempo e a de que existem distintas temporalidades a serem exploradas no esforço de compreensão histórica.

Embora em diversos países do antigo bloco comunista o fim da URSS tenha ocorrido de forma pacífica, em alguns casos a violência se fez presente. O exemplo mais significativo foi o da antiga Iugoslávia, que se viu envolvida em uma longa e sangrenta guerra civil, abordada no boxe *Iugoslávia: uma década de guerras* (página 213). A leitura desse texto pode ser complementada com a atividade proposta na seção *Interpretando documentos* (página 217), com trechos de uma história em quadrinhos, do artista Joe Sacco, sobre a guerra na Bósnia. Nessa atividade, destaca-se a intenção do artista em mostrar como a guerra afeta o cotidiano da população civil, denotando que o conflito na Bósnia envolvia aspectos políticos e também étnicos.

A seção *Hora de refletir* (página 218) retoma o exemplo do governo da antiga URSS sobre um ato de transparência política, com o reconhecimento público do desastre nuclear em Chernobyl, e propõe uma atividade na qual o aluno é incentivado a refletir sobre a importância da ética na política e nas atividades empresariais, o que pode contribuir para a compreensão do conceito da unidade.

Sugestão de leitura

SEBESTYEN, Victor. *A revolução de 1989*. Rio de Janeiro: Globo, 2009.

Enquanto isso...

O rap conquista o mundo

Sua opinião

A atividade tem por finalidade refletir sobre uma expressão musical contemporânea e crítica, associada, em geral, à experiência dos jovens pobres dos centros urbanos. Há, no entanto, muito preconceito e pouca comunicabilidade entre o mundo do *rap*, os meios de comunicação e as camadas médias. De fato, certos temas, como o tratamento dado à mulher em várias letras de *rap*, podem ser motivo de crítica e, de um ponto de vista moralizador, o uso de palavrões ou de temas violentos nas letras é condenável. No entanto, o *rap* expressa uma visão de mundo que é resultado das condições sociais e econômicas dos jovens pobres das grandes cidades. Portanto, é preciso refletir sobre essas condições de vida para compreender melhor o alcance e as características desse estilo musical que é uma forma de protesto e crítica social. Professor, o trecho a seguir, extraído de um artigo da *Revista Fapesp*, apresenta uma abordagem mais complexa do movimento *hip-hop*:

É por meio do canto, da dança e do grafite que os participantes do hip-hop demonstram suas posições políticas e ideológicas. Para eles, o fazer político não está reservado somente para os que se especializam nessa área. Com suas rimas no rap, seus passos no break e imagens transmitidas em seus desenhos reproduzidos nos grafites, estão assumindo uma posição política e fazendo aliança com outras formas de expressão que são, a um só tempo, políticas, sociais e culturais”, explica João Batista de Jesus Felix, autor da tese de doutorado *Hip-hop: cultura e política no contexto paulistano*, orientada por Lília Schwarcz e defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Para o pesquisador, o hip-hop é um degrau a mais alcançado pela população negra e pobre brasileira que fez do seu lazer uma forma de protesto contra a violência e as condições a que é submetida pela sociedade. “Ao saírem dos bailes e irem para as ruas, os espaços públicos, eles estavam rompendo o ténue ‘pacto social brasileiro’. A presença deles na praça era uma afronta ao nosso ‘racismo cordial’ e à ideia de que se toleram (ou não) as demonstrações desse tipo no espaço privado”, observa o pesquisador, cuja preocupação central era justamente descobrir o que esse movimento social entende por política e o que estava por trás de declarações polêmicas como do rapper Mano Brown, do Racionais MC’s, que resumiu seu trabalho de forma inusitada: “Eu não faço arte. Artista faz arte, eu faço arma. Sou terrorista”.

Fonte: <<http://revistapesquisa.fapesp.br/2007/12/01/quem-nao-sabe-dancar-improvisa>>. Acesso em: 18 jan. 2013.

Organizando AS IDEIAS

1. A atividade proposta tem por objetivo a elaboração de um texto que seja capaz de articular diferentes informações para analisar a crise econômica soviética, assunto central na dissolução do bloco socialista. Pode-se dizer que a partir da década de 1970 a União Soviética começou a viver uma grave crise econômica que tinha origens na excessiva burocratização das atividades produtivas, na inexistência de concorrência, na defasagem tecnológica que atingia suas indústrias de bens de consumo e de base, além da corrupção generalizada que imperava em diversos setores da sociedade. Essa crise econômica ocorreu no momento em que também vinham sendo questionados certos aspectos do modelo político da União Soviética, como a ausência de liberdade de oposição, a falta de alternância no poder e o rígido controle da vida política exercido pela burocracia do Partido Comunista. A política de “transparência” (*glasnost*) de Gorbachev procurava responder a esse questionamento. Todos esses elementos, combinados, conduziram à extinção da URSS em 1991.

2. O Solidariedade foi uma das mais bem-sucedidas experiências de oposição aos Partidos Comunistas em países do Leste europeu. Ele surgiu em 1980, quando trabalhadores dos estaleiros da cidade de Gdańsk, na Polônia, entraram em greve contra as péssimas condições de trabalho e pelo direito de se organizarem em sindicatos. Graças à organiza-

ção do sindicato e à liderança do operário Lech Walesa, em pouco tempo as reivindicações dos trabalhadores ganharam repercussão internacional e deixaram claras as questões políticas que defendiam: contra a censura, a falta de liberdade, a escassez de alimentos e pelo fim do regime de partido único. Portanto, a atuação do Solidariedade foi decisiva para pôr fim ao regime comunista polonês.

3. A *perestroika* (reestruturação, em russo) era um programa de reformas que deveria descentralizar a economia e garantir a retomada do crescimento. Para chegar a esses objetivos, Gorbachev cortou recursos destinados à indústria bélica, firmando acordos de desmilitarização com o governo norte-americano. Também ordenou a retirada das tropas soviéticas do Afeganistão. Ao mesmo tempo, o governo privatizou empresas estatais, fechou empresas deficitárias, dispensou funcionários corruptos ou improdutivos, cortou subsídios estatais e o mercado passou a regular o preço das mercadorias. Finalmente, a *perestroika* também permitiu a entrada de multinacionais no país, reabriu a Bolsa de Valores e permitiu o funcionamento do comércio privado.
4. As medidas imediatas tomadas por Gorbachev foram a liberação de presos políticos, o fim da censura e a instituição do pluripartidarismo, pondo fim ao monopólio do Partido Comunista. Além disso, a “transparência” também atingiu a agência de notícias oficiais, que parou de divulgar notícias falsas para a população com a finalidade de glorificar o regime. No campo cultural, obras proibidas (livros, filmes, quadros, etc.) foram liberadas, possibilitando aos soviéticos entrarem em contato com uma produção cultural praticamente desconhecida. Até bandas de *rock* (expressão cultural associada ao capitalismo) começaram a se apresentar em público.
5. A partir das transformações da União Soviética, provocadas pelas reformas de Gorbachev, os países do Leste europeu também iniciaram processo de liberalização do regime, adotando políticas semelhantes à da União Soviética. Dessa forma, uma onda de manifestações pró-democracia espalhou-se pelo Leste, provocando a queda de diversos governos ligados ao poder soviético. Entre 1988 e 1990, a maioria dos governos ruiu de modo pacífico, com exceção da Romênia e da Iugoslávia, onde houve derramamento de sangue.
6. A dissolução da Iugoslávia foi resultado de dissensões internas que levaram a sucessivas guerras, durante a década de 1990, entre os diversos povos e nações que integravam o país, com etnias e crenças religiosas distintas. Em 1991, as repúblicas da Croácia e da Eslovênia anunciaram sua independência. O presidente da Sérvia, Slobodan Milosevic, contrário ao desmembramento do país, declarou guerra às duas repúblicas. O confronto terminou no ano seguinte, com a intervenção das forças de paz da ONU. Ainda em 1991, a Bósnia-Herzegovina e a Macedônia também anunciaram sua independência. A minoria sérvia que vivia na Bósnia não concordou e, com a ajuda do exército de

Milosevic, promoveu um massacre étnico contra os bósnios muçulmanos. O conflito terminou apenas em 1995, após nova derrota sérvia. A Iugoslávia ficou restrita apenas a duas repúblicas, Sérvia e Montenegro. Em 1997, os albaneses que viviam na província de Kosovo, na Sérvia, também reivindicaram sua emancipação. Começou então uma nova guerra civil que só terminou em 1999. Kosovo passou então a ser administrada pela ONU e, em 2008, Kosovo proclamou sua autonomia. Em 2002, a Iugoslávia foi oficialmente extinta, dando origem à República de Sérvia e Montenegro.

7. As mudanças provocaram uma queda no Produto Interno Bruto, na renda *per capita* e na produtividade. A dívida externa dobrou e a inflação atingiu 100% em 1991. A crise diminuiu a popularidade de Gorbachev e estimulou seus adversários. Em agosto de 1991, antigos dirigentes do Partido Comunista, aliados a setores militares, tentaram um golpe de Estado que deveria reinstalar o socialismo burocrático. Mas a população protestou nas ruas e, através da liderança de Boris Ieltsin, os golpistas recuaram. Entretanto, um mês depois do golpe fracassado, as repúblicas bálticas (Letônia, Estônia e Lituânia) se declararam independentes. Em dezembro do mesmo ano, os presidentes da Rússia, da Ucrânia e da Bielo-Rússia (atual Belarus) criaram a *Comunidade de Estados Independentes (CEI)*. No fim de 1991, Gorbachev declarou a extinção da URSS e renunciou à Presidência.
8. A União Soviética era formada por uma grande variedade de povos e grupos étnicos distintos. Com a sua dissolução, em 1991, afloraram os conflitos étnicos que até então tinham sido abafados e reprimidos pelo governo soviético. Muitas minorias continuam a lutar pelo direito de constituírem Estados autônomos. Esse foi o caso dos chechenos. Com o fim da URSS, a República da Chechênia passou a integrar a Federação Russa. Entretanto, grupos nacionalistas tentaram formar um Estado independente, utilizando-se de ações terroristas. Em outras regiões, como a Moldávia, a Geórgia e o Tajiquistão também ocorreram choques separatistas.

Interpretando DOCUMENTOS

1. O narrador afirma no primeiro quadro que o dia a dia parecia igual, mas era “possível sentir algo no ar”. Depois, ele começa a notar diferenças no comportamento social de muçulmanos e sérvios, afirmando que certos bares e restaurantes reuniam apenas pessoas de um mesmo grupo étnico ou religioso. Então, o narrador (de origem muçulmana) conversou com amigos sérvios e percebeu que já se estabelecia um sentimento de hostilidade entre eles. No final do último quadrinho, afirma o narrador “Nos últimos dias antes da guerra, já não se ouvia mais: ‘Olá vizinho, como está?’”.
2. Resposta pessoal. A atividade propõe que o aluno se perceba numa situação semelhante à descrita pelo quadrinho e analisada no box *Iugoslávia: uma década de guerras*. Este exercício nos coloca diante da alteridade, isto é, da

diferença em relação ao outro, mas nos conduz também a uma reflexão sobre como seria estar na situação dos outros. Professor, você pode solicitar aos alunos que avaliem as possíveis saídas para se manter neutro num conflito de proporções tão violentas quanto as guerras étnicas da antiga Iugoslávia. É possível que a solução mais fácil para os alunos seja sugerir a fuga do país, no entanto as condições reais para o deslocamento são muito complexas e envolvem uma série de fatores (como recursos financeiros, conhecimentos prévios sobre outras regiões, apoio jurídico ou pelo menos estratégico para o deslocamento e a saída do país, etc.). Por isso, para o indivíduo comum, como esse narrador do quadrinho de Joe Sacco, a experiência da guerra se abate como uma tragédia inevitável e de difícil compreensão. A neutralidade ou a fuga nem sempre são alternativas possíveis, tendo em vista a força avassaladora do conflito militar sobre os indivíduos.

Hora DE REFLETIR

As respostas são pessoais. As perguntas têm o propósito de levar o aluno a refletir sobre o conceito de transparência nas relações políticas, empresariais e comerciais e sobre os valores éticos de uma sociedade. A transparência na gestão da coisa pública deve se traduzir em medidas de combate à corrupção nas esferas pública e privada, incentivando a probidade administrativa, a eficiência na utilização dos recursos públicos e a divulgação, sem restrições, de informações de interesse coletivo. Ao assimilar o conceito de transparência, o aluno estará em condições de formular hipóteses a respeito da transparência, ou de sua ausência, nas ações de governo nas esferas municipal, estadual e federal. De acordo com dados de 2012 da Transparência Internacional, ONG que avalia a corrupção em todo o mundo, o Brasil encontra-se no 69º lugar na lista das nações menos corruptas do planeta. A pesquisa feita incluiu 176 países.

capítulo 19

O conflito árabe-israelense

Conteúdos e procedimentos sugeridos

Nesse capítulo são tratados diversos aspectos dos conflitos que fazem da região da Palestina uma das zonas mais tensas do mundo. As informações referentes à história da ocupação da Palestina permitem que os alunos compreendam os processos que levaram dois povos cultural e religiosamente distintos a disputar um mesmo território. Importante observar que tanto judeus quanto palestinos encontram razões históricas e religiosas para defender seu direito de permanecer naquelas terras. Igualmente, ambos entendem a necessidade de estabelecer, na mesma região, um estado soberano que possa representar sua identidade e seus interesses.

A análise e a comparação dos mapas *A formação do Estado de Israel* (página 222), *A Palestina após a guerra de 1948-1949* (página 222) e *A Guerra dos Seis Dias* (página 223) podem contribuir também para a compreensão do processo e dos conflitos ocorridos na região ao longo dos últimos anos. Estes

mapas, acompanhados de informações a respeito dos diferentes conflitos na região, transformam-se em recurso visual e textual para o entendimento e a síntese das informações tratadas no capítulo.

Além do levantamento das inúmeras disputas territoriais ao longo dos anos, o capítulo também procura enfatizar a importância (e a possibilidade) de uma convivência pacífica entre judeus e palestinos. Esse aspecto é tratado em vários momentos: no texto de abertura, que pode suscitar algumas questões iniciais sobre o que os alunos entendem por convivência pacífica ou mesmo sobre as possibilidades de paz entre esses povos em conflito; no boxe *Judeus e muçulmanos em harmonia* (página 225), no qual são abordados exemplos de instituições, e organizações civis que estimulam e praticam o convívio pacífico entre judeus e palestinos, e também nos textos selecionados para a seção *Interpretando documentos* (página 226).

A seção *Hora de refletir* (página 227), que encerra o capítulo, incentiva o aluno a expressar uma opinião crítica sobre uma questão polêmica: a interferência de um país na organização política e nas práticas culturais de outros países ou povos. Essa discussão pode ampliar a compreensão sobre o conceito da Unidade, *Ética*.

Sugestão de leitura

OZ, Amós. *Contra o fanatismo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.
SAID, Edward. *Cultura e política*. São Paulo: Boitempo, 2003.

Sugestão de site

The feminist eZine – Site com documentos sobre o movimento feminista pelo mundo. Disponível em: <www.feministezine.com/feminist/>. Acesso em: 18 jan. 2013.

Enquanto isso...

As mulheres vão à luta

Diálogos

Essa atividade, feita em parceria com o professor de Biologia, deve servir para promover discussões a respeito da responsabilidade que implica a gestação de um filho na adolescência. Outro aspecto a destacar é que as relações sexuais implicam responsabilidades éticas e de saúde, como a de praticar sexo seguro com o uso de preservativos e de conhecer os principais métodos contraceptivos tanto para homens como para mulheres. Além dos preservativos, existem outros destinados apenas à contraceção, mas que não evitam doenças sexualmente transmissíveis. Por exemplo, a chamada pílula do dia seguinte, o diafragma, o DIU, e também procedimentos cirúrgicos, como a laqueadura e a vasectomia. Seria interessante orientar os alunos a elaborar um quadro para cada um desses métodos com as seguintes informações: modo de usar, benefícios e contra-indicações.

Organizando AS IDEIAS

1. No passado, a região da Palestina foi ocupada por diferentes povos, entre eles os hebreus, que se fixaram na região por volta de 1200 a.C. No início da era cristã, seus descendentes, os judeus, foram expulsos pelas legiões romanas e se espalharam pelo mundo. Em 638, os árabes muçulma-

nos conquistaram a Palestina e durante séculos conviveram pacificamente com os poucos judeus que ali viviam. No início do século XIX, a região da Palestina estava dominada pelo Império Turco Otomano e era habitada majoritariamente por árabes que seguiam a religião muçulmana. No final do século XIX, com o início do movimento sionista, que defendia o retorno à Palestina, começou a aumentar o número de judeus na região, especialmente através de financiamentos das famílias judaicas mais ricas que doavam dinheiro para o movimento sionista. Sob inspiração socialista, imigrantes judeus fundaram fazendas coletivas, os *kibutzim*, onde compartilhavam as mesmas moradias, refeições, escolas, etc. Por volta de 1914, os 60 mil judeus que viviam na Palestina tinham relações pacíficas com o mundo árabe.

2. Durante a Primeira Guerra Mundial, o governo inglês pediu aos chefes das comunidades árabes que o ajudassem a expulsar os turcos otomanos da região. Em troca, os britânicos prometeram apoiar a formação de um grande reino árabe que se estenderia sobre a península Arábica e parte da Síria. Estimulados por promessas, em 1916 os árabes lançaram uma vitoriosa ofensiva contra os turcos otomanos. No entanto, um acordo secreto entre França e Inglaterra dividiria a região entre os dois países. Além disso, os ingleses assinaram, em 1917, um acordo com a comunidade judaica internacional que previa a criação de um Estado judeu na Palestina. A partir de 1918, de fato, Inglaterra e França começaram a controlar a região, sob o nome da Sociedade das Nações. A Palestina, sob domínio britânico, começou a receber um afluxo cada vez maior de imigrantes judeus. Essa imigração aumentou ainda mais quando o regime nazista assumiu o poder da Alemanha, a partir dos anos 1930. O constante afluxo deu origem às primeiras tensões entre os dois povos. Sentindo-se ameaçados, os árabes palestinos passaram a hostilizar colônias e cidades judaicas. Mas, a perseguição nazista aos judeus comoveu a opinião pública internacional, legitimando iniciativas mais agressivas do movimento sionista. Em 1938, a organização armada Hagana criou a Organização para a Imigração Ilegal, que introduzia judeus na Palestina sem a autorização do governo inglês. Enquanto isso, o Irgun, outro grupo armado judaico, promovia ações terroristas contra alvos árabes e ingleses na região.
3. Os árabes não aceitaram o plano de partilha da ONU alegando que a população árabe na Palestina, na época de 1,25 milhão de habitantes, era o dobro da judaica, estimada em 600 mil pessoas. Apesar da superioridade numérica dos árabes-palestinos, o plano da ONU concedeu aos judeus 56,5% do território e aos árabes 42,9%.
4. Em 15 de maio de 1948, um dia depois da criação do Estado de Israel, a Liga Árabe, aliança militar formada pelos governos do Líbano, Síria, Iraque, Egito e Transjordânia (atual Jordânia), lançou suas tropas contra Israel. Começava assim a primeira guerra entre árabes e israelenses. O conflito, terminado em 1949, modificou o cenário do Oriente Médio, pois os árabes saíram derrotados e desunidos e a criação proposta do Estado Palestino não se concretizou. Cerca de 75% do território passou para o con-

trole do Estado de Israel, enquanto o restante foi dividido entre Egito e Transjordânia. A cidade de Jerusalém foi dividida entre Israel e Transjordânia. Expulsos de suas terras, cerca de 750 mil palestinos passaram a viver em campos de refugiados criados no Líbano, na Jordânia, na Síria e na Faixa de Gaza. Os que permaneceram nas terras ocupadas pelas forças de Israel tiveram seus direitos restringidos e passaram a ser tratados como cidadãos de segunda classe. A partir de então, tanto os refugiados em outros países árabes quanto os palestinos sob jurisdição de Israel passaram a defender com veemência cada vez maior seu direito a um Estado palestino autônomo. Mais tarde, criaram grupos guerrilheiros, como Al Fatah, que passou a utilizar a luta armada como única via para reconquistar suas terras perdidas.

5. A polarização da Guerra Fria aproximou o governo de Israel dos Estados Unidos, enquanto as lideranças palestinas receberam o apoio da União Soviética. Além disso, os conflitos entre Israel e os demais povos árabes resultaram em guerras que eclodiram na região, como a Guerra dos Seis Dias, em 1967, e a Guerra do Yom Kippur, em 1973. A superioridade militar israelense ampliou os territórios sob seu domínio, mas também conduziu muitos palestinos a apoiar a Organização para Libertação da Palestina (OLP), sob liderança de Yasser Arafat. Para chamar a atenção da comunidade internacional, a OLP intensificou ações terroristas contra alvos israelenses, como o ataque aos atletas israelenses, nas Olimpíadas de Munique, em 1972. Por sua vez, a radicalização do terrorismo conduziu alguns governos a questionar a ação da OLP. O rei da Jordânia, em 1970, ordenou um ataque militar contra as bases da OLP em seu país, levando a organização a exílio no sul do Líbano.
6. Intifada é o nome pelo qual ficaram conhecidos os levantes palestinos contra a presença israelense na Faixa de Gaza e na Cisjordânia. A primeira Intifada ocorreu em 1987 e caracterizou-se pela grande desigualdade de forças entre os combatentes: de um lado encontravam-se os jovens palestinos armados de pedras e, de outro, os soldados israelenses, com seus tanques e armas pesadas. A segunda Intifada começou em 2000, por meio de atentados terroristas que continuam, de forma esparsa, até o momento atual.

Interpretando DOCUMENTOS

1. Segundo o autor, há paralelos entre a história dos palestinos e a dos judeus. Ambos viveram em outros territórios fora da Palestina e foram hostilizados: os palestinos entre os árabes e os judeus nos países europeus. Portanto, ambos descobriram que não havia outro lugar para se viver a não ser na Palestina (ou Israel, que o autor utiliza como sinônimo). Desse modo, o autor sugere que é preciso encontrar uma forma de convívio entre os dois povos, já que ambos precisam do mesmo território para se sentirem como um povo, uma nação.
2. Said propõe, por um lado, que seria imprescindível a retirada das colônias agrícolas israelenses dos territórios ocupados, o fim do apoio norte-americano ao Estado de Israel

(tendo em vista que esse apoio alimenta a guerra contra os palestinos) e o fim das políticas racistas endossadas pelo Estado israelense contra os palestinos. Por outro lado, Said condena as ações terroristas realizadas por palestinos contra pessoas inocentes, argumentando que essas práticas não servem a nenhum propósito político ou ético.

3. A resposta é pessoal, mas é preciso refletir previamente com os alunos sobre a complexidade do problema, apontando os diversos interesses políticos e os pontos de vista históricos em jogo. Nesta questão, é importante que o aluno, ao tomar posição sobre o tema, seja capaz de refletir sobre argumentos opostos e respeitar (ainda que discorde) de posições contrárias. Esse é o princípio da tolerância e o ponto de partida para uma reflexão sobre a paz no Oriente Médio.

Hora DE REFLETIR

Respostas pessoais. É aconselhável que o professor procure estimular os alunos a dar as respostas amparados em acontecimentos históricos, ou a fatos divulgados no noticiário internacional. A recente atuação dos Estados Unidos no Iraque e no Afeganistão e as constantes denúncias de tortura praticada por militares norte-americanos contra prisioneiros árabes podem servir de ponto de partida para se discutir a ética durante as guerras.

capítulo 20

O mundo globalizado

Conteúdos e procedimentos sugeridos

Esse capítulo aborda a configuração socioeconômica e política que passou a caracterizar as relações mundiais após a dissolução do bloco socialista. São tratados o desenvolvimento tecnológico e econômico, a formação de blocos econômicos, as disparidades sociais e os conflitos que sintetizam o processo conhecido como globalização ou derivam dele. Ao examinar o período compreendido entre o início da década de 1990 e os primeiros anos do século XXI, esses estudos permitem que os alunos se familiarizem com uma série de conceitos, com os debates e as instituições que são cruciais para o entendimento da configuração geopolítica, econômica e social na atualidade.

Várias informações abordadas em capítulos anteriores podem favorecer a introdução desses assuntos, especialmente no que se refere ao surgimento do neoliberalismo (capítulo 17) e ao fim do bloco socialista (capítulo 18).

Um dos primeiros aspectos a ressaltar é que a dissolução do bloco socialista significou o estabelecimento, sem rival, de um único sistema produtivo global integrado sob o comando de grandes corporações multinacionais. Esse sistema, amparado no amplo desenvolvimento tecnológico e regido por políticas neoliberais de enjugamento do Estado, dá início ao desenho de uma nova configuração geopolítica global, em que se destacam a formação de blocos econômicos e a ampliação de disparidades entre os chamados países do Norte e do Sul.

Com esses estudos, os alunos podem compreender que a globalização é um processo que engendra uma série de contradições sociais e políticas, pois sua dinâmica interage de formas diversas com as múltiplas particularidades nacionais e regionais. O boxe *O século XX* (página 231), por exemplo, revela que esse intenso desenvolvimento do sistema capitalista provocou níveis inéditos de desigualdade social e concentração de riqueza, apontando o desemprego de milhões de pessoas como uma condição estrutural necessária ao seu funcionamento. Porém, ao afirmar que a humanidade não está “condenada a viver no capitalismo ao longo do século XXI” e que “é a ação, consciente ou não, dos indivíduos que decide seu destino”, o texto amplia a discussão a respeito da historicidade do ser humano e sua capacidade de intervir nos rumos da humanidade.

Outra contradição importante é abordada no boxe *O real perigo do terrorismo* (página 234), que destaca a atuação dos grupos terroristas como um sintoma das crises provocadas pelas rápidas transformações mundiais.

A integração das economias dos países em um único sistema possibilitou o estopim de uma grande crise financeira mundial em 2008-2009.

Com a crise econômico-financeira de 2008-2009, fica evidente o enfraquecimento dos EUA como um paradigma mundial. O boxe *Mundo multipolar* (página 233) aborda o surgimento de uma nova forma de relação entre os países, não mais pautada na hegemonia geopolítica de um só país nem tampouco apoiada na bipolaridade comunismo x capitalismo.

As informações da seção *Enquanto isso...* (página 235), sobre o massacre na praça da Paz Celestial, na China, revelam um importante episódio de repressão política na história de um país cuja aceleração econômica o elevaria ao *status* de uma grande potência mundial do início do século XXI.

Por fim, a seção *Hora de refletir* (página 236) possibilita retomar uma discussão presente também nos capítulos anteriores, sobre a (falta de) legitimidade de ações fraudulentas ou violentas, antiéticas em vários aspectos, visando defender múltiplos interesses de um país apenas, em detrimento da manutenção de valores humanos universais, como o direito à vida e à liberdade.

Texto complementar 1

O texto a seguir explica os mecanismos bancários que possibilitaram a transferência dos riscos a investidores cada vez mais distantes, processo desarticulado com a crise financeira e econômica de 2008.

Comissão e mais comissão

Nos Estados Unidos, a securitização das hipotecas foi alimentada por comissões em cima de comissões, e pela transferência dos riscos para uma série de investidores cada vez mais distantes do banco originador. Os corretores recebiam comissões de bancos por arranjar hipotecas sem precisar verificar a renda ou o emprego dos clientes. Os bancos contratavam avaliadores, que

inflavam o valor de uma casa porque suas comissões aumentavam segundo o valor da hipoteca. Os bancos não tinham interesse em verificar a qualidade ou o valor real do risco, porque vendiam as hipotecas a bancos de investimento que ganhavam gordas comissões por embalar grande número delas em “títulos garantidos por hipotecas”, com diferentes faixas de risco vendidas aos investidores. Grandes comissões eram pagas a agências de classificação de risco que atribuíam “grau de investimento” a esses títulos. Um analista de classificação disse em e-mail: “Esperemos que estejamos todos ricos e aposentados quando este castelo de cartas balançar”.

Adaptado de: GALL, Norman. Dinheiro, ganância, tecnologia: A festa do crédito e a economia mundial. *Braudel Papers* nº 43/2008. Disponível em <www.braudel.org.br/publicacoes/bp/bp43_pt.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2013.

Texto complementar 2

O texto a seguir explica como funcionava a ciranda financeira que esteve na base da crise de 2008.

Os ninjas e a crise financeira

O estopim da crise financeira de 2008 foi o mercado imobiliário norte-americano. Abriu-se crédito para compra de imóveis por parte de pessoas qualificadas pelos profissionais do mercado de ninjas (sigla em inglês para a expressão “sem rendimentos, sem emprego, sem economias”). Empurra-se uma casa de 300 mil dólares para uma pessoa, digamos assim, pouco capitalizada. Não tem problema, diz o corretor: as casas estão se valorizando, em um ano a sua casa valerá 380 mil, o que representa um ganho seu de 80 mil, que o senhor poderá usar para saldar uma parte dos atrasados e refinarciar o resto. O corretor repassa esse contrato – simpaticamente qualificado de “subprime”, pois não é totalmente de primeira linha, é apenas subprimeira linha – para um banco, e os dois racham a perspectiva suculenta dos 80 mil dólares que serão ganhos e pagos sob forma de reembolso e juros. O banco, ao ver o volume de “subprime” na sua carteira, decide repassar uma parte do que internamente qualifica de “junk” (aproximadamente, lixo), para quem vai “securitizar” a operação, ou seja, assegurar certas garantias em caso de inadimplência total, em troca evidentemente de uma taxa. Mais um pequeno ganho sobre os futuros 80 mil, que evidentemente ainda são hipotéticos. Hipotéticos mas prováveis, pois a massa de crédito jogada no mercado imobiliário dinamiza as compras, e a tendência é os preços subirem.

As empresas financeiras que juntam desta forma uma grande massa de “junk” assinados pelos chamados “ninjas” começam a ficar preocupadas, e empurram os papéis mais adiante. No caso, o ideal é um poupador sueco, por exemplo, a quem uma agência local oferece um “ótimo negócio” para a sua aposentadoria, pois é um “subprime”, ou seja, um tanto arriscado, mas que paga

bons juros. Para tornar o negócio mais apetitoso, o lixo foi ele mesmo dividido em AAA, BBB, e assim por diante, permitindo ao poupador, ou a algum fundo de aposentadoria menos cauteloso, adquirir lixo qualificado. Os papéis vão assim se espalhando e enquanto o valor dos imóveis nos Estados Unidos sobe, formando a chamada “bolha”, o sistema funciona, permitindo o seu alastramento, pois um vizinho conta a outro quanto a sua aposentadoria já valorizou.

Frente a um excesso de pessoas sem recurso algum para pagar os compromissos assumidos, as agências bancárias nos Estados Unidos são levadas a executar a hipoteca, ou seja, apropriam-se das casas. Um banco não vê muita utilidade em acumular casas, a não ser para vendê-las e recuperar dinheiro. Com numerosas agências bancárias colocando casas à venda, os preços começam a baixar fortemente. Com isso, o ninja que esperava ganhar os 80 mil para ir financiando a sua compra irresponsável vê que a sua casa não apenas não valorizou, mas perdeu valor. O mercado de imóveis fica saturado, os preços caem mais ainda, pois cada agência ou particular procura vender rapidamente antes que os preços caiam mais ainda. A bolha estourou. O sueco, que foi o último elo e que ficou com os papéis – agora já qualificados de “papéis tóxicos” –, é informado pelo gerente da sua conta que lamentavelmente o seu fundo de aposentadoria tornou-se muito pequeno. “O que se pode fazer, o senhor sabe, o mercado é sempre um risco.” O sueco perde a aposentadoria, o ninja volta para a rua, alguém tinha de perder. Este alguém, naturalmente, não seria o intermediário financeiro.

Adaptado de: DOWBOR, Ladislau. A crise financeira sem mistérios. *Le Monde Diplomatique*. Disponível em: <www.diplomatique.org.br/acervo.php?id=2281>. Acesso em: 18 jan. 2013.

Enquanto isso...

Massacre na praça da Paz Celestial Sua opinião

Essa atividade visa levar o aluno a sintetizar alguns conceitos vistos ao longo do livro – democracia, liberdade e ética – e a relacioná-los com o desenvolvimento integral das sociedades. Se necessário, o professor pode recuperar as principais características desses conceitos. Usando como ponto de partida o exemplo da China, pode também estimular o aluno a fazer uma reflexão a respeito da realidade brasileira. Em sua dissertação o aluno pode discutir até que ponto o desenvolvimento social, político, econômico e cultural do Brasil é prejudicado por eventuais desrespeitos aos valores democráticos e éticos.

Organizando AS IDEIAS

1. Os avanços tecnológicos do final do século XX, sobretudo nas áreas de informática, transporte e comunicações, criaram a impressão de que as distâncias geográficas tinham

sido extintas. Ações realizadas em uma empresa ou governo podem repercutir imediatamente no outro extremo do globo terrestre. Hoje, por meio da internet, por exemplo, é possível obter informações instantâneas e se comunicar com qualquer país. Tudo isso contribuiu para acentuar características importantes da globalização, como a expansão do comércio internacional, o fluxo internacional de capitais, o caráter multinacional da produção industrial e o aumento da interdependência entre as nações.

2. A expansão da globalização produziu uma redução do poder de decisão dos Estados nacionais que, embora fortes, passaram a dividir o poder decisório com organizações internacionais, como o FMI, o Banco Mundial, a OMC, etc. Para garantir condições de negociação num mundo cada vez mais globalizado, diversos países começaram a se organizar em torno de blocos econômicos, como a União Europeia (UE); o Tratado Norte-Americano de Livre-Comércio (Nafta) entre os Estados Unidos, o México e o Canadá; a União Africana (UA), que reúne 53 países da África, e o Mercado Comum do Sul (Mercosul), reunindo Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai (esses países em 2009 estavam decidindo se aprovavam ou não o ingresso da Venezuela no bloco). Recentemente, países da Ásia, entre eles a China, Cingapura, Malásia e Indonésia, assinaram um acordo prevendo a criação da maior zona de livre-comércio do mundo a partir de 2015. De todos esses blocos, a UE é o que mais avançou no processo de integração dos países, articulando uma zona de livre-comércio, um Banco Central único e uma moeda única, além de contar com a criação da Comissão Europeia e do Parlamento Europeu. Em 2010, a União Europeia passou também a ter, além de um primeiro-ministro, um presidente. Assim, a UE se torna um espaço político que vai além da noção moderna de Estado nacional.
3. A globalização transformou o modo de funcionamento e a estrutura das indústrias, provocando fusões de grandes empresas, automação e redução do quadro de operários, substituídos aos milhões por robôs e máquinas. Essas mudanças lançaram milhões de trabalhadores no desemprego. Nos países pobres onde não há seguro-desemprego, milhares de trabalhadores tentaram a sorte nos países ricos, onde às vezes sobrevivem na clandestinidade, com empregos sem proteção trabalhista ou mesmo com a mendicância nas ruas das grandes cidades europeias ou norte-americanas.
4. Apoiados nos princípios do neoliberalismo (livre atuação das forças de mercado sem intervenção do Estado), o governo dos Estados Unidos e organismos internacionais, como o FMI e o Banco Mundial, pressionaram os governos de diversos países a eliminarem as restrições legais que limitavam o funcionamento do sistema financeiro. Essas regulamentações eram medidas de segurança que tinham por objetivo impedir sofisticadas formas de especulação capazes de pôr em risco o mercado financeiro. Aos poucos, a pressão obteve resultados positivos, permitindo cada vez mais que as instituições financeiras realizassem operações de alto risco, antes proibidas. Isso ampliou o

volume de negócios e atraiu especuladores que lucravam com essas operações de risco de modo significativo. A ampliação dos ativos dos bancos internacionais (que saiu de 6 trilhões em 1990 para 37 trilhões, em 2007) criou novas possibilidades de empréstimos a juros baixos. Nos Estados Unidos, esses empréstimos foram dirigidos principalmente para o mercado imobiliário, onde podem atingir milhares de pessoas sem renda fixa, interessadas em comprar sua casa. O aquecimento do mercado provocou a elevação do preço dos imóveis, atraindo ainda mais interessados, mas os compradores nem sempre pagaram suas hipotecas. Por meio de sofisticados mecanismos financeiros, os bancos transformavam as dívidas em títulos negociáveis com outros bancos e instituições financeiras. Quando o governo norte-americano aumentou a taxa de juros, toda essa cadeia veio abaixo, com o aumento das dívidas e a consequente inadimplência de milhões de pessoas. Sem recursos em caixa, empresas do mercado financeiro (bancos, seguradoras, etc.) começaram a falir, provocando um pânico de dimensões globais que atingiu as bolsas de valores e provocou perdas generalizadas.

- Segundo os princípios do neoliberalismo, o Estado não deveria intervir na economia, pois as leis de mercado seriam capazes de resolver naturalmente os problemas por meio da livre-iniciativa econômica dos agentes particulares. No entanto, depois que a crise financeira estourou, diversos governos intervieram de modo significativo no mercado, estatizando bancos à beira da falência e oferecendo volumosos empréstimos para instituições financeiras saldarem suas dívidas.
- O processo de globalização, ao mesmo tempo que promoveu a expansão das riquezas e a integração das economias em escala mundial, contribuiu para o aumento do desemprego, o empobrecimento de amplos setores da sociedade, o enfraquecimento dos Estados nacionais e a destruição de valores culturais de muitos países que se encontram na periferia do sistema. É dentro desse contexto que se pode analisar a expansão do fundamentalismo islâmico. A maioria dos muçulmanos encontra-se em países pobres, como Bangladesh, Egito, Iraque, Nigéria, Sudão, etc. Muitas dessas pessoas tornam-se fundamentalistas, pois se sentem frustradas e percebem que seus valores éticos, religiosos e culturais vêm sofrendo grande influência dos valores culturais do Ocidente. Dispostos a preservar suas tradições, os fundamentalistas, grupos religiosos extremistas, defendem a criação de sociedades regidas pelo Alcorão. Para eles, a existência de bares, boates, bancos, hotéis e cinemas nos países islâmicos é a prova de que a cultura muçulmana está sendo influenciada pela “decadente cultura ocidental”.

Hora DE REFLETIR

Esta atividade visa fazer com que o aluno discuta a ética em tempos de guerra. Ao fazer a atividade, o professor

pode pedir que o aluno exponha sua opinião a respeito da seguinte frase, atribuída ao senador norte-americano Hiram Johnson, em 1917, a respeito da Primeira Guerra Mundial: “A primeira vítima da guerra é a verdade”. O professor poderá conduzir o debate pedindo aos alunos que respondam à seguinte pergunta: Alguma guerra pode ser considerada justa? Antes de promover o debate, o professor poderia ler o texto *Guerra e ética*, de Leonardo Boff, que se encontra disponível em: <www.cuidardoser.com.br/guerra-e-etica.htm>. Acesso em: 15 mar. 2013.

capítulo 21

Novos rumos para o Brasil

Conteúdos e procedimentos sugeridos

Esse capítulo trata das principais transformações nas esferas política, social e econômica pelas quais passou a sociedade brasileira a partir das duas últimas décadas do século XX. Os processos de estabilização política e crescimento econômico são acompanhados de informações acerca de avanços e contradições sociais, permitindo que os alunos compreendam e reflitam sobre diversos aspectos da realidade brasileira atual.

A transformação da sociedade brasileira é tratada no início do capítulo, que retoma o histórico político dos cem primeiros anos da República brasileira até a promulgação da Constituição de 1988, cujas principais características são abordadas no texto *Uma obra em andamento* (página 239), da seção *Passado presente*. É importante que os alunos percebam que o título do texto não se refere apenas ao fato de muitos dos artigos constitucionais ainda hoje esperarem por regulamentação. Ele pode ser tomado em um sentido mais amplo, qual seja, o do exercício efetivo desses direitos. O reconhecimento de que essa questão não se encerra com a existência de dispositivos jurídicos é favorecido pela proposta da atividade *Sua opinião*, no mesmo box, para que os alunos reflitam e identifiquem os direitos que consideram respeitados ou não no Brasil.

Ao discutir as condições socioeconômicas no Brasil atual, são mencionados os altos índices de degradação ambiental do país. A seção *Patrimônio e diversidade* (página 246), sobre o estado do Amazonas, pode contribuir para a compreensão da importância da Amazônia para a preservação da vida no planeta e ampliar o conhecimento dos alunos sobre as características culturais da população amazonense.

Com base em considerações elaboradas por um economista, Muhammad Yunus, Prêmio Nobel da Paz em 2006, a seção *Interpretando documentos* (página 248) incentiva os alunos a refletirem não apenas sobre os destinos da humanidade, mas também sobre a capacidade humana de intervir em seu futuro.

Outra conquista recente da sociedade brasileira foi a aprovação da lei que tipifica como crime a violência doméstica contra a mulher, tratada no box *A Lei Maria da Penha* (página 247). A atividade *De olho no mundo*, no mesmo box,

propõe que os alunos recolham artigos e reportagens a fim de refletir sobre estratégias para combater o machismo e a violência contra a mulher e ampliar a igualdade de gênero no Brasil. Ao reconhecer a importância da luta pela igualdade também no âmbito das relações interpessoais, essa seção trata dos desafios da sociedade brasileira não apenas no plano político-governamental, mas também em seus aspectos culturais e éticos. Somadas à seção *Hora de refletir* (página 249), que incentiva a reflexão sobre a difusão de valores na sociedade, essas atividades favorecem a ampliação do conceito da unidade, *Ética*.

Sugestão de site

Hoje na história – *Blog do Jornal do Brasil* sobre acontecimentos históricos. Disponível em: <www.jblog.com.br/hojenahistoria.php>. Acesso em: 21 jan. 2013.

PASSADO Presente

Uma obra em andamento

Sua opinião

Resposta individual, pois refere-se à avaliação de cada um sobre os direitos sociais constituídos e efetivamente respeitados no Brasil. Essa resposta pode depender da realidade local. Pode-se, no entanto, orientar os alunos a refletirem sobre o assunto com os pais ou em outros ambientes, para que tenham diversas opiniões sobre o tema. De modo geral, podemos falar que várias conquistas da Constituição de 1988 melhoraram a vida da população brasileira, especialmente das camadas populares. Alguns direitos trabalhistas (direito de greve, 44 horas semanais, licença-maternidade, etc.) têm sido efetivamente cumpridos e fiscalizados em grande parte do país. Porém, as conquistas trabalhistas não atingiram toda a população trabalhadora. Outra mudança importante estabelecida pela nova Constituição é o conjunto de normas legais que controlam a ação do Estado e impedem que arbitrariedades sejam cometidas, como a tortura, a prisão sem justificativa ou a sonegação de informação a pessoas investigadas – rompendo-se, desse modo, com uma antiga herança do Estado brasileiro, historicamente acostumado ao arbítrio e à violência, especialmente contra a população mais pobre. Entretanto, ainda há notícias de tortura e condições indignas em presídios. Professor, você pode ponderar com os alunos que a maioria dos direitos definidos em lei torna-se parte das reivindicações dos movimentos e organizações sociais que passam a exigir o cumprimento da lei, pressionando o Estado. Assim, é raro que algum direito social seja cumprido integral e universalmente no curto prazo, pois, ele depende de “vontade política” do Estado e das reivindicações sociais.

A Lei Maria da Penha

De olho no mundo

Trata-se de uma atividade reflexiva, mas que incentiva os alunos a levantarem dados e subsídios sobre o tema.

A discussão de fundo refere-se à própria dinâmica de transformação social e à existência (ou não) de práticas culturais imutáveis. Essa é uma ideia muito reproduzida pelo senso comum – a de que os “brasileiros” têm certas características imutáveis (machismo, indolência, bom humor, cordialidade, etc.) – e que diminui, muitas vezes, o impacto de ações políticas, como a Lei Maria da Penha. Por sua vez, também é recorrente a perspectiva de que leis rigorosas e multas elevadas (ou punições legais) podem provocar efeito nas práticas culturais (as leis de trânsito, como o uso obrigatório do cinto de segurança, são utilizadas frequentemente como exemplos). Para o desenvolvimento do debate é importante que os alunos tenham refletido sobre isso e que elaborem argumentos sobre o significado das ações políticas e educacionais, numa perspectiva de longo prazo – visto que as mudanças culturais, às vezes, só podem ser verificadas em décadas. Professor, você pode contribuir para o debate, apresentando para a classe as transformações históricas nos padrões culturais brasileiros: a diminuição do poder do patriarca quando comparado com as famílias do século XIX, por exemplo, a introdução de padrões modernos de casamento (baseado no sentimento amoroso e não nas decisões dos pais), a liberação feminina e a prática do sexo antes do casamento (embora ainda haja fortes restrições religiosas em certas regiões e grupos sociais), a popularização de métodos contraceptivos (como a pílula e a camisinha). Todas essas transformações são recentes, mas resultam de processos culturais de longa duração que se transformam lentamente e nem sempre são compreendidos pelos alunos. Para dinamizar a atividade, você pode incentivar os alunos a apresentarem os materiais lidos previamente, organizando um mural ou lendo trechos dos documentos para a classe. Isso pode evitar que o debate seja apenas uma reprodução de ideias preconcebidas. No site <www.agenciapatriciagalvao.org.br>, acesso em: jan. 2013, há inúmeros subsídios que podem contribuir com a discussão, inclusive pesquisas de fácil acesso sobre o comportamento e as opiniões dos brasileiros sobre as questões de gênero (no link “pesquisas”, na página de abertura do site).

Organizando AS IDEIAS

1. Sim, porque o sistema político brasileiro apresentou, durante a maior parte do período republicano, um elevado grau de instabilidade, revelador da fragilidade da democracia brasileira e das diversas crises de governabilidade. Ao longo dos primeiros cem anos da República, o direito da população ao voto não foi plenamente respeitado. Durante a chamada República Velha, por exemplo, o número de brasileiros eleitores era restrito, havia frequentes fraudes eleitorais e o controle do voto era imenso, através do chamado “voto de cabresto”. Além disso, em diversos momentos da história brasileira recente governos autoritários impediram o desenvolvimento da democracia, com estado de sítio ou golpes de Estado, como em 1937 e 1964, quando o país viveu sob regimes ditatoriais: du-

- rante o Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945) e o regime militar (1964-1985). Apenas na década de 1980 essa herança autoritária e golpista começou a ser superada, com o retorno à normalidade constitucional. Desde então, as eleições tornaram-se uma rotina na vida política dos brasileiros, que puderam (e podem até hoje) escolher livremente seus representantes políticos para os cargos do Legislativo e Executivo nas esferas municipais, estaduais e federais.
- Entre os principais direitos aprovados pela nova Constituição encontram-se o fim da censura prévia às artes e aos meios de comunicação, a proibição à tortura, o *habeas data* (direito de cada indivíduo ter acesso às informações a seu respeito em poder de órgãos públicos), a ampliação da licença maternidade para 120 dias e a criação da licença-paternidade de cinco dias, a jornada semanal de 44 horas, a reforma agrária em terras improdutivas e o voto facultativo para jovens de 16 a 18 anos.
 - O modelo de desenvolvimento econômico adotado pelo regime militar estava baseado na intervenção generalizada do Estado na economia, através de uma política protecionista, do estímulo à iniciativa privada e da criação de empresas estatais em diversos setores da economia. Esse modelo exigia um volumoso aporte financeiro que foi captado em bancos estrangeiros, através de empréstimos a juros baixos. Em fins dos anos 1970, esse modelo foi colocado em xeque com o aumento das taxas de juros internacionais, fato que elevou o montante da dívida em poucos anos. Somou-se a isso a recessão norte-americana, que levou os Estados Unidos, maior parceiro comercial do Brasil na época, a reduzir o volume de suas importações, provocando *deficit* na balança comercial brasileira. Esse quadro foi agravado com o aumento do preço do barril de petróleo, sob comando dos países árabes exportadores de petróleo, elevando ainda mais as despesas brasileiras, já que o país era dependente da importação de petróleo para o funcionamento de suas indústrias. O resultado desses fatores foi uma grave crise econômica durante toda a década de 1980 até meados dos anos 1990. A crise se manifestou pela queda da produção industrial, o crescimento do *deficit* público e o aumento da inflação em um ritmo cada vez maior. A dívida externa brasileira, que em 1969 era de 4,3 bilhões de dólares, em 1990 havia saltado para 124 bilhões de dólares.
 - O governo Collor rompeu uma longa tradição de protecionismo da indústria nacional, ao seguir as lições do neoliberalismo. Collor estimulou a abertura do mercado brasileiro ao comércio exterior sob o argumento de que as empresas brasileiras precisavam se adequar para enfrentar o mercado mundial, cada vez mais globalizado. Então, reduziu as taxas de importação e eliminou as restrições à entrada de produtos estrangeiros. As medidas provocaram efeito imediato: artigos do mundo inteiro começaram a ocupar as lojas brasileiras, atraindo rapidamente os consumidores. Em consequência, as indústrias do país que não conseguiram se modernizar e aprimorar seus produtos não tiveram condições de competir com os estrangeiros, que tinham preços mais baixos que os nacionais. Algumas empresas fecharam as portas e outras demitiram funcionários, visto que uma das formas de diminuir custos e manter a competitividade era reduzir gastos com mão de obra, terceirizando os serviços.
 - Em primeiro lugar, a estabilidade econômica obtida pelo controle da inflação garantiu a eleição de Fernando Henrique Cardoso, ministro da Fazenda do governo Itamar Franco e o responsável direto pelo Plano Real. Lançado como candidato a presidente, ele venceu o pleito de 1994 e foi reeleito em 1998. Em segundo lugar, com a estabilização da moeda, o governo brasileiro teve condições de implementar uma série de medidas que fortaleceram a moeda e o modelo econômico adotado, como a reorganização das regras do sistema bancário e a renegociação das dívidas dos governos estaduais. Nesse campo, uma das medidas mais significativas foi a aprovação, em 2000, da *Lei da Responsabilidade Fiscal*, cujo objetivo é impedir que prefeitos, governadores e o próprio presidente da República gastem mais do que o estabelecido pelo orçamento público.
 - Ao longo dos últimos anos, a economia brasileira obteve um crescimento significativo: em 2004, o PIB aumentou 5,71% e em 2007 o crescimento foi de 6,09%. As taxas de desemprego diminuíram ao longo dos anos e houve uma expansão da classe média que, em 2012, representa mais da metade da população brasileira, 55% (em 2002, ela representava 44,19%). Para muitos economistas, o crescimento do consumo interno tem sido o principal motor da expansão econômica do Brasil no final da primeira década do século XXI. O saldo positivo da balança comercial brasileira garantiu ao país passar pela crise mundial de 2008 sem grandes prejuízos. Mesmo a dívida externa, apontada por mais de uma década como uma das principais responsáveis pela crise do país, saiu do centro das atenções. O país não era mais devedor dos bancos internacionais e sim credor, desde 2009, quando emprestou 10 bilhões de dólares ao Fundo Monetário Internacional (FMI).
 - Quando Lula assumiu a Presidência, em 2003, havia o temor dos grupos conservadores, visto que ele era um candidato de um partido de esquerda e o primeiro presidente eleito que não era um membro da elite, mas originário do meio operário. Entretanto, o governo do presidente Lula seguiu, em muitos aspectos, a política econômica neoliberal de Fernando Henrique Cardoso. Por isso, diversos grupos de esquerda que apoiaram a candidatura de Lula chegaram a romper com o governo ainda durante seu primeiro mandato. No campo da política social, o governo iniciou ações que procuraram promover maior distribuição de renda e diminuir as desigualdades sociais. Nesse campo, duas medidas foram importantes: o aumento real do salário mínimo (reajustado em índices superiores ao da inflação) e o Bolsa Família, um programa de transferência de rendas para famílias em situação de pobreza ou de miséria, atingindo aproximadamente 13,5 milhões de famílias brasileiras. Para ter direito ao benefício, as famílias deviam oferecer contrapartidas, como manter filhos

na escola e vacinar as crianças de acordo com o calendário anual de vacinação. Muitos opositores afirmam que esse programa tem caráter assistencialista e que, portanto, promoveria a “acomodação” das camadas mais baixas da sociedade, uma vez que a verba substituiria a procura por trabalho. Porém, o Bolsa Família possibilitou reduzir pela metade o índice de miseráveis no país, embora ainda existam elevadas desigualdades sociais.

8. Apesar dos grandes avanços sociais e do crescimento econômico da última década, o Brasil continua a apresentar desigualdades sociais acentuadas. Um dos sinais dessa desigualdade pode ser verificado pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) medido anualmente pelo Pnud (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). Das 187 nações investigadas em 2011, o Brasil ficou em 84º lugar, com o índice 0,718, uma posição baixa, considerando que a economia brasileira é uma das sete maiores do mundo. Mesmo assim, a concentração de renda do país é extremamente elevada: enquanto 1% da população mais rica do país (que representa cerca de 516 mil domicílios) detém 12,5% de toda a riqueza no país, no outro extremo, os 50% da população mais pobre (cerca de 28 milhões de residências) dividem entre si 14,7% da riqueza gerada no país. Além disso, há uma forte concentração fundiária, responsável pela pobreza das populações rurais; há cerca de 12,9 milhões de brasileiros (com mais de 15 anos) que ainda são analfabetos, enquanto outros 30 milhões têm apenas conhecimentos rudimentares da escrita e da leitura; ainda existem cerca de 4,3 milhões de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos (9,8% do total) obrigados a trabalhar, muitos deles em atividades insalubres e estafantes; mulheres e negros sofrem diversos tipos de preconceitos que representam menos acesso à educação e à saúde, salários inferiores e maior risco de desemprego. Além disso, as populações indígenas sofrem com os lentos processos de demarcação de suas terras e têm seus direitos desrespeitados por fazendeiros, madeireiros, garimpeiros e posseiros que invadem seus territórios.

Interpretando DOCUMENTOS

1. Segundo Yunus, as mudanças ocorridas nos últimos cem anos têm como característica central um ritmo acelerado, uma velocidade cada vez maior, por isso, nos sentiríamos na Pré-História se pudéssemos retornar ao início do século XX. Esta é a única certeza, conforme Yunus, que podemos ter sobre o futuro: a velocidade das mudanças (econômicas, tecnológicas, políticas, culturais, etc.) tende a aumentar cada vez mais e nunca a retroceder. Para o economista, “a insaciável busca do conhecimento, o desconhecido, a ânsia das empresas por colocar a tecnologia a serviço dos clientes e a corrida armamentista ajudaram a criar esse impulso”.
2. Ele afirma que, se encararmos o futuro como passageiros de uma nave espacial, acreditaremos que o destino da Terra é algo incontrolável e incompreensível (como uma nave sem piloto nem rota). Por sua vez, se vivermos como tripulantes, isto é, acreditando que somos capazes de tomar o rumo da História em nossas mãos, então, poderemos definir qual será o destino da espécie humana e do planeta.
3. A resposta é pessoal. Mas pode-se orientar a classe a refletir sobre experiências positivas que estejam contribuindo para combater a pobreza e a fome no mundo. O próprio Yunus é protagonista de uma dessas experiências. A criação do “banco dos pobres” em Bangladesh tem transformado significativamente a vida de pessoas em condições socioeconômicas precárias. Professor, o texto a seguir analisa os impactos da instituição criada por Yunus, o Banco Grameen (Banco da Aldeia), em Bangladesh.

Diminuição da Pobreza em Bangladesh – A Experiência do Banco Grameen

Dr. S. M. Musa

O Grameen é um tipo especial de banco que empresta aos mais pobres dentre os pobres sem qualquer lucro. Foi fundado pelo economista de Bangladesh, Prof. Muhammad Yunus, numa pequena vila chamada Jobra, perto da Universidade Shittagong, de Bangladesh. O Banco Grameen empresta aos pobres através da formação de grupos. Em cada grupo deve haver cinco mulheres ou homens. Cerca de 97% dos tomadores de empréstimo são mulheres. Até março de 2001, o Banco Grameen já havia abrangido 2,3 milhões de pessoas pobres, através de 1 169 filiais e, dentre nossas 68 mil vilas, o Grameen já cobriu 40 mil.

Depois de conseguir o empréstimo no Grameen, essas pessoas tornam-se trabalhadores autônomos e tentam melhorar seu estilo de vida e condição socioeconômica. Elas estão tomando empréstimos e utilizando o dinheiro emprestado adequadamente em negócios apropriados e, gradativamente, ampliam seus proventos. Com o passar do tempo, vão aumentando seus empréstimos para expandir seus negócios.

Antes de aderir ao Banco Grameen, viviam em casas precárias. Não podiam educar seus filhos e nem sequer prover suas necessidades mais básicas. O Grameen oferece vários tipos de empréstimo como: Geral, Sazonal, Leasing, Habitacional, Saneamento, etc. A taxa de recuperação desses empréstimos é de praticamente 98%. Com o tempo, os emprestadores adquirem confiança e vão assumindo maiores responsabilidades na comunidade. Vão tornando-se líderes comunitários, através de eleições.

O Banco Grameen está capacitando pessoas que eram pobres e sem poder algum, principalmente as mulheres. Hoje, elas encaminham seus filhos para a escola, para o colégio e até para as universidades. O Grameen oferece empréstimos para educação superior com taxa de serviço mínima. Os emprestadores se tornaram pessoas conscienciosas com sua saúde e higiene, morando em

casas melhores, bebendo água potável e cuidando do seu meio ambiente.

Também através do Banco está crescendo a participação de pessoas carentes em tecnologia da informação. Assim, a tecnologia pode mudar o destino das pessoas necessitadas, especialmente das mulheres. O Banco Grameen já desenhou uma companhia telefônica móvel em colaboração com a Tele Nor Norueguesa. O Grameen tornou-se o modelo de diminuição da pobreza em todo o mundo. Atualmente, esse modelo funciona em 63 países [dados de 2001]. As suas experiências são emocionantes e trazem grandes esperanças a todos nós. [...] É razoável pensar que o modelo do Grameen pode assegurar a diminuição da pobreza no mundo, se for adotado com empenho por pessoas conscientes.

Fonte: <www.comitepaz.org.br/download/Diminui%C3%A7%C3%A3o%20da%20Pobreza%20em%20Bangladesh.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2013.

Hora DE REFLETIR

As duas perguntas têm o propósito de levar o aluno a perceber que a difusão de valores éticos em uma sociedade não pode estar restrita a um reduzido número de pessoas ou a determinadas instâncias do poder. Todos os cidadãos têm um papel importante nessa difusão. Combater a corrupção, as desigualdades sociais, não praticar atos discriminatórios, respeitar as regras de trânsito, não sujar as vias públicas, lutar pela preservação do meio ambiente, entre outros exemplos, são tarefas que competem a todos – ao Estado, às pessoas físicas e jurídicas – e, se postos em prática, podem transformar o Brasil em um país melhor.

Professor, incentive os grupos a fazer uma cena curta e simples, por exemplo, com 1 minuto e 2 personagens. A intenção é que por intermédio da cena eles sejam conduzidos a uma discussão prática sobre o tema, evitando generalizações ou idealizações muito vagas sobre a difusão dos valores éticos. Se julgar oportuno, os grupos podem apenas construir os diálogos e fazer uma leitura dramatizada, descrevendo a cena, sem precisar encená-la.

Fechando a unidade

Refleta e responda

1. A questão permite que o aluno reflita sobre o quadro descrito por Peter Singer e faça uma comparação com as situações por ele vivenciadas em seu cotidiano. Professor, atitudes como desrespeitar o próximo, as leis do trânsito, sonegar impostos são exemplos de atitudes antiéticas. Você pode aproveitar as situações descritas pelos alunos e suas reações para debater a influência de nosso comportamento para a perpetuação ou o combate a tais práticas.
2. Professor, a resposta é pessoal, mas a pergunta permite que o aluno reflita sobre a importância que cada indivíduo da so-

cidade tem no sentido de, por meio de atos éticos, promover maior justiça social.

Uma análise de Frei Betto sobre a importância da ética na atualidade intitulada “Ética: mera questão de estética?” pode ser conferida em <www.adital.org.br/site/noticia2.asp?lang=PT&cod=23484>.

3. Embora a resposta seja pessoal, aproveite a leitura dos depoimentos para discutir com a classe como essas pessoas, de regiões diferentes do Brasil, percebem a sociedade brasileira. Temas como falta de ética na política e, como consequência, corrupção e a má administração dos recursos públicos, a violência, a qualidade do ensino e o descompromisso com a preservação dos recursos naturais estão presentes em grande parte dos depoimentos selecionados. Outros depoimentos privilegiam a mudança de comportamento na esfera mais íntima: combate aos pequenos deslizes do dia a dia, como jogar lixo nas ruas, falta de educação, mais solidariedade e atenção com a educação dos filhos. Você pode, por exemplo, perguntar aos alunos se somente mudanças administrativas ou relacionadas ao comportamento dos políticos seriam suficientes para garantir uma vida melhor para todos.
4. Resposta pessoal. A questão tem a intenção de estimular a capacidade crítica do aluno ao propor soluções para se obter melhor qualidade de vida no Brasil a partir da observação da realidade em que vive. O importante é que ele consiga relacionar a necessidade do envolvimento de todos os cidadãos com a melhoria das condições de vida em nosso país, desde a prática de atitudes éticas em nossas ações cotidianas – em combate ao oportunismo característico do chamado “jeitinho brasileiro” – até a eficiência de nossa administração pública e maior conscientização política.

Sugestões de avaliação/ Atividades complementares

Como já salientamos, o uso dessas sugestões de avaliação não deve ser considerado obrigatório ou uma proposta fechada. Nossa intenção é sugerir caminhos que podem ser úteis no processo pelo qual você vai avaliar o grau de aquisição de conhecimento dos alunos, assim como as estratégias didáticas utilizadas. Você tem ampla liberdade de colocá-las em prática ou não, ou de adaptá-las à realidade de sua classe.

Essas sugestões têm por objetivo colocar os alunos em condições não só de articular e expor o conhecimento adquirido, mas também de fazer suas reflexões por meio de estratégias pedagógicas diferentes. No caso deste volume 3, são elas: interpretação e seleção de respostas de múltipla escolha em avaliação objetiva; produção de um *blog*; elaboração de linha do tempo; elaboração de um jornal; análise crítica comparada de filme e texto literário; leitura, interpretação e comparação de documentos históricos; montagem de oficina fotográfica e exposição de fotografias.

De modo geral, abordamos aspectos de todos os capítulos do livro na produção das sete *Sugestões de avaliação*/

Atividades complementares. Nas atividades sugeridas, procuramos não só tratar dos conteúdos da disciplina de História, mas também elaborar propostas que enfatizem a relação passado-presente e que abordem os conceitos trabalhados nas unidades do livro.

Por essa razão, o conteúdo dos capítulos é retomado em mais de uma avaliação. Pretendemos com isso oferecer opções ao professor, que escolherá a avaliação, ou avaliações, que julgar mais pertinente em relação à realidade da classe.

Para tornar essa explicação mais clara, resumimos a seguir o conteúdo das *Sugestões de avaliação/Atividades complementares* e sua relação com os capítulos do volume 3 da coleção.

Sugestões de avaliação/Atividades complementares 1:

Exploram aspectos da imigração de europeus para o Brasil a partir do final do século XIX, associando diferentes aspectos históricos às especificidades das influências culturais dos imigrantes em cada região.

Sugestões de avaliação/Atividades complementares 2:

Reúnem os temas da Unidade I – *Ciência e tecnologia* –, e propõem uma análise crítica do desenvolvimento técnico-científico, frequentemente associado à ideia de progresso e desenvolvimento linear e constante. A elaboração de uma linha do tempo com importantes descobertas e invenções a partir da Segunda Revolução Industrial, acompanhada de suas aplicações e respectivas consequências, pretende chamar a atenção dos alunos para os avanços e os retrocessos que envolvem a ideia de progresso.

Sugestões de avaliação/Atividades complementares 3:

Aqui, o tema dominante são os *Meios de comunicação de massa*, conceito que preside a Unidade II. A atividade sugerida – elaboração de um jornal – pode contribuir para uma reflexão sobre as características e a importância dos meios de comunicação de massa na atualidade, bem como seu poder de convencimento e os diferentes interesses que atendem. Também são sugeridas reflexões acerca das dificuldades para constituição de uma sociedade bem informada no Brasil e das transformações socioeconômicas provocadas pelo desenvolvimento e uso dos modernos meios de comunicação de massa. A atividade permite, ainda, conhecer e compreender a estrutura de um jornal.

Sugestões de avaliação/Atividades complementares 4:

Abordam alguns aspectos relacionados ao conceito da Unidade III – *Violência*. A atividade sugerida – análise crítica comparada de filme e de texto literário – pode contribuir para a reflexão sobre diferentes formas de violência e permite discutir a responsabilidade do Estado e dos indivíduos na construção de uma sociedade menos violenta.

Sugestões de avaliação/Atividades complementares 5:

A atividade sugerida permite debater o processo de repressão exercido pelo governo militar no Brasil, por meio de uma das formas de violência desenvolvida pelo Estado brasileiro: a censura sobre os meios artísticos de expressão, mais precisamente a censura às composições musicais. Por meio de documentos produzidos na época, os quais descrevem o processo de julga-

mento sofrido pela produção musical e pelos compositores, o aluno poderá ampliar seus conhecimentos em relação à violência sofrida pela população durante os chamados “anos de chumbo”. A atividade permite trabalhar também aspectos do processo cultural do Brasil e sua importância para a construção da cidadania, os efeitos e os danos políticos da censura militar às expressões culturais e a identificação dos valores do espírito militar da época.

Sugestões de avaliação/Atividades complementares 6:

Por meio de questões objetivas, abordam vários aspectos das sociedades contemporâneas, debatidos na Unidade IV, como o conceito de neoliberalismo, o crescimento econômico da China, as características da sociedade brasileira na atualidade, entre outros temas.

Sugestões de avaliação/Atividades complementares 7:

A atividade sugere a realização de uma oficina fotográfica e da respectiva exposição de fotos, buscando conhecer a percepção dos alunos em relação ao lugar onde vivem. Ao propor uma atividade de observação do espaço, a atividade permite mobilizar a sensibilidade e a criatividade dos alunos, melhorando a percepção do ambiente e incentivando a valorização do espaço ao seu redor como lugar de convívio social.

Sugestões de avaliação/Atividades complementares 1 (capítulo 4)

A atividade proposta a seguir permite a avaliação das seguintes competências e habilidades: associar as manifestações culturais do presente aos seus processos históricos; analisar, interpretar e aplicar recursos expressivos das linguagens, relacionando os textos com seus contextos na produção de um *blog*; adquirir e aprofundar conhecimentos sobre a imigração no Brasil.

Estratégia pedagógica: produção de um *blog*.

Objetivo: aprofundar a discussão sobre a imigração, associando diferentes aspectos históricos da presença imigrante no Brasil com aspectos específicos das influências da cultura imigrante em cada região.

Preparação: Professor, para organizar o trabalho, sugerimos os seguintes procedimentos.

1. Divida a classe em grupos de acordo com o número de alunos.
2. Apresente a atividade e faça uma discussão prévia das questões.
3. Peça que cada grupo divida as tarefas entre seus membros e defina as datas de entrega e de apresentação dos trabalhos.
4. Com base no material coletado, você poderá utilizar alguns minutos das aulas para orientar os trabalhos.

O texto complementar a seguir contém mais informações sobre o uso de *blog* em sala de aula.

Texto complementar

Um blog na sala de aula

Desde que surgiram no mundo virtual, os blogs deixaram de ser apenas diários on-line para assumir fun-

ções muito mais significativas no processo de comunicação. Alimentados por especialistas, muitos deles acabam formando opinião por serem tão ou mais atrativos do que publicações jornalísticas consagradas. Basta acompanhar o número de clicks e posts comentando as notícias para saber quais são os mais bem-sucedidos. Justamente o seu dinamismo e a possibilidade de ampliar a difusão de ideias é que faz do blog um aliado para quem procura e, também, produz conhecimento. É aí que, na opinião de especialistas, a ferramenta se traduz em uma grande aliada dos professores no processo de ensino/aprendizagem.

O uso do blog em sala de aula pode trazer mais dinamismo para a realização e apresentação de trabalhos, facilitar o dia a dia de professores e estudantes que têm no ambiente virtual uma espécie de arquivo de documentos, além de aproximar os alunos, que podem discutir ideias e opiniões sem que estejam no mesmo espaço físico e ao mesmo tempo. “É uma ferramenta incrível que auxilia os professores em suas atividades em sala, além de permitir uma maior exposição de seus conhecimentos para o público”, ressalta a autora e docente de cursos online para a Cogeae da PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), Fundação Vanzolini e UnicenP (Centro Universitário Positivo), Betina Von Staa.

A especialista acredita tanto no poder do blog na Educação que aponta diversas razões para que os professores busquem a tecnologia como aliada e passem a ter seus blogs como campus virtual de suas aulas ou vitrines de suas ideias e trabalhos. Segundo Betina, com o hábito de escrever e ter seu texto lido e comentado, não é preciso dizer que se cria um excelente canal de comunicação com os alunos, tantas vezes tão distantes. Além de trocar ideias com a turma, no blog, o professor faz isso em um meio conhecido por eles, pois muitos costumam se comunicar por meio de seus blogs pessoais. “O professor ‘blogueiro’ certamente se torna um ser mais próximo deles. Talvez, digital, o professor pareça até mais humano”, reflete.

O aspecto mais saudável do blog, na opinião de Betina, é que os posts sempre podem ser comentados. Com isso, o professor, como qualquer “blogueiro”, tem inúmeras oportunidades de refletir sobre as suas colocações, o que só lhe trará crescimento pessoal e profissional. “Este docente certamente começa a refletir mais sobre suas próprias opiniões, o que é uma das práticas mais desejáveis para um mestre em tempos em que se acredita que a construção do conhecimento se dá pelo diálogo”, defende.

Não é preciso dizer que, com tanta conexão possibilitada por um blog, o professor consegue ampliar sua aula. Alunos interessados podem aproveitar a oportunidade para pensar mais um pouco sobre o tema, o que nunca faz mal a ninguém. Além disso, o blog permite que os próprios alunos vejam os traba-

lhos dos colegas e consigam fazer uma comparação das ideias resultantes de cada trabalho, o que é saudável para o aprendizado. Quem viveu isso na prática defende que o recurso funciona e melhora a relação dos alunos com as atividades, além de suas reflexões sobre os trabalhos.

BURGARDT, Lilian. Razões para criar um blog e usá-lo como aliado em sala de aula. Disponível em: <www.universia.com.br/docente/materia.jsp?materia=14193>. Acesso em: 25 mar. 2013.

Para o aluno

O texto a seguir foi extraído de um blog. Após sua leitura, faça o que se pede.

Essa gente de fora

Fui vítima do preconceito. [...] Um curitibano disse que sou “de fora”. Quem é “de fora” em Curitiba sabe quantas minhocas tem debaixo dessa pedra. Podia escrever sobre isso, mas não quero me sentir mais de fora que estou. O fato é que o “de fora” na cara me fez pensar sobre minha origem.

[...] Meu bisavô, Giovanni Visinoni, foi o “de fora” original. Nasceu em 1860 em um vilarejo na Itália chamado Rovetta, mas não devia se sentir tão “de dentro” por lá. Pois foi estudar e trabalhar fora. Daí um dia deve ter olhado o oceano e veio-lhe a vontade de dar o grande salto. E lá veio o “nôno” [por volta de 1892] desbravar o Brasil.

No Paraná, Giovanni virou João. Podia sossegar a mola propulsora dos desbravadores, trabalhar o jardim e, finalmente, se sentir de dentro em Curitiba. Seria fácil. Afinal naqueles idos todos, polacos, carcamanos, galegos, chucrutes, eram “de fora”. Mas João, ao contrário de muita gente que chegava a Curitiba, tinha um diploma de engenheiro ferroviário e o olhar perdido no mar de Araucárias.

Assim, após trabalhar nas obras do ramal Curitiba/Paranaguá e na ampliação da estação ferroviária de Curitiba [...], meu bisavô foi para dentro da verdadeira Amazônia de Araucárias que era então o segundo planalto paranaense.

Por lá projetou ferrovias que levaram os imigrantes mais para o interior e trouxeram riquezas mil para a capital. Depois de construir vários caminhos para o progresso e até virar nome de estação ferroviária, João Visinoni fincou raízes como fazendeiro em Irati [PR], onde plantou um pinheiro, casou e teve 9 filhos.

Um dia triste, [em 1919] numa disputa com grileiros “de fora” que invadiram suas terras, João foi morto na frente de seu filho de oito anos, Victorio. Compreensivelmente, Victorio crescido abandonou o campo e seguiu caminho reto e leal na estrada de ferro.

Como seu trabalho o levava de estação em estação imagino que Victorio nunca se sentiu muito “de dentro” em lugar algum, porém teve cinco filhos e se estabeleceu como Chefe de Estação no importante ramal de Itararé, a Sentinela da Fronteira, por onde passava toda a riqueza do sul, do Uruguai e da Argentina.

Nessa época a vida era solta e emprego bom, tanto que outro João, o Joãozinho, filho mais velho do Victório, seguiu os passos da família se equilibrando pelos trilhos. Mas... (sempre tem “mas” na vida da gente “de fora”) o Brasil, após investir um século nas ferrovias, resolveu espertamente ouvir os conselhos das montadoras e passou a fazer estradas de asfalto.

Victório morreu novo, em 1962, bem antes de ver os trilhos assentados por ele serem amputados do chão e sua estação virar uma delegacia e seu filho mudar com esposa e dois filhos para São Paulo.

Em São Paulo, apesar do mar com gente “de fora”, Joãozinho nunca se sentiu muito em casa, pois lá em Sampa ele era “do Sul”. Por isso, um dia, após quase cem anos, outro João Visinoni, meu pai, chegou em Curitiba. Isso foi há dezesseis anos.

De lá pra cá tanta coisa aconteceu. Eu cresci, casei, mudei para Alto da Glória e escrevo sobre o bom de viver aqui.

Outro dia fiz uma conta e descobri que vivi mais aqui que em qualquer outro lugar. Mas dizem que sou de fora. Fazer o quê? Se meu bisavô tivesse se fixado aqui, talvez hoje eu seria “de dentro” mas talvez Paraná tivesse menos ferrovias e menos riquezas provenientes dela. Quem sabe?

De certo mesmo é que meu filho, Francisco Visinoni, nasceu em Curitiba e se sente feliz no Alto da Glória. Espero que ele cresça aqui. Mas, mais importante, espero que ele cresça de coração aberto, vontade de melhorar e com olhar esperançoso da gente “de fora”. Quem tem um lugar constrói muros. Não devia ser assim, mas é. Um dia se acorda e todos os estranhos estão do lado de fora e você está preso dentro.

VISINONI, Eduardo. Disponível em: <http://johnnypinguela.zip.net/arch2009-03-22_2009-03-28.html>. Acesso em: 25 mar. 2013.

Em uma espécie de desabafo por ser considerado “de fora” na cidade em que vive, o autor do texto recorda suas origens e conclui que a história de seus antepassados se confunde com a própria história do Paraná.

O bisavô do autor, por exemplo, foi um dos 2,1 milhões de imigrantes europeus que, entre 1840 e 1899, entraram no Brasil. Quais aspectos associam povos de hábitos e culturas tão diferentes à sociedade brasileira?

Reunidos em grupo e tendo como base os conhecimentos adquiridos no estudo da unidade II, façam um levantamento de dados sobre o assunto e elaborem um *blog* informativo sobre a presença dos imigrantes no Brasil.

Os tópicos abaixo podem servir de ponto de partida para os temas a serem abordados no *blog*:

- Que fatores influenciaram a imigração europeia para o Brasil a partir do final do século XIX? Quais eram as origens desses imigrantes?
- Quais eram as teorias das elites brasileiras para defender a vinda de europeus para o país?
- Além da região Sul, em que outras regiões os imigrantes se instalaram?
- Quais eram as dificuldades enfrentadas pelos imigrantes no Brasil?

- Em que setores da economia brasileira nesse período é possível identificar a atuação dos imigrantes?
- Como a história da ferrovia e a presença dos imigrantes no Brasil estão associadas?
- Destaque alguns aspectos da cultura dos povos europeus que foram incorporados pelos brasileiros.
- Como a presença dos imigrantes pode ser notada em sua região e/ou cidade? Façam um levantamento em arquivos locais ou procurem pessoas que possam fornecer informações confiáveis.

Professor, a atividade proposta possibilita aprofundar temas já debatidos no estudo da unidade I – *Ciência e tecnologia*. Com base na crônica de Visinoni, os alunos podem mencionar os diferentes aspectos que envolvem a vinda de imigrantes ao Brasil, por exemplo: a extinção do tráfico negreiro; o temor da elite brasileira de que, após a abolição, a população negra se tornasse maioria; as diferentes experiências com o trabalho livre imigrante; as dificuldades encontradas por esses trabalhadores ao chegarem aqui (a exploração imposta pelos fazendeiros e a dificuldade de adaptação ao clima e à cultura local). A atuação dos trabalhadores imigrantes em diferentes setores da economia, além das fazendas de café, e as características das colônias de imigrantes na região Sul do país, baseada na pequena propriedade agrícola, também podem ser analisadas.

A introdução, no Brasil, de novas técnicas e saberes pelos imigrantes é outro aspecto importante: a utilização do arado e do eixo móvel para carroças nas fazendas; uma das primeiras experiências com motor a vapor na Fazenda Ibicaba, em São Paulo; a revolução na produção agrícola brasileira graças a novas técnicas e maquinários utilizados por imigrantes japoneses; os trabalhadores especializados, como mestres de obras, padeiros, engenheiros ferroviários, jardineiros, entre outros. As influências políticas dos operários estrangeiros na organização do operariado brasileiro também fazem parte dessa experiência.

Professor, seria interessante incentivar os alunos a pesquisar também os investimentos dos imigrantes de posse em alguns ramos da indústria e do comércio. Um exemplo foi o caso do setor de diversões, principalmente o cinema e o teatro, importantes símbolos do progresso e da civilização almejados pelas elites brasileiras no início do século XX. Ao pesquisar sobre as possíveis influências dos imigrantes na cultura brasileira, outros aspectos podem vir à tona e ser identificados, conforme os interesses dos grupos. O contato com descendentes de imigrantes ou as visitas a arquivos locais podem enriquecer a experiência.

Dicas para os alunos

Os filmes e os livros sugeridos nos capítulos podem ser úteis na discussão das questões propostas. Para produzir um *blog*, o grupo pode considerar algumas etapas de trabalho que devem ser discutidas e planejadas previamente.

1. Um *blog* é um *site* cuja estrutura permite a atualização rápida a partir de acréscimos dos chamados *posts* ou arquivos, em geral, organizados de forma inversa à cronológica (do mais antigo para o mais recente), tendo como foco

o tema proposto. Geralmente, um *blog* combina textos, imagens e *links* para outros *blogs* e páginas da *web* e mídias relacionadas ao tema central.

Façam um levantamento das condições técnicas para a produção do *blog*. Verifiquem se há computadores conectados à internet na escola ou entre os integrantes do grupo e se alguém já produziu um *blog* antes. No site <www.wordpress.com> é possível criar um *blog* gratuitamente e de forma simples.

2. Discutam coletivamente os temas a serem abordados no *blog* e as ideias sobre como implantá-lo. Cada membro do grupo pode ficar responsável por uma seção ou tema a ser abordado, levantando informações e materiais em diferentes fontes para enriquecer o trabalho. Quem tiver mais facilidade com o uso dessa ferramenta pode ficar responsável pela edição da página. Uma ou duas pessoas do grupo devem registrar essas sugestões para facilitar o trabalho.
3. Documentos diversos como fotografias, referências de filmes, letras de músicas, gráficos e depoimentos enriquecem o trabalho e, para isso, devem dialogar com o conteúdo proposto e estar devidamente identificados (com fontes, datas, assunto, etc.).
4. O *blog* pode conter um espaço para postagem de depoimentos de imigrantes ou seus descendentes e também para leitores que queiram opinar sobre algum assunto.
5. O nome do *blog* deve ser curto e fácil de ser lembrado. Divulguem o endereço eletrônico do *blog* entre amigos e professores e procurem mantê-lo atualizado. Posteriormente, ele pode servir para discutir outros assuntos relevantes para a classe.

Sugestões de avaliação/ Atividades complementares 2 (do capítulo 1 ao capítulo 5)

A atividade proposta a seguir pode auxiliar na avaliação das seguintes competências e habilidades: observar, comparar e categorizar dados; articular imagens e conhecimentos históricos, produzindo sínteses; desenvolver a criatividade; compreender o conceito de tempo histórico; elaborar e executar projetos em equipe; analisar criticamente as mudanças e permanências provocadas pela introdução de novas técnicas.

Estratégia pedagógica: elaboração de linha do tempo.

Objetivo: analisar criticamente o desenvolvimento científico-tecnológico em associação com a ideia de progresso, articulando os conhecimentos históricos debatidos na unidade com o tempo presente.

Preparação: Professor, para organizar o trabalho, sugeri-
mos os seguintes procedimentos:

1. Divida a classe em grupos de acordo com o número de alunos.
2. Apresente o material e faça uma discussão prévia das questões.
3. Peça que cada grupo divida as tarefas entre seus membros e defina as datas de entrega e de apresentação dos trabalhos.
4. Com base no material coletado, você poderá utilizar alguns minutos das aulas para orientar os trabalhos.

Para o aluno

Documento 1 – Ciência e utopia

O século XIX foi um período de avanços científicos prodigiosos, durante o qual campos completamente novos da ciência surgiram [...]. O desenvolvimento tecnológico também foi espetacular – talvez mais ainda do que o científico na mente do grande público. Transporte, eletrificação, indústrias químicas, controle de doenças – a lista é infinita – estavam alterando a sociedade de modo profundo e irreversível. Por volta de 1900 o poder da tecnologia estava muito além do que qualquer outro século jamais sonhara. Não havia precedente histórico para o que se passava... Isso suscitou um otimismo curioso, uma fé que afirmava, com efeito, que estávamos no caminho certo – um pouco mais de esforço, um bocadinho mais de boa vontade e o nosso músculo científico-tecnológico recém adquirido, o poder do conhecimento, resolveria todos os problemas e nos alçaria a mundo novos e utópicos.

TOLSTÓI, Ivan. Citado em: SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 3. p. 515.

Documento 2 – Os riscos do discurso hegemônico

No alvorecer do século XXI, o paradoxo está em toda parte. A capacidade de produzir mais e melhor não cessa de crescer e é assumida pelo discurso hegemônico como sinônimo do progresso trazido pela globalização. Mas esse progresso, discurso dominante das elites globais, traz também consigo exclusão, concentração de renda, subdesenvolvimento e graves danos ambientais, agredindo e restringindo direitos humanos essenciais.

Mais inquietantes que os perigos nucleares são agora, no entanto, os riscos decorrentes da microbiologia e da genética, com seus graves dilemas éticos e morais. Como equilibrar os benefícios potenciais da genética, da robótica e da nanotecnologia contra o perigo de desencadear um desastre absoluto que comprometa irremediavelmente nossa espécie? Um olhar sobre o século XX, com os imensos saltos da tecnologia e do conhecimento, mas com seus imensos passivos de guerras trágicas, miséria e danos ambientais, faz brotar com força a pergunta central: somos, por conta desse tipo de desenvolvimento, mais sensatos e mais felizes? Ou podemos atribuir parte de nossa infelicidade precisamente à maneira como utilizamos os conhecimentos que possuímos? As consequências negativas do progresso, transformado em discurso hegemônico, acumulam um passivo crescente de riscos graves que podem levar de roldão o imenso esforço de séculos da aventura humana para estruturar um futuro viável e mais justo para as gerações futuras. [...]

DUPAS, Gilberto. O mito do progresso. *Novos Estudos – Cebrap*, n. 77. São Paulo, mar. 2007. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002007000100005&script=sci_arttext&tlng=en>. Acesso em: 25 mar. 2013.

Na Unidade I – *Ciência e tecnologia* –, foram tratados vários aspectos das transformações econômicas, sociais e culturais desencadeadas pela chamada Segunda Revolução Industrial. Como relata Ivan Tolstói, esse foi um momento de avanços tecnológicos prodigiosos, alimentando uma crença inabalável nas maravilhas anunciadas pela ciência e tecnologia.

Reúna-se com seus colegas e elaborem uma linha do tempo, com imagens e informações sucintas sobre as principais invenções e descobertas científicas – pelo menos 10 itens – a partir de meados do século XIX até a década de 1920.

Em seguida, escolham três invenções ou descobertas e façam uma análise crítica de sua aplicação e respectivas consequências para a humanidade.

Ao final, elaborem uma conclusão, sintetizando os conceitos de progresso e desenvolvimento científico tendo como referência os documentos 1 e 2, da página anterior.

Professor, a atividade propõe uma análise crítica do desenvolvimento científico-tecnológico frequentemente associado à ideia de progresso linear e constante. A elaboração de uma linha do tempo com exemplos de descobertas importantes desde meados do século XIX até a década de 1920, acompanhada de uma interpretação de suas aplicações e consequências, permite perceber que a ciência e a tecnologia não são neutras e sua aplicação está associada a interesses econômicos e políticos. Com base nisso, um maior grau de desenvolvimento técnico não significa, necessariamente, avanços que se traduzam em melhorias.

No estudo da Unidade I, foi abordado, por exemplo, que o mesmo desenvolvimento técnico-científico que possibilitou uma revolução nos transportes, nas formas de comunicação e em uma vida mais confortável nas cidades também foi aplicado no desenvolvimento de armas de guerra mais letais e lucrativas.

Professor, para auxiliar nessa reflexão, se necessário, retome as discussões sobre as preocupações (temas de estudos e debates de cientistas em todo o mundo) com as eventuais consequências negativas do progresso desenfreado. Atualmente, são facilmente perceptíveis as consequências negativas e os retrocessos que acompanham as conquistas e o deslumbramento em torno dos avanços da ciência e da tecnologia. Vários efeitos – como o aumento do aquecimento global, o esgotamento dos recursos naturais, a permanência de condições de trabalho desumanas e a exclusão social – nos obrigam a lançar um olhar crítico sobre o discurso hegemônico do progresso.

A linha do tempo pode ser desenvolvida em uma cartolina, papel pardo ou mesmo no computador, se a escola contar com tal recurso. Na avaliação, procure valorizar a criatividade na forma de execução do trabalho, a contextualização e as análises de acordo com os temas propostos.

Sugestão de avaliação/ Atividades complementares 3 (do capítulo 6 ao capítulo 11)

A atividade proposta a seguir pode auxiliar na avaliação das seguintes competências e habilidades: analisar, interpretar e aplicar recursos expressivos das linguagens, relacionando textos com seus contextos na produção de um jornal; identificar dificuldades de acesso à informação na comunidade e propor soluções e estratégias para superar tais questões; compreender a estrutura de um jornal.

Estratégia pedagógica: elaboração de um jornal.

Objetivo: refletir sobre as características dos meios de comunicação de massa na atualidade; compreender a importância da informação e do conhecimento para a formação de uma so-

cidade mais igualitária; ampliar as possibilidades de melhoria do acesso à comunicação de qualidade na comunidade.

Preparação: Professor, para organizar o trabalho sugerimos os seguintes procedimentos:

1. Apresente o material e, com base nas questões propostas, organize uma discussão sobre os temas abordados nos documentos. Após a discussão, proponha a elaboração de um jornal sobre meios de comunicação de massa e acesso à informação na atualidade.
2. Avalie a disponibilidade de recursos materiais, como papel, máquinas fotográficas (pode ser a de um celular), gravadores para entrevista, computadores, etc.
3. Providencie alguns jornais diferentes para os alunos e incentive seu manuseio, destacando a organização das seções, a diagramação das páginas e a linguagem utilizada. Analisar o projeto gráfico de outros jornais pode ajudar na elaboração de um jornal da classe. A leitura comparativa de jornais diferentes é importante para estimular o olhar crítico do aluno quanto às questões ideológicas e às posturas políticas defendidas em cada publicação. A partir das características de cada jornal, procure estimular também a percepção dos alunos quanto ao possível perfil dos leitores de cada um deles.
4. Divida a classe em grupos de acordo com o número de alunos.
5. Decida, com os alunos, os detalhes do projeto gráfico do jornal que ajudarão a definir seu aspecto visual:
 - Escolha do título e a forma de circulação do jornal (impresso, mural ou eletrônico).
 - Escolha do tipo das letras para os títulos, textos e legendas, o uso ou não de cores e imagens e de que tipo.
 - Escolha das seções que farão parte do jornal.
6. Monte, com os alunos, um quadro com o nome dos responsáveis pela produção do jornal.
7. Divida as partes ou seções do jornal entre os grupos: capa, editorial, atualidades, entrevistas, artes/literatura, quadrinhos/charges, cinema e entretenimento, etc.
8. Peça que cada grupo divida as tarefas entre seus integrantes e estabeleça as datas de entrega e de apresentação dos trabalhos.

Para o aluno

Na unidade II, foram discutidos alguns aspectos sobre o poder dos meios de comunicação de massa, principalmente na difusão de ideologias dos regimes totalitários. Os textos a seguir tratam de diferentes aspectos dos meios de comunicação de massa e do acesso à informação em tempos de globalização. O documento I é de autoria do geógrafo Milton Santos e trata da relação entre as modernas técnicas de comunicação e manipulação das informações no contexto da globalização. O documento II aborda o analfabetismo digital no Brasil. No documento III, temos uma charge de Angeli sobre a relação entre informação e cidadania em nosso país.

Documento 1 – Por outra globalização

Um dos traços marcantes do atual período histórico é, pois, o papel verdadeiramente despótico da informação. [...] as novas condições técnicas deveriam permitir a ampliação do conhecimento do planeta, dos objetos que o formam, das sociedades que o habitam e dos homens [seres humanos] em sua realidade intrínseca. Todavia, nas condições atuais,

as técnicas da informação são principalmente utilizadas por um punhado de atores em função de seus objetivos particulares, essas técnicas são apropriadas por alguns Estados e por algumas empresas, aprofundando assim os processos de criação de desigualdades.

O que é transmitido à maioria da humanidade é, de fato, uma informação manipulada que, em lugar de esclarecer, confunde. Isso tanto é mais grave porque, nas condições atuais da vida econômica e social, a informação constitui um dado essencial e imprescindível. Mas na medida em que o que chega às pessoas, como também às empresas e instituições hegemônicas, é, já, o resultado de uma manipulação, tal informação se apresenta como ideologia [...].

Esse imperativo e essa onipresença da informação são insidiosos, já que a informação atual tem dois rostos, um pelo qual ela busca instruir, e um outro, pelo qual ela busca convencer. Este é o trabalho da publicidade. Se a informação tem, hoje, essas duas caras, a cara do convencer se torna muito mais presente, na medida em que a publicidade se transformou em algo que antecipa a produção. Brigando, pela sobrevivência e hegemonia, em função da competitividade, as empresas não podem existir sem publicidade, que se tornou o nervo do comércio.

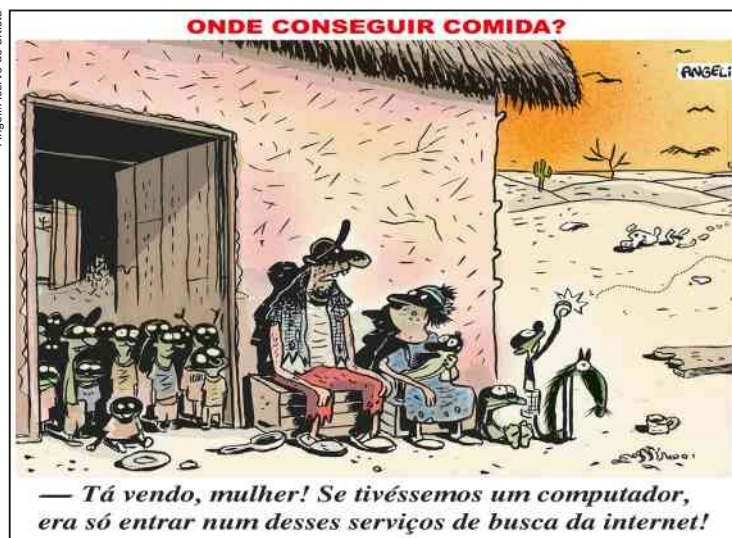
SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização*. Do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 38-9.

Documento 2 – Analfabetismo digital

[...] muitos brasileiros ainda permanecem à parte da produção e da compreensão da palavra escrita, a qual soa mais como um privilégio de poucos, do que como um direito de todo o cidadão. Portanto, o analfabetismo é o maior desafio a ser enfrentado pelo Estado para a consolidação de uma sociedade da informação no Brasil, uma vez que os estoques de informação na internet encontram-se, em sua maioria, sob a forma de texto escrito, inacessíveis para cerca de 20 milhões de brasileiros que não sabem ler e escrever.

FERREIRA, Rubens da Silva. A sociedade da informação no Brasil: um ensaio sobre os desafios do Estado. *Ciência da Informação*, v. 32, n. 1, 2003.

Documento 3 – Charge



Angeli. *Folha de S.Paulo*, 11 jun. 2003.

Após a leitura dos documentos, reflita sobre as seguintes questões:

1. No documento 1, qual é a crítica feita por Milton Santos à aplicação das tecnologias da informação no contexto da globalização?

Professor, para Milton Santos, as redes informacionais criadas pela globalização não têm contribuído para a ampliação do conhecimento no mundo. As técnicas de informação estariam sendo apropriadas por pequenos grupos (empresários e governos), visando objetivos particulares e aumentando, assim, os processos de desigualdade, já que a informação tem grande valor em nossa sociedade.

2. No contexto tratado por Milton Santos, as informações divulgadas pelos meios de comunicação de massa são confiáveis? Por quê?

Professor, segundo Milton Santos, as informações transmitidas à maioria das pessoas atualmente não são confiáveis, pois prevalece a manipulação das informações de acordo com os interesses dos grupos dominantes. Nesse sentido, a informação age de forma traiçoeira, pois, em vez de esclarecer, confunde e compromete o próprio conhecimento. No atual contexto onde o advento da informação impera, sem contudo garantir a instrução, Milton Santos destaca o poder de convencimento da publicidade, que atua segundo interesses econômicos.

3. Segundo o documento 2, quais seriam os obstáculos que impedem a formação de uma sociedade da informação no Brasil?

Professor, o texto do documento menciona que a produção e o acesso à palavra escrita no Brasil ainda enfrentam grandes obstáculos. A eliminação da exclusão digital e a implantação de uma sociedade da informação no país dependem do combate aos altos índices de analfabetismo, que exclui boa parcela da população brasileira do acesso às informações escritas, incluindo as da internet.

4. Que aspectos da exclusão são destacados pela charge de Angeli? Como as situações retratadas pelos documentos 2 e 3 comprometem a cidadania no Brasil?

Professor, o aluno pode relacionar a charge de Angeli à fome, à pobreza material e aos altos índices de analfabetismo (ou à dificuldade de acesso ao conhecimento), também mencionados no documento 2. Essas situações podem ser associadas à consequente exclusão de grande parte da população dos requisitos mínimos de cidadania, entre eles o acesso à informação e ao conhecimento.

5. A rápida circulação de informações propagadas pelos diferentes meios de comunicação de massa tem contribuído para a ampliação do conhecimento? Na opinião do grupo, existe diferença entre informação e conhecimento?

Professor, embora a resposta seja pessoal, os alunos devem observar que o acesso ao conhecimento pressupõe o acesso à informação, mas não se restringe a ela. O acesso à informação diversificada e de qualidade é condição para que o indivíduo possa estabelecer inter-relações entre os dados divulgados e associações com sua realidade de forma consciente e autônoma.

Após o debate, junto com seu grupo, elaborem um jornal que tenha como tema central os modernos meios de comunicação de massa e o acesso à informação no Brasil. Os assuntos abordados em cada seção devem ser decididos em grupo e precisam contemplar o tema central.

Além da discussão das atividades propostas acima, relacionamos algumas questões que podem inspirá-los na produção do jornal. As reflexões podem ser apresentadas na forma de entrevistas, pesquisas, charges, textos opinativos ou expositivos, resenhas de filmes, letras de música, peça publicitária, etc.

- Os modernos meios de comunicação, como a TV a cabo e a internet, têm sido apontados como uma forma de encurtar as distâncias e aproximar diferentes culturas. Ao mesmo tempo, muitas pessoas substituem as experiências e as relações pessoais por imagens e contatos virtuais. Afinal, essas inovações aproximam ou isolam as pessoas? Defendam a opinião do grupo de forma criativa.
- A propaganda político-partidária na internet foi aprovada a partir do ano de 2010 no Brasil. Segundo alguns, ela pode aproximar eleitores e candidatos, melhorando o nível do debate político. Para outros, as estratégias de campanha no Brasil não costumam valorizar o debate e a internet poderá servir apenas de propaganda e meio de arrecadação de recursos financeiros. Procurem abordar o tema com esclarecimentos a respeito dos critérios da propaganda política na internet.
- Quais são os meios de comunicação de massa mais difundidos em sua comunidade? Que aspectos locais da produção e da divulgação das informações merecem destaque? Realizem uma entrevista com um profissional da comunicação de sua cidade sobre o tema.

Destacamos, a seguir, alguns termos da linguagem jornalística que podem ajudar na elaboração do trabalho.

O jargão jornalístico

Para entender a linguagem jornalística, é bom conhecer alguns termos usados no dia a dia das redações.

Artigo – Texto que traz a opinião e a interpretação do autor sobre um fato. Geralmente é assinado e não reflete necessariamente a opinião da publicação.

Editorial – É a opinião da empresa que publica o periódico sobre temas relevantes. Não é assinado.

Entrevista – Contato pessoal entre o repórter e uma ou mais pessoas (fontes) para coleta de informações. Também designa um tipo de matéria jornalística redigida sob a forma de perguntas e respostas (também conhecida como pingue-pongue).

Legenda – Texto breve colocado ao lado, abaixo ou dentro de foto ou ilustração, que acrescenta informações à imagem.

Lide (lead) – Abertura de um texto jornalístico. Pode apresentar sucintamente o assunto, destacar o fato principal ou criar um clima para atrair o leitor para o texto. O tradicional responde a seis questões básicas a respeito de um acontecimento: o quê, quem, quando, onde, como e por quê.

Manchete – Título de uma reportagem. É extremamente

te conciso. Serve para chamar a atenção do leitor para o texto propriamente dito.

Nota – Pequena notícia.

Notícia – Relato de fatos atuais, de interesse e de importância para a comunidade e para o público leitor.

Pauta – Agenda ou roteiro dos principais assuntos a serem noticiados numa publicação jornalística.

Reportagem – Conjunto de providências necessárias à confecção de uma notícia jornalística: pesquisa, cobertura de eventos, apuração, seleção dos dados, interpretação e tratamento.

Verbetes adaptados de: RABAÇA, Carlos Alberto; BARBOSA, Gustavo. *Dicionário de Comunicação*. São Paulo: Ática, 2001. *Revista Nova Escola*. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/lingua-portuguesa/pratica-pedagogica/jornal-sala-aula-423555.shtml>>. Acesso em: 25 mar. 2013.

Professor, na avaliação dos trabalhos, procure valorizar o processo de criação do jornal, a interação dos grupos e organização do trabalho. No produto final, observe a contextualização, a clareza de comunicação e a criatividade no tratamento dos temas. Sugerimos, a seguir, obras que podem auxiliar o trabalho com jornais em sala de aula.

FARIA, Maria Alice. *Como usar o jornal na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 1996.

_____; ZANCHETTA JR., Juvenal. *Para ler e fazer o jornal na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2002.

Sugestões de avaliação/ Atividades complementares 4 (do capítulo 12 ao capítulo 15)

A atividade proposta a seguir pode auxiliar na avaliação das seguintes competências e habilidades: assumir uma postura crítica com relação à violência; analisar criticamente filme e texto literário; selecionar e usar informações para expressar opinião; estabelecer relações entre diferentes aspectos da realidade.

Estratégia pedagógica: análise crítica comparada de filme e texto literário.

Objetivos: com base na análise de um filme e de um texto literário, construir uma visão crítica sobre a violência no mundo contemporâneo.

Preparação: Professor, todo filme é uma representação artística e, como tal, carrega consigo visões e ideologias de quem o produziu. Assim, atividades com filmes requerem alguns cuidados para que seu potencial seja bem aproveitado. Antes da exibição para os alunos, é importante discutir que o filme não é a representação fiel da realidade, embora trate de acontecimentos históricos. O filme é uma das representações possíveis da realidade e está repleto de opiniões e valores, segundo o olhar de quem o produziu.

Para deixar claro esse aspecto, pode-se solicitar que os alunos façam uma pesquisa sobre as críticas feitas ao filme, procurando saber se foram feitos cortes na versão apresentada e se existem versões diferentes do filme.

Após a exibição do filme, é essencial que se faça um debate sobre ele, permitindo que os alunos esclareçam suas dúvidas e emitam opiniões sobre a história e a maneira como o tema foi abordado.

O *Texto complementar* a seguir, de Elias Thomé Saliba, pode auxiliar no acompanhamento da obra cinematográfica e ampliar o conhecimento sobre o uso de película cinematográfica na sala de aula.

A seguir, a ficha técnica e a sinopse do filme.

Título: *O senhor das armas.*

Direção: Andrew Niccol.

Elenco: Nicolas Cage, Bridget Moynahan, Jared Leto, Shake Tukhmanyanyan, Jean-Pierre Nshanian.

Duração: 122 min.

Gênero: Drama.

País de origem, data: Estados Unidos, 2005.

Sinopse: O filme conta a história de Yuri Orlof, imigrante ucraniano que, desde criança, mora nos Estados Unidos. De família pobre, Orlof sofre com a falta de oportunidades e vê no contrabando de armas a possibilidade de conquistar o que sempre quis: respeito e admiração de seu irmão mais novo e de seu grande amor, Ava Fontaine. Junto com a admiração desses personagens vem a perseguição de Jacke Valentine, agente da Interpol. Yuri Orlof é um dos grandes mercadores de armas que negocia no mundo todo, fornecendo armamentos para Estados e milícias.

Texto complementar

[...] é certo que hoje se admite que a imagem não ilustra e nem reproduz a realidade, ela a constrói a partir de uma linguagem própria, que é produzida num dado contexto histórico. Todas as definições, mesmo as mais notáveis, tendem a retirar o filme do terreno das evidências – ele passa a ser visto como uma construção que, como tal, altera a realidade através de uma articulação entre a imagem, a palavra, o som e o movimento. Os vários elementos da confecção de um filme – a montagem, o enquadramento, os movimentos de câmera, a iluminação, a utilização ou não da cor – são elementos estéticos que formam o que chamamos de linguagem cinematográfica. Para Pierre Sorlin, que tomamos aqui como exemplo dessa preocupação, a análise do filme não se resume à intenção do diretor nem à análise do conteúdo do filme a partir de seu roteiro. Ao contrário, ele deve ser examinado como um trabalho acabado – na sua combinação de elementos visuais e sonoros – e pelos efeitos que produz.

Ao utilizar-se do filme no processo de ensino, ainda acredito que todo o esforço do professor de humanidades deve ser no sentido de mostrar à maneira do conhecimento histórico – o filme também é produzido, também ele irradia um processo de pluralização de sentidos ou de verdades – e, da mesma forma que na História, o filme é uma construção imaginativa que necessita ser pensada e trabalhada interminavelmente. A construção da história nos documentários ou na ficção fílmica é mais do que uma interpretação da História, pois o ato de engendrar significados para o presente lança o realizador (ou os realizadores) da ficção cinematográfica em possíveis ide-

lógicos que ele não domina em sua totalidade. Portanto, construir a história na narrativa fílmica pode implicar, inclusive, destruir significados estáveis, demonstrar sentidos estabelecidos, desmitificar ilusões ou mitos já cristalizados. Porque ressaltar o aspecto de construção subjetiva da História na narrativa fílmica significa reconhecer a memória coletiva como terreno comum da ficção e da historiografia.

SALIBA, Elias Thomé. Experiências e representações sociais: reflexões sobre o uso e o consumo das imagens.

In: BITTENCOURT, Circe (Org.). *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 1998.

Para o aluno

Depois de assistir ao filme, faça o que se pede.

1. Nos créditos iniciais, o diretor utiliza uma sequência de cenas que mostra desde a fabricação até o uso de um projétil. Com base nessa sequência, escreva um texto que considere a intenção do diretor, a relação entre a indústria bélica e as guerras, o uso de armas e o aumento da violência.

Professor, esta atividade possibilita que o aluno perceba os caminhos percorridos pelas armas até seu destino final. O aluno pode mencionar que a produção de armamentos, muitas vezes, é feita em lugares distantes do lugar onde serão efetivamente utilizadas, retratando, com isso, o poder do comércio bélico. O aluno deve perceber ainda que a violência gerada por essa produção e comércio atinge a todos, conforme demonstrado no filme, com a morte da criança, uma vítima que não estava diretamente ligada ao conflito.

2. Considerando que o filme tenta mostrar a participação de governos, instituições e indivíduos no contrabando de armas, relacione o alto consumo de armamentos e o aumento da produção por parte das indústrias bélicas.

Professor, espera-se que o aluno compreenda a grande rede que envolve a produção e o consumo de armamentos. A relação entre os Estados e as indústrias bélicas é um aspecto enfatizado durante o filme, colocando em evidência a integração entre política e guerra. A alta produção de material bélico no mundo atual é consequência direta do alto consumo. Quanto maior o uso de armamentos, maior é o desenvolvimento desse tipo de indústria. Além do papel das empresas e dos governos, é importante que o aluno identifique o papel do consumidor na manutenção dessa rede de produção e comercialização de armas, valorizando a responsabilidade social de cada indivíduo.

3. De certa forma, o filme evidencia o destaque que as armas recebem em nosso cotidiano, demonstrado nos jogos de videogame, nos telejornais e nos filmes. Em sua opinião, é possível identificar, no mundo atual, o uso e o porte de armas como uma forma de poder pessoal? Em caso afirmativo, cite exemplos da mídia que justifiquem sua resposta.

Professor, esta questão permite ampliar a percepção do aluno sobre a relação, bastante frequente na atualidade, entre poder e armamento. Embora a resposta seja pessoal, é importante que o aluno assuma uma posição quanto ao uso frequente de armas em diferentes mídias e expresse se esse fato contribui para que o indivíduo encontre, no porte de uma arma, uma forma de autoafirmação e de conquista de status.

Como exemplo, podem ser citados vários filmes que retratam o dia a dia de pessoas vivendo em áreas de conflito e o fascínio que esses filmes exercem sobre a juventude. Muitos jovens costumam se identificar com o protagonista, violento e armado, justamente pelo medo e pelo encanto que esse personagem exerce nas pessoas. Nesse caso, pode-se incentivar o aluno a citar exemplos de jogos, filmes e músicas que permitam esclarecer essa situação.

4. Em um determinado momento do filme, o personagem Valentine diz: "Falamos de armas de destruição em massa, mas as verdadeiras armas que matam, que mais ceifam vidas, não são mísseis ou bombas de hidrogênio. São as pequenas armas, de fácil manuseio por qualquer pessoa: pistolas e metralhadoras". Com base na análise do filme e em exemplos reais de violência urbana, avalie criticamente a frase acima.

Professor, esta atividade tem por objetivo incentivar o aluno a pensar de forma crítica e autônoma sobre a violência em suas diferentes formas. Nesse caso, entra em debate o papel das armas não só nos grandes conflitos, mas também no cotidiano das pessoas. A frase citada tem como pressuposto a afirmação de que as armas que causam mais mortes são aquelas de fácil aquisição e que se encontram nas mãos das pessoas em situações cotidianas. Assim, a questão abre possibilidade para a identificação da violência que perpassa o cotidiano das pessoas reais e comuns.

Documento – Manual prático do ódio

O texto a seguir é de autoria do escritor paulistano Ferréz e faz parte de seu livro *Manual prático do ódio*, publicado em 2003. Nessa obra, Ferréz descreve o dia a dia violento nas comunidades periféricas da cidade de São Paulo, como Capão Redondo, onde nasceu e mora o autor.

Já fazia dois dias que Nego Duda havia saído, seu pai encrava a garrafa de cachaça que às nove horas da manhã já estava pela metade, um menino que ele nunca havia visto veio chamá-lo, disse que estavam correndo boatos na rua que o filho do velho havia sido baleado, mas o menino não sabia dizer onde, o pai pegou o sapato, calçou, pegou o filho mais novo deixou na casa de uma vizinha e foi atrás de mais notícias. [...]

Nego Duda saiu às oito horas da manhã, havia passado a mão na cabeça do Negão, que já não tinha forças nem pra se levantar, o cachorro só lambeu a sua mão e abaixou o focinho, o pessoal da padaria contou para seu pai que Nego Duda e um amigo pediram dois copos de café naquele dia, eles deram, Nego Duda estava terrivelmente magro e sinistro e ninguém mais conseguia ver seus olhos.

O pai de Nego estremeceu e permaneceu em frente ao bar durante uma hora em estado de choque. Não acreditou no que disseram, seu filho estava morto no escadão, tinha que ir lá conferir, mas não conseguia se mexer.

Negão uivava alto e, a todo momento, o irmãozinho de Nego Duda brincava com uma cápsula de 9 mm que encontrou no quintal da vizinha, ela aceitou olhar o pequeno, mas tinha muito trabalho, não havia terminado de limpar a casa, e se o marido chegasse do serviço e visse alguma sujeira, perguntaria o que ela estava fazendo ali o dia inteiro e certamente bateria nela novamente, o pequeno ficou no quintal, e jogava a cápsula na parede e gritava alto, bum!

Os boatos corriam como sempre, diziam que era acerto de drogas, outros que era por causa de mulher, e outros até afirmavam que foi a Rota.

FERRÉZ. *Manual prático do ódio*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003. p. 102-103.

1. No trecho selecionado, Ferréz menciona vários problemas sociais. Identifique esses problemas e explique de que forma eles se relacionam com a violência.

Professor, esta atividade propõe uma análise do texto que considere a situação social na qual estão inseridos os personagens. Pobreza, alcoolismo, violência doméstica, falta de expectativas para o futuro são problemas mencionados por Ferréz nesse trecho. É importante identificá-los e compreendê-los como parte de uma dinâmica social marcada pela exclusão, na medida em que permitem entender um dos aspectos que levam jovens ao crime e ao uso de armas.

2. Quais relações podem ser estabelecidas entre o filme *O senhor da armas* e o texto de Ferréz? Quais aspectos da violência cada obra pretende ressaltar?

Professor, o aluno pode estabelecer relações entre as realidades retratadas pelo filme e pelo livro, especialmente no que se refere à situação de exclusão vivida por Yuri Orlof e Nego Duda.

Assim como o personagem de Ferréz, no filme, o personagem Yuri Orlof se encontra excluído socialmente e são poucas as possibilidades de mudança. Essa situação acaba facilitando o envolvimento do personagem com o tráfico de armas que, por sua vez, o expõe à violência e ao mesmo tempo permite ao personagem conquistar o que almejava para si.

A partir da leitura crítica do filme e do texto, o aluno pode identificar as intenções do diretor e do autor. No caso do filme, a produção e comercialização de armas é o assunto principal, destacando o aspecto macro da violência. O texto literário, por sua vez, tem na violência que cerca a vida urbana e a presença de armas nos espaços sociais o seu elemento fundamental. Nesse sentido, filme e texto mostram dois lados de um mesmo problema: a violência que atinge um grande número de pessoas.

3. Nesse texto, Ferréz trata da violência urbana que afeta toda a sociedade brasileira. No episódio narrado, o personagem Nego Duda pode ter sido morto por pessoas e motivos diferentes, o que evidencia a exposição da sociedade à violência. Procure relacionar a frase do personagem Valentine (citada na questão 4, sobre o filme) com a realidade descrita no romance de Ferréz. A seguir, sintetize suas conclusões em uma frase, formando uma espécie de *slogan* que chame a atenção para essa situação.

Professor, esta atividade propõe que o aluno relacione, de modo criativo, as duas obras que tratam da violência, ainda que evidenciem seus diferentes aspectos. Na fala de Valentine, há uma denúncia sobre o alto nível de violência presente no cotidiano. Da mesma forma, no trecho selecionado do livro de Ferréz, percebe-se a violência no dia a dia dos personagens. É importante que o aluno perceba que, mesmo tratando de sociedades diferentes, as duas obras colocam a violência cotidiana como um grave problema. Por isso, pode-se considerar

que o trecho do romance serve para “ilustrar” a fala do personagem do filme, tornando evidente a presença de armas nos mais diversos espaços sociais e o grau de violência que marca a vida urbana.

4. No texto de Ferréz, é citada a Rota como um dos possíveis responsáveis pela morte de Nego Duda. A Rota (sigla de “Rondas Ostensivas Tobias Aguiar”) é uma modalidade de policiamento que, durante o regime militar, atuava na repressão dos grupos de esquerda e que mantém-se atuante ainda hoje no estado de São Paulo. Ao mencionar a Rota, o autor faz uma referência à violência das instituições e do Estado, assunto tratado nos capítulos sobre ditadura na América Latina e no Brasil e também no capítulo sobre a independência da África e da Ásia. Com base nos temas tratados, elabore um texto com exemplos que relacionem a violência institucional àquela praticada nos mais diversos espaços sociais.

Professor, esta questão tem por finalidade incentivar o aluno a pensar sobre a violência cometida por alguns representantes do Estado e sua ligação com outras manifestações violentas na sociedade. Nos capítulos referentes às ditaduras na América Latina e no Brasil, existem exemplos de como, em nome da segurança e da lei, se cometem abusos de poder e práticas violentas contra os cidadãos e como ocorreram diversos massacres contra povos que lutavam por sua liberdade, conforme estudado no capítulo sobre a descolonização africana. Essa violência acaba gerando reações também violentas por parte de grupos políticos e dos indivíduos. É importante que o aluno perceba a relação entre sociedade e política, compreendendo a violência em um contexto mais amplo.

Sugestões de avaliação/Atividades complementares 5 (capítulo 16)

Essa atividade pode ajudar a avaliar, entre outros aspectos, as seguintes competências e habilidades: interpretar e relacionar documentos históricos; identificar as formas de censura às manifestações culturais; compreender o controle militar sobre a cultura; comparar diferentes momentos históricos; compreender o aparato legal utilizado pelo Estado militar para legitimar a repressão; entender a censura a qualquer meio de expressão humana como uma forma de violência.

Estratégia pedagógica: leitura, interpretação e comparação de documentos históricos.

Objetivos: aprofundar a reflexão sobre o período militar no Brasil e suas manifestações na censura aos meios artísticos; conhecer documentos históricos que indicam o caráter oficial da censura às expressões artísticas e que descrevem o processo legal da censura a uma letra de música; conhecer os mecanismos utilizados pelo regime militar para cercear a liberdade de expressão, a fim de poder posicionar-se criticamente em relação à censura.

Preparação: Professor, para auxiliar na realização do trabalho, são tratadas, a seguir, algumas informações a respeito dos documentos selecionados para essa atividade. O primeiro documento é um edital para a formação de técnicos de censura, elaborado pela Academia Nacional de Polícia, em 1985,

em que constam as especificidades do cargo e as bases teóricas exigidas para o exercício da função. No documento, merece atenção o cuidado com a formação do censor e nota-se como o documento está amparado nas normas legais vigentes. Também merece atenção o fato de o edital ter sido publicado em julho de 1985, poucos meses depois de os militares terem saído do poder, revelando que resquícios da ditadura ainda estavam presentes nos primeiros tempos daquele período conhecido como Nova República. Os dois documentos seguintes referem-se ao processo de censura sofrida por duas músicas ainda na década de 1970. É interessante perceber que a censura não atuava somente vetando conteúdos implícita ou explicitamente políticos. Como mostram os documentos, o governo também vigiava a moral e os bons costumes do período. Uma das letras de música analisadas será “Na minha opinião”, do cantor e compositor Odair José. Na época, o cantor alcançou grande sucesso, principalmente junto ao público feminino das camadas populares. A composição em destaque foi censurada em 1975 e, segundo a avaliação dos censores, ela evidenciava o desprezo pelas tradições familiares, sobretudo o casamento, e fazia apologia ao amor livre. O outro documento refere-se ao processo da música “Tanto mar”, do cantor e compositor Chico Buarque de Holanda, inicialmente censurada, em parecer de abril de 1975 (mas liberada, posteriormente, em outro parecer de maio do mesmo ano), por abordar conteúdo de cunho político, com referência à Revolução dos Cravos em Portugal. A reprodução dos documentos foi feita do [site <www.censuramusical.com.br>](http://www.censuramusical.com.br). Acesso em: 25 mar. 2013.

Para o aluno

No capítulo 16 foi abordado o período da ditadura militar (1964 a 1985), durante o qual o Brasil esteve sob intensa repressão. Nesse período, a sociedade vivia em constante tensão, uma vez que, para o governo ditatorial, nem todas as informações deveriam ser divulgadas; pelo contrário, muitas deveriam ser censuradas e alguns de seus apologistas, presos e até torturados. Os documentos a seguir referem-se aos mecanismos legais utilizados pelo governo brasileiro, liderado pela junta militar, para exercer a censura sobre os eventos artísticos no país. O primeiro trata do edital de um curso para a formação de censor, publicado em 1985. Ele descreve os objetivos do curso a ser ministrado aos candidatos a censor. Os dois outros documentos são processos relativos à censura imposta às letras de duas músicas: a primeira é “Na minha opinião”, de Odair José; a segunda é “Tanto mar”, de Chico Buarque.

Para responder às questões 1 e 2, tome por base o Documento 1.

Documento 1 – Edital para a formação de técnicos de censura

2. Objetivos

2.1 Geral

Formar o aluno, aprovado em concurso público, para desempenhar o cargo de Censor Federal, em atividades de nível superior, envolvendo execução de censura prévia em espetáculos de diversões públicas.

2.2 Específicos

Ao final do curso, o aluno deverá possuir capacidade para:

- a) Efetuar o exame prévio de qualquer programação relativa aos espetáculos de diversões públicas, inclusive texto de canto ou recitação destinados à gravação de discos;
- b) Executar prévia de películas cinematográficas e peças teatrais;
- c) Proceder ao exame prévio de anúncios e propagandas de diversões públicas;
- d) Executar demais atividades relacionadas com a censura de diversões públicas.

Censura Musical.com. Disponível em: <www.censuramusical.com.br/includes/atos/Curso%20para%20Censor%201.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2013.

1. O item 2 do edital especifica as funções e as capacidades exigidas de um candidato a censor. Uma dessas funções consistia em realizar o exame prévio de qualquer manifestação artística ou fazer a censura direta nos eventos artísticos. Retomando o capítulo 23, quais os argumentos utilizados pelos militares brasileiros que justificavam a implantação da censura no país?

Professor, o aluno deve relacionar o conteúdo abordado no capítulo com as informações do documento, que define as atribuições do cargo de censor, e apontar as razões que teriam levado à implantação da censura no país. Em sua resposta o aluno deverá mencionar que muitas das manifestações culturais no Brasil daquele período faziam referências aos problemas do governo ou da sociedade ou tratavam de temas considerados impróprios, o que era inaceitável em um Estado ditatorial, pois gerariam críticas por parte dos cidadãos.

2. Uma das disciplinas oferecidas pelo curso é o estudo da cultura brasileira. Segundo o mesmo edital, essa disciplina tinha o objetivo de “proporcionar conhecimentos do processo de formação cultural brasileira e de fatos sociais, políticos, econômicos, religiosos e culturais da atualidade”. O curso também oferecia outras matérias específicas sobre a censura no cinema, na música, no teatro e na televisão. Em sua opinião, por que seria necessário conhecer os fatos políticos, culturais e religiosos do período para poder exercer o cargo de censor? Qual a necessidade do conhecimento de diferentes técnicas artísticas?

Professor, embora a resposta seja pessoal, é importante que o aluno compreenda a importância de uma formação cultural ampla da pessoa que iria exercer a função de censor, a fim de que fossem identificados os eventos, os fatos históricos e as menções à cultura brasileira nas obras analisadas. Assim, dependendo da interpretação do censor, essas obras seriam proibidas ou liberadas para divulgação e comercialização. A disciplina sobre cultura brasileira, ao mesmo tempo, ajuda o censor a “embasar teoricamente” o gesto arbitrário de impedir a livre expressão do artista. Para ampliar o debate entre os alunos, pode ser mencionado que os anos de 1960 a 1970 foram férteis de manifestações culturais e acontecimentos políticos que tiveram um impacto significativo na vida da maioria dos cidadãos do mundo todo. Conhecer os fatos da atualidade ajudaria o censor a identificar, por exemplo, qualquer menção indevida a acontecimentos ou opiniões durante um espetáculo ou em uma letra musical. A formação e o conhecimento técnico

específico em cada área cultural serviriam para um melhor monitoramento das diversas linguagens artísticas, possibilitando melhor rendimento no trabalho do censor, já que cada linguagem artística utilizava um recurso diferente para tentar driblar a censura. Além disso, as expressões humanas em suas diferentes formas manifestam o espírito de um povo, sua identidade e seus valores; assim, conhecer o processo cultural é conhecer o que dá sentido a sua existência.

Para responder às questões 3, 4 e 5, leia a letra da música “Na minha opinião”, de Odair José, e o parecer do chefe da Seção de Fiscalização da Superintendência Regional do Rio Grande do Sul da Polícia Federal, R. F. Maggioni, justificando as razões pelas quais ele acha que a música deve ser censurada.

Documento 2 – Um censor em ação

Na minha opinião (Odair José)

Na minha opinião/Pra gente ser feliz,/Pra que fique tudo bem,/O importante é se entender.//É preciso ter coragem/Pra acabar com esta besteira:/Fazer festa na esperança/Que o amor dure a vida inteira.//Na minha opinião,/O importante é se querer./Assinar papel pra quê?/Isso não vai prender ninguém.//Eu conheço tanta gente/Que pelas leis são casados;/ Na verdade nem se falam/Dormem em quartos separados// Olha! Eu te quero, eu te adoro, eu te gosto!/Você vai ser minha, eu aposto./Não adianta você se esquivar.//Olha, você vai ser a mãe dos meus filhos/Você vai adorar os meus brios!//Até a morte chegar, até a morte chegar...//Quero que o mundo se dane, se você me quiser./Quero que você não me engane, sendo minha mulher.

Relatório do Chefe da Seção de Fiscalização ao chefe do Serviço de Censura de Diversões Públicas, R. F. Maggioni, datado de 16 de abril de 1975.

Isso que Vossa Senhoria acaba de ler é a letra da música intitulada “NA MINHA OPINIÃO”, de Odair José, gravada pela Companhia de Discos Phonogram, “Selo Polidor”, que se encontra nas paradas de sucesso das emissoras de rádio locais.

Isto posto, peço venia [sic] para destacar que esta letra tem como tema o amor, mas sua mensagem é a de que o casamento, como instituição legal, é inútil e prega a união livre, sem vínculo matrimonial. Essa ideia está subjacente a todo o texto, do início ao fim, mas é flagrante nos versos: “(...) Esta besteira/Fazer festa (= casamento) na esperança/Que o amor dure a vida inteira.” e “Assinar papel pra quê?”.

Além disso, observe-se o estribilho: “Quero que o mundo se dane, se você me quiser/Quero que você não me engane, sendo minha mulher.”. O primeiro verso desse estribilho manda, sem dúvida, às favas as leis e convenções sociais; o segundo, que à primeira vista, nos parece expressar um desejo comum a todos os homens, a fidelidade conjugal, na verdade coloca em dúvida a sinceridade amorosa da mulher, quando esta pretende o casamento.

Ora, a instituição do casamento – isto é ocioso dizê-lo – está consagrada como um dos mais altos valores éticos e culturais de nosso povo e, principalmente, do povo de nosso estado, cuja tradição familiar de ver suas filhas casadas perante Deus e perante os homens ainda se conserva praticamente intacta.

Era o que, cumprindo nosso dever de zelar pela preservação dos valores da nossa sociedade e tendo em vista a nossa função de responsável pela Seção de Fiscalização deste Serviço, tínhamos a relatar para o conhecimento de Vossa Senhoria.

Censura musical.com. Disponível em <www.censuramusical.com.br/includes/docs/Na_minha_opinioao_-_Odair_Jose_1.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2013.

3. Segundo o parecer do chefe do Serviço de Fiscalização, qual o motivo alegado para a censura da letra “Na minha opinião”? Quais os argumentos levantados para justificar o veto?

Professor, esta questão permite conhecer diretamente os objetivos e os mecanismos ideológicos dos censores militares. Em sua resposta, o aluno deverá identificar o teor da censura, que, nesse caso, atende a aspecto moral, não político, pois remete aos valores estabelecidos pela sociedade sobre o casamento e a mulher. A letra, portanto, sofre a censura, segundo o processo, por desprezar a família e fazer apologia ao amor livre, “sem vínculo matrimonial”.

4. Em sua opinião, por que motivo os censores se preocupavam em cuidar para que fossem seguidos os valores morais da sociedade brasileira?

Professor, o importante é que o aluno perceba que a ditadura militar era um regime conservador, que não admitia mudanças em suas estruturas. Convém ressaltar que, no documento citado, o censor se justifica alegando que é seu dever zelar pela preservação dos valores de nossa cultura e chega a citar que a instituição do casamento “está consagrada como um dos altos valores éticos e culturais do nosso povo”. Portanto, ele entendia que tais valores deveriam ser seguidos, sob o risco de a sociedade se perder para valores indevidos. Atualmente, a união estável ou o casamento permitem da mesma forma a preservação da família, sendo que um não exclui o outro. Entretanto, naquele contexto, determinados valores deveriam ser preservados a qualquer custo e novas formas de relacionamento eram identificadas como desestabilizadores sociais. No caso específico da letra em questão, a família, enquanto instituição imodificável, poderia contribuir para o fortalecimento do regime, já que novos valores não seriam aceitos e tachados de “modismos” sem fundamento.

Professor, para complementar a discussão, pode ser mencionado que as décadas de 1960 e 1970 foram anos em que muitos valores tidos como absolutos foram relativizados. O surgimento da pílula anticoncepcional, por exemplo, causou muita polêmica, mas revelou-se extremamente importante para o controle da natalidade e para o planejamento familiar. Com ela, as relações entre homens e mulheres foram substancialmente modificadas. Vale lembrar também que na época em que a música “Na minha opinião” foi objeto de censura, o divórcio ainda era proibido no país. Ele só foi instaurado em 1977, por meio de emenda constitucional.

5. De acordo com o edital para a formação de técnicos de censura, uma das disciplinas do curso era “Análise Estrutural da Narrativa”. Essa disciplina tinha por objetivo proporcionar o conhecimento das formas do discurso, visando a identificação de conteúdos de interesse para a censura. No relatório

do chefe da Seção de Fiscalização, como pode ser percebida a utilização dessa técnica na análise e censura da letra “Na minha opinião”?

Professor, os censores, segundo o edital, deveriam ter uma formação em que pudessem esmiuçar o discurso, analisando passo a passo cada trecho do texto para identificar os conteúdos impróprios. Com a letra “Na minha opinião” acontece exatamente isso. O censor afirma que o tema da letra é o amor, porém a sua mensagem é a de que o “casamento, como instituição legal, é inútil e prega a união livre, sem vínculo matrimonial”. Ou seja, por meio do discurso explícito, o censor vai identificando conteúdos “escondidos”, subjacentes ao texto. No mesmo documento, os versos são analisados. Por exemplo: segundo o censor, o verso “Assinar papel pra quê?” demonstra que o compositor não vê importância no casamento, já que poderia se unir à pessoa amada sem a necessidade de nenhum documento legal.

Era comum, durante o regime militar, que as obras artísticas passassem pela avaliação de mais de um censor. Num primeiro momento, a obra podia ser censurada; em outro, liberada para divulgação e comercialização. Isso acontecia por diversos motivos. Muitas vezes, o compositor modificava um trecho da música, por exemplo, de modo a obter a liberação junto aos censores. No capítulo 16, é abordada a obrigação, imposta a muitos jornais, de mudar determinadas reportagens para ter sua impressão liberada. A letra da música “Tanto mar”, de Chico Buarque, reproduzida a seguir, foi avaliada por censores diferentes e, por isso, sofreu duas avaliações distintas.

Leia a letra da música e os dois pareceres que ela recebeu dos censores.

Documento 3 – Chico Buarque sob censura **Tanto mar** (Chico Buarque)

Sei que estás em festa, rapaz/Fico contente/E enquanto estou ausente/Guarda um cravo para mim//Eu queria estar em festa, rapaz/Co’a tua gente/E colher pessoalmente/Uma flor do teu jardim//Sei que há léguas a nos separar/Tanto mar, tanto mar//Sei também quanto é preciso, rapaz/Navegar, navegar//Lá faz primavera, rapaz/Cá estou doente/Manda urgentemente/Alguem cheirinho de alecrim.

Parecer da técnica de censura, Eugênia Costa Rodrigues, datado de 23.4.1975.

Esta letra, ao meu ver, é uma alegoria à revolução socialista em Portugal. Na primeira estrofe “guarda um cravo para mim”, cravo era o símbolo dos revolucionários. Depois... “Eu queria estar em festa, rapaz/Com a tua gente” está se referindo à revolução em curso, e mais adiante – na distância que nos separa – tanto mar a navegar.

Lá a estação é a “primavera”, e ele aqui está “doente” por não poder participar – e pede que lhe mandem urgentemente “um cheirinho de alecrim”.

O alecrim é um arbusto, uma plantinha de cheiro tipicamente portuguesa.

Face ao exposto, pela conotação política, amparada pelo art. 41, letra d, decreto 20.493 de 24.1.46, veto a em pauta.

Parecer assinado pelas censoras Ana Kátia Vieira e Lúcia de Rivoredo Cristofolini, de 2 de maio de 1975.

A referida letra já havia sido examinada e vetada nesse SCDP [Serviço de Censura de Diversões Públicas], tendo o chefe desse Serviço solicitado que se complementasse as razões do veto. Como parte integrante da segunda turma encarregada de reexaminar a letra, constatamos que:

1 – O autor alude, em seus versos, ao clima de euforia resultante da mudança de governo em Portugal, conhecida pela romanesca denominação de “revolução dos cravos”, por ser esta flor o símbolo usado pelos revolucionários;

2 – A revolução havida em Portugal constituiu-se em fato consumado do ponto de vista político e o novo regime foi de imediato reconhecido pelo governo brasileiro, que, dessa maneira, excluiu a possibilidade de se considerar os acontecimentos ocorridos naquele país como ofensivos ou ameaçadores a nosso povo e ao nosso país.

Em linhas gerais a letra refere-se a uma mensagem de solidariedade e congratulações enviada por alguém que tenta compartilhar da alegria apesar de ter sido mal sucedido nos seus ideais revolucionários. Esta mensagem de apoio poderia ser enviada de qualquer país e não obrigatoriamente do Brasil, quando sabemos que em diversos lugares, além do Brasil, fala-se o idioma português.

A expressão “cheirinho de alecrim” nos parece totalmente desprovida de sentido dúbio, já tendo sido mencionada em diversas canções inspiradas na terra lusitana. Na terceira estrofe o autor parodia o poeta Fernando Pessoa, cuja obra é bastante difundida no Brasil. O autor omite qualquer referência ao Brasil e às suas autoridades constituídas, tornando ambíguo o sentido e a mensagem de seus versos. Só partindo de suposições poderíamos situar tal posição como perigosa e nociva e enquadrá-la nas normas censórias, e sabemos que toda suposição é vaga, imprecisa e acusada de se calcar em suposições tem sido a Censura muitas vezes criticada de maneira impiedosa.

A proposição artística é antagônica a qualquer lógica racionalista, tornando sem propósito, e até ridícula, qualquer incursão da segunda em torno da primeira. Dessa forma são fartamente utilizadas a simbologia e o hermetismo para abrigar e ao mesmo tempo despistar a verdadeira intenção, ficando impossível determinar o alcance pretendido. Isto posto, opino pela liberação da referida letra, por não haver constatado na mesma a existência de elementos geradores de efeitos imprevisíveis. Este é o meu parecer.

Censura musical.com. Disponível em <www.censuramusical.com/includes/docs/TantoMar-ChicoBuarque1.pdf> e <www.censuramusical.com/includes/docs/TantoMar-ChicoBuarque2.pdf>. Acessos em: 25 mar. 2013.

Com base nos documentos e no capítulo 16, resolva as questões 6 a 8.

6. Identifique os argumentos utilizados pelo primeiro censor para vincular a letra de Chico Buarque à Revolução dos Cravos. Se necessário, volte à questão 5 para a identificação das técnicas utilizadas pelos censores na análise dos discursos.

Professor, no regime militar brasileiro, conforme tratado no capítulo 16, era necessário fiscalizar todos os discursos artísticos para não serem divulgados conteúdos que manifestassem qualquer conotação política. Assim, no caso da canção de Chico Buarque, o censor identifica algumas palavras utilizadas pelo compositor com os eventos de Portugal. O censor vinculou o “cravo” da letra com o símbolo da revolução em Portugal. (A população portuguesa festejou a queda da ditadura de Salazar jogando cravos por onde passavam os militares responsáveis pela deposição do ditador.) Quando o compositor se manifesta na letra dizendo que também queria estar em festa, o censor percebe nisso uma referência à vitória dos revolucionários e ao entusiasmo provocado por ela. O alecrim, citado na letra, também é encarado pelo censor como uma referência a Portugal, por ser um “cheiro” tipicamente português.

7. Cite os principais argumentos levantados pelos censores do segundo parecer para a liberação da música.

Professor, nesta atividade, fica evidente que a análise da censura utilizava critérios subjetivos e não somente objetivos. A letra em destaque, que num primeiro momento é chamada de imprópria por fazer referência a acontecimentos políticos de Portugal, recebe uma nova avaliação, na qual essas referências deixam de ter destaque. A análise dos segundos censores deixa claro que a Revolução dos Cravos, acontecida em Portugal, foi um evento reconhecido pelo governo brasileiro e que o compositor não faz nenhuma menção a qualquer autoridade brasileira. Nesse segundo parecer também a letra da música é considerada ambígua e sem nenhuma “lógica racionalista”, utilizando uma simbologia sem sentido. As suposições de que estaria aludindo a algum conteúdo perigoso não têm como ser confirmadas. Merece atenção a preocupação dos censores em relação às críticas que a censura vinha sofrendo no país.

8. Com base nos conhecimentos adquiridos no estudo do capítulo 16 e nos documentos analisados, elabore um texto que explique por que a censura é uma forma de violência.

Professor, esta atividade é a oportunidade de o aluno sistematizar os aspectos discutidos ao longo do capítulo de forma crítica. Em sua resposta, ele pode relacionar a violência das torturas praticada contra opositores do regime com a proibição da circulação de determinadas informações por meio da censura. O importante é perceber que a violência atua de diversas maneiras no meio social. As prisões e as torturas – que aconteciam de maneira frequente, principalmente no período conhecido como “anos de chumbo” –, ao lado da censura que vitimou compositores, cineastas, dramaturgos e jornalistas, são formas de violência que tentam coibir a liberdade.

Sugestões de avaliação/ Atividades complementares 6 (do capítulo 17 ao capítulo 20)

A atividade proposta a seguir pode ajudar na avaliação das seguintes competências e habilidades: identificar os significados histórico-geográficos das relações de poder entre as nações; analisar a ação dos Estados nacionais no que se refere à dinâmica dos fluxos populacionais e ao enfrentamento de problemas de ordem socioeconômica; avaliar criticamente

conflitos culturais, sociais, políticos e econômicos ao longo da história; selecionar argumentos favoráveis ou contrários às modificações impostas pelas novas tecnologias à vida social e ao mundo do trabalho; interpretar mapas e charges.

Estratégia pedagógica: interpretação e seleção de respostas de múltipla escolha em avaliação objetiva.

Objetivos: identificar – em reportagens, artigos, charges e mapas – diferentes pontos de vista sobre as sociedades contemporâneas que foram abordados na unidade IV, como o conceito de neoliberalismo, o fim do bloco comunista, as origens do conflito árabe-israelense, os efeitos sociais da globalização, as características da chamada “guerra contra o terror” e aspectos da sociedade brasileira na atualidade.

Para o aluno

A atividade a seguir é composta de dez questões com cinco alternativas cada uma, que tratam dos temas debatidos na unidade IV – *Ética*. Leia os enunciados das questões e escolha apenas UMA alternativa como resposta para cada um deles.

1. O neoliberalismo econômico se consolidou a partir da década de 1970, após a crise do petróleo, e pode ser caracterizado:
 - a) por uma participação maior do governo nos serviços de assistência social.
 - b) por uma intervenção menor do Estado na economia e diminuição das despesas com assistência social.
 - c) por uma defesa incondicional dos direitos trabalhistas e dos sindicatos.
 - d) pela defesa das empresas estatais e pela proteção da economia interna em relação ao mercado externo.
 - e) por um maior controle do Estado sobre as atividades produtivas, limitando a atuação do mercado na regulação de preços.
2. Leia a seguir um trecho de reportagem publicada em uma revista brasileira.

O novo gigante do mercado

A rapidez do crescimento econômico da China impressiona. Nos últimos 25 anos, depois da abertura econômica, 400 milhões de chineses passaram para o lado bom da linha de pobreza e se tornaram consumidores de produtos modernos. No mesmo período, o PIB da China aumentou 5 vezes e as exportações saltaram de 20 bilhões para mais de 300 bilhões de dólares em 2002. E a tendência é crescer mais. Só nos primeiros nove meses de 2003, o país já registrou um aumento de 32,3% nas exportações e a economia acumulou um crescimento de 9% – um percentual invejável para qualquer nação do mundo.

Revista *Veja*. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/china/economia.html>>. Acesso em: 27 mar. 2013.

Sobre os resultados do crescimento econômico chinês é correto afirmar:

- a) A China implantou uma economia capitalista e extinguiu o comunismo a partir dos anos 1980.
- b) O sucesso da economia chinesa é acompanhado de avanços nas áreas da comunicação e de direitos humanos.
- c) A globalização possibilitou uma rápida valorização da mão de obra chinesa, inclusive no Ocidente.

d) O vertiginoso crescimento econômico chinês é acompanhado de uma grande desigualdade social e cerceamento às liberdades individuais.

e) O sucesso da economia chinesa aliada às demandas da globalização garantiu a democratização de suas instituições.

3. Leia a seguir entrevista de Andrei Grachev, porta-voz do último governo de Mikhail Gorbachev, a respeito dos efeitos da *perestroika*:

Memórias do epicentro

Carta Capital: O senhor considera que diferentes eventos marcaram o fim da Guerra Fria. Mas, simbolicamente, concorda que a queda do Muro de Berlim oferece as imagens mais fortes?

Andrei Grachev: As imagens da queda do Muro de Berlim são, sem dúvida, as que põem um fim na Guerra Fria. Mas tratou-se de um processo pontuado por uma série de eventos. Não é possível reduzi-lo a uma noite. O rumo à paz começou com a perestroika. Gorbachev detalhou o programa pela primeira vez na conferência do Partido Comunista, em junho de 1988. O secretário-geral do partido renunciou, então, àquilo que por mais de 70 anos tinha sido a ambição-mor do Estado soviético e da burocracia partidária, a Nomenklatura: a construção de um mundo alternativo. Na ONU, meses depois, ele repetiu tudo que já tinha dito na conferência.

CARTA, Gianni. *Memórias do epicentro*. Disponível em: <www.cartanaescola.com.br/edicoes/38/memorias-do-epicentro>. Acesso em: 27 mar. 2013.

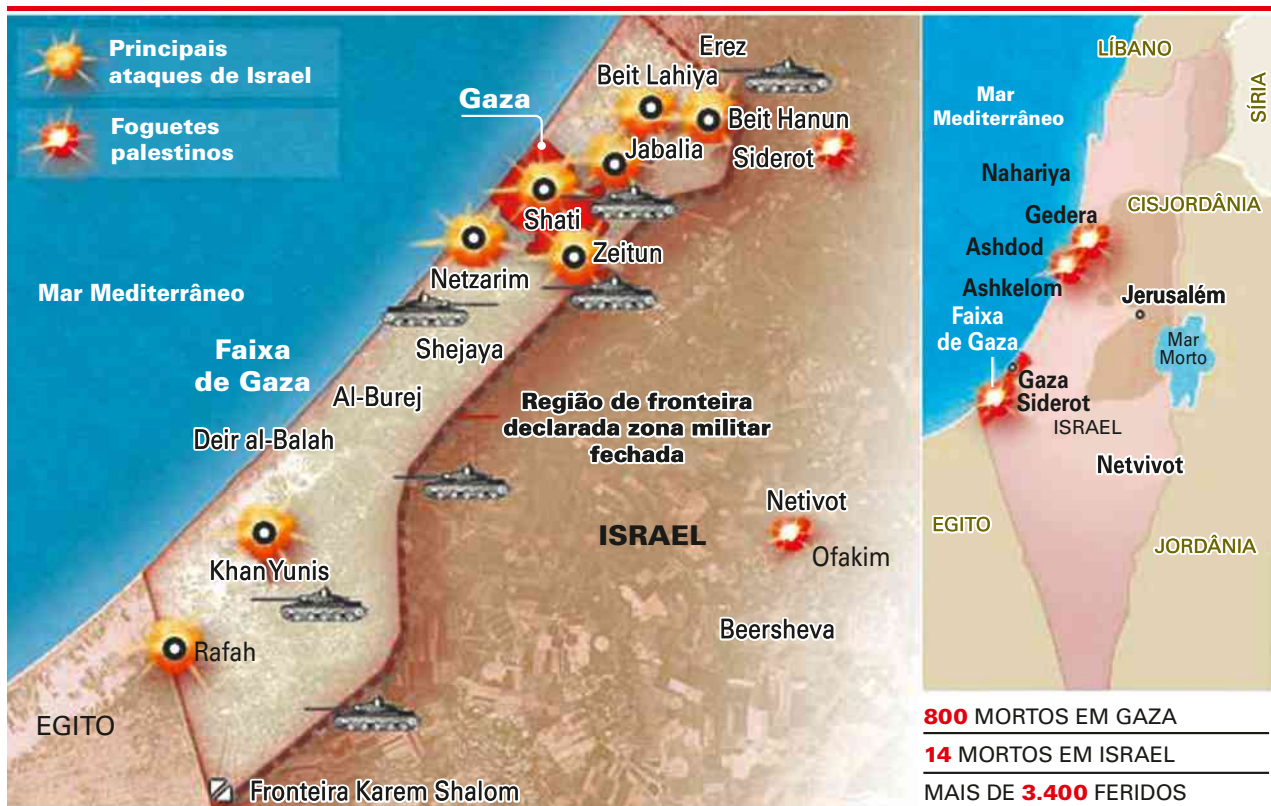
Andrei Grachev assistiu, de uma posição privilegiada, aos acontecimentos políticos na Alemanha no fim dos anos 1980.

No trecho reproduzido podemos afirmar que:

- a) Grachev argumenta que a *perestroika* culminou com a queda do Muro de Berlim e o término da Guerra Fria.
 - b) Grachev não concorda que a queda do Muro de Berlim seja o símbolo do fim da Guerra Fria.
 - c) para Grachev, os acontecimentos políticos anteriores à queda do Muro de Berlim não tiveram relevância.
 - d) Grachev sustenta que as mudanças propostas por Gorbachev por meio da *perestroika* não surtiram efeito.
 - e) para Grachev, a *perestroika* é o grande símbolo do fim da Guerra Fria.
4. Sobre o termo BRIC, criado por um grupo financeiro após analisar as características socioeconômicas de alguns países, NÃO é correto afirmar:
 - a) Foi criado após análise do desempenho econômico do Brasil, Rússia, Índia e China.
 - b) Refere-se a um bloco coeso politicamente, composto por países em expansão econômica.
 - c) É formado por Brasil, Rússia, Índia e China e não se refere a nenhum bloco político, econômico ou militar.
 - d) Segundo algumas projeções, seus membros podem se consolidar como grandes potências econômicas até 2020.
 - e) A economia dos países-membros do BRIC poderá garantir a essas nações uma influência maior no cenário político internacional.

5. Observe a imagem.

Ataques de Israel a Gaza



Fonte: AFP. Disponível em <<http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL950416-5602,00-ISRAEL+E+HAMAS+MANTEM+ATAQUES+CONFLITO+EM+GAZA+ENTRA+NO+DIA.html>>. Acesso em: 27 mar. 2013.

- O mapa acima representa a ocorrência de ataques em janeiro de 2010 entre árabes e judeus na Faixa de Gaza. Identifique a alternativa que explica a origem desse conflito:
- Criação do grupo separatista israelense Hamas em 2010.
 - Ocupação da Faixa de Gaza pelo exército israelense após a Guerra dos Seis Dias, em 1967.
 - Criação do Estado da Palestina em 2005.
 - Criação do Estado de Israel pela ONU em 1948.
 - Assassinato do líder israelense Yitzhak Rabin por um extremista judeu em 1995.
6. A OLP (Organização para Libertação da Palestina) foi criada em 1964 a partir da união de diversos grupos que pregavam a luta armada contra o governo de Israel. Seu principal objetivo é:
- promover ataques terroristas contra os civis israelenses.
 - explorar as riquezas naturais localizadas na Faixa de Gaza.
 - lutar pela formação de um Estado nacional palestino no Oriente Médio.
 - atacar os assentamentos judaicos nas regiões ocupadas por palestinos.
 - combater a religião judaica no Estado de Israel.
7. Leia o trecho da reportagem a seguir e depois responda ao que se pede:

Europa vira as costas para a mão de obra imigrante

Com o aumento do desemprego, muitos países da União Europeia querem que os trabalhadores imigrantes que antes atraíam voltem para suas casas o mais rápido pos-

sível. *Eles não estão poupando despesas ou esforços para encorajá-los a partir.* [...]

FLOTTAU, Renate; HÜETLIN, Thomas; PUHL, Jan; ZUBER, Helene. *Europa vira as costas para mão de obra imigrante*. UOL Notícias Internacional, 19 mar. 2009. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/midiaglobal/derspiegel/2009/03/19/ult2682u1109.jhtm>>.

Acesso em: 27 mar. 2013.

A situação descrita na reportagem pode ser associada:

- ao desejo dos países da União Europeia de legalizar o trabalho imigrante.
 - à instabilidade enfrentada por trabalhadores imigrantes em uma economia globalizada.
 - à falta de qualificação profissional dos trabalhadores imigrantes.
 - à impossibilidade de uma convivência pacífica entre povos de diferentes origens.
 - à preocupação dos líderes da União Europeia em combater as desigualdades provocadas pela globalização.
8. Leia o texto a seguir e responda ao que se pede:

Império, guerra e terror

Uma caçada internacional não reconhece fronteiras. Abrange todos os países "suspeitos", quaisquer que sejam suas particularidades culturais e étnicas, suas condições econômicas e sociais [...]. Mesmo porque, como revelou Bush ao Congresso dos Estados Unidos, dez dias depois do triplo ataque, "Deus não é neutro" e, portanto, apoia

a operação “justiça infinita”. Desta revelação teológica faz parte, conforme anunciou na mesma ocasião, a utilização de “todas as armas que se fizerem necessárias” para caçar os terroristas. Ela é infinita pelo menos no sentido de não admitir limites, já que se estende a quem não for considerado amigo. Indefinição muito cômoda, já que permite incluir nos alvos da caçada todos os que se opõem aos interesses e ambições imperiais e dela excluir os próprios agentes, os aliados e os asseclas [...].

MORAES, João Quartim de. *Império, guerra e terror*. Disponível em: <www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/Quartim.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2013.

Sobre a política de segurança norte-americana adotada após os ataques de setembro de 2001, é incorreto afirmar:

- Internamente foi marcada por medidas que restringiam as liberdades civis e ampliavam o poder dos órgãos de inteligência e de segurança.
- Considerava aliados do terrorismo os governos que não aderissem à chamada guerra contra o terror.
- Também chamada de Doutrina Bush, previa o uso da força militar, de forma unilateral, contra qualquer país considerado uma ameaça aos EUA.
- Uma de suas ações foi a invasão do Afeganistão, provocando a morte de milhares de civis.
- Obteve como resultado o fim dos ataques terroristas e a confirmação da soberania cultural do Ocidente sobre o Oriente.

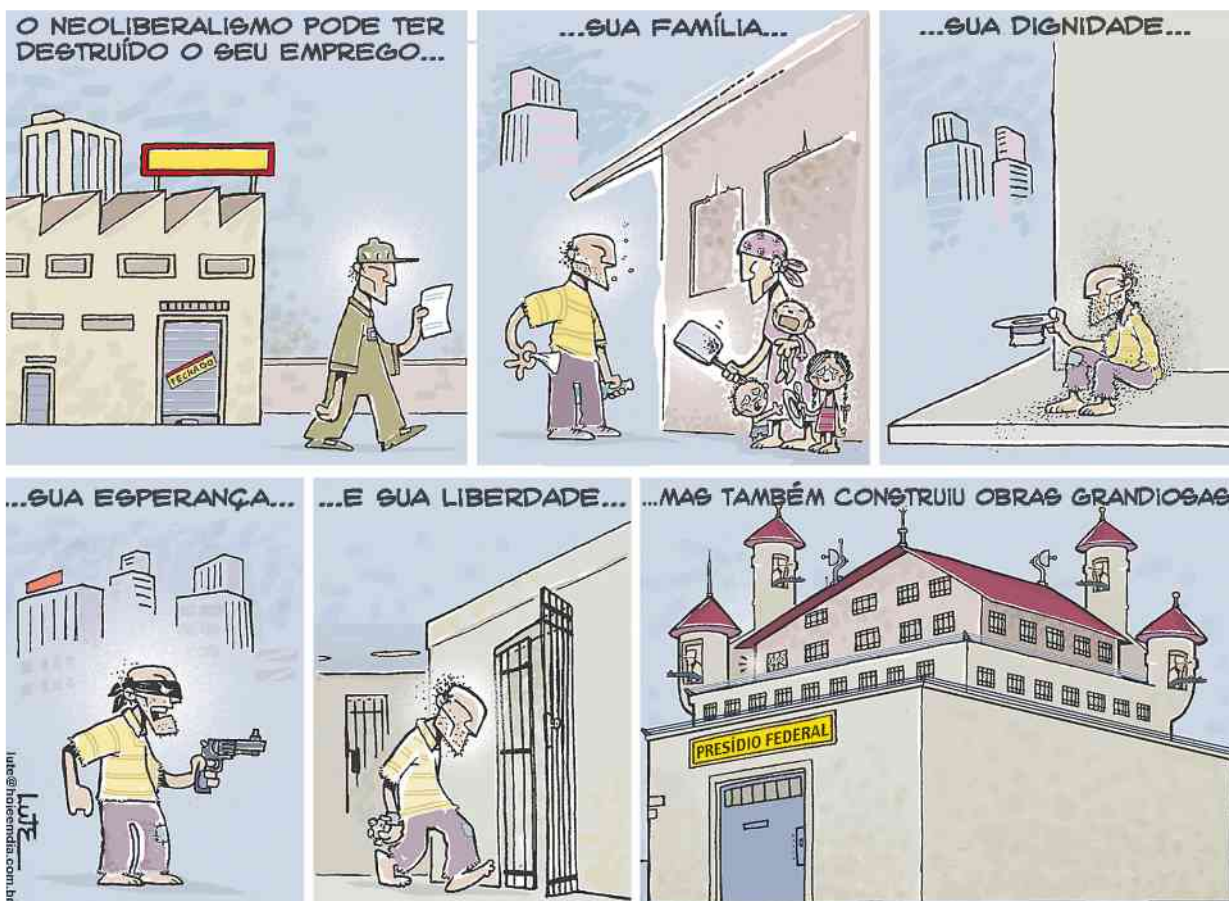
9. Observe o cartaz e a charge a seguir e, em seguida, responda ao que se pede:



www.gritodosexcluidos.org/Arquivo da editora

Cartaz do Grito dos Excluídos, 2003.

Cartaz 2003. Disponível em: <http://www.gritodosexcluidos.org/cartazes/cartaz_2003>. Acesso em: 27 mar. 2013.



Lute/Acervo do artista

Lute. Disponível em: <<http://blogdolute.blogspot.com/2007/05/blog-post.html>>, postada em 1º jun. 2007. Acesso em: 27 mar. 2013.

A charge e o cartaz fazem críticas a aspectos da política neoliberal adotada no Brasil a partir do governo de Fernando Collor em 1990. As consequências dessa política evidenciadas pelo material são:

- a) aumento da exclusão social e maior presença estrangeira no país, principalmente no que diz respeito à economia nacional.
 - b) combate à violência e invasão do território nacional.
 - c) fortalecimento da segurança pública e enfraquecimento da soberania nacional.
 - d) aumento da concentração de renda e fortalecimento da autonomia do país.
 - e) diminuição da violência e invasão do território nacional.
10. O texto a seguir foi extraído de um relatório da Anistia Internacional, de 2009. Após sua leitura, responda ao que se pede.

Informe 2009 – Anistia Internacional

A sociedade brasileira permaneceu profundamente dividida em termos de realização dos direitos humanos. A expansão econômica e os projetos sociais apoiados pelo governo contribuíram para algumas reduções das disparidades socioeconômicas. Entretanto, apesar das modestas melhoras na diminuição da pobreza, a desigualdade na distribuição de renda e de riquezas continuou sendo uma das maiores da região, enquanto as violações de direitos humanos que afetam milhões de pessoas que vivem na pobreza não receberam praticamente nenhuma atenção. [...]

As comunidades urbanas marginalizadas continuaram tendo que enfrentar as consequências de viver sem proteção social suficiente e as consequências, de políticas de desenvolvimento urbano discriminatórias e da falta de qualquer provimento de segurança pública. [...]

Nas zonas rurais, trabalhadores sem terras e povos indígenas foram intimidados e ameaçados com violência e com expulsões forçadas. A expansão agroindustrial e projetos de desenvolvimento governamentais e privados reforçaram a discriminação social e a pobreza que há décadas afetam as comunidades rurais. [...]

Relatório da Anistia Internacional, 2009. Disponível em: <<http://thereport.amnesty.org/pt-br/regions/americas/brazil#informa-ccedil-otilde-es-gerais>>. Acesso em: 27 mar. 2013.

- Segundo o relatório da Anistia Internacional, a sociedade brasileira apresenta as seguintes características:
- a) Equilíbrio na distribuição das riquezas, políticas de desenvolvimento urbano igualitárias e garantia dos direitos humanos.
 - b) Progresso e diminuição das desigualdades sociais nas áreas rurais graças ao avanço agroindustrial.
 - c) Maior garantia dos direitos humanos e avanços sociais nas áreas urbanas.
 - d) Aumento da violência e discriminação social no campo e avanço nas áreas de segurança pública e distribuição de renda nas áreas urbanas.
 - e) Distribuição de renda desigual, modesta melhora na diminuição da pobreza, violação dos direitos humanos entre os mais pobres.

GABARITO

1 B	3 A	5 D	7 B	9 A
2 D	4 B	6 C	8 E	10 E

Sugestões de avaliação/Atividades complementares 7 (capítulo 21)

A atividade proposta a seguir pode auxiliar na avaliação das seguintes competências e habilidades: analisar a importância dos valores éticos na estruturação política das sociedades; relacionar cidadania e democracia na organização das sociedades; identificar estratégias de inclusão social; reconhecer a importância da participação da coletividade na transformação da realidade histórico-geográfica; utilizar a linguagem fotográfica como forma de expressão; organizar uma exposição fotográfica e trabalhar em grupo.

Estratégia pedagógica: montagem de oficina fotográfica e exposição de fotografias.

Objetivo: investigar, por meio de uma oficina fotográfica, a percepção dos alunos quanto ao espaço da cidade/comunidade; incentivar ações que promovam a valorização desse espaço como ambiente de convívio social digno para todos.

Preparação: Professor, para organizar o trabalho sugerimos os seguintes procedimentos:

1. Apresente o material e, com base na proposta, organize uma discussão sobre os temas abordados no *Documento I*. Após a discussão, proponha a elaboração de uma oficina fotográfica e a organização de uma exposição com o material produzido.
2. Avalie a disponibilidade de recursos materiais, como papel, máquinas fotográficas, computadores, projetor de slides, equipamentos de *datashow*, etc.
3. Organize a classe em grupos de acordo com o número de alunos.
4. Oriente a escolha dos lugares a serem fotografados.
5. Após a conclusão da primeira etapa do trabalho (expedição fotográfica), organize um debate a respeito dos lugares e situações fotografados, incentivando os alunos a identificar as razões que os levaram a essas escolhas e a relatar a experiência de fotografar. As reflexões poderão servir de base para a produção do relatório que acompanha a atividade.
6. Caso necessário, solicite o auxílio do professor de Arte na edição das fotos e na montagem da exposição. Se houver dificuldade na revelação ou impressão das fotografias, proponha que seja feita uma exposição virtual, tornando-as disponíveis na internet.

Para o aluno

No capítulo 21, foram abordadas as grandes transformações socioeconômicas e políticas pelas quais o Brasil passou a partir de meados da década de 1980. A elaboração da Constituição de 1988, por exemplo, ampliou os direitos dos cidadãos e procurou enfatizar a dignidade e o bem-estar dos indivíduos. Avanços na área econômica e o fortalecimento do regime democrático possibilitaram também importantes conquistas na área social. Entretanto, a permanência de graves problemas sociais ainda merece atenção no Brasil. Reunidos em grupo, façam uma análise dessas questões com base na charge de Angeli.



Angeli. Disponível em: <www2.uol.com.br/angeli/chargeangeli/chargeangeli.htm?imagem=155&total=335>. Acesso em: 27 mar. 2013.

Professor, espera-se que os alunos relacionem a charge de Angeli à permanência da miséria que afeta boa parte da população brasileira, embora tenham sido registrados grandes avanços nas ações políticas voltadas à defesa dos direitos humanos. A charge mostra a contradição entre a garantia de direitos políticos e de liberdade de expressão, subtraídos no período da ditadura militar, e a permanência da miséria e da exclusão social.

Também poderão ser mencionadas outras questões, como a grande concentração de renda, a violência no campo e nas cidades, os altos índices de mortalidade por agressão, as altas taxas de analfabetismo e a má gestão dos recursos públicos, destacando-se os casos de corrupção, e a devastação ambiental.

Reunidos em grupos, realizem uma expedição fotográfica pela cidade em que vivem, registrando situações que representam avanços ou entraves para a construção de uma sociedade mais ética e democrática. Podem ser fotografadas situações que evidenciem a ausência do poder público, ou da atuação de Ongs, de trabalho voluntário, das iniciativas individuais ou de projetos do governo que representem melhorias para a comunidade.

As fotos deverão ser expostas (em painéis, slides ou pela internet) e a comunidade local pode ser convidada a conhecer essa exposição. Ao final, produza um relatório sobre a experiência de fotografar e sobre os motivos que levaram à escolha desses lugares.

Orientações:

- Com base nas reflexões feitas na análise do Documento 1, escolham, em grupos, os lugares para a realização das fotos.
- As fotos podem ser feitas com câmeras simples, como as de celular, mas é preciso que haja um cuidado com o enquadramento, a luminosidade e definição das imagens. É importante também que a imagem retratada traduza bem a situação que o grupo pretende mostrar.

- Após a finalização dessa etapa, reúnam-se em grupo novamente para escolher as fotos que farão parte da exposição.
- Antes de revelar ou imprimir as fotos escolhidas, o grupo poderá editar e melhorar a qualidade das imagens no computador. Existem programas simples de edição de fotos que permitem tais tratamentos.
- As fotos expostas deverão estar acompanhadas de legendas com as informações básicas sobre os lugares retratados, situando-os dentro da cidade, e o nome dos autores de cada foto.
- Procurem expor as fotos de maneira criativa para que o trabalho seja valorizado.

5 Bibliografia

Apresentamos a seguir uma lista de obras utilizadas na elaboração deste Manual.

- ABREU, Martha; SOIHET, Rachel. *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologias*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.
- Almanaque Brasil Socioambiental (2008)*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2007.
- BARBOSA, Lucia Maria de Assunção et alii. *De preto a afro-descendente. Trajetos de pesquisa sobre relações étnico-raciais no Brasil*. São Carlos: Edufscar, 2004.
- BENTO, Maria Aparecida S. *Cidadania em preto e branco*. São Paulo: Ática, 2006.
- BITTENCOURT, Circe (Org.). *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 1997.
- _____. *Ensino de história: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2004.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História ou O ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BORGES, Vavy Pacheco. *O que é História*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade*. São Paulo: T. A. Queiroz/Edusp, 1987.
- BRASIL. Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial. Subsecretaria de Políticas de Ações Afirmativas. *Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Etnorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana*. Junho de 2009.
- BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- CABRINI, Conceição et alii. *O ensino de História – Revisão urgente*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CARR, Edward Hallett. *Que é história?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CARRETERO, Mario. *Construir e ensinar – As Ciências Sociais e a História*. Porto Alegre: Artmed, 1997.
- CHESNEAUX, Jean. *Devemos fazer tábula rasa do passado? – Sobre a história e os historiadores*. São Paulo: Ática, 1995.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *História oral: memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DMITRUK, Hilda Beatriz. *A história que fazemos: pesquisa e ensino de História*. Florianópolis: Grifos, 1998.

FABREGAT, Clemente Herrero; FABREGAT, Maria Herrero. *Como preparar uma aula de História*. Lisboa: Editora Asa, 1991.

FARIA, Maria Alice. *Como usar o jornal na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2008.

FENELON, Déa Ribeiro et alii (Orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d'Água, 2004.

FERRO, Marc. *A manipulação da história no ensino e nos meios de comunicação – A história dos dominados em todo o mundo*. São Paulo: Ibrasa, 1983.

FREITAS, Marcos Cezar (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

GAY, Peter. *O estilo na história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GUZZELLI, Cesar Augusto Barcellos et alii (Org.). *Questões de Teoria e Metodologia da História*. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2000.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HASENBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.

HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na sala de aula – Visita à história contemporânea*. São Paulo: Selo Negro Edições, 2005.

HOBBSAWM, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

IOKOI, Zilda Marcia Gricoli (Org.). *História e linguagens*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2002.

KARNAL, Leandro (Org.). *História na sala de aula – Conceitos, práticas e propostas*. São Paulo: Contexto, 2003.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Org.). *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

_____. *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

_____. *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

LEVEBVRE, Henry. *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes Editora, 1991.

LIMA, Ivan et alii (Orgs.). *Os negros, os conteúdos escolares e a diversidade cultural*. Florianópolis: Núcleo de Estudos Negros, 1998. 2 v.

MARCOVITCH, Jacques. *Para mudar o futuro: mudanças climáticas, políticas públicas e estratégias empresariais*. São Paulo: Edusp/Saraiva, 2006.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. São Paulo: Contexto, 1992.

MORAN, Emílio F. *Nós e a natureza: uma introdução às relações homem-ambiente*. São Paulo: Senac, 2008.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. *O negro no Brasil de hoje*. São Paulo: Global, 2006.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Belo Horizonte:

Autêntica, 2006.

NAPOLITANO, Marcos. *Como usar o cinema na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2004.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de; STAMATTO, Maria Inês Sucupira (Orgs.). *O livro didático de História: políticas educacionais, pesquisas e ensino*. Natal: EDUFRN, 2007.

PINSKY, Jaime (Org.). *O ensino de História e a criação do fato*. São Paulo: Contexto, 1988.

_____. *Cidadania e educação*. São Paulo: Contexto, 1999.

RAGO, Margareth; GIMENEZ, Renato. *Narrar o passado, repensar a História*. Campinas: IFCH-Unicamp, 2000.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. *Ensinar a História*. São Paulo: Scipione, 2004.

SCHWARCZ, Lília Moritz; REIS, Leticia Vidor de Sousa. *Negras imagens*. São Paulo: Edusp, 1996.

SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luis Donisete Benzi. *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília: MEC/MARI/Unesco, 1995.

SILVA, Aracy Lopes da (Org.). *A questão indígena na sala de aula*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SILVA, Marcos A. da. *História – O prazer em ensino e pesquisa*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SILVA, Marcos (Org.). *República em migalhas: história regional e local*. São Paulo: Marco Zero, 1990.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). *Livros didáticos de História e Geografia: avaliação e pesquisa*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2006.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo et alii. *A pesquisa em História*. São Paulo: Ática, 1989.

6 Questões do Enem e de vestibulares

Respostas

Enem 2008:

1. A 2. B 3. E 4. A 5. A 6. D 7. B 8. B 9. A

Enem 2009:

1. A 2. C 3. B 4. A 5. B 6. B 7. A 8. C 9. D 10. A 11. D 12. C 13. E 14. E 15. A 16. E 17. A 18. A 19. D 20. B 21. E 22. E 23. D 24. E 25. C 26. B 27. A

Enem 2010:

1. E 2. C 3. D

Enem 2011:

1. A 2. A 3. E

Enem 2012:

1. E 2. D 3. C 4. C 5. D

Vestibulares

1. A 2. A 3. C 4. D 5. B 6. D 7. C 8. C 9. E 10. C 11. B 12. C 13. V F F V F 14. A 15. B 16. B 17. B 18. E 19. C 20. C 21. D 22. E 23. C 24. A 25. D 26. D 27. C 28. A 29. B 30. A 31. E 32. E 33. D 34. B 35. A 36. B 37. E 38. D 39. C 40. A

7

Nossa coleção e o Novo Enem

Ao anunciar, em 2009, a implementação do Novo Exame Nacional do Ensino Médio (Novo Enem) para alunos que desejam ingressar nas universidades públicas federais, o Ministério da Educação (MEC) estabeleceu como premissa princípios que fazem parte do campo de preocupações de diversos estudiosos e que já são sugeridos nos *Parâmetros Curriculares Nacionais* (PCNs)⁴⁹: “o valor da formação não reside no armazenamento de muitas informações ou na memorização de muitos fatos, mas no desenvolvimento de estruturas mentais que permitem ao jovem e ao adulto enfrentar problemas novos usando as velhas e boas teorias científicas”⁵⁰.

Identificados com essa perspectiva, acreditamos que a questão central a ser proposta pelos profissionais da educação e pela sociedade deve ser como transformar o ciclo básico em processo educacional que de fato tenha sentido para os jovens e para sua compreensão e ação no mundo de hoje, e não “como preparar o aluno para as provas do Novo Enem”. Em outras palavras, é nossa expectativa que a educação básica brasileira priorize o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico do aluno, requisitos indispensáveis para a formação de uma sociedade voltada para a cidadania, para a democracia e para a justiça.

Em nossa concepção, trata-se de valorizar o papel do aluno enquanto sujeito pensante; priorizar sua capacidade de análise e de interagir com a realidade à sua volta e da qual ele faz parte; desenvolver seu raciocínio lógico; e, para isso, articular diferentes áreas do conhecimento. Acreditamos que se o processo de aprendizagem promover a compreensão de fenômenos e o desenvolvimento de habilidades e competências múltiplas, os alunos estarão naturalmente preparados para obter um bom desempenho não só no Novo Enem, mas nas mais variadas esferas de sua vida adulta.

Para alcançar esses objetivos, é fundamental a melhoria do processo pedagógico nas escolas (o que implica numa mudança de foco em relação ao que deve ser ministrado e exigido dos alunos, na formação continuada de professores, na melhoria de gestão, etc.)⁵¹, e o uso de materiais de apoio adequados ao processo em vista.

Nossa coleção

Esta coleção foi concebida e preparada com o propósito de colocar os alunos em condições de mobilizar os conhecimentos tradicionais do currículo de História e de outras disciplinas na busca de soluções criativas para os problemas de seu cotidiano e do mundo contemporâneo. A estrutura da coleção se apoia no trabalho com conceitos e na relação passado-presente, recursos metodológicos fundamentais para alcançar o objetivo proposto.

Como observa a *Matriz de Referência para o Enem 2012*, no que se refere aos *Eixos Cognitivos Comuns a Todas as Áreas do Conhecimento* (ver anexo no fim deste Manual), é fundamental que os alunos tenham condições de “construir e aplicar conceitos das várias áreas do conhecimento para a compreensão de fenômenos naturais, de processos histórico-

-geográficos, da produção tecnológica e das manifestações artísticas” (item II dos Eixos Cognitivos).

Assim, na abertura das unidades levantamos questões sobre vários conceitos importantes para a formação dos alunos e significativos para o mundo contemporâneo, como Direito, Trabalho, Terra e Meio Ambiente, Política e Participação, etc. Essa primeira abordagem é aprofundada por meio de boxes, seções e atividades, tanto na abertura das unidades como no corpo dos capítulos.

Entre essas seções, boxes e atividades, podemos destacar:

- Começo de conversa, cuja proposta é estimular os alunos a refletir e estabelecer relações entre seu cotidiano e o conceito que preside a unidade;
- Hora de refletir, na qual se relaciona o conteúdo dos capítulos ao conceito da unidade;
- Fechando a unidade, que propõe atividades ligadas à leitura de documentos em linguagens variadas, como pintura, música, relatórios oficiais, estatísticas, etc. (aspectos contemplados no Item I dos Eixos Cognitivos).

Procura-se dessa forma, nesses e em diversos outros momentos da coleção, incentivar os alunos a enfrentar situações-problema; construir argumentação e elaborar propostas, como recomenda a *Matriz de Referência* (itens III, IV e V dos Eixos Cognitivos, respectivamente).

Uma orientação reflexiva e contextualizante norteia também seções e subseções, como:

- De olho no mundo (que trabalha questões do presente);
- Sua opinião (na qual se propõe que os alunos analisem sua realidade e formulem hipóteses);
- Diálogos (voltada especificamente para as relações entre as várias áreas do conhecimento);
- Sua comunidade (dedicada à realidade local dos alunos);
- Eu também posso participar (que, com base em um conteúdo histórico, discute questões do meio ambiente e a participação consciente das pessoas na sociedade).

Desse modo, propostas de atividades relacionadas aos Eixos Cognitivos Comuns fazem parte de todos os volumes da coleção.

Nossa coleção busca contemplar igualmente as recomendações e exigências contidas na *Matriz de Referência de Ciências Humanas e suas Tecnologias* (ver anexo no fim deste Manual), que constitui parte importante do *corpus* da *Matriz de Referência para o Enem 2012*. Nesse particular, entre outros aspectos, gostaríamos de chamar a atenção para as discussões que envolvem o conceito de cultura (competência de área 1). Além de uma ampla abordagem destinada a valorizar a diversidade étnica e cultural nos três volumes da coleção (com ênfase no respeito às diferenças), há uma seção nos capítulos sobre história do Brasil voltada especialmente para o conhecimento da diversidade do patrimônio cultural e artístico nacional.

Nessa seção, intitulada *Patrimônio e diversidade*, buscamos desenvolver uma linha de pensamento que não restringisse cultura material e imaterial apenas àquilo que, em geral, os poderes instituídos ou os grupos culturalmente dominantes consideram como cultura.

⁴⁹ Ver *Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio*. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2012.

⁵⁰ CASTRO, Maria Helena Guimaraes de; TIEZZE, Sérgio. *A reforma do Ensino Médio e a implantação do Enem no Brasil*. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/desafios/4ensinomedio.pdf>>. (p. 131). Acesso em: 14 dez. 2012.

⁵¹ Já se encontra em fase de implementação no Ministério da Educação uma mudança mais profunda no Ensino Médio visando, entre outros aspectos, a dar autonomia ainda maior às escolas. Nesse projeto, conhecido como Programa Ensino Médio Nacional, as disciplinas seriam divididas em cinco grandes grupos: línguas, matemática, humanas, exatas e biológicas. Ver *Ensino Médio será reestruturado*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=11819>. Acesso em: 14 dez. 2012.

Na busca da valorização da pluralidade cultural da sociedade brasileira, mapeamos e abordamos diversas manifestações culturais do presente, relacionando-as aos seus respectivos processos históricos (ver, por exemplo, na seção *Patrimônio e diversidade* do capítulo 4, livro 2, o processo de produção de utensílios de barro que as mulheres do bairro de Goiabeiras, em Vitória, no Espírito Santo, herdaram dos ancestrais indígenas). A Unidade 1 do livro 2 também está voltada especificamente para a discussão do conceito de diversidade cultural.

Paralelamente, a seção *Olho vivo* coloca o aluno diante da produção imagética de culturas e sociedades diversas, tanto no tempo quanto no espaço (a do capítulo 6 do livro 2, por exemplo, aborda a tradição artística do Benin, na atual Nigéria; a do capítulo 17 do livro 1, remete à Mongólia). Nessa seção os alunos encontram meios de perceber como a produção cultural do ser humano está intimamente ligada a valores e ideologias (ver, entre outras, a seção *Olho vivo* do capítulo 30 do livro 1, sobre a rainha Elisabeth I da Inglaterra), assim como ao desenvolvimento tecnológico das sociedades que as produzem ou produziram (ver, por exemplo, a seção *Olho vivo* do capítulo 3 do livro 1 e a do capítulo 9 deste livro 3).

Compreender as transformações técnicas e tecnológicas e seu impacto nos processos de produção, no desenvolvimento do conhecimento e na vida social é também uma competência trabalhada de diversas maneiras (Competência de Área 4). Em vários momentos da coleção procuramos sugerir caminhos que levem o aluno a refletir sobre os impactos do desenvolvimento da ciência, da técnica e da tecnologia, no passado e no presente (ver, por exemplo, a seção *Passado presente* do capítulo 4 do livro 2, *Aprendendo com os indígenas*), assim como sobre a questão da democratização do acesso aos benefícios do avanço tecnológico e científico. Consideramos essa discussão tão importante para a formação de uma visão crítica do estudante que temos na coleção uma unidade de estudo específica sobre a questão (Unidade 2 deste livro 3).

Cidadania, democracia e papel dos meios de comunicação na construção da vida social (Competência de Área 5) são conceitos trabalhados ao longo da coleção, assim como em Unidades conceituais específicas (Unidade 3 do livro 1; Unidade 3 do livro 2; e Unidade 3 deste livro 3).

A proposta do Novo Enem de um ensino mais reflexivo, sem a mitificação dos “heróis” e sem a excessiva valorização de datas (Competência de Área 3), também esteve no centro de nossas preocupações ao elaborarmos esta coleção. Para nós, mais do que a memorização de datas e nomes, é fundamental que os alunos compreendam e interpretem os processos históricos, apreendam as especificidades da disciplina de História e a existência de interpretações diversas desses processos, e saibam identificar o papel das instituições sociais.

8 Matriz de Referência para o Enem 2012

Eixos cognitivos (comuns a todas as áreas de conhecimento)

- I. Dominar linguagens (DL): dominar a norma culta da Língua Portuguesa e fazer uso das linguagens matemática, artística e científica e das línguas espanhola e inglesa.
- II. Compreender fenômenos (CF): construir e aplicar conceitos das várias áreas do conhecimento para a compreensão de fenômenos naturais, de processos histórico-geográficos, da produção tecnológica e das manifestações artísticas.
- III. Enfrentar situações-problema (SP): selecionar, organizar, relacionar, interpretar dados e informações representados de diferentes formas, para tomar decisões e enfrentar situações-problema.

IV. Construir argumentação (CA): relacionar informações, representadas em diferentes formas, e conhecimentos disponíveis em situações concretas, para construir argumentação consistente.

V. Elaborar propostas (EP): recorrer aos conhecimentos desenvolvidos na escola para elaboração de propostas de intervenção solidária na realidade, respeitando os valores humanos e considerando a diversidade sociocultural.

[...]

Matriz de Referência de Ciências Humanas e suas Tecnologias

Competência de área 1 – Compreender os elementos culturais que constituem as identidades.

H1 – Interpretar historicamente e/ou geograficamente fontes documentais acerca de aspectos da cultura.

H2 – Analisar a produção da memória pelas sociedades humanas.

H3 – Associar as manifestações culturais do presente aos seus processos históricos.

H4 – Comparar pontos de vista expressos em diferentes fontes sobre determinado aspecto da cultura.

H5 – Identificar as manifestações ou representações da diversidade do patrimônio cultural e artístico em diferentes sociedades.

Competência de área 2 – Compreender as transformações dos espaços geográficos como produto das relações socioeconômicas e culturais de poder.

H6 – Interpretar diferentes representações gráficas e cartográficas dos espaços geográficos.

H7 – Identificar os significados histórico-geográficos das relações de poder entre as nações.

H8 – Analisar a ação dos estados nacionais no que se refere à dinâmica dos fluxos populacionais e no enfrentamento de problemas de ordem econômico-social.

H9 – Comparar o significado histórico-geográfico das organizações políticas e socioeconômicas em escala local, regional ou mundial.

H10 – Reconhecer a dinâmica da organização dos movimentos sociais e a importância da participação da coletividade na transformação da realidade histórico-geográfica.

Competência de área 3 – Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais.

H11 – Identificar registros de práticas de grupos sociais no tempo e no espaço.

H12 – Analisar o papel da justiça como instituição na organização das sociedades.

H13 – Analisar a atuação dos movimentos sociais que contribuíram para mudanças ou rupturas em processos de disputa pelo poder.

H14 – Comparar diferentes pontos de vista, presentes em textos analíticos e interpretativos, sobre situação ou fatos de natureza histórico-geográfica acerca das instituições sociais, políticas e econômicas.

H15 – Avaliar criticamente conflitos culturais, sociais, políticos, econômicos ou ambientais ao longo da História.

Competência de área 4 – Entender as transformações técnicas e tecnológicas e seu impacto nos processos de produção, no desenvolvimento do conhecimento e na vida social.

H16 – Identificar registros sobre o papel das técnicas e tecnologias na organização do trabalho e/ou da vida social.

H17 – Analisar fatores que explicam o impacto das novas tecnologias no processo de territorialização da produção.

H18 – Analisar diferentes processos de produção ou circulação de riquezas e suas implicações socioespaciais.

H19 – Reconhecer as transformações técnicas e tecnológicas que determinam as várias formas de uso e apropriação dos espaços rural e urbano.

H20 – Selecionar argumentos favoráveis ou contrários às modificações impostas pelas novas tecnologias à vida social e ao mundo do trabalho.

Competência de área 5 – Utilizar os conhecimentos históricos para compreender e valorizar os fundamentos da cidadania e da democracia, favorecendo uma atuação consciente do indivíduo na sociedade.

H21 – Identificar o papel dos meios de comunicação na construção da vida social.

H22 – Analisar as lutas sociais e conquistas obtidas no que se refere às mudanças nas legislações ou nas políticas públicas.

H23 – Analisar a importância dos valores éticos na estruturação política das sociedades.

H24 – Relacionar cidadania e democracia na organização das sociedades.

H25 – Identificar estratégias que promovam formas de inclusão social.

Competência de área 6 – Compreender a sociedade e a natureza, reconhecendo suas interações no espaço em diferentes contextos históricos e geográficos.

H26 – Identificar em fontes diversas o processo de ocupação dos meios físicos e as relações da vida humana com a paisagem.

H27 – Analisar de maneira crítica as interações da sociedade com o meio físico, levando em consideração aspectos históricos e(ou) geográficos.

H28 – Relacionar o uso das tecnologias com os impactos socioambientais em diferentes contextos histórico-geográficos.

H29 – Reconhecer a função dos recursos naturais na produção do espaço geográfico, relacionando-os com as mudanças provocadas pelas ações humanas.

H30 – Avaliar as relações entre preservação e degradação da vida no planeta nas diferentes escalas.

Objetos de conhecimento associados às Matrizes de Referência

[...]

4. Ciências Humanas e suas Tecnologias

4.1 – Diversidade cultural, conflitos e vida em sociedade

- Cultura material e imaterial; patrimônio e diversidade cultural no Brasil.
- A Conquista da América. Conflitos entre europeus e indígenas na América colonial. A escravidão e formas de resistência indígena e africana na América.
- História cultural dos povos africanos. A luta dos negros no Brasil e o negro na formação da sociedade brasileira.
- História dos povos indígenas e a formação sociocultural brasileira.
- Movimentos culturais no mundo ocidental e seus impactos na vida política e social.

4.2 – Formas de organização social, movimentos sociais, pensamento político e ação do Estado

- Cidadania e democracia na Antiguidade; Estado e direitos do cidadão a partir da Idade Moderna; democracia direta, indireta e representativa.
- Revoluções sociais e políticas na Europa Moderna.
- Formação territorial brasileira; as regiões brasileiras; políticas de reordenamento territorial.
- As lutas pela conquista da independência política das colônias da América.

- Grupos sociais em conflito no Brasil imperial e a construção da nação.
- O desenvolvimento do pensamento liberal na sociedade capitalista e seus críticos nos séculos XIX e XX.
- Políticas de colonização, migração, imigração e emigração no Brasil nos séculos XIX e XX.
- A atuação dos grupos sociais e os grandes processos revolucionários do século XX: Revolução Bolchevique, Revolução Chinesa, Revolução Cubana.
- Geopolítica e conflitos entre os séculos XIX e XX: Imperialismo, a ocupação da Ásia e da África, as Guerras Mundiais e a Guerra Fria.
- Os sistemas totalitários na Europa do século XX: nazifascista, franquismo, salazarismo e stalinismo. Ditaduras políticas na América Latina: Estado Novo no Brasil e ditaduras na América.
- Conflitos político-culturais pós-Guerra Fria, reorganização política internacional e os organismos multilaterais nos séculos XX e XXI.
- A luta pela conquista de direitos pelos cidadãos: direitos civis, humanos, políticos e sociais. Direitos sociais nas Constituições brasileiras. Políticas afirmativas.
- Vida urbana: redes e hierarquia nas cidades, pobreza e segregação espacial.

4.3 – Características e transformações das estruturas produtivas

- Diferentes formas de organização da produção: escravismo antigo, feudalismo, capitalismo, socialismo e suas diferentes experiências.
- Economia agroexportadora brasileira: complexo açucareiro; a mineração no período colonial; a economia cafeeira; a borracha na Amazônia.
- Revolução Industrial: criação do sistema de fábrica na Europa e transformações no processo de produção. Formação do espaço urbano-industrial. Transformações na estrutura produtiva no século XX: o fordismo, o toyotismo, as novas técnicas de produção e seus impactos. A industrialização brasileira, a urbanização e as transformações sociais e trabalhistas.
- A globalização e as novas tecnologias de telecomunicação e suas consequências econômicas, políticas e sociais.
- Produção e transformação dos espaços agrários. Modernização da agricultura e estruturas agrárias tradicionais. O agronegócio, a agricultura familiar, os assalariados do campo e as lutas sociais no campo. A relação campo-cidade.
- Os domínios naturais e a relação do ser humano com o ambiente. A relação homem-natureza, a apropriação dos recursos naturais pelas sociedades ao longo do tempo. Impacto ambiental das atividades econômicas no Brasil.
- Recursos minerais e energéticos: exploração e impactos. Recursos hídricos; bacias hidrográficas e seus aproveitamentos.
- As questões ambientais contemporâneas: mudança climática, ilhas de calor, efeito estufa, chuva ácida, a destruição da camada de ozônio. A nova ordem ambiental internacional; políticas territoriais ambientais; uso e conservação dos recursos naturais, unidades de conservação, corredores ecológicos, zoneamento ecológico e econômico.
- Origem e evolução do conceito de sustentabilidade.
- Estrutura interna da terra. Estruturas do solo e do relevo; agentes internos e externos modeladores do relevo.
- Situação geral da atmosfera e classificação climática. As características climáticas do território brasileiro.
- Os grandes domínios da vegetação no Brasil e no mundo.

4.4 – Representação espacial

- Projeções cartográficas; leitura de mapas temáticos, físicos e políticos; tecnologias modernas aplicadas à cartografia.

HINO NACIONAL

Letra: Joaquim Osório Duque Estrada
Música: Francisco Manuel da Silva

Ouviram do Ipiranga as margens plácidas
De um povo heroico o brado retumbante,
E o sol da liberdade, em raios fúlgidos,
Brilhou no céu da Pátria nesse instante.

Se o penhor dessa igualdade
Conseguimos conquistar com braço forte,
Em teu seio, ó liberdade,
Desafia o nosso peito a própria morte!

Ó Pátria amada,
Idolatrada,
Salve! Salve!

Brasil, um sonho intenso, um raio vívido
De amor e de esperança à terra desce,
Se em teu formoso céu, risonho e límpido,
A imagem do Cruzeiro resplandece.

Gigante pela própria natureza,
És belo, és forte, impávido colosso,
E o teu futuro espelha essa grandeza.

Terra adorada,
Entre outras mil,
És tu, Brasil,
Ó Pátria amada!

Dos filhos deste solo és mãe gentil,
Pátria amada,
Brasil!

Deitado eternamente em berço esplêndido,
Ao som do mar e à luz do céu profundo,
Fulguras, ó Brasil, florão da América,
Iluminado ao sol do Novo Mundo!

Do que a terra mais garrida
Teus risonhos, lindos campos têm mais flores;
“Nossos bosques têm mais vida”,
“Nossa vida” no teu seio “mais amores”.

Ó Pátria amada,
Idolatrada,
Salve! Salve!

Brasil, de amor eterno seja símbolo
O lábaro que ostentas estrelado,
E diga o verde-louro desta flâmula
– Paz no futuro e glória no passado.

Mas, se ergues da justiça a clava forte,
Verás que um filho teu não foge à luta,
Nem teme, quem te adora, a própria morte.

Terra adorada,
Entre outras mil,
És tu, Brasil,
Ó Pátria amada!

Dos filhos deste solo és mãe gentil,
Pátria amada,
Brasil!



Este livro didático é um **bem reutilizável** da escola, e deve ser **devolvido em bom estado** ao final do ano para uso de outra pessoa no **próximo período letivo**.